



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

## **CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS**

**Processo: 679479/21**

**Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

**Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

# Índice de Peças

1. Formulário de Encaminhamento
2. Extrato de Autuação
3. Petição (1
4. Outros Documentos (2
5. Outros Documentos (3
6. Outros Documentos (4
7. Outros Documentos (5
8. Outros Documentos (6
9. Outros Documentos (7
10. Outros Documentos (8
11. Termo de Distribuição - 3976-21 - DP
12. Despacho - 1575-21 - GCIZL
13. Certidão - 711-21 - DP
14. Ofício de contraditório - 3107-21 - DP
15. Ofício de contraditório - 3108-21 - DP
16. Certidão de Publicação DETC - 16414-21 - DG
17. Recibo de Petição Intermediária - 698899-21, de 22-11-21
18. Petição (OFÍCIO CONTRADITÓRIO)
19. Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )
20. Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )
21. Outros Documentos (PLANILHA PRIMEIRA AÇÃO)
22. Outros Documentos (PROCESSO MAXORGANI)
23. Certidão de inclusão de processo - 207-21 - STP
24. Acórdão - 3215-21 - STP
25. Ofício - 1336-21 - GP
26. Informação - 7712-21 - DP
27. Certidão de Publicação DETC - 17300-21 - DG
28. AR do ofício OCN - 3107-21 - DP
29. AR do ofício OCN - 3108-21 - DP



## 1. Formulário de Encaminhamento



## FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

Representante: **LUCKAS NORBERTO OBERMANN**

#### DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (1. Representação TCEPR - Primeira Segura)
- Outros Documentos (2. Contrato Social e Documentos Primeira)
- Outros Documentos (3. Procuração Primeira Segurança)
- Outros Documentos (4. Edital Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (5. Ata da sessão Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (6. Decisão Pregoeira Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (7. Decisão Autoridade Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (8. Recurso Adm Pregão 36-2021)

PETICIONÁRIO: **LUCKAS NORBERTO OBERMANN, CPF 071.690.169-23, em seu próprio nome.**

**Curitiba, 11 de novembro de 2021 12:53:21**

## 2. Extrato de Autuação



## EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 679479/21

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 679479/21

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

Representante: **LUCKAS NORBERTO OBERMANN**

#### DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Petição (1. Representação TCEPR - Primeira Segura)
- Outros Documentos (2. Contrato Social e Documentos Primeira)
- Outros Documentos (3. Procuração Primeira Segurança)
- Outros Documentos (4. Edital Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (5. Ata da sessão Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (6. Decisão Pregoeira Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (7. Decisão Autoridade Pregão 36-2021)
- Outros Documentos (8. Recurso Adm Pregão 36-2021)

PETICIONÁRIO: **LUCKAS NORBERTO OBERMANN, CPF 071.690.169-23, em seu próprio nome.**

Curitiba, 11 de novembro de 2021 12:54:02

### 3. Petição (1)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO PARANÁ**

**PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.798.997/0001-09, sediada na Rua Hilberto Peiter nº 430, Jardim Parizzotto, Toledo/PR, na pessoa de seu sócio administrador **MAURO MARCELO VERÍSSIMO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.473.373-9-SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 886.279.509-20, residente e domiciliado(a) na Rua São João nº 8411, Centro, Toledo/PR, neste ato representada por seus advogados, devidamente constituídos conforme procuração anexa, **CAIO ALEXANDRE GUIMARÃES GARCIA**, OAB/PR nº 102.863 e **LUCKAS NORBERTO OBERMANN**, OAB/PR nº 95.328, com escritório profissional no endereço constante no rodapé, vem, com fundamento no art. 113, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993, no art. 32 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e nos artigos 275 e 276 do Regimento Interno do TCE/PR, propor a presente:

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

em decorrência de irregularidades encontradas no Pregão nº 036/2021, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde (CNPJ nº 00.136.858/0001-88) e em face de **LHUANNA GABRIELA VARDANEGA PERICO** (CPF nº 079.734.929-41), Pregoeira e **IVETE MARIA LORENZI** (CPF nº 825.884.229-34), Secretária Executiva, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

## I. SÍNTESE DOS FATOS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONSAMI em Pato Branco/PR, realizou o Pregão nº 036/2021, destinado à *contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados*.

No dia 18 de outubro de 2021 foi realizada a sessão pública para análise e julgamento das propostas, disputa de preços e análise dos documentos de habilitação do processo licitatório acima descrito, através do Portal COMPRASNET.

Atendendo ao edital, a empresa classificou-se em primeiro lugar, apresentando a melhor proposta para o objeto, com o menor valor.

Após a etapa de lances, procedeu-se com a abertura e análise dos envelopes de proposta. Neste momento, o pregoeiro, sem possibilitar a correção da planilha de composição de custos, desclassificou a proposta da licitante, alegando que: *“não estava prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto.”*

Diante disso, procedeu-se com a análise das empresas classificadas em segundo e, posteriormente, terceiro lugar.

Ocorre que, o julgamento da proposta da empresa deu-se em desacordo às normas e princípios aplicáveis às licitações, posto que não foi oportunizada a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, visto que se tratavam de meros erros formais, passíveis de correção, conforme já fartamente autorizado pelos órgãos de controle e pelas Cortes Superiores, sendo usualmente praticado nos órgãos públicos.

Diante de tal fato, a empresa interpôs Recurso Administrativo contra a decisão da pregoeira, conforme se verifica nos anexos.

Contudo, sem muitas fundamentações, o recurso foi improvido pela pregoeira e, posteriormente, pela autoridade superior (Secretária executiva).

Ou seja, em nenhum momento foi oportunizada à empresa que apresentou a melhor proposta na licitação, a correção de sua planilha de composição de custos, nem durante a sessão pública de análise das propostas, nem em sede de recurso administrativo.

Portanto, a irregularidade apontada é grave, uma vez que não foi oportunizada a correção de meros erros formais na planilha de composição de custos, o que é amplamente defendido pelas Cortes de contas e pela jurisprudência dos tribunais judiciais. Sendo que a proposta apresentada pela empresa foi a que se sagrou vencedora, por ter apresentado o melhor preço, seguindo as condições estabelecidas pelo Edital.

## **II. DO DIREITO**

### **a) Da possibilidade de correção da planilha de composição de custos**

Inicialmente, cabe ponderar que atendendo às condições do Edital, esta empresa apresentou sua proposta e, após a fase de lances, classificou-se em primeiro lugar, com o menor valor, sendo o mais vantajoso para o órgão público.

Todavia, ao analisar pormenorizadamente a planilha de composição de custos, a pregoeira identificou algumas inconsistências, que motivaram sua desclassificação no certame.

Contudo, sabe-se que a correção de meros erros que não interferem no valor final da proposta podem ser realizados após a constatação, concedendo-se prazo adequado para que se evite a desclassificação por meras formalidades, visando a contratação da licitante que pode prestar o serviço com o melhor valor ofertado no certame.

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União tem farta orientação jurisprudencial:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das



falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (Acórdão 2873/2014 – Plenário)

Ou seja, não cabe a desclassificação da proposta que poderia ser corrigida mediante simples correção de planilha.

Sobre o tema, vale mencionar o Voto do Acórdão 4.621/2009-2C do TCU, que contém, inclusive, exemplo aplicável à situação analisada, em que houve erro de preenchimento de planilha, cuja correção não acarreta aumento da proposta, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado.

Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

No mesmo sentido, o Acórdão 2.371/2009-P determinou a certa entidade que se abstinhasse de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara).

ACÓRDÃO 187/2014 TCU 10. Ata nº 3/2014 – Plenário. 11. Data da Sessão: 5/2/2014 – Ordinária. 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0187-03/14-P.

Outros julgados do TCU que corroboram a posição:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO CAUTELAR. CARTA-CONVITE ELETRÔNICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM FÁBRICA DE LUBRIFICANTES. CONHECIMENTO. CONTRATAÇÃO JÁ REALIZADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CAUTELAR. OITIVA. **DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE, SEM POSSIBILITAR ESCLARECIMENTOS DA LICITANTE. EXCESSO DE FORMALISMO.** REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DETERMINAÇÕES. ACÓRDÃO Nº 1228/2017 – TCU – Plenário *(sem grifos no original)*

TCU - Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado. Acórdão 898/2019- Plenário Relator: BENJAMIN ZYMLER

Acórdão 906/2020-Plenário TCU **DATA DA SESSÃO** 15/04/2020 **RELATOR** WEDER DE OLIVEIRA **ÁREA** Licitação **TEMA** Proposta **SUBTEMA** Desclassificação **OUTROS INDEXADORES** Lucro, Divergência, Proposta de preço, Planilha orçamentária. **TIPO DO PROCESSO** REPRESENTAÇÃO **ENUNCIADO** Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da

Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental.

Acórdão 1368/2019-Plenário TCU **DATA DA SESSÃO** 12/06/2019 **RELATOR** WALTON ALENCAR RODRIGUES **ÁREA** Licitação **TEMA** Proposta **SUBTEMA** Desclassificação **OUTROS INDEXADORES** Preço máximo, Reabertura, Entendimento, Inexequibilidade, Preço global, Prazo **TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO:** A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade. (sem grifos no original)

Acórdão 2239/2018-Plenário TCU **DATA DA SESSÃO** 26/09/2018 **RELATOR** ANA ARRAES **ÁREA** Licitação **TEMA** Proposta **SUBTEMA** Desclassificação **OUTROS INDEXADORES** Erro, Diligência **TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO** É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (sem grifos no original)

Ilustrando bem a questão, é válido trazer trecho do voto condutor do Acórdão 4.621/2009-TCU/2ª Câmara, da lavra do Ministro Benjamin Zymler:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

**Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante.** Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, **em evidente desacerto com as normas trabalhistas**, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

**Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o**

andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que **seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico**. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

25. Dessa forma, concluindo o raciocínio, entende-se que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação do valor global dos serviços a serem contratados devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos preços possam vir a atender aos requisitos legais após os devidos ajustes que se fizerem necessários. *(sem grifos no original)*

Ademais, a planilha corrigida continua sendo a **MELHOR PROPOSTA**. Não haveria cabimento de se afastar do certame a melhor proposta, realizando-se a contratação com o segundo melhor preço, baseado em mero erro material.

Aponta-se, também, julgado convergente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ERRO MATERIAL NA PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. **O ERRO MATERIAL CONSTANTE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FACILMENTE CONSTATÁVEL, NÃO É ÓBICE À CLASSIFICAÇÃO DA MESMA.**

(TJDFT 5043398 DF, Relator: ANGELO PASSARELI, Data de Julgamento: 18/11/1999, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 09/02/2000 Pág. : 17)

Veja-se que o autor JUSTEN FILHO<sup>1</sup> chega a recomendar que se releve defeito grave, desde que este não acarrete efeito nocivo à competitividade: *Um defeito grave deve ser relevado quando não acarretar efeito nocivo à competitividade. Se o conteúdo do ato for*

---

<sup>1</sup> JUSTEN Filho, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 17 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. P. 1007.

*identificável e se for apto a atingir o resultado pretendido, deve ser admitida a validade da proposta.*

No mesmo sentido, colhem-se decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO. CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE. VALOR DA PROPOSTA NÃO ATINGIDO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO.** - O deferimento de medida liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, com as ressalvas do § 2º. **- O equívoco constante da planilha de custos e formação de preço não interferiu na proposta, nem causou prejuízo à administração ou aos demais licitantes. - Observância do princípio do formalismo moderado, considerando a inexistência de irregularidade que macule as condições de habilitação da impetrante.** AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, DE PLANO.” TJRS. Agravo de Instrumento Nº 70062996012, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 12/12/2014. Data de publicação: 17/12/2014. *(sem grifos no original)*

Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Licitação. Pregão Presencial. Fornecimento de mão de obra capacitada para prestação de serviços de jardinagem. Empresa inicialmente desclassificada do certame, mas que comprovou por intermédio de recurso administrativo o cumprimento das disposições editalícias. Apresentação de planilha de custos de despesas médico-hospitalares em local diverso do estabelecido. Reavaliação da proposta apresentada. Possibilidade. Ausência de majoração do preço global apresentado. Manutenção da decisão interlocutória proferida no primeiro grau.

**Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional (Marçal Justen Filho) “Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação” TJSC. Processo nº 0018382-42.2016.8.24.0000 (Acórdão) Des. Sérgio Roberto Baasch Luz. Julgado em 22/11/2016. (sem grifos no original)**

Destaca-se que o processo licitatório é regido por vários princípios, dentre os quais o da *instrumentalidade das formas*, que estabelece que a “forma”, as formalidades,

não podem ser um fim em si mesmas, devendo-se considerar válido o ato quando os objetivos finais foram atingidos.

Trata-se de aplicação prática dos postulados do princípio da razoabilidade, que deve sempre respaldar a atuação do gestor público:

Este é um preceito que veda excessos, visando garantir a compatibilidade entre os fins e os meios de forma a evitar restrições exageradas ou abusivas, vedando imposições que acarretem obrigações, ônus ou sanções superiores àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e que possam ferir os direitos fundamentais. Assim, percebe-se a ligação entre a razoabilidade e a proporcionalidade.

É importante o respeito às prerrogativas da razoabilidade no Direito Administrativo. Consiste na exigência de que estes atos não sejam praticados apenas nos ditames legais, mas que guardem em seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que ditaram e os fins que se busca atingir.<sup>2</sup>

O rigor e excesso de formalismo não podem frustrar o objetivo maior da licitação, de buscar a oferta mais vantajosa para a Administração. Claro, sem, contudo, desconsiderar a isonomia e a competitividade entre as licitantes.

O Tribunal de Contas da União, já assentou, no acórdão 357/2015-Plenário, que:

no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

No mesmo sentido, há farta orientação jurisprudencial, na forma das ementas:

**LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO EM VIA PÚBLICA E DE EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE AFERIÇÃO E APROVAÇÃO DA BALANÇA EMITIDO PELO INMETRO. INABILITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO EMITIDO POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELO INMETRO. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. 1. Hipótese em que resta demonstrado o direito líquido e certo da**

---

<sup>2</sup>Vide [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1028](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1028). Acessado em 11 de junho de 2019.

impetrante de ser habilitada no certame, diante da idoneidade do atestado de qualificação técnica, bem como da apresentação da documentação prevista no item 4.4.7 do edital. **2. Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade seja suficiente para excluir do certame a impetrante, haja vista que a licitação deve dar-se sempre na busca da oferta mais vantajosa à Administração.** **3. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como às concorrentes, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado.** 4. Presentes os requisitos legais autorizadores da medida pretendida, a teor do que dispõe o inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, impõe-se a reforma da decisão que indeferiu a liminar no mandado de segurança. RECURSO PROVIDO (sem grifos e sem destaques no original);<sup>3</sup>

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. PREGÃO PRESENCIAL. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. EQUÍVOCO NA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LICITANTE ÚNICA. INABILITAÇÃO E POSTERIOR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE OUTRA EMPRESA, A DESPEITO DA CORREÇÃO DA IRREGULARIDADE. AGRESSÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. **FORMALISMO EXCESSIVO. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO OBJETIVO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE MEIOS E FINS. RELATIVIZAÇÃO DE FORMALIDADE QUE NÃO AGRIDE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA.** PRECEDENTES. - Sob o enfoque do objetivo primordial da licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para o Poder Público, tratando-se de licitante única, que, ademais, comprovou o preenchimento do único requisito faltante (e que motivou sua inabilitação), afigura-se irrazoável a eliminação da impetrante, procedendo a Administração, logo após, à contratação emergencial, com critérios sabidamente muito menos rígidos do que aqueles então exigidos por meio do processo licitatório - **Repudia-se o formalismo excessivo nas licitações, a despeito da necessária vinculação ao instrumento convocatório, pois o procedimento administrativo possui como intuito a obtenção da melhor proposta para a Administração e, sem ofender a isonomia, o formalismo deve ser moderado - A licitação não é um fim em si mesmo, mas procedimento que tem por finalidade a consecução de determinados objetivos, de modo que toda e qualquer decisão deve, necessariamente, ser pautada pela análise da adequação entre meios e fins. Não deve haver atropelo de um, nem de outro, mas se o apego ao instrumento, portanto, meio, frustrar de todo o alcance da finalidade pretendida, merece relativização, contanto que não agrida**

3TJRS. AI 70077408599-Canoas. Rel. Des. Sergio Luiz Grassi Beck. 1ª Câmara Cível. j. 23.05.2018. DJe. 25.05.2018.

**outros princípios fundamentais.** AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (sem destaques e sem grifos no original).<sup>4</sup>

Desse modo, a aplicação do princípio do formalismo moderado e, a consequente concessão de prazo para a adequação da planilha de composição de custos, no intuito de corrigir meros erros formais, sem interferir na proposta final, visa obter o melhor resultado almejado pela Administração, com a contratação da proposta mais vantajosa.

O posicionamento acima é praticamente uníssono no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR. Válido mencionar, neste diapasão, trecho de voto do relator no Acórdão nº 2591/2021 do TCE/PR, na qual são citados diversos julgados da Corte, dentre outras decisões e doutrinas que corroboram o posicionamento:

**ACÓRDÃO Nº 2591/2021 – TCEPR Trecho do voto:**

A prescrição do edital acima epigrafada se encontra em consonância a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União que se inclina ao reconhecimento de que não haveria irregularidade no equívoco do preenchimento dos dados da planilha de formação de custo:

**“O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro,** em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público” (Acórdão n.º 719/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas).

“Em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.239/2018-Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que “erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove

---

4TJRS. AI 70075619148-Cruz Alta. Relª. Desª. Marilene Bonzanini. 22ª Câmara Cível. j. 08.03.2018. DJe. 15.03.2018.



que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação” (Acórdão n.º 898/2019 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

“A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não deve imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública realizar as necessárias diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposto, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada, em sintonia com o art. 29-A, § 2º, da então vigente IN MPOG n.º 2, de 2008” (Acórdão n.º 1487/2019 – Plenário, rel. Min. André de Carvalho).

“Cabe esclarecer que o entendimento preponderante é de cada particular poder apresentar a taxa que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência o preço global, não estejam em limites superiores aos preços de referência, valores estes obtidos dos sistemas utilizados pela Administração e das pesquisas de mercado, em casos de lacunas nos mencionados referenciais” (Acórdão n.º 2738/2015 – Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo)

**“A inexecuibilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação de proposta com fundamento no §3º c/c inciso II, art. 48 da Lei 8.666/1993, pois o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta** (Acórdão n.º 637/2017 – Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz).

Esta relatoria também comunga do mesmo entendimento, consoante assentado no Acórdão n.º 3735/2020, do Tribunal Pleno, assim ementado: “Representação da Lei n.º 8.666/1993. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Pregão Eletrônico n.º 643/2019. Serviços de vigilância. **Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária. Improriedades que não permitem a exclusão da proposta. Natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos.** Improcedência” (grifou-se)

Da jurisprudência desta Corte é ainda possível colher o seguinte julgado: “Representação da Lei 8.666/93. **Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global**”. (Acórdão n.º 3724/2018, Tribunal Pleno)

No mesmo sentido é a orientação de Marçal Justen Filho, que em parecer que foi instado a responder, entre outras perguntas, qual seria a função de planilhas demonstrativas de formação de preços e custos, exigidas como anexos às propostas dos licitantes, oportunidade em que afirmou: “Em termos gerais, reputa-se que a função é meramente auxiliar, já que os dados constantes das planilhas podem ser superados e ignorados para

preservar propostas reputadas como satisfatórias” 1  
(<http://justenfilho.com.br/wp-content/uploads/2008/12/mjf58.pdf>)

**Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada, notadamente quanto se tem em conta que um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993)  
(sem grifos no original)

Outra decisão do TCE/PR que é válida mencionar:

TCEPR PROCESSO Nº - 741991/18 ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE - MUNICÍPIO DE MARINGÁ INTERESSADO - J DE MIRANDA CONSULTORIA E ENGENHARIA DE PROJETO LTDA PROCURADOR - DESPACHO - 1197/18 – GCFAMG

Havendo interesse da Administração na melhor contratação possível, deve-se, a partir da premissa de que os erros dos particulares se darão em prejuízo de seu respectivo interesse, verificar se há risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. In casu, considerando que a proposta em exame é R\$ 351.145,82 menor que a apresentada pela empresa declarada vencedora, entendo, em exame perfunctório, que deveria a Municipalidade questionar à ‘J de Miranda Consultoria e Engenharia de Projetos LTDA’ se haveria interesse em manter seu preço global mediante ajuste de sua planilha, posteriormente analisando se haveria risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. **Verifica-se que, em caso de erro no preenchimento de planilha, o Tribunal de Contas da União já determinou que fosse desconsiderada indicação equivocada de percentual de tributo (que seria de 1%, e não 2% como apresentado pelo Proponente), para proporcionar melhor contratação à Administração, determinando-se que “9.3.1 em futuros procedimentos licitatórios, abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (...)” (Acórdão 2371/2009-Plenário)** (sem grifos no original)

Assim sendo, diante da farta orientação jurisprudencial, sendo certo que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos é a medida que melhor visa atender ao interesse público, requer-se ao pregoeiro que assim proceda, evitando-se que seja necessário adotar-se as medidas legais que poderão delongar, ainda mais, a conclusão do procedimento licitatório.

## **b) Da adequação na planilha de composição de custos**

Primeiramente, cabe esclarecer que a proposta da empresa foi elaborada com base em sua realidade econômica e tributária, na esteira de se conseguir a melhor proposta para a Administração.

Assim, a proposta foi elaborada com base: no regime de tributação do Simples Nacional e na CCT da CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada, aplicando-se os salários e benefícios ali previstos.

Veja-se que a margem de lucro aplicada foi de 14% (quatorze por cento), portanto, de monta considerável, de maneira que eventuais erros ou inadequações na planilha poderiam ser facilmente abarcados da margem de lucro da empresa.

Destaca-se que o SIMPLES Nacional é um regime de tributação que abarca diversos tributos, dentre eles os federais e municipais, o recolhimento do PIS, COFINS e ISS é realizado em guia única, na qual os três são integrantes. Por esta razão é que não foi apontado, especificamente, a porcentagem dos valores de tais tributos no Módulo 6 da planilha de composição de custos.

Assim, a fim de evitar eventuais questionamentos, aponta-se que os valores foram devidamente corrigidos na planilha, colocando a porcentagem de cada um dos tributos no Módulo 6, conforme pode se verificar na planilha de composição de custos corrigida.

Igualmente, no que se refere ao valor recolhido de INSS do submódulo 2.2, item A, foi devidamente adequado, aplicando-se o percentual correto de acordo com o salário do cargo.

Por fim, em relação aos benefícios constantes na CCT da categoria, informa-se que os valores de Convênio Saúde – R\$ 70,00 (setenta reais por empregado) – e de Fundo de Formação Profissional – R\$ 15,00 (quinze reais) por bimestre, portanto R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) mensais – foram abarcados no Submódulo 2.3, item C, no valor total de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais por empregado. Igualmente, a diferença no aumento da contribuição a título de Convênio Saúde para R\$

90,00 (noventa reais) por empregado a partir do 2º mês (conforme a cláusula décima quinta da CCT) será abarcada pelo Módulo 5, item D (outros) e pela margem de lucro.

Ressalta-se que todas as adequações na planilha se tratam de meros erros formais que não interferem na composição final do preço, eis que foram abarcadas, tanto pela margem de lucro do Módulo 6, como pelo Módulo 5 (Insumos diversos), eis que os valores ali previstos também estavam com uma margem considerável, sendo que a subscrite pode utilizar-se de sua própria estrutura para alguns dos insumos ali previstos.

Ademais, destaca-se que eventuais erros no preenchimento da planilha serão arcados pela empresa, não sendo motivo para eventual desclassificação da proposta.

Desse modo, a proposta da subscrite CONTINUA SENDO A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, eis que apresenta o melhor valor, cumprindo-se toda a legislação vigente sobre a atividade e todas as disposições da categoria profissional.

Portanto, requer-se o recebimento do presente recurso com as adequações na planilha de composição de custos, afim de que o órgão licitante possa obter o melhor resultado almejado pelo presente processo licitatório.

### **c) Da medida cautelar**

O art. 53 da Lei Orgânica do TCE/PR dispõe que poderá ser concedida Medida cautelar, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Regimento Interno.

Por sua vez, o art. 400 do Regimento interno desta Egrégia Corte, dispõe sobre a determinação das medidas cautelares. O §1º-A, assim dispõe:

§ 1º-A. No âmbito das competências desta Corte poderá haver determinação incidental de suspensão de ato ou procedimento impugnado a ser deferida pelo relator, que surtirá efeitos imediatos, devendo ser encaminhada aos demais Conselheiros e submetida ao órgão julgador competente, na primeira sessão subsequente à decisão, para apreciação, independente de inclusão prévia na pauta de julgamentos, nos termos do art. 429, § 4º, I.

Veja-se que, no presente caso, a suspensão do processo licitatório em questão é a medida mais adequada e necessária para resguardar o interesse público, tendo em

vista que a proposta apresentada pela subscritora no pregão foi a que teve o menor preço, seguindo os critérios definidos pelo Edital.

Nesta seara, se o processo licitatório continuar seu regular trâmite, pode ocasionar, inclusive, na perda de objeto da presente representação, uma vez que os recursos administrativos já foram julgados pelas autoridades responsáveis.

Logo, há elementos seguros a dar amparo à concessão da liminar, visto que, ainda que inicialmente, se observa a presença do *fumus boni juris*, já que os fundamentos apresentados são detentores da relevância autorizadora da concessão de liminar.

Igualmente, o *periculum in mora* está constatado pois, se não houver o atendimento imediato com a medida cautelar, por certo que a continuação do processo licitatório ocasionará em riscos graves e cujas consequências podem ser impossíveis de reparar, eis que o órgão público estará contratando com empresa que ofertou preço superior, desta forma, dando mais prejuízos ao erário público.

Portanto, diante da presença dos requisitos para a medida cautelar, requer-se seja deferida a ordem LIMINAR, determinando seja suspenso o processo licitatório Pregão nº 36/2021, até que a presente representação seja julgada procedente, com a consequente determinação para que se retorne à fase de análise das propostas, oportunizando à empresa a possibilidade de apresentar a planilha de composição de custos com os valores devidamente corrigidos.

### III. DO PEDIDO

Assim sendo, ante o exposto, considerando que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, que não interferem no valor final, é altamente defendida pela jurisprudência das cortes superiores, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, requer-se o recebimento e processamento da presente Representação para:

- a) Conceder medida cautelar determinando a suspensão do pregão nº 036/2021 do CONSAMI;

- b) Determinar que o Pregão nº 036/2021 retorne à fase de análise das propostas, permitindo que seja possibilitado o recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta;
- c) Citar as partes para que, querendo, apresentem o contraditório;
- d) Seja julgado procedente a presente Representação;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

*Marechal Cândido Rondon – PR, datado e assinado digitalmente.*

**LUCKAS NORBERTO OBERMANN**  
**OAB/PR 95328**

#### 4. Outros Documentos (2

# PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO

Página 1 de 3

**GILBERTO FRAGA DE PAULA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, agente de segurança, nascido em 16/03/1976, natural de Iguatemi/MS, residente e domiciliado na Rua Maranhão, nº 670 - Fundos, Jardim Pancera, CEP: 85914-153, Toledo/PR, portador da cédula de identidade civil RG nº: 000852671 SSP MS, expedida em 18/02/1993, e do CPF nº: 813.325.481-72 e **MAURO MARCELO VERISSIMO**, brasileiro, solteiro, agente de segurança, nascido em 11/03/1975, natural de Marechal Cândido Rondon/PR, residente e domiciliado na Rua São João, nº 8411, Centro, CEP: 85900-050, Toledo/PR, portador da cédula de identidade civil RG nº: 4.473.373-9 SSP SC, expedida em 05/05/1998, e do CPF nº: 886.279.509-20, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira:** A sociedade girará sob o nome empresarial **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, e terá sede e domicílio na Rua Híberto Peiter, nº 430, Jardim Parizzotto, CEP: 85914-020, Toledo/PR.

**Cláusula Segunda:** O objeto será: **Atividades de vigilância e segurança privada.**

**Cláusula Terceira:** A sociedade iniciará suas atividades em 01 de Outubro de 2018 e prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quarta:** O capital social será R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) divididos em 110.000 (Cento e dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	Quotas	Capital (R\$)	Capital (%)
GILBERTO FRAGA DE PAULA	55.000	55.000,00	50,00%
MAURO MARCELO VERISSIMO	55.000	55.000,00	50,00%
TOTAL	110.000	110.000,00	100,00 %

**Cláusula Quinta:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sexta:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2018 14:20 SOB Nº 41208912936.  
PROTOCOLO: 184929652 DE 02/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11804404238. NIRE: 41208912936.  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 18/10/2018  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



# PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO

Página 2 de 3

**Cláusula Sétima:** A administração da sociedade caberá aos sócios **GILBERTO FRAGA DE PAULA e MAURO MARCELO VERISSIMO** que representarão a sociedade individualmente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**Cláusula Oitava:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, ou, a critério dos sócios a cada trimestre civil, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo único** – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

**Cláusula Nona:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

**Cláusula Décima:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**Cláusula Décima Primeira:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo único** – Independente dos valores atribuídos a título de retirada mensal fixa, prevista no caput, os sócios, administradores ou não, terão direito a retiradas de lucros, proporcionais ou não a participação de cada sócio no capital social se assim desejarem, conforme faculta do Artigo 1.007 da Lei Nº 10.406/2002.

**Cláusula Décima Segunda:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio(s) remanescente(s), o valor



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2018 14:20 SOB Nº 41208912936.  
PROTOCOLO: 184929652 DE 02/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11804404238. NIRE: 41208912936.  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 18/10/2018  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

# PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO

Página 3 de 3

de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**Cláusula Décima Terceira:** Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima Quarta:** Fica eleito o foro da Comarca de Toledo – Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em uma única via.

Toledo PR, 24 de Setembro de 2018.

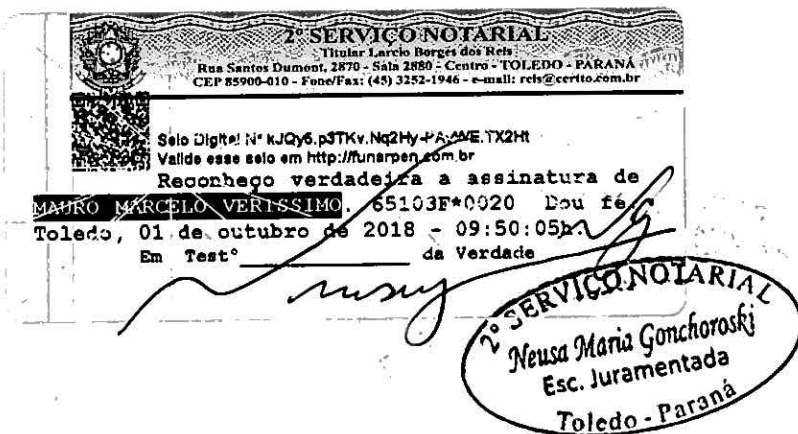
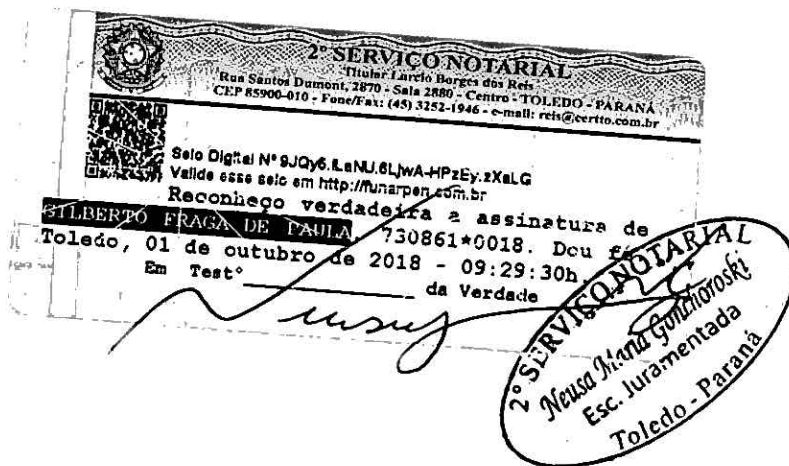
  
GILBERTO FRAGA DE PAULA

  
MAURO MARCELO VERISSIMO



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2018 14:20 SOB Nº 41208912936.  
PROTOCOLO: 184929652 DE 02/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11804404238. NIRE: 41208912936.  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 18/10/2018  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2018 14:20 SOB N° 41208912936.  
PROTOCOLO: 184929652 DE 02/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11804404238. NIRE: 41208912936.  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 18/10/2018  
www.empresafacil.pr.gov.br



**PALETA ELETROPOLO E FORTISSIMO NACIONAL**

**BRASIL** 4.473.373-9 **BRASIL** 05/08/1998

**Nome** PAULO MIGUEL VERISSIMO

**Número** LUTZ VERISSIMO

**Endereço** IMELINE MOSCHINI VERISSIMO

**Naturalidade** PARECHI C. RONDON PR

**Data de Nascimento** 11/08/1972

**Doc. Pessoal** C. Nasc. 421 LV 4 PL EDO

**Cidade** CART. FORTI NEMES RONDON PR

**CPF** 886.279.509/20

**Fluorografia** 30

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL

**AUTENTICACAO**

Este documento é autêntico e verdadeiro, conforme a prescrição que lhe foi dada, e não contém nenhuma alteração.

**20 de Maio de 2002**

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**

**AD - DOUTOR DE DENTISTAS E TÉCNICOS**

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL

**Assinatura** [Assinatura]

**Local** FORTISSIMO NACIONAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

GILBERTO FRAGA DE PAULA

Nº de Inscrição

813325481-72

Data de Nascimento

16/03/76



2. ENTREGUE A PRESENÇA, COPIA QUE  
FUTURAMENTE, COM A ORIGINAL, A NIM  
APRESENTADO, O RECEBIMENTO É VERDADE  
DOUTE.

20 APR. 2021

Talão de Inscrição do Poder  
Exclusivo para

Maria Cristina de Almeida  
207161 de Notas

Cascavel-PR

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE  
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo  
nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

*Gilberto Fraga de Paula*  
GILBERTO FRAGA DE PAULA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 01/07/95



**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL 000832671 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/02/93

NOME GILBERTO FRAGA DE PAULA

FILIAÇÃO JOSE ART DE PAULA  
EMÍLIA FRAGA DE PAULA

NATURALIDADE MG

RGUATEMI-MG 16/03/1975

COD ORDEM C N LGUATEMI MG  
N 2257 L 05-A F 198

**ARQ DE NOTAS**

original a ser entregue e verificado

SIGNATURA DO DETENTOR

16/03/1975

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
NATURAL DE IDENTIFICAÇÃO

PI-34



*Gilberto Fraga De Paula*

IDENTIFICAÇÃO

UNICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

NÚMERO 080852671 DATA DE EMISSÃO 18/02/73

NOME GILBERTO FRAGA DE PAULA

PAIS BRASIL

LOCALIDADE JOSE ANTONIO DE PAULA

ENDEREÇO RUA LUIZ DE PAULA

NATURA CIVIL DATA DE NASCIMENTO 16/03/1976

LOCALIDADE DE NASCIMENTO JOIA TEHU-MG

PROFISSÃO D. N. JOIA TEHU-MG

N.º 2257 L. 05-A F. 130

NOTAS

*Qualit*

20 de Abril de 2021

2º Int. de Notas

FTD149908

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
GILBERTO FRAGA DE PAULA

Nº de Inscrição  
813325481-72

Data de Nascimento  
18/03/76



20 de Abril de 2021

2º Int. de Notas

FTD149908

Juscavim-PR

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade e exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura  
*Gilberto Fraga De Paula*  
GILBERTO FRAGA DE PAULA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 01/07/95

## 5. Outros Documentos (3



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

**OUTORGANTE – PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 31.798.997/0001-09, sediada na Rua Hilberto Peiter nº 430, Jardim Parizzotto, Toledo/PR, neste ato representada por seu sócio administrador **MAURO MARCELO VERÍSSIMO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.473.373-9-SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 886.279.509-20, residente e domiciliado(a) na Rua São João nº 8411, Centro, Toledo/PR,

**OUTORGADO – CAIO ALEXANDRE GUIMARÃES GARCIA** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº. 102.863 e no CPF sob o n.º 103.546.159-55, com endereço profissional na Rua 7 de Setembro, número 1173, centro, no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

**PODERES** - Pelo presente instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** amplos poderes para o foro em geral, com cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo ajuizar, em face de quem de direito, as demandas competentes, bem como defendê-lo nas contrárias, acompanhando-as até a o trânsito em julgado da decisão final de mérito, usando os recursos legais e os acompanhando, conferindo-lhe ainda, poderes especiais, inclusive os elencados pelo artigo 105 do CPC, quais sejam: confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, bem como poderes gerais de representação perante particulares e quaisquer outras entidades.

**FINALIDADE** – Postular administrativamente e/ou em juízo na defesa dos interesses do **OUTORGANTE**, especificamente para representação em recursos administrativos de processos licitatórios.

*Marechal Cândido Rondon - PR, 20 de outubro de 2021.*

  
\_\_\_\_\_  
**OUTORGANTE**

Eu, **Caio Alexandre Guimarães Garcia**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob o número 102.863, substabeleço, com reserva, os poderes a mim outorgados por **Primeira Ação Vigilância e Segurança Ltda**, em favor do advogado **Luckas Norberto Obermann**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PR sob o número 95.328.

Marechal Cândido Rondon, 10 de novembro de 2021.

CAIO ALEXANDRE  
GUIMARAES GARCIA

Assinado de forma digital por CAIO  
ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA  
Dados: 2021.11.11 09:33:44 -03'00'

**Caio Alexandre Guimarães Garcia**  
**OAB/PR 102.863**

## 6. Outros Documentos (4

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 036/2021**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**

### 1. PREÂMBULO

**1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio da Comissão Permanente de Pregões, devidamente autorizado por seu Presidente Sr. Paulo Horn, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital, seus anexos e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993; torna pública a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS**, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**1.2.** O processo será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal COMPRASNET através do sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), conforme data e horário definido abaixo:

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**18 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 09H00MIN**

**UASG: 926782 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**

**1.3.** Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado conforme Resolução do CONIMS.

**1.4.** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos endereços eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br) no link licitações.

**1.5.** Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de lotes ou itens, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação do processo de licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

**1.6.** Ao aderir ao certame, os Licitantes participantes se declaram cientes que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra do processo licitatório será disponibilizada no Portal de Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica

descritas no Edital, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

## **2. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ESCRITA, DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1.** O recebimento da proposta escrita, da documentação de habilitação, a abertura da sessão pública e a disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

**2.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 18 de OUTUBRO de 2021 às 09h00min, no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, nos termos e condições descritos neste Edital.**

## **3. OBJETO**

**3.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**3.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.

## **4. DA VISTORIA**

**4.1.** As empresas interessadas em participar desta licitação poderão realizar vistoria nos locais onde serão executados os serviços, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

**4.2.** A vistoria deverá ser agendada via telefone ao Setor de Licitações: (46) 3313-3550 e realizada em dias úteis, das 08:30 às 11:30h e das 14:30 às 16:30h, até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização do certame.

**4.3.** A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

## **5. VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**5.1.** O preço máximo global total/anual admitido para a contratação do serviço, acrescido dos encargos devidos é de R\$ 655.035,36 (seiscentos e cinquenta e cinco mil e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).

**5.2.** O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL PARA O ITEM (VALOR ANUAL)**, observado as especificações técnicas constantes no ANEXO I - Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.

**5.3.** Caso as proponentes apresentem propostas com valores acima do estipulado no termo de referência, e não ajustem os valores na sessão de lances, as mesmas serão desclassificadas após a fase de lances.

## **6. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**6.1.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao presente Edital poderão ser feitas até as 17 horas, até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

**6.2.** As impugnações e os pedidos esclarecimentos sobre o conteúdo do Instrumento Convocatório e seus anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao pregoeiro ou à Equipe de Apoio, protocolados em dias úteis, se físico, no horário das 08h00min às 11h:00min, e das 14h:00min às 16h:00min, na Rua Afonso Pena, n.º 1902, 4º andar, Setor de Protocolo, Bairro Anchieta, na cidade de Pato Branco/PR ou encaminhados ao pregoeiro ou à Equipe de Apoio pelo endereço do e-mail: [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br), até as 17 horas.

**6.3.** O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente estar acompanhado de CPF ou RG em se tratando de pessoa física, e de CNPJ em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, em que o procurador deve comprovar que efetivamente representa e possui poderes para representar a impugnante.

**6.4.** Não serão conhecidas as impugnações oferecidas após vencidos os respectivos prazos legais.

**6.5.** O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do CONIMS quanto do emissor.

**6.6.** Procedentes as razões da petição de impugnação contra o ato convocatório e se houver alteração substancial do edital, será designada nova data para a realização do certame.

**6.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

## **7. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**7.2.** Para realizar o procedimento do registro cadastral no SICAF, o Prestador interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital

conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**7.3.** Após o prestador se cadastrar no SICAF, ele deverá fazer o seu Credenciamento/Cadastramento no COMPRASNET.

**7.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão, na forma eletrônica.

**7.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **8.1. Poderão participar deste pregão, os interessados:**

**8.1.1.** Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos.

**8.1.2.** As empresas interessadas em participar deste certame deverão ser especializadas na prestação de serviços de Vigilância Patrimonial; o que será atestado pelo objeto do contrato social e do cartão CNPJ.

**8.1.3.** Estarem oficial e legalmente estabelecidas no País conforme a legislação em vigor e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos e da legislação especial aplicável ao tema.

**8.2.** Os interessados em participar deste processo deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**8.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal n.º 11.488, de 2007 e para o microempreendedor Individual - MEI, nos limites da Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 147/14 e Lei Complementar n.º 155/2016.

### **8.4. Não poderão participar direta ou indiretamente da presente licitação, os interessados:**

**8.4.1.** Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9 da Lei n.º 8.666/1993.

**8.4.2.** Que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV, do art. 87, da lei n.º



8.666/1993.

**8.4.3.** Aqueles incursos na sanção prevista no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/1993, quando aplicadas por este CONIMS.

**8.4.4.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**8.4.5.** Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**8.4.6.** Que estejam reunidos em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição.

**8.5. Como requisito para participação neste pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema aos seguintes requisitos:**

**8.5.1.** Sendo o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 2006 e ulteriores alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

**8.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

**8.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**8.5.4.** Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei de 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**8.5.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**8.5.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

**8.5.7.** Se for o caso, que conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**8.5.8.** Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, sendo o caso.

**8.5.9.** As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais; a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **9. PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do



Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços inicial escrita CONCOMITANTEMENTE com a documentação de habilitação, **a partir da disponibilização no sistema, a qual se dará em 04 de outubro de 2021.**

**9.1.1.** A proposta inicial escrita juntamente com a documentação de habilitação exigida em edital, poderão ser anexadas no sistema até o horário de abertura da sessão pública. Após esse período o sistema automaticamente encerrará esta etapa.

**9.2.** Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e a documentação de habilitação anteriormente apresentadas.

**9.3.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio da fase de lances.

**9.4.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

## **10. PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA**

**10.1.** A proposta de preços escrita **poderá ser preenchida conforme Anexo II deste edital**, vedado conter dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proponente.

**10.2.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

**10.3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00). Valores com 3 ou mais casas decimais não serão arredondados.**

**10.4.** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias constantes neste Edital e seus anexos sob pena de desclassificação da proponente.

**10.5.** Ao pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

**10.6.** A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

**10.7.** Havendo discordância entre os preços unitários e totais, entre os valores expressos e por extenso, prevalecerá o que for mais vantajoso para a administração pública.

**10.8. A proponente deverá fazer sua proposta ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste edital, o atendimento dos seguintes requisitos:**

**10.8.1.** Planilhas com detalhamento dos custos envolvidos, podendo usar como modelo o Anexo III.

**10.8.2. A Convenção, Acordo ou do Dissídio Coletivo de Trabalho que deverá servir de base para a elaboração da proposta, deverá ser a: CCT Profissional dos Empregados em**

Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, com abrangência territorial PR.

**10.8.3.** Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.

**10.8.4.** A licitante deverá arcar com qualquer ônus decorrente de eventuais equívocos quanto ao dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**10.8.5.** Caso eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitante com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

## **11. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA**

**11.1.** Na proposta de preços eletrônica, o licitante deverá descrever resumidamente as especificações do produto ofertado em campo próprio do sistema, conforme número de caracteres permitidos, atentando-se sempre que possível ao descritivo exigido no Termo de Referência - ANEXO I, o qual deverá guardar conformidade na proposta escrita.

**11.2.** As propostas apresentadas com valores acima do máximo aceitável estipulado em edital serão desclassificadas após a fase de lances, caso a proponente não apresente lances diminuindo os valores.

## **12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** No dia **18 de outubro de 2021 às 09h00min**, horário de Brasília – DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), será aberta ao comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**12.2.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**12.3.** Cabe às licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, de sua desconexão ou por

omissão quando chamado à manifestação via "chat".

**12.4.** Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

**12.5.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real de todos os participantes.

**12.6.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**12.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data ou hora marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido pelo Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

### **13. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**13.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**13.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**13.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**13.3.1. O intervalo mínimo (diferença de valores) entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

**13.4.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada** a identificação do ofertante.

**13.5.** Caso o licitante não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

**13.6.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusividade e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**13.7.** O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**13.8.** Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local em que será dado prosseguimento à sessão pública.

**13.9.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

**13.10.** Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**13.11.** As propostas de pessoas jurídicas qualificadas como microempresa ou empresas de pequeno Porte que se encontrem na faixa de 5 % (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preços, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**13.11.1.** A melhor classificada nos termos do item acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior da primeira colocada, no prazo de (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

**13.11.2.** Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**13.11.3.** O disposto nos subitens acima somente será aplicável quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### **14. MODO DE DISPUTA**

**14.1.** Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**14.1.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**14.1.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**14.1.3.** Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

**14.1.4.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

#### **15. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**15.1.** O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços razoáveis praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado,

afetado mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, a qual poderá, a critério do pregoeiro, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas de modo a evidenciar a economicidade da contratação.

**15.2.** Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação.

**15.3.** Será considerada inexequível a proposta que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

**15.4.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**15.4.1.** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

**15.4.2.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**15.4.3.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**15.4.4.** A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

**15.4.5.** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**15.4.6.** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **16. HABILITAÇÃO**

**16.1.** Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados concomitantemente com a proposta escrita, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública, conforme segue:

**16.1.1.** Habilitação Jurídica.

**16.1.2.** Qualificação Econômico – Financeira.

**16.1.3.** Regularidade Fiscal e Trabalhista.

**16.1.4.** Regularidade Técnica.

**16.2.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

**16.2.1.** Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de enviar a proposta de preços atualizada ou não atender as exigências habilitatórias, o pregoeiro a DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**16.2.2.** A habilitação dos licitantes, referente **somente** aos documentos de **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição no SICAF, desde que os mesmos estejam validados e atualizados. Os demais documentos exigidos neste Edital deverão ser anexados no sistema compras governamentais, anteriormente à abertura da sessão pública juntamente com a proposta de preços escrita, sob pena de inabilitação.

### **16.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**16.3.1.** Cédula de identidade (RG) e CPF dos proprietários.

**16.3.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**16.3.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

**16.4.1.** CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

**16.4.2.** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) vigentes, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório.

**16.4.3.** As empresas licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**16.4.4.** Para fins de comprovação de enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será considerado o Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**16.4.5.** Para fins de comprovação de MEI (Microempreendedor Individual), se optante pelo SIMPLES, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei); não sendo optante pelo SIMPLES, a Autodeclaração de seu enquadramento, sob as penas da lei.

## **16.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**16.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro De Pessoa Jurídica – CNPJ.

**16.5.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

**16.5.3.** Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, relativo aos tributos relacionados com o objeto licitado.

**16.5.4.** Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

**16.5.5.** Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

**16.5.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

**16.5.7.** Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016 e ulteriores alterações, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando qualquer restrição;

**16.5.7.1.** Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2016 e ulteriores alterações, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**16.5.7.2.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**16.5.8.** Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

## **16.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.6.1.** Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

**16.6.1.1.** Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou prestação de serviço de vigilância patrimonial no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto deste certame.

**16.6.1.2.** Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão



conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

**16.6.2.** Autorização de Funcionamento para o Exercício de Atividade de Segurança Privada emitida pela Polícia Federal.

**16.6.3.** Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado em Edital.

**16.6.4.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.6.5.** O não atendimento das exigências constantes no item 16 do edital implicará na inabilitação da proponente.

## **17. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**17.1.** Documentos complementares à proposta e à habilitação quando necessários à complementação de informações daqueles exigidos no edital e já apresentados, poderão ser solicitados pelo pregoeiro e deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, respeitando-se o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro no sistema, em horário útil e enquanto houver expediente na unidade licitante, sob pena de inabilitação.

**17.1.1.** Considerar-se-á como documentação complementar:

**17.1.2.** Proposta ajustada, Planilha de detalhamento dos custos e cópia da respectiva Convenção de trabalho.

## **18. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**18.1.** A habilitação do licitante poderá ser verificada por consulta online ao SICAF **somente** quanto aos documentos comprobatórios da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**.

**18.2.** Os demais documentos exigidos neste Edital, deverão ser anexados no sistema comprasgovernamentais.gov.br, sob pena de inabilitação da proponente.

**18.3.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta a respectiva documentação, atualizada.

**18.4.** Será verificado se o licitante possui alguma restrição de licitar ou contratar com a administração pública, no SICAF e/ou no TCU (Tribunal de Contas da união) e/ou no TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

**18.4.1.** Caso o licitante possua registro de inidoneidade, em qualquer ente da administração pública (federal, estadual ou municipal), o mesmo será excluído do certame.

**18.4.2.** Registros de suspensão, em qualquer órgão que não o CONIMS, não impedem a participação no certame.



**18.5.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro analisará a documentação de habilitação do proponente remanescente e, se necessário, observada a ordem decrescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

## **19. RECURSOS**

**19.1.** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**19.2.** A falta de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

**19.3.** Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**19.4.** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**19.5.** O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**19.6.** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o pregoeiro terá até 5 (cinco) dias úteis para:

**19.6.1.** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

**19.6.2.** Motivadamente, reconsiderar a decisão.

**19.6.3.** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.

**19.7.** O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.8.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o processo licitatório para determinar a contratação.

**19.9.** Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

## **20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**20.1.** Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

**20.1.1.** Se o primeiro proponente classificado não atender as exigências de habilitação,

será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

**20.2.** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

**20.2.1.** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à contratação do objeto licitado.

## **21. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**21.1.** Após a adjudicação e a homologação, a contratação dar-se-á mediante termo de contrato a ser firmado entre o CONIMS e a proponente vencedora da licitação, cuja minuta constitui o ANEXO IV.

**21.2.** O contrato da prestação de serviços será enviado ao licitante por e-mail devendo retornar assinado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a confirmação do recebimento do correio eletrônico pela licitante.

**21.3.** Caso a proponente vencedora do certame se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais licitantes conforme a ordem de classificação.

## **22. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**22.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art. 57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.

## **23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**23.1.** As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **24. RESCISÃO**

**24.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**24.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei

8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba ao contratado direito a qualquer indenização.

**24.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**24.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**24.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**24.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**24.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**24.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**24.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**24.2. A rescisão contratual pode ser:**

**24.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**24.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**24.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

**25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no endereço eletrônico [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br) no link Licitações.

**25.2.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Consórcio não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução do resultado do processo licitatório.

**25.3.** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**25.4.** Com fundamento na forma ao art. 43§ 3º da Lei Federal n.º 8.666/1993, é facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria contar do processo desde a realização da sessão pública.

**25.5.** Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo pregoeiro.

**25.6.** Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

**25.7.** No julgamento das propostas da habilitação, o pregoeiro poderá relevar omissões

puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

**25.8.** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

**25.9.** Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

**25.10.** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

**25.11.** Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado.

**25.12.** O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

**25.13.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data ou hora marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**25.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no CONIMS.

**25.15.** As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, deste que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

## **26. ANEXOS**

**26.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Modelo da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

ANEXO IV – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

**PAULO HORN**  
**PRESIDENTE**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e anexo I - termo de referência.

#### **2. MOTIVAÇÃO**

**2.1.** Considerando-se que contrato de prestação de serviços nº 21/2018 se encontra em vias de término;

**2.2.** Considerando-se que:

Este CONIMS, atualmente, possui em suas instalações mais de 160 computadores, nos quais são desempenhados os trabalhos para atendimento aos municípios consorciados, desde as licitações até o próprio atendimento em saúde do paciente, em várias áreas, além de manter em seus sistemas e arquivos físicos Prontuários Médicos, controle de contas e pagamentos dos seus prestadores e servidores.

Mais recentemente, foram adquiridos equipamentos para cirurgias de cataratas, como o Facoemulsificador e o Microscópio Cirúrgico, que são equipamentos de considerável valor. Ainda há de se destacar o almoxarifado, o qual armazena temporariamente, materiais odontológicos, hospitalares e medicamentos para uso nas suas unidades e nos municípios consorciados.

A sede deste CONIMS conta com área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados, com 5 andares, contendo ainda vários outros equipamentos além dos citados, de importância não só financeira, mas também para a continuidade do serviço de saúde que presta, os quais devem ser mantidos em vigilância constante e preparada para eventual ameaça patrimonial.

A unidade CAPS AD III é gerida pelo CONIMS e mantida, em sua maioria, com recursos federais e regida por Portarias do Ministério da Saúde, as quais exigem o atendimento de uma série de requisitos de ordem estrutural, de funcionamento e da qualificação dos prestadores ali inseridos.

De acordo com o artigo 7º, §4º da Portaria nº 3.088/GM/MD, de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o CAPS AD III, tem as seguintes características:

*"Art. 7º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial.*

*(...)*

*§ 4º Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades:*

*(...)*

*V - CAPS AD III: atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades de cuidados clínicos contínuos. Serviço com no máximo doze leitos para observação e monitoramento, de funcionamento 24 horas, incluindo feriados e finais de semana; indicado para Municípios ou regiões com população acima de duzentos mil habitantes; "*

*O atendimento ali realizado é especializado a pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, financiado pelo governo federal e estadual.*

Observa-se, assim, que os pacientes ali internados são, em sua maioria, inseridos ou egressos de ambiente propício à violência (substâncias entorpecentes), sendo especialmente importante que os profissionais responsáveis pela guarda do local estejam aptos ao enfrentamento de situações inerentes a esse contexto, notadamente para proteção da equipe atuante no CAPS e dos pacientes internados.

### 3. QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
001	7202155468	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8	R\$ 54.586,28	R\$ 655.035,36

### 4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1.** Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

**4.1.1.** Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

**4.1.2.** Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

**4.1.3.** Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

**4.1.4.** O item 1 engloba os 2 locais de serviços onde serão alocados os funcionários dispostos pela contratada, visto que os serviços em referência são de igual natureza, e ainda, a contratação de apenas uma empresa facilitará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços contratados.

## **5. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS**

**5.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar de 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**5.2.** Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

## **6. DA JORNADA DE TRABALHO**

**6.1.** Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

**6.2.** O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

**6.3.** O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

**6.4.** O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

## **7. DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS**

**7.1.** A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

**7.1.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa;
- d) 2 (dois) pares de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

**7.1.2.** EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).

**7.1.3.** As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

**7.1.4.** Todos os itens devem ser de boa qualidade e em ótimas condições de uso e respeitar



a legislação vigente.

**7.1.5.** Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar substituição destes, caso os julgue inadequados;

**7.1.6.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

**7.1.7.** A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

**7.1.8.** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

## **8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: [fiscalcontratos@conims.com.br](mailto:fiscalcontratos@conims.com.br) e/ou [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br).

**8.2. Quando do início da prestação dos serviços,** deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

**8.2.1.** Ficha de Registro de Empregado;

**8.2.2.** Carteira de Trabalho;

**8.2.3.** Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

**8.2.4.** Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

**8.2.5.** Atestado de Saúde Admissional;

**8.2.6.** Carteira de vacinação atualizada;

**8.2.7.** Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

**8.3.** Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 8.2 e subitens;

**8.4. Apresentar anualmente,** podendo ser no momento da renovação contratual:

**8.4.1.** Atestado de antecedentes criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná ou do estado onde residiu nos últimos 5 anos, conforme o caso;

**8.4.2.** Atestado de Saúde Ocupacional, conforme a legislação vigente;

**8.5. A contratada deverá encaminhar mensalmente** os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados terceirizados disponibilizados, sendo:

**8.5.1.** Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de



pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

**8.5.2.** Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**8.5.3.** Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

**8.5.4.** Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**8.5.5.** Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**9.1.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

**9.2.** Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

**9.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**9.4.** Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

**9.5.** Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

**9.6.** Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

**9.7.** Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

**9.8.** Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**9.9.** Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones

e endereço eletrônico;

**9.10.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**9.11.** Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

**9.12.** Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**9.13.** Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

**9.14.** Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**9.15.** Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

**9.16.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

**9.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

**9.18.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

**9.19.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

**9.20.** Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

**9.21.** Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**9.22.** Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais

complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

**9.23.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

**9.24.** Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

**9.25.** Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

**9.26.** Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

**9.27.** A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

**9.28.** A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

**9.29.** Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado formalmente com antecedência;

**9.30.** Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, está deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

**9.31.** Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

**9.32.** Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;

c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;

d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.

e) E qualquer outra inexecução contratual;

**9.33.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

**9.34.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

**9.35.** Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

**9.36.** Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

**9.37.** Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

**9.38.** Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

**9.39.** Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

**9.40.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**9.41.** Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

**9.42.** Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**9.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:**

- a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança;
- c) Observar as dependências do estabelecimento,
- d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.
- f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.
- g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.
- h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.
- i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;
- j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.
- k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.
- l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;
- m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;
- n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;
- o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

## **10. VIGÊNCIA**

**10.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo

ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)**

- 11.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;
- 11.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento, pela CONTRATADA do objeto;
- 11.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;
- 11.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;
- 11.5.** Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;
- 11.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1.** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **13. EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 13.1.** A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.
- 13.2.** A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.
- 13.3.** No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) para envio automático no ato de sua emissão.
- 13.4.** As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.
- 13.5.** Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

#### **14. VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**14.1.** O vencimento se dará até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

**14.2.** O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

**14.3.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**14.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

**14.5.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**14.6.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

**14.7.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

#### **15. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

**15.1.** Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

**15.1.1.** A revisão a que se refere este item poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos



decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**15.1.2.** A revisão não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, sendo vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**15.2.** A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**15.3.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

**15.3.1.** Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

**15.3.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento constante da proposta vencedora, para os custos com a mão de obra, se estiverem vinculados às datases bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação

**15.4.** Nas revisões subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

**15.4.1.** A contratada não fará jus à revisão com efeitos retroativos se não apresentar a solicitação dentro de dois meses após a data de homologação do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no prazo informado.

**15.5.** Sem prejuízo da Revisão contratual, a cada novo ano de vigência, o valor do contrato será objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

## **16. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.1.** O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

**16.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis,

bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

## **17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**17.1.** Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

**17.1.1.1.** Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto deste certame.

**17.1.1.2.** Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

## **18. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**18.1.** A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**18.2.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

**18.3.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

**18.4.** Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

**18.5.** Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

**18.6.** As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **19. PENALIDADES**

**19.1.** Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

**19.1.1. Advertência.**

**19.1.2.** Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

**19.1.2.1.** Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

**19.1.2.2.** Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**19.1.2.3.** Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

**19.1.2.4.** Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

**19.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

**19.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

## **20. RESCISÃO**

**20.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**20.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

**20.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**20.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**20.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**20.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**20.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**20.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**20.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**20.2.** A rescisão contratual pode ser:

**20.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**20.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**20.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

**SAMIR RODRIGO KALINOSKI**  
**COORDENADOR DO COMPRAS E ALMOXARIFADO**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**CONTATO (NOME):**

**TELEFONE/WHATS:**

**E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS (BANCO, AGÊNCIA COM CEP E CONTA CORRENTE):**

**PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021.**

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
001	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8		

**VALOR TOTAL MÁXIMO PROPOSTO R\$** \_\_\_\_\_.

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO III**  
**MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**  
**E FORMAÇÃO DE PREÇO**

<b>MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</b>		
<b>Nº DO PROCESSO:</b>		
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº:</b>		
<b>DATA DA PROPOSTA:</b>		
<b>ACORDO, CONVENÇÃO NORMATIVA/DISSÍDIO:</b>		
<b>Nº DE MESES PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL:</b>		
<b>CARGO:</b>		
<b>QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS:</b>		
<b>POSTO DE TRABALHO:</b>		
<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL:</b>		
<b>DESCRIÇÃO DO ITEM</b>	<b>PERCENTUAIS</b>	<b>VALOR</b>
<b>MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. SÁLARIO BASE		
02. ADICIONAL		
03. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS		
<b>TOTAL DO MONTANTE A</b>		
<b>13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO		
<b>1/3 DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1/3 DE FÉRIAS		
<b>MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. INSS		
02. FGTS		
03. SESI OU SESC		
04. SENAI OU SENAC		
05. INCRA		
06. SALÁRIO EDUCAÇÃO		
07. SEBRAE		
<b>TOTAL DO MONTANTE B</b>		

<b>MONTANTE C - BENEFÍCIOS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. AUXÍLIO/VALE ALIMENTAÇÃO		
02. VALE TRANSPORTE		
03. SEGURO DE VIDA		
04. ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR		
05. ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA		
<b>TOTAL DO MONTANTE C</b>		
<b>Obs.:</b> deverá ser informado o custo real de cada benefício, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.		
<b>MONTANTE D - INSUMOS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. EQUIPAMENTOS (EPI's)		
02. UNIFORMES		
03. OUTROS		
<b>TOTAL DO MONTANTE D</b>		
<b>CUSTOS COM REPOSIÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. FÉRIAS		
2. SUBSTITUTO - Licença Maternidade		
2. LICENÇA PATERNIDADE		
3. AUSÊNCIAS LEGAIS (Doença, acidente de trabalho, luto, casamento)		
4. OUTROS (ESPECIFICAR)		
<b>TOTAL</b>		
<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
2. FGTS SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
3. MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
4. AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
5. INCIDÊNCIA DO MONTANTE SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
6. MULTA FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
<b>TOTAL</b>		
<b>MONTANTE E - CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO SOBRE RECEITA DO VALOR COBRADO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. CUSTOS INDIRETOS		
2. LUCRO		
3. TRIBUTOS		
3.1. TRIBUTOS FEDERAIS (ESPECIFICAR)		
3.1.1. PIS		
3.1.2. COFINS		
3.2. TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)		



3.3. TRIBUTOS MUNICIPAIS (ESPECIFICAR)		
3.3.1. ISSQN		
3.4. OUTROS TRIBUTOS (ESPECIFICAR)		
<b>TOTAL</b>		
<b>RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS		
MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
MONTANTE C - BENEFÍCIOS		
MONTANTE D - INSUMOS		
<b>TOTAL</b>		
MONTANTE E - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		

- \* A composição de preços deve obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de Vigilante, bem como as disposições contidas na CLT;
- \* A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta;
- \* O CONIMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;
- \* Na hipótese de a Convenção ou a CLT ser silente a respeito de campo a ser preenchido no demonstrativo acima, e que não haja obrigação de pagamento pela Contratada, a linha não precisará ser preenchida.

## **ANEXO IV**

### **MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Paulo Horn.

**CONTRATADA:** *(dados da proponente)*

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 159/2021, Pregão Eletrônico nº 036/2021, homologado em .../.../2021, mediante sujeição mútua às normas constantes e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes do presente Edital, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, Contrato de Prestação de Serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes no edital e anexo I - termo de referência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

**2.1.1.** Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

**2.1.2.** Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

**2.1.3.** Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS**

**3.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar de 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**3.2.** Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

**4.1.** Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

**4.2.** O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

**4.3.** O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

**4.4.** O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS**

**5.1.** A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

**5.1.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa
- d) 2 (dois) pares de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

**5.1.2.** EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).

**5.1.3.** As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

**5.1.4.** Todos os itens devem ser de boa qualidade e em ótimas condições de uso e respeitar a legislação vigente.

**5.1.5.** Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar substituição destes, caso os julgue inadequados;

**5.1.6.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

**5.1.7.** A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

**5.1.8.** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: [fiscalcontratos@conims.com.br](mailto:fiscalcontratos@conims.com.br) e/ou [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br).

**6.2. Quando do início da prestação dos serviços,** deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

**6.2.1.** Ficha de Registro de Empregado;

**6.2.2.** Carteira de Trabalho;

**6.2.3.** Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

**6.2.4.** Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

**6.2.5.** Atestado de Saúde Admissional;

**6.2.6.** Carteira de vacinação atualizada;

**6.2.7.** Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

**6.3.** Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 6.2 e subitens;

**6.4. Apresentar anualmente,** podendo ser no momento da renovação contratual:

**6.4.1.** Atestado de antecedentes criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná ou do estado onde residiu nos últimos 5 anos, conforme o caso;

**6.4.2.** Atestado de Saúde Ocupacional, conforme a legislação vigente;

**6.5. A contratada deverá encaminhar mensalmente** os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados disponibilizados, sendo:

**6.5.1.** Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

**6.5.2.** Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e

Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**6.5.3.** Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

**6.5.4.** Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**6.5.5.** Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

**7.2.** Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

**7.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**7.4.** Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

**7.5.** Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

**7.6.** Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

**7.7.** Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

**7.8.** Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**7.9.** Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones e endereço eletrônico;

**7.10.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação,

inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**7.11.** Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

**7.12.** Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**7.13.** Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

**7.14.** Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**7.15.** Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

**7.16.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

**7.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

**7.18.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

**7.19.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

**7.20.** Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

**7.21.** Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**7.22.** Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

**7.23.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho,

responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

**7.24.** Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

**7.25.** Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

**7.26.** Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

**7.27.** A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

**7.28.** A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

**7.29.** Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado formalmente com antecedência;

**7.30.** Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, está deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

**7.31.** Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

**7.32.** Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;
- c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;
- d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.



e) E qualquer outra inexecução contratual;

**7.33.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

**7.34.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

**7.35.** Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

**7.36.** Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

**7.37.** Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

**7.38.** Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

**7.39.** Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

**7.40.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**7.41.** Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

**7.42.** Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**7.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:**

a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando

medidas de segurança;

c) Observar as dependências do estabelecimento,

d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.

f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.

g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.

h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.

i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;

j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.

l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;

m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;

n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;

o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)**

**8.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;

**8.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento pela CONTRATADA do objeto;

**8.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na

execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;

**8.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;

**8.5.** Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;

**8.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

## **CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA**

**9.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**11.1.** A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

**11.2.** A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.

**11.3.** No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) para envio automático no ato de sua emissão.

**11.4.** As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

**11.5.** Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**12.1.** O vencimento se dará até o 05º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

**12.2.** O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente **PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO**. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

**12.3.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**12.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

**12.5.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**12.6.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

**12.7.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

**13.1.** Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

**13.1.1.** A revisão a que se refere este item poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**13.1.2.** A revisão não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato,

sendo vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**13.2.** A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**13.3.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

**13.3.1.** Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

**13.3.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento constante da proposta vencedora, para os custos com a mão de obra, se estiverem vinculados às datases bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação

**13.4.** Nas revisões subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

**13.4.1.** A contratada não fará jus à revisão com efeitos retroativos se não apresentar a solicitação dentro de dois meses após a data de homologação do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no prazo informado.

**13.5.** Sem prejuízo da Revisão contratual, a cada novo ano de vigência, o valor do contrato será objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**14.1.** O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

**14.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**15.2.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

**15.3.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

**15.4.** Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

**15.5.** Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

**15.6.** As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PENALIDADES**

**16.1.** Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

**16.1.1.** Advertência.

**16.1.2.** Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

**16.1.2.1.** Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

**16.1.2.2.** Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**16.1.2.3.** Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor

inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

**16.1.2.4.** Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

**16.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

**16.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO**

**17.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**17.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

**17.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**17.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**17.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**17.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**17.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**17.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**17.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**17.2.** A rescisão contratual pode ser:

**17.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**17.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**17.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(Representante da Contratada)  
Contratada

(Representante da Contratante)  
Contratante

Testemunhas:

## 7. Outros Documentos (5



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00036/2021**

Às 09:00 horas do dia 18 de outubro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 161/2020 de 08/09/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 159, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00036/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1**

**Descrição:** Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas

**Descrição Complementar:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Quantidade:** 12

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 655.035,3600

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 100,00

**Unidade de fornecimento:** Posto

**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** L A S - SEGURANCA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000 .

**Histórico****Item: 1 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
31.340.008/0001-20	ATITUDE SEGURANCA PRIVADA LTDA	Sim	Sim	12	R\$ 49.354,5400	R\$ 592.254,4800	18/10/2021 03:12:23
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
08.282.615/0001-60	INTERSEPT SEGURANCA LTDA	Não	Não	12	R\$ 50.000,0000	R\$ 600.000,0000	15/10/2021 15:21:38
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
14.576.552/0002-38	ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	Não	Não	12	R\$ 52.987,6400	R\$ 635.851,6800	15/10/2021 15:03:08
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
92.966.571/0004-46	EPAVI VIGILANCIA LTDA	Não	Não	12	R\$ 54.104,4000	R\$ 649.252,8000	15/10/2021 15:06:32
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
11.933.418/0001-78	SEGPLUS - SISTEMAS DE	Não	Não	12	R\$ 54.381,6800	R\$ 652.580,1600	15/10/2021 15:35:06

SEGURANCA -  
EIRELI

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

07.394.613/0001-08	IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.	Sim	Sim	12	R\$ 54.583,4200	R\$ 655.001,0400	08/10/2021 11:52:12
--------------------	--	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** ME/EPP

83.930.214/0010-85	ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	13/10/2021 16:50:26
--------------------	---	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. O valor total ofertado é anual.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

10.364.152/0003-99	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 11:05:15
--------------------	--	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

08.511.830/0001-95	EMPARSEG VIGILANCIA LTDA	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 13:50:58
--------------------	--------------------------------	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diurnas

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

10.852.997/0001-61	ONDREPSB PR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 13:51:58
--------------------	---	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

18.836.419/0001-43	ALCATEIA SEGURANCA LTDA.	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 14:31:57
--------------------	--------------------------------	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** ME/EPP

04.179.738/0001-19	SISTEMARE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 14:45:53
--------------------	--	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

09.039.434/0001-70	EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 16:33:00
--------------------	--	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

03.229.363/0001-91	BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 17:36:25
--------------------	---	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

31.798.997/0001-09	PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 18:20:34
--------------------	---	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial

desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. 8 funcionarios

**Porte da empresa:** ME/EPP

15.247.008/0001-24	CURITIBANA VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI	Sim	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	17/10/2021 20:31:52
--------------------	---	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**Porte da empresa:** ME/EPP

13.050.015/0001-06	L A S - SEGURANCA LTDA	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	18/10/2021 00:02:40
--------------------	------------------------------	-----	-----	----	-----------------	------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** ME/EPP

07.658.074/0001-69	JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	Não	Não	12	R\$ 100.000,0000	R\$ 1.200.000,0000	04/10/2021 18:20:43
--------------------	--	-----	-----	----	------------------	--------------------	------------------------

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 1.200.000,0000	07.658.074/0001-69	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.001,0400	07.394.613/0001-08	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 652.580,1600	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 649.252,8000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 635.851,6800	14.576.552/0002-38	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 600.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 592.254,4800	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 599.900,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:02:59:633
R\$ 592.100,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:03:38:510
R\$ 590.250,3000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:03:50:517
R\$ 592.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:03:56:493
R\$ 589.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:04:24:967
R\$ 590.896,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:04:33:647
R\$ 588.000,0000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:04:35:660
R\$ 590.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:04:36:427
R\$ 587.000,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:04:51:353
R\$ 586.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:05:30:087
R\$ 586.990,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:05:39:460
R\$ 635.800,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:05:43:717
R\$ 586.531,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:05:54:320
R\$ 585.000,1300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:06:02:177
R\$ 585.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:06:12:540
R\$ 586.450,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:06:33:760
R\$ 585.900,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:06:50:100
R\$ 586.800,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:06:52:033
R\$ 584.651,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:07:03:427
R\$ 584.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:07:17:693
R\$ 583.300,6300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:07:31:007

R\$ 580.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:07:47:557
R\$ 583.200,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:07:52:117
R\$ 579.000,8800	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:08:09:207
R\$ 599.800,0000	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:08:16:093
R\$ 586.700,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:08:25:050
R\$ 583.999,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:08:28:693
R\$ 580.002,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:08:38:040
R\$ 582.852,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:08:41:480
R\$ 578.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:08:44:373
R\$ 578.000,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:09:03:407
R\$ 578.400,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:09:15:107
R\$ 581.682,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:09:18:020
R\$ 577.500,0000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:09:21:750
R\$ 577.000,5300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:09:33:847
R\$ 581.582,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:09:57:947
R\$ 576.900,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:10:05:700
R\$ 585.185,1600	14.576.552/0002-38	18/10/2021 09:10:13:337
R\$ 576.800,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:10:20:210
R\$ 576.700,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:10:20:587
R\$ 580.000,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:10:20:910
R\$ 576.700,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:10:23:060
R\$ 599.000,0000	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:10:42:677
R\$ 576.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:10:45:483
R\$ 575.000,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:10:50:143
R\$ 576.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:11:08:097
R\$ 574.386,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:11:16:980
R\$ 586.699,9900	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:11:17:817
R\$ 574.000,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:11:22:517
R\$ 573.333,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:11:33:067
R\$ 571.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:11:47:843
R\$ 575.136,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:11:49:267
R\$ 571.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:12:00:470
R\$ 570.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:12:05:537
R\$ 569.000,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:12:21:003
R\$ 570.611,0400	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:12:31:210
R\$ 586.590,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:12:32:973
R\$ 569.950,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:12:37:507
R\$ 568.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:12:48:450
R\$ 571.620,2400	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:13:01:073
R\$ 568.300,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:13:01:443
R\$ 568.200,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:13:22:560
R\$ 567.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:13:34:353
R\$ 568.250,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:13:38:653
R\$ 566.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:13:47:810
R\$ 565.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:14:07:763
R\$ 560.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:14:16:390
R\$ 559.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:14:44:517
R\$ 555.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:15:12:400
R\$ 555.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:15:22:347
R\$ 558.677,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:15:56:420
R\$ 554.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:15:59:093
R\$ 554.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:16:31:217
R\$ 553.538,4000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:16:31:593
R\$ 553.538,4000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:16:34:007
R\$ 553.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:17:02:407
R\$ 553.438,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:17:07:630
R\$ 586.700,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:17:17:447
R\$ 652.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:17:57:897
R\$ 552.500,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:18:09:510

R\$ 552.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:18:27:660
R\$ 645.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:18:35:413
R\$ 552.888,9600	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:18:41:673
R\$ 630.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:18:49:207
R\$ 615.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:01:597
R\$ 600.100,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:15:667
R\$ 580.980,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:37:443
R\$ 570.800,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:53:500
R\$ 550.500,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:20:05:137
R\$ 654.900,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:20:46:723
R\$ 549.000,6900	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:20:47:490
R\$ 550.100,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:21:15:453
R\$ 548.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:21:28:433
R\$ 553.520,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:21:43:997
R\$ 548.000,5500	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:22:01:217
R\$ 547.850,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:22:17:277
R\$ 548.000,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:17:973
R\$ 547.000,7900	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:22:35:450
R\$ 547.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:36:183
R\$ 546.760,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:53:793
R\$ 598.000,0000	07.394.613/0001-08	18/10/2021 09:22:56:417
R\$ 546.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:23:10:287
R\$ 547.659,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:23:20:107
R\$ 545.000,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:23:34:340
R\$ 544.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:23:46:067
R\$ 544.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:23:50:797
R\$ 544.200,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:02:317
R\$ 544.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:24:15:773
R\$ 552.400,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:24:20:137
R\$ 543.800,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:26:453
R\$ 543.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:24:36:503
R\$ 542.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:53:797
R\$ 542.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:04:797
R\$ 542.370,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:25:15:480
R\$ 542.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:35:533
R\$ 541.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:25:44:777
R\$ 541.751,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:25:48:567
R\$ 541.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:55:583
R\$ 541.500,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:26:02:953
R\$ 540.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:26:03:810
R\$ 540.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:26:12:380
R\$ 539.760,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:26:28:257
R\$ 539.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:26:41:557
R\$ 538.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:27:07:933
R\$ 552.700,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:27:22:123
R\$ 538.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:27:33:263
R\$ 586.000,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:27:46:863
R\$ 537.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:27:48:620
R\$ 537.661,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:28:12:230
R\$ 537.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:28:20:493
R\$ 536.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:28:46:803
R\$ 536.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:29:00:703
R\$ 535.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:29:16:803
R\$ 556.000,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:29:17:963
R\$ 535.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:29:26:940
R\$ 534.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:29:41:757
R\$ 534.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:03:990
R\$ 534.389,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:30:18:353
R\$ 534.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:32:633



R\$ 533.856,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:30:43:197
R\$ 552.300,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:30:52:207
R\$ 533.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:55:770
R\$ 583.000,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:31:04:347
R\$ 532.780,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:31:05:750
R\$ 532.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:31:16:740
R\$ 531.659,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:31:28:210
R\$ 531.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:31:37:707
R\$ 552.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:31:57:570
R\$ 530.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:32:07:230
R\$ 530.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:32:16:570
R\$ 529.749,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:32:29:777
R\$ 529.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:32:46:673
R\$ 528.798,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:33:05:230
R\$ 528.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:33:22:047
R\$ 527.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:33:34:033
R\$ 570.600,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:33:42:697
R\$ 527.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:33:59:147
R\$ 526.798,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:34:13:113
R\$ 526.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:34:25:000
R\$ 525.875,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:34:35:723
R\$ 525.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:34:45:367
R\$ 552.100,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:34:59:700
R\$ 524.765,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:35:05:020
R\$ 524.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:35:21:783
R\$ 523.549,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:35:33:660
R\$ 523.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:35:45:630
R\$ 522.780,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:36:08:717
R\$ 522.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:36:15:897
R\$ 521.786,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:36:41:400
R\$ 521.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:36:49:167
R\$ 552.090,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:36:58:533
R\$ 520.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:37:04:460
R\$ 570.599,9900	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:37:12:340
R\$ 520.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:37:12:697
R\$ 519.489,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:37:25:477
R\$ 519.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:37:39:003
R\$ 570.500,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:37:58:063
R\$ 518.870,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:38:20:847
R\$ 518.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:38:34:050
R\$ 552.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:38:55:787
R\$ 517.790,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:08:697
R\$ 570.400,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:39:09:550
R\$ 517.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:39:18:367
R\$ 570.000,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:39:25:303
R\$ 516.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:39:250
R\$ 516.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:39:46:477
R\$ 516.379,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:58:913
R\$ 516.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:40:08:513
R\$ 515.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:40:24:227
R\$ 515.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:40:57:193
R\$ 515.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:41:06:750
R\$ 515.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:41:28:130
R\$ 514.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:41:50:963
R\$ 514.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:42:00:290
R\$ 513.784,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:42:23:257
R\$ 513.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:42:47:830
R\$ 551.990,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:43:03:180
R\$ 512.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:43:12:580

R\$ 512.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:44:05:193
R\$ 537.000,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:44:10:750
R\$ 511.790,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:44:23:953
R\$ 511.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:44:33:503
R\$ 510.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:44:48:923
R\$ 510.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:45:23:880
R\$ 509.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:45:55:827
R\$ 509.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:46:11:323
R\$ 551.900,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:48:07:650
R\$ 508.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:48:08:057
R\$ 508.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:48:17:490
R\$ 551.890,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:49:03:770
R\$ 551.500,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:49:51:460
R\$ 551.000,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:50:44:257
R\$ 508.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:52:20:250
R\$ 550.900,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:52:30:033
R\$ 508.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:52:40:050
R\$ 550.800,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:53:10:970
R\$ 550.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:53:47:647

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

#### Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Abertura	18/10/2021 09:00:05	Item aberto.
Encerramento etapa aberta	18/10/2021 09:55:48	Encerrada etapa aberta do item.
Encerramento	18/10/2021 09:55:48	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/10/2021 13:03:17	Convocado para envio de anexo o fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/10/2021 14:10:34	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09.
Recusa de proposta	18/10/2021 17:11:45	Recusa da proposta. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, pelo melhor lance de R\$ 508.000,0000. Motivo: Proponente inabilitada pois não esta prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS E ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 08:42:19	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:26:42	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:31:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:33:09	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:43:05	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:44:39	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Aceite de proposta	20/10/2021 16:06:20	Aceite individual da proposta. Fornecedor: L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000.

Habilitação de fornecedor	20/10/2021 16:06:32	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: L A S - SEGURANCA LTDA - CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:18:12	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA CNPJ/CPF: 31798997000109. Motivo: a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:19:37	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: ALCATEIA SEGURANCA LTDA. CNPJ/CPF: 18836419000143. Motivo: Venho por meio deste informar a intenção de recurso , com base no erros de cálculos apresentados na planilha de custo da empresa LAS SEGURANÇA, o quais serão especificados e demonstrado no nosso r
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:23:51	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI CNPJ/CPF: 09039434000170. Motivo: Manifestamos intenção em recorrer eis que a empresa vencedora não contabilizou todos os custos legais e obrigatórios por Lei em sua proposta de preços e respectivas planilhas d
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:41:58	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31798997000109.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:02	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: ALCATEIA SEGURANCA LTDA., CNPJ/CPF: 18836419000143.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:05	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI, CNPJ/CPF: 09039434000170.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:10	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI, CNPJ/CPF: 09039434000170.

#### Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
09.039.434/0001-70	20/10/2021 16:23	20/10/2021 16:42	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> Manifestamos intenção em recorrer eis que a empresa vencedora não contabilizou todos os custos legais e obrigatórios por Lei em sua proposta de preços e respectivas planilhas de custos, mostrou desconformidade com a CCT da categoria, legislação trabalhista e previdenciária vigente e instruções normativas que dispõem regras e diretrizes do procedimento de licitação.			
CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
18.836.419/0001-43	20/10/2021 16:19	20/10/2021 16:42	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> Venho por meio deste informar a intenção de recurso , com base no erros de cálculos apresentados na planilha de custo da empresa LAS SEGURANÇA, o quais serão especificados e demonstrado no nosso recurso.			
CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
31.798.997/0001-09	20/10/2021 16:18	20/10/2021 16:41	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.			

#### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	18/10/2021 09:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	18/10/2021 09:00:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	18/10/2021 09:13:37	Bom dia Senhores participantes!
Pregoeiro	18/10/2021 09:14:40	Lembrando que conforme edital: O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00). Valores com 3 ou mais casas decimais não serão arredondados.
Pregoeiro	18/10/2021 09:16:40	Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
Pregoeiro	18/10/2021 09:17:15	Caso as proponentes apresentem propostas com valores acima do estipulado no termo de referência, e não ajustem os valores na sessão de lances, as mesmas serão desclassificadas após a fase de lances.
Pregoeiro	18/10/2021 09:17:32	O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
Pregoeiro	18/10/2021 09:20:26	O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL PARA O ITEM (VALOR ANUAL), observado as especificações técnicas constantes no ANEXO I -

		Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
Pregoeiro	18/10/2021 09:23:41	Lembrando ainda que as proponentes são responsáveis pelas informações e valores apresentados, inclusive para fins de ulterior requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, não podendo buscar majoração de preço infra estimado.
Pregoeiro	18/10/2021 09:25:08	Lembrando ainda que conforme consta em edital referente ao reajuste e revisão de preços:
Pregoeiro	18/10/2021 09:25:18	15.1. Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:09	Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado,
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:17	bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.
Sistema	18/10/2021 09:55:48	O item 1 está encerrado.
Sistema	18/10/2021 09:59:02	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Pregoeiro	18/10/2021 11:28:48	Retornaremos com este pregão no período da tarde a partir das 13:00.
Pregoeiro	18/10/2021 13:01:00	Boa tarde senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Pregoeiro	18/10/2021 13:03:08	Para PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos como documentação complementar para fins de complementação de informações os contratos firmados com as empresas que forneceram os atestados de capacidade técnica. Lembrando que conforme o edital o prazo que será concedido será o de 2 horas contados a partir da solicitação do pregoeiro.
Sistema	18/10/2021 13:03:17	Senhor fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	18/10/2021 14:10:34	Senhor Pregoeiro, o fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	18/10/2021 17:14:09	Retornaremos com este pregão amanhã 19/10/2021 a partir das 08:00 da manhã. Tenham um bom fim de tarde.
Pregoeiro	19/10/2021 08:03:46	Bom dia senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Sistema	19/10/2021 08:42:19	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	19/10/2021 08:42:29	Para L A S - SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos a apresentação de CND MUNICIPAL vigente, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do mesmo, contados a partir da data de horário desta solicitação. Solicitamos ainda proposta ajustada, planilha com detalhamento dos custos e respectiva CCT, para estes será assegurado o prazo de 2 horas.
Sistema	19/10/2021 09:26:42	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	19/10/2021 09:31:22	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	19/10/2021 09:33:09	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	19/10/2021 09:43:05	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	19/10/2021 09:43:26	Para L A S - SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos a apresentação de CND MUNICIPAL vigente, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do mesmo, contados a partir da data de horário desta solicitação.
Sistema	19/10/2021 09:44:39	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
13.050.015/0001-06	19/10/2021 09:45:43	DOCUMENTOS ANEXADOS. OBRIGADO
Pregoeiro	19/10/2021 11:30:17	Retornaremos com este pregão no período da tarde a partir das 13:30.
Pregoeiro	19/10/2021 13:42:38	Boa tarde senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Pregoeiro	19/10/2021 15:23:31	Retornaremos com este pregão amanhã 20/10/2021 a partir das 08:00 da manhã. Tenham um bom fim de tarde.
Pregoeiro	20/10/2021 13:41:52	Boa tarde participantes, devido a problemas internos não conseguimos abrir este pregão no período da manhã. Mas agora, normalizada a situação, continuamos com este processo.
Sistema	20/10/2021 16:06:33	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.

**Eventos do Pregão**

<b>Evento</b>	<b>Data/Hora</b>	<b>Observações</b>
Alteração equipe	06/10/2021 13:38:17	
Abertura da sessão pública	18/10/2021 09:00:01	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	18/10/2021 09:59:02	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	20/10/2021 16:06:33	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	20/10/2021 16:06:53	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 20/10/2021 às 16:36:00.

Data limite para registro de recurso: 25/10/2021.

Data limite para registro de contrarrazão: 28/10/2021.

Data limite para registro de decisão: 08/11/2021.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:44 horas do dia 20 de outubro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

LHUANNA GABRIELA VARDANEGA PERICO

**Pregoeiro Oficial**

MARCOS JOSE BRANDOLI DE LIMA

**Equipe de Apoio**

SAMIR RODRIGO KALINOSKI

**Equipe de Apoio**



[Voltar](#)



## 8. Outros Documentos (6

**Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

DECISÃO DA COMISSÃO DE PREGÃO SOBRE O RECURSO INTERPOSTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

**OBJETO DA LICITAÇÃO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**PRELIMINARES**

A Comissão Especial de Pregão, quanto ao recurso tempestivo interposto pelas empresas PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, comunica aos interessados o seguinte:

**RAZÕES DAS RECORRENTES:****PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**

Sua desclassificação ocorreu sem a possibilidade de correção da planilha de composição de custos, por não ter inserido "o valor de tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional e o valor do INSS correto". Por se tratarem de meros erros formais, deveriam ser passíveis de correção;

**ALCATEIA SEGURANÇA LTDA**

Que a planilha de preços contém inconsistências, equívocos e erros técnicos em divergência à CLT e acordo coletivo de trabalho 2020/2022, nos tópicos salário e adicional de férias; base de cálculo de encargos previdenciários errada; provisão para rescisão; custo de reposição de profissional ausente.

**EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA**

Que a proposta de preços não incluiu todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a ser contratada, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais, tornando inexecutável a proposta.

**PEDIDO**

Diante do exposto as recorrentes requerem:

a) Que seja acolhido o recurso e que haja desclassificação da proponente declarada vencedora.

**CONTRARRAZÕES**

A contrarrazoante alega que sua planilha está devidamente correta com todos os insumos e encargos devidos. Que os valores e percentuais constantes são provenientes da realidade contratual, reafirmando seu comprometimento e veracidade de todos os encargos constantes em sua planilha.

**ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES**

Primeiramente, cumpre afirmar que a condução do processo licitatório seguiu todos os ritos exigidos, preservando-se a isonomia entre os participantes.

Referente ao recurso apresentado pela recorrente PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, cita-se o seguinte trecho do Anexo III do Edital:

"A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta. "

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

O CONIMS poderá realizar diligências junto a licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais INFORMADOS na planilha de custos e formação de preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

Portanto, o conceito de "erro formal" não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere a essência da própria proposta, de modo que as diligências almejadas pelo recorrente extrapolam os poderes instrutórios do pregoeiro, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Referente a planilha de custos apresentada pela contrarrazoante, no sentido de condição a atuação segura, legítima e razoável, os valores informados na planilha foram novamente verificados pelo setor de Tesouraria e ainda pelo setor de Recursos Humanos deste CONIMS, os quais não constatarem irregularidades. Ademais, cumpre observar que a lisura da informação quanto aos encargos que recaem sobre a atividade licitada são de única e exclusiva responsabilidade da empresa interessada, inclusive para fins de ulterior requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, não podendo buscar majoração de preço infra estimado.

**DECISÃO**

Diante do exposto, a Comissão decide pelo não provimento do Recurso interposto e pela manutenção do resultado. Pato Branco/PR, 08 de novembro de 2021.

LHUANNA G. V. PÉRICO  
PREGOEIRA

**Fechar**



## 9. Outros Documentos (7

■ **Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões**

---

**DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

DECISÃO DE RECURSO

Autos do PROCESSO Nº 159/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

1. Tendo recebido os autos do Processo nº 159/2021, para julgamento dos recursos interpostos pelas Empresas PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA.
2. Passo à análise do mérito a questão controvertida.
3. APROVO e RATIFICO a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio, adotando como meus os seus fundamentos e como causa de DECIDIR para o fim de NEGAR PROVIMENTO aos recursos.
4. Restitua-se os autos ao setor competente para que tome as providências de estilo.

Pato Branco/PR, 08 de novembro de 2021.

IVETE MARIA LORENZI  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

**Fechar**

## 10. Outros Documentos (8

**Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****RECURSO:**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E/OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA JULGAR O RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO Nº 036/2021 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, EM PATO BRANCO/PR

PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.798.997/0001-09, sediada na Rua Hilberto Peiter nº 430, Jardim Parizzotto, Toledo/PR, neste ato representada por seu sócio administrador MAURO MARCELO VERÍSSIMO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.473.373-9-SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 886.279.509-20, residente e domiciliado(a) na Rua São João nº 8411, Centro, Toledo/PR, vem, por meio desta, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, apresentar:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão do Nobre Pregoeiro que desclassificou a empresa no Pregão nº 036/2021 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

O que faz com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**I. SÍNTESE DOS FATOS**

No dia 18 de outubro de 2021 foi realizada a sessão pública para análise e julgamento das propostas, disputa de preços e análise dos documentos de habilitação do processo licitatório acima descrito, através do Portal COMPRASNET.

Atendendo ao edital, a ora recorrente classificou-se em primeiro lugar, apresentando a melhor proposta para o objeto, com o menor valor.

Após a etapa de lances, procedeu-se com a abertura e análise dos envelopes de proposta. Neste momento, o pregoeiro, sem possibilitar a correção da planilha de composição de custos, desclassificou a proposta da ora recorrente, alegando que: "não estava prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto."

Diante disso, procedeu-se com a análise das empresas classificadas em segundo e, posteriormente, terceiro lugar.

Ocorre que, data máxima vênua, o julgamento da proposta da recorrente deu-se em desacordo às normas e princípios aplicáveis às licitações, posto que não foi oportunizada a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, visto que se tratavam de meros erros formais, passíveis de correção, conforme já fartamente autorizado pelos órgãos de controle e pelas Cortes Superiores, sendo usualmente praticado nos órgãos públicos, como adiante se demonstrará.

**II. DOS FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO DO PREGOEIRO****a) Da possibilidade de correção da planilha de composição de custos**

Inicialmente, cabe ponderar que o processo de licitação foi destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

Assim, atendendo às condições do Edital, esta recorrente apresentou sua proposta e, após a fase de lances, classificou-se em primeiro lugar, com o menor valor, sendo o mais vantajoso para o órgão público.

Todavia, ao analisar pormenorizadamente a planilha de composição de custos, o pregoeiro identificou algumas inconsistências, que motivaram sua desclassificação no certame.

Contudo, sabe-se que a correção de meros erros que não interferem no valor final da proposta podem ser realizados após a constatação, concedendo-se prazo adequado para que se evite a desclassificação por meras formalidades, visando a contratação da licitante que pode prestar o serviço com o melhor valor ofertado no certame.

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União tem farta orientação jurisprudencial:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (Acórdão 2873/2014 – Plenário)

Ou seja, não cabe a desclassificação da proposta que poderia ser corrigida mediante simples correção de planilha.

Sobre o tema, vale mencionar o Voto do Acórdão 4.621/2009-2C do TCU, que contém, inclusive, exemplo aplicável à situação analisada, em que houve erro de preenchimento de planilha, cuja correção não acarreta aumento da proposta, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas – preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter

instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

No mesmo sentido, o Acórdão 2.371/2009-P determinou a certa entidade que se abstinhasse de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara).

ACÓRDÃO 187/2014 TCU 10. Ata nº 3/2014 – Plenário. 11. Data da Sessão: 5/2/2014 – Ordinária. 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0187-03/14-P.

Outros julgados do TCU que corroboram a posição:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO CAUTELAR. CARTA-CONVITE ELETRÔNICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM FÁBRICA DE LUBRIFICANTES. CONHECIMENTO. CONTRATAÇÃO JÁ REALIZADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CAUTELAR. OITIVA. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR SUPosta INEXEQUIBILIDADE, SEM POSSIBILITAR ESCLARECIMENTOS DA LICITANTE. EXCESSO DE FORMALISMO. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DETERMINAÇÕES. ACÓRDÃO Nº 1228/2017 – TCU – Plenário (sem grifos no original)

TCU - Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado. Acórdão 898/2019-Plenário Relator: BENJAMIN ZYMLER

Acórdão 906/2020-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 15/04/2020 RELATOR WEDER DE OLIVEIRA ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Lucro, Divergência, Proposta de preço, Planilha orçamentária. TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental.

Acórdão 1368/2019-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 12/06/2019 RELATOR WALTON ALENCAR RODRIGUES ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Preço máximo, Reabertura, Entendimento, Inexequibilidade, Preço global, Prazo TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO: A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade. (sem grifos no original)

Acórdão 2239/2018-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 26/09/2018 RELATOR ANA ARRAES ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Erro, Diligência TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (sem grifos no original)

Ilustrando bem a questão, é válido trazer trecho do voto condutor do Acórdão 4.621/2009-TCU/2ªCâmara, da lavra do Ministro Benjamin Zymler:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

25. Dessa forma, concluindo o raciocínio, entende-se que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação do valor global dos serviços a serem contratados devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos preços possam vir a atender aos requisitos legais após os devidos ajustes que se fizerem necessários. (sem grifos no original)

Ademais, a planilha corrigida continua sendo a MELHOR PROPOSTA. Não haveria cabimento de se afastar do certame a melhor proposta, realizando-se a contratação com o segundo melhor preço, baseado em mero erro material.

Aponta-se, também, julgado convergente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ERRO MATERIAL NA PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. O ERRO MATERIAL CONSTANTE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FACILMENTE CONSTATÁVEL, NÃO É

ÓBICE À CLASSIFICAÇÃO DA MESMA.

(TJDFT 5043398 DF, Relator: ANGELO PASSARELI, Data de Julgamento: 18/11/1999, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 09/02/2000 Pág. : 17)

Veja-se que o autor JUSTEN FILHO chega a recomendar que se releve defeito grave, desde que este não acarrete efeito nocivo à competitividade: Um defeito grave deve ser relevado quando não acarretar efeito nocivo à competitividade. Se o conteúdo do ato for identificável e se for apto a atingir o resultado pretendido, deve ser admitida a validade da proposta.

No mesmo sentido, colhem-se decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO. CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE. VALOR DA PROPOSTA NÃO ATINGIDO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. - O deferimento de medida liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, com as ressalvas do § 2º. - O equívoco constante da planilha de custos e formação de preço não interferiu na proposta, nem causou prejuízo à administração ou aos demais licitantes. - Observância do princípio do formalismo moderado, considerando a inexistência de irregularidade que macule as condições de habilitação da impetrante. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, DE PLANO.” TJRS. Agravo de Instrumento Nº 70062996012, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 12/12/2014. Data de publicação: 17/12/2014. (sem grifos no original)

Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Licitação. Pregão Presencial. Fornecimento de mão de obra capacitada para prestação de serviços de jardinagem. Empresa inicialmente desclassificada do certame, mas que comprovou por intermédio de recurso administrativo o cumprimento das disposições editalícias. Apresentação de planilha de custos de despesas médico-hospitalares em local diverso do estabelecido. Reavaliação da proposta apresentada. Possibilidade. Ausência de majoração do preço global apresentado. Manutenção da decisão interlocutória proferida no primeiro grau. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional (Marçal Justen Filho)

“Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação” TJSC. Processo nº 0018382-42.2016.8.24.0000 (Acórdão) Des. Sérgio Roberto Baasch Luz. Julgado em 22/11/2016. (sem grifos no original)

Destaca-se que o processo licitatório é regido por vários princípios, dentre os quais o da instrumentalidade das formas, que estabelece que a “forma”, as formalidades, não podem ser um fim em si mesmas, devendo-se considerar válido o ato quando os objetivos finais foram atingidos.

Trata-se de aplicação prática dos postulados do princípio da razoabilidade, que deve sempre respaldar a atuação do gestor público:

Este é um preceito que veda excessos, visando garantir a compatibilidade entre os fins e os meios de forma a evitar restrições exageradas ou abusivas, vedando imposições que acarretem obrigações, ônus ou sanções superiores àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e que possam ferir os direitos fundamentais. Assim, percebe-se a ligação entre a razoabilidade e a proporcionalidade.

É importante o respeito às prerrogativas da razoabilidade no Direito Administrativo. Consiste na exigência de que estes atos não sejam praticados apenas nos ditames legais, mas que guardem em seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que ditaram e os fins que se busca atingir.

O rigor e excesso de formalismo não podem frustrar o objetivo maior da licitação, de buscar a oferta mais vantajosa para a Administração. Claro, sem, contudo, desconsiderar a isonomia e a competitividade entre as licitantes.

O Tribunal de Contas da União, já assentou, no acórdão 357/2015-Plenário, que:

no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

No mesmo sentido, há farta orientação jurisprudencial, na forma das ementas:

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO EM VIA PÚBLICA E DE EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE AFERIÇÃO E APROVAÇÃO DA BALANÇA EMITIDO PELO INMETRO. INABILITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO EMITIDO POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELO INMETRO. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. 1. Hipótese em que resta demonstrado o direito líquido e certo da impetrante de ser habilitada no certame, diante da idoneidade do atestado de qualificação técnica, bem como da apresentação da documentação prevista no item 4.4.7 do edital. 2. Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade seja suficiente para excluir do certame a impetrante, haja vista que a licitação deve dar-se sempre na busca da oferta mais vantajosa à Administração. 3. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como às concorrentes, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado. 4. Presentes os requisitos legais autorizadores da medida pretendida, a teor do que dispõe o inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, impõe-se a reforma da decisão que indeferiu a liminar no mandado de segurança. RECURSO PROVIDO (sem grifos e sem destaques no original);

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. PREGÃO PRESENCIAL. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. EQUÍVOCO NA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LICITANTE ÚNICA. INABILITAÇÃO E POSTERIOR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE OUTRA EMPRESA, A despeito da correção da irregularidade. AGRESSÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. FORMALISMO EXCESSIVO. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO OBJETIVO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE MEIOS E FINS. RELATIVIZAÇÃO DE FORMALIDADE QUE NÃO AGRIDE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES. - Sob o enfoque do objetivo primordial da licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para o Poder Público, tratando-se de licitante única, que, ademais, comprovou o preenchimento do único requisito faltante (e que motivou sua inabilitação), afigura-se irrazoável a eliminação da impetrante, procedendo a Administração, logo após, à contratação emergencial, com critérios sabidamente muito menos rígidos do que aqueles então exigidos por meio do processo licitatório - Repudia-se o formalismo excessivo nas licitações, a despeito da necessária vinculação ao instrumento convocatório, pois o procedimento administrativo possui como intuito a obtenção da melhor proposta para a Administração e, sem ofender a isonomia, o formalismo deve ser moderado - A licitação não é um fim em si mesmo, mas procedimento que tem por finalidade a consecução de determinados objetivos, de modo que toda e qualquer decisão deve, necessariamente, ser pautada pela análise da adequação entre meios e fins. Não deve haver atropelo de

um, nem de outro, mas se o apego ao instrumento, portanto, meio, frustrar de todo o alcance da finalidade pretendida, merece relativização, contanto que não agride outros princípios fundamentais. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (sem destaques e sem grifos no original).

Desse modo, a aplicação do princípio do formalismo moderado e, a consequente concessão de prazo para a adequação da planilha de composição de custos, no intuito de corrigir meros erros formais, sem interferir na proposta final, visa obter o melhor resultado almejado pela Administração, com a contratação da proposta mais vantajosa.

O posicionamento acima é uníssono no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, portanto, caso o órgão licitante não possibilite a concessão de prazo para adequação da planilha de composição de custos, com a manutenção da desclassificação da recorrente e a necessidade de utilizar-se dos meios legais para obter seu direito (representação no TCE/PR e/ou Mandado de Segurança), certamente ocasionará na suspensão do processo licitatório, o que pode causar prejuízos maiores ao órgão.

Válido mencionar, neste diapasão, trecho de voto do relator no Acórdão nº 2591/2021 do TCE/PR, na qual são citados diversos julgados da Corte, dentre outras decisões e doutrinas que corroboram o posicionamento:

ACÓRDÃO Nº 2591/2021 – TCEPR Trecho do voto:

A prescrição do edital acima epigrafada se encontra em consonância a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União que se inclina ao reconhecimento de que não haveria irregularidade no equívoco do preenchimento dos dados da planilha de formação de custo:

“O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público” (Acórdão n.º 719/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas).

“Em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.239/2018- Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que “erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação” (Acórdão n.º 898/2019 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

“A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não deve imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública realizar as necessárias diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposto, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada, em sintonia com o art. 29-A, § 2º, da então vigente IN MPOG nº 2, de 2008” (Acórdão n.º 1487/2019 – Plenário, rel. Min. André de Carvalho).

“Cabe esclarecer que o entendimento preponderante é de cada particular poder apresentar a taxa que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência o preço global, não estejam em limites superiores aos preços de referência, valores estes obtidos dos sistemas utilizados pela Administração e das pesquisas de mercado, em casos de lacunas nos mencionados referenciais” (Acórdão n.º 2738/2015 – Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo)

“A inexecuibilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação de proposta com fundamento no §3º c/c inciso II, art. 48 da Lei 8.666/1993, pois o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta (Acórdão n.º 637/2017 – Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz).

Esta relatoria também comunga do mesmo entendimento, consoante assentado no Acórdão n.º 3735/2020, do Tribunal Pleno, assim ementado: “Representação da Lei n.º 8.666/1993. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Pregão Eletrônico n.º 643/2019. Serviços de vigilância. Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária. Impropriedades que não permitem a exclusão da proposta. Natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos. Improcedência” (grifou-se)

Da jurisprudência desta Corte é ainda possível colher o seguinte julgado: “Representação da Lei 8.666/93. Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global”. (Acórdão n.º 3724/2018, Tribunal Pleno)

No mesmo sentido é a orientação de Marçal Justen Filho, que em parecer que foi instado a responder, entre outras perguntas, qual seria a função de planilhas demonstrativas de formação de preços e custos, exigidas como anexos às propostas dos licitantes, oportunidade em que afirmou: “Em termos gerais, reputa-se que a função é meramente auxiliar, já que os dados constantes das planilhas podem ser superados e ignorados para preservar propostas reputadas como satisfatórias” 1 (<http://justenfilho.com.br/wp-content/uploads/2008/12/mjf58.pdf>)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada, notadamente quanto se tem em conta que um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993) (sem grifos no original)

Outra decisão do TCE/PR que é válida mencionar:

TCEPR PROCESSO Nº - 741991/18 ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE - MUNICÍPIO DE MARINGÁ INTERESSADO - J DE MIRANDA CONSULTORIA E ENGENHARIA DE PROJETO LTDA PROCURADOR - DESPACHO - 1197/18 – GCFAMG

Havendo interesse da Administração na melhor contratação possível, deve-se, a partir da premissa de que os erros dos particulares se darão em prejuízo de seu respectivo interesse, verificar se há risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. In casu, considerando que a proposta em exame é R\$ 351.145,82 menor que a apresentada pela empresa declarada vencedora, entendo, em exame perfunctório, que deveria a Municipalidade questionar à ‘J de Miranda Consultoria e Engenharia de Projetos LTDA’ se haveria interesse em manter seu preço global mediante ajuste de sua planilha, posteriormente analisando se haveria risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. Verifica-se que, em caso de erro no preenchimento de planilha, o Tribunal de Contas da União já determinou que fosse desconsiderada



indicação equivocada de percentual de tributo (que seria de 1%, e não 2% como apresentado pelo Proponente), para proporcionar melhor contratação à Administração, determinando-se que "9.3.1 em futuros procedimentos licitatórios, abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (...)" (Acórdão 2371/2009-Plenário) (sem grifos no original)

Assim sendo, diante da farta orientação jurisprudencial, sendo certo que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos é a medida que melhor visa atender ao interesse público, requer-se ao pregoeiro que assim proceda, evitando-se que seja necessário adotar-se as medidas legais que poderão delongar, ainda mais, a conclusão do procedimento licitatório.

b) Da adequação na planilha de composição de custos

Primeiramente, cabe esclarecer que a proposta da ora recorrente foi elaborada com base em sua realidade econômica e tributária, na esteira de se conseguir a melhor proposta para a Administração.

Assim, a proposta foi elaborada com base: no regime de tributação do Simples Nacional e na CCT da CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada, aplicando-se os salários e benefícios ali previstos.

Veja-se que a margem de lucro aplicada foi de 14% (quatorze por cento), portanto, de monta considerável, de maneira que eventuais erros ou inadequações na planilha poderiam ser facilmente abarcados da margem de lucro da empresa.

Destaca-se que o SIMPLES Nacional é um regime de tributação que abarca diversos tributos, dentre eles os federais e municipais, o recolhimento do PIS, COFINS e ISS é realizado em guia única, na qual os três são integrantes. Por esta razão é que não foi apontado, especificamente, a porcentagem dos valores de tais tributos no Módulo 6 da planilha de composição de custos.

Assim, a fim de evitar eventuais questionamentos, aponta-se que os valores foram devidamente corrigidos na planilha, colocando a porcentagem de cada um dos tributos no Módulo 6, conforme pode se verificar na planilha de composição de custos corrigida.

Igualmente, no que se refere ao valor recolhido de INSS do submódulo 2.2, item A, foi devidamente adequado, aplicando-se o percentual correto de acordo com o salário do cargo.

Por fim, em relação aos benefícios constantes na CCT da categoria, informa-se que os valores de Convênio Saúde – R\$ 70,00 (setenta reais por empregado) – e de Fundo de Formação Profissional – R\$ 15,00 (quinze reais) por bimestre, portanto R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) mensais – foram abarcados no Submódulo 2.3, item C, no valor total de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais por empregado. Igualmente, a diferença no aumento da contribuição a título de Convênio Saúde para R\$ 90,00 (noventa reais) por empregado a partir do 2º mês (conforme a cláusula décima quinta da CCT) será abarcada pelo Módulo 5, item D (outros) e pela margem de lucro.

Ressalta-se que todas as adequações na planilha se tratam de meros erros formais que não interferem na composição final do preço, eis que foram abarcadas, tanto pela margem de lucro do Módulo 6, como pelo Módulo 5 (Insumos diversos), eis que os valores ali previstos também estavam com uma margem considerável, sendo que a recorrente pode utilizar-se de sua própria estrutura para alguns dos insumos ali previstos.

Ademais, destaca-se que eventuais erros no preenchimento da planilha serão arcados pela empresa, não sendo motivo para eventual desclassificação da proposta.

Desse modo, a proposta da ora recorrente CONTINUA SENDO A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, eis que apresenta o melhor valor, cumprindo-se toda a legislação vigente sobre a atividade e todas as disposições da categoria profissional.

Portanto, requer-se o recebimento do presente recurso com as adequações na planilha de composição de custos, afim de que o órgão licitante possa obter o melhor resultado almejado pelo presente processo licitatório.

### III. DO PEDIDO

Assim sendo, ante o exposto, considerando que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, que não interferem no valor final, é altamente defendida pela jurisprudência das cortes superiores, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, requer-se:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso e, ao final, que seja julgado procedente;
- b) O recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta da recorrente;
- c) A aceitação da proposta e consequente adjudicação do objeto à recorrente, eis que apresentou a melhor proposta que atende ao interesse público;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Por fim, ressalta-se que, diante do entendimento uníssono da posição jurisprudencial nas Cortes Judiciais e de Contas, o indeferimento do recurso ocasionará na necessidade da recorrente buscar os meios legais cabíveis (Representação no TCE/PR e/ou Mandado de Segurança), o que pode resultar na suspensão do processo licitatório e demora ainda maior na contratação do objeto pelo órgão público.

Pato Branco – PR, 25 de outubro de 2021.

MAURO MARCELO VERÍSSIMO (CPF nº 886.279.509-20) sócio administrador representante da PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. (CPNJ nº 31.798.997/0001-09)

Planilha de Custos e Formação de Preços

PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA Obs. 1: Preencher as células em Azul

Obs. 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Obs. 3: Algumas células são calculadas por fórmulas que devem ser revisadas e justificadas.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A 18/10/2021

B Pato Branco

C 2021/2022

D 12 messses

Tipo de Serviço Unidade de Medida "Quantidade total a contratar

(Em função da unidade de medida)"

Vigilancia desarmada contendo 08 vigilante 24 horas e feriados. Conims 8

1. MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra  
1 Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) Vigilante  
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)  
3 Salário Normativo da Categoria Profissional  
4 Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) Vigilante  
5 Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

Regime Tributário (Simples Nacional / Lucro Real / Lucro Presumido):

#### Módulo 1 - Composição da Remuneração

1 Composição da Remuneração Valor (R\$)  
A Salário-Base 1.915,36  
B Adicional de Periculosidade (Risco de Vida) 574,61  
C Intervalo Intrajornada Não Concedido (15h normais + 50%) 0,00  
D Adicional de Assiduidade (Prêmio Assiduidade) 0,00  
E Reflexo do DSR sobre o Intervalo Intrajornada Não Concedido 0,00  
F Adicional Noturno 383,00  
G Hora Noturna Reduzida (15h normais + 20%) 0,00  
F Reflexo do DSR sobre o Adicional Noturno 0,00  
E Outros (especificar)  
Total 2.872,97

#### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

##### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

2.1 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias Valor (R\$)  
A 13º (décimo terceiro) Salário 239,41  
B Adicional de Férias 79,80  
Total 319,21

##### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições Percentual (%) Valor (R\$)  
A INSS 9,00% 287,30  
B Salário Educação 0,00  
C SAT 0,00  
D SESC ou Sesi 0,00  
E SENAI - SENAC 0,00  
F SEBRAE 0,00  
G INCRA 0,00  
H FGTS 8,00% 255,37  
Total 17,00% 542,67

##### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3 Benefícios Mensais e Diários Valor (R\$)  
A Transporte  
B Auxílio-Refeição/Alimentação 496,20  
C Benefício de Assistência ao Trabalhador (Saúde e Qualificação Profissional) 77,50  
D Contribuição para o Sindicato Patronal  
E Seguro de Vida 12,00  
F Outros (especificar)  
Total 585,70

#### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários Valor (R\$)  
2.1 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias 319,21  
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições 542,67  
2.3 Benefícios Mensais e Diários 585,70  
Total 1.447,58

#### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3 Provisão para Rescisão Valor (R\$)  
A Aviso Prévio Indenizado 10,08  
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado 0,81  
C Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado 102,15  
D Aviso Prévio Trabalhado 50,42  
E Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado 8,57  
F Multa do FGTS nos casos de Aviso Prévio Trabalhado 102,15  
G Custo da Demissão com justa causa -12,39

Total 261,79

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

##### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

###### 4.1 Substituto nas Ausências Legais Valor (R\$)

A Substituto na cobertura de Férias 0,00

B Substituto na cobertura de Ausências Legais 12,73

C Substituto na cobertura de Licença-Paternidade 0,00

D Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho 8,80

E Substituto na cobertura de ausência por doença 8,72

F Substituto na cobertura de curso de reciclagem 0,00

G Substituto na cobertura de ausência por consulta médica filho 0,00

H Substituto na cobertura de ausência por óbitos na família 0,00

I Substituto na cobertura de ausência para casamento 0,00

J Substituto na cobertura de ausência para doação de sangue 0,00

K Substituto na cobertura de ausência para testemunho 0,00

L Substituto na cobertura de Licença-Maternidade 0,00

M Substituto na cobertura de consulta pré-natal 0,00

N Outros (especificar)

Total 30,25

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

##### 4 Custo de Reposição do Profissional Ausente Valor (R\$)

4.1 Substituto nas Ausências Legais 30,25

Total 30,25

#### Módulo 5 - Insumos Diversos

##### 5 Insumos Diversos Valor (R\$)

A Uniformes 20,00

B Materiais 10

C Equipamentos 10,00

D Outros (especificar) 10,00

Total 50,00

#### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

##### 6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro Percentual (%) Valor (R\$)

A Custos Indiretos 0,00

B Lucro 6,93% 367,03

C Tributos

C.1 C.1. Tributos Federais - PIS 0,47% 21,91

C.2 C.2. Tributos Estaduais - COFINS 2,15% 100,25

C.3 C.3. Tributos Municipais - ISS 3,00% 139,88

Total 0,00% 629,07

## 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) Valor (R\$)

A Módulo 1 - Composição da Remuneração 2.872,97

B Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários 1.447,58

C Módulo 3 - Provisão para Rescisão 261,79

D Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente 30,25

E Módulo 5 - Insumos Diversos 50,00

Subtotal (A + B + C + D + E) 4.662,59

F Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro 629,07

Valor Total por Empregado 5.291,66

## 3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço Valor Proposto por Empregado Quantidade de Empregado por Posto Quantidade de Postos Valor Total do Serviço

(A) (B) (C) (D) (E) = (B x C x D)

Vigilância patrimonial desarmada 24 horas de domingo a segunda-feira e feriados R\$ 5.291,66 4 2 R\$ 42.333,28

Valor Mensal dos Serviços R\$ 42.333,28

**Fechar**

11. Termo de Distribuição - 3976-21 - DP



## **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

### **TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3976/2021**

Processo Nº: 679479/21

Data e hora da distribuição: 11/11/2021 15:14:44

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Exercício:

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Impedimentos:

12. Despacho - 1575-21 - GCIZL



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

**PROCESSO Nº:** 679479/21  
**ORIGEM:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
**PROCURADOR:** CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA, LUCKAS NORBERTO OBERMANN  
**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
**DESPACHO:** 1575/21

1. Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Primeira Ação Vigilância e Segurança Ltda., em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, em Pato Branco, da respectiva Secretária Executiva e da Pregoeira, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021, que tem por objeto a *“contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriado”*, no valor máximo estimado de R\$ 655.035,36. A sessão pública foi realizada em 18/10/2021.

Apontou a ocorrência de suposta irregularidade na sua desclassificação pela Pregoeira sem que fosse possibilitada a prévia correção da planilha de composição de custos, sob o fundamento de que a proposta *“não estava prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto”* (vide ata de peça 7, fl. 7).

Narrou que interpôs recurso em face da decisão, o qual, contudo, não foi provido pela autoridade superior (Secretária Executiva).

Sustentou, com base em precedentes do Tribunal de Contas da União, de Tribunais de Contas Estaduais e de Tribunais de Justiça, que a existência de erros ou omissões na planilha de custos que não interfiram no valor final da proposta não deve ensejar a imediata desclassificação da licitante, mas, a abertura de prazo adequado para sua retificação, de modo que se evite a desclassificação da melhor proposta por mera formalidade.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Asseverou, ainda, que sua proposta foi elaborada com base em sua realidade econômica e tributária e que, mesmo com a inclusão dos custos considerados omissos ou incorretos, haveria margem para manutenção do valor final do preço proposto.

Ao final, requereu a suspensão cautelar do certame, por considerar presente o elemento da verossimilhança do direito alegado, bem como em razão do perigo da demora, diante do risco de contratação de proposta menos vantajosa para a Administração.

No mérito, requereu que se determine o retorno do procedimento licitatório à fase de análise das propostas, *“permitindo que seja possibilitado o recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta”*.

Distribuídos, vieram os autos conclusos.

2. Preliminarmente, com fulcro nos arts. 282, § 1º, 400, § 1º-A, 401, V, e 403, II e III, do Regimento Interno, **acolho o pedido de expedição de medida cautelar em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, para o fim de determinar a imediata suspensão do Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021, bem como da execução de eventual contrato dele decorrente**, sob pena de responsabilização solidária da atual gestora, nos termos do art. 400, § 3º, do mesmo Regimento.

A decisão da Secretária Executiva que negou provimento ao recurso interposto pela ora Representante em face de sua desclassificação no certame (peça 09) tomou por base a manifestação da Pregoeira, que, por sua vez, restou assim fundamentada (peça 08):

Referente ao recurso apresentado pela recorrente PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, cita-se o seguinte trecho do Anexo III do Edital:

“A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta.”

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

O CONIMS poderá realizar diligências junto a licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais INFORMADOS na planilha de custos e formação de preços





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

Portanto, o conceito de “erro formal” não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere a essência da própria proposta, de modo que as diligências almejadas pelo recorrente extrapolam os poderes instrutórios do pregoeiro, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Em que pese a relevante fundamentação apresentada pela Pregoeira, a empresa Representante demonstrou a existência de precedentes desta Corte de Contas no sentido de que, mesmo a omissão de custos obrigatórios na planilha constitui falha meramente formal, passível de retificação, podendo-se citar os seguintes: (grifou-se)

EMENTA: Representação da Lei 8.666/93. Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, **invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global.**

(...)

Por meio do Despacho 1197/18 (Peça 04), determinei a expedição de medida cautelar, com a seguinte fundamentação:(...)

Verifica-se que, em caso de erro no preenchimento de planilha, o Tribunal de Contas da União já determinou que fosse desconsiderada indicação equivocada de percentual de tributo (que seria de 1%, e não 2% como apresentado pelo Proponente), para proporcionar melhor contratação à Administração, determinando-se que “9.3.1 em futuros procedimentos licitatórios, **abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (...)**” (Acórdão 2371/2009-Plenário.

(...)

O arcabouço fático verificado denota a existência de erro formal no preenchimento da planilha. Porém, **ainda que tenha ocorrido a não realização de proposta do item, entende-se que a solução adequada, considerando o valor irrisório do item frente ao global da proposta, seria a já mencionada junto à (...)** **questionando se haveria interesse em manter seu preço total mediante ajuste de sua planilha, posteriormente analisando se haveria risco à efetiva viabilidade de execução do contrato.**

Não se trata de qualquer presunção imprópria ou ato ativista em prol de uma das participantes do certame, mas de atuação adequada aos ditames do Estatuto das Licitações.

Finalmente, a o ajustamento da planilha acabaria com quaisquer possíveis problemas quanto a aditivos ou reajustes.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

(...)

(Acórdão nº 3724/18 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães)

Representação da Lei n.º 8.666/1993. Município de Curitiba. Concorrência n.º 1/2010. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação nos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde. **Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária, que não permitem a exclusão da proposta, dada a natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos. Precedentes.** Adoção da concorrência em detrimento do pregão para a contratação de serviço comum. Contrariedade a decreto municipal. Procedência parcial e determinação.

(...)

Relativamente à primeira eiva, destaca-se da representação que **a planilha de preços continha impropriedades consistentes no estabelecimento do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, em detrimento do piso salarial fixado em convenção coletiva, ausência de indicação dos valores destinados ao fundo de formação profissional, conforme previsto também em convenção, e não apropriação de verba suficiente para o IR e CSLL.**

Apesar desses pontos, a municipalidade esclareceu que, para aqueles que entendeu pertinentes, **houve a apresentação de nova planilha, sem as impropriedades antes apontadas**, o que foi feito em conformidade com o prescrito em edital, **sem a alteração do preço final proposta** pela interessada.

(...)

A prescrição do edital acima epigrafada se encontra em consonância a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União que se inclina ao reconhecimento de que não haveria irregularidade no equívoco do preenchimento dos dados da planilha de formação de custo:

“O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público” (Acórdão n.º 719/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas).

**“Em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros.** Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.239/2018- Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

### GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que **“erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação”** (Acórdão n.º 898/2019 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

**“A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não deve imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública realizar as necessárias diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposto, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada, em sintonia com o art. 29-A, § 2º, da então vigente IN MPOG nº 2, de 2008”** (Acórdão n.º 1487/2019 – Plenário, rel. Min. André de Carvalho).

(...)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, **o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada**, notadamente quanto se tem em conta que **um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993).

Assim, improcedente se mostra a representação nesta parte.

(...)

**(Acórdão nº 2591/21 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral)**

Representação da Lei n.º 8.666/1993. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Pregão Eletrônico n.º 643/2019. Serviços de vigilância. **Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária. Improriedades que não permitem a exclusão da proposta. Natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos.** Improcedência.

(...)

Da representação (peça 3), colhe-se que a licitante classificada em primeiro lugar foi a empresa (...) com proposta final de R\$ 22.609.496,05 em valores anuais e a representante com proposta final de R\$ 23.415.361,54, ocorre que aquela **deixou de considerar na sua proposta de preços e planilhas de formação de custo por tipo de posto, leis trabalhistas de repercussão obrigatória**, o que importaria numa diferença de R\$ 805.865,49 anualmente. De forma mais específica, apontam-se improriedades por ela descritas como: (i) **apresentação de percentual menor que o exigido em lei para**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

**encargos sociais** (58% para os postos 12 horas SDF, regime de horas, 12x36 12 horas diurnas amado, 12x36 12 horas diurnas desarmado e 12x36 12 horas noturnas desarmado; e 56% para o posto de 12x36 12 horas noturnas armado, quando na verdade deveria constar percentual único de 63,39%); e (ii) **não previsão de provisionamento para rescisão de contrato, para o pagamento da multa do FGTS** (40% sobre o valor depositado no importe de 8% da remuneração), **para a cobertura das faltas legais e por atestado médico e para os custos do aviso prévio indenizado ou trabalhado**.

(...)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada, notadamente quanto se tem em conta que um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993) e, no caso, a diferença entre os lances finais da representada e representante chega a um pouco mais de R\$ 800.000,00. **Valor esse que não pode ser simplesmente desconsiderado diante do que se reputa uma imprecisão de um documento de caráter auxiliar e informativo**.

(...)

(Acórdão nº 3735/20 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral)

Considerando que, ao menos em sede de cautelar, devem prevalecer os precedentes deste Tribunal acerca da matéria, que, em diversas situações análogas, concluiu pela irregularidade da desclassificação de proposta por simples equívoco na planilha de composição de custos e pela necessidade de previamente se oportunizar a apresentação de planilha retificada, deve ser reconhecida, neste exame preliminar, a presença do elemento da verossimilhança da suposta irregularidade apontada, a justificar a expedição de medida cautelar.

O **perigo da demora**, por sua vez, decorre do fato de o certame haver sido homologado na data de 09/11/2021 e de até o momento não haver notícia, nestes autos ou no sítio eletrônico da entidade Representada,<sup>1</sup> acerca da celebração do contrato dele decorrente, de modo que se mostra indispensável a imediata atuação deste Tribunal.

<sup>1</sup> [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-128/con\\_licitacoes.faces?mun=0e9Zo4skZvprtyR0AaASOamALCP9tqji](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-128/con_licitacoes.faces?mun=0e9Zo4skZvprtyR0AaASOamALCP9tqji)

e

[http://www.conims.com.br/pag.php?id=3&modulo=1&tipodoc=1&ano=2021&mes=0&car\\_mod=Preg%C3%A3o&pagdc=1](http://www.conims.com.br/pag.php?id=3&modulo=1&tipodoc=1&ano=2021&mes=0&car_mod=Preg%C3%A3o&pagdc=1) – acesso em 11/11/2021



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

3. Tendo em vista que a suposta irregularidade relatada é apta a ensejar, em tese, a aplicação das sanções previstas no art. 85 da Lei Orgânica deste Tribunal, e considerando o preenchimento dos requisitos constantes nos arts. 275 a 277 do Regimento Interno, **recebo** a presente Representação da Lei nº 8.666/93.

4. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que, nos termos dos arts. 404, parágrafo único, e 405, do Regimento Interno, **proceda à imediata inclusão na autuação e à intimação** do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS e da respectiva atual gestora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se pronunciem acerca da medida cautelar adotada e comprovem o seu **imediato cumprimento**, bem como, nos termos do art. 380-A, I, do mesmo regimento, às respectivas **citações** para exercício do **contraditório** em face das supostas irregularidades noticiadas, oportunidade em que também deverão **juntar as cópias integrais dos autos do procedimento licitatório** referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021.

5. Ato contínuo, retornem os autos conclusos para apreciação em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o art. 400, § 1º, do Regimento Interno, e nova remessa à Diretoria de Protocolo.

6. Decorrido o prazo de defesa, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para manifestações.

7. Publique-se.

Tribunal de Contas, 11 de novembro de 2021.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES  
Conselheiro

### 13. Certidão - 711-21 - DP



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 679479/21  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
INTERESSADO: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN, PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**  
ADVOGADO: CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA, LUCKAS NORBERTO  
PROCURADOR: OBERMANN

### CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Despacho nº. 1575/2021-GCIZL (peça 12), fiz contato telefônico com o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CNPJ nº 00.136.858/0001-88), na pessoa da Sra. Mariana Grahl (contadora); bem como encaminhei cópia da referida decisão para os endereços eletrônicos por esta informados [conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br) ; [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br) e [secexecutiva@conims.com.br](mailto:secexecutiva@conims.com.br) , conforme comprovantes abaixo colacionados.

MEDIDA CAUTELAR - INTIMAÇÃO URGENTE TCE/PR - PROCESSO Nº. 679479/21

MO

Microsoft Outlook  
Sex, 12/11/2021 09:52

Para: [conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br); [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br); [secexecutiva@conims.com.br](mailto:secexecutiva@conims.com.br)

MEDIDA CAUTELAR - INTIMA...  
47 KB

**A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:**

[conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br) ([conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br))  
[licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br) ([licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br))  
[secexecutiva@conims.com.br](mailto:secexecutiva@conims.com.br) ([secexecutiva@conims.com.br](mailto:secexecutiva@conims.com.br))

Assunto: MEDIDA CAUTELAR - INTIMAÇÃO URGENTE TCE/PR - PROCESSO Nº. 679479/21



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

MEDIDA CAUTELAR - INTIMAÇÃO URGENTE TCE/PR - PROCESSO Nº. 679479/21

Esta mensagem foi enviada com Alta prioridade.

ET

Email tcecartorio

Sex, 12/11/2021 09:51

Para: conims@conims.com.br; licitacao@conims.com.br; secexecutiva@conims.com.br

Decisão 1575.21 - GCIZL.pdf  
494 KB

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Despacho n.º 1575/21 – GCIZL, relativo ao Processo n.º 679479/21, ficam **INTIMADOS** o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS (CNPJ n.º 00.136.858/0001-88) e o seu respectivo atual gestor, Sr. PAULO HORN (CPF n.º 554.075.529-49), da concessão da **MEDIDA CAUTELAR**, afixada nos seguintes termos:

**"Preliminarmente, com fulcro nos arts. 282, § 1º, 400, § 1º-A, 401, V, e 403, II e III, do Regimento Interno, acolho o pedido de expedição de medida cautelar em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, para o fim de determinar a imediata suspensão do Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021, bem como da execução de eventual contrato dele decorrente, sob pena de responsabilização solidária da atual gestora, nos termos do art. 400, § 3º, do mesmo Regimento."**

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal e-Contas-Paraná, acessível no site do Tribunal e com o uso do certificado digital, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
3. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
4. Clicar no ícone Acessar processo eletrônico.

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste e-mail, está disponível no site do Tribunal, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no seguinte caminho:

1. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
2. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
3. Selecionar a opção Cópia de Autos Digitais
4. Indicar o número do processo 679479/21
5. Indicar o número do Cadastro CNPJ/CPF nº ....
6. Clicar em Exibir cópia

Assim sendo, encaminho-lhe cópia da referida decisão para conhecimento e imediato cumprimento, assim como para **MANIFESTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NOS AUTOS DO PROCESSO**, nos termos e prazos do referido Despacho.

Favor confirmar o recebimento da presente intimação.

Cordialmente,

**DIRETORIA DE PROTOCOLO**  
**MARCEL EDUARDO CUNICO BACH**  
Técnico de Controle  
[tpccartorio@tce.pr.gov.br](mailto:tpccartorio@tce.pr.gov.br)  
41.3350-1881

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
Praça Nossa Senhora de Salette s/n  
Centro Cívico Curitiba PR CEP: 80.530-910  
41.3350-1616

Curitiba, 12 de novembro de 2021.

MARCEL EDUARDO CUNICO BACH

Técnico de Controle

Matrícula nº 51.415-2



14. Ofício de contraditório - 3107-21 - DP



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

**PROCESSO Nº:** 679479/21  
**ASSUNTO:** Representação da Lei Nº 8.666/1993  
**ENTIDADE:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN, PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA(OAB/PR 102863), LUCKAS NORBERTO OBERMANN(OAB/PR 95328)  
**RELATOR:** IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Ofício nº 3107/21-OCN-DP

Curitiba, 12 de novembro de 2021.

**Ref.: CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO**

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Despacho nº 1575/2021, fica CITADO o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 00.136.858/0001-88, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, para, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto nos arts. 357 e 389, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal.

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal *e-Contas-Paraná*, acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital<sup>1</sup>, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
3. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
4. Clicar no ícone **Acessar processo eletrônico**

<sup>1</sup> Certificado digital – veja onde adquirir no site <http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar>



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo **679479/21**
5. Indicar o número do Cadastro CNPJ nº **00.136.858/0001-88**
6. Clicar em **Exibir cópia**

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br), **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

**PAULO SERGIO MOURA SANTOS**

**Diretor**

**TC 51.560-4**

Ao Senhor  
**PAULO HORN**  
Consortio Intermunicipal de Saúde  
Rua Afonso Pena, 1902  
**PATO BRANCO-PR**  
CEP 85.501-530

15. Ofício de contraditório - 3108-21 - DP



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

**PROCESSO Nº:** 679479/21  
**ASSUNTO:** Representação da Lei Nº 8.666/1993  
**ENTIDADE:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN, PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA(OAB/PR 102863), LUCKAS NORBERTO OBERMANN(OAB/PR 95328)  
**RELATOR:** IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Ofício nº 3108/21-OCN-DP

Curitiba, 12 de novembro de 2021.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Despacho nº 1575/2021, fica CITADO o Sr. **PAULO HORN** (CPF nº 554.075.529-49), para, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto nos arts. 357 e 389, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal.

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal *e-Contas-Paraná*, acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital<sup>1</sup>, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
3. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
4. Clicar no ícone **Acessar processo eletrônico**

<sup>1</sup> Certificado digital – veja onde adquirir no site <http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar>



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acessar o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo **679479/21**
5. Indicar o número do Cadastro CPF nº **554.075.529-49**
6. Clicar em **Exibir cópia**

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br), **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

**PAULO SERGIO MOURA SANTOS**

**Diretor**

**TC 51.560-4**

Ao Senhor

**PAULO HORN**

Consortio Intermunicipal de Saúde

Rua Afonso Pena, 1902

**PATO BRANCO-PR**

CEP 85.501-530

16. Certidão de Publicação DETC - 16414-21 - DG



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**PROCESSO Nº:** 679479/21  
**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
**ENTIDADE:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN, PRIMEIRA  
AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

### CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 1575/2021 – Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2661, do dia 16/11/2021, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 17/11/2021



17. Recibo de Petição Intermediária - 698899-21, de 22-11-21



## RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 698899/21

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 679479/21

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Pregão**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

### DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (OFÍCIO CONTRADITÓRIO)
- Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )
- Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )
- Outros Documentos (PLANILHA PRIMEIRA AÇÃO)
- Outros Documentos (PROCESSO MAXORGANI)

PETICIONÁRIO: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 00.136.858/0001-88, através do(a)**

**Representante Legal PAULO HORN, CPF 554.075.529-49**

Email: **contabilidade@conims.com.br**

Telefone: **33133550**

**Curitiba, 22 de novembro de 2021 08:27:24**

## 18. Petição (OFÍCIO CONTRADITÓRIO)

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 0025/2021/ADM/LICIT/CONIMS

Pato Branco/PR, 22 de novembro de 2021.

Processo nº: 679479/21– TCE/PR

Assunto: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Denunciante: PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Ilmo. SR. **RELATOR IVENS ZSCHOERPER LINHARES,**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ nº 00.136.858/0001-88, no exercício do direito ao Contraditório concedido por este e. Tribunal de Contas, referente ao **Despacho nº 1575/21** dirigidos respectivamente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e ao seu atual presidente Sr. Paulo Horn, os quais vem com o devido respeito e consideração, apresentar os esclarecimentos a respeito da Denúncia oferecida por **PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**, por meio de seu procurador LUCKAS NORBERTO OBERMANN, em que também requereu o quanto segue:

- a) Conceder medida cautelar determinando a suspensão do pregão nº 036/2021 do **CONIMS** (sic)
- b) Determinar que o Pregão nº 036/2021 retorne à fase de análise das propostas, permitindo que seja possibilitado o recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta;
- c) Citar as partes para que, querendo, apresentem o contraditório;
- d) Seja julgado procedente a presente Representação;

Este contraditório refere-se a questionamento de licitante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021**, que versa sobre a contratação de Empresa especializada em serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do **CONIMS** e do CAPS

AD III de Coronel Vivida ainda em andamento.

De acordo com as alegações do Interessado (**PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**), sua desclassificação do certame é ilegal, pois ocorreu sem a possibilidade de correção da planilha de composição de custos, por não ter inserido o valor de tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional e o valor do INSS correto.

Segundo o Denunciante, tais correções poderiam ter sido realizadas, por se tratar de mero erro formal, pois passível de correção, e que sendo a sua proposta a menor, o ato impugnado ofende o princípio da razoabilidade e da economicidade.

Tais argumentos já foram rebatidos pelo CONIMS, por ocasião da análise do Recurso interposto no transcorrer do certame, em cuja decisão foram indicados os MOTIVOS para a sua rejeição, as quais se reforçam nessa peça Contraditória e os quais são razoáveis às particularidades da **contratação URGENTE que se necessita finalizar e que foi SUSPENSA por este TCE** sob o fundamento de que, embora relevante a fundamentação do CONIMS e suas autoridades, há precedentes do TCE/PR que acolhem a pretensão do Denunciante, no sentido de que mesmo a omissão de custos obrigatórios na planilha constitui falha meramente formal, passível de retificação.

Feitas tais considerações, devem ser ponderados os seguintes pontos.

#### **a) Da Finalidade da Licitação e da Contratação**

O Pregão Eletrônico nº 36/2021 almeja a contratação de **extrema relevância** para a regular e **CONTÍNUA** prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do **CONIMS** e do **CAPS AD III** de Coronel Vivida.

O CONIMS é entidade autárquica que presta serviço público de saúde para residentes de 22 (vinte e dois) Municípios que o compõem. Possui sede própria, com mais de 3000 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), com atendimento diário de mais de 300 pacientes, contando com aparelhos de alto custo e mais de 90 servidores públicos próprios, além dos prestadores contratados, sendo necessária a existência de serviço de SEGURANÇA predial, 24 (vinte e quatro) horas.

Veja-se que na sede do CONIMS se encontram, atualmente, mais de 160 computadores, nos quais são desempenhados os trabalhos para atendimento aos municípios consorciados, desde as licitações até o próprio atendimento em saúde do paciente, em várias áreas, além de manter em seus sistemas e arquivos físicos dados sensíveis de terceiros, em especial Prontuários Médicos, controle de contas e pagamentos dos seus prestadores e

servidores.

Mais recentemente, foram adquiridos equipamentos médicos cirúrgicos e para exames de imagem, de considerável valor. Ainda há de se destacar o almoxarifado, o qual armazena temporariamente, materiais odontológicos, hospitalares e medicamentos para uso nas suas unidades e nos municípios consorciados, os quais devem ser mantidos em vigilância constante e preparada para eventual ameaça patrimonial.

Quanto à unidade de atendimento psicossocial no Município de Coronel Vivida a pacientes usuários de substâncias entorpecentes e com delicado estado psíquico e comportamentos eventualmente AGRESSIVOS, torna essencial a contratação do SERVIÇO de GUARDA DESARMADA não só para o resguardo da estrutura física do CAPS AD III mas, também da higidez e segurança dos servidores e demais pacientes.

Conforme se observa do Termo de Referência anexo ao Edital do PE 36/2021, o certame foi inaugurado em razão de o contrato nº 21/2018 estar em vias de rescisão unilateral antecipada.

É que a contratada **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA** sofreu processo administrativo apuratório de responsabilidade (anexo) e, por ter deixado de apresentar certidões de regularidade fiscal, trabalhista e comprovantes de recolhimento de INSS em favor dos seus empregados, em razão do que também se decidiu pela rescisão contratual **assim que findado este Pregão**.

Por evidente, a suspensão do certame pelo TCE/PR torna obrigatória a manutenção de contrato com Empresa que não realiza o regular pagamento de seus funcionários e dos respectivos encargos.

Feitas tais considerações iniciais, passa-se à análise dos MOTIVOS da desclassificação de **PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**.

**b) Do Conteúdo Obrigatório das Planilhas de Custos o do DEVER de Desclassificação de Licitantes que descumprem as regras expressas no Edital**

Sabe-se que a Planilha detalhada de composição de custos é exigível, a partir de parâmetros claros e objetivos de julgamento, que apresentem aos licitantes toda a composição do objeto, na forma do artigo 7º, § 2º da Lei nº 8.666/1993:

*“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a **prestação de serviços** obedecerão*

ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços **somente poderão** ser licitados quando:

(...)

II - existir **orçamento detalhado em planilhas** que expressem a composição de **todos os seus custos unitários;**”

Por ocasião da fase de lances e apresentação de documentos, a Pregoeira observou que a primeira colocada **PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA** NÃO HAVIA incluído em sua Planilha de custos uma série de valores **diretamente impactantes** no custo do serviço, tais como TRIBUTOS FEDERAIS E MUNICIPAIS (PIS, COFINS E ISS), BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS CONFORME CONVENÇÃO COMO CONVÊNIO SAÚDE E FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO INSS.

Em Recurso por ela oferecido, alegou-se se tratar de mero **erro formal** e que sob a ótica do princípio da **razoabilidade**, deve ser recolocado no certame.

Em resposta ao Recurso, a Pregoeira calçou-se em Parecer Jurídico para negar provimento ao recurso, que se amparou em uma SÉRIE de REGRAS EDITALÍCIAS, de interpretação OBJETIVA, senão vejamos:

- Anexo III do Edital:

\* A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta;

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

\* O CONIMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;

Observa-se que pela literalidade do Edital, as diligências se destinam a esclarecer informações JÁ INSERIDAS na Planilha, e **não permitir** que dados não colocados pelo Licitante por ocasião do início do certame (abertura da sessão) sejam trazidos.

Nesse sentido, é o Edital:

**9.2.** Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e a documentação de habilitação anteriormente apresentadas.

**9.3.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio da fase de lances.

(...)

**10.4.** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias constantes neste Edital e seus anexos sob pena de desclassificação da proponente.

Entende-se que, **NO CASO**, O conceito de “erro formal” não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere à **essência da própria Proposta**, de modo que as diligências almejadas pelo Recorrente extrapolariam os poderes instrutórios do Pregoeiro e representariam evidente ofensa aos **princípios da isonomia, da legalidade e da vinculação ao Edital**.

Permitir que após a fase classificatória o licitante **ALTERE as condições de sua PROPOSTA** é ferir de MORTE **as regras do Edital**, que não só o vinculam, mas também a todos, inclusive esta Administração Pública.

Veja-se que, dentre os argumentos indicados pelos demais participantes (docs em anexo), a ausência de inserção dos referidos e **consideráveis valores** (TRIBUTOS FEDERAIS E MUNICIPAIS (PIS, COFINS E ISS), BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS CONFORME CONVENÇÃO COMO CONVÊNIO SAÚDE E FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO INSS) importaria na **inexequibilidade da proposta**, o que também deve ser combatido pela Administração Pública a fim de evitar a descontinuidade do serviço prestado por problemas na execução do contrato.

Desta forma, fica incerto qual foi a verdadeira razão de **PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA** não se ter inserido os referidos valores no momento procedimental correto.

Veja-se que, no âmbito desta Representação, o Denunciante afirma que:

*“Contudo, sabe-se que a correção de **meros erros** que não interferem no valor final da proposta podem ser realizados após a constatação, concedendo-se prazo adequado para que se evite a desclassificação por **meras formalidades**, visando a contratação da licitante que pode prestar o serviço com o melhor valor ofertado no certame.”*

Não se nega o entendimento dos Tribunais (de Contas) quanto à possibilidade de correção de erros “formais” ou realização de diligências pelo Pregoeiro, até em respeito aos princípios da economicidade dos atos, da instrumentalidade das formas e da vantajosidade.

O que se defende, entretanto, é que NESSE CASO, tais providências (PERMITIR QUE O



LICITANTE SUBSTITUA SUA PROPOSTA) são ILEGAIS, pois não se trata de MERO erro formal, mas **ERRO GROSSEIRO**, em gritante confronto com as regras editalícias, com as quais concordou o licitante (e todos os demais) ao aderirem ao certame.

Sobre o conceito de ERRO GROSSEIRO, mutatis mutandi, cita-se o disposto na Lei de Introdução às Normas Brasileiras (LINDB):

*“Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro (grifou-se).*

Na tentativa de conceituar o erro grave, o Plenário do Tribunal de Contas da União tem proferido acórdãos reiterando o posicionamento doutrinário do parâmetro do erro grosseiro pela conduta do homem médio e aprofundado os esclarecimentos sobre tal conduta.

Em casos mais recentes, os Ministros têm proferido votos e declarações de voto equiparando o erro grosseiro à culpa grave e estabelecendo que se trata de uma **grave inobservância do dever de cuidado**.

No voto condutor do Acórdão 2.391/2018 – Plenário, o Ministro Benjamin Zymler apresentou a definição de erro leve e erro grave. O erro leve só poderia ser percebido com **diligências extraordinárias** e acima do normal. Por sua vez, o erro grosseiro “é o que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal, ou seja, **que seria evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, consideradas as circunstâncias do negócio**”.

O TCU, no Acórdão 2.860/2018 – Plenário, o Ministro Bruno Dantas apresentou declaração de voto ressaltando que o erro grosseiro ocorre com a “negligência extrema, imperícia ou imprudência extraordinárias, que só uma pessoa bastante descuidada ou imperita comete. É o erro que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal, ou seja, que seria evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, **consideradas as circunstâncias do negócio**”.

Reforça o ERRO GROSSEIRO cometido pela Denunciante e sua **inaceitabilidade (erro inescusável)** quando se observa o conteúdo das mensagens registradas pela Pregoeira ao longo da sessão de lances:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Realização do Pregão Eletrônico  
Nº 00036/2021

Às 09:00 horas do dia 18 de outubro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 161/2020 de 08/09/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 159, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00036/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1**

**Descrição:** Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica - 24 horas diuturnas

**Descrição Complementar:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Quantidade:** 12

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 655.035,3600

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 100,00

**Unidade de fornecimento:** Posto

**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** L A S - SEGURANCA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000 .

**Troca de Mensagens**

	Data	Mensagem
Sistema	18/10/2021 09:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	18/10/2021 09:00:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
		oeviaamente justmcaaa.
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:09	Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado,
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:17	bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.
Recusa de proposta	18/10/2021 17:11:45	Recusa da proposta. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, pelo melhor lance de R\$ 508.000,0000. Motivo: Proponente inabilitada pois não esta prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS E ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto.
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:18:12	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA CNPJ/CPF: 31798997000109. Motivo: a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.

De acordo com o Código Civil, para que anulável o ato jurídico, o ERRO deve ser escusável, o que se analisa a partir do conceito de HOMEM MÉDIO, que também atrai o preceito da BOA-FÉ:

*“Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial **que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal**, em face das circunstâncias do negócio.”*

E, **NO CASO DOS AUTOS**, foram várias as situações em que o Denunciante (E TODOS OS DEMAIS LICITANTES) foi alertado a INCLUIR EM SUA PROPOSTA TODOS OS CUSTOS, CITANDO-SE EXPRESSAMENTE AQUELES QUE ELE, DELIBERADAMENTE, DEIXOU DE INCLUIR, SOB SUA RESPONSABILIDADE.

Custos HABITUAIS da atividade (TRIBUTOS FEDERAIS E MUNICIPAIS (PIS, COFINS E ISS), BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS CONFORME CONVENÇÃO COMO CONVÊNIO SAÚDE E FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO INSS) não seriam omitidos no cálculo da proposta, pelo homem diligente, em termos ordinários.

Comparando-se a Planilha apresentada pelo Denunciante e pela Empresa adjudicada (documentos em anexo) observa-se visivelmente os dados faltantes da primeira e regularmente inseridos pela segunda.

Outro argumento que deve ser rebatido é o de que a proposta da Denunciante deve ser acolhida, apesar dos erros, porque traria mais vantagens à Administração Pública, uma vez que foi a de menor valor.

Contudo, observa-se haver discreta diferença entre a sua oferta e a da Empresa vencedora, o que sequer justificaria uma postura mais mitigada e menos rígida (por amor a um suposto princípio da razoabilidade) deste CONIMS, nem mesmo deste TCE/PR.

LOCAL DO POSTO DE SERVIÇO	ESCALA DE TRABALHO	TIPO	PREÇO MENSAL POR POSTO (a)	Nº DE POSTOS (b)	VALOR MENSAL c=axb
CONIMS	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (QUATRO) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	DESARMADO	R\$ 20.369,32	1	R\$ 20.369,32
	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 6 (SEIS) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	DESARMADO	R\$ 21.997,32	1	R\$ 21.997,32
<b>Valor mensal do Contrato</b>					R\$ 42.366,64
<b>Valor Global do Contrato (Valor mensal x 12 meses)</b>					R\$ 508.399,68

DECLARAÇÃO:	Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
-------------	---

Proponente	
Nome da Empresa:	las segurança ltda
Razão Social:	las segurança ltda
CNPJ:	13.050.015/0001-06
Endereço Completo:	rua são paulo, 3520, Bandeirantes - pr
Telefone:	42 99872-2960
E-mail:	lassegurancaadm@hotmail.com
Contato (Preposto):	tiago jose keler
Validade da Proposta	30 dias

PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - RUA HILBERTO PEITER, 430, JARDIM PARIZZOTTO 85.914-020- TOLEDO- PR (45) 2035 5524 [primeiracnovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracnovigilancia@hotmail.com) inscrita no CNPJ nº 31.798.997/0001-09 por intermédio de seu representante legal o Sr GILBERTO FRAGA DE PAULA, portador do RG nº 000852671 SSP MS e do CPF nº. 813.325.481-72, domiciliado (a) à Rua RUA HILBERTO PEITER, 430, JARDIM PARIZZOTTO 85.914-020- TOLEDO- PR Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços do Pregão Eletrônico, em epígrafe

Item	Descrição	Quantidade	UND	Marca	Valor Und RS	Total RS
01	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. 8 funcionários	12	MESES	PRIMEIRA AÇÃO	42.333,33	507.999,96
VALOR TOTAL DO LOTE: 507.999,96 (Quinhentos e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)						

Assim, para que se entenda que o ERRO do Denunciante deve ser “perdoado” e que todo o certame seja adaptado a esse fato individual, o erro deve ser escusável, ou seja, que incidiria qualquer pessoa prudente nas mesmas condições, conforme expõe Angelo Falzea<sup>1</sup>:

*“A lei requer que o errôneo convencimento tenha sido causado por uma situação de fato tal que qualquer sujeito médio da coletividade teria incidido no mesmo erro” (tradução livre)”*

E ainda.

Embora o Denunciante afirme que o valor de sua proposta seria/será mantida, em seu pedido formulado a este r. TCE, requer:

- b) Determinar que o Pregão nº 036/2021 retorne à fase de análise das propostas, permitindo que seja possibilitado o recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta;**

Ou seja, o Denunciante não almeja que seja aceita a sua proposta, mas que lhe seja permitido “adequar a planilha de custos, com a CORREÇÃO de valores”, o que, na verdade, não é sequer possível realizar, porque nela se devem INCLUIR consideráveis valores sequer antes computados.

- c) Dos Prejuízos da Suspensão do Certame**

<sup>1</sup> FALZEA, Angelo. Apparenza. *Enciclopedia Del Diritto*. Vol. II. Milano: Giuffré Editore, 1958, p. 694.

Por outro lado, a SUSPENSÃO do certame está a causar **grave prejuízo** aos EMPREGADOS da atual empresa contratada e aos cofres públicos, cujo contrato somente irá perdurar até o dia 05/12/2021, período que se imaginou ser suficiente para se promover a contratação neste Pregão Eletônico ora suspenso.

Explica-se.

É que conforme mencionado anteriormente, o contrato nº 21/2018 firmado com **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA** está em vias de rescisão unilateral antecipada, por decisão dada em processo administrativo apuratório de responsabilidade (anexo) instaurado pelo CONIMS, por ter deixado de apresentar certidões de regularidade fiscal, trabalhista e comprovantes de recolhimento de INSS em favor dos seus empregados.

Por evidente, a suspensão do certame pelo TCE/PR torna obrigatória a manutenção de contrato com Empresa que não realiza o regular pagamento de seus funcionários e dos respectivos encargos, até porque a contratação via dispensa de licitação, de outra empresa, fica absolutamente inviável em razão do exíguo tempo administrativo.

Nesse contexto, importante trazer à baila o disposto nos artigos 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas Brasileiras, que exige uma visão CONSEQUENCIALISTA das decisões proferidas pela administração e órgãos com jurisdição, inclusive este TCE:

*“Art. 20. Nas esferas administrativa, **controladora** e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos **sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.***

*parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.*

*Art. 21. a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa **deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas.***

*parágrafo único. a decisão a que se refere o caput deste artigo **deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.**”*

Assim, Excelência, para que se garanta a continuidade das ações deste CONIMS, que mantém um histórico hígido de condutas frente a este e. TCE, SUGERE-SE que seja afastada a

medida de suspensão do certame e julgada improcedente a presente Denúncia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o Despacho nº 1575/21 – TCE/PR este CONIMS em cumprimento a determinação ali contida não celebrou o contrato com a empresa vencedora, estando o referido pregão homologado na data de 09 de Novembro de 2021, com data de publicação em 10 de novembro de 2021, conforme integra processual anexada.

Diante do exposto e com base nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, do bem jurídico envolvido e da visão consequencialista trazida pela LINDB, espera-se que sejam aceitas as justificativas, contribuindo assim para o entendimento pela regularidade do ato questionado, com a imediata **revogação da medida de suspensão do certame e julgada improcedente a presente Denúncia.**

Cordiais saudações.

PAULO HORN  
PRESIDENTE

Ilustríssimo Senhor  
Conselheiro RELATOR IVENS ZSCHOERPER LINHARES,  
Tribunal de Contas do Estado do ParanáPraça  
Nossa Senhora da Salete, s/n 80.530-910 –  
Curitiba – PR.

19. Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )



# **CONIMS**

## **Consórcio Intermunicipal de Saúde**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Data prevista para abertura da sessão pública:**

**18/10/2021**

**Horário: 09:00 da Manhã**

**Compras Net**



---

## Solicitação de Orçamento para serviços gerais e Vigilância

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

6 de agosto de 2021 10:27

Para: TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>, SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>, ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>, comercial@spxservicos.com.br, Usiluk Serviços Terceirizados <usilukcomercial@gmail.com>, qualisservicos@gmail.com, Atenas.apoi@gmail.com, barbara@agilidade.com.br, Ricardo Gomes da Silva <sevegseguranca@gmail.com>, famatrabalhotemporario@gmail.com, acregenharia35@gmail.com, faheder.cristian@gmail.com, veigalicitacao@gmail.com

Bom dia, segue em anexo solicitação de orçamento para contratação de serviços gerais e vigilância.  
Qualquer dúvida estamos à disposição.  
Atenciosamente,

--

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

---

### 2 anexos

 **SERVIÇOS GERAIS CAPS.pdf**  
206K

 **VIGILANCIA CONIMS E CAPS - Copia.pdf**  
212K

**Re: Solicitação de Orçamento para serviços gerais e Vigilância**

1 mensagem

**ATENAS SERVICOS** <atenas.apoio@gmail.com>

6 de agosto de 2021 11:46

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Bom dia Prezados segue orçamento solicitado, favor confirmar recebimento, obrigado.

Em sex., 6 de ago. de 2021 às 10:27, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br> escreveu:

Bom dia, segue em anexo solicitação de orçamento para contratação de serviços gerais e vigilância.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR


[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

**2 anexos**

Sérgio Nunes  
Diretor  
+ 55 41 99861-5252/99224-0279  
sergio@grupos7n.com  
Rua Emílio Kurt, 60 - 3º Andar - Sala 310  
CEP 81.009-670 Capão Raso - Curitiba - Paraná



image002.jpg  
11K

 **PLANILHA 01. -CONIMS PR.xls**  
98K

**ORÇAMENTO**

CLIENTE: CONIMS - PATO BRANCO/PR

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Empresa: ATENAS SERVIÇOS DE APOIO LTDA

CNPJ: 24.329.959/0001-33

Data da Apresentação da Proposta: 06/08/2021

Município/UF: PATO BRANCO

Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa do Dissídio Coletivo: PR 000320/2020

Prazo de Execução Contratual : 12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Tipo de Serviço: VGILANTE 12 X 36

Unidade de Medida: Posto

Qtd. Total a Contratar: 06

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

1 Tipo de Serviço: VGILANTE 12 X 36

2 Salário Normativo da Categoria: R\$ 1.811,56

3 Categoria Profissional: Servente de Limpeza

4 Data-base da Categoria: 01/2/2021

**Planilha de Custos e Formação de Preços****MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

	Valor
A Salário Base	R\$ 1.811,56
B Adicional de periculosidade	R\$ 543,47
C Adicional de insalubridade	
D Adicional Noturno	R\$ 225,84
E Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
G Outros (especificar)	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.580,86</b>

**MÓDULO 2 – ENGARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENAIS E DIÁRIOS**

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 214,99
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 286,73
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 501,72</b>
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor
A	INSS	20,00%	R\$ 616,52
B	Salário Educação	0,00%	R\$ 0,00
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho	3,00%	R\$ 92,48
D	SESC ou Sesi	0,00%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,00%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,00%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 246,61
	<b>TOTAL</b>	<b>31,00%</b>	<b>R\$ 955,60</b>
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor
A	Transporte	R\$ 4,50	R\$ 89,31
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 31,29	R\$ 768,96
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 64,00
D	Auxílio Saúde		R\$ 0,00
E	Benefício Social Familiar		R\$ 21,00
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 943,27</b>

**QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS**

	Valor
2.1 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	<b>R\$ 501,72</b>
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições	<b>R\$ 955,60</b>
2.3 Benefícios Mensais e Diários	<b>R\$ 943,27</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.400,59</b>

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 10,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	R\$ 0,87
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	3,81%	R\$ 98,33
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 50,07
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	31,00%	R\$ 15,52
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0,19%	R\$ 4,90
TOTAL			R\$ 180,53

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Ausências Legais	%	Valor
A	Férias	0,93%	R\$ 23,89
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,23
C	Licença Paternidade	0,01%	R\$ 0,26
D	Ausência por Acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,26
E	Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,77
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 32,41

4.2	Intrajornada	Valor
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
TOTAL		R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor
4.1	Ausências Legais	R\$ 32,41
4.2	Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 32,41

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
		Valor
A	Uniformes	R\$ 10,00
B	Materiais	R\$ 480,00
C	Equipamentos	R\$ 10,00
D	Outros (Especificar)	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 500,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	Valor
A	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 569,44
B	Lucro	10,00%	R\$ 626,38
C	Tributos		
	C.1 Tributos Federais (PIS + COFINS)	2,32%	R\$ 172,48
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	C.3 Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 371,72
	C.4 Outros tributos (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL		27,32%	R\$ 1.740,02

RESUMO DOS CUSTOS DE MÃO-DE-OBRA		
		Valor
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.580,86
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.400,59
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 180,53
D	Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 32,41
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 500,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 5.694,39
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.740,02
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7.434,42
Quantidade de Funcionarios		6
Valor Mensal		R\$ 44.606,49
Valor Global 12 meses		R\$ 535.277,91

**RES: Solicitação de Orçamento para serviços gerais e Vigilância**

1 mensagem

**administrativo@spxservicos.com.br** <administrativo@spxservicos.com.br>  
Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>

12 de agosto de 2021 15:16

Boa tarde,

Segue em anexo os orçamentos.

Atenciosamente / Best regards / Cordiales saludos

**De:** LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>**Enviada em:** sexta-feira, 6 de agosto de 2021 10:27

**Para:** TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>; SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>; ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>; comercial@spxservicos.com.br; Usiluk Serviços Terceirizados <usilukcomercial@gmail.com>; qualisservicos@gmail.com; Atenas.apoi@gmail.com; barbara@agilidade.com.br; Ricardo Gomes da Silva <sevegseguranca@gmail.com>; famatrabalhotemporario@gmail.com; acregenharia35@gmail.com; faheder.cristian@gmail.com; veigalicitacao@gmail.com

**Assunto:** Solicitação de Orçamento para serviços gerais e Vigilância

Bom dia, segue em anexo solicitação de orçamento para contratação

de serviços gerais e vigilância.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

--

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)**2 anexos** **ORÇAMENTO SERVIÇOS GERAIS.pdf**  
166K **ORÇAMENTO VIGILANCIA.pdf**  
166K

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE VIGILANTES****FORNECEDOR:** SERVIPAX SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA**CNPJ:** 31.860.236/0001-21**FONE:** (41) 3732-4452 (41) 99720-0493**ENDEREÇO:** R. Benjamin Constant, 67, Centro, Curitiba/PR**CONTATO:** Adenilson Xalaga**E-MAIL:** comercial@spxservicos.com.br**LOCAL E DATA:** Curitiba, 12 de agosto de 2021

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR MÁXIMO TOTAL ANUAL
001		Serviços de Vigilancia	12	6	R\$ 32.138,04	R\$ 385.656,46
<b>VALOR TOTAL GLOBAL MÁXIMO ANUAL PARA O PROCESSO R\$</b>						<b>R\$ 385.656,46</b>

Curitiba, 12 de agosto de 2021

**Re: Solicitação de Orçamento para serviços gerais e Vigilância**

1 mensagem

**TRIAD SERVIÇOS URBANOS** <triadservicos@gmail.com>

6 de agosto de 2021 15:09

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Boa Tarde,

Segue orçamentos em anexos, qualquer duvida estou a disposição.

Atenciosamente  
Walmir Bueno

Em sex., 6 de ago. de 2021 às 10:27, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt; escreveu:

Bom dia, segue em anexo solicitação de orçamento para contratação  
de serviços gerais e vigilância.  
Qualquer dúvida estamos à disposição.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)**TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELLI ME****CNPJ: 23.960.020/0001-00****CIANORTE - PARANA****CEP: 87.210-122****FONE: (44) 99850-4708****ORÇAMENTO CONIMS.pdf**

475K



**TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELLI ME**  
**CNPJ: 23.960.020/0001-00**  
**CIANORTE - PARANA**  
**CEP:87.210-122**  
**FONE: (44)99850-4708**

AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE-CONIMS.

**ORÇAMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e serviços gerais, destinada a atender às necessidades operacionais do CAPS AD III Coronel Vivida/PR,	R\$ 11.321,88	R\$: 135.862,56
2	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, - (04 VIGIAS DIURNO) 12 x 36 - 02 NO CAPS/02 NO CONIMS.	R\$: 17.300,92	R\$: 207.611,04
3	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, - (2 - VIGIAS NOTURNO.)12 x 36 no CONIMS.	R\$: 9.737,04	R\$: 116.844,48

VALIDADE 60 DIAS.

CIANORTE, 09 DE AGOSTO DE 2021.

---

**WALMIR AUERBACH BUENO**  
**CPF: 065.214.279-62**



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº do Processo:			
Licitação Nº		ORÇAMENTO	
Data:		06.08.2021	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	06.08.2021	
B	Município/UF:	CORONEL VÍVIDA-PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SIEMACO 2020/2022	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtde Total Contratar
Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e serviços gerais, destinada a atender às necessidades operacionais do CAPS AD III Coronel Vívda/PR,		Posto	3
<p><b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</p> <p><b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</p>			
1. MÓDULOS			
<b>Mão de obra</b>			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Mão de Obra
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Mínimo Vigente		R\$ 1.100,00
4	Salário Normativo da Categoria Profissional		<b>R\$ 1.300,00</b>
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		AUX.SERV.GERAIS 44 HORAS
6	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01.02.2021
<p><b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</p> <p><b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</p>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base	0,00%	R\$ 1.300,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 1.300,00 0,00%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 1.100,00 20,00%	R\$ 220,00
D	Adicional Noturno	0,00%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	R\$ -
F	Adicional de Reflexo sobre o D.S.R	0,00%	R\$ -
G	Acumulo de função	0,00%	R\$ -
<b>Total</b>		<b>20,00%</b>	<b>R\$ 1.520,00</b>
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 126,62
B	Férias e Adicional de Férias	12,12%	R\$ 184,22
<b>Total</b>		<b>20,45%</b>	<b>R\$ 310,84</b>
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)

A	INSS	20,00%	R\$	366,17
B	Salário Educação	0,00%	R\$	-
C	SAT	1,00%	R\$	18,31
D	SESC ou SESI	0,00%	R\$	-
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,00%	R\$	-
G	INCRA	0,00%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	146,47
<b>Total</b>		<b>29,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>530,95</b>
<b>Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.</b>				
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	Transporte			
B	Auxílio-Refeição/ Alimentação (Cláusula 13ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		360,00
C	Cesta Básica	R\$		-
D	Benefício Assistência Médica (Cláusula 15ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		64,00
E	Benefício Social Familiar (Cláusula 16ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		21,00
F	Fundo Formação Profissional (Cláusula 22ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		21,00
G	Vale Alimentação Férias	R\$		30,00
H	Outros (Especificar)	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>496,00</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários</b>				
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$		310,84
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$		530,95
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$		496,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>1.337,79</b>
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>				
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	6,38
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	0,51
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,39%	R\$	51,53
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	R\$	0,61
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$	0,18
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,61%	R\$	9,27
<b>Total</b>		<b>4,51%</b>	<b>R\$</b>	<b>68,48</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>Submódulo 4.1 - Ausências Legais</b>				
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Férias	1,01%	R\$	15,35
B	Ausências Legais	0,35%	R\$	5,32
C	Licença Paternidade	0,42%	R\$	6,38
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,39%	R\$	5,93
E	Afastamento Maternidade	0,33%	R\$	5,02
F	Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>2,50%</b>	<b>R\$</b>	<b>38,00</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intraornada</b>				
<b>4.2</b>	<b>Intraornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$		38,00
4.2	Substituto na Intraornada	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>38,00</b>
<b>Módulo 5 - Insumos Diversos</b>				
<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	UNIFORMES E EPI'S	R\$		59,00
B	MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS	R\$		37,40

C						
D	Outros (Especificar)					
Total				R\$	96,40	
Nota: Valores mensais por empregado.						
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			%	Valor (R\$)	
A	Taxa Administrativa			5,00%	R\$ 153,03	
B	Lucro			10,00%	R\$ 321,37	
C	Tributos					
	C.1. PIS			0,38%	R\$ 14,34	
	C.2. COFINS			1,76%	R\$ 66,42	
	C.3. ISS			4,19%	R\$ 158,13	
Total				21,33%	R\$ 713,29	
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				R\$ 1.520,00	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				R\$ 1.337,79	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão				R\$ 68,48	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				R\$ 38,00	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos				R\$ 96,40	
Subtotal (A + B +C+ D+E)					R\$ 3.060,67	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro				R\$ 713,29	
Valor Total por Empregado					R\$ 3.773,96	
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e serviços gerais, destinada a atender às necessidades operacionais do CAPS AD III Coronel Vivida/PR,	R\$ 3.773,96	3	R\$ 11.321,88	1	R\$ 11.321,88
Valor Mensal dos Serviços					R\$	11.321,88
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor Global da Proposta						
Descrição					Valor (R\$)	
A	Valor proposto por unidade de medida				R\$ 3.773,96	
B	Valor mensal do serviço				R\$ 11.321,88	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo numero de meses do contrato)				R\$ 135.862,56	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº do Processo:			
Licitação Nº		ORÇAMENTO	
Data:		06.08.2021	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	06.08.2021	
B	Município/UF:	PATO BRANCO/CORONEL VIVIDA-PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SIEMACO 2020/2022	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtde Total Contratar
Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência.		Posto	4
<p><b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</p> <p><b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</p>			
1. MÓDULOS			
<b>Mão de obra</b>			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Mão de Obra
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Mínimo Vigente		R\$ 1.100,00
4	Salário Normativo da Categoria Profissional		<b>R\$ 1.516,00</b>
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		VIGIA DIURNO
6	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01.02.2021
<p><b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</p> <p><b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</p>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 1.516,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 1.516,00	R\$ 30,00
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 1.100,00	R\$ 220,00
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Reflexo sobre o D.S.R		-
G	Acumulo de função		-
Total		20,00%	R\$ 1.766,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ 147,11
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ 214,04
Total		20,45%	R\$ 361,15
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)

A	INSS	20,00%	R\$	425,43
B	Salário Educação	0,00%	R\$	-
C	SAT	1,00%	R\$	21,27
D	SESC ou SESI	0,00%	R\$	-
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,00%	R\$	-
G	INCRA	0,00%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	170,17
<b>Total</b>		<b>29,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>616,87</b>
<b>Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.</b>				
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	Transporte			
B	Auxílio-Refeição/ Alimentação (Cláusula 13ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		360,00
C	Cesta Básica	R\$		-
D	Benefício Assistência Médica (Cláusula 15ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		64,00
E	Benefício Social Familiar (Cláusula 16ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		21,00
F	Fundo Formação Profissional (Cláusula 22ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		21,00
G	Vale Alimentação Férias	R\$		30,00
H	Outros (Especificar)	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>496,00</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários</b>				
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$		361,15
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$		616,87
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$		496,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>1.474,02</b>
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>				
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	7,42
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	0,59
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,39%	R\$	59,87
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	R\$	0,71
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$	0,20
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,61%	R\$	10,77
<b>Total</b>		<b>4,51%</b>	<b>R\$</b>	<b>79,56</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>Submódulo 4.1 - Ausências Legais</b>				
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Férias	1,01%	R\$	17,84
B	Ausências Legais	0,35%	R\$	6,18
C	Licença Paternidade	0,42%	R\$	7,42
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,39%	R\$	6,89
E	Afastamento Maternidade	0,33%	R\$	5,83
F	Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>2,50%</b>	<b>R\$</b>	<b>44,16</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intraornada</b>				
<b>4.2</b>	<b>Intraornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$		44,16
4.2	Substituto na Intraornada	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>44,16</b>
<b>Módulo 5 - Insumos Diversos</b>				
<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	UNIFORMES E EPI'S	R\$		90,00
B	MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS	R\$		54,00

C						
D	Outros (Especificar)					
Total			R\$ 144,00			
Nota: Valores mensais por empregado.						
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)			
A	Taxa Administrativa	5,00%	R\$ 175,39			
B	Lucro	10,00%	R\$ 368,31			
C	Tributos					
	C.1. PIS	0,38%	R\$ 16,44			
	C.2. COFINS	1,76%	R\$ 76,12			
	C.3. ISS	4,19%	R\$ 181,23			
Total		21,33%	R\$ 817,49			
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.766,00			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.474,02			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	79,56			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	44,16			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	144,00			
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$	3.507,74			
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	817,49			
Valor Total por Empregado		R\$	4.325,23			
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência.	R\$ 4.325,23	4	R\$ 17.300,92	1	R\$ 17.300,92
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 17.300,92
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor Global da Proposta						
Descrição						Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida					R\$ 4.325,23
B	Valor mensal do serviço					R\$ 17.300,92
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo numero de meses do contrato)					R\$ 207.611,04

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº do Processo:			
Licitação Nº		ORÇAMENTO	
Data:		09.08.2021	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	09.08.2021	
B	Município/UF:	PATO BRANCO-PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SIEMACO 2020/2022	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtde Total Contratar
Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência.		Posto	2
<p><b>Nota 1:</b> Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</p> <p><b>Nota 2:</b> As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</p>			
1. MÓDULOS			
<b>Mão de obra</b>			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Mão de Obra
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Mínimo Vigente		R\$ 1.100,00
4	Salário Normativo da Categoria Profissional		<b>R\$ 1.516,00</b>
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		VIGIA NOTURNO
6	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01.02.2021
<p><b>Nota 1:</b> Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</p> <p><b>Nota 2:</b> A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</p>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 1.516,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 1.516,00	R\$ 30,00
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 1.100,00	R\$ 220,00
D	Adicional Noturno		R\$ 144,71
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 126,62
F	Adicional de Reflexo sobre o D.S.R		-
G	Acumulo de função		-
			R\$ -
<b>Total</b>		<b>33,32%</b>	<b>R\$ 2.037,33</b>
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ 169,71
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ 246,92
<b>Total</b>		<b>20,45%</b>	<b>R\$ 416,63</b>
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)

A	INSS	20,00%	R\$	490,79
B	Salário Educação	0,00%	R\$	-
C	SAT	1,00%	R\$	24,54
D	SESC ou SESI	0,00%	R\$	-
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,00%	R\$	-
G	INCRA	0,00%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	196,32
<b>Total</b>		<b>29,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>711,65</b>
<b>Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.</b>				
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	Transporte			
B	Auxílio-Refeição/ Alimentação (Cláusula 13ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		360,00
C	Cesta Básica	R\$		-
D	Benefício Assistência Médica (Cláusula 15ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		64,00
E	Benefício Social Familiar (Cláusula 16ª, Parágrafo Primeiro - Convenção SIEMACO 2020/2020)	R\$		21,00
F	Fundo Formação Profissional (Cláusula 22ª - Convenção SIEMACO 2020/2022)	R\$		21,00
G	Vale Alimentação Férias	R\$		30,00
H	Outros (Especificar)	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>496,00</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários</b>				
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$		416,63
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$		711,65
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$		496,00
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>1.624,28</b>
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>				
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	8,56
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	0,68
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,39%	R\$	69,07
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	R\$	0,81
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$	0,24
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,61%	R\$	12,43
<b>Total</b>		<b>4,51%</b>	<b>R\$</b>	<b>91,79</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>Submódulo 4.1 - Ausências Legais</b>				
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Férias	1,01%	R\$	20,58
B	Ausências Legais	0,35%	R\$	7,13
C	Licença Paternidade	0,42%	R\$	8,56
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,39%	R\$	7,95
E	Afastamento Maternidade	0,33%	R\$	6,72
F	Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>2,50%</b>	<b>R\$</b>	<b>50,94</b>
<b>Submódulo 4.2 - Intraornada</b>				
<b>4.2</b>	<b>Intraornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$	-
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>				
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$		50,94
4.2	Substituto na Intraornada	R\$		-
<b>Total</b>		<b>R\$</b>		<b>50,94</b>
<b>Módulo 5 - Insumos Diversos</b>				
<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>		
A	UNIFORMES E EPI'S	R\$		90,00
B	MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS	R\$		54,00



C						
D	Outros (Especificar)					
Total			R\$ 144,00			
Nota: Valores mensais por empregado.						
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)			
A	Taxa Administrativa	5,00%	R\$ 197,42			
B	Lucro	10,00%	R\$ 414,58			
C	Tributos					
	C.1. PIS	0,38%	R\$ 18,50			
	C.2. COFINS	1,76%	R\$ 85,69			
	C.3. ISS	4,19%	R\$ 203,99			
Total		21,33%	R\$ 920,18			
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	2.037,33			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.624,28			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	91,79			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	50,94			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	144,00			
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$	3.948,34			
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	920,18			
Valor Total por Empregado		R\$	4.868,52			
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência.	R\$ 4.868,52	2	R\$ 9.737,04	1	R\$ 9.737,04
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 9.737,04
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor Global da Proposta						
Descrição						Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida					R\$ 4.868,52
B	Valor mensal do serviço					R\$ 9.737,04
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo numero de meses do contrato)					R\$ 116.844,48

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR000326/2021  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 02/02/2021  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR004907/2021  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13068.100653/2021-98  
**DATA DO PROTOCOLO:** 01/02/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANASSES OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA, CNPJ n. 75.954.354/0001-74, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANASSES OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV, CNPJ n. 01.844.548/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DONIZETI TEIXEIRA ALVES;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, SERVICOS TERCEIRIZADOS E TEMPORARIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REG.-SIEMACO CASCAVEL, CNPJ n. 78.680.683/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MERELES;

SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV., CNPJ n. 77.806.198/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARLUS CAMPOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO, CNPJ n. 04.160.954/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JUSSARA BRITTO DE SEIXAS GONCALVES;

SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERV TERC DE MARINGA E REGIAO , CNPJ n. 80.890.924/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO MARCOS COUTINHO;

SIND. DOS EMPREG. EM EMP.DE ASSEIO E CONSERV. DE LONDR., CNPJ n. 80.919.624/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IZABEL APARECIDA DE OLIVEIRA PETIT MAITRE;

E

SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR, CNPJ n. 77.998.938/0001-77, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADONAI AIRES DE ARRUDA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

01- Excetuados os empregados que trabalhem na administração das empresas, representadas pelo sindicato patronal, fica assegurado como salário de ingresso a todos integrantes da categoria profissional, inclusive aos lavadores, auxiliares de serviços gerais e segregadores, o valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

## **02 – COPEIROS, CANTINEIROS, MERENDEIROS, AUXILIARES DE COZINHA E CAMAREIROS**

Aos empregados que trabalhem exclusivamente em serviços de copa, cantina, merendas, auxiliar de cozinha e camareira, fica assegurado um salário de ingresso no valor de R\$ 1.342,23 (um mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) mensais.

### **02.01 – CUMULAÇÃO DE FUNÇÃO**

Quando à servente também for atribuída funções de copeira, fica assegurado o valor mensal de R\$ 1.390,00, que poderá ser composto pela soma do piso salarial de R\$ 1.300,00 e uma gratificação de função no valor de R\$ 90,00, por mês, enquanto perdurar referida situação.

Quando à copeira também for atribuída funções de servente, fica assegurado o valor mensal de R\$ 1.390,00, que poderá ser composto pela soma do piso salarial de R\$ 1.342,23 e uma gratificação de função, no valor de R\$ 47,77, por mês, enquanto perdurar referida situação.

Quando a servente estiver lotada em hospitais, fica assegurado o valor mensal de R\$ 1.300,00 e uma gratificação de função, no valor de R\$ 42,25, por mês, enquanto perdurar referida situação.

## **03 - ENCARREGADOS**

Aos encarregados, assim entendidos os empregados que têm sob sua orientação ou responsabilidade três ou mais empregados, fica assegurado um salário de ingresso, conforme o número de empregados a eles subordinados, assim:

a) de 03 a 10 empregados – salário de ingresso equivalente a R\$ 1.542,22 (um mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos) mensais;

b) de 11 a 20 empregados – salário de ingresso equivalente a R\$ 1.603,30 (um mil seiscentos e três reais e trinta e centavos) mensais;

c) acima de 20 empregados - salário de ingresso equivalente a R\$ 1.692,22 (um mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) mensais;

## **04 – SUPERVISORES e ENCARREGADOS ADMINISTRATIVOS**

Aos supervisores, assim entendidos os empregados que têm sob sua orientação e responsabilidade dois ou mais setores de trabalho, e aos encarregados administrativos fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 2.142,23 (dois mil cento e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) mensais;

## **05 - JARDINEIROS**

Aos jardineiros, assim entendidos os empregados que trabalham na implantação, manutenção ou conservação de jardins, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.428,88 (um mil quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais;

## **06 – ASCENSORISTAS E TELEFONISTAS**

Aos empregados que trabalhem na condução ou controle de elevadores, e aos que trabalhem por profissão e com especificidade transmitindo e recebendo telefonemas, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.415,56 (um mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos) mensais;

## **07 – VARREDORES, ROÇADORES MANUAIS, CAPINADORES, COLETORES, COLETORES DE RESÍDUOS VEGETAIS E RECICLADORES EM ATERROS SANITÁRIOS.**

Aos varredores, roçadores manuais, capinadores, coletores, coletores de resíduos vegetais e recicladores em aterros sanitários, que prestam serviços em municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, fica assegurado o salário de ingresso no valor de R\$ 1.395,00 (um mil trezentos e noventa e cinco reais) mensais. Nos municípios com mais de 200.000 habitantes, os salários de ingresso, para os trabalhadores da limpeza pública urbana, serão estabelecidos mediante acordos coletivos de trabalho, aos quais estarão sujeitas as empresas que, por qualquer motivo, assumirem a prestação destes serviços junto ao Município.

## **08 – PORTEIROS**

Aos porteiros, assim entendidos os empregados que trabalhem em portarias, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) mensais.

Aos porteiros que prestem serviços exclusivamente aos sábados, domingos e feriados, na jornada de 12 horas, no regime SDF, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.218,20 (um mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos), decorrente da seguinte composição: o valor fixo de R\$ 703,22, mais os valores de R\$ 404,64 de horas extras mais R\$ R\$ 37,86 de intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais), acordado que tais valores são correspondentes à metade da hora normal do piso da categoria para a jornada de 220 horas e mais R\$ 67,07 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 5,39 de reflexos do DSR na intrajornada, totalizando de R\$ R\$ 1.218,20 (um mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos). A empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS.

## **09 – GARAGISTAS, RECEPCIONISTAS, ASSISTENTES, AGENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS, MONITORES OU OPERADORES DE EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE CAIXAS, GUARDIÕES, VIGIAS, BOMBEIROS HIDRÁULICOS E AUXILIAR MULTIFUNCIONAL EM PLANTAS INDUSTRIAIS E CONDOMÍNIOS**

Aos garagistas, assim entendidos os empregados que trabalhem como recepcionistas de veículos em garagens ou estacionamentos, aos recepcionistas, assim entendidos os empregados que trabalhem nas recepções de empresas e dos tomadores de serviços, atendendo clientes e empregados, aos monitores ou operadores de equipamentos, inclusive caixas, guardiões, vigias, bombeiros hidráulicos, auxiliares multifuncionais em plantas industriais e condomínios, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.516,66 (um mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) mensais.

### **09.01 - BOMBEIRO CIVIL**

Aos bombeiros civis fica assegurado um salário de ingresso de R\$ 2.084,45 (dois mil, oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) mensais, para o cumprimento da jornada de 12 x 36 horas, aplicando-se o disposto no parágrafo 2º da cl. 27ª à face do salário fixado.

**10 - OPERADORES DE MÁQUINA COSTAL / ROÇADEIRA / EMPILHADEIRA / TRATORISTAS E BARQUEIRO COLETOR AQUÁTICO**

Aos operadores de máquina costal, roçadeira e tratorista fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.692,22 (um mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) mensais;

**11 – CONTÍNUOS E APRENDIZES**

Aos empregados que trabalhem como contínuos (Office-boy) e aos menores aprendizes (jornada de 08 horas), como em lei definidos, fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.192,22 (um mil cento e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) mensais.

**12 – DESINSETIZADOR, CONTROLADOR DE VETORES, TRATADOR DE ANIMAIS**

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como desinsetizadores, controladores de vetores e tratadores de animais fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.602,22 (um mil seiscentos e dois reais e vinte e dois centavos) mensais;

**13 – CARREGADORES E CARREGADORES AGRÍCOLAS**

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como carregadores fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.327,79 (um mil trezentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos) mensais.

**14 – CONTROLADORES DE ACESSO E TRÁFEGO**

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como controladores de acesso ou de tráfego fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.542,24 (um mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos) mensais.

**15 – COZINHEIRO**

Aos empregados que trabalhem exclusivamente como cozinheiros fica assegurado um salário de ingresso equivalente a R\$ 1.393,32 (um mil trezentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos) mensais.

**16 – PROFISSIONAIS**

Aos profissionais, assim entendidos os empregados que possuam formação e qualificação profissional para efeito de salário de ingresso, quando não estabelecido pelo presente instrumento, será observado o valor fixado como salário profissional, não podendo, entretanto, ser inferior ao piso estabelecido na cláusula 03.01 desta convenção.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os valores ora estabelecidos como salários de ingresso serão reajustados de acordo com os índices que vierem a ser fixados pela política salarial do Governo ou pelos índices fixados pelas partes, na futura data-base, considerada a quitação de índices até 31.01.2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os pisos salariais, fixados e referidos no presente instrumento, bem assim gratificações, acúmulo de funções, adicionais e afins, referem-se sempre à contraprestação mínima àquele que cumprir a jornada integral legalmente definida, ficando assegurado o pagamento mensal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Aos serventes que cumprirem carga semanal inferior à carga de 44 horas semanais, fica assegurado o piso salarial de R\$ 1.300,00 proporcionalmente à carga horária cumprida

**PARÁGRAFO QUARTO** - Assegura-se o valor equivalente ao piso salarial de 20 horas semanais àquele que labore no mínimo 02h30min por dia ou 12h30min semanais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) ao coletor, inclusive de resíduos vegetais, bem assim àqueles que trabalhem em limpeza de “fundo de vale e córregos”, ao controlador de vetores e aos desinsetizadores e, em grau médio (20%) ao varredor, calculando-se sempre referido adicional sobre o valor do salário-mínimo nacional, que servirá de base para o cálculo de toda e qualquer insalubridade. O pagamento do adicional de insalubridade, na forma aqui estipulada, será devido a todos os coletores e varredores da limpeza pública, independente da população do Município atendido e da natureza/composição dos materiais coletados e varridos.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aos tratadores de animais, trabalhadores em contato direto com resíduos/lixos em áreas de “disposição final” e aos lavadores de veículos e equipamentos utilizados em áreas de “disposição final”, fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade, calculado sobre o valor do salário mínimo nacional, em grau médio de 20%, ressalvada a apresentação de laudo pericial oficial, que poderá estabelecer outros índices ou mesmo a inexistência de insalubridade, situações nas quais prevalecerá o laudo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Assegura-se a percepção do adicional de periculosidade e insalubridade, na proporção do tempo de exposição em área de risco, àquele que legalmente faça jus à parcela, se a condição for estipulada mediante acordo coletivo de trabalho.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Quando eliminada ou neutralizada a causa geradora da insalubridade, pelo fornecimento de equipamentos adequados e quando comprovada por laudo técnico, a empresa ficará desonerada do pagamento do respectivo adicional, inclusive daqueles aqui especificados.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI, da C.F.), fica estipulado o índice de reajustamento global de **3,92% (três vírgula noventa e dois por cento)**, já considerados os reajustes fixados na cláusula anterior e nas demais verbas e benefícios econômicos previstos no presente instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Já aos empregados que trabalhem na administração das empresas representadas pelo sindicato patronal, também fica assegurado o reajuste de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento) para a parcela salarial de até três salários-mínimos federal, facultada a negociação direta entre as partes no que exceder, e será proporcional aos meses trabalhados àqueles admitidos após 01.02.20.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Já aos empregados lotados em postos de serviços junto aos contratantes – desde que não tenham piso previsto no presente instrumento e não se incluam no item 16 da cláusula 3ª, assim como as serventes com carga inferior a 44 horas, fica assegurado o reajuste de 3,92%, na forma e condições descritas no “caput”, até o limite equivalente a dois pisos salariais estabelecidos na cláusula 3ª, item 01, índice este a ser aplicado sobre o salário pago em 01.02.20.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Fica autorizada a dedução de todos e quaisquer reajustes concedidos no período de 01.02.20 a 31.01.21, exceto aqueles vedados na IN nº. 01/TST.

### CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO

Fica estipulado que, na ocorrência de alteração da conjuntura econômica, bem como no caso de elevação dos índices mensuradores de eventual inflação, a partir de 01.02.2020, acumulando patamar superior a 10%, as partes retornarão às negociações, procedendo a avaliação da quadra econômica e das medidas possíveis de serem adotadas, objetivando, se for o caso, à celebração de eventual termo aditivo.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES E PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

As empresas fornecerão comprovantes de pagamento de salários, discriminando as importâncias pagas, os descontos e o valor correspondente ao FGTS. No caso de descumprimento da obrigação de pagar os salários no prazo legal, fica estabelecida a multa, a ser paga pelo empregador ao empregado prejudicado, em valor equivalente a 2% (dois por cento) do valor devido, por dia de atraso, até o limite máximo de 100% do valor devido.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Terão a mesma eficácia os comprovantes emitidos eletronicamente, inclusive por terminais bancários, quando permitida a identificação de todas as rubricas e valores.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS DE CONVENIOS**

As empresas descontarão de seus empregados, mediante apresentação, pelo sindicato, de relação de nomes e valores, as importâncias correspondentes a convênios, desde que autorizados individualmente pelos mesmos, encaminhando-se cópia destas autorizações à empresa, e observando o limite de 40% da remuneração do empregado, repassando estas importâncias ao sindicato, até o dia 10 de cada mês;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As relações deverão ser encaminhadas às empresas até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Desde que expressamente autorizado pelo empregado, ficam **legitimados os descontos salariais de** seguro de vida, assistência médica ampliada, vale farmácia e associação funcional, entre outros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Além da obrigação de realizar o desconto, fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) sobre os valores devidos, a ser paga pela empresa que descumprir o contido no caput desta cláusula, quando deixar de efetuar os descontos devidos; e de mais 50% àquela que deixar de recolher as importâncias descontadas ao Sindicato Obreiro no prazo estabelecido, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Ao empregado admitido para a função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DO 13.º SALÁRIO E FÉRIAS**

Fica facultado à empresa o pagamento do 13º salário em parcela única, hipótese em que deverá fazê-lo, no caso do 13º relativo ao ano de 2021 até o dia 13.12.21, e no caso do 13º relativo ao ano de 2022, até o dia 13.12.22, sob pena de multa de R\$ 427,00, em favor do empregado prejudicado, para cada ano que não for pago na forma legal

ou na forma desta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Assegura-se o adiantamento da gratificação natalina, com o gozo das férias, na forma da legislação em vigor, quando requerido na forma e tempo legais. Ainda, faculta-se que a empresa pague o 13º salário em até 11 parcelas, a última sempre paga na data estabelecida no “caput”, se assim ajustar por acordo coletivo, deste excetuados os empregados com salários superiores a R\$ 5.000,00, que poderão ajustar diretamente com a empresa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mediante Acordo Coletivo de Trabalho, as empresas poderão conceder férias individuais àquele que não tenha período aquisitivo completo. Com a concordância do empregado, poderá a empresa notificá-lo do gozo das férias em prazo inferior a 30 dias.

## **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS**

As duas primeiras horas extras diárias serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) e as demais com o adicional de 100% (cem por cento).

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE RISCO E AUXÍLIO CRECHE**

A partir de 01.02.2020, a empresa pagará, em rubrica própria, a verba adicional de risco, no valor mensal de R\$ 60,00, para os porteiros que cumpram a carga horária legalmente estabelecida, e de R\$ 30,00 para os porteiros que trabalhem no regime SDF. Às funções descritas nos itens 09 e 14, da cláusula 03, o adicional será de R\$ 30,00, mesmo valor a ser pago aos trabalhadores fixos em serviços de limpeza de vidros e fachadas em alturas acima de 3 (três) metros. Ainda, aos empregados que prestem serviços junto a presídios, delegacias e estabelecimentos correccionais será pago o referido adicional no valor de R\$ 60,00 mensais. O adicional aqui tratado não se cumula com outros adicionais por perigo ou insalubridade.

Ainda, a partir de 01.02.2021, aos fins dos parágrafos 1º e 2º do art. 389 da CLT, faculta-se à empresa a adoção do “auxílio creche”, especificamente para filhos com até 06 meses de idade, no valor de R\$ 141,13, contado a partir da data do efetivo retorno ao trabalho pela mãe beneficiária, parcela sem natureza salarial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Àquele que não cumprir a carga horária legalmente estabelecida, receber proporcionalmente o adicional de risco.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EQUIPE DE LIMPEZA DE VIDROS E EQUIPE VOLANTE**

Aos integrantes das equipes de limpeza de vidros e equipes volantes, as empresas pagarão, a título de ajuda de custo, o valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do piso salarial conforme cláusula 03, item 01, por dia, quando a prestação de serviços se der fora da sede do Município, e 0,5% (meio por cento), quando a prestação de serviços se der na sede laboral, ou, em ambas as hipóteses, poderão fornecer gratuitamente os chamados “tíquetes-alimentação” em valor igual ou superior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A presente parcela não tem natureza salarial, eis que destinada a ressarcir gastos à execução do contrato de trabalho;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Excluem-se da presente cláusula os integrantes das equipes de limpeza de vidros que estiverem lotada em cliente fixo, com local adequado para refeições e repouso no intervalo intrajornada.



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE - ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão a todos os seus empregados – exceto aos lotados em postos de serviços que concedam alimentação no local e aos empregados que não cumpram carga semanal superior a 20 horas - conforme regras específicas adiante indicadas, o vale-alimentação (mercado) no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O vale alimentação (mercado) será regulado pelo PAT e determinará o desconto de 20% (vinte por cento) do valor indicado, e poderá ser concedido, em dinheiro ou tíquete ou cartão, na periodicidade de 30 dias. Em caso de falta ao serviço, fica autorizada a empresa a descontar o valor de R\$15,00 por dia de falta ao serviço.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O benefício aqui estipulado não tem natureza salarial e não se integra ao salário do beneficiário para qualquer fim da relação de emprego.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos postos de serviços, onde haja carga horária de no mínimo 04 (quatro) horas, mas que cubram no mínimo cinco dias úteis da semana, fica obrigatório o fornecimento do vale alimentação (mercado) ao trabalhador, na forma do “caput” da presente cláusula, mesmo no caso da empregadora se valer de trabalhadores com carga horária inferior a 04(quatro) horas. E, nos postos de trabalho com jornadas inferiores a 04 horas, mas que não cubram todos os dias da semana, a empresa concederá o benefício no valor de R\$ 15,00 por dia EFETIVAMENTE trabalhado, autorizado o desconto de 20% de tal valor. No regime SDF, o benefício será pago por dia efetivamente trabalhado no valor de R\$ 15,00.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O empregador deverá fornecer o benefício aqui estipulado desde a data da admissão, em até 10 dias dela contados, e nos meses subsequentes até o 15º dia, salvo acordo coletivo que fixe datas diversas.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Aos empregados em postos de serviços que concedam alimentação no local, a empresa fornecerá o vale alimentação (mercado) no valor mensal de R\$ 247,00, autorizado o desconto de 20% do referido valor. Em caso de falta, fica autorizada a empresa a descontar o valor de R\$ 8,23 por dia do quanto aqui especificado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aos empregados lotados na administração da empresa, fica possibilitada, por negociação direta com o empregador, a substituição do benefício aqui estipulado por tíquete refeição, por dia efetivamente trabalhado, também regulado pelo PAT e autorizado o desconto salarial de 20%.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O empregado que cometer qualquer falta injustificada ou o empregado que cometer mais de uma falta justificada ao serviço, no mês, sofrerá um desconto de R\$ 32,61 do valor do vale alimentação, no mês seguinte ao da(s) falta(s), independente do desconto do valor diário. Já ao empregado regido pelo parágrafo 5º, o desconto será de R\$ 17,93, independentemente do valor diário.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Ao empregado que não cometer qualquer falta ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R\$ 450,00, quando do gozo das férias correspondentes ao período aquisitivo iniciado a partir de 01.02.19; ao empregado que cometer de 1 a 3 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R\$ R\$ 405,00; ao empregado que cometer de 4 a 5 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer o vale alimentação no valor de R\$ 360,00; aos empregados com 6 ou mais faltas ao serviço, não farão jus à concessão do vale alimentação durante a fruição das férias. O benefício concedido nas férias não terá natureza salarial a qualquer fim. Já ao empregado regido pelo parágrafo 5º, desde que atendido o requisito de falta ao serviço, fará jus ao vale alimentação durante as férias, respectivamente, nos valores de R\$ 247,00, R\$ 222,00 e R\$ 197,00, nas mesmas condições.

**PARÁGRAFO NONO** - No caso de descumprimento, estipula-se a multa mensal equivalente a R\$ 174,52 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) por empregado e a seu favor, limitada a penalidade ao equivalente a 01 (um) piso salarial.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE

As empresas se obrigam a conceder aos seus empregados, o vale transporte, na forma da Lei, ou seja, assegurado tal benefício a partir da data admissional, facultado ao empregador a sua entrega no prazo de 10 dias dela contado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Considerando a realidade da atividade empresarial, prestação de serviços a terceiros, com postos de trabalho pulverizados em diversos tomadores e em variados municípios, fica facultada a antecipação do vale transporte em dinheiro, especialmente quando a empregadora, na localidade, não mantiver filial;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O benefício especificado no parágrafo anterior não tem natureza salarial ou contraprestativa, não se prestando para qualquer fim decorrente do contrato de trabalho;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O descumprimento da presente cláusula sujeitará a empresa à multa de R\$ 171,10, por empregado e a favor deste, por mês, limitada a multa a R\$ 2.555,50

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BENEFÍCIO ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão a todos seus empregados um benefício constituído por Assistência Médica e, visando a segurança da disponibilidade do benefício, ele será gerido e prestado pelas instituições a seguir relacionadas:

**Curitiba, Região Metropolitana e Litoral** - INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR EM SERVIÇOS, CNPJ 22.865.071/0001-90;

**Ponta Grossa e Região** – INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, CNPJ 22.059.350/0001-66;

**Londrina e Região** – INSTITUTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE LONDRINA – CNPJ 22.141.093/0001-07;

**Maringá e Região** – INSTITUTO SAÚDE SIEMACO MARINGÁ, CNPJ 22.086.355/0001-88;

**Cascavel e Região** – INSTITUTO SAÚDE DO TRABALHADOR CASCAVEL, CNPJ – 22.150.534/0001-37;

**Foz do Iguaçu e Região** – INSTITUTO ZBH DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA DO TRABALHADOR, CNPJ – 22.123.5990/0001-93;

**Francisco Beltrão e Região** – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR, CNPJ – 22.085.843/0001-70;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para custeio do benefício da assistência médica, as empresas pagarão aos institutos acima identificados, o valor de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais), por empregado que labore na região, associado ou não ao sindicato, responsabilizando-se os institutos a prestar assistência constituída por consultas médicas, para os trabalhadores, seja por seu departamento médico, seja por convênio;

**PARÁGRAFO SEGUNDO**– Os recolhimentos dos valores estabelecidos nesta cláusula deverão ser efetuados até o

dia 10 de cada mês, tomando por base o número de empregados indicados no CAGED do mês imediatamente anterior, passando os empregados - cuja relação deverá ser encaminhada aos institutos, juntamente com a cópia da guia de recolhimento e do CAGED - a ter direito ao benefício a partir do dia seguinte após a entrega dos mencionados documentos. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A presente estipulação não tem natureza salarial, não se integrando na remuneração para qualquer fim;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A presente cláusula não se aplica aos empregados que trabalhem em jornada inferior a 4 (quatro) horas diárias e/ou 20(vinte) horas semanais;

**PARÁGRAFO QUINTO** - A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses). Decorrido tal tempo, ao(a) empregado(a) será facultada a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao respectivo instituto, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Além da obrigação do pagamento do valor do benefício, fica instituída uma multa equivalente a R\$ 41,60, por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, em favor do instituto para o qual os valores deveriam ter sido recolhidos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste benefício assistência médica, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As empresas arcarão com o custeio em favor de todos os seus empregados, junto à UPS SERVIÇOS – SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO EM ASSISTENCIA LTDA., CNPJ 05.015.561/0001-88, pelo serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalhador por perda ou redução de sua aptidão física ou a seus dependentes em caso de seu falecimento, como definido no conjunto de regras aprovadas pela FEACONSPAR e que também serão enviadas aos empregadores junto com o primeiro boleto para pagamento e à disposição nas entidades sindicais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As empresas pagarão com o expresse consentimento das entidades sindicais profissionais que firmam o presente instrumento, até o dia 10 de cada mês, à organização gestora especializada indicada pela FEACONSPAR, através de guia própria, o valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por empregado que possua, tomando-se por base a quantidade de empregados constante no campo “total de empregados do último mês informado” do CAGED do mês anterior ou do último informado ao Ministério do Trabalho e Emprego, sem nenhuma redução, a que título for, responsabilizando-se a organização gestora especializada a manter um sistema de assistência social aos trabalhadores, que dela usufruirão desde que as empresas estejam regulares quanto aos recolhimentos. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação estiver inadimplente por falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes por multa equivalente ao dobro do valor da assistência;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O óbito ou o evento que possa provocar a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias da ocorrência.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Fica também instituído, à conta da assistência social e familiar aqui especificada, o benefício equivalente a R\$ 1.000,00, em pagamento único, quando do nascimento de filho de empregada, que deverá comunicar formalmente a FEACONSPAR, até 90 (noventa) dias, com a devida certidão de nascimento, pena de perda do benefício.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e quando das homologações trabalhistas deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses), cessando após tal período os benefícios atribuídos ao(a) empregado(a).

**PARÁGRAFO NONO** – Fica instituída uma multa equivalente a R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, multa essa em favor da FEACONSPAR.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Com base no art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, ajustam as categorias que a concessão do benefício aqui tratado, pelo alcance social que encerra, também é compensatório da eventual necessidade do(a) empregado(a) em lavar o seu uniforme de trabalho, especialmente porque os postos de serviços são pulverizados por inúmeros locais e impossibilitam o tratamento do assunto de forma diversa.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL**

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até **50 quilômetros** das sedes do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 50 km das sedes do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Na rescisão contratual ficam as empresas obrigadas a dar baixa na CTPS do empregado, tanto física quanto digital, e proceder ao pagamento das verbas rescisórias, no prazo legal, devendo ser efetivada a assistência aqui estabelecida no prazo máximo de **05 dias úteis**, após o término do prazo legal, quando do pagamento via depósito bancário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas que não observarem o disposto na presente cláusula deverão pagar em favor do empregado prejudicado, independentemente das multas fixadas em Lei, uma multa progressiva da seguinte forma:

- a) - 20% (vinte por cento) do salário do empregado para o atraso de até 10(dez) dias;

b) - Progressivamente, mais 20% (vinte por cento) do salário do empregado, por atraso a cada 10 dias, até o limite máximo equivalente a 1 (um) salário do empregado;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de não comparecimento do empregado, a empresa dará conhecimento do fato, por escrito, ao Sindicato profissional, comprovando o atendimento do disposto parágrafo primeiro da cláusula 18ª do presente instrumento, o que a desobrigará do disposto no parágrafo primeiro;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na ocorrência de rescisão contratual, sem justa causa, o valor da indenização a ser paga pela empresa, referente ao FGTS, será de 40% (quarenta por cento) sobre o montante de depósitos, correção monetária e juros, inclusive sobre os valores pagos na rescisão e valor sacado;

**PARÁGRAFO QUARTO** – A empresa que proceder ao depósito bancário dos valores incontroversos da rescisão do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 477 da CLT, ficará desonerada da multa nele prevista, independente da data que houver a assistência, na hipótese de o sindicato obreiro não disponibilizar data para a mencionada assistência no prazo legalmente previsto.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio deverá ser comunicado por escrito, contra recibo, esclarecendo se o empregado deve trabalhar no período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas deverão fazer constar no aviso prévio o dia, horário e local onde o empregado deverá comparecer para o recebimento das verbas rescisórias, CTPS anotada, chave de conectividade e guia de seguro-desemprego, quando for o caso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Com fundamento no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, estabelecem as partes que o aviso prévio em tempo, quando superior a 30 dias, na forma da Lei 12.506/11 deverá ser assim praticado: cumprimento do prazo legal de 30 dias com o pagamento/ressarcimento dos dias que ultrapassarem tal limite.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas anotarão, na CTPS, a real função exercida pelo empregado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO DE EMPRESAS**

Ressalvada a negociação coletiva em contrário, ocorrendo a rescisão de contrato entre a empresa prestadora e a tomadora de serviços, a empresa prestadora se obriga a, caso não demita o empregado daquele setor, informar ao mesmo, com pelo menos 30 dias de antecedência, o setor no qual ele irá prestar seus serviços, após a referida rescisão, para que possa, caso não tenha interesse na alteração do setor, solicitar demissão e cumprir o aviso prévio. A empresa que não efetuar a comunicação do novo setor de trabalho com antecedência supra, não poderá cobrar do empregado que solicitar demissão, o aviso prévio indenizado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL E MULTA DO FGTS**

Mediante acordo coletivo de trabalho, com a assistência da entidade sindical patronal, poderá ser estabelecida condição especial, quanto às verbas aviso prévio, indenização adicional e multa do FGTS, quando da terminação de

contratos entre a empregadora e tomadores de serviços.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As empresas contribuirão, em favor da Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com o valor mensal de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por empregado destinado à formação e qualificação profissional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor devido (tomando-se por base o número de empregados da empresa conforme CAGED por CNPJ) será recolhido até o dia 15 de cada mês, cabendo à Fundação o encaminhamento de boleto bancário, indicado o banco, agência e conta à recepção do depósito e cabendo às empresas encaminhar cópias dos boletos pagos, acompanhados pelo CAGED. O total de empregados a ser considerado é aquele descrito no CAGED por CNPJ da empresa na base territorial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica estipulada a multa de R\$ **36,73 (trinta e seis reais e setenta e três centavos)** por empregado, por mês, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A manutenção da cláusula aqui tratada, após término da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, só será consentida se resultar da concorrência de vontade das partes.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses). Decorrido tal tempo, ao(a) empregado(a) será facultada a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao seu Sindicato de classe, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As empresas, mediante contrato de adesão, poderão integrar o SESMT coletivo, previsto na cláusula 34ª, bem assim o RH coletivo, estabelecido pelo Sindicato Patronal, desde que regulares quanto ao cumprimento exato da presente cláusula.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Estabelecem as partes – frente a constatação de que há aguda dificuldade de contratação de portadores de deficiência e aprendizes, malgrado as promoções conjuntas realizadas pelas entidades laborais e patronal, dada a especificidade das atividades laborais, fundamentalmente ligadas ao asseio, limpeza e conservação, bem assim as condições remuneratórias possíveis de serem praticadas em tal segmento econômico, que concorre com as diversas outras atividades (indústria, comércio, educação e afins) mais qualificadas – envidar esforços à possível reversão de tal quadro, com a implementação de novas chamadas para cursos de qualificação profissional e expedição de ofícios conjuntos às entidades, públicas e privadas, que tenham como escopo o portador de deficiência e o trabalhador aprendiz, indicando-lhes vagas para admissão, **facultada a negociação direta entre empresa associada e a entidade sindical à regulação do trabalho aprendiz e deficiente.**

**PARÁGRAFO SETIMO** - Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste fundo de formação profissional, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

Considerando os esforços das entidades sindicais, obreiras e patronal, no sentido de promover a qualificação e capacitação dos trabalhadores no segmento de asseio e conservação, visando a melhoria de sua condição social e de empregabilidade, fica convencionado que as horas dispendidas pelos trabalhadores em quaisquer cursos promovidos pela FACOP- Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, ainda que custeados pelo empregador, fora da jornada normal de trabalho, não serão consideradas como integrativas desta, para qualquer efeito, inclusive aqueles efetuados pelo sistema EAD (Ensino a Distância), organizado e estabelecido pela FACOP,

diretamente ou por convênio.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GESTANTE**

Às empregadas gestantes será garantida a estabilidade provisória durante o período de gestação até o término de licença previdenciária, correspondente ao salário maternidade, mais 60 (sessenta) dias.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA**

Aos empregados que possuam mais de 03 (três) anos de serviço na empresa, e que lhes falem um período máximo de 12 (doze) meses para adquirirem o direito à aposentadoria integral, fica garantido o emprego até a aquisição desse direito. Adquirido o direito, cessa a garantia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para que goze o benefício da presente cláusula, deverá o empregado comprovar o seu tempo de serviço, por escrito, ao empregador;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No momento da rescisão contratual fica o empregado obrigado a informar o seu direito à estabilidade, fazendo lançar tal situação no recibo rescisório. Ausente tal observação, não se aplica o benefício da presente cláusula;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de término do contrato de prestação de serviços estabelecido pela empregadora com a tomadora de serviços, a garantia aqui prevista não será aplicável ao empregado que nela, tomadora de serviço, não tenha trabalhado no mínimo por doze meses, contínuos ou não.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUEBRA DE MATERIAL**

As empresas não poderão descontar dos salários de seus empregados qualquer quantia a título de dano, salva nas hipóteses de dolo ou culpa, na forma do art. 462 da C.L.T.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Faculta-se às empresas o desconto, nos salários e em verbas rescisórias, dos valores adiantados ao empregado, inclusive os feitos à conta de vale transporte e alimentação que são concedidos de modo antecipado.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO**

Faculta-se à empresa celebrar acordo de prorrogação de jornada de trabalho, visando a compensação de horas de trabalho, semanal, mensal ou semestral, via acordo individual, inclusive para regulação da “semana espanhola”, pela qual poderá ser cumprida em uma semana a carga horário de 40 horas e na outra a carga de 48 horas, sem pagamento de horas extras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica estabelecido que aos empregados contratados para jornada diária de 04 (quatro) horas, a jornada semanal será de 22(vinte e duas) horas, obedecendo-se assim, a redução proporcional à jornada de 44 horas;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Àqueles que desempenhem as funções descritas nos itens 03.08 e 03.09 e 03.09.1 fica facultada a possibilidade de, mediante acordo individual com o seu empregador, adoção do regime de trabalho de 12 x 36 horas, sem percepção de horas extras, assegurando-se o piso salarial e a percepção integral dos tíquetes refeição, situação que se estenderá a toda e qualquer função, quando o edital de licitação assim prever tal regime de trabalho de 12 por 36 horas, condição estendida àqueles lotados em setores de saúde, Fora dos casos anteriormente indicados, fica facultada a adoção do referido regime mediante acordo coletivo, devidamente celebrado com o sindicato profissional, a exemplo de shoppings e supermercados, entre outros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Pela presente convenção coletiva de trabalho fica a empresa autorizada a ajustar, com seu empregado, com assistência do sindicato obreiro, o regime de compensação denominado “banco de horas”, com duração anual.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Pelo presente instrumento, fica legitimado o labor em domingos e feriados, garantida a folga compensatória, na forma da legislação, aos empregados lotados em tomadores de serviços que operem em tais dias (p. ex. hospitais, shoppings, aeroporto, rodoviária etc.) e nas empresas que adotem o regime SDF, bem assim, mediante ajuste escrito com o empregado, a troca do dia de feriado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PERÍODO DE DESCANSO**

Considerando-se a realidade da prestação de serviços e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de, em acordo individual ou coletivo, este com a participação do sindicato dos empregados, ampliar-se o descanso intrajornada além do limite de 2(duas) horas, na forma do artigo 71 da CLT, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada de 30 minutos, quando a refeição for tomada na planta de trabalho e em local apropriado. Outras situações serão objeto de acordo coletivo de trabalho.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA**

Pelo presente instrumento, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho, nos limites legalmente previstos, àqueles que cumpram labor em ambiente insalubre.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS**

As faltas dos empregados vestibulandos serão abonadas quando comprovarem a prestação de exames na cidade em que trabalhem ou residam.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LOCAL PARA GUARDA DE PERTENCES E REFEIÇÕES**

As empresas se obrigam a manter, para uso de seus empregados, locais adequados para a guarda de pertences pessoais, bem como local adequado para que possam fazer suas refeições.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME E EQUIPAMENTOS**



As empresas fornecerão a seus empregados, gratuitamente, uniformes, no padrão e componentes, nestes também possível o crachá, pela empresa definidos. Na hipótese de rescisão fica o empregado obrigado a devolver os uniformes recebidos, no estado em que se encontrarem, pena de ser deduzido, de seus haveres, o custo respectivo. A higienização do uniforme é de responsabilidade do empregado, desde que feita como as vestimentas comuns.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS**

À justificação de faltas ao serviço prevalecerá o atestado médico fornecido pelo médico da empresa, ou por ela conveniado. Em relação aos empregados associados ao Sindicato dos Empregados, a empresa **aceitará como justificativa para** a falta ao serviço, por motivo de doença, quando atestada por clínica médica conveniada ao Sindicato de Empregados, podendo o mesmo ser vistado pelo departamento médico da empresa ou pela empresa médica conveniada prevista na cláusula 15ª.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica a empresa autorizada a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional pelos prazos definidos na NR 07, itens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SESMT – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICIA DO TRAB**

Faculta-se o estabelecimento do SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – COLETIVO, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente pelas entidades sindicais subscritoras, via FACOP – Fundação de Asseio e Conservação do Paraná.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE PARA O SINDICATO DOS EMPREGADOS**

As empresas ficam obrigadas a descontar na folha de pagamento de seus empregados, desde que devidamente autorizadas por eles, as mensalidades, no valor equivalente a 3% do piso salarial previsto no item 01 da cláusula 3ª da presente convenção, devidas pelos associados ao Sindicato dos Empregados, quando por este notificadas por e-mail, correios ou entrega direta O recolhimento ao Sindicato dos Empregados, do importe descontado, será feito até o dia 10 de cada mês, sob pena de pagamento de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor retido.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas deverão proceder ao recolhimento de que trata a presente cláusula via depósito em conta de cada Sindicato dos Empregados, conforme discriminado na guia (ou boleto bancário) apropriada, a ser por este encaminhada. Poderá, ainda, ser efetuado o recolhimento diretamente ao sindicato, quando este assim ajustar com a empresa.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

As empresas descontarão de cada empregado, a título de contribuição negocial, conforme decisão e determinação das respectivas assembleias dos sindicatos obreiros, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), no pagamento relativo ao mês de fevereiro/21, assegurado o direito de oposição pelos empregados não associados, a ser formalizada individualmente ao sindicato, no prazo de até 10 dias contado da vigência da CCT. Quanto aos trabalhadores abrangidos pelo Siemaco de Francisco Beltrão, este desconto deverá ser efetuado somente dos trabalhadores associados ao sindicato.

Considerando a vigência de 24 meses, a contribuição negocial em favor dos Sindicatos obreiros, para desconto em fevereiro de 2022, será o valor equivalente ao reajuste do piso da servente de 44 horas, mantidas todas as demais condições,

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O recolhimento das importâncias descontadas aos Sindicatos profissionais em fevereiro de 2021 deverá ser efetuado até o dia 10.03.21, e as descontadas em fevereiro de 2022 deverá ser efetuado até 10.03.22, procedendo-se na forma do parágrafo único da cláusula 35ª, sob as cominações do “caput” da mesma cláusula. Deverá a empresa remeter ao Sindicato beneficiário a relação de empregados e valores recolhidos. Aplica-se o contido na cláusula 35 em caso de descumprimento.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

As empresas, associadas e integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná recolherão a título de contribuição negocial, fixada em 03 (três) salários-mínimos de ingresso estabelecido na cláusula 03, item 01.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas deverão recolher o valor devido, na forma acima, através de ordem de pagamento em favor do Sindicato das Empresas, junto à Caixa Econômica Federal - Agência 369 - Carlos Gomes – Curitiba - c/c 1951-0 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ até 10.04.2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas que forem constituídas no período de vigência da presente convenção deverão contribuir de modo proporcional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando do recolhimento tratado na cláusula, a empresa remeterá o comprovante respectivo ao Sindicato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As empresas que deixarem de fazer o recolhimento tratado na presente cláusula, incorrerão nas mesmas sanções previstas no “caput” da Cláusula 35ª.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL**

As empresas, abrangidas pelo presente instrumento, deverão encaminhar ao Sindicato Patronal, sito à Rua Lourenço Pinto, nº 196, 5º andar, salas 505/511, Curitiba, Paraná, (CEP: 80010-160), cópia da guia de recolhimento da contribuição sindical, prevista na CLT, devidamente quitada pela entidade bancária arrecadadora, no prazo de 10 (dez) dias após a data limite de recolhimento. Aplica-se o contido na cláusula 35 em caso de descumprimento.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

As empresas, associadas e integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná, recolherão a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, cujo valor, determinado em assembleia da FEBRAC – Federação Nacional das Empresas de Limpeza e Conservação, vinculado ao número de empregados existentes na empresa em dezembro/2021: - Empresa com até 500 (quinhentos) empregados: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); - Empresa com mais de 500 (quinhentos) empregados: R\$ 700,00 (setecentos reais).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Esse valor poderá ser pago em 02 (duas) parcelas de igual valor, com vencimento nos dias 08.04 e 08.05.2021, sendo que para pagamento em parcela única, em 16.03.21, será ofertado desconto de 25%. Ante a vigência para o período de 2022/2023, o valor será também pago nas datas indicadas, mas relativas a 2022, mantido o desconto referido.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMUNICADO DE VAGAS**

As empresas comunicarão ao Sindicato de Empregados a relação de vagas, quando existentes. A critério das empresas, dar-se-á preferência de emprego às pessoas indicadas pelo Sindicato de Empregados.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - REGULARIDADE SINDICAL**

À certificação da regularidade sindical, tanto pelos sindicatos obreiros quanto pelo sindicato patronal, também serão observadas as cláusulas 15, 16 e 22 do presente instrumento. **O pedido de regularidade deverá ser solicitado com uma antecedência mínima de 72 horas uteis.**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS INDIVIDUAIS**

Ficam mantidas, no âmbito de abrangência desta CCT, as Comissões de Conciliação Prévia.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no Enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTAS**

A inobservância das cláusulas que contenham obrigações de fazer, excetuadas aquelas que já tenham penalidades específicas, acarretará à empresa o pagamento da multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário-mínimo, que reverterá em favor da parte interessada. O pagamento da multa ora estipulado será feito no prazo de 10 (dez) dias, contado da constatação da irregularidade, ou, no caso de rescisão contratual, na época.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica instituída no âmbito de abrangência desta CCT, uma comissão paritária, a ser composta por um representante de cada sindicato signatário e mais um terceiro representante, por eles indicados em comum acordo, a fim de analisarem, discutirem e deliberarem sobre a eventual dispensa de cobrança das multas especificadas no presente instrumento, desde que fundada em razão reputada, pela mesma comissão, como relevante.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - PLANILHA DE CUSTOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU. de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de asseio e conservação no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego. As entidades sindicais convenientes disponibilizarão em seus “sites” a planilha atualizada.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DATA - BASE DE 01.02.2022**

Considerando estar esta CCT sendo celebrada com vigência de 24 meses, fica convencionado que, na data-base

de 01.02.2022, os valores constantes em quaisquer de suas cláusulas, especialmente pisos e benefícios, serão reajustados com a aplicação do INPC/IBGE acumulado no período de 01.02.2021 a 31.01.2022, acrescido de 0,70%. Ou seja, se o INPC cumulado alcançar exemplificativamente 2,8%, o percentual a ser observado corresponderá a 3,5%.

Excetua-se da aplicação do acréscimo de 0,70% o piso constante do item 7 da cláusula terceira, que será corrigido à base do INPC acumulado exclusivamente.

Para o pessoal previsto nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula quarta, o reajuste aqui especificado, seguirá o que neles foram previstos.

**PARAGRAFO ÚNICO - LANCHE ÚNICO INÍCIO DE TURNO DE TRABALHO** - A partir de 01.02.2022, as empresas que prestam serviços de limpeza pública (coleta, varrição ou similares) fornecerão em dia de efetivo trabalho, de modo gratuito, um lanche, composto de café, leite, pão com queijo, presunto ou similar, que será fornecido antes do início da prestação de serviços, fixado que tal tempo não será considerado na duração do trabalho. A parcela não tem natureza salarial e pode compor o PAT.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente convenção coletiva de trabalho é celebrada na forma do artigo 7º, incisos V, VI e XXVI, da Constituição Federal. Na eventualidade do Poder Público determinar, por norma legal, benefícios previstos no presente instrumento, poderá haver compensação, de forma a não estabelecer duplo pagamento/benefício, prevalecendo, no entanto, o que for mais vantajoso ao empregado.

À face da presente negociação coletiva, a partir de 01 de fevereiro de 2021, fica expressamente revogada a CCT registrada no MTE: PR000539/2020, em 16.03.20, no sistema mediador.

As divergências, entre as partes convenientes serão dirimidas amigavelmente e, não havendo acordo, pela Justiça do Trabalho, na forma legal. Por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

**MANASSES OLIVEIRA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA**

**MANASSES OLIVEIRA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA**

**MARIA DONIZETI TEIXEIRA ALVES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSER**

**ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MERELES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, SERVICOS TERCEIRIZADOS E TEMPORARIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REG.-SIEMACO CASCAVEL**

**MARLUS CAMPOS**

**PRESIDENTE**

**SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV.**

**JUSSARA BRITTO DE SEIXAS GONCALVES**

**PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO**

**ROGERIO MARCOS COUTINHO**

**PRESIDENTE**

**SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERV TERC DE MARINGA E REGIAO**

**IZABEL APARECIDA DE OLIVEIRA PETIT MAITRE**

**PRESIDENTE**

**SIND. DOS EMPREG. EM EMP.DE ASSEIO E CONSERV. DE LONDR.**

**ADONAI AIRES DE ARRUDA**

**PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA AGE CURITIBA**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO II - ATA AGE PONTA GROSSA**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO III - ATA AGE CASCAVEL**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO IV - ATA AGE FOZ DO IGUACU**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO V - ATA AGE FRANCISCO BELTRAO**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO VI - ATA AGE MARINGA**

[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO VII - ATA AGE LONDRINA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR000320/2020  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 20/02/2020  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR007403/2020  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13068.101872/2020-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 19/02/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE, CNPJ n. 78.232.774/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA, CNPJ n. 78.603.560/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE NILSON RIBEIRO;

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA, CNPJ n. 78.186.335/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA DA SILVA;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA, CNPJ n. 12.290.975/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON DAVID COELHO;

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO, CNPJ n. 04.974.828/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS;

SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO, CNPJ n. 78.072.477/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO, CNPJ n. 78.293.982/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ORLANDO LUIZ DE FREITAS;

SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO, CNPJ n. 79.868.022/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADALBERTO ALVES PEREIRA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 78.905.700/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Com vigência a partir de 1º.02.2020, ficam estabelecidos, com fundamento no art. 7º, inc. V (*piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho*) da C.F., combinado com o art. 1º (*vigilância armada e desarmada*) da Portaria nº 387, do Ministério da Justiça-DPF, publicada em 01.09.2006, os seguintes pisos salariais, para o cumprimento da jornada legal, assim:

03.1. Vigilante, exceto o que exerce funções na forma do item 03.3: R\$ 1.811,56;

03.2. Vigilante tático, assim entendido o agente móvel para atendimento de alarmes eletrônicos monitorados: R\$ 1.811,56;

03.3. Vigilante, lotado exclusivamente em residências, instituições religiosas, clubes e sociedades esportivas, farmácias, supermercados, hotéis, postos de gasolina e centros comerciais e construtoras e empreendimentos imobiliários: R\$ 1.263,88;

03.4. Monitor de segurança eletrônica: R\$ 1.811,56;

03.5. Segurança pessoal: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.6. Supervisor: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.7. Segurança bombeiro/brigadista: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 25% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.264,45;

03.8. Líder: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 10% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 1.992,72;

03.9. Auxiliar de escritório: R\$ 1.118,58;

03.10. Piso salarial mínimo da categoria (inclusive, "office-boy"): R\$ 1.045,00;

**Parágrafo primeiro:** assegura-se o adicional de periculosidade (artigo 193 da CLT) de 30% a todos os vigilantes que exercem as funções descritas nos itens 03.1, 03.2, 03.3, 03.5, 03.7 e 03.8, por força do presente instrumento e independente do local de trabalho;

**Parágrafo segundo:** a gratificação referida nos itens 03.5 a 03.8 será paga enquanto o vigilante estiver exercendo as funções que a ensejam, podendo assim ser validamente cessado o seu pagamento, quando o empregado não as estiver desempenhando ou delas tenha sido remanejado, inclusive na hipótese de retorno à função de origem;

**Parágrafo terceiro:** a fixação do piso salarial descrito no item 03.3 leva em estima a menor extensão e complexidade do risco, ficando proibida, ainda que a título eventual por substituição, a sua alocação em postos de trabalho de outra natureza, sendo que os sindicatos representativos da categoria sugerem às empresas a preferência à contratação de vigilantes acima de 40 anos.

**Parágrafo quarto:** aos integrantes da categoria profissional, que possuam contrato de trabalho com empregadoras, que não pertençam à categoria econômica representada pelo sindicato patronal que subscreve o presente instrumento, e que mantenham sistema próprio de segurança e vigilância, fica assegurada a percepção do salário do vigilante acrescido de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo quinto:** o vigilante, quando destacado para trabalhar em eventos (congressos, seminários, shows, campeonatos esportivos, exposições e feiras não permanentes e similares), receberá o valor da hora normal, relativamente às 08 primeiras horas, quando não tiver cumprido sua jornada de trabalho, e como extras, se a tiver cumprido. O trabalho em eventos não descaracterizará qualquer regime de compensação de horas, previsto no presente instrumento, devendo as horas assim trabalhadas serem rubricadas como "hora extra evento".

**Parágrafo sexto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI da C.F.), fica estipulado, na data-base de 01.02.2020, o reajuste total de 4,30% a incidir, nas proporções indicadas, sobre as parcelas e as rubricas seguintes:

- a) 4,30% índice de reajuste a ser aplicado sobre os pisos salariais estipulados na data-base anterior e aos salários não superiores a R\$ 3.251,50;
- b) R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos) o valor do vale alimentação previsto na alínea "c" da cláusula 13, representando o reajuste de 4,30%;
- c) R\$ 167,00 o valor do convênio saúde, representando reajuste de 4,30%, com arredondamento de R\$ 0,12 centavos.

**Parágrafo primeiro:** aos empregados admitidos após a data-base de 01.02.2019, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados.

**Parágrafo segundo:** às empresas é facultada a compensação de todos os reajustes concedidos, no período, sejam os compulsórios, sejam os espontâneos, exceto aqueles ressalvados na referida Instrução Normativa 01/TST.

**Parágrafo terceiro:** face ao reajuste pactuado, ficam integralmente recompostos os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, até 31.01.2019.

**Parágrafo quarto:** aos salários superiores a R\$ 3.251,50, em 01.02.2020, será aplicado o reajuste do item "a" supra, até tal valor, assegurada a livre negociação no que exceder.

**Parágrafo quinto:** em 01/02/2021, serão atualizados os valores expressos em reais da presente cláusula, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar



em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente, aplicando-se a data de 01/02/2020, aos fins do parágrafo primeiro, e a data de 01/01/2021, ao parágrafo terceiro e ao parágrafo quarto.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO**

O pagamento de salário, especialmente ao pessoal lotado no interior, poderá ser procedido pela empregadora mediante cheque, desde que este seja passível de pronta e instantânea compensação.

### **CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL**

Os pagamentos dos salários mensais serão efetuados impreterivelmente na data estabelecida por lei, sob a pena de paga, em favor do empregado, de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 90 (noventa) dias, não se admitindo juros capitalizados, além das demais sanções legais.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Será fornecido obrigatoriamente, pelo empregador, comprovante de pagamento mensal, com a discriminação das verbas pagas e os descontos efetuados, incluindo o valor a ser recolhido ao FGTS, observado o parágrafo único do artigo 464 da CLT.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

As empresas farão adiantamento de cinquenta por cento do 13º salário, aos empregados que o requeiram, na forma e tempo legais.

### **CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO**

Fica assegurada a possibilidade de a empresa pagar o 13º salário em uma única parcela, apazando-se, então, como data limite 14/12/2020 e 13/12/2021, ficando certo que a presente fixação não colide com o estabelecido na cláusula 8ª.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

**Parágrafo único:** considerar-se-á noturno o trabalho executado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS**

Assegura-se ao vigilante a percepção do adicional de periculosidade ou adicional de insalubridade na forma e limites da lei e deste instrumento exclusivamente, ajustado que os percentuais incidirão sobre o salário-base e o salário mínimo legal, respectivamente.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE MERCADO**

Fica instituído o vale mercado, que não representará qualquer custo, direto ou indireto, à empregadora, equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do salário do trabalhador.

**Parágrafo primeiro:** a adoção do vale mercado, sem qualquer natureza salarial, pois integralmente suportado pelo empregado que o desejar, será obtida via acordo coletivo de trabalho, a ser estabelecido entre o Sindicato dos empregados e a empresa interessada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de registro e depósito da presente convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** no mês de novembro, nos anos de 2020 e 2021, o vale mercado será equivalente a 50% do salário do trabalhador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO**

Aos trabalhadores lotados no setor operacional, fica instituído o vale alimentação mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

- a) o benefício não tem caráter salarial, não se integrando na remuneração do beneficiário para qualquer fim, direto ou indireto, decorrente da relação de emprego;
- b) é expressamente assegurado à empregadora descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT;
- c) o valor individual é fixado em R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos);
- d) a empresa fornecerá um vale por dia efetivamente trabalhado;
- e) os vales serão entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal, iniciando-se, então, quando do pagamento do salário relativo ao mês de 02/2019;
- f) exclui-se dentre os beneficiários da presente cláusula, o empregado que já esteja percebendo alimentação, seja fornecida pela empregadora, seja pela tomadora dos serviços, inclusive por vales ou tíquetes. No caso de fornecimento direto, pela empregadora ou pela tomadora, o desconto ficará limitado à metade do previsto na alínea "b".

**Parágrafo primeiro:** mediante acordo, entre empresa e sindicato profissional, será possível a substituição do vale alimentação pelo vale mercado, aplicando-se a este as mesmas condições previstas na presente cláusula, exceto a data de entrega que passará a ser entre os dias 15 e 18 do mês.

**Parágrafo segundo:** na hipótese de serviço esporádico fora da base, onde lotado o trabalhador, a empresa fornecerá a alimentação, por vale ou outra forma, além daquela referente ao vale aqui especificado, sendo que tal benefício é de caráter indenizatório.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de serviço RA (rendição de almoço), o vale alimentação aqui tratado é fixado em R\$ 17,62 (dezessete reais e sessenta e dois centavos) àquele que cumprir, na referida atividade, jornada de até 04 horas.

**Parágrafo quarto:** o valor do vale alimentação previsto no item "c" da presente cláusula será reajustado, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO EDUCAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTUDANTE

O empregado que faltar ao serviço, para prestar exame vestibular na cidade em que reside, terá sua falta abonada pelo empregador, desde que comprovada a sua participação nas provas.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONVÊNIO SAÚDE

Fica mantido, pelo presente instrumento normativo, o convênio saúde, no valor de R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais), cabendo à empresa, por empregado, uma contribuição mensal de R\$ 70,00 (setenta reais), e ao empregado a contribuição do valor restante, ficando expressamente autorizado o desconto salarial, em folha de pagamento, na rubrica, em favor do sindicato dos trabalhadores, conforme respectivas bases territoriais, visando a assistência médico-ambulatorial a ser por eles concedida, via convênios. Quando o empregado não cometer, no mês, falta ao serviço, seja justificada ou não, o valor a ser pago pela empresa, no mês seguinte, passará de R\$ 70,00 para R\$ 90,00 (noventa reais), com a correspondente diminuição do encargo do empregado, ficando certo que o benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

**Parágrafo primeiro:** a contribuição aqui tratada deverá ser recolhida, pela empresa, até o 6º dia útil de cada mês subsequente, contado a partir de 02/2020, mediante guias próprias, a serem fornecidas pelos sindicatos, conforme respectivas bases territoriais.

**Parágrafo segundo:** fica instituída uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial de vigilante, por mês e por empregado, no caso de descumprimento da presente cláusula.

**Parágrafo terceiro:** assegura-se aos sindicatos obreiros o prazo de até 30 (trinta) dias à inscrição dos novos admitidos, visando o início do fornecimento dos serviços médico-ambulatoriais, previstos na presente cláusula.

**Parágrafo quarto:** as empresas e empregados que já estavam cobertos por convênio saúde, previsto na presente cláusula, poderão, validamente, emigrar à condição nela prevista, sem que tal importe em alteração contratual, ou continuar no plano pré-existente observados os limites máximos de desconto aqui tratados.

**Parágrafo quinto:** as empresas farão a inclusão automática do trabalhador no referido convênio saúde, ficando assegurado ao mesmo o direito de ver-se excluído, cabendo exclusivamente a este, se assim deliberar, requerer, por escrito, perante o seu sindicato de classe. A exclusão só se concretizará após a liquidação de eventuais débitos do trabalhador, por utilização de eventuais serviços até a data do seu requerimento de exclusão, e depois de comunicado do seu sindicato à empresa empregadora, reafirmada a condição de que a exclusão do benefício dependerá sempre de formal e expressa manifestação do trabalhador perante a entidade sindical.

**Parágrafo sexto:** os valores previstos no caput da presente cláusula serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, aos seus sucessores, assim declarados perante a Previdência Social, um auxílio funeral, equivalente a 06 (seis) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA POR MORTE OU INCAPACIDADE**

As entidades convenientes mantêm o benefício instituído através do instrumento depositado e registrado no MTE-DRT-PR, em 15.03.2010, sob nº MR000491/2010, regulador da assistência por morte ou incapacidade, atualizando-o por termo aditivo.

**AUXÍLIO CRECHE****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRECHE**

As empresas, legalmente obrigadas à manutenção de creche, poderão firmar convênio substitutivo, na forma da CLT, ou prestar auxílio creche, sem natureza salarial, na forma da norma respectiva.

**Parágrafo primeiro:** em caso de auxílio creche, este fica fixado, por filho, a partir de 01/02/2020, em R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais) sofrendo correção, a partir de então, na mesma forma atribuída ao salário da beneficiária, sendo que nesta exclusiva hipótese o benefício será estendido ao filho até atingimento da idade de um ano.

**Parágrafo segundo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**SEGURO DE VIDA****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURIDADE**

Ao vigilante fica garantida indenização ou seguro de vida de acordo com a legislação vigente (Resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89), salvo existência de um seguro mantido pela empregadora no mesmo valor.

**Parágrafo primeiro:** caso o empregador mantenha seguro de vida em grupo, obrigatório por lei, não será permitido o desconto do mesmo no salário dos seus empregados.

**Parágrafo segundo:** as indenizações decorrentes dos seguros pagos exclusivamente pela empresa, desde que contratados por ela espontaneamente, expressamente excluídos os determinados por lei ou pela presente convenção coletiva, serão dedutíveis de quaisquer valores indenizatórios que sejam declarados pela empregadora ao empregado ou seus herdeiros.

**OUTROS AUXÍLIOS****CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS E RECICLAGENS**

Os exigidos pelas empresas serão por elas custeados sem qualquer ônus para o empregado.

**Parágrafo primeiro:** em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até 75 dias do término de validade do curso, as empresas se obrigam a pagar a reciclagem do empregado dispensado.

**Parágrafo segundo:** não se aplica a hipótese prevista no parágrafo anterior, nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e término da prestação de serviço pela empregadora.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO DAS ARMAS**

Obrigam-se as empresas a fazer revisão das armas dos vigilantes de seis em seis meses.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO INDICIADO**

As empresas assegurarão assistência gratuita e necessária ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder ação penal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do empregador ou de seus clientes, salvo se comprovadamente houver negligência do empregado no exercício de suas funções.

**Parágrafo único:** Na ocorrência de assalto no local onde o vigilante prestar serviços, este terá cobertura médica e psicológica, quando necessário, segundo laudo médico subscrito pelo médico da empresa e do convênio saúde, cabendo a empresa, enquanto perdurar a hipótese, custear o valor total do convênio saúde previsto na cláusula 15ª.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DESEMPREGO**

Em caso de não fornecimento dos formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa e que preencha os requisitos exigidos na legislação pertinente, a empresa será responsável pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a que fizer jus o ex-empregado.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGIME DE TRABALHO SDF**

O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.02.20, ao piso mensal de R\$ 732,85 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R\$ 8,23 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R\$ 219,86 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R\$ 609,90, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R\$ 117,32 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R\$ 101,65 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 19,57 de reflexos do DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R\$ 1.801,14.

**Parágrafo Primeiro:** A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS, observado o par. único do art. 464 da CLT;

**Parágrafo Segundo:** Fica instituído o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

**Parágrafo Terceiro:** Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta na cláusula 5ª quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês, não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita anteriormente.

**Parágrafo Quarto:** O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras.

**Parágrafo Quinto:** As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

**Parágrafo Sexto:** Havendo ponto facultativo, ou aqueles denominados "feriados" ponte, conforme a tradição e prática de cada localidade, o empregado merecerá o salário e reflexos proporcionais estabelecidos na cláusula 3ª, não se considerando tal situação como horas extraordinárias.

**Parágrafo Sétimo:** No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

I- 14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;

II- 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;

III- 06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas.

**Parágrafo Oitavo:** O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

**Parágrafo Nono:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DEFICIENTE FÍSICO E APRENDIZ**

Recomenda-se às empresas, sempre que possível, a contratação de deficientes físicos.

**Parágrafo Único:** Dada as especificidades da profissão de vigilante, conforme Lei Federal nº 7102/83, inclusive pelo uso de porte de arma e dependente de expressa autorização de seu exercício pelo Departamento da Polícia Federal, entre outras disposições normativas, fixam as categorias que, aos fins das cotas dos portadores de deficiência e menores aprendizes, serão considerados os empregos concedidos pela empresa no setor administrativo, excluído assim o operacional.

**MÃO-DE-OBRA FEMININA****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIREITO DAS MULHERES**

Às empregadas fica assegurada a igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CTPS**

Serão anotados, na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida, o salário contratado e as comissões, se existentes, bem como o contrato de experiência com a respectiva duração.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 30 quilômetros da sede do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 30km da sede do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Em caso de rescisão contratual, o empregador se obriga a efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido em lei.

**Parágrafo primeiro:** independentemente das sanções legais, em caso de atraso no pagamento das quantias líquidas e certas, o empregador ficará obrigado a pagar juros de mora ao empregado à razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso, limitada a 25 (vinte e cinco) dias, não se admitindo juros capitalizados.

**Parágrafo segundo:** as empresas se obrigam a pagar as despesas efetuadas pelo empregado, em caso de deslocamento fora da localidade onde presta serviço, quando chamado para o recebimento dos haveres rescisórios.

**Parágrafo terceiro:** na cessação do contrato de trabalho, todo empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais, correspondentes a 1/12 por mês de serviço, salvo os que tenham sido despedidos por justa causa.

**Parágrafo quarto:** concedido o pré-aviso, este deverá obrigatoriamente contar: a) sua forma (se indenizado ou trabalhado); b) a redução da jornada de trabalho, nos termos exigidos pela lei.

**Parágrafo quinto:** nos casos de rescisão por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente fazer constar, na comunicação da mesma, a alínea do art. 482, da CLT, invocada, pena de, não o fazendo, não poder alegá-la em Juízo, presumindo-se injusta a despedida.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

O empregado admitido para jornada legal na função de vigilante, no lugar de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CERTIFICADO DE FORMAÇÃO**

É vedado o exercício da profissão antes da conclusão do respectivo curso. Após, é livre o exercício profissional, sendo que as respectivas empresas, obrigatoriamente, deverão liberar os certificados de formação de vigilantes após os devidos registros.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA**

As empresas pagarão todas as despesas feitas pelo empregado, inclusive mudança de móveis e transportes de dependentes, na hipótese de transferência para outra localidade que exija a mudança de domicílio do empregado, desde que a transferência ocorra por iniciativa do empregador ou por mútuo entendimento entre as partes.

**Parágrafo único:** em caso de transferência, o empregado fará jus ao pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), na forma da lei.

### **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As empresas contribuirão, bimestralmente, a partir de março/20, em favor da categoria profissional, com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, destinado à formação do fundo de qualificação profissional, objetivando, entre outras, a realização de cursos de inglês, informática básica, direito penal, direito previdenciário, direito do trabalho e reciclagem ao profissional desempregado associado, visando a melhor capacitação e produtividade dos componentes da categoria.

**Parágrafo primeiro:** O valor a recolher será quitado até o dia 15 do mês em que devido, na proporção de R\$ 3,75 à Federação e R\$ 11,25 à entidade sindical da respectiva base.

**Parágrafo segundo:** As empresas enviarão até o último dia dos meses de março, maio, julho, setembro, novembro e janeiro, os CAGEDs relativos ao mês anterior, diretamente à Federação profissional, cabendo a esta o encaminhamento ao sindicato correspondente à base territorial. O envio dos CAGEDs à Federação poderá ser realizado através do e-mail: [coordcad@fetraispp.org.br](mailto:coordcad@fetraispp.org.br).

**Parágrafo terceiro:** As entidades sindicais profissionais enviarão diretamente as empresas, até o dia 10 dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro, os boletos bancários com os valores devidos ao FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (tomando-se por base o número de empregados da empresa na base territorial da entidade sindical, conforme CAGED por CNPJ do mês anterior ao do pagamento), com vencimento no dia 20 ou primeiro dia útil subsequente dos meses aqui indicados.

**Parágrafo quarto:** Fica estipulada a multa equivalente no valor não recolhido por empregado, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula.

**Parágrafo quinto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A empresa prestadora de serviço ficará desobrigada do pagamento do aviso prévio e indenização adicional (Lei nº 6708/79), na hipótese do término do contrato de prestação de serviços, pelo atingimento do seu prazo, quando o seu empregado, ali lotado, for contratado pela nova empresa prestadora de serviço, no mesmo posto. Mesmo no caso de não ser contratado, a indenização adicional não será devida, na medida em que a terminação do contrato de prestação de serviços da empregadora, pelo atingimento do seu prazo, não é considerada como atitude que obste o atingimento da data-base.

## ESTABILIDADE APOSENTADORIA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações: pré-aposentadoria: para o empregado que, comprovadamente, contar ou vier a contar com vinte e nove ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária e um ano de serviço na empresa, será garantido o emprego até a data que completar trinta anos da referida contribuição para aposentadoria proporcional ou trinta e cinco anos da referida contribuição para aposentadoria integral. A comprovação deverá ser feita, perante o empregador e por escrito, até 30 (trinta) dias após o implemento dos referidos requisitos, sob a pena da insubsistência da cláusula;

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

**Parágrafo Único:** Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DO TRABALHO

Ao empregado sem posto fixo de trabalho, o volante ou o coringa, será considerado como horário de início da jornada de trabalho aquele em que o mesmo tiver de comparecer à central, sede da empresa, ou local por ela determinado para que ele se apresente.

**Parágrafo Único:** Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica facultada às partes a adoção de regime de compensação de jornada, desde que atendidas às condições legais e as estabelecidas nesta cláusula (ressalvada expressamente a hipótese prevista na cláusula 37ª, pois objeto de tratamento normativo específico, regulando o regime de 12x36).

I - o horário de compensação, compreendendo horário de início, término e intervalo, deverá estar previsto em acordo individual firmado entre empregado e empresa ou acordo coletivo, neste caso homologado pelo Sindicato dos empregados;

II - a compensação deverá ocorrer dentro da mesma semana que tiver sido prorrogada a jornada;

III - a jornada diária, para efeito de compensação, poderá ser acrescida de duas horas no máximo, observada a carga diária normal de 08 horas e semanal de 44 horas;

IV - fica possibilitada adoção da denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador e desde que não se ultrapasse a jornada diária de 10 horas;

V - em qualquer hipótese adotada, serão garantidos os intervalos constantes dos artigos 66, 67 e 71, da CLT, somente sendo considerada "folga" o período de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas de descanso;

VI - pela presente convenção coletiva de trabalho, e nos estritos termos legais, fica ainda a empresa autorizada a ajustar com o seu empregado o regime de compensação, previsto no art. 59, da CLT.

VII - considerando a peculiaridade da profissão de vigilante, inclusive quanto ao fardamento e a proibição de seu uso fora de serviço, estabelecem as partes que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite diário de vinte minutos;

VIII - a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de

compensação de horas estabelecido no presente instrumento;

IX – aos fins do inciso anterior, deverá a empresa comprovar o evento através dos controles de ponto dos respectivos vigilantes e boletim de ocorrência específico por eles também assinados, restrito ao mesmo posto de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 12X36**

As entidades sindicais que firmam o presente instrumento, respaldadas pela manifestação expressa das categorias por elas legalmente representadas e com apoio no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, resolvem pactuar o regime de trabalho de 12x36 horas, mediante as condições seguintes: a) a jornada de trabalho dos vigilantes armados, desarmados e aos lotados no setor operacional, poderá ser pactuada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso; b) o implemento do referido regime de trabalho fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, de forma direta, ajustarem sua adoção; c) no regime aqui estabelecido, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, não será devido o pagamento de hora extra, inclusive na semana em que for ultrapassado o limite de 44 horas semanais, à face da compensação; d) em face do presente instrumento fica estabelecido que, no regime de 12x36 – ainda que cumprido em horário noturno –, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos, garantido, sempre, o adicional noturno respectivo.

**Parágrafo único:** As partes convenientes respaldadas pela manifestação de suas respectivas categorias, e com apoio no art. 7º, incisos VI e XXVI, da Constituição Federal, deliberam, quanto ao regrado na alínea "d", da presente cláusula, que se submetem à decisão judicial proferida nos autos sob nº TRT-PR-AR-329/2001, já com trânsito em julgado.

### **FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência de trinta dias, mediante recibo.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual a cada trabalhador, quando assim exigido pela legislação.

### **UNIFORME**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME**

Em caso de exigência de uniforme, o custo deste será de responsabilidade do empregador, obrigando-se o empregado a devolvê-lo no estado em que se encontrar, no momento da rescisão do contrato.

**Parágrafo primeiro:** cada conjunto de uniforme conterà obrigatoriamente: uma jaqueta, duas camisas e duas calças.

**Parágrafo segundo:** o empregador fornecerá um par de sapatos, ou coturno, por ano, a cada trabalhador obrigado a usar uniforme.

**Parágrafo terceiro:** o uniforme deverá ser adequado ao clima, inclusive com adaptação do tecido utilizado.

### **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

As empresas enviarão ao Sindicato dos empregados, conforme base territorial, cópias das comunicações de acidentes de trabalho enviadas ao INSS, até o 5º dia da emissão da CAT.

### **RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE QUE PERMANECE NA EMPRESA**

Sem perda do posto de trabalho efetivo, os dirigentes sindicais eleitos serão liberados por até 14 (catorze) dias, sucessivos ou alternados, a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo dos seus salários, para que possam comparecer em assembleias, congressos, cursos e negociações coletivas da categoria, desde que haja comunicação prévia.

### **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a estabilidade provisória de dirigente sindical, para os membros efetivos e suplentes das diretorias de sindicato profissional, desde que o respectivo sindicato comunique a empresa, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do empregado e, em igual prazo, a sua eleição e posse.

**CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas procederão aos descontos, em folha de pagamento, a critério dos Sindicatos de empregados, mediante autorização escrita do trabalhador, ficando obrigadas a fazer o repasse, para a entidade sindical beneficiada, no primeiro dia útil após o pagamento do salário.

**Parágrafo primeiro:** as empresas encaminharão, mensalmente, para o Sindicato ou associação profissional de empregado, relação nominal dos associados que tiveram desconto da mensalidade, em folha de pagamento, bem como dos empregados desligados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do pagamento do salário.

**Parágrafo segundo:** a empresa que tiver que remeter numerário proveniente de mensalidade à entidade sindical com base territorial diversa da sua matriz, deverá fazê-lo de forma antecipada, por remessa postal, a fim de que o valor devido seja recepcionado até o prazo acima pactuado.

**Parágrafo terceiro:** fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) do valor devido, no caso da empresa não observar o prazo de repasse fixado no "caput" da presente cláusula.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Tendo em vista a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, nos termos do aprovado nas assembleias dos trabalhadores, e visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período compreendido pela vigência desta Norma Coletiva (CCT), serão devidas por cada empregado integrante da categoria profissional e beneficiado por este instrumento normativo, as seguintes contribuições negociais/assistenciais em favor das entidades sindicais profissionais representativas e manutenção do sistema confederativo, sendo garantido aos não associados que assim desejarem, o direito de oposição fundamentada e individual, tudo de acordo com as condições que seguem:

Aos Sindicatos Profissionais de **Curitiba e Foz do Iguaçu:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 10,00 (dez reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Ao Sindicato Profissional de **Cascavel:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 13,00 (treze reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Aos Sindicatos Profissionais de **Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Pato Branco e Paranaguá:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial a ser paga em seis parcelas (três a cada ano), sendo quatro de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), a serem descontados nos meses de maio e agosto de cada ano, pelos empregadores e repassados à entidade sindical respectiva, e duas no percentual de 1% da remuneração do trabalhador, a ser descontada no mês de agosto de cada ano, sendo estas revertidas à Federação Profissional;

Na base territorial do Sindicato Profissional de **Londrina:** será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, no mês de agosto de cada ano, a contribuição assistencial/negocial correspondente a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Estipula-se que a obrigação das empresas estabelecida nesta norma coletiva, compreende apenas o compromisso de recolher e repassar as contribuições fixadas pelas assembleias dos empregados da categoria beneficiados pela norma, sem qualquer participação, interferência ou responsabilidade quanto ao ato de criação e fixação das referidas contribuições; sendo que, dessa forma, obrigam-se as empresas a recolher as contribuições profissionais aos sindicatos e Federação respectivos, no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto de cada parcela e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5,0% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

**Parágrafo Segundo:** No mesmo prazo previsto para o recolhimento/repasse acima, obrigam-se as empresas a fornecer às Entidades Sindicais respectivas, a relação completa dos empregados a que se refere o valor descontado, sob pena de incorrerem em multa de 5% incidente sobre o total devido a título de recolhimento/repasse.

**Parágrafo Terceiro:** A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa inadimplente ou em atraso, assim como tomar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra eventual



apropriação indébita, e bem assim tomar as medidas adequadas com respaldo jurídico para repelir o cerceio ao livre exercício da atividade sindical e eventual abuso de poder econômico; tudo com base em estritos fundamentos legais.

**Parágrafo Quarto:** A fundamentação do pedido de oposição às contribuições, que passa a ser aqui exigida, encontra motivação no fato de que a entidade sindical necessita ter ciência das razões pelas quais o beneficiado pela norma coletiva firmada se recusa a contribuir, mesmo tendo ciência de que a contribuição é a única forma do não associado efetivamente contribuir para a manutenção do sistema de proteção que o ampara e acresce direitos à esfera jurídica de sua categoria.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer alteração legislativa ou regulamentação acerca da matéria em questão que venha a ocorrer na vigência da presente norma coletiva, implicará na análise sobre a eventual necessidade de revisão desta Cláusula.

**Parágrafo Sexto:** As eventuais oposições individuais, devidamente fundamentadas dos não associados/filiados serão recebidas até o dia 10 do mês relativo à cobrança, mediante protocolo pessoal de documento escrito de próprio punho na sede do sindicato.

**Parágrafo Sétimo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL**

As empresas representadas pelo sindicato patronal, associadas ou não, recolherão o valor equivalente a quatro pisos salariais do vigilante, à conta de contribuição assistencial. O valor deverá ser recolhido até o 5º dia útil de abril/2020 e 2021, mediante guias próprias a serem fornecidas pela entidade sindical patronal.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas de Segurança Privada do Estado Paraná deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, inclusive decisão da assembleia geral da categoria econômica, cujo valor, também determinado em assembleia da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em dezembro de 2019, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será: O resultado da multiplicação do número de vigilantes por R\$ 12,00 (doze reais), sendo que o valor encontrado deverá ser pago em parcelas, com vencimento em 30/07, 30/08, 30/09 e 30/10/20, ou primeiro dia útil subsequente. Ainda à conta do ano de 2021, igual valor, sobre o quantitativo em dezembro de 2020, a ser pago em parcelas vencíveis nos mesmos dias e mês do ano de 2021.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As empresas remeterão ao sindicato patronal, no prazo máximo de 30 dias, após o mês de referência da contribuição, a cópia da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical – GRCS quitada.

**Parágrafo único:** O Sindicato Patronal encaminhará ao Ministério do Trabalho a relação das empresas que não comprovaram recolhimento da Contribuição Sindical através do encaminhamento da cópia da guia GRCS, até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS**

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, quando mais benéficas ao empregado, prevalecerão sobre a presente convenção coletiva e na interpretação desta ou de legislação vigente. Havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS**

Fica instituída a mediação privada dos conflitos individuais e coletivos, que atuará por uma comissão composta por 01 (um) representante do SINDESP e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores, atuando na base territorial estadual, para acompanhamento de eventuais conflitos individuais e coletivos entre empresas e seus empregados, objetivando a sua solução e evitando ajuizamento de ações trabalhistas contra as empresas associadas ao SINDESP.

**Parágrafo primeiro:** quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

**Parágrafo segundo:** as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pelas partes signatárias da presente convenção, ficam mantidas, na forma do instrumento lavrado em 16.05.2000 e regularmente depositado e registrado na DRT-Pr., em 22.05.2000, sob nº 46212.009388/00-01, pelo tempo de vigência da presente CCT. No prazo de 30 dias, as partes fixarão o local, dias e horários de funcionamento, lavrando termo escrito.

**APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO**

Faculta-se o estabelecimento de SESMT coletivo, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente entre as entidades sindicais em instrumento específico.

**DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA E PENALIDADES**

Fica estabelecida multa equivalente a meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do prejudicado, pelo descumprimento de uma das seguintes cláusulas: 03 (três), 04 (quatro), 20 (vinte), 41 (quarenta e um) e 45 (quarenta e cinco), a partir de 1º.02.2020. Especificamente para o item 03.3, a multa equivalerá a dois pisos salariais do vigilante nela tratado. Às demais cláusulas, excetuadas aquelas que já tragam multa própria, em caso de descumprimento, fica instituída a multa no importe de meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do empregado, por descumprimento. Para que tal multa seja exigível se faz necessário que haja comunicação ao empregador para que este, em 48 horas, improrrogáveis efetue as respectivas regularizações em caso de ainda estarem vigentes os respectivos contratos de trabalho, possibilitando a regularização.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Por ocasião da entrega da RAIS, as empresas enviarão cópia ao Sindicato dos empregados. Ainda, a cada três meses, contados de 1º.02.2020 e durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas enviarão cópia da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei 4923/65, relativamente a todos os meses componentes do trimestre, apazando-se a tanto até o 5º dia após o prazo legal àquela entrega. Ante o contido na cláusula 24, do presente instrumento, as empresas também comunicarão o número de empregados envolvidos no regime SDF.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIREITO DE AFIXAÇÃO**

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão, em local de fácil acesso aos trabalhadores, quadro de avisos, para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que autorizados pelas empresas.

**Parágrafo único:** Comprometem-se as partes a divulgar os termos dos mesmos a seus representados, empregados e empregadores.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLAUSULAÇÕES ESPECIAIS**

As entidades que firmam o presente instrumento comprometem-se, no prazo de 90 dias, contado a partir de 01.02.2020, após discussão com a categoria profissional, a discutir sobre as seguintes questões, objetivando inseri-las em acordo coletivo de trabalho: a) redução da multa por despedida imotivada do FGTS, nos casos de perda do contrato pelo empregador, sendo o trabalhador transferido mantido por outra empresa no mesmo posto de serviço, com garantia de emprego por no mínimo 90 dias; b) obrigação patronal de arcar com a sua cota-parte no "convênio saúde", tratado na cláusula 15, independentemente da vinculação do seu trabalhador; e) estabelecimento do regime especial de trabalho de 5ª a sábado e feriados em estabelecimento noturnos, nos moldes do já preexistente regime SDF; c) trabalho intermitente referido na Lei nº 13.467/17 e Medida Provisória nº 808/17; d) adoção de regras e contraprestação para o trabalho em "eventos"; e) termo de quitação anual; f) vale alimentação para trabalhadores com jornada de até 6 (seis) horas.

**Parágrafo único:** Considerando a data do encerramento da presente negociação, ajustam as partes que todas e quaisquer diferenças de verbas, dadas como devidas a partir de 01/02/2020, poderão ser pagas pelas empresas juntamente com os salários de março/20, sem qualquer acréscimo de juros ou multa.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANILHA DE CUSTOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU, de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de segurança privada no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços de segurança, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE**

As empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios, promovidos pela administração pública, e contratações privadas, certidões de regularidade, expedidas pelo sindicato patronal e sindicato laboral, conforme base territorial.

**Parágrafo único:** para a obtenção das certidões, a empresa deverá comprovar, com antecedência e no ato do seu requerimento, sua regularidade no que tange às contribuições sindicais, cabendo às entidades sindicais a expedição do documento em até 48 horas do protocolo.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - REVOGAÇÃO**

À face da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica revogado o instrumento registrado no MTE em 27/02/2018 sob nº **46212.001657/2019-18**.

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E**  
**EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA**

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG**  
**TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE**

**JOSE NILSON RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA**

**JOSE MARIA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA**

**EDSON DAVID COELHO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA**

**CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS**  
**EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO**

**ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE**  
**SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO**

**ORLANDO LUIZ DE FREITAS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE**  
**SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO**

**ADALBERTO ALVES PEREIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL,**  
**ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO**

**ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA**

#### **ANEXOS** **ANEXO I - ATA FETRAVISPP**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA SEESVC**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO III - ATA SINDVEL**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IV - ATA MARINGA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO V - ATA PONTA GROSSA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VI - ATA SINDSFOZ**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VII - ATA PATO BRANCO**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VIII - ATA LONDRINA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IX - ATA PARANAGUÁ**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO X - ATA UMUARAMA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

Pato Branco/PR, 12 de agosto de 2021.

**Solicitação Parecer Jurídico 273/2021**

Considerando-se o processo administrativo de apuração de responsabilidade em andamento contra a empresa Maxorgani Segurança Privada Ltda, atual prestadora do serviço de vigilância desarmada para este CONIMS;

Considerando-se que em busca de preços com fornecedores, para lançamento de novo edital para contratação de novo prestador, observou-se que utilizam de convenções coletivas de trabalho diferentes, o que afeta bruscamente no preço ofertado, sendo as principais diferenças no piso salarial do trabalhador bem como seus adicionais.

Solicitamos assessoria jurídica, para escolha da convenção a ser utilizada, a qual mais se adapta a realidade deste CONIMS.

Segue cópias das convenções citadas;

Setor de Licitação

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**  
**PATO BRANCO – PARANÁ**

**PARECER JURÍDICO nº 326/2021**

**I - EMENTA**

Direito administrativo. Contratação. Pregão para contratação de serviço de continuado de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitação que requer parecer jurídico quanto ao enquadramento da atividade a ser contratada nas respectivas convenções coletivas de trabalho, uma vez que os respectivos pisos salariais e benefícios impactam diretamente na formação do preço a ser inserido no Edital.

Encaminha Convenção Coletiva de trabalho dos empregados em Empresas de Asseio e Conservação (que menciona a função de VIGIA) e Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância (que menciona a função de Vigilante).

É o relatório

**III– DO PARECER**

Para a compreensão do questionamento, é necessário delimitar o objeto do contrato que esse CONIMS almeja firmar.

Conforme descritivo do Edital do pregão que será lançado, o serviço é o de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, tendo como justificativa assegurar a integridade do patrimônio da Sede do Consórcio e da unidade CAPS AD III, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em danos patrimoniais ao erário público e, dispor também, em casos de incêndio ou qualquer outro fato, ocorrência ou fenômeno que coloque em risco os servidores, os serviços, os pacientes, o patrimônio e a Instituição como um todo, de recursos que garantam imediato conhecimento das ocorrências à Administração.

Observa-se, assim, que o foco primordial da contratação é a proteção do patrimônio público. Interessa saber, portanto, se para tal fim, o Licitante/Contratado deve disponibilizar vigia ou vigilante.

Sobre a distinção de tais figuras (vigia e vigilante), tem-se, para VIGILANTE, regramento específico definido na Lei 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros,

estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.

Segundo esta norma, são considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas; realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

**VIGILANTE**, assim, é o empregado contratado, justamente, para a execução das referidas atividades e, para o exercício da profissão, deve preencher os seguintes requisitos: ser brasileiro; ter idade mínima de vinte e um anos; ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau; ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei; ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico; não ter antecedentes criminais registrados; e estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Diversamente, o **VIGIA**, que normalmente realiza atividades de fiscalização dos locais, não é regido pela referida Lei 7.102/1983, não se exigindo, assim, os requisitos nela determinados, acima indicados.

Os Tribunais pátrios já possuem entendimento sobre a diferença, assim ementada:

*“VIGIA E VIGILANTE. DIFERENCIAÇÃO. A função do vigilante se destina precipuamente a resguardar a vida e o patrimônio das pessoas, exigindo porte de arma e requisitos de treinamento específicos, nos termos da lei nº 7.102/83, com as alterações introduzidas pela lei nº 8.863/94, exercendo função parapolicial. **Não pode ser confundida com as atividades de um simples vigia ou porteiro, as quais se destinam à proteção do patrimônio, com tarefas de fiscalização local.** O vigilante é aquele empregado contratado por estabelecimentos financeiros ou por empresa especializada em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores, **o que não se coaduna com a descrição das atividades exercidas pelo autor, ou seja, de vigia desarmado, que trabalhava zelando pela segurança da reclamada de forma mais branda, não sendo necessário o porte e o manejo de arma para se safar de situações emergenciais de violência.**” (TRT-3ª Reg., 6ª T., [RO-00329-2014-185-03-00-6](#), Rel. Juíza Convoc. Rosemary de Oliveira Pires, DEJT 14.07.2014).*

Assim, sendo e considerando o descritivo da atividade a ser desempenhada ao CONIMS, entende-se que o seu enquadramento deve ser o de VIGIA, submetendo-se à Convenção dos empregados em Empresas de Asseio e Conservação.

É o Parecer.

Pato Branco, 13 de agosto de 2021.

Maria Cecília Soares Vannucchi  
OAB/PR 35.313

## ESTUDO PRELIMINAR

### 1. OBJETIVO

As contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

### 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste estudo preliminar.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Atualmente a empresa Maxorgani Segurança Privada presta os serviços de vigilância desarmada para este CONIMS em sua sede Pato Branco/PR e a unidade do CAPS AD III em Coronel Vívida/PR, a qual foi vencedora do processo licitatório nº 70/2018, Pregão Eletrônico nº 21/2018.

Considerando-se que o referido contrato se encontra em via de término, este CONIMS iniciou estudos preliminares para uma nova contratação, com pesquisa de preços de mercado junto a prestadores, visando ao lançamento de novo edital para contratação do serviço em voga.

Ao receber os orçamentos, deparou-se com a abrupta diferença entre as proponentes:

Valor Global para os 12 (doze) meses:

- ✓ Orçamento Atenas: R\$ 535.277,91
- ✓ Orçamento Triad: R\$ 324.455,52
- ✓ Orçamento Servipax: R\$ 385.656,46

Observando-se os orçamentos, verificou-se que as proponentes seguem convenções coletivas de trabalho (CCT) diferentes:

- ✓ Convenção Coletiva de trabalho dos empregados em Empresas de Asseio e Conservação (que menciona a função de VIGIA);
- ✓ Convenção Coletiva de Trabalho dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância (que menciona a função de VIGILANTE).

Diante de questão acima relatada, solicitou-se ao setor jurídico parecer, referente ao assunto, o qual abordou as diferenças das funções:

*Sobre a distinção de tais figuras (vigia e vigilante), tem-se, para **VIGILANTE**, regramento específico definido na Lei 7.102/1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e*



*funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.*

*Segundo esta norma, são considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas; realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.*

**VIGILANTE**, assim, é o empregado contratado, justamente, para a execução das referidas atividades e, para o exercício da profissão, deve preencher os seguintes requisitos: ser brasileiro; ter idade mínima de vinte e um anos; ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau; ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei; ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico; não ter antecedentes criminais registrados; e estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Diversamente, o **VIGIA**, que normalmente realiza atividades de fiscalização dos locais, não é regido pela referida Lei 7.102/1983, não se exigindo, assim, os requisitos nela determinados, acima indicados.

As particularidades do serviço que se necessita tomar podem ser delineadas a partir das seguintes premissas.

#### **4. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

Este CONIMS, atualmente, possui em suas instalações mais de 160 computadores, nos quais são desempenhados os trabalhos para atendimento aos municípios consorciados, desde as licitações até o próprio atendimento em saúde do paciente, em várias áreas, além de manter em seus sistemas e arquivos físicos Prontuários Médicos, controle de contas e pagamentos dos seus prestadores e servidores.

Mais recentemente, foram adquiridos equipamentos para cirurgias de cataratas, como o Facoemulsificador e o Microscópio Cirúrgico, que são equipamentos de considerável valor. Ainda há de se destacar o almoxarifado, o qual armazena temporariamente, materiais odontológicos, hospitalares e medicamentos para uso nas suas unidades e nos municípios consorciados.

A sede deste CONIMS conta com área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados, com 5 andares, contendo ainda vários outros equipamentos além dos citados, de importância não só financeira, mas também para a continuidade do serviço de saúde que presta, os quais devem ser mantidos em vigilância constante e preparada para eventual ameaça patrimonial.

A unidade CAPS AD III é gerida pelo CONIMS e mantida, em sua maioria, com recursos federais e regida por Portarias do Ministério da Saúde, as quais exigem o atendimento de uma série de requisitos de ordem estrutural, de funcionamento e da qualificação dos prestadores ali inseridos.

De acordo com o artigo 7º, §4º da Portaria nº 3.088/GM/MD, de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o CAPS AD III, tem as seguintes características:

*"Art. 7º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial.*

*(...)*

*§ 4º Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades:*

*(...)*

*V - CAPS AD III: atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades de cuidados clínicos contínuos. Serviço com no máximo doze leitos para observação e monitoramento, de funcionamento 24 horas, incluindo feriados e finais de semana; indicado para Municípios ou regiões com população acima de duzentos mil habitantes; "*

*O atendimento ali realizado é especializado a pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, financiado pelo governo federal e estadual.*

Observa-se, assim, que os pacientes ali internados são, em sua maioria, inseridos ou egressos de ambiente propício à violência (substâncias entorpecentes), sendo especialmente importante que os profissionais responsáveis pela guarda do local estejam aptos ao enfrentamento de situações inerentes a esse contexto, notadamente para proteção da equipe atuante no CAPS e dos pacientes internados.

## **5. DA AVALIAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**5.1.** Serão solicitados os seguintes documentos:

**5.1.1.** Atestado de capacidade técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

**5.1.1.1.** Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto deste certame.

**5.1.1.2.** Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

**5.1.2.** Será solicitada, ainda, que a proponente faça seu cálculo da proposta com base na Convenção Coletiva de Trabalho dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância. Justifica-se a solicitação de atestado para comprovação de que a empresa realmente tem experiência e perícia para cumprir o objeto do edital, por melhor se adaptar à realidade que este CONIMS precisa atender, por meio da atuação de vigilantes e não vigias.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA POR SEUS AGENTES (FUNCIONÁRIOS)**

- a) comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- b) observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança;
- c) permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e

identificadas;

d) controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.

e) os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.

f) ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.

g) assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.

h) efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;

i) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

j) cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.

k) comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;

l) controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;

m) proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;

n) realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

o) assumir o posto de trabalho, devidamente uniformizado e identificado;

p) manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

## **7. LEVANTAMENTO DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

### **7.1. Nova pesquisa será feita e poderão ser utilizadas as seguintes fontes:**

**7.1.1.** Banco de Preços – é um avançado banco de dados que disponibiliza os preços de várias compras públicas. Seu acesso se dá por meio login e senha, sendo uma ferramenta paga por este CONIMS. <https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Login>

**7.1.2.** Pesquisa com Fornecedores.

**7.2.** Sendo utilizado como parâmetro o descritivo mais similar possível ao serviço solicitado.

## **8. PRAZO DE VIGÊNCIA E FORMA DE CONTRATAÇÃO**

**8.1.** O processo será feito através do Pregão Eletrônico pois é o modelo que mais proporciona competitividade, após homologação será formulado contrato de prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura e podendo ainda ser prorrogado, mediante necessidade da administração.

**SAMIR RODRIGO KALINOSKI**  
**COORDENADOR DE COMPRAS E MANUTENÇÃO**

**JUSTIFICATIVA do Artigo 3º, inciso I da Lei 10.520/2002**

O Setor de Compras do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, solicita a promoção de novo processo licitatório para *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados* destinada a atender às necessidades operacionais do CAPS AD III Coronel Vivida/PR e deste CONIMS em Pato Branco/PR.

Considerando-se que contrato de prestação de serviços nº 21/2018 se encontra em vias de término; Considerando-se ainda que este CONIMS, atualmente, possui em suas instalações mais de 160 computadores, nos quais são desempenhados os trabalhos para atendimento aos municípios consorciados, desde as licitações até o próprio atendimento em saúde do paciente, em várias áreas, além de manter em seus sistemas e arquivos físicos Prontuários Médicos, controle de contas e pagamentos dos seus prestadores e servidores.

Mais recentemente, foram adquiridos equipamentos para cirurgias de cataratas, como o Facoemulsificador e o Microscópio Cirúrgico, que são equipamentos de considerável valor. Ainda há de se destacar o almoxarifado, o qual armazena temporariamente, materiais odontológicos, hospitalares e medicamentos para uso nas suas unidades e nos municípios consorciados.

A sede deste CONIMS conta com área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados, com 5 andares, contendo ainda vários outros equipamentos além dos citados, de importância não só financeira, mas também para a continuidade do serviço de saúde que presta, os quais devem ser mantidos em vigilância constante e preparada para eventual ameaça patrimonial.

A unidade CAPS AD III é gerida pelo CONIMS e mantida, em sua maioria, com recursos federais e regida por Portarias do Ministério da Saúde, as quais exigem o atendimento de uma série de requisitos de ordem estrutural, de funcionamento e da qualificação dos prestadores ali inseridos.

De acordo com o artigo 7º, §4º da Portaria nº 3.088/GM/MD, de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o CAPS AD III, tem as seguintes características:

*"Art. 7º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial.*

*(...)*

*§ 4º Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades:*

*(...)*

*V - CAPS AD III: atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades de cuidados clínicos contínuos. Serviço com no máximo doze leitos para observação e monitoramento, de funcionamento 24 horas, incluindo feriados e*

*finais de semana; indicado para Municípios ou regiões com população acima de duzentos mil habitantes; ”*

*O atendimento ali realizado é especializado a pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, financiado pelo governo federal e estadual.*

Observa-se, assim, que os pacientes ali internados são, em sua maioria, inseridos ou egressos de ambiente propício à violência (substâncias entorpecentes), sendo especialmente importante que os profissionais responsáveis pela guarda do local estejam aptos ao enfrentamento de situações inerentes a esse contexto, notadamente para proteção da equipe atuante no CAPS e dos pacientes internados.

**RECOMENDO AO SETOR DE LICITAÇÃO:**

- 1.** A realização de processo na forma de PREGÃO ELETRÔNICO, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS.
- 2.** Através de Edital, estabelecer às exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas contratuais estabelecendo, ainda, prazos para execução.

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

**PAULO HORN  
PRESIDENTE**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR  
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550  
E-mail: conims@conims.com.br Site: http://www.conims.com.br

Página: 1/1

**Solicitação de Compra Nº 220/2021 - COTAÇÃO DE PREÇOS**

**Solicitante:** Samir Rodrigo Kalinoski **Data da Solicitação:** 30/09/2021  
**Organograma:** 0100100001 - Administração  
**Local de Entrega:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS  
**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados  
**Justificativa:**  
**Observações:**

**FORNECEDOR:**

**Razão Social:**..... **Banco / Agência:**...../  
**Endereço:**..... **Conta Corrente:**.....  
**Telefone:**..... **CNPJ:**.....  
**Condições de Pagamento:**.....  
**Prazo de Entrega:**..... **Validade da Proposta:**.....

**Itens solicitados:**

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	7202155468 -1	12,000	MES	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	_____	_____	_____

**Preço Total:**

Pato Branco/PR, 30 de Setembro de 2021.

.....  
Assinante

**CONIMS**  
**Consórcio Intermunicipal de Saúde**

# ORÇAMENTOS



---

**ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

20 de agosto de 2021 08:58

Para: TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>, SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>, ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>, ATENAS SERVICOS <Atenas.apoio@gmail.com>, veigalicitacao@gmail.com, Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>, "Comercial 1 - Grupo S.S." <comercial1@gruposs.net>, Matheus Silvano Anselmo <matheus.anselmo@orcali.com.br>, licitacoes@edenservicos.com.br, Julieide Baierle <comercial.publico@epavi.com.br>, contato@grupoparanaservicos.com.br, force@forcevigilancia.com.br, contato@grupoveper.com.br

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

---

 **VIGILANCIA CONIMS E CAPS - Cópia.pdf**  
211K

---

**Fwd: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

20 de agosto de 2021 09:06

Para: comercial@spxservicos.com.br

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)**VIGILANCIA CONIMS E CAPS - Cópia.pdf**

211K

**Fwd: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

20 de agosto de 2021 10:30

Para: TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>, SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>, ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>, ATENAS SERVICOS <Atenas.apoio@gmail.com>, veigalicitacao@gmail.com, Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>, licitacoes@edenservicos.com.br, Julieide Baierle <comercial.publico@epavi.com.br>, contato@grupoparanaservicos.com.br, contato@grupoveper.com.br, force@forcevigilancia.com.br

**FAVOR RECONSIDERAR QUE PARA O CAPS CORONEL VIVIDA SERÃO MAIS 4 FUNCIONÁRIOS.  
TOTALIZANDO 8 POSTOS DE TRABALHO NO TOTAL.**

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



**VIGILANCIA CONIMS E CAPS - Copia.pdf**

211K

---

**Fwd: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

20 de agosto de 2021 10:27

Para: comercial@spxservicos.com.br

FAVOR RECONSIDERAR QUE PARA O CAPS CORONEL VIVIDA SERÃO MAIS 4 FUNCIONÁRIOS.  
TOTALIZANDO 8 POSTOS DE TRABALHO NO TOTAL.

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco  
**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**  
Fone: (46) 3313 3550  
Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta  
CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR  
[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

---

 **VIGILANCIA CONIMS E CAPS - Cópia.pdf**

211K

**Re: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**Matheus Silvano Anselmo** <matheus.anselmo@orcali.com.br>  
Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>

20 de agosto de 2021 09:08

Bom dia.

No momento, não estamos enviando orçamentos para abertura de processos.

Agradeço a compreensão e atenção.

Atenciosamente,  
**Matheus Silvano Anselmo**  
GCO - Assistente Administrativo  
Tel. 0800 242 8888 Ramal 1253  
[matheus.anselmo@orcali.com.br](mailto:matheus.anselmo@orcali.com.br)



"Esta mensagem é confidencial e pode estar protegida por sigilo profissional.  
Se você a recebeu de forma equivocada, por favor, responda imediatamente informando o erro e apague-a de seu sistema."

Em sex., 20 de ago. de 2021 às 08:59, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br> escreveu:

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco  
**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**  
Fone: (46) 3313 3550  
[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta  
CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR  
[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

**Re: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**ATENAS SERVICOS** <atenas.apoio@gmail.com>

20 de agosto de 2021 10:40

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Bom dia Prezados segue orçamento solicitado, favor confirmar o recebimento, obrigado.

Att

Em sex., 20 de ago. de 2021 às 10:31, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt; escreveu:

**FAVOR RECONSIDERAR QUE PARA O CAPS CORONEL VIVIDA SERÃO MAIS 4 FUNCIONÁRIOS.  
TOTALIZANDO 8 POSTOS DE TRABALHO NO TOTAL.**

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,--  
Lhuanna G. V. Périco**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)**2 anexos**

Sérgio Nunes  
Diretor  
+ 55 41 99861-5252/99124-0279  
sergio@grupos7conims  
Rua Emanuel Kant, 60 - 3º Andar - Sala 310  
CEP 81.609-670 Capão Raso - Curitiba - Paraná

**image002.jpg**  
11K **PLANILHA 01. -CONIMS PR - VIGILANTE.xls**  
78K

**ORÇAMENTO**

CLIENTE: CONIMS - PATO BRANCO/PR e CORONEL VIVIDA

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Empresa: ATENAS SERVIÇOS DE APOIO LTDA

CNPJ: 24.329.959/0001-33

Data da Apresentação da Proposta: 20/08/2021

Município/UF: PATO BRANCO

Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa do Dissídio Coletivo: PR 000320/2020

Prazo de Execução Contratual : 12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Tipo de Serviço: VGILANTE 12 X 36

Unidade de Medida: Posto

Qtd. Total a Contratar: 08

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 1 Tipo de Serviço: VGILANTE 12 X 36
- 2 Salário Normativo da Categoria: R\$ 1.811,56
- 3 Categoria Profissional: Servente de Limpeza
- 4 Data-base da Categoria: 01/2/2021

**Planilha de Custos e Formação de Preços****MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

	Valor
A Salário Base	R\$ 1.811,56
B Adicional de periculosidade	R\$ 543,47
C Adicional de insalubridade	
D Adicional Noturno	R\$ 225,84
E Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
G Outros (especificar)	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.580,86</b>

**MÓDULO 2 – ENGARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENAIS E DIÁRIOS**

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 214,99
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 312,28
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 527,27</b>
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor
A	INSS	20,00%	R\$ 621,63
B	Salário Educação	0,00%	R\$ 0,00
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho	3,00%	R\$ 93,24
D	SESC ou Sesi	0,00%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,00%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,00%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 248,65
	<b>TOTAL</b>	<b>31,00%</b>	<b>R\$ 963,52</b>
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor
A	Transporte	R\$ 4,50	R\$ 89,31
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 31,29	R\$ 768,96
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 64,00
D	Auxílio Saúde		R\$ 64,00
E	Benefício Social Familiar		R\$ 21,00
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.007,27</b>

**QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS****Valor**

2.1	13° (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 527,27
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 963,52
2.3	Benefícios Menais e Diários	R\$ 1.007,27
TOTAL		R\$ 2.498,06



MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
		%	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 10,84
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8,00%	R\$ 0,87
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	3,81%	R\$ 98,33
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 50,07
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	31,00%	R\$ 15,52
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0,19%	R\$ 4,90
TOTAL			R\$ 180,53

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Ausências Legais	%	Valor
A	Férias	0,93%	R\$ 23,89
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 7,23
C	Licença Paternidade	0,01%	R\$ 0,26
D	Ausência por Acidente de trabalho	0,01%	R\$ 0,26
E	Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,77
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 32,41

4.2	Intrajornada	Valor
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
TOTAL		R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor
4.1	Ausências Legais	R\$ 32,41
4.2	Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 32,41

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
		Valor
A	Uniformes	R\$ 100,00
B	Materiais	R\$ 0,00
C	Equipamentos	R\$ 50,00
D	Epis	R\$ 25,00
TOTAL		R\$ 175,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	Valor
A	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 546,69
B	Lucro	15,00%	R\$ 902,03
C	Tributos		
	C.1 Tributos Federais (PIS + COFINS)	2,32%	R\$ 173,11
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	C.3 Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 373,09
	C.4 Outros tributos (especificar)		R\$ 0,00
	TOTAL	32,32%	R\$ 1.994,92

RESUMO DOS CUSTOS DE MÃO-DE-OBRA			
			Valor
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		R\$ 2.580,86
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.498,06
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão		R\$ 180,53
D	Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 32,41
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 175,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 5.466,86
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.994,92
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 7.461,79
Quantidade de Funcionarios			8
Valor Mensal			R\$ 59.694,29
Valor Global 12 meses			R\$ 716.331,53



**RES: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**Helter de Oliveira** <licitacoes@iguasseg.com.br>

23 de agosto de 2021 10:39

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Cc: Iguasseg &lt;iguasseg@iguasseg.com.br&gt;

Bom dia, Lhuanna.

Conforme combinado, segue orçamento para prestação de serviços de vigilância desarmada na sede do CONIMS em Pato Branco/PR e no Caps Ad III de Coronel Vivida/PR.

Para evitar questionamentos, avisamos desde logo que, quanto ao vale transporte, este encontra-se zerado por conta de os valores passados para cada cidade (2,80 em Coronel Vivida/PR e 3,50 em Pato Branco/PR) resultar num valor de custo efetivo inferior ao desconto de 6% (participação do funcionário), razão pela qual não haverá excedente para empresa arcar com relação a esta verba (Lei 7.418/85, art. 4º - Parágrafo único - O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo **equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico**).

Quanto ao ISS, que varia para cada cidade, como não nos foi passado o valor da alíquota para cada cidade, consideramos o máximo de 5% que pode ser cobrado, para ambas as cidades. Ressaltamos que, embora seja de interesse da empresa consultar os valores de acordo com a prestação dos serviços, entendemos que o órgão tem que dispor dessas informações a fim de facilitar a realização do orçamento (e até por uma questão de julgamento objetivo, quando do julgamento das propostas, posteriormente, em um certame), por isso pedimos com antecedência.

Informo que nos sentimos honrados de poder contribuir com a pesquisa de preço, necessária para definição do valor máximo de um eventual certame a ser conduzido pelo órgão.

No mais, ficamos a disposição para quaisquer outras eventuais dúvidas que vierem a surgir e, pedimos encarecidamente que **nos avise, por este mesmo canal, quando da abertura de um certame com este objeto, pois teremos muito interesse em participar**.

Atenciosamente,

**Helter de Oliveira**

Auxiliar de Licitações



Licitacoes@iguasseg.com.br



45 3523 2020



+55 (45) 9 8813 9201

Rua Maximino Tosi N° 419  
Jd. Festugato-Foz do Iguaçu

www.iguasseg.com.br

**De:** LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>**Enviada em:** sexta-feira, 20 de agosto de 2021 15:37**Para:** Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>**Assunto:** Re: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS

Boa tarde, segue resposta aos questionamentos:

1. qual a alíquota do ISS em cada cidade, bem como qual o valor da tarifa de vale transporte em cada uma.

Conforme repassado pelo setor contábil, esta alíquota varia conforme o código da atividade da empresa e o sistema de tributação (Ex: Alíquota do Simples).

Atualmente em Coronel Vivida o valor da tarifa do transporte está em R\$ 2,80 e em Pato Branco R\$ 3,50.

2. Foi informado que são 8 funcionários. Sendo 4 em Pato Branco/PR (2 diurno e 2 noturno) e 4 em Coronel Vivida (2 diurno e 2 noturno), que ocuparão um posto com duração de 24 horas, de segunda a domingo, correto?

A jornada de cada funcionário será de 12 horas, conforme a convenção dos Vigilantes.

3. Quais os horários de trabalho exatamente dos vigilantes? Tanto os que trabalharão no horário noturno, quanto diurno. Isso interfere na quantidade de horas noturnas a serem consideradas e remuneradas.

Atualmente estão seguindo os seguintes horários: das 07:00 da manhã as 19:00 horas da noite. E das 19:00 da noite até as 7:00 da manhã.

4. Poderão os funcionários se ausentarem de seus postos durante o período de almoço? Se não, precisaremos indenizar a intrajornada.

Não poderão se ausentar dos seus postos.

Atenciosamente,

--

Lhuanna G. V. Périgo

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



**IGUSSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
Rua Maximino Tosi, nº 419 - Vila Paraguaia Fone/Fax: (45) 3523-2020  
Foz do Iguaçu - Paraná - CEP: 85.864-030  
e-mail: iguasseg@iguasseg.com.br  
www.iguasseg.com.br

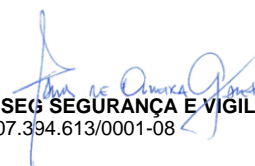
**VIGILÂNCIA DESARMADA - CONIMS - CORONEL VIVIDA/PR E PATO BRANCO/PR**

Número do processo administrativo interno:	-
Número da Licitação:	-
Data de apresentação da proposta/repactuação/reajuste:	23/08/2021
Município / Unidade da Federação de Prestação dos Serviços:	Pato Branco/PR e Coronel Vivida/PR
Ano do Acordo, Convenção ou Sentença em Dissídio Coletivo que serviu de base para a formulação dos valores referentes aos custos de mão-de-obra:	Fevereiro de 2021
Tipo de Serviço:	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
Categoria Profissional (vinculada a execução contratual):	SINDESP-PR - PR000320/2020
Data da base da categoria:	1º de Fevereiro
Unidade de Medida:	Posto de Trabalho
Descrição da unidade de medida:	2 postos com 4 vigilantes cada, em escala 12x36h

**DADOS DA PROPONENTE**

Nome da empresa: IGUSSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Razão Social: IGUSSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
CNPJ: 07.394.613/0001-08
Endereço completo: Rua Maximino Tosi, nº 419 - Vila Paraguaia , FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ
Telefone: (45) 3523-2020
Correio eletrônico (e-mail): iguasseg@iguasseg.com.br
Contato (preposto): Marlos de Oliveira Galetti

item	Posto de serviço	Qtd. De Postos	Divisão de turnos	nº de pessoal	Valor unitário por funcionário	Valor mensal do posto	Valor total anual
VIGILÂNCIA DESARMADA - CONIMS - CORONEL VIVIDA/PR E PATO BRANCO/PR							
1	CAPS AD III - CORONEL VIVIDA - PR	1 posto 24 horas	VIGILANTE 12X36H DIURNO	2	R\$ 6.398,05	R\$ 27.171,59	R\$ 326.059,08
			VIGILANTE 12X36H NOTURNO	2	R\$ 7.187,74		
2	SEDE CONIMS - PATO BRANCO - PR	1 posto 24 horas	VIGILANTE 12X36H DIURNO	2	R\$ 6.398,05	R\$ 27.171,59	R\$ 326.059,08
			VIGILANTE 12X36H NOTURNO	2	R\$ 7.187,74		
SUBTOTAL		R\$ 0,00	0	8	R\$ 27.171,59	R\$ 54.343,18	R\$ 652.118,16

  
**IGUSSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
07.394.613/0001-08

**Marlos de Oliveira Galetti**  
Sócio Administrador

**Helter de Oliveira**  
Auxiliar de Licitações



**VIGILÂNCIA DESARMADA - CONIMS - CORONEL VIVIDA/PR E PATO BRANCO/PR**

Posto de serviço:	<b>VIGILANTE 12X36H DIURNO</b>
CBO:	517330
Carga Horária:	12X36H
Expediente	Segunda-feira a domingo, inclusive, feriados -TDM 07h as 19h
Salário Normativo:	R\$ 1.915,36

**MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1. REMUNERAÇÃO</b>					
A	Salário-Base				R\$ 1.915,36
B	Adicional de Periculosidade - 30%				R\$ 574,61
C	Adicional de Insalubridade 10% (grau mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)				R\$ 0,00
D	Adicional Noturno (20%)	Valor Unitário:	R\$ 2,26	Quantidade:	0
E	Adicional de hora noturna reduzida	Valor Unitário:	R\$ 2,26	Quantidade:	0,00
F	Outros (Especificar)				R\$ 0,00
<b>TOTAL MÓDULO 01</b>					<b>R\$ 2.489,97</b>

**MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

<b>Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias</b>				
A	13º Salário		8,33%	R\$ 207,50
B	Adicional de Férias		2,78%	R\$ 69,17
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>11,11%</b>	<b>R\$ 276,66</b>
C	Incid. do Submódulo 2.2. sobre 13º Salário e Adic. de Férias		4,27%	R\$ 106,38
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.1</b>			<b>15,38%</b>	<b>R\$ 383,04</b>

<b>Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições</b>				
A	INSS		20,00%	R\$ 497,99
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 37,35
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 24,90
D	INCRA		0,20%	R\$ 4,98
E	Salário Educação		2,50%	R\$ 62,25
F	FGTS		8,00%	R\$ 199,20
G	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)		4,65%	R\$ 115,78
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 14,94
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.2</b>			<b>38,45%</b>	<b>R\$ 957,39</b>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte	Valor Unitário:	R\$ 2,80	Quantidade:	30	
B	Alimentação	Valor Unitário:	R\$ 33,08	Quantidade:	15	R\$ 396,96
C	Auxílio Saúde					R\$ 95,15
D	Fundo de Formação					R\$ 8,00
E	Seguro de Vida					R\$ 13,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3						R\$ 513,11

**QUADRO RESUMO MÓDULO 02**

2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 383,04
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 957,39
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 513,11
<b>TOTAL MÓDULO 02</b>		<b>R\$ 1.853,54</b>

**MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

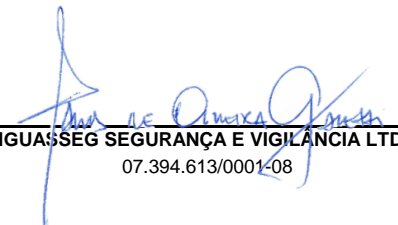


Módulo 03 - Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado (API)	0,42%	R\$ 10,37
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,83
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,19%	R\$ 4,76
D	Aviso Prévio Trabalhado (APT)	1,94%	R\$ 48,41
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,75%	R\$ 18,62
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	3,63%	R\$ 90,41
TOTAL MÓDULO 03		6,96%	R\$ 173,40
MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4.1 - Ausências Legais			
A	Férias	8,33%	R\$ 273,31
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 9,11
C	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,68
D	Ausência por acidente de trabalho	0,25%	R\$ 8,29
E	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,43
F	Ausência por doença	1,66%	R\$ 54,30
G	Outros	0,00%	R\$ 0,00
H	Incidência do sumódulo 2.2 sobre ausências legais	4,08%	R\$ 133,85
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		14,70%	R\$ 481,97
Módulo 4.2 - Intra jornada			
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ 254,65
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			R\$ 254,65
QUADRO RESUMO MÓDULO 04			
4.1	Módulo 4.1 - Ausências Legais		R\$ 481,97
4.2	Módulo 4.2 - Intra jornada		R\$ 254,65
TOTAL MÓDULO 04			R\$ 736,62
MÓDULO 05 - DIVERSOS			
Módulo 5.1 - Insumos Diversos			
A	Uniformes		R\$ 41,67
B	Materiais de uso geral		R\$ 6,04
C	Bens duráveis de uso geral		R\$ 0,00
D	Outros		R\$ 0,00
TOTAL MÓDULO 5			R\$ 47,70
MÓDULO 06 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 265,06
B	Lucro	5,00%	R\$ 278,32
C	Tributos IR e CSLL	0,00%	R\$ 0,00
Base de Cálculo		R\$ 6.398,05	
C.1 Tributos Federais (PIS 0,65% + COFINS 3,00%)		3,65%	R\$ 233,53



**IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
Rua Maximino Tosi, nº 419 - Vila Paraguaia Fone/Fax: (45) 3523-2020  
Foz do Iguaçu – Paraná - CEP: 85.864-030  
e-mail: iguasseg@iguasseg.com.br  
www.iguasseg.com.br

	C.2 Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	R\$ 319,90
<b>TOTAL MÓDULO 6</b>			<b>R\$ 1.096,81</b>
<b>QUADRO DE RESUMO POR EMPREGADO</b>			
Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)			
A	MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.489,97
B	MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 1.853,54
C	MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 173,40
D	MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 736,62
E	MÓDULO 05 - DIVERSOS		R\$ 47,70
	Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5.301,24
F	MÓDULO 06 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ 1.096,81
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>			<b>R\$ 6.398,05</b>

  
\_\_\_\_\_  
**IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
07.394.613/0001-08

**Marlos de Oliveira Galetti**  
Sócio Administrador

**Helter de Oliveira**  
Auxiliar de Licitações





**VIGILÂNCIA DESARMADA - CONIMS - CORONEL VIVIDA/PR E PATO BRANCO/PR**

Posto de serviço:	<b>VIGILANTE 12X36H NOTURNO</b>
CBO:	517330
Carga Horária:	12X36H
Expediente	Segunda-feira a domingo, inclusive, feriados -TDM 19h as 07h
Salário Normativo:	R\$ 1.915,36

**MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1.	REMUNERAÇÃO					
A	Salário-Base				R\$ 1.915,36	
B	Adicional de Periculosidade - 30%				R\$ 574,61	
C	Adicional de Insalubridade 10% (grau mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)				R\$ 0,00	
D	Adicional Noturno (20%)	Valor Unitário:	R\$ 2,26	Quantidade:	9	R\$ 305,59
E	Adicional de hora noturna reduzida	Valor Unitário:	R\$ 2,26	Quantidade:	1,29	R\$ 43,66
F	Outros (Especificar)				R\$ 0,00	
TOTAL MÓDULO 01					R\$ 2.839,21	

**MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS**

<b>Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias</b>					
A	13º Salário		8,33%		R\$ 236,60
B	Adicional de Férias		2,78%		R\$ 78,87
	SUBTOTAL		11,11%		R\$ 315,47
C	Incid. do Submódulo 2.2. sobre 13º Salário e Adic. de Férias		4,27%		R\$ 121,30
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.1</b>					<b>15,38% R\$ 436,77</b>

<b>Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições</b>					
A	INSS		20,00%		R\$ 567,84
B	SESI ou SESC		1,50%		R\$ 42,59
C	SENAI ou SENAC		1,00%		R\$ 28,39
D	INCRA		0,20%		R\$ 5,68
E	Salário Educação		2,50%		R\$ 70,98
F	FGTS		8,00%		R\$ 227,14
G	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)		4,65%		R\$ 132,02
H	SEBRAE		0,60%		R\$ 17,04
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.2</b>					<b>38,45% R\$ 1.091,68</b>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
A	Transporte	Valor Unitário:	R\$ 2,80	Quantidade:	30	
B	Alimentação	Valor Unitário:	R\$ 33,08	Quantidade:	15	R\$ 396,96
C	Auxílio Saúde					R\$ 95,15
D	Fundo de Formação					R\$ 8,00
E	Seguro de Vida					R\$ 13,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3						R\$ 513,11

**QUADRO RESUMO MÓDULO 02**

2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 436,77
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 1.091,68
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 513,11
<b>TOTAL MÓDULO 02</b>		<b>R\$ 2.041,55</b>

**MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

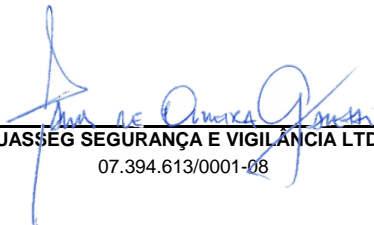


Módulo 03 - Provisão para Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado (API)	0,42%	R\$ 11,83
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,95
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,19%	R\$ 5,43
D	Aviso Prévio Trabalhado (APT)	1,94%	R\$ 55,21
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,75%	R\$ 21,23
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	3,63%	R\$ 103,09
<b>TOTAL MÓDULO 03</b>		<b>6,96%</b>	<b>R\$ 197,73</b>
MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4.1 - Ausências Legais			
A	Férias	8,33%	R\$ 305,65
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 10,19
C	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,76
D	Ausência por acidente de trabalho	0,25%	R\$ 9,27
E	Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,71
F	Ausência por doença	1,66%	R\$ 60,72
G	Outros	0,00%	R\$ 0,00
H	Incidência do sumódulo 2.2 sobre ausências legais	4,08%	R\$ 149,69
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>		<b>14,70%</b>	<b>R\$ 539,00</b>
Módulo 4.2 - Intra jornada			
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação		R\$ 290,37
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>			<b>R\$ 290,37</b>
QUADRO RESUMO MÓDULO 04			
4.1	Módulo 4.1 - Ausências Legais		R\$ 539,00
4.2	Módulo 4.2 - Intra jornada		R\$ 290,37
<b>TOTAL MÓDULO 04</b>			<b>R\$ 829,37</b>
MÓDULO 05 - DIVERSOS			
Módulo 5.1 - Insumos Diversos			
A	Uniformes		R\$ 41,67
B	Materiais de uso geral		R\$ 6,04
C	Bens duráveis de uso geral		R\$ 0,00
D	Outros		R\$ 0,00
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>			<b>R\$ 47,70</b>
MÓDULO 06 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 297,78
B	Lucro	5,00%	R\$ 312,67
C	Tributos IR e CSLL	0,00%	R\$ 0,00
Base de Cálculo		R\$ 7.187,74	
C.1 Tributos Federais (PIS 0,65% + COFINS 3,00%)		3,65%	R\$ 262,35



**IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
Rua Maximino Tosi, nº 419 - Vila Paraguaia Fone/Fax: (45) 3523-2020  
Foz do Iguaçu – Paraná - CEP: 85.864-030  
e-mail: iguasseg@iguasseg.com.br  
www.iguasseg.com.br

	C.2 Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%	R\$ 359,39
<b>TOTAL MÓDULO 6</b>			<b>R\$ 1.232,18</b>
<b>QUADRO DE RESUMO POR EMPREGADO</b>			
Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)			
A	MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		R\$ 2.839,21
B	MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 2.041,55
C	MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$ 197,73
D	MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$ 829,37
E	MÓDULO 05 - DIVERSOS		R\$ 47,70
	Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5.955,56
F	MÓDULO 06 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ 1.232,18
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>			<b>R\$ 7.187,74</b>

  
\_\_\_\_\_  
**IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
07.394.613/0001-08

**Marlos de Oliveira Galetti**  
Sócio Administrador

**Helter de Oliveira**  
Auxiliar de Licitações



**IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**  
Rua Maximino Tosi, nº 419 - Vila Paraguaia Fone/Fax: (45) 3523-2020  
Foz do Iguaçu – Paraná - CEP: 85.864-030  
e-mail: iguasseg@iguasseg.com.br  
www.iguasseg.com.br

## RELAÇÃO DE CUSTOS COM UNIFORMES MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

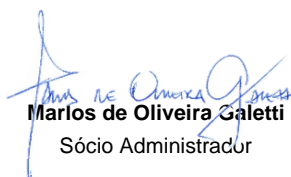
### UNIFORMES - ITEM 7.1 fornecimento anual

#### UNIFORME VIGILANTE + EPIS - KIT POR FUNCIONÁRIO

ITENS	QTD (unid.)	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
a) 2 (duas) Calças compridas;	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa	2	R\$ 35,00	R\$ 70,00
c) Meias (2 pares);	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00
d) 2 (dois) pares de calçado fechado (tipo coturno);	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 295,00</b>	<b>R\$ 500,00</b>
<b>MENSAL 12 MESES</b>			<b>R\$ 41,67</b>

### MATERIAIS (USO GERAL - a critério da Contratada)

ITENS	QTD (unid.)	VALOR	CUSTO TOTAL
Livro de Ocorrências;	18	R\$ 11,90	R\$ 214,20
Lanterna de 03 pilhas/bateria;	2	R\$ 37,81	R\$ 75,62
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>R\$ 49,71</b>	<b>R\$ 289,82</b>
<b>MENSAL 12 MESES</b>			<b>R\$ 24,15</b>
<b>DIVISÃO PELA QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS A CONTRATAR POR POSTO (4)</b>			<b>R\$ 6,04</b>

  
**Marlos de Oliveira Galetti**  
Sócio Administrador

**Helter de Oliveira**  
Auxiliar de Licitações

**Re: ORÇAMENTO PARA SERVIÇOS DE VIGILANTE - CONIMS**

1 mensagem

**TRIAD SERVIÇOS URBANOS** <triadservicos@gmail.com>  
Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>

23 de agosto de 2021 16:26

Boa tarde,

Segue em anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente  
WALMIR AUERBACH BUENO

Em sex., 20 de ago. de 2021 às 10:31, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt; escreveu:

**FAVOR RECONSIDERAR QUE PARA O CAPS CORONEL VIVIDA SERÃO MAIS 4 FUNCIONÁRIOS.  
TOTALIZANDO 8 POSTOS DE TRABALHO NO TOTAL.**

Bom dia, solicitamos orçamento para futuro processo licitatório para prestação de serviços terceirizados de vigilante, conforme dados fornecidos em anexo.

Como fica caracterizado o serviço de vigilante, solicitamos que seja feita de acordo com a respectiva convenção a qual pertencem: Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC e utilizem planilha própria para compor os custos.

Desde já agradecemos e aguardamos breve retorno.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco  
**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**  
**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**  
Fone: (46) 3313 3550  
Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta  
CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR  
[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



**TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELLI ME**  
**CNPJ: 23.960.020/0001-00**  
**CIANORTE - PARANA**  
**CEP: 87.210-122**  
**FONE: (44)99850-4708**

 **ORÇAMENTO VIGILANCIA CONIMS.pdf**  
547K

AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – CONIMS.

## ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR POR FUNCIONARIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01- DIURNO	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência	R\$: 5.786,08	R\$: 23.144,32	R\$: 277.731,84
02- NOTURNO	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência	R\$: 6.527,70	R\$: 26.110,80	R\$: 313.329,60
<b>TOTAL -&gt;</b>			<b>R\$: 49.255,12</b>	<b>R\$: 591.061,44</b>

Validade: 60 dias

Cianorte, 23 de agosto de 2021.

---

**WALMIR AUERBACH BUENO**  
**CPF: 065.214.279-62**



**TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELI ME**  
**CNPJ: 23.960.020/0001-00**  
**CIANORTE - PARANÁ**  
**CEP: 87.210-122**  
**FONE: (44) 99850-4708**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº do Processo:			ORÇAMENTO
Licitação Nº			
Data:			23.08.2021
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		23.08.2021
B	Município/UF:		CORONEL VIVIDA-PR / PATRO BRANCO-PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:		SINDESP-PR
D	Número de meses de execução contratual:		12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtde Total Contratar
Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência		Posto	4
<p>Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</p> <p>Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</p>			
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Mão de Obra
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Mínimo Vigente		R\$ 1.100,00
4	Salário Normativo da Categoria Profissional		<b>R\$ 1.811,56</b>
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		VIGILANTE NOTURNO
6	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01.02.2020 / 01.02.2022
<p>Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</p> <p>Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</p>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ 1.811,56
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 1.811,56	R\$ 543,47
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 1.100,00	R\$ 220,00
D	Adicional Noturno		R\$ 221,40
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 166,63
Total		63,09%	R\$ 2.963,06
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ 246,82
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ 359,12
Total		20,45%	R\$ 605,94
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)
A	INSS		R\$ 713,80
B	Salário Educação		-

C	SAT	1,00%	R\$	35,69
D	SESC ou Sesi	0,00%	R\$	-
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,00%	R\$	-
G	INCRA	0,00%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	285,52
Total		29,00%	R\$	1.035,01
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte	R\$	-	
B	Auxílio-Refeição/ Alimentação	R\$	434,44	
C	Auxílio saúde	R\$	97,00	
D	Seguro de vida	R\$	59,00	
		R\$	-	
Total		R\$	590,44	
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	605,94	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	1.035,01	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	590,44	
Total		R\$	2.231,39	
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	12,44
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	1,00
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,39%	R\$	100,45
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	R\$	1,19
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$	0,34
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,61%	R\$	18,07
Total		4,51%	R\$	133,49
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
Submódulo 4.1 - Ausências Legais				
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)	
A	Férias	1,01%	R\$	29,93
B	Ausências Legais	0,35%	R\$	10,37
C	Licença Paternidade	0,42%	R\$	12,44
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,39%	R\$	11,56
E	Afastamento Maternidade	0,33%	R\$	9,78
F	Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
Total		2,50%	R\$	74,08
Submódulo 4.2 - Intra jornada				
4.2	Intra jornada	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$	-
Total		0,00%	R\$	-
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	74,08	
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-	
Total		R\$	74,08	
Módulo 5 - Insumos Diversos				
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)		
A	UNIFORMES	R\$	90,00	
B	MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS	R\$	54,00	
C				
D	Outros (Especificar)			
Total		R\$	144,00	
Nota: Valores mensais por empregado.				



Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)			
A	Taxa Administrativa	5,00%	R\$	277,30		
B	Lucro	5,00%	R\$	291,17		
C	Tributos					
	C.1. PIS	0,38%	R\$	24,81		
	C.2. COFINS	1,76%	R\$	114,89		
	C.3. ISS	4,19%	R\$	273,51		
Total		16,33%	R\$	981,68		
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	2.963,06			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	2.231,39			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	133,49			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	74,08			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	144,00			
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$	5.546,02			
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	981,68			
Valor Total por Empregado		R\$	6.527,70			
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência	R\$ 6.527,70	4	R\$ 26.110,80	1	R\$ 26.110,80
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 26.110,80
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor Global da Proposta						
Descrição						Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida					R\$ 6.527,70
B	Valor mensal do serviço					R\$ 26.110,80
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo numero de meses do contrato)					R\$ 313.329,60

WALMIR AUERBACH BUENO  
CPF: 065.214.279-62  
TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELI ME



**TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELI ME**  
**CNPJ: 23.960.020/0001-00**  
**CIANORTE - PARANÁ**  
**CEP: 87.210-122**  
**FONE: (44) 99850-4708**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº do Processo:			ORÇAMENTO
Licitação Nº			
Data:			23.08.2021
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		23.08.2021
B	Município/UF:		CORONEL VIVIDA-PR / PATRO BRANCO-PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:		SINDESP-PR
D	Número de meses de execução contratual:		12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtde Total Contratar
Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência		Posto	4
<p>Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.</p> <p>Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.</p>			
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Mão de Obra
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Mínimo Vigente		R\$ 1.100,00
4	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.811,56
5	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		VIGILANTE DIURNO
6	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01.02.2020 / 01.02.2022
<p>Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.</p> <p>Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.</p>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		0,00% R\$ 1.811,56
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 1.811,56	30,00% R\$ 543,47
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 1.100,00	20,00% R\$ 220,00
D	Adicional Noturno		0,00% R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00% R\$ -
F	Adicional de Reflexo sobre o D.S.R		0,00% R\$ -
G	Acumulo de função		0,00% R\$ -
Total			50,00% R\$ 2.575,03
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		% Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,33% R\$ 214,50
B	Férias e Adicional de Férias		12,12% R\$ 312,09
Total			20,45% R\$ 526,59
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		% Valor (R\$)
A	INSS		20,00% R\$ 620,32
B	Salário Educação		0,00% R\$ -
C	SAT		1,00% R\$ 31,02

D	SESC ou Sesi	0,00%	R\$	-
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$	-
F	SEBRAE	0,00%	R\$	-
G	INCRA	0,00%	R\$	-
H	FGTS	8,00%	R\$	248,13
Total		29,00%	R\$	899,47
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)		
A	Transporte	R\$	-	
B	Auxílio-Refeição/ Alimentação	R\$	434,44	
C	Auxílio saúde	R\$	97,00	
D	Seguro de vida	R\$	59,00	
		R\$	-	
Total		R\$	590,44	
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	526,59	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	899,47	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	590,44	
Total		R\$	2.016,50	
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	10,82
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$	0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,39%	R\$	87,29
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	R\$	1,03
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	R\$	0,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,61%	R\$	15,71
Total		4,51%	R\$	116,02
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
Submódulo 4.1 - Ausências Legais				
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)	
A	Férias	1,01%	R\$	26,01
B	Ausências Legais	0,35%	R\$	9,01
C	Licença Paternidade	0,42%	R\$	10,82
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,39%	R\$	10,04
E	Afastamento Maternidade	0,33%	R\$	8,50
F	Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
Total		2,50%	R\$	64,38
Submódulo 4.2 - Intraornada				
4.2	Intraornada	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	R\$	-
Total		0,00%	R\$	-
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	64,38	
4.2	Substituto na Intraornada	R\$	-	
Total		R\$	64,38	
Módulo 5 - Insumos Diversos				
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)		
A	UNIFORMES	R\$	90,00	
B	MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS	R\$	54,00	
C				
D	Outros (Especificar)			
Total		R\$	144,00	
Nota: Valores mensais por empregado.				

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)		
A	Taxa Administrativa		5,00%	R\$ 245,80		
B	Lucro		5,00%	R\$ 258,09		
C	Tributos					
	C.1. PIS		0,38%	R\$ 21,99		
	C.2. COFINS		1,76%	R\$ 101,83		
	C.3. ISS		4,19%	R\$ 242,44		
Total			16,33%	R\$ 870,15		
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.575,03		
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.016,50		
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 116,02		
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 64,38		
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 144,00		
Subtotal (A + B +C+ D+E)				R\$ 4.915,93		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro			R\$ 870,15		
Valor Total por Empregado				R\$ 5.786,08		
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste Termo de Referência	R\$ 5.786,08	4	R\$ 23.144,32	1	R\$ 23.144,32
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 23.144,32
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
Valor Global da Proposta						
Descrição					Valor (R\$)	
A	Valor proposto por unidade de medida				R\$ 5.786,08	
B	Valor mensal do serviço				R\$ 23.144,32	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo numero de meses do contrato)				R\$ 277.731,84	

WALMIR AUERBACH BUENO  
CPF: 065.214.279-62  
TRIAD SERVIÇOS URBANOS EIRELI ME

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR000320/2020  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 20/02/2020  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR007403/2020  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13068.101872/2020-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 19/02/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE, CNPJ n. 78.232.774/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA, CNPJ n. 78.603.560/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE NILSON RIBEIRO;

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA, CNPJ n. 78.186.335/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA DA SILVA;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA, CNPJ n. 12.290.975/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON DAVID COELHO;

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO, CNPJ n. 04.974.828/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS;

SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO, CNPJ n. 78.072.477/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO, CNPJ n. 78.293.982/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ORLANDO LUIZ DE FREITAS;

SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO, CNPJ n. 79.868.022/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADALBERTO ALVES PEREIRA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 78.905.700/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Com vigência a partir de 1º.02.2020, ficam estabelecidos, com fundamento no art. 7º, inc. V (*piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho*) da C.F., combinado com o art. 1º (*vigilância armada e desarmada*) da Portaria nº 387, do Ministério da Justiça-DPF, publicada em 01.09.2006, os seguintes pisos salariais, para o cumprimento da jornada legal, assim:

03.1. Vigilante, exceto o que exerce funções na forma do item 03.3: R\$ 1.811,56;

03.2. Vigilante tático, assim entendido o agente móvel para atendimento de alarmes eletrônicos monitorados: R\$ 1.811,56;

03.3. Vigilante, lotado exclusivamente em residências, instituições religiosas, clubes e sociedades esportivas, farmácias, supermercados, hotéis, postos de gasolina e centros comerciais e construtoras e empreendimentos imobiliários: R\$ 1.263,88;

03.4. Monitor de segurança eletrônica: R\$ 1.811,56;

03.5. Segurança pessoal: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.6. Supervisor: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.7. Segurança bombeiro/brigadista: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 25% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.264,45;

03.8. Líder: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 10% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 1.992,72;

03.9. Auxiliar de escritório: R\$ 1.118,58;

03.10. Piso salarial mínimo da categoria (inclusive, "office-boy"): R\$ 1.045,00;

**Parágrafo primeiro:** assegura-se o adicional de periculosidade (artigo 193 da CLT) de 30% a todos os vigilantes que exercem as funções descritas nos itens 03.1, 03.2, 03.3, 03.5, 03.7 e 03.8, por força do presente instrumento e independente do local de trabalho;

**Parágrafo segundo:** a gratificação referida nos itens 03.5 a 03.8 será paga enquanto o vigilante estiver exercendo as funções que a ensejam, podendo assim ser validamente cessado o seu pagamento, quando o empregado não as estiver desempenhando ou delas tenha sido remanejado, inclusive na hipótese de retorno à função de origem;

**Parágrafo terceiro:** a fixação do piso salarial descrito no item 03.3 leva em estima a menor extensão e complexidade do risco, ficando proibida, ainda que a título eventual por substituição, a sua alocação em postos de trabalho de outra natureza, sendo que os sindicatos representativos da categoria sugerem às empresas a preferência à contratação de vigilantes acima de 40 anos.

**Parágrafo quarto:** aos integrantes da categoria profissional, que possuam contrato de trabalho com empregadoras, que não pertençam à categoria econômica representada pelo sindicato patronal que subscreve o presente instrumento, e que mantenham sistema próprio de segurança e vigilância, fica assegurada a percepção do salário do vigilante acrescido de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo quinto:** o vigilante, quando destacado para trabalhar em eventos (congressos, seminários, shows, campeonatos esportivos, exposições e feiras não permanentes e similares), receberá o valor da hora normal, relativamente às 08 primeiras horas, quando não tiver cumprido sua jornada de trabalho, e como extras, se a tiver cumprido. O trabalho em eventos não descaracterizará qualquer regime de compensação de horas, previsto no presente instrumento, devendo as horas assim trabalhadas serem rubricadas como "hora extra evento".

**Parágrafo sexto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI da C.F.), fica estipulado, na data-base de 01.02.2020, o reajuste total de 4,30% a incidir, nas proporções indicadas, sobre as parcelas e as rubricas seguintes:

- 4,30% índice de reajuste a ser aplicado sobre os pisos salariais estipulados na data-base anterior e aos salários não superiores a R\$ 3.251,50;
- R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos) o valor do vale alimentação previsto na alínea "c" da cláusula 13, representando o reajuste de 4,30%;
- R\$ 167,00 o valor do convênio saúde, representando reajuste de 4,30%, com arredondamento de R\$ 0,12 centavos.

**Parágrafo primeiro:** aos empregados admitidos após a data-base de 01.02.2019, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados.

**Parágrafo segundo:** às empresas é facultada a compensação de todos os reajustes concedidos, no período, sejam os compulsórios, sejam os espontâneos, exceto aqueles ressalvados na referida Instrução Normativa 01/TST.

**Parágrafo terceiro:** face ao reajuste pactuado, ficam integralmente recompostos os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, até 31.01.2019.

**Parágrafo quarto:** aos salários superiores a R\$ 3.251,50, em 01.02.2020, será aplicado o reajuste do item "a" supra, até tal valor, assegurada a livre negociação no que exceder.

**Parágrafo quinto:** em 01/02/2021, serão atualizados os valores expressos em reais da presente cláusula, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar

em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente, aplicando-se a data de 01/02/2020, aos fins do parágrafo primeiro, e a data de 01/01/2021, ao parágrafo terceiro e ao parágrafo quarto.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO**

O pagamento de salário, especialmente ao pessoal lotado no interior, poderá ser procedido pela empregadora mediante cheque, desde que este seja passível de pronta e instantânea compensação.

### **CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL**

Os pagamentos dos salários mensais serão efetuados impreterivelmente na data estabelecida por lei, sob a pena de paga, em favor do empregado, de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 90 (noventa) dias, não se admitindo juros capitalizados, além das demais sanções legais.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Será fornecido obrigatoriamente, pelo empregador, comprovante de pagamento mensal, com a discriminação das verbas pagas e os descontos efetuados, incluindo o valor a ser recolhido ao FGTS, observado o parágrafo único do artigo 464 da CLT.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

As empresas farão adiantamento de cinquenta por cento do 13º salário, aos empregados que o requeiram, na forma e tempo legais.

### **CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO**

Fica assegurada a possibilidade de a empresa pagar o 13º salário em uma única parcela, apazando-se, então, como data limite 14/12/2020 e 13/12/2021, ficando certo que a presente fixação não colide com o estabelecido na cláusula 8ª.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

**Parágrafo único:** considerar-se-á noturno o trabalho executado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS**

Assegura-se ao vigilante a percepção do adicional de periculosidade ou adicional de insalubridade na forma e limites da lei e deste instrumento exclusivamente, ajustado que os percentuais incidirão sobre o salário-base e o salário mínimo legal, respectivamente.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE MERCADO**

Fica instituído o vale mercado, que não representará qualquer custo, direto ou indireto, à empregadora, equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do salário do trabalhador.

**Parágrafo primeiro:** a adoção do vale mercado, sem qualquer natureza salarial, pois integralmente suportado pelo empregado que o desejar, será obtida via acordo coletivo de trabalho, a ser estabelecido entre o Sindicato dos empregados e a empresa interessada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de registro e depósito da presente convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** no mês de novembro, nos anos de 2020 e 2021, o vale mercado será equivalente a 50% do salário do trabalhador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO**

Aos trabalhadores lotados no setor operacional, fica instituído o vale alimentação mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

- a) o benefício não tem caráter salarial, não se integrando na remuneração do beneficiário para qualquer fim, direto ou indireto, decorrente da relação de emprego;
- b) é expressamente assegurado à empregadora descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT;
- c) o valor individual é fixado em R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos);
- d) a empresa fornecerá um vale por dia efetivamente trabalhado;
- e) os vales serão entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal, iniciando-se, então, quando do pagamento do salário relativo ao mês de 02/2019;
- f) exclui-se dentre os beneficiários da presente cláusula, o empregado que já esteja percebendo alimentação, seja fornecida pela empregadora, seja pela tomadora dos serviços, inclusive por vales ou tíquetes. No caso de fornecimento direto, pela empregadora ou pela tomadora, o desconto ficará limitado à metade do previsto na alínea "b".

**Parágrafo primeiro:** mediante acordo, entre empresa e sindicato profissional, será possível a substituição do vale alimentação pelo vale mercado, aplicando-se a este as mesmas condições previstas na presente cláusula, exceto a data de entrega que passará a ser entre os dias 15 e 18 do mês.

**Parágrafo segundo:** na hipótese de serviço esporádico fora da base, onde lotado o trabalhador, a empresa fornecerá a alimentação, por vale ou outra forma, além daquela referente ao vale aqui especificado, sendo que tal benefício é de caráter indenizatório.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de serviço RA (rendição de almoço), o vale alimentação aqui tratado é fixado em R\$ 17,62 (dezesete reais e sessenta e dois centavos) àquele que cumprir, na referida atividade, jornada de até 04 horas.

**Parágrafo quarto:** o valor do vale alimentação previsto no item "c" da presente cláusula será reajustado, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO EDUCAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTUDANTE

O empregado que faltar ao serviço, para prestar exame vestibular na cidade em que reside, terá sua falta abonada pelo empregador, desde que comprovada a sua participação nas provas.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONVÊNIO SAÚDE

Fica mantido, pelo presente instrumento normativo, o convênio saúde, no valor de R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais), cabendo à empresa, por empregado, uma contribuição mensal de R\$ 70,00 (setenta reais), e ao empregado a contribuição do valor restante, ficando expressamente autorizado o desconto salarial, em folha de pagamento, na rubrica, em favor do sindicato dos trabalhadores, conforme respectivas bases territoriais, visando a assistência médico-ambulatorial a ser por eles concedida, via convênios. Quando o empregado não cometer, no mês, falta ao serviço, seja justificada ou não, o valor a ser pago pela empresa, no mês seguinte, passará de R\$ 70,00 para R\$ 90,00 (noventa reais), com a correspondente diminuição do encargo do empregado, ficando certo que o benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

**Parágrafo primeiro:** a contribuição aqui tratada deverá ser recolhida, pela empresa, até o 6º dia útil de cada mês subsequente, contado a partir de 02/2020, mediante guias próprias, a serem fornecidas pelos sindicatos, conforme respectivas bases territoriais.

**Parágrafo segundo:** fica instituída uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial de vigilante, por mês e por empregado, no caso de descumprimento da presente cláusula.

**Parágrafo terceiro:** assegura-se aos sindicatos obreiros o prazo de até 30 (trinta) dias à inscrição dos novos admitidos, visando o início do fornecimento dos serviços médico-ambulatoriais, previstos na presente cláusula.

**Parágrafo quarto:** as empresas e empregados que já estavam cobertos por convênio saúde, previsto na presente cláusula, poderão, validamente, emigrar à condição nela prevista, sem que tal importe em alteração contratual, ou continuar no plano pré-existente observados os limites máximos de desconto aqui tratados.

**Parágrafo quinto:** as empresas farão a inclusão automática do trabalhador no referido convênio saúde, ficando assegurado ao mesmo o direito de ver-se excluído, cabendo exclusivamente a este, se assim deliberar, requerer, por escrito, perante o seu sindicato de classe. A exclusão só se concretizará após a liquidação de eventuais débitos do trabalhador, por utilização de eventuais serviços até a data do seu requerimento de exclusão, e depois de comunicado do seu sindicato à empresa empregadora, reafirmada a condição de que a exclusão do benefício dependerá sempre de formal e expressa manifestação do trabalhador perante a entidade sindical.

**Parágrafo sexto:** os valores previstos no caput da presente cláusula serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, aos seus sucessores, assim declarados perante a Previdência Social, um auxílio funeral, equivalente a 06 (seis) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial.



**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA POR MORTE OU INCAPACIDADE**

As entidades convenientes mantêm o benefício instituído através do instrumento depositado e registrado no MTE-DRT-PR, em 15.03.2010, sob nº MR000491/2010, regulador da assistência por morte ou incapacidade, atualizando-o por termo aditivo.

**AUXÍLIO CRECHE****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRECHE**

As empresas, legalmente obrigadas à manutenção de creche, poderão firmar convênio substitutivo, na forma da CLT, ou prestar auxílio creche, sem natureza salarial, na forma da norma respectiva.

**Parágrafo primeiro:** em caso de auxílio creche, este fica fixado, por filho, a partir de 01/02/2020, em R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais) sofrendo correção, a partir de então, na mesma forma atribuída ao salário da beneficiária, sendo que nesta exclusiva hipótese o benefício será estendido ao filho até atingimento da idade de um ano.

**Parágrafo segundo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**SEGURO DE VIDA****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURIDADE**

Ao vigilante fica garantida indenização ou seguro de vida de acordo com a legislação vigente (Resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89), salvo existência de um seguro mantido pela empregadora no mesmo valor.

**Parágrafo primeiro:** caso o empregador mantenha seguro de vida em grupo, obrigatório por lei, não será permitido o desconto do mesmo no salário dos seus empregados.

**Parágrafo segundo:** as indenizações decorrentes dos seguros pagos exclusivamente pela empresa, desde que contratados por ela espontaneamente, expressamente excluídos os determinados por lei ou pela presente convenção coletiva, serão dedutíveis de quaisquer valores indenizatórios que sejam declarados pela empregadora ao empregado ou seus herdeiros.

**OUTROS AUXÍLIOS****CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS E RECICLAGENS**

Os exigidos pelas empresas serão por elas custeados sem qualquer ônus para o empregado.

**Parágrafo primeiro:** em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até 75 dias do término de validade do curso, as empresas se obrigam a pagar a reciclagem do empregado dispensado.

**Parágrafo segundo:** não se aplica a hipótese prevista no parágrafo anterior, nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e término da prestação de serviço pela empregadora.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO DAS ARMAS**

Obrigam-se as empresas a fazer revisão das armas dos vigilantes de seis em seis meses.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO INDICIADO**

As empresas assegurarão assistência gratuita e necessária ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder ação penal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do empregador ou de seus clientes, salvo se comprovadamente houver negligência do empregado no exercício de suas funções.

**Parágrafo único:** Na ocorrência de assalto no local onde o vigilante prestar serviços, este terá cobertura médica e psicológica, quando necessário, segundo laudo médico subscrito pelo médico da empresa e do convênio saúde, cabendo a empresa, enquanto perdurar a hipótese, custear o valor total do convênio saúde previsto na cláusula 15ª.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DESEMPREGO**

Em caso de não fornecimento dos formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa e que preencha os requisitos exigidos na legislação pertinente, a empresa será responsável pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a que fizer jus o ex-empregado.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGIME DE TRABALHO SDF**

O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.02.20, ao piso mensal de R\$ 732,85 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R\$ 8,23 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R\$ 219,86 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R\$ 609,90, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R\$ 117,32 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R\$ 101,65 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 19,57 de reflexos do DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R\$ 1.801,14.

**Parágrafo Primeiro:** A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS, observado o par. único do art. 464 da CLT;

**Parágrafo Segundo:** Fica instituído o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

**Parágrafo Terceiro:** Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta na cláusula 5ª quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês, não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita anteriormente.

**Parágrafo Quarto:** O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras.

**Parágrafo Quinto:** As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

**Parágrafo Sexto:** Havendo ponto facultativo, ou aqueles denominados "feriados" ponte, conforme a tradição e prática de cada localidade, o empregado merecerá o salário e reflexos proporcionais estabelecidos na cláusula 3ª, não se considerando tal situação como horas extraordinárias.

**Parágrafo Sétimo:** No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

I- 14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;

II- 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;

III- 06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas.

**Parágrafo Oitavo:** O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

**Parágrafo Nono:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DEFICIENTE FÍSICO E APRENDIZ**

Recomenda-se às empresas, sempre que possível, a contratação de deficientes físicos.

**Parágrafo Único:** Dada as especificidades da profissão de vigilante, conforme Lei Federal nº 7102/83, inclusive pelo uso de porte de arma e dependente de expressa autorização de seu exercício pelo Departamento da Polícia Federal, entre outras disposições normativas, fixam as categorias que, aos fins das cotas dos portadores de deficiência e menores aprendizes, serão considerados os empregos concedidos pela empresa no setor administrativo, excluído assim o operacional.

**MÃO-DE-OBRA FEMININA****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIREITO DAS MULHERES**

Às empregadas fica assegurada a igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CTPS**

Serão anotados, na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida, o salário contratado e as comissões, se existentes, bem como o contrato de experiência com a respectiva duração.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 30 quilômetros da sede do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 30km da sede do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Em caso de rescisão contratual, o empregador se obriga a efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido em lei.

**Parágrafo primeiro:** independentemente das sanções legais, em caso de atraso no pagamento das quantias líquidas e certas, o empregador ficará obrigado a pagar juros de mora ao empregado à razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso, limitada a 25 (vinte e cinco) dias, não se admitindo juros capitalizados.

**Parágrafo segundo:** as empresas se obrigam a pagar as despesas efetuadas pelo empregado, em caso de deslocamento fora da localidade onde presta serviço, quando chamado para o recebimento dos haveres rescisórios.

**Parágrafo terceiro:** na cessação do contrato de trabalho, todo empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais, correspondentes a 1/12 por mês de serviço, salvo os que tenham sido despedidos por justa causa.

**Parágrafo quarto:** concedido o pré-aviso, este deverá obrigatoriamente contar: a) sua forma (se indenizado ou trabalhado); b) a redução da jornada de trabalho, nos termos exigidos pela lei.

**Parágrafo quinto:** nos casos de rescisão por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente fazer constar, na comunicação da mesma, a alínea do art. 482, da CLT, invocada, pena de, não o fazendo, não poder alegá-la em Juízo, presumindo-se injusta a despedida.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO

O empregado admitido para jornada legal na função de vigilante, no lugar de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CERTIFICADO DE FORMAÇÃO

É vedado o exercício da profissão antes da conclusão do respectivo curso. Após, é livre o exercício profissional, sendo que as respectivas empresas, obrigatoriamente, deverão liberar os certificados de formação de vigilantes após os devidos registros.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA

As empresas pagarão todas as despesas feitas pelo empregado, inclusive mudança de móveis e transportes de dependentes, na hipótese de transferência para outra localidade que exija a mudança de domicílio do empregado, desde que a transferência ocorra por iniciativa do empregador ou por mútuo entendimento entre as partes.

**Parágrafo único:** em caso de transferência, o empregado fará jus ao pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), na forma da lei.

### RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As empresas contribuirão, bimestralmente, a partir de março/20, em favor da categoria profissional, com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, destinado à formação do fundo de qualificação profissional, objetivando, entre outras, a realização de cursos de inglês, informática básica, direito penal, direito previdenciário, direito do trabalho e reciclagem ao profissional desempregado associado, visando a melhor capacitação e produtividade dos componentes da categoria.

**Parágrafo primeiro:** O valor a recolher será quitado até o dia 15 do mês em que devido, na proporção de R\$ 3,75 à Federação e R\$ 11,25 à entidade sindical da respectiva base.

**Parágrafo segundo:** As empresas enviarão até o último dia dos meses de março, maio, julho, setembro, novembro e janeiro, os CAGEDs relativos ao mês anterior, diretamente à Federação profissional, cabendo a esta o encaminhamento ao sindicato correspondente à base territorial. O envio dos CAGEDs à Federação poderá ser realizado através do e-mail: [coordcad@fetraispp.org.br](mailto:coordcad@fetraispp.org.br).

**Parágrafo terceiro:** As entidades sindicais profissionais enviarão diretamente as empresas, até o dia 10 dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro, os boletos bancários com os valores devidos ao FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (tomando-se por base o número de empregados da empresa na base territorial da entidade sindical, conforme CAGED por CNPJ do mês anterior ao do pagamento), com vencimento no dia 20 ou primeiro dia útil subsequente dos meses aqui indicados.

**Parágrafo quarto:** Fica estipulada a multa equivalente no valor não recolhido por empregado, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula.

**Parágrafo quinto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A empresa prestadora de serviço ficará desobrigada do pagamento do aviso prévio e indenização adicional (Lei nº 6708/79), na hipótese do término do contrato de prestação de serviços, pelo atingimento do seu prazo, quando o seu empregado, ali lotado, for contratado pela nova empresa prestadora de serviço, no mesmo posto. Mesmo no caso de não ser contratado, a indenização adicional não será devida, na medida em que a terminação do contrato de prestação de serviços da empregadora, pelo atingimento do seu prazo, não é considerada como atitude que obste o atingimento da data-base.

## ESTABILIDADE APOSENTADORIA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações: pré-aposentadoria: para o empregado que, comprovadamente, contar ou vier a contar com vinte e nove ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária e um ano de serviço na empresa, será garantido o emprego até a data que completar trinta anos da referida contribuição para aposentadoria proporcional ou trinta e cinco anos da referida contribuição para aposentadoria integral. A comprovação deverá ser feita, perante o empregador e por escrito, até 30 (trinta) dias após o implemento dos referidos requisitos, sob a pena da insubsistência da cláusula;

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

**Parágrafo Único:** Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DO TRABALHO

Ao empregado sem posto fixo de trabalho, o volante ou o coringa, será considerado como horário de início da jornada de trabalho aquele em que o mesmo tiver de comparecer à central, sede da empresa, ou local por ela determinado para que ele se apresente.

**Parágrafo Único:** Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica facultada às partes a adoção de regime de compensação de jornada, desde que atendidas às condições legais e as estabelecidas nesta cláusula (ressalvada expressamente a hipótese prevista na cláusula 37ª, pois objeto de tratamento normativo específico, regulando o regime de 12x36).

I - o horário de compensação, compreendendo horário de início, término e intervalo, deverá estar previsto em acordo individual firmado entre empregado e empresa ou acordo coletivo, neste caso homologado pelo Sindicato dos empregados;

II - a compensação deverá ocorrer dentro da mesma semana que tiver sido prorrogada a jornada;

III - a jornada diária, para efeito de compensação, poderá ser acrescida de duas horas no máximo, observada a carga diária normal de 08 horas e semanal de 44 horas;

IV - fica possibilitada adoção da denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador e desde que não se ultrapasse a jornada diária de 10 horas;

V - em qualquer hipótese adotada, serão garantidos os intervalos constantes dos artigos 66, 67 e 71, da CLT, somente sendo considerada "folga" o período de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas de descanso;

VI - pela presente convenção coletiva de trabalho, e nos estritos termos legais, fica ainda a empresa autorizada a ajustar com o seu empregado o regime de compensação, previsto no art. 59, da CLT.

VII - considerando a peculiaridade da profissão de vigilante, inclusive quanto ao fardamento e a proibição de seu uso fora de serviço, estabelecem as partes que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite diário de vinte minutos;

VIII - a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de

compensação de horas estabelecido no presente instrumento;

IX – aos fins do inciso anterior, deverá a empresa comprovar o evento através dos controles de ponto dos respectivos vigilantes e boletim de ocorrência específico por eles também assinados, restrito ao mesmo posto de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 12X36**

As entidades sindicais que firmam o presente instrumento, respaldadas pela manifestação expressa das categorias por elas legalmente representadas e com apoio no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, resolvem pactuar o regime de trabalho de 12x36 horas, mediante as condições seguintes: a) a jornada de trabalho dos vigilantes armados, desarmados e aos lotados no setor operacional, poderá ser pactuada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso; b) o implemento do referido regime de trabalho fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, de forma direta, ajustarem sua adoção; c) no regime aqui estabelecido, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, não será devido o pagamento de hora extra, inclusive na semana em que for ultrapassado o limite de 44 horas semanais, à face da compensação; d) em face do presente instrumento fica estabelecido que, no regime de 12x36 – ainda que cumprido em horário noturno –, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos, garantido, sempre, o adicional noturno respectivo.

**Parágrafo único:** As partes convenientes respaldadas pela manifestação de suas respectivas categorias, e com apoio no art. 7º, incisos VI e XXVI, da Constituição Federal, deliberam, quanto ao regrado na alínea "d", da presente cláusula, que se submetem à decisão judicial proferida nos autos sob nº TRT-PR-AR-329/2001, já com trânsito em julgado.

### **FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência de trinta dias, mediante recibo.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual a cada trabalhador, quando assim exigido pela legislação.

### **UNIFORME**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME**

Em caso de exigência de uniforme, o custo deste será de responsabilidade do empregador, obrigando-se o empregado a devolvê-lo no estado em que se encontrar, no momento da rescisão do contrato.

**Parágrafo primeiro:** cada conjunto de uniforme conterà obrigatoriamente: uma jaqueta, duas camisas e duas calças.

**Parágrafo segundo:** o empregador fornecerá um par de sapatos, ou coturno, por ano, a cada trabalhador obrigado a usar uniforme.

**Parágrafo terceiro:** o uniforme deverá ser adequado ao clima, inclusive com adaptação do tecido utilizado.

### **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

As empresas enviarão ao Sindicato dos empregados, conforme base territorial, cópias das comunicações de acidentes de trabalho enviadas ao INSS, até o 5º dia da emissão da CAT.

### **RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE QUE PERMANECE NA EMPRESA**

Sem perda do posto de trabalho efetivo, os dirigentes sindicais eleitos serão liberados por até 14 (catorze) dias, sucessivos ou alternados, a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo dos seus salários, para que possam comparecer em assembleias, congressos, cursos e negociações coletivas da categoria, desde que haja comunicação prévia.

### **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a estabilidade provisória de dirigente sindical, para os membros efetivos e suplentes das diretorias de sindicato profissional, desde que o respectivo sindicato comunique a empresa, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do empregado e, em igual prazo, a sua eleição e posse.

**CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas procederão aos descontos, em folha de pagamento, a critério dos Sindicatos de empregados, mediante autorização escrita do trabalhador, ficando obrigadas a fazer o repasse, para a entidade sindical beneficiada, no primeiro dia útil após o pagamento do salário.

**Parágrafo primeiro:** as empresas encaminharão, mensalmente, para o Sindicato ou associação profissional de empregado, relação nominal dos associados que tiveram desconto da mensalidade, em folha de pagamento, bem como dos empregados desligados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do pagamento do salário.

**Parágrafo segundo:** a empresa que tiver que remeter numerário proveniente de mensalidade à entidade sindical com base territorial diversa da sua matriz, deverá fazê-lo de forma antecipada, por remessa postal, a fim de que o valor devido seja recepcionado até o prazo acima pactuado.

**Parágrafo terceiro:** fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) do valor devido, no caso da empresa não observar o prazo de repasse fixado no "caput" da presente cláusula.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Tendo em vista a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, nos termos do aprovado nas assembleias dos trabalhadores, e visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período compreendido pela vigência desta Norma Coletiva (CCT), serão devidas por cada empregado integrante da categoria profissional e beneficiado por este instrumento normativo, as seguintes contribuições negociais/assistenciais em favor das entidades sindicais profissionais representativas e manutenção do sistema confederativo, sendo garantido aos não associados que assim desejarem, o direito de oposição fundamentada e individual, tudo de acordo com as condições que seguem:

Aos Sindicatos Profissionais de **Curitiba e Foz do Iguaçu:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 10,00 (dez reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Ao Sindicato Profissional de **Cascavel:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 13,00 (treze reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Aos Sindicatos Profissionais de **Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Pato Branco e Paranaguá:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial a ser paga em seis parcelas (três a cada ano), sendo quatro de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), a serem descontados nos meses de maio e agosto de cada ano, pelos empregadores e repassados à entidade sindical respectiva, e duas no percentual de 1% da remuneração do trabalhador, a ser descontada no mês de agosto de cada ano, sendo estas revertidas à Federação Profissional;

Na base territorial do Sindicato Profissional de **Londrina:** será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, no mês de agosto de cada ano, a contribuição assistencial/negocial correspondente a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Estipula-se que a obrigação das empresas estabelecida nesta norma coletiva, compreende apenas o compromisso de recolher e repassar as contribuições fixadas pelas assembleias dos empregados da categoria beneficiados pela norma, sem qualquer participação, interferência ou responsabilidade quanto ao ato de criação e fixação das referidas contribuições; sendo que, dessa forma, obrigam-se as empresas a recolher as contribuições profissionais aos sindicatos e Federação respectivos, no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto de cada parcela e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5,0% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

**Parágrafo Segundo:** No mesmo prazo previsto para o recolhimento/repasse acima, obrigam-se as empresas a fornecer às Entidades Sindicais respectivas, a relação completa dos empregados a que se refere o valor descontado, sob pena de incorrerem em multa de 5% incidente sobre o total devido a título de recolhimento/repasse.

**Parágrafo Terceiro:** A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa inadimplente ou em atraso, assim como tomar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra eventual

apropriação indébita, e bem assim tomar as medidas adequadas com respaldo jurídico para repelir o cerceio ao livre exercício da atividade sindical e eventual abuso de poder econômico; tudo com base em estritos fundamentos legais.

**Parágrafo Quarto:** A fundamentação do pedido de oposição às contribuições, que passa a ser aqui exigida, encontra motivação no fato de que a entidade sindical necessita ter ciência das razões pelas quais o beneficiado pela norma coletiva firmada se recusa a contribuir, mesmo tendo ciência de que a contribuição é a única forma do não associado efetivamente contribuir para a manutenção do sistema de proteção que o ampara e acresce direitos à esfera jurídica de sua categoria.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer alteração legislativa ou regulamentação acerca da matéria em questão que venha a ocorrer na vigência da presente norma coletiva, implicará na análise sobre a eventual necessidade de revisão desta Cláusula.

**Parágrafo Sexto:** As eventuais oposições individuais, devidamente fundamentadas dos não associados/filiados serão recebidas até o dia 10 do mês relativo à cobrança, mediante protocolo pessoal de documento escrito de próprio punho na sede do sindicato.

**Parágrafo Sétimo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL**

As empresas representadas pelo sindicato patronal, associadas ou não, recolherão o valor equivalente a quatro pisos salariais do vigilante, à conta de contribuição assistencial. O valor deverá ser recolhido até o 5º dia útil de abril/2020 e 2021, mediante guias próprias a serem fornecidas pela entidade sindical patronal.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas de Segurança Privada do Estado Paraná deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, inclusive decisão da assembleia geral da categoria econômica, cujo valor, também determinado em assembleia da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em dezembro de 2019, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será: O resultado da multiplicação do número de vigilantes por R\$ 12,00 (doze reais), sendo que o valor encontrado deverá ser pago em parcelas, com vencimento em 30/07, 30/08, 30/09 e 30/10/20, ou primeiro dia útil subsequente. Ainda à conta do ano de 2021, igual valor, sobre o quantitativo em dezembro de 2020, a ser pago em parcelas vencíveis nos mesmos dias e mês do ano de 2021.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As empresas remeterão ao sindicato patronal, no prazo máximo de 30 dias, após o mês de referência da contribuição, a cópia da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical – GRCS quitada.

**Parágrafo único:** O Sindicato Patronal encaminhará ao Ministério do Trabalho a relação das empresas que não comprovaram recolhimento da Contribuição Sindical através do encaminhamento da cópia da guia GRCS, até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS**

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, quando mais benéficas ao empregado, prevalecerão sobre a presente convenção coletiva e na interpretação desta ou de legislação vigente. Havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS**

Fica instituída a mediação privada dos conflitos individuais e coletivos, que atuará por uma comissão composta por 01 (um) representante do SINDESP e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores, atuando na base territorial estadual, para acompanhamento de eventuais conflitos individuais e coletivos entre empresas e seus empregados, objetivando a sua solução e evitando ajuizamento de ações trabalhistas contra as empresas associadas ao SINDESP.

**Parágrafo primeiro:** quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

**Parágrafo segundo:** as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pelas partes signatárias da presente convenção, ficam mantidas, na forma do instrumento lavrado em 16.05.2000 e regularmente depositado e registrado na DRT-Pr., em 22.05.2000, sob nº 46212.009388/00-01, pelo tempo de vigência da presente CCT. No prazo de 30 dias, as partes fixarão o local, dias e horários de funcionamento, lavrando termo escrito.

**APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO**

Faculta-se o estabelecimento de SESMT coletivo, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente entre as entidades sindicais em instrumento específico.

**DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA E PENALIDADES**

Fica estabelecida multa equivalente a meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do prejudicado, pelo descumprimento de uma das seguintes cláusulas: 03 (três), 04 (quatro), 20 (vinte), 41 (quarenta e um) e 45 (quarenta e cinco), a partir de 1º.02.2020. Especificamente para o item 03.3, a multa equivalerá a dois pisos salariais do vigilante nela tratado. Às demais cláusulas, excetuadas aquelas que já tragam multa própria, em caso de descumprimento, fica instituída a multa no importe de meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do empregado, por descumprimento. Para que tal multa seja exigível se faz necessário que haja comunicação ao empregador para que este, em 48 horas, improrrogáveis efetue as respectivas regularizações em caso de ainda estarem vigentes os respectivos contratos de trabalho, possibilitando a regularização.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Por ocasião da entrega da RAIS, as empresas enviarão cópia ao Sindicato dos empregados. Ainda, a cada três meses, contados de 1º.02.2020 e durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas enviarão cópia da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei 4923/65, relativamente a todos os meses componentes do trimestre, apazando-se a tanto até o 5º dia após o prazo legal àquela entrega. Ante o contido na cláusula 24, do presente instrumento, as empresas também comunicarão o número de empregados envolvidos no regime SDF.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIREITO DE AFIXAÇÃO**

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão, em local de fácil acesso aos trabalhadores, quadro de avisos, para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que autorizados pelas empresas.

**Parágrafo único:** Comprometem-se as partes a divulgar os termos dos mesmos a seus representados, empregados e empregadores.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLAUSULAÇÕES ESPECIAIS**

As entidades que firmam o presente instrumento comprometem-se, no prazo de 90 dias, contado a partir de 01.02.2020, após discussão com a categoria profissional, a discutir sobre as seguintes questões, objetivando inseri-las em acordo coletivo de trabalho: a) redução da multa por despedida imotivada do FGTS, nos casos de perda do contrato pelo empregador, sendo o trabalhador transferido mantido por outra empresa no mesmo posto de serviço, com garantia de emprego por no mínimo 90 dias; b) obrigação patronal de arcar com a sua cota-parte no "convênio saúde", tratado na cláusula 15, independentemente da vinculação do seu trabalhador; e) estabelecimento do regime especial de trabalho de 5ª a sábado e feriados em estabelecimento noturnos, nos moldes do já preexistente regime SDF; c) trabalho intermitente referido na Lei nº 13.467/17 e Medida Provisória nº 808/17; d) adoção de regras e contraprestação para o trabalho em "eventos"; e) termo de quitação anual; f) vale alimentação para trabalhadores com jornada de até 6 (seis) horas.

**Parágrafo único:** Considerando a data do encerramento da presente negociação, ajustam as partes que todas e quaisquer diferenças de verbas, dadas como devidas a partir de 01/02/2020, poderão ser pagas pelas empresas juntamente com os salários de março/20, sem qualquer acréscimo de juros ou multa.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANILHA DE CUSTOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU, de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de segurança privada no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços de segurança, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE**



As empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios, promovidos pela administração pública, e contratações privadas, certidões de regularidade, expedidas pelo sindicato patronal e sindicato laboral, conforme base territorial.

**Parágrafo único:** para a obtenção das certidões, a empresa deverá comprovar, com antecedência e no ato do seu requerimento, sua regularidade no que tange às contribuições sindicais, cabendo às entidades sindicais a expedição do documento em até 48 horas do protocolo.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - REVOGAÇÃO**

À face da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica revogado o instrumento registrado no MTE em 27/02/2018 sob nº **46212.001657/2019-18**.

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E**  
**EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA**

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG**  
**TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE**

**JOSE NILSON RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA**

**JOSE MARIA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA**

**EDSON DAVID COELHO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA**

**CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS**  
**EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO**

**ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE**  
**SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO**

**ORLANDO LUIZ DE FREITAS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE**  
**SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO**

**ADALBERTO ALVES PEREIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL,**  
**ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO**

**ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA**

#### **ANEXOS** **ANEXO I - ATA FETRAVISPP**

[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO II - ATA SEESVC**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO III - ATA SINDVEL**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO IV - ATA MARINGA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO V - ATA PONTA GROSSA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VI - ATA SINDSFOZ**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VII - ATA PATO BRANCO**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VIII - ATA LONDRINA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO IX - ATA PARANAGUÁ**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO X - ATA UMUARAMA**[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



## Relatório de Cotação: cotação rápida 210

Pesquisa realizada entre 20/08/2021 10:35:50 e 20/08/2021 10:56:30

Relatório gerado no dia 25/08/2021 10:02:03 (IP: 187.109.103.183)

### Item 1: serviço de vigilância armada

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	TOTAL
1 / 10	1	R\$ 330.315,03 (un)	R\$ 330.315,03
Valor Global:			R\$ 330.315,03

## Detalhamento dos Itens

### Item 1: serviço de vigilância armada

Preço Estimado: R\$ 330.315,03 (un)

Média dos Preços Obtidos: R\$ 330.315,03

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da gerência regional da anatel no estado do paraná - gr03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.	

### Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Finais

R\$ 330.315,03

Órgão: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Agência Nacional de Telecomunicações

Escritório Regional 3 - ANATEL

Data: 27/04/2021 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

**Objeto:** Serviços de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03.

Identificação: N°Pregão:22021 / UASG:413004

Lote/Item: /1

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 12/05/2021 18:44

Homologação: 12/05/2021 18:45

**Descrição:** SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1

Unidade: Posto

UF: PR

CatSer: 24015 - Serviço de vigilância armada

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
25.219.005/0001-30 * VENCEDOR *	CEVIPA - CENTRAL DE VIGILANCIA PATRIMONIAL - EIRELI	R\$ 318.899,00



**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Endereço:**

RUA ISAIAS REGIS DE MIRANDA, 210

**Telefone:**

(43) 3305-8700

**Email:**

cevipa.patrimonial@outlook.com

05.338.024/0001-79 GENESY - VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL - EIRELI

R\$ 318.900,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Estado:**

PR

**Cidade:**

Curitiba

**Endereço:**

R TENENTE FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, 3988

**Telefone:**

(41) 3042-2326

**Email:**

ana\_claudiapalhano@hotmail.com

14.576.552/0002-38 ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

R\$ 327.890,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Endereço:**

RUA CHILE, 1103

**Nome de Contato:**

RONALDO

**Telefone:**

(47) 3461-4200

**Email:**

licitacoes@orbenk.com.br

13.050.015/0001-06 L A S - SEGURANCA LTDA

R\$ 329.643,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Descrição: Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Endereço:**

R SAO PAULO, 3520

**Telefone:**

(43) 3542-6548/ (43) 3542-1843

11.933.418/0001-78 SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA - EIRELI

R\$ 330.121,92

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Estado:**

PR

**Cidade:**

Curitiba

**Endereço:**

RUA AMAZONAS DE SOUZA AZEVEDO, 328

**Telefone:**

(41) 3049-0909

**Email:**

fabricio@grupossegplus.com.br

11.505.728/0001-91 FORTE ARARUAMA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

R\$ 331.359,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Endereço:**

RUA GOMES DE MATOS, 128

**Telefone:**

(21) 5555-5555

09.039.434/0001-70 EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI

R\$ 331.400,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.**Estado:**

PR

**Cidade:**

Curitiba

**Endereço:**

R DIAS DA ROCHA FILHO, 503

**Nome de Contato:**

Dayane Thalita Oliveira

**Telefone:**

(41) 3052-2006

**Email:**

contratos@grupoequip.com.br

15.562.375/0001-12 MAC VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

R\$ 337.000,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anate I no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

Endereço:

R SAO VICENTE, 449

Telefone:

(43) 3037-0906

Email:

meryking@hotmail.com

15.247.008/0001-24 CURITIBANA VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI

R\$ 337.000,00

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

**Descrição:** Contratação dos serviços de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Estado:**

PR

**Cidade:**

Curitiba

**Endereço:**

RUA THOMAS EDISON, 284

**Telefone:**

(41) 3363-5215

**Email:**

adm@vigilanciacuritiba.com.br

10.565.495/0001-50 ASE VIGILANCIA LTDA

R\$ 340.937,40

**Marca:** Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

**Descrição:** Serviço de vigilância armada ostensiva, 24 (vinte e quatro) horas diárias, 7 (sete) dias por semana, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, e de vigilância desarmada, 44 horas por semana, de segunda-feira a sexta-feira, para as dependências do edifício sede da Gerência Regional da Anatel no Estado do Paraná - GR03, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

**Estado:**

PR

**Cidade:**

Curitiba

**Endereço:**

R IMACULADA CONCEICAO, 106

**Telefone:**

(41) 3032-4661



*ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.*

Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

#### Item 1 - serviço de vigilância armada

- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 27/04/2021, calculado pela fórmula Média das 10 Melhores Propostas Finais.

#### DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS



MAPA DE PREÇOS										
ITEM	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	IGUASSEG	TRIAD	ATENAS	BANCO DE PREÇOS	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL MENSAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
001	7202155468	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8	R\$ 652.118,16	R\$ 591.061,44	R\$ 716.331,53	R\$ 660.630,06	R\$ 54.586,28	R\$ 655.035,30

Obs.: A pesquisa no banco de preços gerou o preço estimado anual de R\$ 330.315,03 para 1 posto 24 horas.

O valor foi multiplicado por 2, pois necessitasse de 2 postos de 24 horas, logo obteve-se o valor de R\$ 660.630,06

O Valor máximo total aceitável foi obtido através da fórmula da média entre os preços coletados.

O Valor máximo mensal aceitável foi obtido através da fórmula do valor total global dividido pela quantidade de meses que é 12, arredondando-se para 2 casas decimais.

Sendo utilizado o valor global total anual de **R\$ 655.035,36** , pelas questões do arredondamento, pois ao multiplicar o valor mensal por 12 obtêm-se esse valor.

**ANEXO FINAL**

<b>ITEM</b>	<b>CÓDIGO CONIMS</b>	<b>DESCRIPTIVO</b>	<b>QUANTIDADE (MESES)</b>	<b>QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS</b>	<b>VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL</b>	<b>VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)</b>
001	7202155468	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8	R\$ 54.586,28	R\$ 655.035,36





**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR  
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550  
E-mail: conims@conims.com.br Site: <http://www.conims.com.br>

Página: 1/1

**Solicitação de Contratação de materiais e serviços Nº 220/2021**

<b>Solicitante:</b>	Samir Rodrigo Kalinoski	<b>Data da Solicitação:</b>	30/09/2021
<b>Organograma:</b>	0100100001 - Administração		
<b>Local de Entrega:</b>	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS		
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados		
<b>Justificativa:</b>			
<b>Observações:</b>			
1	7202155468-1	12,000 MES Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	54.586,2800 655.035,36
<b>Preço Total:</b>			655.035,36

Pato Branco/PR, 30 de Setembro de 2021.

.....  
Samir Rodrigo Kalinoski



## PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

[X] - Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo

[ ] - Não há recursos orçamentários para pagamento das obrigações

**Processo Administrativo:** 159/2021

**Modalidade:** Pregão eletrônico

**Data do Processo:** 30/09/2021

**Objeto do Processo:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

Recursos orçamentários: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Cod.	Descrição da Despesa	Máscara	Fonte	Valor Estimado
10	Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.00	00076101002060500	R\$ 327.517,68
34	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III	03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.00	00076101002060500	R\$ 327.517,68

Total Geral: R\$ 655.035,36



**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR  
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550  
E-mail: conims@conims.com.br Site: www.conims.com.br

Pág. 1 de 1

## **AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**

Os responsáveis por esta entidade, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Nr. 8.666/93 e suas alterações legais, resolve:

1 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

**Processo Administrativo:** 159/2021  
**Modalidade:** Pregão eletrônico  
**Forma de Julgamento:** MENOR PREÇO UNITARIO  
**Forma de Pagamento:** ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS POSTERIOR A EXECUÇÃO  
**Prazo de Entrega:** 10 dias úteis  
**Local de Entrega:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS  
**Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.  
**Observações:**

Recursos orçamentários: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
01.001	Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.00	R\$ 655.035,36
Total Entidade:			R\$ 655.035,36
Total Entidade:			R\$ 655.035,36

Pato Branco / PR, 30 de Setembro de 2021

**IVETE MARIA LORENZI**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA**

**PAULO HORN**  
**PRESIDENTE**

**ATO DE CONSÓRCIO**  
**Resolução nº 161/2020**

Dispõe sobre a composição do quadro de Pregoeiros e Equipe de Apoio e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público:

**CONSIDERANDO** a necessidade da designação de Pregoeiro e equipe de apoio nos termos da Lei n.º 10.520/2002, para dar andamento aos processos na modalidade Pregão;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Indicar a composição do quadro de Pregoeiros e Equipe de Apoio do Consórcio Intermunicipal de Saúde:

NOME	CPF	CARGO
Lhuanna Gabriela Vardanega Perico	079.734.929 (...)	Pregoeira
Marcos José Brandoli de Lima	064.270.929 (...)	Pregoeiro
Samir Rodrigo Kalinoski	840.003.849 (...)	Equipe de Apoio

**Art. 2º** A Comissão poderá solicitar a qualquer momento esclarecimentos e parecer de profissionais de diversas áreas, a fim de sanar dúvidas técnicas pertinentes à elaboração e avaliação das peças dos pregões, quando o objeto assim exigir.

**Art. 3º** Os Pregoeiros e a Equipe de Apoio serão responsáveis pelo recebimento, análise de aceitabilidade e classificação de propostas e lances, verificação de condições de habilitação e formalização de adjudicação, bem como todos os demais atos necessários para o desenvolvimento das licitações na Modalidade Pregão.

**Art. 4º** Revoga-se a Resolução nº 103 de 10 de junho de 2020.

**Art. 5º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 05/09/2020.

Pato Branco/PR, 08 de setembro de 2020.

**ALTAIR JOSÉ GASPARETTO**  
**PRESIDENTE**

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 036/2021**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**

### 1. PREÂMBULO

**1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio da Comissão Permanente de Pregões, devidamente autorizado por seu Presidente Sr. Paulo Horn, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital, seus anexos e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993; torna pública a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS**, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**1.2.** O processo será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal COMPRASNET através do sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), conforme data e horário definido abaixo:

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**18 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 09H00MIN**

**UASG: 926782 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**

**1.3.** Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado conforme Resolução do CONIMS.

**1.4.** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos endereços eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br) no link licitações.

**1.5.** Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de lotes ou itens, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação do processo de licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

**1.6.** Ao aderir ao certame, os Licitantes participantes se declaram cientes que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra do processo licitatório será disponibilizada no Portal de Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica

descritas no Edital, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

## **2. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ESCRITA, DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1.** O recebimento da proposta escrita, da documentação de habilitação, a abertura da sessão pública e a disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

**2.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 18 de OUTUBRO de 2021 às 09h00min, no site** <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, nos termos e condições descritos neste Edital.

## **3. OBJETO**

**3.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**3.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.

## **4. DA VISTORIA**

**4.1.** As empresas interessadas em participar desta licitação poderão realizar vistoria nos locais onde serão executados os serviços, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

**4.2.** A vistoria deverá ser agendada via telefone ao Setor de Licitações: (46) 3313-3550 e realizada em dias úteis, das 08:30 às 11:30h e das 14:30 às 16:30h, até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização do certame.

**4.3.** A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

## **5. VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**5.1.** O preço máximo global total/anual admitido para a contratação do serviço, acrescido dos encargos devidos é de R\$ 655.035,36 (seiscentos e cinquenta e cinco mil e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).

**5.2.** O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL PARA O ITEM (VALOR ANUAL)**, observado as especificações técnicas constantes no ANEXO I - Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.

**5.3.** Caso as proponentes apresentem propostas com valores acima do estipulado no termo de referência, e não ajustem os valores na sessão de lances, as mesmas serão desclassificadas após a fase de lances.

## **6. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**6.1.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao presente Edital poderão ser feitas até as 17 horas, até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

**6.2.** As impugnações e os pedidos esclarecimentos sobre o conteúdo do Instrumento Convocatório e seus anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao pregoeiro ou à Equipe de Apoio, protocolados em dias úteis, se físico, no horário das 08h00min às 11h:00min, e das 14h:00min às 16h:00min, na Rua Afonso Pena, n.º 1902, 4º andar, Setor de Protocolo, Bairro Anchieta, na cidade de Pato Branco/PR ou encaminhados ao pregoeiro ou à Equipe de Apoio pelo endereço do e-mail: [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br), até as 17 horas.

**6.3.** O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente estar acompanhado de CPF ou RG em se tratando de pessoa física, e de CNPJ em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, em que o procurador deve comprovar que efetivamente representa e possui poderes para representar a impugnante.

**6.4.** Não serão conhecidas as impugnações oferecidas após vencidos os respectivos prazos legais.

**6.5.** O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do CONIMS quanto do emissor.

**6.6.** Procedentes as razões da petição de impugnação contra o ato convocatório e se houver alteração substancial do edital, será designada nova data para a realização do certame.

**6.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

## **7. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**7.2.** Para realizar o procedimento do registro cadastral no SICAF, o Prestador interessado, ou quem o represente, deverá acessar o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital

conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**7.3.** Após o prestador se cadastrar no SICAF, ele deverá fazer o seu Credenciamento/Cadastramento no COMPRASNET.

**7.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão, na forma eletrônica.

**7.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **8.1. Poderão participar deste pregão, os interessados:**

**8.1.1.** Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos.

**8.1.2.** As empresas interessadas em participar deste certame deverão ser especializadas na prestação de serviços de Vigilância Patrimonial; o que será atestado pelo objeto do contrato social e do cartão CNPJ.

**8.1.3.** Estarem oficial e legalmente estabelecidas no País conforme a legislação em vigor e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos e da legislação especial aplicável ao tema.

**8.2.** Os interessados em participar deste processo deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**8.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal n.º 11.488, de 2007 e para o microempreendedor Individual - MEI, nos limites da Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 147/14 e Lei Complementar n.º 155/2016.

### **8.4. Não poderão participar direta ou indiretamente da presente licitação, os interessados:**

**8.4.1.** Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9 da Lei n.º 8.666/1993.

**8.4.2.** Que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV, do art. 87, da lei n.º



8.666/1993.

**8.4.3.** Aqueles incursos na sanção prevista no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/1993, quando aplicadas por este CONIMS.

**8.4.4.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**8.4.5.** Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**8.4.6.** Que estejam reunidos em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição.

**8.5. Como requisito para participação neste pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema aos seguintes requisitos:**

**8.5.1.** Sendo o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 2006 e ulteriores alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

**8.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

**8.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**8.5.4.** Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei de 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**8.5.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**8.5.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

**8.5.7.** Se for o caso, que conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**8.5.8.** Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, sendo o caso.

**8.5.9.** As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais; a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **9. PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do

Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços inicial escrita CONCOMITANTEMENTE com a documentação de habilitação, **a partir da disponibilização no sistema, a qual se dará em 04 de outubro de 2021.**

**9.1.1.** A proposta inicial escrita juntamente com a documentação de habilitação exigida em edital, poderão ser anexadas no sistema até o horário de abertura da sessão pública. Após esse período o sistema automaticamente encerrará esta etapa.

**9.2.** Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e a documentação de habilitação anteriormente apresentadas.

**9.3.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio da fase de lances.

**9.4.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

## **10. PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA**

**10.1.** A proposta de preços escrita **poderá ser preenchida conforme Anexo II deste edital**, vedado conter dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proponente.

**10.2.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

**10.3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00). Valores com 3 ou mais casas decimais não serão arredondados.**

**10.4.** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias constantes neste Edital e seus anexos sob pena de desclassificação da proponente.

**10.5.** Ao pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

**10.6.** A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

**10.7.** Havendo discordância entre os preços unitários e totais, entre os valores expressos e por extenso, prevalecerá o que for mais vantajoso para a administração pública.

**10.8. A proponente deverá fazer sua proposta ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste edital, o atendimento dos seguintes requisitos:**

**10.8.1.** Planilhas com detalhamento dos custos envolvidos, podendo usar como modelo o Anexo III.

**10.8.2. A Convenção, Acordo ou do Dissídio Coletivo de Trabalho que deverá servir de base para a elaboração da proposta, deverá ser a: CCT Profissional dos Empregados em**

Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, com abrangência territorial PR.

**10.8.3.** Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.

**10.8.4.** A licitante deverá arcar com qualquer ônus decorrente de eventuais equívocos quanto ao dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**10.8.5.** Caso eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitante com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

## **11. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA**

**11.1.** Na proposta de preços eletrônica, o licitante deverá descrever resumidamente as especificações do produto ofertado em campo próprio do sistema, conforme número de caracteres permitidos, atentando-se sempre que possível ao descritivo exigido no Termo de Referência - ANEXO I, o qual deverá guardar conformidade na proposta escrita.

**11.2.** As propostas apresentadas com valores acima do máximo aceitável estipulado em edital serão desclassificadas após a fase de lances, caso a proponente não apresente lances diminuindo os valores.

## **12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** No dia **18 de outubro de 2021 às 09h00min**, horário de Brasília – DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), será aberta ao comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**12.2.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**12.3.** Cabe às licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, de sua desconexão ou por

omissão quando chamado à manifestação via "chat".

**12.4.** Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

**12.5.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real de todos os participantes.

**12.6.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**12.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data ou hora marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido pelo Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

### **13. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**13.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**13.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**13.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**13.3.1. O intervalo mínimo (diferença de valores) entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

**13.4.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada** a identificação do ofertante.

**13.5.** Caso o licitante não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

**13.6.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusividade e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**13.7.** O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**13.8.** Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local em que será dado prosseguimento à sessão pública.

**13.9.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

**13.10.** Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**13.11.** As propostas de pessoas jurídicas qualificadas como microempresa ou empresas de pequeno Porte que se encontrem na faixa de 5 % (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preços, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**13.11.1.** A melhor classificada nos termos do item acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior da primeira colocada, no prazo de (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

**13.11.2.** Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**13.11.3.** O disposto nos subitens acima somente será aplicável quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### **14. MODO DE DISPUTA**

**14.1.** Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**14.1.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**14.1.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**14.1.3.** Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

**14.1.4.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

#### **15. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**15.1.** O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços razoáveis praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado,

afetado mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, a qual poderá, a critério do pregoeiro, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas de modo a evidenciar a economicidade da contratação.

**15.2.** Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação.

**15.3.** Será considerada inexequível a proposta que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

**15.4.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**15.4.1.** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

**15.4.2.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**15.4.3.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**15.4.4.** A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

**15.4.5.** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**15.4.6.** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **16. HABILITAÇÃO**

**16.1.** Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados concomitantemente com a proposta escrita, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública, conforme segue:

**16.1.1.** Habilitação Jurídica.

**16.1.2.** Qualificação Econômico – Financeira.

**16.1.3.** Regularidade Fiscal e Trabalhista.

**16.1.4.** Regularidade Técnica.

**16.2.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

**16.2.1.** Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de enviar a proposta de preços atualizada ou não atender as exigências habilitatórias, o pregoeiro a DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**16.2.2.** A habilitação dos licitantes, referente **somente** aos documentos de **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição no SICAF, desde que os mesmos estejam validados e atualizados. Os demais documentos exigidos neste Edital deverão ser anexados no sistema compras governamentais, anteriormente à abertura da sessão pública juntamente com a proposta de preços escrita, sob pena de inabilitação.

### **16.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**16.3.1.** Cédula de identidade (RG) e CPF dos proprietários.

**16.3.2.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**16.3.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

**16.4.1.** CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório.

**16.4.2.** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) vigentes, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório.

**16.4.3.** As empresas licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**16.4.4.** Para fins de comprovação de enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será considerado o Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**16.4.5.** Para fins de comprovação de MEI (Microempreendedor Individual), se optante pelo SIMPLES, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei); não sendo optante pelo SIMPLES, a Autodeclaração de seu enquadramento, sob as penas da lei.



## **16.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**16.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro De Pessoa Jurídica – CNPJ.

**16.5.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

**16.5.3.** Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, relativo aos tributos relacionados com o objeto licitado.

**16.5.4.** Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

**16.5.5.** Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

**16.5.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

**16.5.7.** Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016 e ulteriores alterações, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando qualquer restrição;

**16.5.7.1.** Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2016 e ulteriores alterações, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**16.5.7.2.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**16.5.8.** Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

## **16.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.6.1.** Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

**16.6.1.1.** Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou prestação de serviço de vigilância patrimonial no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto deste certame.

**16.6.1.2.** Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão



conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

**16.6.2.** Autorização de Funcionamento para o Exercício de Atividade de Segurança Privada emitida pela Polícia Federal.

**16.6.3.** Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado em Edital.

**16.6.4.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**16.6.5.** O não atendimento das exigências constantes no item 16 do edital implicará na inabilitação da proponente.

## **17. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**17.1.** Documentos complementares à proposta e à habilitação quando necessários à complementação de informações daqueles exigidos no edital e já apresentados, poderão ser solicitados pelo pregoeiro e deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, respeitando-se o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro no sistema, em horário útil e enquanto houver expediente na unidade licitante, sob pena de inabilitação.

**17.1.1.** Considerar-se-á como documentação complementar:

**17.1.2.** Proposta ajustada, Planilha de detalhamento dos custos e cópia da respectiva Convenção de trabalho.

## **18. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**18.1.** A habilitação do licitante poderá ser verificada por consulta online ao SICAF **somente** quanto aos documentos comprobatórios da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**.

**18.2.** Os demais documentos exigidos neste Edital, deverão ser anexados no sistema comprasgovernamentais.gov.br, sob pena de inabilitação da proponente.

**18.3.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta a respectiva documentação, atualizada.

**18.4.** Será verificado se o licitante possui alguma restrição de licitar ou contratar com a administração pública, no SICAF e/ou no TCU (Tribunal de Contas da união) e/ou no TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

**18.4.1.** Caso o licitante possua registro de inidoneidade, em qualquer ente da administração pública (federal, estadual ou municipal), o mesmo será excluído do certame.

**18.4.2.** Registros de suspensão, em qualquer órgão que não o CONIMS, não impedem a participação no certame.

**18.5.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro analisará a documentação de habilitação do proponente remanescente e, se necessário, observada a ordem decrescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

## **19. RECURSOS**

**19.1.** Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**19.2.** A falta de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

**19.3.** Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**19.4.** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**19.5.** O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**19.6.** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o pregoeiro terá até 5 (cinco) dias úteis para:

**19.6.1.** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

**19.6.2.** Motivadamente, reconsiderar a decisão.

**19.6.3.** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.

**19.7.** O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.8.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o processo licitatório para determinar a contratação.

**19.9.** Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

## **20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**20.1.** Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

**20.1.1.** Se o primeiro proponente classificado não atender as exigências de habilitação,

será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

**20.2.** A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

**20.2.1.** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à contratação do objeto licitado.

## **21. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**21.1.** Após a adjudicação e a homologação, a contratação dar-se-á mediante termo de contrato a ser firmado entre o CONIMS e a proponente vencedora da licitação, cuja minuta constitui o ANEXO IV.

**21.2.** O contrato da prestação de serviços será enviado ao licitante por e-mail devendo retornar assinado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a confirmação do recebimento do correio eletrônico pela licitante.

**21.3.** Caso a proponente vencedora do certame se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais licitantes conforme a ordem de classificação.

## **22. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**22.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art. 57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.

## **23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**23.1.** As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **24. RESCISÃO**

**24.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**24.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei

8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba ao contratado direito a qualquer indenização.

**24.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**24.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**24.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**24.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**24.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**24.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**24.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**24.2. A rescisão contratual pode ser:**

**24.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**24.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**24.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

**25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1.** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no endereço eletrônico [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br) no link Licitações.

**25.2.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Consórcio não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução do resultado do processo licitatório.

**25.3.** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**25.4.** Com fundamento na forma ao art. 43§ 3º da Lei Federal n.º 8.666/1993, é facultado ao pregoeiro ou a autoridade competente em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria contar do processo desde a realização da sessão pública.

**25.5.** Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo pregoeiro.

**25.6.** Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.

**25.7.** No julgamento das propostas da habilitação, o pregoeiro poderá relevar omissões

puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

**25.8.** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

**25.9.** Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

**25.10.** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

**25.11.** Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado.

**25.12.** O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

**25.13.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data ou hora marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**25.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no CONIMS.

**25.15.** As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, deste que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

## **26. ANEXOS**

**26.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Modelo da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

ANEXO IV – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

**PAULO HORN**  
**PRESIDENTE**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e anexo I - termo de referência.

#### **2. MOTIVAÇÃO**

**2.1.** Considerando-se que contrato de prestação de serviços nº 21/2018 se encontra em vias de término;

**2.2.** Considerando-se que:

Este CONIMS, atualmente, possui em suas instalações mais de 160 computadores, nos quais são desempenhados os trabalhos para atendimento aos municípios consorciados, desde as licitações até o próprio atendimento em saúde do paciente, em várias áreas, além de manter em seus sistemas e arquivos físicos Prontuários Médicos, controle de contas e pagamentos dos seus prestadores e servidores.

Mais recentemente, foram adquiridos equipamentos para cirurgias de cataratas, como o Facemulsificador e o Microscópio Cirúrgico, que são equipamentos de considerável valor. Ainda há de se destacar o almoxarifado, o qual armazena temporariamente, materiais odontológicos, hospitalares e medicamentos para uso nas suas unidades e nos municípios consorciados.

A sede deste CONIMS conta com área construída de aproximadamente 3 mil metros quadrados, com 5 andares, contendo ainda vários outros equipamentos além dos citados, de importância não só financeira, mas também para a continuidade do serviço de saúde que presta, os quais devem ser mantidos em vigilância constante e preparada para eventual ameaça patrimonial.

A unidade CAPS AD III é gerida pelo CONIMS e mantida, em sua maioria, com recursos federais e regida por Portarias do Ministério da Saúde, as quais exigem o atendimento de uma série de requisitos de ordem estrutural, de funcionamento e da qualificação dos prestadores ali inseridos.

De acordo com o artigo 7º, §4º da Portaria nº 3.088/GM/MD, de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o CAPS AD III, tem as seguintes características:

*"Art. 7º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial.*

*(...)*

*§ 4º Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades:*

*(...)*

V - CAPS AD III: atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades de cuidados clínicos contínuos. Serviço com no máximo doze leitos para observação e monitoramento, de funcionamento 24 horas, incluindo feriados e finais de semana; indicado para Municípios ou regiões com população acima de duzentos mil habitantes; "

O atendimento ali realizado é especializado a pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, financiado pelo governo federal e estadual.

Observa-se, assim, que os pacientes ali internados são, em sua maioria, inseridos ou egressos de ambiente propício à violência (substâncias entorpecentes), sendo especialmente importante que os profissionais responsáveis pela guarda do local estejam aptos ao enfrentamento de situações inerentes a esse contexto, notadamente para proteção da equipe atuante no CAPS e dos pacientes internados.

### 3. QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
001	7202155468	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8	R\$ 54.586,28	R\$ 655.035,36

### 4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1.** Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

**4.1.1.** Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

**4.1.2.** Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

**4.1.3.** Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

**4.1.4.** O item 1 engloba os 2 locais de serviços onde serão alocados os funcionários dispostos pela contratada, visto que os serviços em referência são de igual natureza, e ainda, a contratação de apenas uma empresa facilitará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços contratados.



## **5. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS**

**5.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar de 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**5.2.** Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

## **6. DA JORNADA DE TRABALHO**

**6.1.** Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

**6.2.** O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

**6.3.** O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

**6.4.** O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

## **7. DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS**

**7.1.** A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

**7.1.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa;
- d) 2 (dois) pares de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

**7.1.2.** EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).

**7.1.3.** As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

**7.1.4.** Todos os itens devem ser de boa qualidade e em ótimas condições de uso e respeitar



a legislação vigente.

**7.1.5.** Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar substituição destes, caso os julgue inadequados;

**7.1.6.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

**7.1.7.** A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

**7.1.8.** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

## **8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: [fiscalcontratos@conims.com.br](mailto:fiscalcontratos@conims.com.br) e/ou [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br).

**8.2. Quando do início da prestação dos serviços,** deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

**8.2.1.** Ficha de Registro de Empregado;

**8.2.2.** Carteira de Trabalho;

**8.2.3.** Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

**8.2.4.** Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

**8.2.5.** Atestado de Saúde Admissional;

**8.2.6.** Carteira de vacinação atualizada;

**8.2.7.** Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

**8.3.** Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 8.2 e subitens;

**8.4. Apresentar anualmente,** podendo ser no momento da renovação contratual:

**8.4.1.** Atestado de antecedentes criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná ou do estado onde residiu nos últimos 5 anos, conforme o caso;

**8.4.2.** Atestado de Saúde Ocupacional, conforme a legislação vigente;

**8.5. A contratada deverá encaminhar mensalmente** os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados terceirizados disponibilizados, sendo:

**8.5.1.** Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de

pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

**8.5.2.** Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**8.5.3.** Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

**8.5.4.** Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**8.5.5.** Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**9.1.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

**9.2.** Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para a realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

**9.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**9.4.** Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

**9.5.** Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

**9.6.** Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

**9.7.** Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

**9.8.** Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**9.9.** Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones

e endereço eletrônico;

**9.10.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**9.11.** Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

**9.12.** Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**9.13.** Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

**9.14.** Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**9.15.** Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

**9.16.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

**9.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

**9.18.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

**9.19.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

**9.20.** Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

**9.21.** Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**9.22.** Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais

complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

**9.23.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

**9.24.** Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

**9.25.** Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

**9.26.** Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

**9.27.** A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

**9.28.** A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

**9.29.** Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado formalmente com antecedência;

**9.30.** Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, esta deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

**9.31.** Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

**9.32.** Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;

c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;

d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.

e) E qualquer outra inexecução contratual;

**9.33.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

**9.34.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

**9.35.** Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

**9.36.** Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

**9.37.** Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

**9.38.** Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

**9.39.** Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

**9.40.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**9.41.** Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

**9.42.** Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**9.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:**

- a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando medidas de segurança;
- c) Observar as dependências do estabelecimento,
- d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.
- f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.
- g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.
- h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.
- i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;
- j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.
- k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.
- l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;
- m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;
- n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;
- o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

## **10. VIGÊNCIA**

**10.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo

ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)**

- 11.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;
- 11.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento, pela CONTRATADA do objeto;
- 11.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;
- 11.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;
- 11.5.** Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;
- 11.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1.** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **13. EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 13.1.** A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.
- 13.2.** A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.
- 13.3.** No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) para envio automático no ato de sua emissão.
- 13.4.** As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.
- 13.5.** Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.



#### **14. VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**14.1.** O vencimento se dará até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

**14.2.** O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

**14.3.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**14.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

**14.5.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**14.6.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

**14.7.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

#### **15. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

**15.1.** Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

**15.1.1.** A revisão a que se refere este item poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos



decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**15.1.2.** A revisão não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, sendo vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**15.2.** A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**15.3.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

**15.3.1.** Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

**15.3.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento constante da proposta vencedora, para os custos com a mão de obra, se estiverem vinculados às datases bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação

**15.4.** Nas revisões subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

**15.4.1.** A contratada não fará jus à revisão com efeitos retroativos se não apresentar a solicitação dentro de dois meses após a data de homologação do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no prazo informado.

**15.5.** Sem prejuízo da Revisão contratual, a cada novo ano de vigência, o valor do contrato será objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

## **16. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.1.** O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

**16.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis,

bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

## **17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**17.1.** Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

**17.1.1.1.** Os atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente/cartão CNPJ e condizentes com o objeto deste certame.

**17.1.1.2.** Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

## **18. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**18.1.** A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**18.2.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

**18.3.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

**18.4.** Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

**18.5.** Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

**18.6.** As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **19. PENALIDADES**

**19.1.** Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

#### **19.1.1. Advertência.**

**19.1.2.** Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

**19.1.2.1.** Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

**19.1.2.2.** Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**19.1.2.3.** Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

**19.1.2.4.** Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

**19.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

**19.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

## **20. RESCISÃO**

**20.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**20.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

**20.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**20.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**20.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**20.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**20.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**20.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**20.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**20.2.** A rescisão contratual pode ser:

**20.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**20.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**20.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

**SAMIR RODRIGO KALINOSKI**  
**COORDENADOR DO COMPRAS E ALMOXARIFADO**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**CONTATO (NOME):**

**TELEFONE/WHATS:**

**E-MAIL:**

**DADOS BANCÁRIOS (BANCO, AGÊNCIA COM CEP E CONTA CORRENTE):**

**PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021.**

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANTIDADE (MESES)	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO (ANUAL)
001	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	12	8		

**VALOR TOTAL MÁXIMO PROPOSTO R\$** \_\_\_\_\_.

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO III**  
**MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**  
**E FORMAÇÃO DE PREÇO**

<b>MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</b>		
<b>Nº DO PROCESSO:</b>		
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº:</b>		
<b>DATA DA PROPOSTA:</b>		
<b>ACORDO, CONVENÇÃO NORMATIVA/DISSÍDIO:</b>		
<b>Nº DE MESES PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL:</b>		
<b>CARGO:</b>		
<b>QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS:</b>		
<b>POSTO DE TRABALHO:</b>		
<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL:</b>		
<b>DESCRIÇÃO DO ITEM</b>	<b>PERCENTUAIS</b>	<b>VALOR</b>
<b>MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. SÁLARIO BASE		
02. ADICIONAL		
03. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS		
<b>TOTAL DO MONTANTE A</b>		
<b>13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO		
<b>1/3 DE FÉRIAS CONSTITUCIONAL</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1/3 DE FÉRIAS		
<b>MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. INSS		
02. FGTS		
03. SESI OU SESC		
04. SENAI OU SENAC		
05. INCRA		
06. SALÁRIO EDUCAÇÃO		
07. SEBRAE		
<b>TOTAL DO MONTANTE B</b>		

<b>MONTANTE C - BENEFÍCIOS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. AUXÍLIO/VALE ALIMENTAÇÃO		
02. VALE TRANSPORTE		
03. SEGURO DE VIDA		
04. ASSISTÊNCIA MÉDICA E FAMILIAR		
05. ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA		
<b>TOTAL DO MONTANTE C</b>		
<b>Obs.:</b> deverá ser informado o custo real de cada benefício, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.		
<b>MONTANTE D - INSUMOS</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
01. EQUIPAMENTOS (EPI's)		
02. UNIFORMES		
03. OUTROS		
<b>TOTAL DO MONTANTE D</b>		
<b>CUSTOS COM REPOSIÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. FÉRIAS		
2. SUBSTITUTO - Licença Maternidade		
2. LICENÇA PATERNIDADE		
3. AUSÊNCIAS LEGAIS (Doença, acidente de trabalho, luto, casamento)		
4. OUTROS (ESPECIFICAR)		
<b>TOTAL</b>		
<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
2. FGTS SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
3. MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE AVISO PREVIO INDENIZADO		
4. AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
5. INCIDÊNCIA DO MONTANTE SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
6. MULTA FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
<b>TOTAL</b>		
<b>MONTANTE E - CUSTOS DIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO SOBRE RECEITA DO VALOR COBRADO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
1. CUSTOS INDIRETOS		
2. LUCRO		
3. TRIBUTOS		
3.1. TRIBUTOS FEDERAIS (ESPECIFICAR)		
3.1.1. PIS		
3.1.2. COFINS		
3.2. TRIBUTOS ESTADUAIS (ESPECIFICAR)		

3.3. TRIBUTOS MUNICIPAIS (ESPECIFICAR)		
3.3.1. ISSQN		
3.4. OUTROS TRIBUTOS (ESPECIFICAR)		
<b>TOTAL</b>		
<b>RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>	<b>%</b>	<b>R\$</b>
MONTANTE A - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E ADICIONAIS		
MONTANTE B - ENCARGOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
MONTANTE C - BENEFÍCIOS		
MONTANTE D - INSUMOS		
<b>TOTAL</b>		
MONTANTE E - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		

- \* A composição de preços deve obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de Vigilante, bem como as disposições contidas na CLT;
- \* A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta;
- \* O CONIMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;
- \* Na hipótese de a Convenção ou a CLT ser silente a respeito de campo a ser preenchido no demonstrativo acima, e que não haja obrigação de pagamento pela Contratada, a linha não precisará ser preenchida.



## **ANEXO IV**

### **MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Paulo Horn.

**CONTRATADA:** *(dados da proponente)*

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 159/2021, Pregão Eletrônico nº 036/2021, homologado em .../.../2021, mediante sujeição mútua às normas constantes e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes do presente Edital, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, Contrato de Prestação de Serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes no edital e anexo I - termo de referência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços serão prestados nos seguintes locais:

**2.1.1.** Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, situado à Rua Afonso Pena, 1.902, Bairro Anchieta, no município de Pato Branco/PR.

**2.1.2.** Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III situado na Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 - Centro – Coronel Vivida/PR – CEP: 85.550-000.

**2.1.3.** Poderá o CONIMS, se julgar necessário, durante a vigência contratual, realocar os funcionários dispostos pela contratada, do CAPS AD III para o CONIMS e vice-versa, ou contratar em número maior ou menor tanto para o CAPS AD III como para o CONIMS. (Ex.: Não precisa mais para o CAPS pode contratar para o CONIMS).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS**

**3.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar de 08 (oito) funcionários, devidamente treinados, que prestarão os serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**3.2.** Os profissionais deverão acatar as orientações do coordenador da unidade quanto ao cumprimento das normas internas regimentais, disciplinares e de segurança e medicina do trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter vínculo com a Contratante.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

**4.1.** Os serviços serão executados obedecendo parâmetros e rotinas estabelecidos pelo CONIMS e pelo CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Segunda a Domingo, jornada de 12 x 36 horas, em horário a ser definido pela administração, de acordo com a necessidade.

**4.2.** O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta, a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, incluindo licenças e férias, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, e garantindo que os funcionários respeitem os horários de trabalho determinados pelo CONIMS, com fornecimento de relatório mensal sobre qualquer ocorrência, bem como assiduidade e pontualidade dos seus empregados.

**4.3.** O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitado pelo CONIMS/CASP AD III a qualquer tempo.

**4.4.** O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE poderá ser efetuado por meio de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS UNIFORMES, CRACHÁS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS**

**5.1.** A Contratada deverá, às suas expensas, fornecer uniforme operacional completo, crachás e EPIs a todos os profissionais, sem custos aos mesmos;

**5.1.1.** Os uniformes deverão ser fornecidos anualmente e compostos por no mínimo:

- a) 2 (duas) Calças compridas;
- b) 2 (duas) Camisas, manga curta, com emblema da empresa;
- c) 1 (uma) Camisa, manga longa, com emblema da empresa
- d) 2 (dois) pares de calçado fechado (tipo coturno);
- e) 1 (Uma) Jaqueta com emblema da empresa;
- f) 1 (Um) Boné, com emblema da empresa;

**5.1.2.** EPI's necessários e específicos para realizar o serviço, sendo no mínimo:

- a) Kit Tonfa (Cinto, porta Tonfa em Nylon e Tonfa).

**5.1.3.** As plaquetas de identificação (Crachás) devem constar no mínimo as seguintes informações, nome e foto do profissional que executará o serviço e emblema da empresa.

**5.1.4.** Todos os itens devem ser de boa qualidade e em ótimas condições de uso e respeitar a legislação vigente.

**5.1.5.** Todos os itens deverão ter a prévia aprovação da contratante, que poderá solicitar substituição destes, caso os julgue inadequados;

**5.1.6.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao modelo, cor ou tecido, desde que previamente aceitas pela Administração;

**5.1.7.** A Contratada deverá disponibilizar e exigir dos seus funcionários durante o expediente que usem os uniformes, crachás e os EPIs. Caso os funcionários, por qualquer motivo, deixem de fazer uso dos mesmos a contratada será notificada podendo sofrer as penalidades conforme item 19 deste termo de referência.

**5.1.8.** A empresa contratada deverá fornecer os uniformes, EPIs e crachás no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de início das atividades de seus contratados.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** Os documentos deverão ser encaminhados para o CONIMS, de forma digitalizada através dos e-mails: [fiscalcontratos@conims.com.br](mailto:fiscalcontratos@conims.com.br) e/ou [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br).

**6.2. Quando do início da prestação dos serviços,** deverão ser enviados cópia dos seguintes documentos referentes aos profissionais disponibilizados para a execução dos serviços:

**6.2.1.** Ficha de Registro de Empregado;

**6.2.2.** Carteira de Trabalho;

**6.2.3.** Documentos Pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor e Alistamento Militar para aqueles do sexo masculino;

**6.2.4.** Atestado de Antecedentes Criminais com data não inferior a 6 meses;

**6.2.5.** Atestado de Saúde Admissional;

**6.2.6.** Carteira de vacinação atualizada;

**6.2.7.** Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade;

**6.3.** Sempre que houver demissão, admissão, substituição de novos empregados para prestação dos serviços, encaminhar à Contratante cópia dos documentos relacionados no item 6.2 e subitens;

**6.4. Apresentar anualmente,** podendo ser no momento da renovação contratual:

**6.4.1.** Atestado de antecedentes criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná ou do estado onde residiu nos últimos 5 anos, conforme o caso;

**6.4.2.** Atestado de Saúde Ocupacional, conforme a legislação vigente;

**6.5. A contratada deverá encaminhar mensalmente** os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas com os empregados disponibilizados, sendo:

**6.5.1.** Pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, incluindo férias, 13º salário, bem como vale transporte e vale refeições (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;

**6.5.2.** Pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e

Previdência Social), acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes a remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

**6.5.3.** Documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET – resumo, comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social;

**6.5.4.** Regularidade fiscal, através da apresentação de: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

**6.5.5.** Cumprimento das demais obrigações trabalhistas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

**7.2.** Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas da celebração do contrato, o quantitativo de profissionais previsto para à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas exigidas conforme legislação.

**7.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**7.4.** Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;

**7.5.** Realizar, às suas expensas, todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

**7.6.** Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços contratados.

**7.7.** Manter seus empregados sempre atualizados, por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a Contratante entender conveniente;

**7.8.** Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

**7.9.** Manter atualizado o endereço da sede da empresa ou escritório comercial, telefones e endereço eletrônico;

**7.10.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação,

inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**7.11.** Aceitar, no prazo de vigência, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

**7.12.** Manter disponibilidade de mão de obra que atenda a eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como prever reposição da mesma de forma imediata, se for o caso, de modo a garantir a operação ininterrupta do serviço, seja por motivo de substituição de efetivo considerado inadequado pela contratante, por eventual ausência/falta ao serviço, férias, descanso semanal, licença, demissão, ou outras eventualidades, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**7.13.** Efetuar o pagamento de salários aos profissionais até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

**7.14.** Fornecer aos seus empregados, até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, vale transporte e alimentação/refeição, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que seja necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**7.15.** Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação formal à Contratante, de acordo com os interesses do serviço, informando os motivos e a duração das mesmas, apresentando as documentações comprobatórias e posteriormente, comprovante (contracheque), referente ao período de substituição.

**7.16.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações do CONIMS.

**7.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa.

**7.18.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

**7.19.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

**7.20.** Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

**7.21.** Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

**7.22.** Fornecer crachás de identificação, uniformes, EPI's e demais materiais complementares necessários para execução dos serviços, sem qualquer custo adicional a Contratante.

**7.23.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho,

responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

**7.24.** Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;

**7.25.** Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

**7.26.** Ressalte-se que é vedada à Contratada a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor ao contrato celebrado com a Contratante, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

**7.27.** A Contratada deverá informar endereços residenciais, telefones e horários, e todos os dados para identificação e localização do vigilante indicado a executar o objeto do certame no CONIMS, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, com antecedência mediante carta de apresentação;

**7.28.** A programação do serviço será feita periodicamente pela Contratante e deverá ser cumprido pela Contratada de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos serviços e das pessoas em geral.

**7.29.** Fica autorizada a troca de horários do regime de execução previstos no edital, quando se fizer necessário, mediante acordo entre as partes, desde que solicitado formalmente com antecedência;

**7.30.** Havendo necessidade de substituição (es) do (s) profissional (s) indicado (s) pela Contratada, está deverá comprovar que o (s) empregado (s) cumpra todos os requisitos habilitatórios exigidos na licitação, desde que solicitado previamente e com prévia autorização;

**7.31.** Fazer com que os empregados se responsabilizem pela guarda, manutenção e conservação dos utensílios, equipamentos, insumos e patrimônio colocados sob sua responsabilidade, providenciando sempre a manutenção preventiva e consertos necessários;

**7.32.** Orientar e cobrar dos funcionários para que mantenham disciplina nos locais de serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser notificada, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONTRATANTE, como em casos que os mesmos:

- a) Não mantenham sigilo de informações relacionadas a sua área e atividades;
- b) Não mantenham a cordialidade com os pacientes, funcionários, usuários e visitantes do CONIMS;
- c) Não cumpram as normas internas do CONIMS;
- d) Não cumpram rigorosamente as orientações pertinentes ao funcionamento da unidade recebidas pelo respectivo coordenador, responsável pela supervisão dos mesmos.

e) E qualquer outra inexecução contratual;

**7.33.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

**7.34.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, insalubridade, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção;

**7.35.** Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto, ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

**7.36.** Não sendo possível a substituição do bem desaparecido, danificado ou extraviado, a Contratante poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado, atualizado, do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva.

**7.37.** Orientar seus empregados sobre a proibição de abordar empregados e/ou agentes políticos do CONIMS para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

**7.38.** Orientar seus empregados sobre o dever de zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

**7.39.** Orientar seus empregados a promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Consórcio, providenciando para que sejam encaminhados ao seu superior.

**7.40.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**7.41.** Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

**7.42.** Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

**7.43. COMPETE A CONTRATADA POR SEUS AGENTES:**

a) Comunicar imediatamente a Contratante, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

b) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando



medidas de segurança;

c) Observar as dependências do estabelecimento,

d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

e) Controlar com rigor diariamente, inclusive nos feriados e finais de semana, a entrada e saída de veículos e de pessoas às dependências do CONIMS, anotando em documento próprio de acordo com a finalidade: o horário, o nome, identidade ou matrícula, placa do carro, local de destino e tarefa a executar.

f) Os vigilantes deverão orientar o público visitante sobre a localização dos setores.

g) Ao término do seu expediente, os vigilantes deverão efetuar inspeção de toda a sua área de atuação, anotando em livro próprio as observações de qualquer irregularidade verificada durante seu expediente de trabalho.

h) Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada e identificado, portando crachá com fotografia recente.

i) Efetuar vistoria em todo o ambiente dos postos, adotando medidas de prevenção, controle e combate de delitos, zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, cumprindo a legislação e demais regulamentos;

j) Quando da troca de turno, acompanhar seu substituto na vistoria do posto de trabalho, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda.

k) Cada vigilante deverá ter telefone celular para ligações emergenciais e possíveis contatos com seus supervisores ou responsáveis pela segurança da Contratante.

l) Comunicar a Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa representar risco ao seu patrimônio;

m) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas estranhas não autorizadas às instalações da Contratante;

n) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto às instalações da Contratante ou imediações que impliquem ou ofereçam risco à segurança;

o) Realizar rondas, adotando as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

p) Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CONIMS)**

**8.1.** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, exceto se houver atraso motivado pela CONTRATADA;

**8.2.** Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento pela CONTRATADA do objeto;

**8.3.** Comunicar a CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na



execução dos serviços, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas;

**8.4.** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário;

**8.5.** Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessária a regularização das faltas ou defeitos observados;

**8.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos a CONTRATADA necessário ao cumprimento dos serviços.

## **CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA**

**9.1.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076 e 03.001.10.302.0002.2.003.3.3.90.37.00.00.00.00 – Fonte 076.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**11.1.** A Contratada deverá emitir Nota Fiscal de Serviços, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

**11.2.** A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida detalhando a competência e os itens conforme contrato.

**11.3.** No caso de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve-se cadastrar o e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) para envio automático no ato de sua emissão.

**11.4.** As retenções efetuadas na Nota Fiscal são de responsabilidade da emitente, cabendo ao CONIMS apenas a conferência.

**11.5.** Em caso de erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, conforme o caso, em no máximo 24 horas de sua emissão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**12.1.** O vencimento se dará até o 05º (quinto) dia útil do mês posterior relativos a competência dos serviços prestados.

**12.2.** O pagamento ocorrerá até seu vencimento, em moeda corrente nacional, na conta corrente **PESSOA JURÍDICA NO MESMO CNPJ CONTRATADO**. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

**12.3.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**12.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados e recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços deste CONIMS.

**12.5.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**12.6.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

**12.7.** A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

**13.1.** Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

**13.1.1.** A revisão a que se refere este item poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**13.1.2.** A revisão não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato,

sendo vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**13.2.** A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**13.3.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

**13.3.1.** Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

**13.3.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento constante da proposta vencedora, para os custos com a mão de obra, se estiverem vinculados às bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação

**13.4.** Nas revisões subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

**13.4.1.** A contratada não fará jus à revisão com efeitos retroativos se não apresentar a solicitação dentro de dois meses após a data de homologação do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no prazo informado.

**13.5.** Sem prejuízo da Revisão contratual, a cada novo ano de vigência, o valor do contrato será objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**14.1.** O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

**14.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**15.2.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

**15.3.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

**15.4.** Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

**15.5.** Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

**15.6.** As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PENALIDADES**

**16.1.** Ao prestador que, sem justa causa, não cumprir com suas obrigações contratuais ou qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

**16.1.1.** Advertência.

**16.1.2.** Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

**16.1.2.1.** Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

**16.1.2.2.** Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato do fornecedor vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**16.1.2.3.** Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor

inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

**16.1.2.4.** Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

**16.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

**16.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO**

**17.1.** O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado:

**17.1.1.** Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Pregão, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

**17.1.2.** Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

**17.1.3.** Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

**17.1.4.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

**17.1.5.** Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecida.

**17.1.6.** Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**17.1.7.** Não estar com a Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, com situação regular no cumprimento.

**17.1.8.** Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

**17.2.** A rescisão contratual pode ser:

**17.2.1.** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993.

**17.2.2.** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

**17.2.3.** Nos casos de rescisão contratual ou término do contrato o pagamento será realizado após o fechamento da última competência em até sessenta dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

(Representante da Contratada)  
Contratada

(Representante da Contratante)  
Contratante

Testemunhas:

Pato Branco/PR, 30 de setembro de 2021.

### **Solicitação Parecer Jurídico 327/2021**

O Setor de Licitação e Contratos do CONIMS SOLICITA a Assessoria Jurídica:

**PARECER INICIAL** referente à abertura de Licitação - Pregão Eletrônico nº 036/2021, o qual tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, que visa atender as necessidades operacionais deste CONIMS em Pato Branco/PR e do CAPS AD III de Coronel Vivida/PR.

Setor de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 391/2021  
PROCESSO Nº 159/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do CONIMS e do CAPS AD III de Coronel Vivida.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 36/2021, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa dar início a fase externa do processo licitatório.

#### **III- RELATÓRIO**

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Estudo preliminar – evento 1.1
- 02) Justificativa– Evento 02
- 03) Solicitação inicial – evento 03
- 04) Pesquisa de Preços – evento 04
- 05) Solicitação de aquisição de materiais – evento 05
- 06) Parecer Contábil – evento 06
- 07) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 08) Ato de Consórcio – evento 08
- 09) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 10) Solicitação de Parecer – evento 10

É o relatório.

#### **IV– DO PARECER**

Primeiramente cabe destacar que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos da Lei nº 10.520/2002, c/c o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos, inclusive exigência de habilitação de ordem técnica, pertinentes ao certame, bem como aqueles de ordem financeira ou



orçamentária, cuja necessidade e exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Autarquia, também quanto ao descritivo dos itens.

**a) Da Justificativa da Contratação**

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

No caso, consta que em razão da iminência do término da vigência do Contrato nº 21/2018 e que o serviço de vigilância, que não se configura atividade fim do Consórcio, já é terceirizado para a sede do Conims e CAPS, com resultado satisfatório, decidiu-se pela abertura deste certame, tendo feito exigência do edital por conta destas particularidades.

**b) Da Modalidade Eleita**

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 1º, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, vejamos:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

No processo licitatório em análise, pretende-se a contratação de serviços passíveis de descrição por critérios de mercado, classificados como “serviços comuns”<sup>1</sup>, conforme se depreende do Termo de Referência e do descritivo de solicitação de serviços.

Ademais, segundo o art. 4º “caput” do Decreto nº 5.450, de 2005<sup>2</sup>, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, de preferência, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

Assim sendo, nota-se que o setor de licitações observou devidamente as exigências legais para a realização do presente processo licitatório e que o procedimento em análise encontra-se devidamente autuado, protocolado e numerado, inexistindo nesse ponto inconformidades.

---

<sup>1</sup> Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

<sup>2</sup> “Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.”

Constam também nesses autos: a indicação do recurso orçamentário para a despesa, consoante parecer contábil, a definição da modalidade licitatória, e a autorização da autoridade competente para a realização da licitação.

Dessa forma, no que se refere ao plano de legalidade observa-se que até o momento todos os procedimentos exigidos foram obedecidos, estando a presente licitação de acordo com o que estabelece a legislação regente.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, caso a autoridade competente entender conveniente, pode dar continuidade ao certame, dando início a fase externa.

Pato Branco, 01 de outubro de 2021.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
**OAB/PR 35.313**

**RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00036/2021-000**

**1 - Itens da Licitação**

**1 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas**

**Descrição Detalhada:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 12

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Máximo Aceitável

**Unidade de Fornecimento:** Posto

**Valor Total (R\$):** 655.035,36

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 100,00

**Local de Entrega (Quantidade):** Pato Branco/PR (12)

## Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Amplante: PRODUÇÃO

Pedido de Cotação/Dispensa

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

01/10/2021 15:35:28



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 04/10/2021.

### Resumo do Aviso de Licitação

Órgão	UASG Responsável			
96120 - ESTADO DO PARANA	926782 - CONSÓRCIO INTERMUN.DE SAÚDE DE PATO BRANCO/PF			
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00036/2021	Eletrônico	Tradicional	Aberto
Nº do Processo	Tipo de Licitação	Quantidade de Itens		
159	Menor Preço	1		
<input type="checkbox"/> Equalização de ICMS	<input type="checkbox"/> Internacional			
Objeto				
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.				
Data da Divulgação				
04/10/2021				
Data da Disponibilidade do Edital		Data/Hora da Abertura da Licitação		
A partir de 04/10/2021 às 08:00		Em 18/10/2021 às 09:00		

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

#### **AVISO DE LICITAÇÃO – PE 036/2021**

A Comissão Especial de Licitação da entidade CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONIMS, no exercício das atribuições que lhe confere o Ato de Consórcio nº 161 de 08/09/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18/10/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a abertura da sessão pública conforme especificado no Edital de Licitação PE Nº 036/2021 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

A íntegra do Edital se encontrará disponível no endereço: [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br), na aba Licitações a partir das 08:00 da manhã do dia 04/10/2021.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

Pato Branco/PR, 01 de outubro de 2021.

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
**COORDENADOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

DIÁRIO DO SUDOESTE

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7987 | Pato Branco, 2 e 3 de outubro de 2021

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.


**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** O Presidente do SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PATO BRANCO – **SINTROPAB**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que dispõe o Artigo 13 e para cumprir o que determina o Parágrafo Segundo do Artigo 29 do Estatuto Social e a legislação em vigor, convoca todos os associados (as) da categoria profissional representada e constantes no artigo 1º do Estatuto Social, quites mensalidades e obrigações sociais perante à Entidade, respeitados os impedimentos legais, para participarem de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada nos dias 07 e 08 de outubro de 2021, o início será no dia 07/10/2021, às 8h30min., em primeira convocação, não sendo obtido o quórum para início dos trabalhos em primeira convocação a Assembleia será instalada em segunda convocação 01 (uma) hora após às 9h30min., no mesmo dia com qualquer número de associados (as) presentes de conformidade com o que dispõe o Estatuto Social da Entidade, tendo por local o Auditório Ivanor de Souza Machado, anexo a Sede do **SINTROPAB** na Rua Paraná, 502 – Centro, Pato Branco – Paraná. Para facilitar a participação do maior número de associados (as), e coleta de será por escrutínio secreto, vai ser realizada nos 2 (dois) dias das 9h30min., as 11h30min., das 14h00min., as 19h00., e o encerramento será às 19h00min., do dia 08 do outubro de 2021, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1º)** Aprovação ou não da venda do Imóvel Rural, Matricula: 6.428 Registro Geral de Imóveis da Comarca de Clevelândia/Pr., Lote 119A (cento e dezenove A) da Gleba 07 da Fazenda São Francisco de Sales, com área de 2,8834ha. (Dois hectares, oitenta e oito ares e trinta e quatro centiares), localizado no Município de Mariópolis, Estado do Paraná, de propriedade do **SINTROPAB** com benfeitorias e que era utilizado como Sede Campestre, pelos associados da Entidade; **2º)** Não sendo aprovada a venda do Imóvel descrito no item **“1º”** fica aprovado o aumento da mensalidade dos associados (as) para o valor mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a partir do mês de outubro de 2021, para a manutenção da Sede Campestre em funcionamento para o uso dos associados (as). A assembleia será regida pelas normas estatutárias. Pato Branco, 02 de outubro de 2021. Epitácio Antônio dos Santos– Presidente.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA**

REGIS CLAIR TONDO (CNPJ: 33.413.937/0001-48) torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia para atividade de Transportadora de resíduos não perigosos (classe II) e Unidade de recebimento, triagem, segregação, e acondicionamento de resíduos sólidos não perigosos para fins de tratamento e destinação final a ser implantada no imóvel Irmãos Martinello I, zona rural, Matricula n 11950, Pato Branco/PR.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**

**COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA SÃO CRISTÓVÃO LTDA.,** torna público que solicitará ao IAT a Renovação de Licença Ambiental Simplificada para a atividade Expurgo e Tratamento de Sementes, instalada na Alameda Quatro, nº 1280, Bairro Água Azul, Mariópolis/PR.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Rua Assis Brasil nº622 - Bairro Vila Isabel - Pato Branco - PR - CEP: 85.504-010

Fone: (46) 3225-2731

e-mail: samu@pato Branco.pr.gov.br

**Ato do Gestor**

Resolução nº33

30/09/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotações no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento Vigente.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para atender as despesas nos seguintes Órgãos e Dotação Orçamentária:

Código	Especificação	Fonte	Valor
05.01	Coordenação Médica		
105020005.2.005000	Manutenção da Coordenação Médica		
3.3.90.30	Material de Consumo	001	R\$ 100.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 100.000,00</b>

**Art. 2º** - Os recursos para fazer face as despesas com abertura do Crédito Adicional Suplementar no “caput” do Artigo 1º deste ato correrão por conta da redução parcial ou total das dotações orçamentárias que abaixo especifica:

Código	Especificação	Fonte	Valor
03.01	Coordenação de Administração		
103020003.2.003000	Manutenção da Coordenação de Administração		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	001	R\$ 100.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 100.000,00</b>

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Disnei Luquini  
Presidente do CIRUSPAR

Fls. 01/01

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2021**  
**PROCESSO Nº 91/2021**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.898.196/0001-45  
**CONTRATADA:** Escola de Negócios Elo - Cursos e Eventos Ltda - CNPJ: 30.965.048/0001-03  
**OBJETO:** Prestação de serviços técnicos de aperfeiçoamento para o servidor da Câmara Municipal de Pato Branco, ocupantes do cargo de Técnico Legislativo II, Rodrigo Sartor Mayer, referente a participação no curso (EAD) "A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GESTÃO PARA IMPLANTAR A NOVA LEI - (AO VIVO)", a ser realizado nos dias 26 a 29 de outubro de 2021.  
**VALOR:** R\$ 1.393,00 (um mil, trezentos e noventa e três reais).  
**DATA DA AUTORIZAÇÃO:** 1º de outubro de 2021  
**JOECIR BERNARDI - PRESIDENTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2021**  
**PROCESSO Nº 90/2021**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.898.196/0001-45  
**CONTRATADA:** IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - CNPJ: 32.651.451/0001-85  
**OBJETO:** Prestação de serviços técnicos de aperfeiçoamento para os vereadores, assessores parlamentares e servidores efetivos da Câmara Municipal de Pato Branco, referente ao curso (Presencial in company) "Emendas Parlamentares Impositivas no âmbito da esfera municipal", a ser realizado nas dependência da Câmara Municipal de Pato Branco, com carga horária mínima de 12 (doze) horas.  
**VALOR:** R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).  
**DATA DA AUTORIZAÇÃO:** 1º de outubro de 2021  
**JOECIR BERNARDI - PRESIDENTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**

**PORTARIA Nº 33, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021.**

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no inciso XII, do artigo 31, da **Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014** (Regimento Interno),

CONSIDERANDO o disposto contido na Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952;

CONSIDERANDO o disposto contido no art. 24 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os ofícios protocolados pelos líderes partidários indicando os representantes de cada partido político;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Comissão Especial de Inquérito, realizada em 30 de setembro de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os vereadores **Eduardo Albani Dala Costa - MDB, Marcos Junior Marini - Podemos, Rafael Celestrin - PSD, Romulo Faggion - PSL e Thania Maria Caminski Gehlen - DEM**, para comporem a Comissão Especial de Inquérito - CEI, com a finalidade de apurar supostas irregularidades de caráter administrativo, no âmbito do Departamento de Trânsito de Pato Branco - Depatran.

**Art. 2º** A presidência e relatoria da Comissão, serão exercidas, respectivamente, pelos vereadores Romulo Faggion - PSL e Eduardo Albani Dala Costa - MDB.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, ao 1º dia do mês de outubro de 2021.

**Joecir Bernardi**  
**Presidente**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**  
ESTADO DO PARANÁ

O Poder Legislativo do Município de Pato Branco convida para

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Debater o Projeto de Lei nº 136, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Regularização Fundiária - Programa Moradia Legal

O Programa Moradia Legal foi criado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) para regularização das moradias de famílias de baixa renda, em áreas de posse que não tenham disputa judicial.

Data: 14 de outubro de 2021 (quinta-feira)  
Horário: 16 horas

Local: Câmara Municipal - Rua Arariboia nº 491, Centro - Pato Branco - PR

**CIRUSPAR**  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA

**Edital de Convocação**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, Sr. Disnei Luquini, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas estatutariamente e, em conformidade com o que estabelece a cláusula 10ª inciso II do Estatuto Social, CONVOCA os representantes legais dos municípios consorciados para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia 08 de outubro de 2021, - sexta-feira-, na sede da AMSOP em Francisco Beltrão - PR, em primeira convocação às 08h30 com a presença de quórum mínimo de 2/3 dos consorciados aptos a votar e, em segunda convocação às 09h00 com qualquer número de votantes conforme *quorum* estabelecido na cláusula 11ª do estatuto, para deliberarem sobre a seguinte pauta do dia:

- Prestação de Contas de janeiro a agosto de 2021;
- Panorama atual do CIRUSPAR;
- Contrato de Rateio;
- Assuntos Gerais.

Segundo estabelece a Cláusula 13ª. do participarão da Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo de cada ente federado consorciado, na impossibilidade do prefeito participar pode apresentar representação por procuração, outorgando poderes de representação e voto.

Atenciosamente

Em, 1 de outubro de 2021

Disnei Luquini  
Presidente  
CIRUSPAR

**CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**ATOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PAGAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 2021**

Conforme instituído pela Lei nº 5.017, de 20 de setembro de 2017, em seu art. 1º, §3º, a Câmara Municipal de Pato Branco informa que não houve pagamento de atos de concessão de diárias no mês de SETEMBRO de 2021. Pato Branco, 1º de Outubro de 2021. Joecir Bernardi – Presidente.

**MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021**

**DECISÃO SOBRE RECURSO INTERPOSTO PELA PROPONENTE**  
**BIDDEN COMERCIAL LTDA**

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de 2021, às 08h00min, na sala de reuniões da Divisão de Licitações e Contratos, reuniram-se a Pregoeira, os membros da Equipe de Apoio do Município, para proceder à apreciação e julgamento do recurso da licitação em epígrafe, interposta pela empresa, **BIDDEN COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ nº 36.181.473/0001-80, na data de 17/09/2021;** onde a empresa contesta referente a falta de apresentação da Certidão de recuperação Judicial e Extrajudicial não apresentada pela empresa vencedora. Também referente a empresa não possuir o AFE, sendo que nesse caso como não foi exigido em edital não e passível de desclassificação, não podemos desclassificar empresas quando da não apresentação de determinado documento não é exigido em edital. Quanto a falta de apresentação da Certidão de Recuperação judicial e extrajudicial será feita a desclassificação por se tratar de um documento exigido e não apresentado. A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, com orientação do jurídico do município decidem dar **PROVIMENTO AO RECURSO DA EMPRESA BIDDEN COMERCIAL LTDA acatando o recurso SOMENTE EM RELAÇÃO A FALTA DA CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.** É necessário ainda frisar, que as contratações públicas visam primeiramente atender ao interesse público, e não exclusivamente ao interesse das empresas interessadas em fornecer produtos à Administração Pública. Será dado prosseguimento com a reabertura do processo para a desclassificação das empresas que não atendem ao edital onde é exigido o documento, será feito o encerramento do processo no sistema e reabertura voltando a fase de habilitação para fazer a inabilitação da empresa que não atendeu a solicitação ao edital referente a documentação e posteriormente será feita a convocação dos próximos colocados via sistema. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

Josiane Folle Pregoeira	Andreia Zanella Apoio	Dickson Alan de Lima Apoio
Luciano Comunello Apoio	Anderson Lachman Apoio	

*Prefeitura do Município de Clevelândia*

**DECRETO Nº 244/2021 de 1 de Outubro de 2021.**

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **RAFAELA MARTINS LOSI**, Prefeito(a) do município de **Clevelândia**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

**CONSIDERANDO:**

- Que ocorreu Forte vendaval acompanhado de chuvas fortes e granizo intenso, duração do evento de aproximadamente 15 min. As chuvas de aproximadamente 5.2mm. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes dos descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
- Que o parecer da COMDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)**.

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMDEC municipal.

**Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5º.** De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

**§ 1º.** No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§ 2º.** Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

**Art. 6º.** Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de *bens necessários às atividades de resposta ao desastre*, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

<b>REGISTRE-SE,</b>	<b>PUBLIQUE-SE,</b>	<b>CUMPRE-SE.</b>
Gabinete do Prefeito, 1 de Outubro de 2021.		
	Rafaela Martins Losi Prefeita Municipal	



MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

**AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021.** UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 845/2021. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **18 de OUTUBRO de 2021.**  
**Abertura da Sessão: 09h00 horas.** Local: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br). O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pelo Pregoeiro Oficial da municipalidade Francisco Valdomiro Bueno, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 53/2021, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 845/2021, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇO para futura eventual aquisição de gêneros alimentícios que serão utilizados pelos diversos departamentos municipais, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal nº 38/2020, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, Decreto Municipal nº 43/2007, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, realizará LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI e Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br). A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), iniciando-se no dia 18/10/2021 às 09h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. **INFORMAÇÃO/EDITAL:** O Edital de Pregão Eletrônico nº 53/2021 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: [francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br](mailto:francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br), Portal Transparência do Município ou pelos sites [www.mariopolis.pr.gov.br](http://www.mariopolis.pr.gov.br), na aba licitações – Pregão Eletrônico e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 01 de Outubro de 2021. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

**DECRETO Nº 91. DATA: 01/10/2021. Súmula: Estabelece o retorno presencial às atividades de ensino como prioridade na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e dá outras providências. MARIO EDUARDO LOPES PAULEK**, Prefeito do Município de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente e, CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 860/2021, que dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná, **DECRETA: Art. 1º** Fica priorizado o retorno presencial, no âmbito do Município de Mariópolis, para a oferta de atividades escolares curriculares e extracurriculares (complementares), na forma de aulas presenciais, na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. § 1º A adesão às atividades escolares na modalidade não presencial (remota) deverá ser garantida para estudantes que estiverem em isolamento ou quarentena para a COVID-19, bem como para aqueles com comorbidades, ou a critério médico, sem qualquer prejuízo ao aprendizado. § 2º A adoção e cumprimento das medidas de prevenção e controle para COVID-19 são de responsabilidade de cada Instituição de Ensino, alunos, pais, colaboradores e todos aqueles que frequentarem estes locais. § 3º Cada Instituição de Ensino é responsável pela implantação, implementação e monitoramento do Protocolo de Biossegurança com as medidas necessárias para prevenção da COVID-19, a fim de evitar o surgimento e a disseminação de casos da doença na comunidade e ambiente escolar. § 4º Na presença de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 na comunidade escolar, as atividades presenciais poderão ser suspensas de forma parcial ou total, de uma turma ou mais e, eventualmente, de toda Instituição de Ensino, conforme orientação das autoridades sanitárias. **Art. 2º** A modalidade de atividades não presenciais será ofertada pela instituição de ensino, sob responsabilidade do professor da turma do componente curricular, de outro professor disponibilizado pelo estabelecimento de ensino ou equipe pedagógica de maneira remota e sem a presença do professor e do estudante no mesmo espaço. **Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 76/2021 de 08 de julho de 2021. Mariópolis, 30 de setembro de 2021. **MARIO EDUARDO LOPES PAULEK** - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

**PORTARIA Nº 265/2021. Súmula:** Designa servidor para prestar serviço extraordinário de assessoria jurídica e de investimentos ao FPMM, e dá outras providências. **MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE: Art. 1º** - Designar o servidor **Waldi José Degasperi Junior**, Procurador Municipal, portador da CI/RG nº 6.797.620-7/SSP-PR, para prestar assessoria jurídica e de investimentos (com Certificado de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS) ao Fundo de Previdência do Município de Mariópolis - FPMM, a partir do mês de Outubro/2021, com carga de 10 horas mensais, cujo respectivo serviço extraordinário deverá ser devidamente remunerado conforme a legislação municipal correlata. **Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 193/2021. **Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, ao 1º dia do mês de outubro do ano de 2021. MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK** - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

LEI Nº 36/2021  
Data: 30/09/2021  
**SÚMULA:** Cria e denomina “CORAL MUNICIPAL UM CANTO DE PAZ” no Município de Mariópolis-PR, e dá outras providências.  
*A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: [diariomunicipal.com.br/amp/](http://diariomunicipal.com.br/amp/) edição do dia 04/10/2021, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 40/2017 e Decreto Municipal nº 75/2021 e em [www.mariopolis.pr.gov.br](http://www.mariopolis.pr.gov.br).*

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS


**PORTARIA Nº 264 /2021 – GP. DATA: 30/09/2021.**  
**SÚMULA:** Designa Servidores Municipais para comporem Comissão de Avaliação. **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais; **RESOLVE: Art.1º - DESIGNAR** os Servidores Públicos Municipais Bruno Gustavo Klein, Engenheiro Civil do Departamento de Engenharia, Planejamento e Projetos, Silvia Cândida M. Poli, Técnica em Edificação, Cristina Fonseca Machado, Auxiliar Administrativo sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Arbitramento com intuito de determinar o valor de aluguel da seguinte sala: - Sala 8 (oito) com área de 39,60m², anexa ao prédio da Rodoviária Municipal, segundo piso, localizado na Avenida Brasil, para instalação de empresa de serviço de radiofusão comercial, comunitária ou educativa. **Art.2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário, notadamente a Portaria nº 202/2021. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 30 de Setembro de 2021. **Mario Eduardo Lopes Paulek** - **Prefeito Municipal.**

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 33/2021 - GP. DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 30/2021. MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS E A PROPONENTE:** Topoplan Serviços Agrônômicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob nº 04.643.046/0001-80, com sede na Rua Nove, nº 1991, centro, na cidade de Mariópolis, Estado do Paraná, de ora em diante denominado CONTRATADA. Objeto: a contratação de empresa especializada para realização de serviços topográficos, conforme descrição abaixo:

ITEM	QTD E	UN D	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	120,0	Hrs	Horas de equipe técnica para realização de serviços de: - Demarcação de ruas; - Locação de obras civis; - Levantamento planialtimétrico cadastral; - Nivelamento geométrico; - Locação de linhas estaqueadas de 20 em 20 m meio fio; - Desmembramento e remembramento de áreas; - Revitalização das áreas de preservação permanente (APP); - Revitalização de área de preservação ambiental; - Assessoria no desenvolvimento de projetos de saneamento básico e tratamento de resíduos; - Projeto de desapropriação de áreas para implantação de parque ambiental; - Projeto de readequação de estradas; - Levantamento de eixo com seções transversais, com cálculo de volume; - Locação e demarcação de terrenos; Demarcação de projetos e medição de terraplenagem; - Realização de projeto técnico dos itens acima citados (parte documental).	140,00	16.800,00

Do Valor: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais). Dos Prazos de execução, Vigência: O prazo de execução será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse das partes conforme artigo nº 57 da Lei nº 8.666/93. O prazo de vigência será o prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias, totalizando assim o prazo de 13 (treze) meses. Da Alteração de Valor contratual e critério de reajuste: O valor do contrato poderá, eventualmente, ser reajustado ou alterado nos termos do artigo nº 65 da Lei nº 8666/93. Do Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços, mediante aprovação do Departamento Responsável. Dotação Orçamentária: 11.00 – Departamento de Viação e Serviços Urbanos – 11.02 – Divisão de Serviços urbanos – 15.452.0017.2.034 – Manutenção dos Serviços Urbanos – 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte (01000). Despesa 564. Do Gestor do Contrato: Aline Ruthes. FORO: Comarca de Clevelândia, Estado do Paraná. Mariópolis, 30 de Setembro de 2021. Prefeito Municipal, Mario Eduardo Lopes Paulek.



Estado do Paraná  
Prefeitura Municipal de  
**Sulina**  
Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

**PAGO MUNICIPAL 25 DE JULHO**  
CNPJ 80.869.886/0001-43  
[prefeitura@sulina.pr.gov.br](mailto:prefeitura@sulina.pr.gov.br)  
[www.sulina.pr.gov.br](http://www.sulina.pr.gov.br)

**LEI Nº 1073/2021, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021**  
Autoriza o Executivo Municipal a alterar Naturezas de Receitas e Fontes de Recursos de despesas e receitas orçamentárias no Plano Plurianual - PPA para o quadriênio de 2022 a 2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2022, e dá outras providências.  
**DECRETO Nº 090/2021, DE 01 DE OUTUBRO DE 2021**  
Institui Ponto Facultativo nos dias 11/10/2021 e 01/11/2021, transfere o feriado municipal de 28/10/2021 para 29/10/2021 e dá outras providências.  
**RESOLUÇÃO Nº 09/2021, DE 01 DE OUTUBRO DE 2021-CMDCA**  
Deliberação orçamentária no valor de R\$ 30.000,00.  
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021, DE 01 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Torna público aos interessados o Resultado do Julgamento da documentação de habilitação da licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021.**  
  
A publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp>, edição do dia 04 de outubro de 2021, conforme Lei Autorizativa nº 927 de 07 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

**AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2021**  
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – COM AMPLA CONCORRÊNCIA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) TANQUES DE RESFRIAMENTO DE LEITE DE 300 LITROS, PARA ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES, DECORRENTE DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA E A SEAB – SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO CONVÊNIO Nº 022/2020. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 05 de outubro de 2021 até às 08h00min do dia 20 de outubro de 2021. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 20 de outubro de 2021. Início da disputa de preços às 09h00min do dia 20 de outubro de 2021. **VALOR MÁXIMO TOTAL:** R\$ 40.825,00. Prazo de entrega: 20 (vinte) dias. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). O edital está disponível nos sites [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 01 de outubro de 2021. Dinara Mazzucatto - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

**AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2021**  
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP  
SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS, ENTIDADES E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. LOCAL E HORÁRIO: Praça Ângelo Mezzomo, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 19 de outubro de 2021. Abertura dos envelopes: às 09:01h do dia 19 de outubro de 2021. **VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO:** R\$ 326.549,45. Prazo de registro: 12 meses. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br). Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 01 de outubro de 2021. Dinara Mazzucatto, Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2021**  
DATA: 10/09/21 ABERTURA: 29/09/21 HORÁRIO: 09:00  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, NAS RUAS MARECHAL DEODORO E DONA ROSA STÉDILE, CONFORME PLANILHAS, PROJETOS E MEMORIAL.  
Analisados todos os atos referentes a Tomada de Preços nº 08/2021, HOMOLOGO E ADJUDICO o procedimento licitatório em epígrafe ao licitante:  

LOTE	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
01	SUDOPAV CONSTRUTORA EIRELI	26.499.438/0001-50	352.070,26

  
Nas condições de sua proposta e do edital.  
Valor total da licitação é de R\$ 352.070,26 (trezentos e cinquenta e dois mil e setenta reais e vinte e seis centavos).  
  
Coronel Vivida, 30 de setembro de 2021.  
Anderson Manique Barreto  
Prefeito

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021**  
DATA: 28/05/21 ABERTURA: 08/07/21 HORÁRIO: 09:00  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, LEVANTAMENTOS DOS ESTADOS DE CONSERVAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, DAS PARTES CIVIS, ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, ESTRUTURAIS, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PARA REFORMA DAS EDIFICAÇÕES, BEM COMO ELABORAÇÃO DE PROJETOS CONSTRUTIVOS PARA OBRAS NOVAS, EM TODOS OS CASOS COM ELABORAÇÃO DE QUANTITATIVO DE MATERIAIS E ORÇAMENTO EM PLANILHAS E TABELAS ESTABELECIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DAS RESPECTIVAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS PELOS SERVIÇOS ELABORADOS, conforme termo de referência – Anexo I.  
A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO PARANÁ.

**DECRETO Nº 7.751, de 1º de outubro de 2021. Súmula:** Dispõe sobre as medidas de enfrentamento a pandemia do COVID-19, recepciona a legislação estadual, revoga o decreto municipal referente as medidas de enfrentamento a pandemia e dá outras providências. *A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.*

EDITAL Nº. 006/2021, de 01 de outubro de 2021.  
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 2021.

**O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná,** usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Federal nº. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e tendo em vista o disposto no Edital de Seleção de Estagiários nº. 001/2021 de 06/08/2021.  
**Considerando** a necessidade de estagiários conforme o Ofício nº. 190/2021, do Departamento de Educação, devido ao retorno gradativo dos CMEIs do Município;  
**Considerando** o subitem 2.8 do Edital nº. 001/2021 de 06/08/2021 abertura do certame “Em havendo necessidade de recrutamento de novos estagiários, poderão ser abertos pela Administração Municipal novos períodos de inscrição.”  
**RESOLVE**  
**TORNAR PÚBLICO**, para conhecimento de todos, o novo período de inscrição do processo de Seleção de Estagiários para algumas áreas específicas, o processo de seleção, avaliação e convocação atenderá os dispositivos constantes no edital de abertura do certame Edital nº. 001/2021 de 06/08/2021.  
1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para as áreas de estágio abaixo especificadas para cargas horárias, e bolsa-auxílio conforme tabela abaixo:

Área do Estágio Não Obrigatório	PRÉ-REQUISITO	PNE*	Carga Horária Semanal	BOLSA-AUXÍLIO* Incluído o valor do Aux. Transporte
<b>Educação Profissional</b> - Magistério (Normal)	Estar cursando curso técnico de nível médio	*	20h	453,34
			30h	680,00
<b>Ensino Superior</b> Pedagogia, Artes Visuais, Letras e demais cursos de graduação na área do magistério.	Estar cursando Ensino Superior na área que se candidatou.	*	20h	566,67
			30h	850,00

\* PNE - Portador de Necessidade Especial

\* Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas a serem preenchidas de acordo com a Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público.

1.1. Que os candidatos habilitados, ficam em cumprimento ao Edital de Seleção de Estagiários nº. 001/2021, distribuídos por ordem rigorosa de classificação, conforme inscrição na área que se candidatou.

1.2. A convocação do candidato dar-se-á observada a prioridade estabelecida no item 4 do Edital de abertura do certame e seus subitem bem como aos seguintes requisitos:

a) necessidade de preenchimento da vaga, manifestada pelo dirigente da Unidade Administrativa requisitante, e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo;

b) por área de estágio, compatível com as atividades da Unidade Administrativa requisitante.

1.3. Prioritariamente, serão convocados os candidatos habilitados para as vagas do primeiro período de inscrição, classificados pelo Edital nº 003/2021, posteriormente, serão convocados os habilitados no segundo período de inscrição classificados e assim sucessivamente. O Município de Coronel Vivida, reserva-se o direito de convocar os Candidatos na medida da necessidade da Administração Municipal, observado o limite de vagas existentes.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. O candidato poderá se inscrever apenas para uma das vagas de estágio, devendo preencher corretamente todos os campos do Requerimento de Inscrição: nome completo data de nascimento, sexo, CPF, número da Cédula de Identidade (RG), número do título de eleitor, UF, endereço completo (número, apartamento, bairro, CEP, cidade), telefones (convencional e celular), e-mail, a vaga de estágio escolhida, pré-requisito e indicar se é portador de necessidades especiais;

2.2. As inscrições e entrega dos Currículos serão realizadas **exclusivamente**, na sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, na Praça Ângelo Mezzomo, s/n, centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, de 04/10/2021 à 08/10/2021, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, no Protocolo Geral.

2.3. Os seguintes documentos deverão ser entregues e anexados à Ficha de Inscrição do Candidato:

a) Ficha de inscrição devidamente preenchida (Anexo I deste Edital);  
b) Currículo Vitae;  
c) Declaração que comprove a matrícula regular no curso;  
d) Fotocópia do Boletim Escolar, contendo a frequência e as notas dos últimos 2 (dois) períodos (bimestre ou semestre) que o candidato estudou;  
e) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG) e CPF;  
f) Fotocópia de Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral (para candidatos com idade a partir de 18 (dezoito) anos);  
g) Fotocópia do comprovante de quitação da obrigação militar (sexo masculino);  
h) Fotocópia do comprovante de residência;

2.4. As inscrições poderão ser feitas por procurador munido de instrumento de procuração, com firma reconhecida.

2.5. Caso o candidato não apresentar toda documentação solicitada neste edital no ato da inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

2.6. Não poderão se candidatar às vagas de estágio os candidatos que já tiverem seus contratos rescindidos pela Administração Municipal por insuficiência de desempenho, bem como por descumprimento contratual.

2.7. Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax, via postal e/ou via e-mail.

2.8. Em havendo necessidade de recrutamento de novos estagiários, poderão ser abertos pela Administração Municipal novos períodos de inscrição.

Coronel Vivida-PR, 01 de outubro de 2021.  
**ANDERSON MANIQUE BARRETO**  
  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se  
Carlos Lopes  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Sâmara de Moraes Spagnoli  
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS  
EDITAL Nº. 001/2021  
Nº DE INSCRIÇÃO (protocolo)  
Candidato à vaga o Curso de  
( ) PNE (Portador de Necessidades Especiais) - Especificar:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CI/ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_

TÍTULO DE ELEITOR: \_\_\_\_\_ Zona Eleitoral: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Currículo com \_\_\_\_\_ páginas, incluídos os comprovantes.

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura desta Seleção, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Coronel Vivida-PR, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato

Visto do Responsável pela Inscrição

MUNICIPIO DE PATO BRANCO  
TERMO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 04/2020 –  
PROCESSO N.º 151/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção do Paço Municipal de Pato Branco, com obras de adequação do terreno, terraplenagem, calçamento e paisagismo, fundações profundas, estrutura e superestrutura em concreto armado, com lajes protendidas, fechamentos em alvenaria e pele de vidro em structural glazing, instalações hidrossanitárias, elétricas e drenagem; cobertura em laje impermeabilizada; pinturas e acabamentos; limpeza final da obra, com área construída de 11.760,79 m², com recursos provenientes do Convênio nº 18/2019 celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, o Serviço Social Autônomo ParanaCidade e o Município de Pato Branco, em atendimento as necessidades da Administração Municipal, conforme planilha de serviços, memorial descritivo, projetos, cronograma e demais anexos deste edital. O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, e com amparo legal na Lei 8.666/93, em seu Art. 49 e; CONSIDERANDO que o referido processo é proveniente do Convênio n.º 18/2019, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – SEDU e o Município de Pato Branco; CONSIDERANDO que, de acordo com a Cláusula Sexta – Atribuições I, “d”; o Concedente deve autorizar ao Conveniente a homologar a licitação e a posterior contratação da consecução do objeto do convênio; CONSIDERANDO que até o momento o SEDU não encaminhou a Autorização para Homologar, pois estaria aguardando a aprovação do projeto de incêndio junto ao Corpo de Bombeiros, conforme *fl. 1295*; CONSIDERANDO que a proposta vencedora do certame era de R\$ 27.084.047,64, e que a mesma venceu em 26 de Março do ano corrente; CONSIDERANDO que, devido aos impactos causados pela pandemia do COVID-19, os insumos da construção civil têm sofrido impactos financeiros, seja no atraso na entrega de insumos e nos aumentos constantes nos preços dos insumos; como é o caso do aço e do fio de cobre que sofreu alta de 108% e superior a 70%, respectivamente, entre julho de 2020 e fevereiro de 2021; CONSIDERANDO que, como referência, pode-se estimar um aumento de R\$ 7 milhões no valor total da obra licitado, conforme levantamento feito pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras *fl. 1302, 1306 e 1307*; CONSIDERANDO que, com o aumento do custo dos insumos o Município deveria reequilibrar o Contrato de Empreitada por Preço Global, se fosse ele formalizado; CONSIDERANDO que se necessário a concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, o Município deveria arcar com o custo através da Contrapartida do Convênio, sendo cerca de R\$ 7 milhões; CONSIDERANDO que a contrapartida do Município no convênio iria duplicar, gerando um impacto financeiro para o Município de grande porte e que não poderia ser previsto antecipadamente; CONSIDERANDO o memorando n.º 80-R/2021 do Setor de Controle de Bens Imóveis da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, de 18 de Agosto de 2021, a área que iria ser realizada o empreendimento integra a reserva municipal oriunda da Lei, na abertura de novos loteamentos na área urbana de Pato Branco, atribuição esta específica do Poder Público Municipal, e não dos proprietários do imóvel em questão; CONSIDERANDO que de acordo com a RA n.º 24/2021 do GAEMA – Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Turismo do Núcleo de Pato Branco, recomenda-se a plena revogação do ato de doação de imóvel; CONSIDERANDO que a reversão da área ao proprietário, implicará na impossibilidade de edificação no local, do projeto aprovado para a edificação do Paço Municipal, face a redução drástica que a área sofrerá; CONSIDERANDO o princípio da legalidade e da autotutela aplicáveis à Administração Pública; E CONSIDERANDO o interesse público na busca de priorizar a destinação dos recursos orçamentários e financeiros; A Administração manifesta a INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO do Processo Licitatório, modalidade Concorrência Pública n.º 04/2020 – Processo n.º 151/2020. Em atendimento ao disposto no art. 49, § 3º, da Lei Federal 8.666/93, ficam os interessados intimados, em querendo se manifestar, apresentar defesa prévia no prazo de 05 dias úteis, contados da publicação deste. Pato Branco, 30 de Setembro de 2021. Robson Cantu – Prefeita Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CIDADE DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
Lei Federal nº. 8.069/90, Lei Municipal nº. 3.338/10 e  
Artigo 219 da Lei Orgânica Municipal  
CNPJ nº. 80.872.617/0001-36

RESOLUÇÃO 016/2021

Súmula: Aprova o Regimento Interno da Comissão Intersetorial Municipal de Atendimento Socioeducativo – Comissão SINASE Pato Branco/PR.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.338/2010 e suas alterações, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada em 29 de setembro de 2021,

**RESOLVE:**  
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Intersetorial Municipal de Atendimento Socioeducativo – Comissão SINASE Pato Branco/PR.  
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições contrárias.  
Pato Branco, 29 de setembro de 2021.

Helena de Fátima Soares Ribas  
Presidente  
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 76/2021  
PROCESSO N.º 183/2021

O Município de Pato Branco, *UASG 450996*, através da pregoeira *Naudieri Provensi*, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 555/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, *destinado a ampla participação de empresas de qualquer porte*, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de 02 (dois) Ônibus Urbano Escolar Acessível – Piso Baixo, através do Termo de Compromisso – Plano de Ações Articuladas - PAR nº 201901380-4 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Município de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, conforme condições e demais especificações estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo *“menor preço”*, com critério de julgamento *“menor preço por item”*, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto Municipal nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 8.581 de 19 de Dezembro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de ***R\$ 586.000,00 (quinhentos e oitenta e seis mil reais)***. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2021.** O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br) - <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1532, e-mail: [licita2@patobranco.pr.gov.br](mailto:licita2@patobranco.pr.gov.br). Pato Branco, 30 de setembro de 2021. *Naudieri Provensi – Pregoeira.*

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 77/2021  
PROCESSO N.º 184/2021

O Município de Pato Branco, *UASG 450996*, através da pregoeira *Naudieri Provensi*, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 555/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, *destinado a ampla participação de empresas de qualquer porte*, objetivando a Contratação de empresa para aquisição de um Ônibus Urbano Escolar Acessível – Piso Baixo, através do Termo de Compromisso – Plano de Ações Articuladas - PAR nº 202100752-4 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Município de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, conforme condições e demais especificações estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo *“menor preço”*, com critério de julgamento *“menor preço por item”*, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto Municipal nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 8.581 de 19 de Dezembro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de ***R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais)***. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 14 (QUATORZE) HORAS DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2021.** O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br) - <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1532, e-mail: [licita2@patobranco.pr.gov.br](mailto:licita2@patobranco.pr.gov.br). Pato Branco, 30 de setembro de 2021. *Naudieri Provensi – Pregoeira.*

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
1161	Alice Donato Gonzalez e outros	Conceder adicional de insalubridade	21/09/2021
1163	Marcos Colla	Nomear como Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FUMDE	23/09/2021
1164	Marcos Colla	Nomear como Gestor do Fundo Municipal do Trabalho – FMT	23/09/2021
1165	Aline Rita Gustmman de Souza	Exonerar a pedido	24/09/2021
1166	Theine Daneluz Xavier e outros	Tornar sem efeito as nomeações do candidatos PSS – Edital 038/2021	23/09/2021
1167	Giovana Isabel Pinto e outros	Autorizar a contratação de pessoal aprovado em PSS – Edital 038/2021	23/09/2021
1168	Loreni Deivis Miola e outros	Alterar base de cálculo do pagamento de adicional de insalubridade	24/09/2021
1169	Raquel Tatiane Tavares e outro	Conceder gratificação de função	24/09/2021
1170	Douglas Vinicius Rios	Conceder adicional de periculosidade	24/09/2021
1171	Cezar Guilherme Correia Cantu	Exonerar a pedido	24/09/2021
1174	Leonir João Viganó	Torna sem efeito a nomeação do candidato PSS – Edital 038/2021	28/09/2021
1175	André Luis Oliveira	Autorizar a contratação de pessoal aprovado em PSS – Edital 038/2021	28/09/2021
1176	Valmir Rodrigues Ferreira	Declarar vacância do cargo	28/09/2021
1177	Fernanda Madureira de Araujo	Alterar base de cálculo do adicional de insalubridade	28/09/2021
1180	Gilmar Luiz Ecker	Remoção	29/09/2021
1181	Calvino Hoffmann Bochese	Remoção	30/09/2021
1183	Tulio Cesar Augusto Ribas Marquez	Alterar base de cálculo do pagamento de adicional de insalubridade	30/09/2021
1184	Isadora Paula Stentzler Souza	Exonerar	30/09/2021
1185	Isadora Paula Stentzler Souza	Nomear cargo comissão	01/10/2021
1186	Leandra Cristina Matioda	Exonerar	30/09/2021
1187	Leandra Cristina Matioda	Nomear cargo comissão	01/10/2021

publicação na íntegra do (s) ato (s) acima, encontra (m)-se disponível (eis) no seguinte endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp) - Edição do dia 04 de outubro de 2021, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70, de 06 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PORTARIA 1167

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, “g”, ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no disposto no art. 2º, V, e art. 6º, da Lei Complementar Municipal nº 60, de 17 de julho de 2014; na Lei Municipal nº 5.767, de 02 de junho de 2021 e na Lei nº 4.387, de 28 de agosto de 2014; RESOLVE: Art. 1º Autorizar a contratação de pessoal aprovado em Processo Seletivo Simplificado - PSS, formalizado através do Edital nº 038/2021, para provimento em emprego público temporário, conforme especificado abaixo:

FARMACÊUTICO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Giovana Isabel Pinto	17º
Amerieli Leticia Marquezoti Cortes	18º

ATENDENTE DE FARMÁCIA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Liliane Micheli Giombelli Braghini	11º

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias úteis para que os candidatos especificados no art. 1º assumam as respectivas vagas. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2021.

ROBSON CANTU - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, CONVOCA aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 038/2021, visando ao preenchimento de vagas para o emprego público temporário, para que no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste Edital, compareçam à Rua Caramuru n.º 271, para assumirem as vagas que é de direito:

FARMACÊUTICO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Giovana Isabel Pinto	17º
Amerieli Leticia Marquezoti Cortes	18º

ATENDENTE DE FARMÁCIA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Liliane Micheli Giombelli Braghini	11º

Pato Branco, 23 de setembro de 2021.

Giomara Lucia Basso - Diretora do Depto. de Recursos Humanos - Portaria 225/2021

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PORTARIA 1175

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, “a”, ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no disposto no art. 2º, V, e art. 6º, da Lei Complementar Municipal nº 60, de 17 de julho de 2014 e na Lei Municipal nº 5.767, de 02 de junho de 2021; RESOLVE: Art. 1º Autorizar a contratação de pessoal aprovado em Processo Seletivo Simplificado - PSS, formalizado através do Edital nº 038/2021, para provimento em emprego público temporário, conforme especificado abaixo:

MOTORISTA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
André Luis Oliveira	7º

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias úteis para que o candidato especificado no art. 1º assumira a respectiva vaga. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2021.

ROBSON CANTU - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, CONVOCA aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 038/2021, visando ao preenchimento de vagas para o emprego público temporário, para que no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste Edital, compareçam à Rua Caramuru n.º 271, para assumirem as vagas que é de direito:

MOTORISTA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
André Luis Oliveira	7º

Pato Branco, 28 de setembro de 2021.

Giomara Lucia Basso - Diretora do Depto. de Recursos Humanos - Portaria 225/2021

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 79/2021  
PROCESSO N.º 186/2021

O Município de Pato Branco, *UASG 450996*, através da pregoeira *Liciane Cristina Puttkamer*, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 253/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, *destinado à participação exclusiva para micro empresas e empresas de pequeno porte*, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de troca de entrada de energia trifásica (padrão COPEL), com o fornecimento de materiais, a ser realizado em algumas Escolas Municipais, CMEIs - Centros Municipais Educação Infantil, Centro de Musicalização e do Departamento de Merenda Escolar, atendendo às necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Engenharia e Obras, conforme condições e especificações estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo *“menor preço”*, com critério de julgamento *“menor preço por item”*, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 8.581 de 19 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de ***R\$ 140.255,98 (cento e quarenta mil duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos)***. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2021.** O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br) - <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1565/1566, e-mail: [licitacao2@patobranco.pr.gov.br](mailto:licitacao2@patobranco.pr.gov.br). Pato Branco, 01 de outubro de 2021. *Liciane Cristina Puttkamer - Pregoeira*





MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
DECRETO Nº 9.024, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Nomeia membros da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana do Município de Pato Branco

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, “o”, ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 15, § 5º do Decreto nº 5.410, de 16 de março de 2009; e Considerando o contido no Ofício nº 58, de 29 de setembro de 2021, do Órgão Gestor do Transporte Coletivo Municipal – OGTCM;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica a Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana composta dos seguintes membros:

I - Representantes da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco - ÁREA-PR:

a) Titular: João Rampi;

b) Suplente: Luiz Carlos Braun.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos:

a) Titular: Zuziane Rigo;

b) Suplente: Guilherme Ambrosini.

III- Representante do Pelotão de Trânsito do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná:

a) Titular: Tenente Anderson Carlos de Pauli;

b) Suplente: Cabo Eleomar Décio Wiettholler.

IV - Representante dos Estudantes das Instituições de Ensino Superior:

a) Titular: Laiz Pacheco Barbosa;

b) Suplente: Vitoria Caroline Sokolowski.

V - Representante das Entidades Sindicais de Trabalhadores de Pato Branco:

a) Titular: Júnior Ribeiro da Silva;

b) Suplente: Eluirdo dos Santos.

VI – Representante da União das Associações de Moradores de Bairros de Pato Branco:

a) Titular: Enio Ruaro;

b) Suplente: Adilson José Stanquevski.

VII - Representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Pato Branco:

a) Titular: Laurivaldo Cella;

b) Suplente: Ronaldo Refinski.

VIII - Representante da concessionária do serviço de transporte público coletivo:

a) Titular: Leandro Portela Catani;

b) Suplentes: João Angelo Vezzaro e Darci Miguel Vezzaro.

IX - Representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco – ACEPB:

a) Titular: Ezauil Zimer;

b) Suplente: Clayton José da Silva.

X - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

a) Titular: Ivan Fernando Paula de Lima;

b) Suplente: Mauro José Sbarain.

XI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Pato Branco – SINTROPAB:

a) Titular: Claudir Roberto Souza Netto;

b) Suplente: Douglas Roberto Lopes dos Santos.

XII - Representante do Sindicato do Transporte Escolar de Pato Branco – ASSESPATO:

a) Titular: Cleyton Silvério;

b) Suplente: Gilson Kreissin.

XIII - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

a) Titular: Matheus Gonçalves Farias;

b) Suplente: Pedro Bortol.

XIV - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pato Branco – CDL:

a) Titular: Fernando Ody Barp.

Art. 2º A Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana poderá, a qualquer tempo, convocar os representantes de órgãos afins para prestarem informações.

**Art. 3º** Fica revogada a Portaria nº 91, de 07 de fevereiro de 2020.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2021.

ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ  
DECRETO Nº 9.025, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação do Comitê Gestor Municipal, criado pela Lei Complementar nº 34, de 30 de setembro de 2009 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, I “o”, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 34, de 30 de setembro de 2009 e no Decreto nº 9.021, de 24 de setembro de 2021;

**DECRETA:**

**Art. 1º** O Comitê Gestor Municipal fica constituído pelos seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

a) Titular: Mauro José Sbarain;

b) Suplente: Iuris Marcelo Maia.

II - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

a) Titular: Marcos Colla;

b) Suplente: Juliane Cichelero.

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

a) Titular: Vanessa Casiraghi Zanoni;

b) Suplente: Regiane Rufato.

IV - Representante da Procuradoria Geral do Município:

a) Titular: Marília Pilar Cezar;

b) Suplente: Leonardo Inacio de Bortoli.

V - Representante do Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco - SICONP:

a) Titular: Vandro Luiz Rocha;

b) Suplente: João Henrique Bebbber.

VI - Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná - SESCAP:

a) Titular: Eunice Duarte Cavalli;

b) Suplente: Alcir Adão Smdlerle.

VII - Representante da Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco - ACEPB:

a) Titular: Luan Marcante;

b) Suplente: Clayton José da Silva.

VIII - Representante do Sindicato do Comércio Varejista de Pato Branco - SINDICOMÉRCIO:

a) Titular: Neuri Nilo Garbin;

b) Suplente: Ciro Conte Chioquetta.

IX - Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE- PR:

a) Titular: Dianalu de Almeida Caldato;

b) Suplente: Ivonei Loregian.

X - Representante da Federação da Indústria do Estado do Paraná – FIEP:

a) Titular: Meri Aparecida Moraes;

b) Suplente: Juliane Aparecida Agnes.

XI - Representante do quadro próprio de servidores da Câmara Municipal:

a) Titular: Paulo Dias;

b) Suplente: Rodrigo Sartor Mayer.

XII - Representante da Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal:

a) Titular: Mariane Aparecida Martinello;

b) Suplente: Liciane Cristina Puttkamer.

XIII - Representante da Divisão de Fiscalização e Tributação da Prefeitura Municipal:

a) Titular: Julli Rebonato;

b) Suplente: Mariza T.de Andrade Braga.

XIV - Representante do Núcleo de Tecnologia/APL TI:

a) Titular: Cleverson Faustino Brandelero;

b) Suplente: Alaxandro Rodrigo Dal Piva.

XV - Representante da Faculdade Mater Dei:

a) Titular: Anderson Luiz Michelin;

b) Suplente: Robson Luiz Montanari.

XVI - Representante do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP:

a) Titular: Claudio Arcidio Muller;

b) Suplente: Ronaldo Bieber.

XVII - Representante da 14ª Delegacia Regional da Receita Estadual de Pato Branco:

a) Titular: Adenir Zanin;

b) Suplente: Ivan de Almeida Guedes.

XVIII - Representante da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR:

a) Titular: Elizangela Mara Cavalheiro;

b) Suplente: Oldair Roberto Giasson.

XIX - Representante da Universidade Aberta do Brasil - Polo Pato Branco:

a) Titular: Kelvin Silva;

b) Suplente: Amanda Luiza Rodrigues Lisboa.

XX - Representante dos Correios e Telégrafos - ECT de Pato Branco:

a) Titular: Wellington Afonso Belz;

b) Suplente: Antonio Heman Pereira.

XXI - Representante do Corpo de Bombeiros - 2º SGBI:

a) Titular: Karolyne Alice de Castro;

b) Suplente: Rafael Antonio Carabagiale Fuck.

XXII - Representante da Caixa Econômica Federal:

a) Titular: Danieli Rovea;

b) Suplente: Victor Rodrigo Coferri.

XXIII - Representante do Banco do Brasil:

a) Titular: Luiz Alfonso Ciprandi;

b) Suplente: Juliane Luiza Marcon Pivatto.

XXIV - Representante do Sicredi - Sistemas de Cooperativas de Crédito:

a) Titular: Eslau Roberto Thomas;

b) Suplente: Eder Vargas.

XXV - Representante do Sicoob – Sistemas de Cooperativas de Crédito:

a) Titular: Celso Ferrarini;

b) Suplente: Edineia Sandra Burile.

XXVI - Representante da Vigilância Sanitária:

a) Titular: Sirlei Cleocir Wagner dos Santos;

b) Suplente: Edineia Sandra Burile.

XXVII - Representante da Junta Comercial de Pato Branco:

a) Titular: Cleidineia Rovea Correa;

b) Suplente: Agente de Desenvolvimento:

a) Titular: Adriana Salete Peter Fernandes dos Santos;

b) Suplente: Agente de Desenvolvimento:

a) Titular: Fabricio Preis de Mello;

b) Suplente: Leandro Lamp.

XXX - Representante do Banco Social/Microcrédito:

a) Titular: Ademar Jairo Bertol.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2021.

ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2021  
PROCESSO Nº 188/2021

O Município de Pato Branco, *UASG 450996*, através da pregoeira *Naudieri Provensi*, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 555/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, *de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte*, objetivando a implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas e troféus para eventos esportivos e festividades, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme condições e demais especificações estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo *“menor preço”*, com critério de julgamento *“menor preço por item”*, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Decreto Municipal nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 8.574 de 01 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de **R\$ 157.282,40 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)**. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: **UMA SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2021**. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br) - <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1532, e-mail: [licita2@patobranco.pr.gov.br](mailto:licita2@patobranco.pr.gov.br). Pato Branco, 01 de outubro de 2021. *Naudieri Provensi – Pregoeira*.

TERMO DE SELEÇÃO

Aos treze dias do mês de setembro de 2021, na Sala de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, localizada a Praça Francisco Assis Reis, 1060 – Centro, neste Município, o Exmo Sr. Prefeito Municipal ELIDIO ZIMERMAM DE MORAES, com fundamento na Lei Federal nº 14.118, de 12/01/2021, e suas alterações posteriores a esta, em face da classificação das propostas apresentadas na CHAMADA PÚBLICA nº 04/2021, o qual tem por objeto a **“seleção de empresas do ramo de construção civil a serem indicadas pelo Município à Caixa Econômica Federal (CEF) ou Instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com vistas à contratação de empresa (pela própria instituição) para executar a construção de unidades habitacionais de interesse social e/ou no âmbito do “Programa Casa Verde e Amarela”, conforme Lei Federal nº 14.118, de 12/01/2021, e suas alterações posteriores a este, em terrenos determinados pertencentes ao Município”**. Por deliberação da Comissão de Licitação e devidamente ratificada pelo Prefeito Municipal, classifica a empresa PALMAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.510.948/0001-12.

Mangueirinha 01 de Outubro de 2021.

**PUBLIQUE-SE**  
**Setor de Licitações**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 036/2021 – PMM**  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.  
**CONTRATADO:** MASAMI MOTORS LTDA, CNPJ sob nº 21.405.894/0001-70.  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada visando realizar a revisão no veículo Pajero HPE 3.2 4X4, Placa BDF3F84 de 70.000 km, conforme solicitação da Secretaria de Gabinete desta municipalidade.  
**VALOR:** valor global de R\$ 1.562,56 (Um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).  
**DATA:** 01 de Outubro de 2021

Mangueirinha 01de Outubro de 2021.

**PUBLIQUE-SE**  
**Setor de Licitações**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2021 – PMM**

**OBJETO:** Seleção de propostas visando a aquisição de equipamentos para roçada de gramas e poda de árvores em atendimento as necessidades da secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Limpeza Publica desta municipalidade.  
**PREÇO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.**  
**DATA DE ABERTURA: 19 de Outubro de 2021 às 09h00min**, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Departamento de Licitação, situada a Praça Francisco Assis Reis, 1060.  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município [www.mangueirinha.pr.gov.br](http://www.mangueirinha.pr.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (046) 3243–1122.  
Mangueirinha 01 de Outubro de 2021.

**Publique-se**  
**Dorli Netto**  
**Pregoeiro**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 133/2019**  
*(Vinculado a Pregão Eletrônico Nº 079/2019)*  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Renascença  
**CONTRATADA:** AMG Engenharia Eireli  
**PRazo DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:** Prorrogado por 12 (doze) meses.  
**DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO:** 01 de outubro de 2021.  
**FORO:** Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.  
Renascença, 01 de outubro de 2021.  
**IDALIR JOÃO ZANELLA**  
**Prefeito Municipal**

MUNICIPIO DE SAUADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO 125/2021  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2021

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecer em locação decorações natalinas para Praças, Avenida e Parque do Lago do Município, conforme descrito em edital.  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE.**  
**PRazo MÁXIMO DE ENTREGA:** até o dia 03/11/2021.  
**ABERTURA:** Dia 18 de outubro de 2021 às 09:00 horas.  
**INFORMAÇÕES REFERENTE AO EDITAL:** Na Secretaria de Administração – Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, à Rua Frei Vitor Berscheid, 708– Centro - Saudade do Iguaçu-Pr., telefone No. (046) 3246-1166 ou pelo site: <http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitacoes.php>

Saudade do Iguaçu, 01 de outubro de 2021.

**DARLEI TRENTO**  
**Prefeito Municipal**

MUNICIPIO DE SAUADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2021 Ata de Registro de Preços nº 010/2021 Termo Aditivo nº 001					
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUADE DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.585.477/0001-92, com sede e foro na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708, Centro, CEP 85.568-000 em Saudade do Iguaçu – PR. CONTRATADA: ANDERSON DOLISNE MERCEARIA - ME CNPJ Nº 07.176.510/0001-63. DATA DE ASSINATURA: 01/10/2021.					
LOTE/ITEM	tipo de reajuste	UNID.	DESCRIÇÃO PRODUTO	Último Valor Registrado R\$	Valor Recomposto R\$
LOTE 01 ITEM 40	reequilíbrio	KG	CORTES CONGELADOS DE FRANGO (FILEZINHO - SASSAMI), CONGELADOS UM A UM E NAO TEMPERADO, COM ASPECTO FIRME, COR AMARELO ROSADA, SEM ESCURECIMENTO OU MANCHAS ESVERDEADAS, SEM SINAIS DE DESCONGELAMENTO, ADICONADOS EM EMBALAGENS PLASTICA, CONTEUDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E CARIMBOS OFICIAIS DE ACORDO COM A PORTARIA DO MINISTERIO DA AGRICULTURA APRESENTACAO EM EMBALAGENS DE POLIETILENO ATOXICO EM QUANTIDADE CONFORME SOLICITACAO. REPOSICAO DO PRODUTO: NO CASO DE MAU CHEIRO E ESCURECIMENTO NAO CARACTERISTICO DO PRODUTO. Marca C. VALE	10,90	16,43
LOTE 01 ITEM 51	reequilíbrio	KG	FILÉ DE TILÁPIA in natura congelado, sem pele, sem espinhos, interfolhada, filés entre 80g e 120g. Embalagem contendo no mínimo 1 kg. Com registro no ministério da agricultura e com serviço de inspeção federal SIF. Marca PEIXE FRESCO	34,00	39,98
LOTE 01 ITEM 54	reequilíbrio	PC	IOGURTE de frutas com preparado de morango, pronto para beber, parcialmente desnatado. Apresentação em embalagens plásticas de polietileno atóxico leitoso, peso líquido 1000g. Com registro no Ministério da Agricultura e Serviço de Inspeção Federal - SIF. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega. Embalagem contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro no Serviço de Inspeção.	4,95	6,98
LOTE 01 ITEM 56	reequilíbrio	L	LEITE pasteurizado integral. Com registro SIM/POA. Porção de 200ml deverá conter no mínimo 123 kcal, 9g de carboidrato, 6g de proteína, 264mg de cálcio, 100 mg de sódio. Apresentação do produto: pacote contendo 1 litro. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. O produto deverá apresentar validade mínima de 7 dias a partir da data de entrega. Marca CAPEG	3,87	4,37

A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>, edição de 04/10/2021, conforme Lei Autorizativa Nº 1358, de 26 de Agosto de 2020.

**AVISO DE LICITAÇÃO – PE 036/2021**  
A Comissão Especial de Licitação da entidade CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONIMS, no exercício das atribuições que lhe confere o Ato de Consórcio nº 161, de 08/09/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18/10/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a abertura da sessão pública conforme especificado no Edital de Licitação PE Nº 036/2021 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.  
A íntegra do Edital se encontrará disponível no endereço: [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br), na aba Licitações a partir das 08:00 da manhã do dia 04/10/2021.  
**Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.  
Pato Branco/PR, 01 de outubro de 2021.

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
**COORDENADOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**  
**ATO DE CONSÓRCIO**  
**RESOLUÇÃO Nº 190 DE 1 DE OUTUBRO DE 2021**  
**Súmula:** Concede diária pela prestação de serviço fora do domicílio.  
**RESOLUÇÃO Nº 191 DE 1 DE OUTUBRO DE 2021**  
**Súmula:** Dispõe sobre a inclusão de item, alteração e exclusão de redação constante no credenciamento nº 003/2017.  
**A íntegra encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos:**  
<http://www.conims.com.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 13/2021**

O Município de Chopinzinho, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.995.414/0001-60, com sede na Rua Miguel Procopio Kurlpel, nº 3.811, torna público que fará realizar **das 08h30min do dia 05/10/2021, até 28/10/2021 às 10h00min**. CHAMADA PÚBLICA, para fins de credenciamento de fornecedores de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Prazo de fornecimento: **06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato**.  
Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, ou através do telefone (46) 3242 – 8614.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA-PR.**

RUA: Elpidio dos Santos, 541 - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122  
CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 02/2021**

A Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar no dia **21 de outubro de 2021** às 09:00 horas, a abertura dos envelopes de propostas de preços da licitação modalidade **TOMADA DE PREÇO** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa para **execução de pavimentação com pedras irregulares no trecho da Fazenda Cataneo até a Propriedade do Rottlio Chaves, totalizando 28.960,00m2, no Município de Honório Serpa – PR**, de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária constantes no Edital. Local do protocolo e da realização da sessão pública da Tomada de Preço: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR, situada na Rua Elpidio dos Santos, Nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa – PR. Informações complementares através do telefone (46) 3245-1130 pelo e-mail: [licitacaopmhonorioserpa@gmail.com](mailto:licitacaopmhonorioserpa@gmail.com).

Honório Serpa, 01 de outubro de 2021.

**Elsangela Macagnan**  
Presidenta da Comissão de licitação

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3025/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: Sucesso Serviços de Eventos Eireli – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.691.503/0001 – 13.  
Objeto: Contratação de empresa/associação especializada na prestação de serviços de arbitragem de modalidades esportivas a fim de prestarem serviços nos campeonatos e eventos esportivos organizados pela Divisão de Esportes do Município de Itapejara D’Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 057/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 25.637,00 (Vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Outubro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3026/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: Papagaio Produção e Promoção de Eventos Esportivos Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.582.124/0001 - 50.  
Objeto: Contratação de empresa/associação especializada na prestação de serviços de arbitragem de modalidades esportivas a fim de prestarem serviços nos campeonatos e eventos esportivos organizados pela Divisão de Esportes do Município de Itapejara D’Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 057/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 112.097,50 (Cento e doze mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Outubro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.


MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3027/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: Eventual Live Marketing Direto Eireli - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.433.214/0001 - 02.  
Objeto: Contratação de empresa/associação especializada na prestação de serviços de arbitragem de modalidades esportivas a fim de prestarem serviços nos campeonatos e eventos esportivos organizados pela Divisão de Esportes do Município de Itapejara D’Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 057/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 22.050,00 (Vinte e dois mil e cinquenta reais).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Outubro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3028/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: A. M. Gnoatto – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.309.818/0001 – 60.  
Objeto: Contratação de empresa especializada no licenciamento de uso de Sistema de Controle e Gerenciamento de Obras, para uso do Departamento Municipal de Obras, Viação e Urbanismo do Município de Itapejara D’Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 063/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 6.549,86 (Seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Outubro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3029/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: Egide Terezinha Angst - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.927.092/0001 - 10.  
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de show de mágicas destinadas as Comemorações do Dia das Crianças, com os alunos da Rede Municipal de Educação, conforme objeto do Edital de Dispensa de Licitação Nº 015/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 1.870,00 (Hum mil, oitocentos e setenta reais).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Janeiro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D’OESTE - PR  
Extrato Contrato Nº 3030/2021  
Contratante: Município de Itapejara D’Oeste - PR  
Contratado: UBI Inteligência no Trânsito Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.684.206/0001 – 43.  
Objeto: Contratação de empresa especializada no licenciamento de software destinado a gestão do trânsito no Município de Itapejara D’Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 068/2021.  
Valor do Contrato: R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais).  
Vigência: De 01 (primeiro) de Outubro de 2021 até 01 (primeiro) de Outubro de 2022.  
Data do Contrato: 01 (primeiro) de Outubro de 2021.


MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2021  
PROCESSO Nº 189/2021  
O Município de Pato Branco, *UASG 450996*, através da pregoeira *Naudieri Provensi*, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 555/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, *contendo itens de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, itens com cota reservada para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens com cota reservada para participação de empresas em geral*, objetivando a implantação de registro de preços para futura e fracionada aquisição de Compressor de Ar, Escova para Captação de Sujeira, Kit Perfurador de Solo, Lixeiras, Manta Geotêxtil, Motopoda, Motosserras, Roçadeiras, Sopradores, Bag’s (sacos) de rafia novo e Contêineres, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Engenharia e Obras, Agricultura, Educação e Cultura e Desenvolvimento Econômico, conforme condições e demais especificações estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo *“menor preço”*, com critério de julgamento *“menor preço por item”*, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Decreto Municipal nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 8.574 de 01 de novembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de ***R\$ 985.339,77 (novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos)***. O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2021.** O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br) - <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1532, e-mail: [licita2@patobranco.pr.gov.br](mailto:licita2@patobranco.pr.gov.br). Pato Branco, 01 de outubro de 2021. *Naudieri Provensi – Pregoeira.*



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ITAPEJARA D'OESTE

C.N.P.J. 77.778.629/0001-91



**Lei nº 2.006/2021.**  
**Data:** 01 de outubro de 2021.  
**Súmula:** “*Institui o Programa ‘Itapejara Sustentável’ de Sustentabilidade Ambiental na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências*”.

A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná aprovou e, eu **Marcus Vinicius Braz Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 02/04/1990, artigo 54, §3º e §4º, com o Regimento Interno, artigo 197, §3º, sanciono, diante de omissão do Poder Executivo, a seguinte Lei, de Autoria do Vereador **Fernando Mantuvamini**:

**Art. 1º** Fica instituído na rede pública de ensino municipal do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, o Programa de Sustentabilidade Ambiental, conforme estabelecido no inciso VI do artigo 225 da Constituição da República de 1988.

**Art. 2º** O Programa de Sustentabilidade Ambiental na Educação consiste em organizar nas escolas municipais de Itapejara D'Oeste, um conjunto de atividades com o objetivo de implementar a educação ambiental na rede pública municipal e conscientizar a comunidade escolar sobre os problemas ambientais da cidade e em especial da região do entorno de cada unidade escolar e dentro da mesma.

Parágrafo único. O conjunto de atividades mencionadas no *caput* deste artigo se refere a iniciativas que objetivam identificar os problemas ambientais da região em relação a:

- I - áreas verdes na escola e na região;
- II - poluição do ar;
- III - adensamento populacional na região;
- IV - grau de inclusão e exclusão social;
- V - saneamento básico na escola e na região;
- VI - trânsito e transporte público na região;
- VII - proteção do solo e das águas;
- VIII - proteção da fauna e da flora;
- IX - políticas de urbanização da região;
- X - conhecer as ações ambientais previstas no Plano Diretor;
- XI - avaliar as ações ambientais propostas pelos movimentos em defesa do meio ambiente, em especial as previstas na Agenda 21;
- XII - ações relacionadas à reciclagem do lixo;
- XIII - outros problemas ambientais.

**Art. 3º** O Poder Público Municipal, através de Decreto, deverá incentivar as escolas da rede pública municipal a organizarem o Programa de Sustentabilidade Ambiental, garantindo as condições necessárias à realização dos projetos elaborados pelas escolas que aderirem ao referido programa.

**Art. 4º** O desenvolvimento do programa deve conter, entre outras atividades, a realização de palestras, oficinas e ações em defesa do meio ambiente no espaço interno das escolas e na região.

**Art. 5º** O programa não tem caráter de obrigatoriedade, mas de adesão. Cabe a cada escola avaliar junto com o seu respectivo Conselho de Escola as possibilidades de execução do programa e os meios de concretizá-lo.

**Art. 6º** Caberá ao Poder Executivo autorizar o Departamento Competente auxiliar as unidades escolares, no que for necessário, para a realização do Programa de Sustentabilidade Ambiental.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2021.

Marcus Vinicius Braz Santos  
Vereador Presidente

**Av. Manoel Ribas, 620 – Telefax (46) 3526-1054 e-mail: [camaraitapejara@yahoo.com.br](mailto:camaraitapejara@yahoo.com.br)**  
**85500 – 000 - Itapejara D'Oeste - Paraná.**

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
Extrato Termo de Aditamento nº 01/2021 – Contrato n.º 174/2020.  
Pregão nº 55/2020. Processo nº 117/2020. PARTES: Município de Pato Branco e *Exitus Comercial Produtos e Serviços Ltda*. OBJETO: contratação de empresa para aquisição de materiais de divulgação, premiação, uniformes, material esportivo e arbitragem itens estes que serão utilizados no Campeonato Esportivo para desenvolvimento da Prática de Futsal para atendimento a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos da região Sudoeste e Oeste do Paraná, e da região Oeste do Estado de Santa Catarina, denominado I Copa Cidade de Pato Branco de Futsal, com recurso do Ministério da Cidadania, conforme solicitação apresentada no protocolo 428324/2021. VALOR: *Com base na Clausula Décima Primeira, parágrafo IV do referido contrato e com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu artigo 65, II, “d”, as partes pactuam reequilíbrio financeiro*. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 01 de outubro 2021. Robson Cantu - Prefeito. *Ricardo Mazzon* - Representante Legal.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO  
Errata Extrato do Contrato nº 86/2020/GP – Tomada de Preços nº 02/2020 - Processo nº 21/2020, publicado na Edição do dia 03/07/2020. Edição nº 7671. Onde leu-se: “A Construção da Praça do Bairro Vila Isabel, localizada na Rua Silva Jardim, Construção da Praça do Bairro São Cristóvão, localizada na Rua das Bandeiras, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Engenharia e Obras”, leia-se: “A contratação de empresa para **Construção da Praça do Bairro Planalto**, localizada na Rua das Arapongas e **Construção do Parque São João** localizado na Rua Mohamad Omar Awada, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Engenharia e Obras”. As demais condições permanecem inalteradas.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO  
Extrato Dispensa de Licitação nº 80/2021, Processo nº190/2021. PARTES: Município de Pato Branco e D’ Luka Brinquedos. OBJETO Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de cama elástica, tobogã inflável e castelinho inflável, que serão utilizados nas ruas de lazer nos bairros, eventos recreativos e sociais a ser realizado no ano de 2021/2022, atendendo as necessidades da Secretaria de Esporte e Lazer. VALOR R\$ O valor ajustado para a aquisição do objeto do futuro contrato é de R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais). Para suporte das despesas será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: 16.02 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER – 278120041.2.224000 Manut.das atividades do Dpto de Esporte e Lazer 3.1.90.11.00.00.00 - 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 2469 Fonte.....: 0 Recursos Ordinários (Livres) – Código Reduzido - 2469 Desdobramento – 18490. DISPENSA DE LICITAÇÃO: Lei 8.666/93, em seu artigo 24 II, inciso. Pato Branco, 01 de Outubro de 2021. Angela Padoan – Prefeito. Alexandre Zoche – Secretário de Esporte e Lazer.

ORAÇÃO DE FÉ

Senhor Deus, criador do céu e da terra, Poderoso é o Vosso nome, grande é a Vossa misericórdia. Em nome de Vosso Filho Jesus Cristo, recorro a Vós, neste momento, para pedir bençãos para a minha vida. Que Vossa divina luz incida sobre mim. Com Vossas mãos retirai todo o mal, todos os problemas que estejam ao meu redor. Que as forças negativas que me abatem e me entristecem se desfaçam ao sopro da Vossa benção. O Vosso poder destrua todas as barreiras que impedem o meu progresso. E dos céus Vossas virtudes penetrem no meu ser, dando paz, saúde e prosperidade. Abra Senhor os meus caminhos, que meus passos sejam dirigidos por Vós para que eu não tropece na caminhada da vida. Meu viver, meu lar e meu trabalho sejam por Vós abençoados. Entrego-me em Vossas mãos poderosas, na certeza que tudo vou alcançar. Agradeço em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Meu filho vai em paz, a tua fé te salvou!



ATENDIMENTO NO PARANÁ,

LITORAL CATARINENSE

E GRANDE SÃO PAULO

PATO BRANCO - PR

Rua Nestor Cardoso, 63 / Bairro Vila Esperança

CEP: 85503-140 / Fone: 46. 3025-5005

[sudoestetransportes.com.br](http://sudoestetransportes.com.br)





# Copel inaugura hidrelétrica entre Verê e São João

AEN

Mais de cem mil pessoas serão beneficiadas pela energia elétrica produzida pela Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista, inaugurada nesta sexta-feira (1º) com dois anos de antecedência em relação ao prazo previsto. O empreendimento está instalado no Rio Chopim, no Sudoeste paranaense, entre os municípios de Verê e São João.

O investimento total na obra foi de R\$ 224 milhões por parte da Copel. A usina é composta por três unidades geradoras na casa de força principal e mais uma, menor, na casa de força complementar. Juntas, elas somam uma potência de 29,81 megawatts (MW).

O governador Carlos Massa Ratinho Junior ressaltou a importância da obra para a economia do Sudoeste, que se torna um grande polo gerador de energia para o Paraná e o Brasil. “Essa inauguração ajuda o Paraná a se consolidar como um grande produtor de energia limpa no Brasil. Essa obra faz parte de um grande projeto que é dar velocidade à construção de pequenas centrais hidrelétricas”, afirmou, por vídeo. Ele não compareceu ao evento devido às condições climáticas na região.

“Somos um dos estados que mais têm potencial nessa área. Em dois anos e meio, demos a autorização para a construção de 80 PCHs. Isso porque, primeiro, essa é uma energia limpa, renovável, de baixo impacto ambiental; e segun-



Hidrelétrica foi inaugurada nesta sexta-feira (1º)

do, porque é uma tecnologia brasileira, usando equipamentos paranaenses”, acrescentou.

As obras da PCH Bela Vista foram iniciadas em junho de 2019. Um ano depois já se realizava o desvio do rio Chopim para a conclusão da barragem. Com o avanço da construção, as três unidades geradoras principais foram inauguradas ao longo de 2021, finalizando a obra: a primeira em 12 de junho, a segunda em 10 de julho e a terceira, em 15 de agosto.

“A Copel é uma das mais importantes empresas de energia do nosso País, e o Paraná tem se destacado não só na geração de energia, mas na sua transmissão e distribuição. Esse empreendimento contribui para assegurar a segurança energética do nosso país e para o desenvolvimento socioeconômico local”, afirmou o ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, também por vídeo.

“Esse é um grande empreendimento da Copel, marcando uma

nova fase da nossa empresa na fronteira do desenvolvimento do setor elétrico”, pontuou Daniel Pimentel Slaviero, diretor-presidente da Copel.

O empreendimento gerou cerca de 450 empregos em todas as frentes de trabalho no período. O prefeito de Verê, Ademilso Rosin, ressaltou que a obra ajudou na economia do município durante o período da pandemia, e que seus benefícios serão permanentes.

“Percebemos um aumento no

fluxo do comércio com as pessoas que transitaram por aqui durante a construção da PCH. Hoje, encerrando essa etapa, teremos o ganho de toda essa obra. Além de auxiliar a região na geração de energia para milhares de pessoas, ela vai ajudar o município de Verê pela contribuição de ICMS”, afirmou Rosin. Durante a construção da PCH, mais de R\$ 6 milhões foram arrecadados pela prefeitura em ISS.

## Ponte da integração

A implantação da PCH também incluiu, como contrapartida social, uma ponte de 200 metros de extensão sobre o Rio Chopim na área do reservatório. A travessia entre Verê e São João, que era feita por balsa, passa a ser gratuita, atendendo a uma antiga reivindicação da população local. O investimento foi de R\$ 7 milhões.

O prefeito de São João, Clóvis Cucolotto, explica que antes da ponte a ligação entre os dois municípios costumava ser por balsa, que abria das 8h às 20h.

Não havia um deslocamento social grande entre as duas cidades, e o fluxo do agronegócio era reduzido. Para o fluxo do leite, uma importante cadeia na região, tinha que se dar uma volta de cerca de 44 quilômetros. Com a ponte, não há necessidade disso: em cinco minutos se atravessa para a outra cidade. Isso reforça muito a questão econômica do agronegócio”, disse.

# Modernização do aeroporto consolida Maringá como referência logística para o País

AEN

A primeira parte da modernização do Aeroporto Regional Silvio Name Júnior, em Maringá, no Noroeste do Estado, foi concluída. O investimento do governo federal, com contrapartida municipal, foi de R\$ 81,5 milhões.

Agora, o complexo aéreo passa a contar com a segunda maior pista de pousos e decolagens do Paraná, que passou de 2.100 metros para 2.380 metros. A reforma, iniciada em 2019, garantiu também a implementação de modernos instrumentos de auxílio de navegação aérea (ALS e ILS). Essa estrutura permitirá ao terminal se consolidar como importante ponto logístico nacional para o transporte de cargas.

Com a nova pista, o empreendimento pode receber aviões cargueiros de todo o mundo. Alguns modelos transportam 50 toneladas de carga.

“Esse novo aeroporto significa um salto para a infraestrutura de Maringá e do Paraná. A cidade terá condições de receber mais aviões de carga, movimentando toda a cadeia econômica. Isso vai significar mais emprego e mais renda para os paranaenses”, afirmou o governador.

Ratinho Junior destacou que

a expansão é mais um passo importante na consolidação do Paraná como hub logístico da América do Sul.

“O planejamento do Governo do Estado busca reforçar todos os modais. Por isso queremos uma aviação regional forte, estradas duplicadas e seguras e trens que possam ajudar no escoamento da safra até o Porto de Paranaguá. Tudo isso já está acontecendo e vamos avançar ainda mais”, disse.

## Estrutura

Parte desta estratégia está condicionada exatamente à nova pista para pousos e decolagens. O local passa a ter 2.380 metros de comprimento e 45 metros de largura, 162 metros mais longa do que a faixa principal do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, que tem 2.218 metros.

Só é menor do que a pista do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, inaugurada em abril, com 2.858 metros, a maior do Sul do País.

O pátio do aeroporto de Maringá também foi ampliado para 12 posições de estacionamento de aeronaves e o aeroporto passa a contar com o Sistema de Ilumi-



GILSON DE ABREU/AEN

nação de Aproximação (ALS), que permite pousos mesmo em condições climáticas adversas.

“O Aeroporto Regional está localizado em um entroncamento rodoviário e ferroviário, na BR-369, o que permite ao aeroporto ser um hub logístico para a distribuição de cargas para várias cidades”, afirmou o prefeito de Maringá, lembrando que os principais aeroportos de carga do País, Guarulhos e Viracopos (Campinas), já estão com capacidade de movi-

mentação esgotada.

## Voe Paraná

Maringá também é peça-chave para o programa estadual Voe Paraná, o maior de aviação regional do País. O projeto foi retomado em setembro, após um ano e seis meses de inatividade em razão da pandemia da Covid-19.

Em parceria com a companhia paranaense Aerosul, já estão em operação voos diretos ligando Curitiba a cidades importantes do inte-

rior como Araçongas, Apucarana e Pato Branco. A empresa pretende até o fim do ano começar as ligações Curitiba-Londrina, Curitiba-Telêmaco Borba, Curitiba-Francisco Beltrão, Curitiba-União da Vitória, Curitiba-Cornélio Procopio, Curitiba-Guaíra, Curitiba-Guarapuava e Londrina-Foz do Iguaçu-Assunção (Paraguai). Maringá já conta com voos diretos para a Capital, mas também está no radar de expansão da empresa.

O investimento do governo federal, com contrapartida municipal, foi de R\$ 81,5 milhões



Os clientes também podem negociar os débitos

## Enel vai parcelar conta de energia para famílias de baixa renda

### Agência Brasil

Famílias de baixa renda ou em dificuldade financeira de São Paulo e que estão cadastradas na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) poderão parcelar suas contas de luz em até 13 vezes. A medida vale para consumidores de baixa renda da Enel Brasil Distribuidora.

Segundo a Enel, o consumidor poderá pagar sua conta com uma entrada e mais 12 parcelas com isenção de encargos sobre atraso e 1% de juros do financiamento.

A negociação dessa dívida pode ser feita online por meio do portal de negociação da Enel São Paulo. Os clientes também podem negociar os débitos pela Central de Atendimento 0800 72 72 120 ou presencialmente, por meio de agendamento prévio.

Desde a última sexta (1º) o consumidor de baixa renda poderá ter sua luz cortada ou interrompida se não pagar a conta. Durante a pandemia, o corte de energia havia sido suspenso pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mesmo que a conta de luz não tivesse sido paga. Agora, o corte da energia volta a ser permitido.

A medida da Aneel que determinava a suspensão no corte no fornecimento de luz passou a valer em abril do ano passado. Entre abril e julho, ela funcionou para todas as unidades residenciais. De julho até dezembro, ficou mantida a suspensão apenas para famílias de baixa renda.

Neste ano de 2021, entre abril e setembro, a Aneel voltou a suspender o corte de energia por falta de pagamento, mas a medida funcionou apenas para famílias de baixa renda.

Segundo a Aneel, antes que o corte seja feito, a distribuidora de energia deve encaminhar a notificação por escrito para o consumidor com antecedência de 15 dias. No caso das famílias de baixa renda, a distribuidora pode negociar o parcelamento do débito em, no mínimo, três parcelas.

## Governo publica regras para retorno ao trabalho presencial

### Agência Brasil

Uma instrução normativa do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (1º), traz regras para o retorno seguro e gradual de servidores e empregados públicos ao trabalho presencial. Pelo documento, a volta deve ocorrer com a observação das medidas sanitárias recomendadas pelo Ministério da Saúde como uso de equipamentos de proteção individual e de medidas em relação aos casos suspeitos e confirmados do novo coronavírus.

A instrução normativa não se aplica aos servidores e empregados públicos que exercem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais pelo Decreto nº 10.282, de 20 de março 2020.

A mesma instrução normativa traz uma lista de casos nos quais os servidores e empregados deverão permanecer em trabalho remoto. Na lista estão, por exemplo, os que apresentem condições ou fatores de risco como idade igual ou superior a 60 anos; tabagismo; obesidade; insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica entre outras. Também figuram na lista de risco quem tem hipertensão arterial; doença cerebrovascular; pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave), imunodepressão e imunossupressão; doenças renais crônicas em estágio avançado, diabetes melito, além de doenças crônicas com estado de fragilidade imunológica.

# Savanização da Amazônia e calor podem ser fatais para saúde humana



Conclusão é de estuda da Fiocruz PI, Inpe e IEA/USP

### Agência Brasil

O desmatamento da Amazônia, com a substituição das florestas por uma vegetação típica de savanas, combinado com as mudanças climáticas, pode trazer consequências fatais para o ser humano, principalmente em regiões onde residem populações vulneráveis, que poderão ficar expostas ao risco de exposição a estresse por calor, situação em que as condições ambientais não são favoráveis para que o homem possa manter sua temperatura corporal.

Essa é uma das conclusões do primeiro estudo dos impactos combinados do desmatamento e das mudanças climáticas na saúde humana, realizado pelos pesquisadores Beatriz Alves de Oliveira, da Fundação Oswaldo Cruz do Piauí (Fiocruz PI); Marcus Bottino e Paulo Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

“Quando nós temos um ambiente com alta temperatura e também com alta umidade do ar, nosso corpo tem mais dificuldade de troca de calor com o meio externo e isso, em algumas situações, pode ser fatal. No nosso estudo, mostramos que, com a savanização da floresta amazônica, que é traduzida aqui pela substituição da floresta por uma vegetação do tipo savana, potencializa esse risco de exposição a estresse por calor. E isso pode impactar, principalmente, grupos prioritários como, por exemplo, idosos, crianças, populações com condições pregressas e, além disso, algumas atividades, como atividades ocupacionais e esportivas”, expôs Beatriz Alves de Oliveira.

Segundo afirmou, os efeitos vão ser sentidos a nível local e regional, afetando municípios da Amazônia e da Região Norte, que têm baixa capacidade de resiliência e alta vulnerabilidade social. O estudo aponta para uma necessidade de gerar e de impulsionar ações coordenadas de alguns setores, entre os quais saúde, energia, infraestrutura e proteção social, para evitar esses efeitos negativos, especialmente nessas regiões que podem ser vulneráveis a esses riscos extremos, salientou a pesquisadora de Saúde Pública

da Fiocruz Piauí.

Para Beatriz, os efeitos locais das mudanças no uso da terra estão diretamente ligados às políticas e estratégias de sustentabilidade das florestas. “E as mudanças nessas áreas estão ao alcance da sociedade. Nessas áreas, o setor de saúde poderia ser um importante motivador na formulação de políticas integrativas para mitigar o risco de estresse térmico e a redução da vulnerabilidade social”, apontou.

O estudo Desmatamento e mudanças climáticas projetam aumento do risco de estresse térmico na Amazônia Brasileira sinaliza que existe um limite de desmatamento da Amazônia que impactará a sobrevivência da espécie humana. Esse limite é acompanhado por um “efeito extremo na saúde” que deixará cerca de 12 milhões de pessoas da região Norte do Brasil expostas ao risco extremo de estresse térmico, até 2100, quando serão atingidos os limites de adaptação fisiológica do corpo humano devido ao desmatamento. Em resumo, o que a pesquisa quer dizer é que o ser humano não será capaz de manter sua temperatura corporal sem adaptação.

### Resfriamento

Os pesquisadores analisam que sob condições ambientais desfavoráveis, que incluem alta exposição à temperatura e umidade, as capacidades de resfriamento do corpo enfraquecem, ocasionando aumento da temperatura corporal. Em consequência, isso pode provocar desidratação e exaustão e, em casos mais graves, tensão e colapso das funções vitais, levando à morte. Além disso, o estresse causado pelo calor pode afetar o humor, causar distúrbios mentais e reduzir o desempenho físico e psicológico das pessoas.

De acordo com Paulo Nobre, pesquisador do Inpe, “as condições extremas de calor induzidas pelo desmatamento podem ter efeitos negativos e significativamente duradouros na saúde humana”. Destacou a necessidade de se entender globalmente que “se o desmatamento continuar nas proporções atuais, os efeitos serão dramáticos para a civilização. Essas descobertas têm sérias implicações econômicas que vão além dos danos às lavouras de soja”, afirmou Nobre.

No Brasil, com base em dados observacionais, os efeitos combinados do desmatamento e das mudanças climáticas já estão sendo relatados, com os valores de aquecimento mais extremos comprovados em grandes áreas desmatadas no período de 2003 a 2018, indica o estudo. As modelagens climáticas feitas pelos pesquisadores evidenciam que a combinação de mudança no uso da terra e aquecimento global pode ampliar ainda mais os riscos ocupacionais.

Os fatores induzidos pelo homem e responsáveis pela savanização da Amazônia, como aumento do número de incêndios florestais, expansão de áreas agrícolas e atividades de mineração, tendem a impulsionar o crescimento desordenado e um processo de urbanização sem planejamento, com falta de infraestrutura sanitária básica e trabalho informal mais frequente. “Esses fatores estão associados ao processo de desmatamento e ao aumento da desigualdade e da vulnerabilidade, que atuam em sinergia com os efeitos das mudanças climáticas, aumentando ainda mais a demanda por serviços de saúde e proteção social na região da Amazônia brasileira”, explicam os pesquisadores.

### Impactos

Os maiores impactos diretos serão sentidos na Região Norte do país. Do total de 5.565 municípios brasileiros, 16% deles, ou o correspondente a uma população de 30 milhões de pessoas, sofrerão impactos por estresse térmico com a savanização da Floresta Amazônica. Da população impactada, 42% residem em municípios do Norte brasileiro, que apresenta baixa capacidade de resiliência e alta vulnerabilidade social. Com a savanização da Amazônia e as limitações na capacidade de adaptação da Região Norte do Brasil, a população dessa área poderá viver em condições precárias de sobrevivência, impulsionando efeitos como a migração em massa, analisa o estudo.

Várias áreas da economia poderão ser impactadas pelo aumento da exposição ao estresse térmico, ocasionando redução da produtividade do trabalho, porque os trabalhadores estarão expostos a condições térmicas fatais.

---

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

---

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO – PE 036/2021

A Comissão Especial de Licitação da entidade CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, no exercício das atribuições que lhe confere o Ato de Consórcio nº 161 de 08/09/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18/10/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a abertura da sessão pública conforme especificado no Edital de Licitação PE Nº 036/2021 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

A íntegra do Edital se encontrará disponível no endereço: [www.conims.com.br](http://www.conims.com.br), na aba Licitações a partir das 08:00 da manhã do dia 04/10/2021.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

Pato Branco/PR, 01 de outubro de 2021.

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
Coordenador de Licitação e Contratos

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**3C8F2431

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/10/2021. Edição 2362

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

## Detalhes processo licitatório

Informações Gerais			
Entidade Executora	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		
Ano*	2021		
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	36		
Modalidade*	Pregão		
Número edital/processo*	159		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição Financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.		
Forma de Avaliação	Menor Preço		
Dotação Orçamentária*	0100110122000120013390370000		
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	655.035,36		
Data de Lançamento do Edital	03/10/2021		
Data da Abertura das Propostas	18/10/2021	Data Registro	04/10/2021
NOVA Data da Abertura das Propostas		Data Registro	
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não		
Há cota de participação para EPP/ME?	Não		Percentual de participação: 0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não		
Data Cancelamento			

[Editar](#)[Excluir](#)



## Licitações

Onde Estou : Início > Licitações

ANO: 2021 2020 2019 2018 2017 2016 2015 2014 2013

MÊS: Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out

Modalidade: Pregão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

01/10/2021

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021

29/09/2021

Formação de registro de preços para aquisição parcelada de materiais de limpeza, copa e cozinha em geral, de acordo com as condições e especificações constantes no edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Termo de Referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

28/09/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E EMPREGADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021

16/09/2021

Aquisição de eletrodomésticos referente ao convênio nº 900705/2020 – Ministério da Saúde e ainda de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2021

10/09/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, de acordo com as especificações do Anexo I - Termo de Referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL](#)

[Anexo 3 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021

27/08/2021



Aquisição de aparelhos, utensílios, mobiliários e equipamentos para uso odontológico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos visando atender as necessidades dos municípios consorciados ao CONIMS, na forma de Licitação Compartilhada, atendendo aos municípios solicitantes: Clevelândia/PR, Coronel Domingos Soares/PR e Saudade do Iguaçu/PR.

- [Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 3 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)
- [Anexo 4 - INTEGRA PROCESSUAL FASE INTERNA](#)
- [Anexo 5 - INTEGRA PROCESSUAL FASE EXTERNA - PARTE 1](#)
- [Anexo 6 - INTEGRA PROCESSUAL FASE EXTERNA - PARTE 2](#)
- [Anexo 7 - INTEGRA PROCESSUAL FASE EXTERNA - PARTE 3](#)
- [Anexo 8 - INTEGRA PROCESSUAL FASE EXTERNA - PARTE 4](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021 18/08/2021

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

- [Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 3 - IMPUGNAÇÃO EDITAL - PRÓ-VIDA – Comércio de Equipamentos Ltda](#)
- [Anexo 4 - DECISÃO IMPUGNAÇÃO - COMISSÃO ESPECIAL](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021 12/08/2021


Contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e serviços gerais, destinada a atender às necessidades operacionais do CAPS AD III Coronel Vivida/PR, conforme condições constantes neste edital e no anexo I - Termo de Referência.

- [Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)
- [Anexo 3 - ESCLARECIMENTOS 1 AO 6](#)
- [Anexo 4 - FASE INTERNA](#)
- [Anexo 5 - ESCLARECIMENTOS 7 AO 10](#)


Voltar

Home	Concurso   Seleção   PSS
Institucional	Contas Públicas
Quem Somos	Orçamento
Municípios	Contrato de Rateio e Aditivos
Região de	Relatórios Lei
Abrangência	Responsabilidade
Responsáveis	Fiscal
Endereços Oficiais	Demonstrações
Contatos	Contábeis
Recomendação MPPR	Convênios
Atos Legais	Recebidos
Documentos	Convênios
Institucionais	Repassados
Leis de Ratificação	Certidões do CONIMS
Editais e Atas dos	Acesso Restrito
Conselhos	IDS Saúde
Resoluções	Passagens e Diárias
Processos Adm.	Agenda de
Disciplinares	Reuniões
Eliminação de	RELATÓRIO
Documentos	COMPRAS
<u>Licitações</u>	Portal dos Empregados
Contato	Acessos dos Municípios
Fale Conosco	Área Técnica
Ouvidoria	Redes e Programas
	TFD
	Acesso Serviços de
	TFD (NOVO)
	Área do
	Faturamento do
	Município

Compras - Preços  
Registrados  
Área do Prestador

 Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato  
Branco - PR | 85.501-530

 [conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br)

 (46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às  
11:30 e 13:00 às 16:30 ; Administrativo:  
Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00  
às 17:00.

Última atualização: 04/10/2021 08:00:29

---

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

4 de outubro de 2021 08:53

Para: TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>, Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>, ATENAS SERVICOS <Atenas.apoi@gmail.com>, Julieide Baierle <comercial.publico@epavi.com.br>, ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>, SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>, force@forcevigilancia.com.br, contato@grupoveper.com.br, comercial3@orbenk.com.br, licitacoes@edenservicos.com.br, Matheus Silvano Anselmo <matheus.anselmo@orcali.com.br>, contato@grupoparanaservicos.com.br, comercialpublico@orbenk.com.br, veigallicitacao@gmail.com, comercial@spxservicos.com.br

Bom dia!

Segue em anexo o Edital de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021.

**Objeto:** *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.*

**Data de Realização: 18 de Outubro de 2021 Horário: 09:00 da manhã****No endereço eletrônico: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.**

Qualquer dúvida estamos a disposição!

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)**9. EDITAL Nº 036-2021.pdf**

410K

**Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

comercial &lt;comercial.publico@epavi.com.br&gt;

4 de outubro de 2021 10:06

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Prezada Sra. Lhuanna:

Poderia informar qual empresa executa estes serviços?

Obrigado

**Francisco Appratto Gomes**

Gerente Comercial de Licitações

Tel: (51) 3275-1960

[francisco.gomes@epavi.com.br](mailto:francisco.gomes@epavi.com.br)

Em seg., 4 de out. de 2021 às 08:54, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt; escreveu:

Bom dia!

Segue em anexo o Edital de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**Data de Realização: 18 de Outubro de 2021 Horário: 09:00 da manhã****No endereço eletrônico: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.**

Qualquer dúvida estamos a disposição!

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

---

**Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

Para: comercial &lt;comercial.publico@epavi.com.br&gt;

4 de outubro de 2021 10:21

Bom dia, atualmente é a empresa Maxorgani Segurança Privada Eireli.

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

**RES: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

**Helter de Oliveira** <licitacoes@iguasseg.com.br>

8 de outubro de 2021 10:49

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Bom dia, senhora pregoeira, tudo bem?

Será necessário que seja incluída a planilha em xls. logo no registro inicial da proposta, ou somente aquela proposta em PDF bastará? Pergunto porque geralmente só pedem a planilha do vencedor.

Aguardo retorno. Obrigado.

Atenciosamente,

**Helter de Oliveira**

Auxiliar de Licitações



Licitacoes@iguasseg.com.br



45 3523 2020



+55 (45) 9 8813 9201



Rua Maximino Tosi N° 419  
Jd. Festugato-Foz do Iguaçu



www.iguasseg.com.br

**De:** Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>**Enviada em:** segunda-feira, 4 de outubro de 2021 09:08**Para:** 'LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS' <licitacao@conims.com.br>**Cc:** Iguasseg <iguasseg@iguasseg.com.br>**Assunto:** RES: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS

Prezados, agradecemos pelo aviso.

Tenham uma boa semana.

Atenciosamente,

**Helter de Oliveira**

Auxiliar de Licitações



Licitacoes@iguasseg.com.br



45 3523 2020



+55 (45) 9 8813 9201



Rua Maximino Tosi N° 419  
Jd. Festugato-Foz do Iguaçu



www.iguasseg.com.br

**De:** LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>**Enviada em:** segunda-feira, 4 de outubro de 2021 08:54**Para:** TRIAD SERVIÇOS URBANOS <triadservicos@gmail.com>; Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>; ATENAS SERVICOS <Atenas.apoio@gmail.com>; Julieide Baierle <comercial.publico@epavi.com.br>; ELOYRIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS <eloyriscomercial@gmail.com>; SAARA SERVIÇOS <saaraservicos@hotmail.com>; force@forcevigilancia.com.br; contato@grupoveper.com.br; comercial3@orbenk.com.br; licitacoes@edenservicos.com.br; Matheus Silvano Anselmo

<[matheus.anselmo@orcali.com.br](mailto:matheus.anselmo@orcali.com.br)>; [contato@grupoparanaservicos.com.br](mailto:contato@grupoparanaservicos.com.br); [comercialpublico@orbenk.com.br](mailto:comercialpublico@orbenk.com.br); [veigalicitacao@gmail.com](mailto:veigalicitacao@gmail.com); [comercial@spxservicos.com.br](mailto:comercial@spxservicos.com.br)

**Assunto:** EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS

Bom dia!

Segue em anexo o Edital de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021.

**Objeto:** *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.*

**Data de Realização:** 18 de Outubro de 2021 **Horário:** 09:00 da manhã

**No endereço eletrônico:** <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Qualquer dúvida estamos a disposição!

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

---

**Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

8 de outubro de 2021 11:09

Para: Helter de Oliveira &lt;licitacoes@iguasseg.com.br&gt;

Bom dia!

Conforme consta em edital, a planilha de detalhamento dos custos será solicitado como documentação complementar, ou seja, do proponente que for solicitado proposta ajustada (vencedor).

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



**RES: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

**Helter de Oliveira** <licitacoes@iguasseg.com.br>  
Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>

8 de outubro de 2021 11:29

Bom dia.

Obrigado pela resposta. Estou preparando os documentos de Habilitação e tenho duas consideração a fazer.

Creio que está faltando incluir no rol de documentos de habilitação o Comprovante de comunicação das atividades a SSP/PR, nos termos art. 38 do Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1.983, considerando que este documento é indispensável para que as empresas especializadas em vigilância patrimonial possam prestar serviços, nos termos do artigo 14, II da Lei Federal 7.102/83, a saber:

Art. 14 - São **condições essenciais** para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - **autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e**

II - **comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.**

Assim, a fim de evitar desencontros e contratação de empresas irregulares, solicitamos que isso seja incluído no rol dos documentos de habilitação, posto que é um **requisito exigido por lei**. Creemos não ser necessário a alteração da data do certame, marcado para o dia 18/10.

Estranhamos também o fato de não se exigir a comprovação de índices contábeis superiores a 1, como Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência Geral, etc... Isso também é mais um risco de vir a contratar empresas incapazes, sem boa saúde financeira. A administração optou por não exigir ou apenas passou batido?

Fico no aguardo de um retorno. Obrigado e ficamos à disposição.

Atenciosamente,

**Helter de Oliveira**

Auxiliar de Licitações



Licitacoes@iguasseg.com.br



45 3523 2020



+55 (45) 9 8813 9201



Rua Maximino Tosi N° 419  
Jd. Festugato-Foz do Iguaçu



www.iguasseg.com.br

**De:** LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>**Enviada em:** sexta-feira, 8 de outubro de 2021 11:10**Para:** Helter de Oliveira <licitacoes@iguasseg.com.br>**Assunto:** Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS

Bom dia!

Conforme consta em edital, a planilha de detalhamento dos custos será solicitado como documentação complementar, ou seja, do proponente que for solicitado proposta ajustada (vencedor).

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

Pato Branco/PR, 13 de outubro de 2021.

### **Solicitação Parecer Jurídico 337/2021**

O Setor de Licitação e Contratos do CONIMS SOLICITA a Assessoria Jurídica:

**PARECER INICIAL** referente ao pedido de esclarecimento, solicitado pela empresa Iguasseg, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021, o qual tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, que visa atender as necessidades operacionais deste CONIMS em Pato Branco/PR e do CAPS AD III de Coronel Vivida/PR.

Setor de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 403/2021

PROCESSO Nº 159/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do CONIMS e do CAPS AD III de Coronel Vivida. Pedido de Esclarecimento.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico acerca de questionamento elaborado pela Empresa IGUASSEG ASSEIO E CONSERVAÇÃO, interessada em participar da Licitação inaugurada pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2021.

É o relatório.

#### **III– DO PARECER**

- **Tempestividade do Pedido de Esclarecimento**

Primeiramente, relevante destacar que o pedido de esclarecimento foi protocolizado no dia 08/10/2021, às 11h29, sendo que a abertura da sessão está designada para o dia 18/10/2021 vindouro.

Especificamente quanto ao prazo para oferecer Impugnação, consta do Edital:

***“6. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO***

***6.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao presente Edital poderão ser feitas até as 17 horas, até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.”***

Portanto, sendo tempestiva a solicitação, passa-se ao mérito do Pedido de Esclarecimento.

- **Mérito**

O Requerente faz questionamentos acerca da necessidade de inserir no Edital as seguintes exigências de habilitação:

1 - “Comprovante de comunicação das atividades a SSP/PR, documento indispensável para que as empresas especializadas em vigilância patrimonial possam prestar serviços, nos termos do artigo 14, II da Lei Federal 7.102/83, a saber:

*Art. 14 - São **condições essenciais** para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:*

*I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e*

*II - **comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.**”*

2 – “comprovação de índices contábeis superiores a 1, como Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência Geral, etc., para afastar o risco de contratar “empresas incapazes, sem boa saúde financeira”

Sabe-se que a Administração pública, calcada em princípios constitucionais, tem por obrigação permitir e proporcionar o ingresso do **maior número possível de participantes** no processo licitatório, uma vez que, quanto maior for o universo de licitantes, maior será a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa, tanto em termos técnicos quanto em termos econômicos.

Nesse sentido, determina o artigo 37, inciso XXI da nossa Carta Magna que:

*“... ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações...”*

Assim, qualquer requisito inserido como condição de participação deve ser pautado na estrita necessidade do objeto, a fim de não restringir a competitividade.

O interessado almeja a inserção de novas exigências no Edital, sob o fundamento de se tratar de exigência da lei especial (registro no SSP do Estado) e para afastar riscos na contratação de licitantes sem saúde financeira.

Quanto à exigência de Comprovante de comunicação das atividades à *Secretaria de Segurança Pública do respectivo* Estado, a que se refere a Lei Federal 7.102/83, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, entende-se que a tal documentação se destina à contratação de vigilância ARMADA.

Do EDITAL, extrai-se que o objeto do certame é o seguinte:

#### **1. PREÂMBULO**

**1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio da Comissão Permanente de Pregões, devidamente autorizado por seu Presidente Sr. Paulo Horn, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital, seus anexos e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993; torna pública a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS**, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

Exigir que a empresa fornecedora de serviços de vigilante DESARMADO atenda às mesmas exigências do vigilante ARMADO importa em ofensa aos princípios da legalidade, da ampla participação nas licitações e da razoabilidade.

A propósito, é o entendimento da jurisprudência sobre o tema:

**ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA. SEGURANÇA DESARMADA. AUTORIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. EXIGÊNCIA INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DE LIBERDADE DA ATIVIDADE ECONÔMICA E COM AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO DPF. SENTENÇA MANTIDA.**

(...) 6. *Negado provimento à apelação e à remessa oficial. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA. SEGURANÇA DESARMADA. AUTORIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. EXIGÊNCIA INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DE LIBERDADE DA ATIVIDADE ECONÔMICA E COM AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO DPF. SENTENÇA MANTIDA. 1. A impetrante tem como objetivo social, entre outros, “serviços de portaria, recepcionistas, mensageiros, digitadores, fiscalização patrimonial de prédios residenciais, comerciais, industriais e eventos”. 2. **Trata-se da chamada vigilância desarmada, que não se enquadra nem poderia razoavelmente enquadrar-se nas disposições legais que exigem autorização do Departamento de Polícia Federal para o exercício das atividades de vigilância patrimonial ou de segurança de pessoas físicas.** 3. O princípio da liberdade de exercício da atividade econômica impõe interpretação estrita de lei que imponha a necessidade de autorização de órgão público para o desempenho de atividade dessa natureza. Em segundo lugar, a competência do Departamento de Polícia Federal para fiscalizar as empresas de vigilância é excepcionalmente estabelecida por lei, não está na Constituição, outro motivo para que essa competência seja interpretada de forma estrita, ou seja, **no sentido da exatidão dos casos em que razoavelmente se justifica a interferência de um órgão da estatura constitucional do Departamento de Polícia Federal.** 4. O próprio bom-senso diz que o serviço de vigilância desarmada de prédios residenciais não é daqueles que exigem autorização da Polícia Federal. A necessidade de autorização para vigilância armada se justifica tendo em vista uma disciplina uniforme para todo o território nacional, e a atribuição, do referido órgão, para a expedição do porte de arma. **Mas a vigilância desarmada não afeta o interesse da segurança pública em âmbito nacional.** 5. Se é indevido o uso de uniforme típico de vigilante, o emprego de veículo com luz intermitente e o fato de ter cassetetes à disposição para caso de emergência, que isso seja impedido pela polícia local. Não se justifica o emprego da Polícia Federal nessa atividade de fiscalização, em detrimento dos objetivos maiores para os quais é treinada e orçamentariamente mantida. 6. *Negado provimento à apelação e à remessa oficial. (AMS 2002.38.00.047675-8/MG, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, Quinta Turma, DJ p.130 de 09/04/2007)**

Quanto à necessidade de inserir no Edital fórmulas de “comprovação de índices contábeis superiores a 1, como Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência Geral, etc.”, sob o mesmo fundamento da ampla participação, o Edital em questão já fez constar dentre os seus requisitos de habilitação exigências aptas a aferir a regularidade fiscal, contábil, jurídica e técnica das participantes, não se justificando qualquer outra cobrança que as extrapole, dado o valor do contrato e o seu objeto.

Nesse sentir, entende-se pela manutenção do Edital.

## V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, mantendo-se os termos do Edital.

Pato Branco, 14 de outubro de 2021.

Maria Cecília Soares Vannucchi  
OAB/PR 35.313



---

**Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

Para: Helter de Oliveira &lt;licitacoes@iguasseg.com.br&gt;

14 de outubro de 2021 10:19

Bom dia segue resposta aos questionamentos solicitados:

Conforme parecer do setor jurídico, que segue em anexo, entende-se pela manutenção do edital nos moldes já estabelecidos.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**


Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

---

 **pedido esclarecimento vigia exigencias assinado.pdf**  
367K

---

**Esclarecimentos referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2021**

1 mensagem

---

**comercial@grupoempar.com.br** <comercial@grupoempar.com.br>  
Para: licitacao@conims.com.br

14 de outubro de 2021 11:47

Prezados Senhores, bom dia!

Vimos respeitosamente através deste, solicitar esclarecimentos referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2021, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS**, nos seguintes pontos:

1. Hoje já existe a prestação dos serviços ou será uma nova contratação? Em caso de continuidade, qual a atual prestadora dos serviços?
2. Para os postos com jornada 12x36, o profissional poderá realizar horário de almoço ? Ou será obrigatório a cotação do Intervalo Intrajornada (1 hora por dia)?
3. Qual a data estimada para início das atividades?

Muito obrigado

Departamento Comercial

Emparseg Vigilância LTDA

(41) 3614-1003



---

**Re: Esclarecimentos referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2021**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

14 de outubro de 2021 13:13

Para: "comercial@grupoempar.com.br" <comercial@grupoempar.com.br>

Boa tarde!

Segue respostas aos questionamentos:

1) Atualmente quem presta o serviço é a empresa Maxorgani Segurança Privada Eireli.

2) O profissional não terá horário de almoço.

3) Final de Novembro/Início de Dezembro.

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

**Solicitação de Esclarecimento - PE 036/2021**

1 mensagem

**Karla Costa** <supervisao comercial@ondrepsb.com.br>

15 de outubro de 2021 10:25

Para: [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br)

Cc: Isabel Mattos &lt;orcamentista01@ondrepsb.com.br&gt;, Marina Vieira &lt;documentacao@ondrepsb.com.br&gt;



Prezado(a) Sr(a). Pregoeiro(a),

A ONDREPSB PR Sistemas de Segurança LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.852.997/0001-61, sediada a Rua Doutor Carvalho Chaves, nº 289 - Parolim – Curitiba/PR – CEP 80.220-010, telefone (41) 3332-5775, empresa do ramo de prestação de serviços de vigilância, interessada em participar da licitação em epígrafe, lançada por essa Instituição, ao analisar o edital deparou-se com algumas dúvidas, conforme segue:

O item 2.1 do Termo de Referência informa que o contrato de prestação de serviços nº 21/2018 se encontra em vias de término. Desta forma, questionamos qual é a empresa terceirizada que executa os serviços ora licitados, atualmente?

Certos de vossa compreensão, aguardamos breve retorno.

Att.

**Karla Costa**  
Supervisão Comercial  
Grupo ONDREPSB  
[supervisao comercial@ondrepsb.com.br](mailto:supervisao comercial@ondrepsb.com.br)  
Tel.: (48) 2106-1517

**AVISO DE RESTRIÇÃO-CONFIDENCIALIDADE:** Esta mensagem é uma correspondência reservada e sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de utilização depende de autorização, sujeitando-se o responsável a medidas judiciais. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo esta instituição de qualquer responsabilidade por utilização indevida. E ainda, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (BR) 2018/13709, temos o dever legal de proteger todas as informações que coletamos. As informações contidas neste e-mail e quaisquer anexos podem ser privilegiadas, confidenciais e/ou de uso restrito, e destinados ao uso exclusivo do destinatário original. No caso de recebimento deste e-mail por engano, avise o remetente imediatamente e exclua-o, incluindo o esvaziamento da caixa de e-mails excluídos. Qualquer uso, cópia ou divulgação das informações contidas, na íntegra ou parcialmente, são proibidas e serão tratadas conforme a legislação vigente.

---

**Re: Solicitação de Esclarecimento - PE 036/2021**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

15 de outubro de 2021 10:47

Para: Karla Costa &lt;supervisaocomercial@ondrepsb.com.br&gt;

Bom dia!

A empresa que presta os serviços atualmente é a empresa Maxorgani Segurança Privada Eireli.

Atenciosamente,

|  
Lhuanna G. V. Périco**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)

**RES: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

Helter de Oliveira &lt;licitacoes@iguasseg.com.br&gt;

15 de outubro de 2021 08:18

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Lhuanna, bom dia. Como você está? Espero que bem.

Quanto a questão dos índices, concordamos plenamente com o parecer.

Ocorre que, quanto a questão da necessidade de autorização da SSP/PR, houve manifesto equívoco por parte da parecerista. Claramente, percebe-se que se está confundindo atividades de segurança em geral, com serviços de vigilância patrimonial privada. Veja que a lei 7.102/83, de onde tirei a necessidade de comunicação a SSP/PR, em ABSOLUTAMENTE NENHUM MOMENTO, faz diferença entre vigilante armado ou desarmado. Veja o que diz a ementa colacionada pela própria procuradora:

*(...) 6. Negado provimento à apelação e à remessa oficial. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA. SEGURANÇA DESARMADA. AUTORIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. EXIGÊNCIA INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DE LIBERDADE DA ATIVIDADE ECONÔMICA E COM AS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO DPF. SENTENÇA MANTIDA. 1. A impetrante tem como objetivo social, entre outros, "serviços de portaria, recepcionistas, mensageiros, digitadores, fiscalização patrimonial de prédios residenciais, comerciais, industriais e eventos". 2. Trata-se da chamada vigilância desarmada, que não se enquadra nem poderia razoavelmente enquadrar-se nas disposições legais que exigem autorização do Departamento de Polícia Federal para o exercício das atividades de vigilância patrimonial ou de segurança de pessoas físicas. 3. O princípio da liberdade de exercício da atividade econômica impõe interpretação estrita de lei que imponha a necessidade*

A decisão em apreço diz respeito a essas atividades sublinhadas, que realmente não devem passar pelo crivo da Polícia Federal, pois não se consideram atividades de vigilância Patrimonial, muito embora estejam dentro do gênero SEGURANÇA, e acho que foi aí a confusão.

Afinal, se o que o respeitável órgão quer contratar são serviços de vigilância patrimonial, o que se depreende do item 6.2.7. do TR, que exige Carteira Nacional Vigilante, dentro da data de validade para os funcionários, tem de se submeter aos ditames da lei 7.102/83, notadamente pelo artigo 14 desta.

Mais uma vez, **em nenhum momento a lei em comento, que dispõe sobre os regramentos aplicáveis a empresas particulares que exploram serviços de vigilância, traz diferenciação entre vigilante ARMADO e DESARMADO.** Do mesmo modo, a decisão acima colacionada, nada tem a ver com o presente caso, pois trata-se de atividades que, embora inseridos no âmbito da segurança, **obviamente não se tratam de serviços de vigilância patrimonial, razão pela qual não tem sentido basear-se nela.**

Ressalta-se que os requisitos para o desempenho das atividades de vigilância encontram-se dispostos no artigo 16 da citada lei (não há necessidade de ser armado). O que em verdade diferencia as atividades do vigilante patrimonial dos demais trabalhadores da área de segurança é o fato de este poder atuar de forma ostensiva, o que é vedado para diversas outras funções. Frise-se que este caráter ostensivo nada tem a ver com o porte de arma em serviço, sendo que este continua existindo havendo a necessidade do uso de armamento ou não.

Creio que seja de bom tom rever a decisão, diante das considerações acima, posto que claramente está equivocada. aguardo retorno. Obrigado.

Atenciosamente,

**Helter de Oliveira**

Auxiliar de Licitações



Licitacoes@iguasseg.com.br



45 3523 2020



+55 (45) 9 8813 9201

Rua Maximino Tosi N° 419  
Jd. Festugato-Foz do Iguaçu

www.iguasseg.com.br

---

**De:** LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <[licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br)>  
**Enviada em:** quinta-feira, 14 de outubro de 2021 10:19  
**Para:** Helter de Oliveira <[licitacoes@iguasseg.com.br](mailto:licitacoes@iguasseg.com.br)>  
**Assunto:** Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS

Bom dia segue resposta aos questionamentos solicitados:

Conforme parecer do setor jurídico, que segue em anexo, entende-se pela manutenção do edital nos moldes já estabelecidos.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périgo

***LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO***

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

[Rua Afonso Pena, 1902](#) – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

---

**Re: EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021 - CONIMS**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

Para: Helter de Oliveira &lt;licitacoes@iguasseg.com.br&gt;

15 de outubro de 2021 10:44

Bom dia!

Informamos que mantemos a decisão anterior a qual consta em parecer o da manutenção do Edital. Pois entendemos que a exigência de autorização de funcionamento para o exercício de Atividade de Segurança Privada emitida pela polícia Federal, já supre as necessidades do serviço ora contratado, não se justificando outra cobrança, dado o valor do contrato e seu objeto. Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

[www.conims.com.br](http://www.conims.com.br)



# **CONIMS**

## **Consórcio Intermunicipal de Saúde**

DOCUMENTOS PROPONENTE VENCEDORA

**L A S - SEGURANÇA LTDA****CNPJ 13.050.015/0001-06****NIRE 41206942536****SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

1. **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.683.720-9, emitida pela SSP – PR e CPF 505.395.409-78.

2. **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.085.416-9, emitida pela SSP – PR e CPF 749.042.649-91.

Únicos sócios da sociedade empresária que gira sob o Nome Empresarial de **L A S – SEGURANÇA LTDA**, com sede e foro a Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes – PR, inscrita no CNPJ sob nº. 13.050.015/0001-06, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41206942536 em 14/12/2010, e ultima alteração arquivada sob nº. 20111936551 em 14/02/2011, resolvem proceder as seguintes alterações:

**CLAUSULA PRIMEIRA** – Fica alterado a composição do capital social, conforme Alvará nº. 5.218 de 28 de setembro de 2020, emitido pelo Serviço Público Federal, MJSP – Policia Federal Superintendência Regional do PR, que passa a ser formado por moeda corrente do País, totalmente integralizado na data de 25/09/2020. Retirando-se da composição do capital o veículo VW / GOL 1.6 MI, ano / modelo 1998, cor branca, CHASSI 9BWZZZ373WT053216, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e o imóvel situado no Lote 14, Quadra 04, do conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, contendo uma residência em alvenaria, conforme matrícula 7.840, datada de 05 de novembro de 1997, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes – PR, Conforme Laudo de Avaliação do imóvel no valor de R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais). Devido a essa alteração, o Capital Social, permanece inalterado, no valor de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) dividido em 132.000 (cento e trinta e duas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), formado por moeda corrente do País, totalmente integralizado, ficando assim distribuído aos sócios:

<b>LAURO APARECIDO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.000 QUOTAS</b>	<b>R\$132.000,00</b>

**L A S - SEGURANÇA LTDA**

**CNPJ 13.050.015/0001-06**

**NIRE 41206942536**

**SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**CLAUSULA SEGUNDA** - As cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única.

Bandeirantes-PR, 30 de setembro de 2020.



**LAURO APARECIDO DOS SANTOS**



**SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

***DIVISÃO DA RECEITA***

<b>Exercício</b> 2021	<b>ALVARÁ DE LICENÇA</b>	<b>Nº de Inscrição</b> 31089	<b>Nº do Alvará</b> 4451
--------------------------	------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

**A Prefeitura Municipal de Bandeirantes,  
na forma da Lei, concede licença a:**

**Razão Social: L A S – SEGURANÇA LTDA**

**Nome Fantasia: \*\*\***

**CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06**

**Endereço: Rua São Paulo Nº3520**

**Bairro: Conjunto Habitacional Maria Luiza Berto Meneghel**

**Atividade: Atividades De Vigilância E Segurança Privada.**

**Este documento tem validade até 31/03/2022, sendo obrigação do contribuinte a  
baixa, conforme art. 17 do Código Tributário Municipal.**



**TABELIONATO DE NOTAS DE BANDEIRANTES**  
RUA EURIPEDES RODRIGUES, 517 CENTRO F. 43 3542-5500  
**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia reprográfica é reprodução fiel do  
documento original que me foi apresentado nesta  
data, do que dou fé

**28 ABR. 2021**

**Bandeirantes, 8 de abril de 2021.**

João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
Helder Paduan Sartori - Escrevente Substituto  
Leni Ismael dos Santos - Escrevente  
Patrícia Martins Silva - Escrevente  
**Jaelson Ramalho Mattos**  
Prefeito Municipal



**José Rozevaldo de Oliveira Silva**  
Secretário da Fazenda



Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Remaq Motores e Equipamentos LTDA e a VIA040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIA040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º Remaq Motores e Equipamentos LTDA deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, Remaq Motores e Equipamentos LTDA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIA040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º Remaq Motores e Equipamentos LTDA assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º Remaq Motores e Equipamentos LTDA deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à VIA040 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo à critério da ANTT.

Parágrafo único. Remaq Motores e Equipamentos LTDA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 74 SUROD, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de poste e extensão de rede de eletricidade existente na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RJ sob concessão à Concessionária Rio-Teresópolis; interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.013419/2021-00, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de um poste e extensão de rede de eletricidade existente, por meio de ocupação longitudinal aérea, entre o km 21+332 e o km 21+366,39, pista sentido RJ, da Rodovia Santos Dumont, BR-116/RJ, sob concessão à CRT - Concessionária Rio-Teresópolis, no município de Sapucaia/RJ, de interesse da Light Serviços de Eletricidade S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CRT deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Light Serviços de Eletricidade S.A. e a CRT e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CRT acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Light Serviços de Eletricidade S.A. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Light Serviços de Eletricidade S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CRT, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A Light Serviços de Eletricidade S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art. 9º A Light Serviços de Eletricidade S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CRT cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A Light Serviços de Eletricidade S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

Ministério da Justiça e Segurança Pública

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA AN Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Manual de Procedimentos - Termo de Execução Descentralizada.

A DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 22, inciso XXVIII do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 25 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e o o que consta do Processo SEI-AN nº 08227.001232/2020-94, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Procedimentos - Termo de Execução Descentralizada (SEI/AN n. 0073295), com o objetivo de uniformizar os procedimentos para celebração, execução e avaliação de Termos de Execução Descentralizada celebrados pelo Arquivo Nacional como unidade descentralizada e descentralizadora.

Parágrafo único: O Manual de Procedimentos - Termos de Execução Descentralizada TED encontra-se disponível na Intranet, em "Normas > Manuais" (acessível com VPN conectado) e no portal do AN, em "Acesso à Informação > Convênios, acordos e parceria (https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acordos/Manual\_TED).

Art. 2º As unidades administrativas do Arquivo Nacional deverão adotar as orientações e procedimentos previstos no Manual de que trata o art.1º nos processos relativos a celebração, execução e avaliação de Termos de Execução Descentralizada e, no que couber, aos Acordos de Cooperação Técnica.

Art. 3º A Divisão de Protocolo e Arquivo - DIPAR deverá inserir no Sistema Eletrônico de Informações do Arquivo Nacional (SEI/AN) os modelos de documentos que constam como anexos no Manual de Procedimentos - Termo de Execução Descentralizada.

Art. 4º Compete à Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional: I - propor, sempre que necessário, a atualização do Manual de Procedimentos - Termo de Execução Descentralizada à legislação e normas vigentes e providenciar a sua divulgação no sítio eletrônico do Arquivo Nacional; e

II - expedir orientações complementares à execução do disposto nesta portaria

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDE ALVES DIAS DE SORDI

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.743, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94562 - DPF/CGE/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLAD SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-EPP, CNPJ nº 23.370.473/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 652/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.744, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/787 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALTERNATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 08.665.023/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 574/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.745, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/1712 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LAS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 13.050.015/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 557/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.746, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2353 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVIOLEVEL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.120.497/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 502/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.747, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2534 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SURVEILLANCE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 29.255.741/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 189/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.748, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2715 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DPL - SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 25.260.539/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 159/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.749, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/4648 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:





## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço : LAS SEGURANÇA LTDA	Inscrição Estadual : ISENTA
CNPJ/CPF : 13.050.015/0001-06	
Endereço : Rua São Paulo, 3520	
Bairro: Conj. Maria Berto Meneghel	
CEP: 86.360-000	Cidade: BANDEIRANTES Estado: PR
Telefone: 42 3622-6821	
Fone whats: 042 9 9872-2960	e-mail: tiagojosekeler@hotmail.com
Banco: SICREDI	Agência: 0717 Conta-corrente: 55339-5

### PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

Lote 1	Quant. meses	Unid.	Especificações do serviço	Quantidade funcionarios	Valor maximo Mensal	Valor Total maximo (12 Meses)
Item 001	12 meses	Posto de Serviço	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda.	8 funcionários	R\$ 42.366,64	R\$ 508.399,68
VALOR TOTAL MAXIMO MENSAL				R\$ 42.366,64		
VALOR TOTAL MAXIMO ANUAL				R\$ 508.399,68		

A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

PATO BRANCO 19 DE OUTUBRO DE 2021



*Tiago José Keler*

LAS - SEGURANÇA LTDA - ME  
CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06  
PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER  
CPF: 078.754.039-01  
RG:10.876.632-8/SSP/PR

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



## ANEXO VII

Pregão Eletrônico nº142/2021

### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL, EQUIPAMENTOS, MATERIAS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DO ATO CONTRATUAL**

A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.050.015/0001-06, com endereço na Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr , TELEFONE FIXO: 42 3622-6821, WHATS: 42 99872-2960 por intermédio de seu PROCURADOR, o (a) Sr TIAGO JOSE KELER portador (a) da Carteira de Identidade nº 10.876.632-8 e do CPF n 078.754.039-01. Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão nº 142/2021, Que se responsabiliza em disponibilizar pessoas aptas e formadas, também disponibiliza equipamentos e matérias necessários a realização do objeto contratual.

Por ser verdade, firmo o presente.

**CURITIBA 28 DE SETEMBRO DE 2021**



*Tiago Jose Keler*

**LAS - SEGURANÇA LTDA - ME**  
**CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06**  
**PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER**  
**CPF: 078.754.039-01**  
**RG:10.876.632-8/SSP/PR**

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

#### **01 – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL E OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.050.015/0001-06, com endereço na Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr, TELEFONE FIXO: 42 3622-6821, WHATS: 42 99872-2960 por intermédio de seu PROCURADOR, o (a) Sr TIAGO JOSE KELER portador (a) da Carteira de Identidade nº 10.876.632-8 e do CPF nº 078.754.039-01. **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

#### **1º INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

#### **2º O PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL.**

#### **3º NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

#### **4º REQUISITOS DO DECRETO ESTADUAL N.º 2485/2019**

Que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2485/2019, que veda o nepotismo nos órgãos e entidades estaduais nas contratações e convênios ou instrumentos equivalentes, celebrados pela Administração Pública do Estado do Paraná.

Declara, ainda, que nenhum funcionário da empresa possui qualquer tipo de impedimento em relação ao descrito no § 2º, do art. 3º do referido Decreto.

#### **5º DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA/SÓCIOS NÃO POSSUEM VÍNCULO DIRETO OU INDIRETO COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, CONFORME ARTIGO 9º DA LEI FEDERAL 8666/93.**

#### **6º ATENDIMENTO À POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL**

Atesta o atendimento à Política Pública Ambiental de contratação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**

CNPJ: 13.050.015/0001-06

Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821





7º DECLARA-SE QUE OS SÓCIOS DA EMPRESA NÃO PARTICIPARAM DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.

CURITIBA 28 DE SETEMBRO DE 2021



*Tiago José Keler*

**LAS - SEGURANÇA LTDA - ME**  
**CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06**  
**PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER**  
**CPF: 078.754.039-01**  
**RG:10.876.632-8/SSP/PR**

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



## ANEXO VI

### 03 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Pregão Eletrônico nº142/2021

Declaro que A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.050.015/0001-06, com endereço na Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr, TELEFONE FIXO: 42 3622-6821, WHATS: 42 99872-2960 por intermédio de seu PROCURADOR, o (a) Sr TIAGO JOSE KELER portador (a) da Carteira de Identidade nº 10.876.632-8 e do CPF nº 078.754.039-01., para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

CURITIBA 28 DE SETEMBRO DE 2021



*Tiago Jose Keler*

**LAS - SEGURANÇA LTDA - ME**  
**CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06**  
**PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER**  
**CPF: 078.754.039-01**  
**RG:10.876.632-8/SSP/PR**

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



## ANEXO VII

Pregão Eletrônico nº142/2021

### DECLARAÇÃO QUE SE ENQUADRA COMO (ME, EPP e ou MEI)

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME o EPP) A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.050.015/0001-06, com endereço na Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr , TELEFONE FIXO: 42 3622-6821, WHATS: 42 99872-2960 por intermédio de seu PROCURADOR, o (a) Sr TIAGO JOSE KELER portador (a) da Carteira de Identidade nº 10.876.632-8 e do CPF nº 078.754.039-01. Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão nº 142/2021, que estamos sob o regime de **EPP** , para efeito do disposto na LC 123/2006

Por ser verdade, firmo o presente.

CURITIBA 28 DE SETEMBRO DE 2021



*Tiago Jose Keler*

**LAS - SEGURANÇA LTDA - ME**  
**CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06**  
**PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER**  
**CPF: 078.754.039-01**  
**RG:10.876.632-8/SSP/PR**

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



# CIS

CENTRO  
OESTE

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **Consortio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e à Rua Professora Leonídia, 1203, Centro, na cidade de Guarapuava - Paraná, CEP 85.010-230, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.601.519/0001-13, atesta para devidos fins de comprovação técnica, que a empresa **LAS – SEGURANÇA LTDA - ME**, com sede na rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000 Cidade de Bandeirantes, Estado Paraná inscrita no CNPJ sob o nº. 13.050.015/0001-06, nos fornece **“POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS, TDM (TODOS OS DIAS DO MÊS), SEM INTERVALOS, ESCALA 12X36, 08 FUNCIONÁRIOS, SENDO 03 DIURNOS E 01 NOTURNO”**, conforme Contrato 022/2020, celebrada em 10 de junho de 2020 apresentando bom desempenho no fornecimento, cumprindo sempre corretamente as obrigações assumidas, agindo de forma idônea no fornecimento dos objetos das licitações em que é vendedora.

Guarapuava, 25 de Março de 2021.

**ROSANGELA PADILHA PEREIRA**

Diretora Executiva

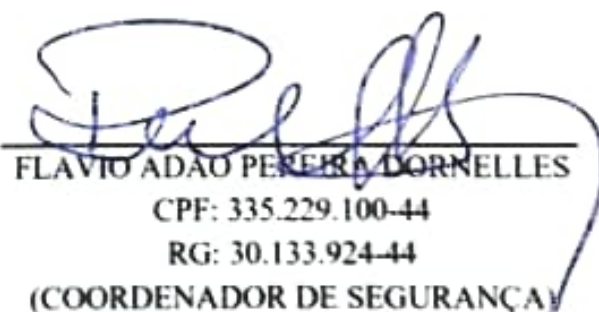
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **LAS SEGURANÇA LTDA**, inscrita no, CNPJ: 13.050.015/0001-06, estabelecida na Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, Bandeirantes, estado Paraná, CEP: 86.360-000, vem prestando **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA**, no **SHOPPING CIDADE DOS LAGOS de GUARAPUAVA - PR**, sendo 60 ESCALAS DE SERVIÇOS POR MÊS, ESCALA DE 12 H POR TURNO. Tendo como fiscal responsável pelo contrato SRº: FLÁVIO ADÃO PEREIRA DORNELLES, INSCRITO NO CPF: 335.229.100-44 e RG: 30.133.924-44. Residente na cidade de GUARAPUAVA – PR.

Registramos que as prestações de **SERVIÇO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA DESARMADA**, acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações não existindo em nossos cadastros ate a presente data, fato que desabone a idoneidade da empresa perante os compromissos assumidos.

Por ser verdade, firmo o presente instrumento

GUARAPUAVA – PR, 22 de abril de 2021

  
FLAVIO ADÃO PEREIRA DORNELLES  
CPF: 335.229.100-44  
RG: 30.133.924-44  
(COORDENADOR DE SEGURANÇA)



## Balanco Patrimonial

Número:

Folha:

1

Contém este livro 6 folhas numeradas do No. 1 ao 6 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de Balanco Patrimonial da empresa abaixo descrita na data de encerramento do exercício social 31/12/2020.

Nome da Empresa .....: L A S - SEGURANCA LTDA

Ramo .....:

Endereço .....: Rua SAO PAULO,3520

Complemento .....:

Bairro .....: CONJ MARIA BERTO MENEGHEL

CEP .....: 86360000

Município .....: BANDEIRANTES

Estado .....: PR

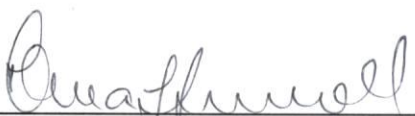
Inscrição no CNPJ .....: 13.050.015/0001-06

Inscrição Estadual.....:

Registro na junta.....: 41206942536 Data registro: 14/12/2010

Inscrição Municipal.....: 31089

BANDEIRANTES/PR, 23/03/2021

  
SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS

CPF: 749.042.649-91

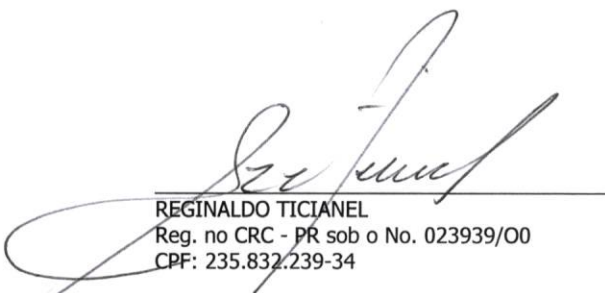
  
REGINALDO TICIANEL  
Reg. no CRC - PR sob o No. 023939/00  
CPF: 235.832.239-34

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>1.185.989,68D</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.185.989,68D</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.185.989,68D</b>
<b>CAIXA</b>	<b>1.185.989,68D</b>
CAIXA GERAL	1.185.989,68D
<b>PASSIVO</b>	<b>1.185.989,68C</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>161.249,20C</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>24.687,70C</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>24.687,70C</b>
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	24.107,74C
IRRF A RECOLHER	579,96C
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>134.561,50C</b>
<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>90.712,01C</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	90.712,01C
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>43.849,49C</b>
INSS A RECOLHER	31.216,54C
FGTS A RECOLHER	12.632,95C
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>2.000,00C</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>2.000,00C</b>
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	1.000,00C
ALUGUEL A PAGAR	1.000,00C
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.024.740,48C</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>132.000,00C</b>
<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>132.000,00C</b>
CAPITAL SOCIAL	132.000,00C
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>27.145,37C</b>
RESERVA LEGAL	26.400,00C
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR	745,37C
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>865.595,11C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>865.595,11C</b>
LUCRO DO EXERCÍCIO	865.595,11C

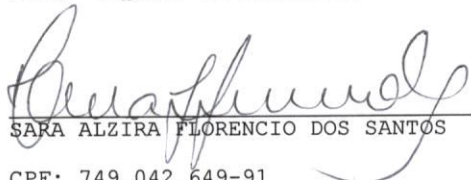
  
SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS

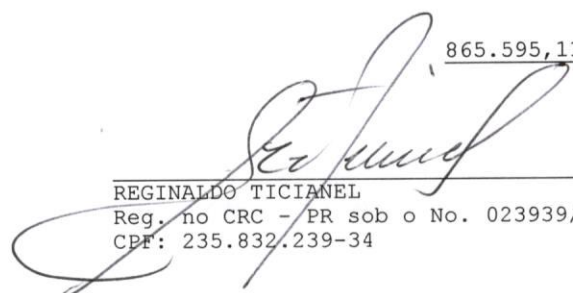
CPF: 749.042.649-91

  
REGINALDO TICIANEL  
Reg. no CRC - PR sob o No. 023939/00  
CPF: 235.832.239-34

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020**

<b>RECEITA BRUTA</b>		
SERVIÇOS PRESTADOS	3.001.976,70	<u>3.001.976,70</u>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
(-) ISS	(59.147,71)	
(-) SIMPLES NACIONAL	(215.196,35)	<u>(274.344,06)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<u>2.727.632,64</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>2.727.632,64</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<u>2.727.632,64</u>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(1.068.702,53)	
13º SALÁRIO	(92.623,99)	
FÉRIAS	(55.122,09)	
INSS	(247.862,37)	
FGTS	(100.743,70)	
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	(33.298,34)	
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	(231.170,52)	
DESPESA COM TRANSPORTES	(258,00)	
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	(12.000,00)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(11.400,00)	<u>(1.853.181,54)</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
DESPESAS COM JUROS BANCARIOS	(1.588,64)	
DESPESAS COM IOF	(96,76)	
DESPESAS BANCARIAS	(5.488,23)	
JUROS DE MORA	(1.682,36)	<u>(8.855,99)</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<u>865.595,11</u>
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CSL</b>		<u>865.595,11</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>865.595,11</u>

  
SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS  
CPF: 749.042.649-91

  
REGINALDO TICIANEL  
Reg. no CRC - PR sob o No. 023939/00  
CPF: 235.832.239-34



## **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A EMPRESA **LAS SEGURANÇA LTDA - ME**, INICIOU SUAS ATIVIDADES EM **14/12/2010**, COM SEDE NA CIDADE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ, NA RUA SÃO PAULO, Nº 3520, CONJ. MARIA BERTO MENEGHEL, CEP 86.360-000, NÃO POSSUI FILIAIS E TEM COMO PRINCIPAIS OPERAÇÕES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.

## **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS ENCERRADAS EM **31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**, AQUI COMPREENDIDOS: BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FORAM ELABORADOS A PARTIR DAS DIRETRIZES CONTÁBEIS E DOS PRECEITOS DA LEGISLAÇÃO COMERCIAL, LEI 10.406/2002 E DEMAIS LEGISLAÇÕES E AOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS.

PARA EFEITO DE COMPARAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS DE MANEIRA UNIFORME ENTRE OS PERÍODOS **(2020 E 2019)**, FACILITANDO A LEITURA DAS INFORMAÇÕES, QUALQUER DISCREPÂNCIA SERÁ OBJETO DE ADENDO ESPECÍFICO NESTAS NOTAS EXPLICATIVAS.

O RESULTADO É APURADO DE ACORDO COM O REGIME DE COMPETÊNCIA, ESTABELECE QUE AS RECEITAS DEVEM SER INCLUIDAS NA APURAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS EM QUE OCORREM, SEMPRE QUANDO SE CORRELACIONAREM INDEPENDENTEMENTE DE RECEBIMENTO OU PAGAMENTO.

O SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO, BEM COMO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS FOI ELABORADO COM OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. SEGUINDO OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ITG 1000. AS PRÁTICAS CONTÁBEIS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVAM EM CONTA AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS CONFORME DETERMINA A NBC TG 1000, COMPREENSIBILIDADE, COMPETÊNCIA, RELEVÂNCIA, MATERIALIDADE, CONFIABILIDADE, PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, PRUDÊNCIA, INTEGRALIDADE, COMPARABILIDADE E TEMPESTIVIDADE, ESTANDO ASSIM ALINHADAS COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.

## **NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

A) CONTA CAIXA É DEMONSTRADA PELOS VALORES LÍQUIDOS EM MOEDA NACIONAL.

### **PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

A) CONTAS A PAGAR SE REFERE A OBRIGAÇÕES DA EMPRESA COM TERCEIROS.

B) OBRIGAÇÕES COM PESSOAL: OS PAGAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES, TAIS COMO SALÁRIO, FÉRIAS VENCIDAS OU PROPORCIONAIS, BEM COMO RESPECTIVOS ENCARGOS TRABALHISTAS INCIDENTES SOBRE ESSAS OBRIGAÇÕES, SÃO RECONHECIDOS MENSALMENTE OBDECENDO-SE AO REGIME DE COMPETÊNCIA.

C) OBRIGAÇÕES FISCAIS: REFEREM-SE AO IMPOSTO APURADO DE ACORDO COM OPÇÃO TRIBUTÁRIA DA EMPRESA PELO **SIMPLES NACIONAL**, CALCULADO SOBRE O FATURAMENTO.



## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL NO VALOR R\$ 132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS), É FORMADO POR COTAS DE 2 (DOIS) SÓCIOS, 01- LAURO APARECIDO DOS SANTOS, 66.000-QUOTAS; 02- SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS, 66.000-QUOTAS, VALOR NOMINAL R\$- 1,00 (UM REAL) CADA UMA EM 31/12/2020.

B) DISTRIBUIDO LUCRO PARA OS SÓCIOS EM **20/03/2020** NO VALOR DE **R\$ 260.000,00** (DUZENTOS E SESENTA MIL REAIS), SENDO 50% PARA **LAURO APARECIDO DOS SANTOS** E 50% PARA **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**.

C) RESERVA LEGAL – R\$ 26.400,00 REFERENTE A 5% DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2019 E EXERCÍCIOS ANTERIORES. A RESERVA COMPLETOU 20% DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA.

D) EM 16/10/2020 FOI REGISTRADA A SEGUNDA ALTERAÇÃO DA EMPRESA, ONDE FOI ALTERADA A COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, RETIRANDO ASSIM O IMÓVEL E O VEÍCULO DO CAPITAL SOCIAL, E DESTACANDO A INTEGRALIZAÇÃO EM MOEDA NACIONAL.

## RECEITAS OPERACIONAIS

AS RECEITAS OPERACIONAIS DA EMPRESA LAS SEGURANÇA LTDA - ME, PROVÉM DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA E OS IMPOSTOS SÃO RECOLHIDOS DE FORMA UNIFICADA PELO SIMPLES NACIONAL.

## NOTA 4 – DECLARAÇÃO EXPLÍCITA

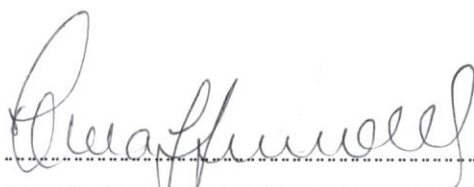
A EMPRESA DECLARA EXPLICITAMENTE QUE ESTA EM CONFORMIDADE COM A ITG 1000 – MODELO CONTÁBIL PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

## NOTA 5 - EVENTOS SUBSEQUENTES

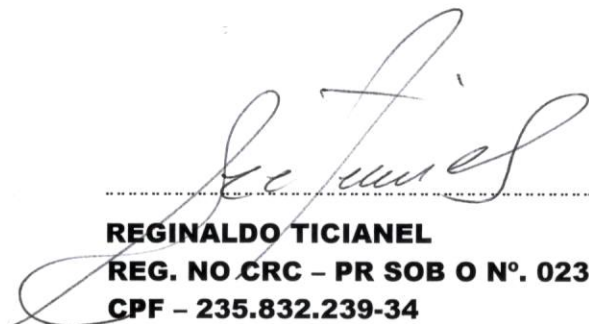
A EMPRESA NÃO INCORREU EM EVENTOS SUBSEQUENTES FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS ENTRE O FINAL DO PERÍODO CONTÁBIL E A DATA DA APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

## NOTA 6 - CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A EMPRESA ESTÁ OPERANDO EM SUA CAPACIDADE PLENA SOB O CRITÉRIO DA CONTINUIDADE DAS SUAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS, NÃO HAVENDO QUALQUER PREVISÃO EM CONTRÁRIO NOS PRÓXIMOS 12 MESES.



**SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**  
CPF – 749.042.649-91



**REGINALDO TICIANEL**  
REG. NO CRC – PR SOB O N°. 023939/O-0  
CPF – 235.832.239-34



## Balanco Patrimonial

Número:

Folha:

6

Contém este livro 6 folhas numeradas do No. 1 ao 6 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que serviu de Balanco Patrimonial da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa .....: L A S - SEGURANCA LTDA

Ramo .....:

Endereço .....: Rua SAO PAULO,3520

Complemento .....:

Bairro .....: CONJ MARIA BERTO MENEGHEL

CEP .....: 86360000

Município .....: BANDEIRANTES

Estado .....: PR

Inscrição no CNPJ .....: 13.050.015/0001-06

Inscrição Estadual.....:

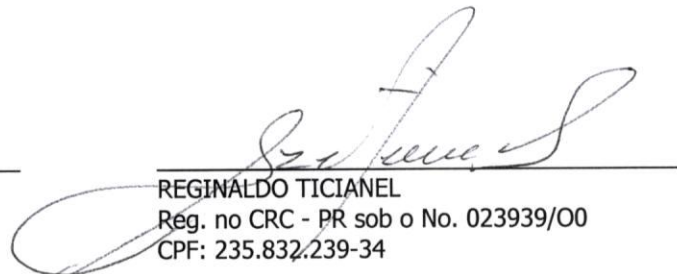
Registro na junta.....: 41206942536 Data registro: 14/12/2010

Inscrição Municipal.....: 31089

BANDEIRANTES/PR, 23/03/2021

  
SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS

CPF: 749.042.649-91

  
REGINALDO TICIANEL  
Reg. no CRC - PR sob o No. 023939/00  
CPF: 235.832.239-34



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, REGINALDO TICIANEL, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 023939, inscrito no CPF nº 23583223934, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
23583223934	023939	

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR000320/2020  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 20/02/2020  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR007403/2020  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13068.101872/2020-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 19/02/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE, CNPJ n. 78.232.774/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA, CNPJ n. 78.603.560/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE NILSON RIBEIRO;

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA, CNPJ n. 78.186.335/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA DA SILVA;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA, CNPJ n. 12.290.975/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON DAVID COELHO;

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO, CNPJ n. 04.974.828/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS;

SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO, CNPJ n. 78.072.477/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO, CNPJ n. 78.293.982/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ORLANDO LUIZ DE FREITAS;

SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO, CNPJ n. 79.868.022/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADALBERTO ALVES PEREIRA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 78.905.700/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Com vigência a partir de 1º.02.2020, ficam estabelecidos, com fundamento no art. 7º, inc. V (*piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho*) da C.F., combinado com o art. 1º (*vigilância armada e desarmada*) da Portaria nº 387, do Ministério da Justiça-DPF, publicada em 01.09.2006, os seguintes pisos salariais, para o cumprimento da jornada legal, assim:

03.1. Vigilante, exceto o que exerce funções na forma do item 03.3: R\$ 1.811,56;

03.2. Vigilante tático, assim entendido o agente móvel para atendimento de alarmes eletrônicos monitorados: R\$ 1.811,56;

03.3. Vigilante, lotado exclusivamente em residências, instituições religiosas, clubes e sociedades esportivas, farmácias, supermercados, hotéis, postos de gasolina e centros comerciais e construtoras e empreendimentos imobiliários: R\$ 1.263,88;

03.4. Monitor de segurança eletrônica: R\$ 1.811,56;

03.5. Segurança pessoal: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.6. Supervisor: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.7. Segurança bombeiro/brigadista: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 25% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.264,45;

03.8. Líder: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 10% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 1.992,72;

03.9. Auxiliar de escritório: R\$ 1.118,58;

03.10. Piso salarial mínimo da categoria (inclusive, "office-boy"): R\$ 1.045,00;

**Parágrafo primeiro:** assegura-se o adicional de periculosidade (artigo 193 da CLT) de 30% a todos os vigilantes que exercem as funções descritas nos itens 03.1, 03.2, 03.3, 03.5, 03.7 e 03.8, por força do presente instrumento e independente do local de trabalho;

**Parágrafo segundo:** a gratificação referida nos itens 03.5 a 03.8 será paga enquanto o vigilante estiver exercendo as funções que a ensejam, podendo assim ser validamente cessado o seu pagamento, quando o empregado não as estiver desempenhando ou delas tenha sido remanejado, inclusive na hipótese de retorno à função de origem;

**Parágrafo terceiro:** a fixação do piso salarial descrito no item 03.3 leva em estima a menor extensão e complexidade do risco, ficando proibida, ainda que a título eventual por substituição, a sua alocação em postos de trabalho de outra natureza, sendo que os sindicatos representativos da categoria sugerem às empresas a preferência à contratação de vigilantes acima de 40 anos.

**Parágrafo quarto:** aos integrantes da categoria profissional, que possuam contrato de trabalho com empregadoras, que não pertençam à categoria econômica representada pelo sindicato patronal que subscreve o presente instrumento, e que mantenham sistema próprio de segurança e vigilância, fica assegurada a percepção do salário do vigilante acrescido de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo quinto:** o vigilante, quando destacado para trabalhar em eventos (congressos, seminários, shows, campeonatos esportivos, exposições e feiras não permanentes e similares), receberá o valor da hora normal, relativamente às 08 primeiras horas, quando não tiver cumprido sua jornada de trabalho, e como extras, se a tiver cumprido. O trabalho em eventos não descaracterizará qualquer regime de compensação de horas, previsto no presente instrumento, devendo as horas assim trabalhadas serem rubricadas como "hora extra evento".

**Parágrafo sexto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI da C.F.), fica estipulado, na data-base de 01.02.2020, o reajuste total de 4,30% a incidir, nas proporções indicadas, sobre as parcelas e as rubricas seguintes:

- a) 4,30% índice de reajuste a ser aplicado sobre os pisos salariais estipulados na data-base anterior e aos salários não superiores a R\$ 3.251,50;
- b) R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos) o valor do vale alimentação previsto na alínea "c" da cláusula 13, representando o reajuste de 4,30%;
- c) R\$ 167,00 o valor do convênio saúde, representando reajuste de 4,30%, com arredondamento de R\$ 0,12 centavos.

**Parágrafo primeiro:** aos empregados admitidos após a data-base de 01.02.2019, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados.

**Parágrafo segundo:** às empresas é facultada a compensação de todos os reajustes concedidos, no período, sejam os compulsórios, sejam os espontâneos, exceto aqueles ressalvados na referida Instrução Normativa 01/TST.

**Parágrafo terceiro:** face ao reajuste pactuado, ficam integralmente recompostos os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, até 31.01.2019.

**Parágrafo quarto:** aos salários superiores a R\$ 3.251,50, em 01.02.2020, será aplicado o reajuste do item "a" supra, até tal valor, assegurada a livre negociação no que exceder.

**Parágrafo quinto:** em 01/02/2021, serão atualizados os valores expressos em reais da presente cláusula, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar

em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente, aplicando-se a data de 01/02/2020, aos fins do parágrafo primeiro, e a data de 01/01/2021, ao parágrafo terceiro e ao parágrafo quarto.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO**

O pagamento de salário, especialmente ao pessoal lotado no interior, poderá ser procedido pela empregadora mediante cheque, desde que este seja passível de pronta e instantânea compensação.

### **CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL**

Os pagamentos dos salários mensais serão efetuados impreterivelmente na data estabelecida por lei, sob a pena de paga, em favor do empregado, de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 90 (noventa) dias, não se admitindo juros capitalizados, além das demais sanções legais.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Será fornecido obrigatoriamente, pelo empregador, comprovante de pagamento mensal, com a discriminação das verbas pagas e os descontos efetuados, incluindo o valor a ser recolhido ao FGTS, observado o parágrafo único do artigo 464 da CLT.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

As empresas farão adiantamento de cinquenta por cento do 13º salário, aos empregados que o requeiram, na forma e tempo legais.

### **CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO**

Fica assegurada a possibilidade de a empresa pagar o 13º salário em uma única parcela, apazando-se, então, como data limite 14/12/2020 e 13/12/2021, ficando certo que a presente fixação não colide com o estabelecido na cláusula 8ª.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

**Parágrafo único:** considerar-se-á noturno o trabalho executado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS**

Assegura-se ao vigilante a percepção do adicional de periculosidade ou adicional de insalubridade na forma e limites da lei e deste instrumento exclusivamente, ajustado que os percentuais incidirão sobre o salário-base e o salário mínimo legal, respectivamente.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE MERCADO**

Fica instituído o vale mercado, que não representará qualquer custo, direto ou indireto, à empregadora, equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do salário do trabalhador.

**Parágrafo primeiro:** a adoção do vale mercado, sem qualquer natureza salarial, pois integralmente suportado pelo empregado que o desejar, será obtida via acordo coletivo de trabalho, a ser estabelecido entre o Sindicato dos empregados e a empresa interessada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de registro e depósito da presente convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** no mês de novembro, nos anos de 2020 e 2021, o vale mercado será equivalente a 50% do salário do trabalhador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO**

Aos trabalhadores lotados no setor operacional, fica instituído o vale alimentação mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

- a) o benefício não tem caráter salarial, não se integrando na remuneração do beneficiário para qualquer fim, direto ou indireto, decorrente da relação de emprego;
- b) é expressamente assegurado à empregadora descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT;
- c) o valor individual é fixado em R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos);
- d) a empresa fornecerá um vale por dia efetivamente trabalhado;
- e) os vales serão entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal, iniciando-se, então, quando do pagamento do salário relativo ao mês de 02/2019;
- f) exclui-se dentre os beneficiários da presente cláusula, o empregado que já esteja percebendo alimentação, seja fornecida pela empregadora, seja pela tomadora dos serviços, inclusive por vales ou tíquetes. No caso de fornecimento direto, pela empregadora ou pela tomadora, o desconto ficará limitado à metade do previsto na alínea "b".

**Parágrafo primeiro:** mediante acordo, entre empresa e sindicato profissional, será possível a substituição do vale alimentação pelo vale mercado, aplicando-se a este as mesmas condições previstas na presente cláusula, exceto a data de entrega que passará a ser entre os dias 15 e 18 do mês.

**Parágrafo segundo:** na hipótese de serviço esporádico fora da base, onde lotado o trabalhador, a empresa fornecerá a alimentação, por vale ou outra forma, além daquela referente ao vale aqui especificado, sendo que tal benefício é de caráter indenizatório.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de serviço RA (rendição de almoço), o vale alimentação aqui tratado é fixado em R\$ 17,62 (dezesete reais e sessenta e dois centavos) àquele que cumprir, na referida atividade, jornada de até 04 horas.

**Parágrafo quarto:** o valor do vale alimentação previsto no item "c" da presente cláusula será reajustado, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO EDUCAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTUDANTE

O empregado que faltar ao serviço, para prestar exame vestibular na cidade em que reside, terá sua falta abonada pelo empregador, desde que comprovada a sua participação nas provas.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONVÊNIO SAÚDE

Fica mantido, pelo presente instrumento normativo, o convênio saúde, no valor de R\$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais), cabendo à empresa, por empregado, uma contribuição mensal de R\$ 70,00 (setenta reais), e ao empregado a contribuição do valor restante, ficando expressamente autorizado o desconto salarial, em folha de pagamento, na rubrica, em favor do sindicato dos trabalhadores, conforme respectivas bases territoriais, visando a assistência médico-ambulatorial a ser por eles concedida, via convênios. Quando o empregado não cometer, no mês, falta ao serviço, seja justificada ou não, o valor a ser pago pela empresa, no mês seguinte, passará de R\$ 70,00 para R\$ 90,00 (noventa reais), com a correspondente diminuição do encargo do empregado, ficando certo que o benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

**Parágrafo primeiro:** a contribuição aqui tratada deverá ser recolhida, pela empresa, até o 6º dia útil de cada mês subsequente, contado a partir de 02/2020, mediante guias próprias, a serem fornecidas pelos sindicatos, conforme respectivas bases territoriais.

**Parágrafo segundo:** fica instituída uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial de vigilante, por mês e por empregado, no caso de descumprimento da presente cláusula.

**Parágrafo terceiro:** assegura-se aos sindicatos obreiros o prazo de até 30 (trinta) dias à inscrição dos novos admitidos, visando o início do fornecimento dos serviços médico-ambulatoriais, previstos na presente cláusula.

**Parágrafo quarto:** as empresas e empregados que já estavam cobertos por convênio saúde, previsto na presente cláusula, poderão, validamente, emigrar à condição nela prevista, sem que tal importe em alteração contratual, ou continuar no plano pré-existente observados os limites máximos de desconto aqui tratados.

**Parágrafo quinto:** as empresas farão a inclusão automática do trabalhador no referido convênio saúde, ficando assegurado ao mesmo o direito de ver-se excluído, cabendo exclusivamente a este, se assim deliberar, requerer, por escrito, perante o seu sindicato de classe. A exclusão só se concretizará após a liquidação de eventuais débitos do trabalhador, por utilização de eventuais serviços até a data do seu requerimento de exclusão, e depois de comunicado do seu sindicato à empresa empregadora, reafirmada a condição de que a exclusão do benefício dependerá sempre de formal e expressa manifestação do trabalhador perante a entidade sindical.

**Parágrafo sexto:** os valores previstos no caput da presente cláusula serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, aos seus sucessores, assim declarados perante a Previdência Social, um auxílio funeral, equivalente a 06 (seis) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial.



**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA POR MORTE OU INCAPACIDADE**

As entidades convenientes mantêm o benefício instituído através do instrumento depositado e registrado no MTE-DRT-PR, em 15.03.2010, sob nº MR000491/2010, regulador da assistência por morte ou incapacidade, atualizando-o por termo aditivo.

**AUXÍLIO CRECHE****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRECHE**

As empresas, legalmente obrigadas à manutenção de creche, poderão firmar convênio substitutivo, na forma da CLT, ou prestar auxílio creche, sem natureza salarial, na forma da norma respectiva.

**Parágrafo primeiro:** em caso de auxílio creche, este fica fixado, por filho, a partir de 01/02/2020, em R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais) sofrendo correção, a partir de então, na mesma forma atribuída ao salário da beneficiária, sendo que nesta exclusiva hipótese o benefício será estendido ao filho até atingimento da idade de um ano.

**Parágrafo segundo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**SEGURO DE VIDA****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURIDADE**

Ao vigilante fica garantida indenização ou seguro de vida de acordo com a legislação vigente (Resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89), salvo existência de um seguro mantido pela empregadora no mesmo valor.

**Parágrafo primeiro:** caso o empregador mantenha seguro de vida em grupo, obrigatório por lei, não será permitido o desconto do mesmo no salário dos seus empregados.

**Parágrafo segundo:** as indenizações decorrentes dos seguros pagos exclusivamente pela empresa, desde que contratados por ela espontaneamente, expressamente excluídos os determinados por lei ou pela presente convenção coletiva, serão dedutíveis de quaisquer valores indenizatórios que sejam declarados pela empregadora ao empregado ou seus herdeiros.

**OUTROS AUXÍLIOS****CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS E RECICLAGENS**

Os exigidos pelas empresas serão por elas custeados sem qualquer ônus para o empregado.

**Parágrafo primeiro:** em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até 75 dias do término de validade do curso, as empresas se obrigam a pagar a reciclagem do empregado dispensado.

**Parágrafo segundo:** não se aplica a hipótese prevista no parágrafo anterior, nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e término da prestação de serviço pela empregadora.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO DAS ARMAS**

Obrigam-se as empresas a fazer revisão das armas dos vigilantes de seis em seis meses.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO INDICIADO**

As empresas assegurarão assistência gratuita e necessária ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder ação penal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do empregador ou de seus clientes, salvo se comprovadamente houver negligência do empregado no exercício de suas funções.

**Parágrafo único:** Na ocorrência de assalto no local onde o vigilante prestar serviços, este terá cobertura médica e psicológica, quando necessário, segundo laudo médico subscrito pelo médico da empresa e do convênio saúde, cabendo a empresa, enquanto perdurar a hipótese, custear o valor total do convênio saúde previsto na cláusula 15ª.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DESEMPREGO**

Em caso de não fornecimento dos formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa e que preencha os requisitos exigidos na legislação pertinente, a empresa será responsável pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a que fizer jus o ex-empregado.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGIME DE TRABALHO SDF**

O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.02.20, ao piso mensal de R\$ 732,85 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R\$ 8,23 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R\$ 219,86 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R\$ 609,90, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R\$ 117,32 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R\$ 101,65 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 19,57 de reflexos do DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R\$ 1.801,14.

**Parágrafo Primeiro:** A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS, observado o par. único do art. 464 da CLT;

**Parágrafo Segundo:** Fica instituído o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

**Parágrafo Terceiro:** Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta na cláusula 5ª quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês, não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita anteriormente.

**Parágrafo Quarto:** O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras.

**Parágrafo Quinto:** As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

**Parágrafo Sexto:** Havendo ponto facultativo, ou aqueles denominados "feriados" ponte, conforme a tradição e prática de cada localidade, o empregado merecerá o salário e reflexos proporcionais estabelecidos na cláusula 3ª, não se considerando tal situação como horas extraordinárias.

**Parágrafo Sétimo:** No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

I- 14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;

II- 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;

III- 06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas.

**Parágrafo Oitavo:** O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

**Parágrafo Nono:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DEFICIENTE FÍSICO E APRENDIZ**

Recomenda-se às empresas, sempre que possível, a contratação de deficientes físicos.

**Parágrafo Único:** Dada as especificidades da profissão de vigilante, conforme Lei Federal nº 7102/83, inclusive pelo uso de porte de arma e dependente de expressa autorização de seu exercício pelo Departamento da Polícia Federal, entre outras disposições normativas, fixam as categorias que, aos fins das cotas dos portadores de deficiência e menores aprendizes, serão considerados os empregos concedidos pela empresa no setor administrativo, excluído assim o operacional.

**MÃO-DE-OBRA FEMININA****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIREITO DAS MULHERES**

Às empregadas fica assegurada a igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CTPS**

Serão anotados, na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida, o salário contratado e as comissões, se existentes, bem como o contrato de experiência com a respectiva duração.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 30 quilômetros da sede do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 30km da sede do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Em caso de rescisão contratual, o empregador se obriga a efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido em lei.

**Parágrafo primeiro:** independentemente das sanções legais, em caso de atraso no pagamento das quantias líquidas e certas, o empregador ficará obrigado a pagar juros de mora ao empregado à razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso, limitada a 25 (vinte e cinco) dias, não se admitindo juros capitalizados.

**Parágrafo segundo:** as empresas se obrigam a pagar as despesas efetuadas pelo empregado, em caso de deslocamento fora da localidade onde presta serviço, quando chamado para o recebimento dos haveres rescisórios.

**Parágrafo terceiro:** na cessação do contrato de trabalho, todo empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais, correspondentes a 1/12 por mês de serviço, salvo os que tenham sido despedidos por justa causa.

**Parágrafo quarto:** concedido o pré-aviso, este deverá obrigatoriamente contar: a) sua forma (se indenizado ou trabalhado); b) a redução da jornada de trabalho, nos termos exigidos pela lei.

**Parágrafo quinto:** nos casos de rescisão por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente fazer constar, na comunicação da mesma, a alínea do art. 482, da CLT, invocada, pena de, não o fazendo, não poder alegá-la em Juízo, presumindo-se injusta a despedida.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

O empregado admitido para jornada legal na função de vigilante, no lugar de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CERTIFICADO DE FORMAÇÃO**

É vedado o exercício da profissão antes da conclusão do respectivo curso. Após, é livre o exercício profissional, sendo que as respectivas empresas, obrigatoriamente, deverão liberar os certificados de formação de vigilantes após os devidos registros.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA**

As empresas pagarão todas as despesas feitas pelo empregado, inclusive mudança de móveis e transportes de dependentes, na hipótese de transferência para outra localidade que exija a mudança de domicílio do empregado, desde que a transferência ocorra por iniciativa do empregador ou por mútuo entendimento entre as partes.

**Parágrafo único:** em caso de transferência, o empregado fará jus ao pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), na forma da lei.

### **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As empresas contribuirão, bimestralmente, a partir de março/20, em favor da categoria profissional, com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, destinado à formação do fundo de qualificação profissional, objetivando, entre outras, a realização de cursos de inglês, informática básica, direito penal, direito previdenciário, direito do trabalho e reciclagem ao profissional desempregado associado, visando a melhor capacitação e produtividade dos componentes da categoria.

**Parágrafo primeiro:** O valor a recolher será quitado até o dia 15 do mês em que devido, na proporção de R\$ 3,75 à Federação e R\$ 11,25 à entidade sindical da respectiva base.

**Parágrafo segundo:** As empresas enviarão até o último dia dos meses de março, maio, julho, setembro, novembro e janeiro, os CAGEDs relativos ao mês anterior, diretamente à Federação profissional, cabendo a esta o encaminhamento ao sindicato correspondente à base territorial. O envio dos CAGEDs à Federação poderá ser realizado através do e-mail: [coordcad@fetraispp.org.br](mailto:coordcad@fetraispp.org.br).

**Parágrafo terceiro:** As entidades sindicais profissionais enviarão diretamente as empresas, até o dia 10 dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro, os boletos bancários com os valores devidos ao FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (tomando-se por base o número de empregados da empresa na base territorial da entidade sindical, conforme CAGED por CNPJ do mês anterior ao do pagamento), com vencimento no dia 20 ou primeiro dia útil subsequente dos meses aqui indicados.

**Parágrafo quarto:** Fica estipulada a multa equivalente no valor não recolhido por empregado, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula.

**Parágrafo quinto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

## **POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

A empresa prestadora de serviço ficará desobrigada do pagamento do aviso prévio e indenização adicional (Lei nº 6708/79), na hipótese do término do contrato de prestação de serviços, pelo atingimento do seu prazo, quando o seu empregado, ali lotado, for contratado pela nova empresa prestadora de serviço, no mesmo posto. Mesmo no caso de não ser contratado, a indenização adicional não será devida, na medida em que a terminação do contrato de prestação de serviços da empregadora, pelo atingimento do seu prazo, não é considerada como atitude que obste o atingimento da data-base.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

Fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações: pré-aposentadoria: para o empregado que, comprovadamente, contar ou vier a contar com vinte e nove ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária e um ano de serviço na empresa, será garantido o emprego até a data que completar trinta anos da referida contribuição para aposentadoria proporcional ou trinta e cinco anos da referida contribuição para aposentadoria integral. A comprovação deverá ser feita, perante o empregador e por escrito, até 30 (trinta) dias após o implemento dos referidos requisitos, sob a pena da insubsistência da cláusula;

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA**

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

**Parágrafo Único:** Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DO TRABALHO**

Ao empregado sem posto fixo de trabalho, o volante ou o coringa, será considerado como horário de início da jornada de trabalho aquele em que o mesmo tiver de comparecer à central, sede da empresa, ou local por ela determinado para que ele se apresente.

**Parágrafo Único:** Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

Fica facultada às partes a adoção de regime de compensação de jornada, desde que atendidas às condições legais e as estabelecidas nesta cláusula (ressalvada expressamente a hipótese prevista na cláusula 37ª, pois objeto de tratamento normativo específico, regulando o regime de 12x36).

I - o horário de compensação, compreendendo horário de início, término e intervalo, deverá estar previsto em acordo individual firmado entre empregado e empresa ou acordo coletivo, neste caso homologado pelo Sindicato dos empregados;

II - a compensação deverá ocorrer dentro da mesma semana que tiver sido prorrogada a jornada;

III - a jornada diária, para efeito de compensação, poderá ser acrescida de duas horas no máximo, observada a carga diária normal de 08 horas e semanal de 44 horas;

IV - fica possibilitada adoção da denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador e desde que não se ultrapasse a jornada diária de 10 horas;

V - em qualquer hipótese adotada, serão garantidos os intervalos constantes dos artigos 66, 67 e 71, da CLT, somente sendo considerada "folga" o período de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas de descanso;

VI - pela presente convenção coletiva de trabalho, e nos estritos termos legais, fica ainda a empresa autorizada a ajustar com o seu empregado o regime de compensação, previsto no art. 59, da CLT.

VII - considerando a peculiaridade da profissão de vigilante, inclusive quanto ao fardamento e a proibição de seu uso fora de serviço, estabelecem as partes que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite diário de vinte minutos;

VIII - a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de

compensação de horas estabelecido no presente instrumento;

IX – aos fins do inciso anterior, deverá a empresa comprovar o evento através dos controles de ponto dos respectivos vigilantes e boletim de ocorrência específico por eles também assinados, restrito ao mesmo posto de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 12X36**

As entidades sindicais que firmam o presente instrumento, respaldadas pela manifestação expressa das categorias por elas legalmente representadas e com apoio no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, resolvem pactuar o regime de trabalho de 12x36 horas, mediante as condições seguintes: a) a jornada de trabalho dos vigilantes armados, desarmados e aos lotados no setor operacional, poderá ser pactuada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso; b) o implemento do referido regime de trabalho fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, de forma direta, ajustarem sua adoção; c) no regime aqui estabelecido, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, não será devido o pagamento de hora extra, inclusive na semana em que for ultrapassado o limite de 44 horas semanais, à face da compensação; d) em face do presente instrumento fica estabelecido que, no regime de 12x36 – ainda que cumprido em horário noturno –, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos, garantido, sempre, o adicional noturno respectivo.

**Parágrafo único:** As partes convenientes respaldadas pela manifestação de suas respectivas categorias, e com apoio no art. 7º, incisos VI e XXVI, da Constituição Federal, deliberam, quanto ao regrado na alínea "d", da presente cláusula, que se submetem à decisão judicial proferida nos autos sob nº TRT-PR-AR-329/2001, já com trânsito em julgado.

### **FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência de trinta dias, mediante recibo.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual a cada trabalhador, quando assim exigido pela legislação.

### **UNIFORME**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME**

Em caso de exigência de uniforme, o custo deste será de responsabilidade do empregador, obrigando-se o empregado a devolvê-lo no estado em que se encontrar, no momento da rescisão do contrato.

**Parágrafo primeiro:** cada conjunto de uniforme conterà obrigatoriamente: uma jaqueta, duas camisas e duas calças.

**Parágrafo segundo:** o empregador fornecerá um par de sapatos, ou coturno, por ano, a cada trabalhador obrigado a usar uniforme.

**Parágrafo terceiro:** o uniforme deverá ser adequado ao clima, inclusive com adaptação do tecido utilizado.

### **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

As empresas enviarão ao Sindicato dos empregados, conforme base territorial, cópias das comunicações de acidentes de trabalho enviadas ao INSS, até o 5º dia da emissão da CAT.

### **RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE QUE PERMANECE NA EMPRESA**

Sem perda do posto de trabalho efetivo, os dirigentes sindicais eleitos serão liberados por até 14 (catorze) dias, sucessivos ou alternados, a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo dos seus salários, para que possam comparecer em assembleias, congressos, cursos e negociações coletivas da categoria, desde que haja comunicação prévia.

### **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a estabilidade provisória de dirigente sindical, para os membros efetivos e suplentes das diretorias de sindicato profissional, desde que o respectivo sindicato comunique a empresa, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do empregado e, em igual prazo, a sua eleição e posse.

**CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas procederão aos descontos, em folha de pagamento, a critério dos Sindicatos de empregados, mediante autorização escrita do trabalhador, ficando obrigadas a fazer o repasse, para a entidade sindical beneficiada, no primeiro dia útil após o pagamento do salário.

**Parágrafo primeiro:** as empresas encaminharão, mensalmente, para o Sindicato ou associação profissional de empregado, relação nominal dos associados que tiveram desconto da mensalidade, em folha de pagamento, bem como dos empregados desligados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do pagamento do salário.

**Parágrafo segundo:** a empresa que tiver que remeter numerário proveniente de mensalidade à entidade sindical com base territorial diversa da sua matriz, deverá fazê-lo de forma antecipada, por remessa postal, a fim de que o valor devido seja recepcionado até o prazo acima pactuado.

**Parágrafo terceiro:** fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) do valor devido, no caso da empresa não observar o prazo de repasse fixado no "caput" da presente cláusula.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Tendo em vista a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, nos termos do aprovado nas assembleias dos trabalhadores, e visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período compreendido pela vigência desta Norma Coletiva (CCT), serão devidas por cada empregado integrante da categoria profissional e beneficiado por este instrumento normativo, as seguintes contribuições negociais/assistenciais em favor das entidades sindicais profissionais representativas e manutenção do sistema confederativo, sendo garantido aos não associados que assim desejarem, o direito de oposição fundamentada e individual, tudo de acordo com as condições que seguem:

Aos Sindicatos Profissionais de **Curitiba e Foz do Iguaçu:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 10,00 (dez reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Ao Sindicato Profissional de **Cascavel:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 13,00 (treze reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Aos Sindicatos Profissionais de **Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Pato Branco e Paranaguá:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial a ser paga em seis parcelas (três a cada ano), sendo quatro de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), a serem descontados nos meses de maio e agosto de cada ano, pelos empregadores e repassados à entidade sindical respectiva, e duas no percentual de 1% da remuneração do trabalhador, a ser descontada no mês de agosto de cada ano, sendo estas revertidas à Federação Profissional;

Na base territorial do Sindicato Profissional de **Londrina:** será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, no mês de agosto de cada ano, a contribuição assistencial/negocial correspondente a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Estipula-se que a obrigação das empresas estabelecida nesta norma coletiva, compreende apenas o compromisso de recolher e repassar as contribuições fixadas pelas assembleias dos empregados da categoria beneficiados pela norma, sem qualquer participação, interferência ou responsabilidade quanto ao ato de criação e fixação das referidas contribuições; sendo que, dessa forma, obrigam-se as empresas a recolher as contribuições profissionais aos sindicatos e Federação respectivos, no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto de cada parcela e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5,0% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

**Parágrafo Segundo:** No mesmo prazo previsto para o recolhimento/repasse acima, obrigam-se as empresas a fornecer às Entidades Sindicais respectivas, a relação completa dos empregados a que se refere o valor descontado, sob pena de incorrerem em multa de 5% incidente sobre o total devido a título de recolhimento/repasse.

**Parágrafo Terceiro:** A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa inadimplente ou em atraso, assim como tomar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra eventual

apropriação indébita, e bem assim tomar as medidas adequadas com respaldo jurídico para repelir o cerceio ao livre exercício da atividade sindical e eventual abuso de poder econômico; tudo com base em estritos fundamentos legais.

**Parágrafo Quarto:** A fundamentação do pedido de oposição às contribuições, que passa a ser aqui exigida, encontra motivação no fato de que a entidade sindical necessita ter ciência das razões pelas quais o beneficiado pela norma coletiva firmada se recusa a contribuir, mesmo tendo ciência de que a contribuição é a única forma do não associado efetivamente contribuir para a manutenção do sistema de proteção que o ampara e acresce direitos à esfera jurídica de sua categoria.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer alteração legislativa ou regulamentação acerca da matéria em questão que venha a ocorrer na vigência da presente norma coletiva, implicará na análise sobre a eventual necessidade de revisão desta Cláusula.

**Parágrafo Sexto:** As eventuais oposições individuais, devidamente fundamentadas dos não associados/filiados serão recebidas até o dia 10 do mês relativo à cobrança, mediante protocolo pessoal de documento escrito de próprio punho na sede do sindicato.

**Parágrafo Sétimo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL**

As empresas representadas pelo sindicato patronal, associadas ou não, recolherão o valor equivalente a quatro pisos salariais do vigilante, à conta de contribuição assistencial. O valor deverá ser recolhido até o 5º dia útil de abril/2020 e 2021, mediante guias próprias a serem fornecidas pela entidade sindical patronal.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas de Segurança Privada do Estado Paraná deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, inclusive decisão da assembleia geral da categoria econômica, cujo valor, também determinado em assembleia da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em dezembro de 2019, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será: O resultado da multiplicação do número de vigilantes por R\$ 12,00 (doze reais), sendo que o valor encontrado deverá ser pago em parcelas, com vencimento em 30/07, 30/08, 30/09 e 30/10/20, ou primeiro dia útil subsequente. Ainda à conta do ano de 2021, igual valor, sobre o quantitativo em dezembro de 2020, a ser pago em parcelas vencíveis nos mesmos dias e mês do ano de 2021.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As empresas remeterão ao sindicato patronal, no prazo máximo de 30 dias, após o mês de referência da contribuição, a cópia da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical – GRCS quitada.

**Parágrafo único:** O Sindicato Patronal encaminhará ao Ministério do Trabalho a relação das empresas que não comprovaram recolhimento da Contribuição Sindical através do encaminhamento da cópia da guia GRCS, até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS**

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, quando mais benéficas ao empregado, prevalecerão sobre a presente convenção coletiva e na interpretação desta ou de legislação vigente. Havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS**

Fica instituída a mediação privada dos conflitos individuais e coletivos, que atuará por uma comissão composta por 01 (um) representante do SINDESP e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores, atuando na base territorial estadual, para acompanhamento de eventuais conflitos individuais e coletivos entre empresas e seus empregados, objetivando a sua solução e evitando ajuizamento de ações trabalhistas contra as empresas associadas ao SINDESP.

**Parágrafo primeiro:** quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

**Parágrafo segundo:** as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pelas partes signatárias da presente convenção, ficam mantidas, na forma do instrumento lavrado em 16.05.2000 e regularmente depositado e registrado na DRT-Pr., em 22.05.2000, sob nº 46212.009388/00-01, pelo tempo de vigência da presente CCT. No prazo de 30 dias, as partes fixarão o local, dias e horários de funcionamento, lavrando termo escrito.

**APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO**

Faculta-se o estabelecimento de SESMT coletivo, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente entre as entidades sindicais em instrumento específico.

**DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA E PENALIDADES**

Fica estabelecida multa equivalente a meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do prejudicado, pelo descumprimento de uma das seguintes cláusulas: 03 (três), 04 (quatro), 20 (vinte), 41 (quarenta e um) e 45 (quarenta e cinco), a partir de 1º.02.2020. Especificamente para o item 03.3, a multa equivalerá a dois pisos salariais do vigilante nela tratado. Às demais cláusulas, excetuadas aquelas que já tragam multa própria, em caso de descumprimento, fica instituída a multa no importe de meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do empregado, por descumprimento. Para que tal multa seja exigível se faz necessário que haja comunicação ao empregador para que este, em 48 horas, improrrogáveis efetue as respectivas regularizações em caso de ainda estarem vigentes os respectivos contratos de trabalho, possibilitando a regularização.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Por ocasião da entrega da RAIS, as empresas enviarão cópia ao Sindicato dos empregados. Ainda, a cada três meses, contados de 1º.02.2020 e durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas enviarão cópia da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei 4923/65, relativamente a todos os meses componentes do trimestre, apazando-se a tanto até o 5º dia após o prazo legal àquela entrega. Ante o contido na cláusula 24, do presente instrumento, as empresas também comunicarão o número de empregados envolvidos no regime SDF.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIREITO DE AFIXAÇÃO**

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão, em local de fácil acesso aos trabalhadores, quadro de avisos, para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que autorizados pelas empresas.

**Parágrafo único:** Comprometem-se as partes a divulgar os termos dos mesmos a seus representados, empregados e empregadores.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLAUSULAÇÕES ESPECIAIS**

As entidades que firmam o presente instrumento comprometem-se, no prazo de 90 dias, contado a partir de 01.02.2020, após discussão com a categoria profissional, a discutir sobre as seguintes questões, objetivando inseri-las em acordo coletivo de trabalho: a) redução da multa por despedida imotivada do FGTS, nos casos de perda do contrato pelo empregador, sendo o trabalhador transferido mantido por outra empresa no mesmo posto de serviço, com garantia de emprego por no mínimo 90 dias; b) obrigação patronal de arcar com a sua cota-parte no "convênio saúde", tratado na cláusula 15, independentemente da vinculação do seu trabalhador; e) estabelecimento do regime especial de trabalho de 5ª a sábado e feriados em estabelecimento noturnos, nos moldes do já preexistente regime SDF; c) trabalho intermitente referido na Lei nº 13.467/17 e Medida Provisória nº 808/17; d) adoção de regras e contraprestação para o trabalho em "eventos"; e) termo de quitação anual; f) vale alimentação para trabalhadores com jornada de até 6 (seis) horas.

**Parágrafo único:** Considerando a data do encerramento da presente negociação, ajustam as partes que todas e quaisquer diferenças de verbas, dadas como devidas a partir de 01/02/2020, poderão ser pagas pelas empresas juntamente com os salários de março/20, sem qualquer acréscimo de juros ou multa.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANILHA DE CUSTOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU, de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de segurança privada no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços de segurança, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE**



As empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios, promovidos pela administração pública, e contratações privadas, certidões de regularidade, expedidas pelo sindicato patronal e sindicato laboral, conforme base territorial.

**Parágrafo único:** para a obtenção das certidões, a empresa deverá comprovar, com antecedência e no ato do seu requerimento, sua regularidade no que tange às contribuições sindicais, cabendo às entidades sindicais a expedição do documento em até 48 horas do protocolo.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - REVOGAÇÃO**

À face da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica revogado o instrumento registrado no MTE em 27/02/2018 sob nº **46212.001657/2019-18**.

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E**  
**EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA**

**JOAO SOARES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG**  
**TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE**

**JOSE NILSON RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA**

**JOSE MARIA DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA**

**EDSON DAVID COELHO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA**

**CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS**  
**EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO**

**ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS**  
**PRESIDENTE**  
**SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO**

**ORLANDO LUIZ DE FREITAS**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS ORGANICOS DE**  
**SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO**

**ADALBERTO ALVES PEREIRA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL,**  
**ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO**

**ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA**

#### **ANEXOS** **ANEXO I - ATA FETRAVISPP**

[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO II - ATA SEESVC**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO III - ATA SINDVEL**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO IV - ATA MARINGA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO V - ATA PONTA GROSSA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VI - ATA SINDSFOZ**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VII - ATA PATO BRANCO**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO VIII - ATA LONDRINA**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO IX - ATA PARANAGUÁ**[Anexo \(PDF\)](#)**ANEXO X - ATA UMUARAMA**[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE FAZENDA**

RUA FREI RAFAEL PRONER, 1457 - CENTRO - FONE: (43)3542-4525 CEP 86360000  
CNPJ 76.235.753/0001-48

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE EMPRESA Nº 444 / 2021**

CERTIFICO, para os devidos fins e de conformidade com o Cadastro Mobiliário Fiscal, desta Prefeitura Municipal, que a empresa mencionada encontra-se devidamente inscrita em nossos registros.

Cadastro Mobiliário: **31089** Situação Cadastral: **NORMAL** Data de Abertura: **12/01/2011**  
Nome ou Razão Social: **224247 L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**  
CPF/CNPJ: **13.050.015/0001-06**  
Nome Fantasia: **LAS - SEGURANCA**  
Endereço: **RUA SÃO PAULO 3520**  
Bairro: **CONJUNTO MARIA BERTO MENEGHEL** Município: **BANDEIRANTES** **PR**  
Classificação: **Prestação de Serviço**  
Área de Utilização (m²): **0,00**  
Atividade Econômica: **442 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA**  
CNAE:

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço:

**<http://www.bandeirantes.pr.gov.br/>**

Emitida às 21:07:48 de 02/09/2021

**Válida até 02/10/2021**

Código de verificação: **FAQO-NCVJ**

Certidão emitida gratuitamente.

**Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

### SECRETARIA DE FAZENDA

RUA FREI RAFAEL PRONER, 1457 - CENTRO - FONE: (43)3542-4525 CEP 86360000

CNPJ 76.235.753/0001-48

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 2140 / 2021

### Contribuinte

CERTIFICO, para que produza os efeitos legais, que revendo os arquivos Cadastrais desta Prefeitura Municipal, neles NADA CONSTA com débitos vencidos até esta data, correspondente ao Contribuinte abaixo mencionado.

Contribuinte: **224247 L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**

CPF/CNPJ: **13.050.015/0001-06**

RG/IE:

Endereço: **RUA SÃO PAULO**

Nº: **3520**

Compl:

Bairro: **CONJUNTO MARIA BERTO MENEGHEL**

Cidade: **BANDEIRANTES**

UF: **PR**

CEP: **86360000**

e-mail: **escriban@brturbo.com.br**

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço:

**<http://www.bandeirantes.pr.gov.br/>**

Emitida às 09:37:07 de 19/10/2021

**Válida até 18/11/2021**

Código de verificação: **GXKP-LNIX**

Certidão emitida gratuitamente.

**Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE FAZENDA**

RUA FREI RAFAEL PRONER, 1457 - CENTRO - FONE: (43)3542-4525 CEP 86360000  
CNPJ 76.235.753/0001-48

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 271 / 2021**  
**Cadastro Mobiliário**

CERTIFICO, para que produza os efeitos legais, que revendo os arquivos Cadastrais desta Prefeitura Municipal, neles NADA CONSTA com débitos vencidos até esta data, correspondente à Empresa abaixo mencionada.

Cadastro Mobiliário: **31089** Situação Cadastral: **NORMAL** Data de Abertura: **12/01/2011**  
Nome ou Razão Social: **224247 L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**  
CPF/CNPJ: **13.050.015/0001-06**  
Nome Fantasia: **LAS - SEGURANCA**  
Endereço: **RUA SÃO PAULO 3520**  
Bairro: **CONJUNTO MARIA BERTO MENEGHEL** Município: **BANDEIRANTES** **PR**  
Classificação: **Prestação de Serviço**  
Área de Utilização (m²): **0,00**  
Atividade Econômica: **442 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA**  
CNAE:

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço:

**<http://www.bandeirantes.pr.gov.br/>**

Emitida às 13:37:47 de 18/10/2021

**Válida até 17/11/2021**

Código de verificação: **FIBI-XMLP**

Certidão emitida gratuitamente.

**Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - PR

CERTIFICADO DE SEGURANÇA Nº 557/2021

DATA: 05/03/2021

REF. PROC.: 2021/1712\_1 – DPF/LDA/PR

**ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA**

RAZÃO SOCIAL: LAS SEGURANÇA LTDA - ME

CNPJ: 13.050.015/0001-06

O Delegado Regional Executivo da SR/PF/PR, no uso de suas atribuições, CERTIFICA que, as instalações da empresa LAS SEGURANÇA LTDA - ME de CNPJ nº 13.050.015/0001-06 foram aprovadas, por meio deste Certificado de Segurança, cuja validade será a mesma da autorização de funcionamento da empresa nesta Unidade Federativa.

A REGULARIDADE DA EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA SE COMPROVA PELA APRESENTAÇÃO DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO OU DE REVISÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO VÁLIDO, EXPEDIDO PELA CGCSP/DIREX/PF, PUBLICADO NO D.O.U.

**ROBERTO MELLO MILANEZE**

(assinado eletronicamente)  
DREX/SR/PF/PR



Escanear este código para verificar a autenticidade deste documento no site da Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - PR

CERTIFICADO DE SEGURANÇA Nº 557/2021

DATA: 05/03/2021

REF. PROC.: 2021/1712\_1 – DPF/LDA/PR

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA

RAZÃO SOCIAL: LAS SEGURANÇA LTDA - ME

CNPJ: 13.050.015/0001-06

O Delegado Regional Executivo da SR/PF/PR, no uso de suas atribuições, CERTIFICA que, as instalações da empresa LAS SEGURANÇA LTDA - ME de CNPJ nº 13.050.015/0001-06 foram aprovadas, por meio deste Certificado de Segurança, cuja validade será a mesma da autorização de funcionamento da empresa nesta Unidade Federativa.

A REGULARIDADE DA EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA SE COMPROVA PELA APRESENTAÇÃO DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO OU DE REVISÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO VÁLIDO, EXPEDIDO PELA CGCSP/DIREX/PF, PUBLICADO NO D.O.U.

**ROBERTO MELLO MILANEZE**

(assinado eletronicamente)

DREX/SR/PF/PR



Escanear este código para verificar a autenticidade deste documento no site da Polícia Federal



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: L A S - SEGURANCA LTDA**

**CNPJ: 13.050.015/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:45:09 do dia 16/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/09/2021.

Código de controle da certidão: **761E.AFEB.5A0C.3F59**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

ESTADO DO PARANÁ

**SECRETARIA DE FAZENDA**

RUA FREI RAFAEL PRONER, 1457 - CENTRO - FONE: (43)3542-4525 CEP 86360000

CNPJ 76.235.753/0001-48

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 1556 / 2021**

**Contribuinte**

CERTIFICO, para que produza os efeitos legais, que revendo os arquivos Cadastrais desta Prefeitura Municipal, neles NADA CONSTA com débitos vencidos até esta data, correspondente ao Contribuinte abaixo mencionado.

Contribuinte: **224247 L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**

CPF/CNPJ: **13.050.015/0001-06**

RG/IE:

Endereço: **RUA SÃO PAULO**

Nº: **3520**

Compl:

Bairro: **CONJUNTO MARIA BERTO MENEGHEL**

Cidade: **BANDEIRANTES**

UF: **PR**

CEP: **86360000**

e-mail: **escriban@brturbo.com.br**

A autenticidade e validade da presente certidão poderá ser confirmada na internet acessando a página da Prefeitura Municipal, no endereço:

**<http://www.bandeirantes.pr.gov.br/>**


Emitida às 10:50:57 de 12/08/2021

**Válida até 11/09/2021**


Código de verificação: **QJFH-HXHE**

Certidão emitida gratuitamente.


**Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.**




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



P  
R



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1979867020

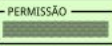



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
108766328 SESP PR

CPF  
078.754.039-01

DATA NASCIMENTO  
29/04/1994

FILIAÇÃO  
JOSE KELER  
MARIA IRENE RAMOS KELER

PERMISSÃO  


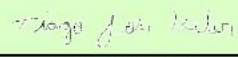
ACC  


CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
07201307020

VALIDADE  
27/02/2022

1ª HABILITAÇÃO  
24/01/2019



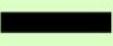
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
PATO BRANCO, PR

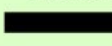
DATA EMISSÃO  
01/02/2020

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

57016513569  
PR917661304



PARANÁ



DENATRANCONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

**SERPRO** / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INTERIOREZA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABITAÇÃO

PR

VALS

LAURO APARECIDO DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
3683720-9 SESE PR

CPF DATA NASCIMENTO  
505.395.409-78 18/11/1963

FILIAÇÃO  
BENEDITO AMARO DOS SANTOS  
SEBASTIANA BUENO DOS SANTOS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB  
AB

Nº REGISTRO VALIDEZ 1ª HABILITAÇÃO  
01516244190 24/10/2024 29/08/1990

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO  
BANDEIRANTES, PR 30/10/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

14561851058  
PR916991659

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1937490620

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1937490620



TABELIONATO DE NOTAS DE BANDEIRANTES  
RUA EURÍPEDES RODRIGUES, 517 - CENTRO - F. 43 3542-8500  
AUTENTICAÇÃO  
A presente cópia reprográfica é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado nesta data, do que dou fé

10 MAR. 2020

- ( ) João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
( ) Helder Paduan Sartori - Escrevente Substituto  
( ) Leni Ismael dos Santos - Escrevente  
( ) Patrícia Martins Silva - Escrevente

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1596469353

PRÓIBIDO PLASTIFICAR  
1596469353

NOME  
SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
4085416-9 SESP PR

CPF  
749.042.649-91

DATA NASCIMENTO  
31/12/1965

FILIAÇÃO  
ADELSON JOSE FLORENCIO  
SEBASTIANA GOMES FLORENCIO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
00443332707

VALIDADE  
08/03/2023

1ª HABILITAÇÃO  
26/11/1998

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BANDEIRANTES, PR

DATA EMISSÃO  
08/03/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

01282864186  
PR913937466

PARANÁ



TABELIONATO DE NOTAS DE BANDEIRANTES  
RUA EURÍPEDES RODRIGUES, 517 - CENTRO - F. 43 3542-5500

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia reprográfica é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado nesta data, do que c/cu

10 MAR. 2020

( ) João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
( ) Helder Paduan Sartori - Escrevente Substituto  
( ) Leni Ismael dos Santos - Escrevente  
( ) Patrícia Martins Silva - Escrevente

EM BRANCO



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>13.050.015/0001-06</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>14/12/2010</b>
NOME EMPRESARIAL <b>L A S - SEGURANCA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>LAS - SEGURANCA</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R SAO PAULO</b>	NÚMERO <b>3520</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>86.360-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CONJUNTO MARIA BERTO MENEHEL</b>	MUNICÍPIO <b>BANDEIRANTES</b>
		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(43) 3542-6548/ (43) 3542-1843</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>14/12/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/08/2021** às **17:09:31** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



01 JUN. 2017

**L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**

( ) João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
( ) Helder Paduan Sartori - Escrevente

**CNPJ 13.050.015/0001-06**

**1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

1. **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Huberto Teixeira II, Bandeirantes - PR, CEP 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.683.720-9, emitida pela SSP - PR e CPF 505.395.409-78 e

2. **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Huberto Teixeira II, Bandeirantes - PR, CEP 86.360-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.085.416-9, emitida pela SSP - PR e CPF 749.042.649-91,

Únicos sócios da sociedade empresária que gira sob o Nome Empresarial de **L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**, com sede e foro a Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes - PR, inscrita no CNPJ sob nº. 13.050.015/0001-06, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41206942536 em 14/12/2010, resolvem RE-RATIFICAR e consolidar o Contrato Social mediante as seguintes cláusulas:

1ª - Fica **RE-RATIFICADO** o valor do capital social que passa a ser de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) dividido em 132.000 (cento e trinta e duas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas neste ato através de um veículo VW / GOL 1.6 MI, ano / modelo 1998, cor branca, CHASSI 9BWZZZ373WT053216, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e por um imóvel situado no Lote 14, Quadra 04, do conjunto Habitacional Huberto Teixeira II, contendo uma residência em alvenaria, conforme matrícula 7.840, datada de 05 de novembro de 1997, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes - PR, Conforme Laudo de Avaliação do imóvel no valor de R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais), pelos sócios:

<b>LAURO APARECIDO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.000 QUOTAS</b>	<b>R\$132.000,00</b>

2ª - O objeto social da empresa que era **SEGURANÇA ARMADA E VIGILANCIA PATRIMONIAL E DE EVENTOS** fica **RE-RATIFICADO** para **ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA**.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO**

A vista da modificação ora ajustada, os sócios **RESOLVEM** por este instrumento, consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e posteriores alterações, que, adequando as disposições da lei aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

1. **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Huberto Teixeira II, Bandeirantes - PR, CEP 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.683.720-9, emitida pela SSP - PR e CPF 505.395.409-78 e



01 JUN. 2017

**L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**

( ) João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
( ) Helder Paduan Sartori - Escrevente

**CNPJ 13.050.015/0001-06**

## **1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

2. **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Huberto Teixeira II, Bandeirantes - PR, CEP 86.360-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.085.416-9, emitida pela SSP - PR e CPF 749.042.649-91,

Únicos sócios da sociedade empresaria que gira sob o Nome Empresarial de **L A S - SEGURANÇA LTDA - ME**, com sede e foro a Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes - PR, inscrita no CNPJ sob nº. 13.050.015/0001-06, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41206942536 em 14/12/2010, que se rege pelas cláusulas abaixo:

1ª A sociedade gira sob o nome empresarial **L A S - SEGURANÇA LTDA - ME** e tem sede e foro a Rua São Paulo, nº 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, Bandeirantes - PR, CEP 86.360-000.

2ª A empresa tem como objeto social **ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA**.

3ª O capital social é de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) dividido em 132.000 (cento e trinta e duas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), integralizadas neste ato através de um veículo VW / GOL 1.6 MI, ano / modelo 1998, cor branca, CHASSI 9BWZZZ373WT053216, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e por um imóvel situado no Lote 14, Quadra 04, do conjunto Habitacional Huberto Teixeira II, contendo uma residência em alvenaria, conforme matrícula 7.840, datada de 05 de novembro de 1997, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes - PR, no valor de R\$117.000,00 (oitenta e cinco mil reais), pelos sócios:

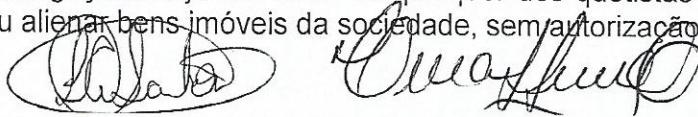
<b>LAURO APARECIDO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.000 QUOTAS</b>	<b>R\$132.000,00</b>

4ª As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

5ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

6ª A sociedade iniciou suas atividades em 14/12/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

7ª A administração da sociedade é exercida pela sócia **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, com os poderes e atribuições de sócia administradora, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.





TABELIONATO DE NOTAS DE BANDEIRANTES  
RUA EURIPEDES RODRIGUES, 517 - CENTRO - F. 43 3542-5500  
AUTENTICAÇÃO  
A presente cópia reprográfica é reprodução fiel do  
documento original que me foi apresentado nesta  
data, do que dou fé.

01 JUN. 2017

L A S - SEGURANÇA LTDA - ME

João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
Helder Paduan Sartori - Escrevente

CNPJ 13.050.015/0001-06

## ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

8ª Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

9ª Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

10ª A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

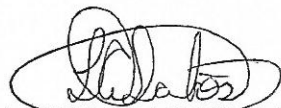
Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

13ª A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

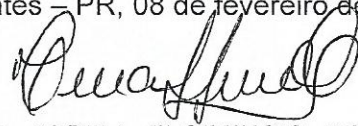
14ª Fica eleito o foro de Bandeirantes - PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 vias.

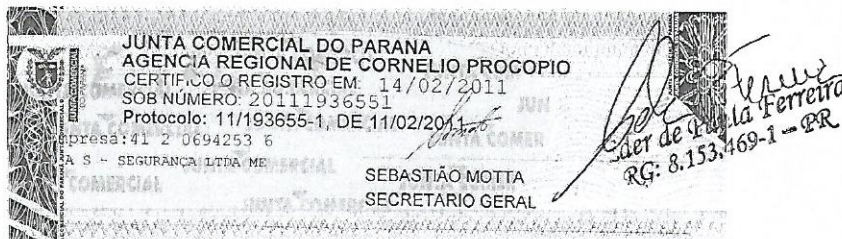
Bandeirantes - PR, 08 de fevereiro de 2011.



LAURO APARECIDO DOS SANTOS



SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS







Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 024391066-83**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **13.050.015/0001-06**

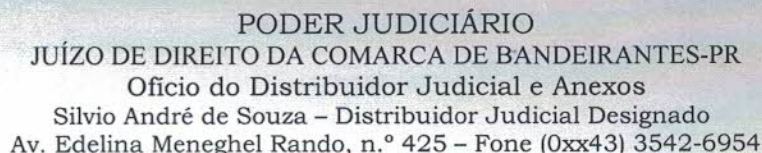
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 20/10/2021 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**CERTIDÃO NEGATIVA  
DE DISTRIBUIÇÃO DE PEDIDOS DE  
FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Certifico** a pedido verbal de pessoa interessada que revendo nos arquivos e livros do Cartório do Distribuidor Judicial, único ofício desta Comarca, a meu cargo, deles, o Livro de Registro de Distribuição para o Cartório Cível desta Comarca, **especificamente** quanto a Distribuições de Pedidos de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial e verifiquei **NÃO CONSTAR em andamento**, nenhum registro **específico** de Distribuição de Ações de Falência ou Recuperação Judicial, em nome da pessoa jurídica L A S SEGURANÇA LTDA, com sede na Rua São Paulo nº. 3520, Conjunto Maria Berta Meneghel, nesta cidade e comarca de Bandeirantes – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 13.050.015/0001-06, xx.

**Observações:** 1)-certidão não válida para outras ações que não sejam especificamente de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial; 2)- os números de documentos foram fornecidos verbalmente pelo solicitante; 3)- as buscas relativamente a ações de pedidos de Recuperação Judicial abrangem apenas o ano de 2002 em diante; 4)- Nesta Comarca de Bandeirantes-PR., existe somente um ofício do Distribuidor Judicial; 5)- ESTA CERTIDÃO NÃO INCLUI BUSCAS DE NOMES DE PESSOAS JURÍDICAS QUE NÃO TENHAM A EXATA RAZÃO SOCIAL ESPECIFICADA ACIMA ou CNPJ DIVERSO DO INFORMADO.

Dada e passada nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná,  
ao(s) quatro dia(s) do mês de agosto do ano dois mil e vinte e um (04-08-2021).

Leandro André Miotto  
Funcionário Jureamentado



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ:	13.050.015/0001-06	DUNS®:	900679590
Razão Social:	L A S - SEGURANCA LTDA		
Nome Fantasia:	LAS - SEGURANCA		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	17/03/2022

**Dados do Nível**

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

**Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN**

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	17/11/2021
Código de Controle:	E93D14C806069194		

**Comprovante de Regularidade do FGTS**

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	27/10/2021
Código de Controle:	2021092802070015995102		

**Comprovante de Regularidade do TST**

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	11/03/2022
Código de Controle:	281012062021		

--	--



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 13.050.015/0001-06

**Razão Social:** L A S SEGURANCA LTDA ME

**Endereço:** RUA SAO PAULO 3520 / MARIA B MENEGHEL / BANDEIRANTES / PR /  
86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/09/2021 a 08/10/2021

**Certificação Número:** 2021090902031939808829

Informação obtida em 10/09/2021 09:32:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

***DIVISÃO DA RECEITA***

<b>Exercício</b> 2021	<b>ALVARÁ DE LICENÇA</b>	<b>Nº de Inscrição</b> 31089	<b>Nº do Alvará</b> 4451
--------------------------	------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

**A Prefeitura Municipal de Bandeirantes,  
na forma da Lei, concede licença a:**

**Razão Social: L A S – SEGURANÇA LTDA**

**Nome Fantasia: \*\*\***

**CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06**

**Endereço: Rua São Paulo Nº3520**

**Bairro: Conjunto Habitacional Maria Luiza Berto Meneghel**

**Atividade: Atividades De Vigilância E Segurança Privada.**

**Este documento tem validade até 31/03/2022, sendo obrigação do contribuinte a  
baixa, conforme art. 17 do Código Tributário Municipal.**



**TABELIONATO DE NOTAS DE BANDEIRANTES**  
RUA EURIPEDES RODRIGUES, 517 CENTRO F. 43 3542-5500  
**AUTENTICAÇÃO**  
A presente cópia reprográfica é reprodução fiel do  
documento original que me foi apresentado nesta  
data, do que dou fé

**28 ABR. 2021**

**Bandeirantes, 8 de abril de 2021.**

João Antonio Sartori - Tabelião Designado  
Helder Paduan Sartorio - Escrevente Substituto  
Leni Ismael dos Santos - Escrevente  
Patrícia Martins Silva - Escrevente  
**Jaelson Ramalho Mattos**  
Prefeito Municipal



**José Rozevaldo de Oliveira Silva**  
Secretário da Fazenda

**L A S - SEGURANÇA LTDA****CNPJ 13.050.015/0001-06****NIRE 41206942536****TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

1. **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.683.720-9, emitida pela SSP – PR e CPF 505.395.409-78.

2. **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.085.416-9, emitida pela SSP – PR e CPF 749.042.649-91.

Únicos sócios da sociedade empresária que gira sob o Nome Empresarial de **L A S – SEGURANÇA LTDA**, com sede e foro a Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes – PR, inscrita no CNPJ sob nº. 13.050.015/0001-06, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41206942536 em 14/12/2010, e último arquivamento realizado em 30/04/2021 sob nº. 20212695681, resolvem proceder as seguintes alterações:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A administração da sociedade através desse ato passa a ser exercida pelos sócios **LAURO APARECIDO DOS SANTOS** e **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, que representaram a sociedade isoladamente e por tempo indeterminado, os quais também ficarão responsáveis pela representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, com os poderes e atribuições de sócios administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLAUSULA SEGUNDA:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

**CLAUSULA TERCEIRA:** À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o Art. 2.031 da Lei nº. 10.406/2002, consolida-se o Contrato Social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no





**L A S - SEGURANÇA LTDA****CNPJ 13.050.015/0001-06****NIRE 41206942536****TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

contrato primitivo e posteriores alterações, que adequando às disposições da referida Lei nº.10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passam a vigorar com seguinte redação:

**L A S - SEGURANÇA LTDA****CNPJ 13.050.015/0001-06****NIRE 41206942536****CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

1. **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, residente e domiciliado a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.683.720-9, emitida pela SSP – PR e CPF 505.395.409-78.

2. **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresária, residente e domiciliada a Rua Ver. Vitorio Bertachi, 275, Conjunto Humberto Teixeira II, Bandeirantes – PR, CEP 86.360-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.085.416-9, emitida pela SSP – PR e CPF 749.042.649-91.

Únicos sócios da sociedade empresária que gira sob o Nome Empresarial de **L A S – SEGURANÇA LTDA**, com sede e foro a Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes – PR, inscrita no CNPJ sob nº. 13.050.015/0001-06, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41206942536 em 14/12/2010, e último arquivamento realizado em 30/04/2021 sob nº. 20212695681, resolvem consolidar o contrato social mediante as seguintes cláusulas:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade gira sob o nome empresarial **L A S – SEGURANÇA LTDA** e tem sede à Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.360-000, neste município de Bandeirantes – PR.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Observada as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA SEGUNDA:** A sociedade tem por objeto social **ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA**.

**CLAUSULA TERCEIRA:** A sociedade iniciou suas atividades em 14 de dezembro de 2010 e seu prazo de duração é indeterminado.



**L A S - SEGURANÇA LTDA****CNPJ 13.050.015/0001-06****NIRE 41206942536****TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**CLAUSULA QUARTA:** O Capital Social, no valor de R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) dividido em 132.000 (cento e trinta e duas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), formado por moeda corrente do País, totalmente integralizado em moeda corrente do país, distribuído aos sócios da seguinte forma:

<b>LAURO APARECIDO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS</b>	<b>66.000 QUOTAS</b>	<b>R\$ 66.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.000 QUOTAS</b>	<b>R\$132.000,00</b>

**CLAUSULA QUINTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferencia para sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA SEXTA:** A administração da sociedade é exercida pelos sócios **LAURO APARECIDO DOS SANTOS** e **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, que representaram a sociedade isoladamente e por tempo indeterminado, os quais também ficarão responsáveis pela representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, com os poderes e atribuições de sócios administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No exercício da administração, os administradores poderão fixar uma retirada mensal a título de *pró labore*, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

**CLAUSULA SÉTIMA** – Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA OITAVA** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à





**L A S - SEGURANÇA LTDA**

**CNPJ 13.050.015/0001-06**

**NIRE 41206942536**

**TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**CLAUSULA NONA** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

**CLAUSULA DÉCIMA** – Os sócios declaram sob as penas da Lei que se enquadram na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar 123 de 14/12/2006.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**- Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Serão regidas pelas disposições do código civil (Lei 10.406/2002), aplicáveis à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – As omissões neste contrato serão resolvidas com observância dos preceitos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA** - Fica eleito o foro de Bandeirantes – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única.

Bandeirantes-PR, 23 de julho de 2021.

**LAURO APARECIDO DOS SANTOS**

**SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**



## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, REGINALDO TICIANEL, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 023939, inscrito no CPF nº 23583223934, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
23583223934	023939	

# PROPOSTA DE PREÇOS

CONIMS

Licitação Nº: 036/2021

Obs. 1: Preencher as células em Azul

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	18/10/2021
B	Município/UF:	PATO BRANCO -PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2021
D	Número de meses de execução contratual:	12

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
Vigilância armada 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (QUATRO) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	Posto	1
Vigilância armada 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (QUATRO) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto	1

## Consolidação

Prestação de serviços de vigilância desarmada ostensiva, em turnos de trabalho que obedecem à legislação vigente, para a contratante CONIMS (CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE), no Estado do Paraná - , pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

LOCAL DO POSTO DE SERVIÇO	ESCALA DE TRABALHO	TIPO	PREÇO MENSAL POR POSTO (a)	Nº DE POSTOS (b)	VALOR MENSAL c=axb
CONIMS	12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (QUATRO) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	DESARMADO	R\$ 20.369,32	1	R\$ 20.369,32
	12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 6 (SEIS) vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas	DESARMADO	R\$ 21.997,32	1	R\$ 21.997,32
Valor mensal do Contrato					R\$ 42.366,64
Valor Global do Contrato (Valor mensal x 12 meses)					R\$ 508.399,68

DECLARAÇÃO:	Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
-------------	---

## Proponente

Nome da Empresa:	las segurança ltda
Razão Social:	las segurança ltda
CNPJ:	13.050.015/0001-06
Endereço Completo:	rua são paulo, 3520, Bandeirantes - pr
Telefone:	42 99872-2960
E-mail:	<a href="mailto:lassegurancaadm@hotmail.com">lassegurancaadm@hotmail.com</a>
Contato (Preposto):	tiago jose keler
Validade da Proposta:	90 dias

## Responsável Legal

Nome:	tiago jose keler
Estado Civil:	divorciado
Profissão:	empresário
Identidade:	10.876.632-8
CPF:	078.754.039-01
Endereço Completo:	rua azevedo portugal, 956
Cargo na Empresa:	procurador
CPF:	

Planilha de Custos e Formação de Preços

CONIMS

PREGAO ELETRONICO Nº 036/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2021

Obs. 1: Preencher as células em Azul

Obs. 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Obs. 3: Algumas células são calculadas por fórmulas que devem ser revisadas e justificadas pela empresa, antes da apresentação final de sua proposta

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	18/10/2021
B	Município/UF:	PATO BRANCO PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2021
D	Número de meses de execução contratual:	12

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
Vigilância armada 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (QUATRO) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	Posto de serviço	4

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Desarmada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 5173
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.915,36
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/02/2021

Regime Tributário (Simples Nacional / Lucro Real / Lucro Presumido):

SIMPLES

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.915,36
B	Adicional de Periculosidade (Risco de Vida)	574,61
C	Intervalo Intrajornada Não Concedido (7,5h normais + 50%)	127,33
D	Outros (especificar)	
	Total	2.617,30

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	207,50
B	Adicional de Férias	72,70
	Total	280,20

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	554,03
B	Salário Educação	0,00%	0,00
C	SAT	1,50%	41,55
D	SESC ou SESI	0,00%	0,00
E	SENAL - SENAC	0,00%	0,00
F	SEBRAE	0,00%	0,00
G	INCRA	0,00%	0,00
H	FGTS	8,00%	221,61
	Total	29,50%	817,19

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte - valor unitário: R\$ 3,50 Quantidade 15	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação - valor unitário: R\$ 33,08 Quantidade 15	396,96
C	Benefício de Assistência ao Trabalhador (Saúde)	95,16
E	Fundo de Formação Profissional	11,00
F	Contribuição para o Sindicato Patronal	
G	Seguro de Vida	11,50
H	Outros (especificar)	
	Total	514,62

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	280,20
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	817,19
2.3	Benefícios Mensais e Diários	514,62
	Total	1.612,01

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado Percentual: 0,25%	6,93
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,55
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	88,64
D	Aviso Prévio Trabalhado Percentual: 1,56%	43,09
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	12,71
F	Multa do FGTS nos casos de Aviso Prévio Trabalhado	88,64
	Total	240,56

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de ausências legais	6,14
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	3,41
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho	10,23
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	2,49
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	
Total		22,27

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	22,27
Total		22,27

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	15,61
B	Materiais e Equipamentos	1,81
C	Outros (especificar)	
Total		17,42

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2,03%	91,36
B	Lucro	3,50%	178,23
C	Tributos	6,15%	
C.1	C.1. Tributos Federais - PIS	0,65%	33,10
C.2	C.2. Tributos Estaduais - COFINS	3,00%	152,77
C.3	C.3. Tributos Municipais - ISS	2,50%	127,31
Total		11,68%	582,77

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.617,30
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.612,01
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	240,56
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	22,27
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	17,42
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.509,56
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	582,77
Valor Total por Empregado		5.092,33

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Empregado	Quantidade de Empregado por Posto	Quantidade de Postos	Valor Total do Serviço
(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (B x C x D)
Vigilância Armada - Posto de trabalho 12 x 36 com 4 vigilantes - Diurno	R\$ 5.092,33	4	1	R\$ 20.369,32
Valor Mensal dos Serviços				R\$ 20.369,32

Planilha de Custos e Formação de Preços

CONIMS

Obs. 1: Preencher as células em Azul

PREGAO ELETRONICO Nº 036/2021

Obs. 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Obs. 3: Algumas células são calculadas por fórmulas que devem ser revisadas e justificadas pela empresa, antes da apresentação final de sua proposta

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	18/10/2021
B	Município/UF:	PATO BRANCO PR
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2021
D	Número de meses de execução contratual:	12

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
Vigilância armada 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (VIGILANTES) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	Posto de serviço	4

1. MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 5173
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.915,36
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/02/2021

Regime Tributário (Simplex Nacional / Lucro Real / Lucro Presumido):

SIMPLES

Módulo 1 - Composição da Remuneração

Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.915,36
B	Adicional de Periculosidade (Risco de Vida)	574,61
C	Intervalo Intrajornada Não Concedido (7,5h normais + 50%)	127,33
D	Adicional Noturno	237,68
E	Outros (especificar)	
Total		2.854,98

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	227,30
B	Adicional de Férias	79,31
Total		306,61

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	606,85
B	Salário Educação	0,00%	0,00
C	SAT	1,50%	45,51
D	SESC ou SESI	0,00%	0,00
E	SENAI - SENAC	0,00%	0,00
F	SEBRAE	0,00%	0,00
G	INCRA	0,00%	0,00
H	FGTS	8,00%	242,74
Total		29,50%	895,10

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte - valor unitário: R\$ 3,50   Quantidade: 15	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação - valor unitário: R\$ 33,08   Quantidade: 15	396,96
C	Benefício de Assistência ao Trabalhador (Saúde e Qualificação Profissional)	95,16
D	Fundo de Formação Profissional	11,00
E	Contribuição para o Sindicato Patronal	0,00
F	Seguro de Vida	11,50
G	Outros (especificar)	0,00
Total		514,62

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	306,61
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	895,10
2.3	Benefícios Mensais e Diários	514,62
Total		1.716,33

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	7,59
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,61
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	97,10
D	Aviso Prévio Trabalhado	47,20
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	13,92
F	Multa do FGTS nos casos de Aviso Prévio Trabalhado	97,10
Total		263,52

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	6,73
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	3,74
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho	11,21
E	Substituto na cobertura de Afastamento-Maternidade	2,73
F	Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	
Total		24,40

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	24,40
Total		24,40

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	15,58
B	Materiais e Equipamentos	1,80
C	Outros (especificar)	
Total		17,38

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	2,00%	97,53
B	Lucro	3,40%	186,98
C	Tributos	6,15%	
C.1	C.1. Tributos Federais - PIS	0,65%	35,75
C.2	C.2. Tributos Estaduais - COFINS	3,00%	164,98
C.3	C.3. Tributos Municipais - ISS	2,50%	137,48
Total		11,55%	622,72

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.854,98
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.716,33
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	263,52
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	24,40
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	17,38
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.876,61
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	622,72
Valor Total por Empregado		5.499,33

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Empregado	Quantidade de Empregado por Posto	Quantidade de Postos	Valor Total do Serviço
(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (B x C x D)
Vigilância Armada - Posto de 4 vigilantes 12 x 36 horas - Seg a Dom	R\$ 5.499,33	4	1	R\$ 21.997,32
Valor Mensal dos Serviços				R\$ 21.997,32

## Uniformes, EPT's, Materiais e Equipamentos

PLANILHA - UNIFORME e EPT'S

MATERIAL	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO (Média anual estimada)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Calça	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Camisa de mangas compridas	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
Camisas de manga curta;	0		R\$ 0,00
Cinto de Nylon	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00
Sapatos/Bota	1	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Meia	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
Quepe com emblema ou boné	2	R\$ 10,00	R\$ 20,00
Jaqueta de frio ou japona	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00
Capa de chuva	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00
Crachá de Identificação	1	R\$ 2,00	R\$ 2,00
Valor TOTAL anual estimado			R\$ 187,00
Valor TOTAL mensal estimado por empregado			R\$ 15,58

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

MATERIAL	QUANTIDADE (Média anual estimada)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO - MESES	PERCENTUAL ANUAL DE DEPRECIACÃO	PREÇO TOTAL (MANUTENÇÃO E DEPRECIACÃO)
Lanterna de led recarregável	1	R\$ 45,00	R\$ 45,00	12		R\$ 3,75
Pilhas para lanterna	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 0,42
Livro de ocorrência	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 4,17
Cassetete	1	R\$ 20,00	R\$ 20,00	60		R\$ 0,33
Porta cassetete	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00	30		R\$ 0,33
BALISTICO	0		R\$ 0,00	60		R\$ 0,00
MUNIÇÃO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30		R\$ 0,00
ARMA	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	120		R\$ 0,00
Outros (justificar)						
Valor TOTAL mensal						R\$ 8,99
Valor TOTAL mensal estimado por Empregado						R\$ 1,80







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ: 10.643.933/0001-50

Rua Eurípedes Rodrigues, 517 - Centro - CEP 86360-000 - Fone/Fax: (43) 3542-5500

Bandeirantes - Paraná

**JOÃO ANTONIO SARTORI - TABELIÃO DESIGNADO**

Livro 152-P Folha 191

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: L A S -  
SEGURANÇA LTDA ME, A FAVOR DE TIAGO  
JOSE KELER, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-**

**S A I B A M** quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (15/02/2021), nesta Cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, compareceu, como Outorgante:- **L A S - SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº **13.050.015/0001-06**, Inscrição Estadual nº 41 2 06942536, com sede à Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berta Meneghel em Bandeirantes-PR, Certidão Simplificada da Junta Comercial nº PRC210556551, emitida eletronicamente em 10/02/2021, às 10:56:16hrs, com código de verificação nº Q3CATGUB, neste ato representada nos termos da 1ª Alteração Contratual com Consolidação e 2ª Alteração, esta última datada de 30/09/2020, devidamente arquivada na Junta Comercial antes mencionada, sob nº 20205927084, em 16/10/2020, sendo que a certidão simplificada e as alterações contratuais ficam arquivadas nesta Serventia, na pasta de arquivo de contratos sociais, nº 20, fls. 083/086, por seu sócio **LAURO APARECIDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, conforme certidão de registro de casamento civil sob termo nº 1.863 do livro B-06, folha 274, lavrado do SRCPN de Porecatu/PR em 28/07/1984, maior e capaz, Aposentado, portador da C.I. Rg nº **3.683.720-9/SSP/PR**, expedida em 07/07/1982, inscrito no CPF nº **505.395.409-78**, residente e domiciliado à Rua Vereador Vitorio Bertachi, nº 275, Cj. Huberto Teixeira, Bandeirantes-PR, email não consta e por sua sócia administradora **SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS**, brasileira, casada, conforme certidão de registro de casamento civil sob termo nº 1.863 do livro B-06, folha 274, lavrado do SRCPN de Porecatu/PR em 28/07/1984, maior e capaz, do lar, portadora da C.I. Rg nº **4.085.416-9/SSP/PR**, expedida em 12/09/1988, inscrita no CPF nº **749.042.649-91**, residente e domiciliada à Rua Vitorio Bertachi, nº 275, Cj. Huberto Teixeira II, Bandeirantes-PR, email: não consta; reconhecida como a própria por mim, Helder Paduan Sartorio, Escrevente Substituto, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, foi-me dito que nomeia e constitui seu bastante procurador:- **TIAGO JOSE KELER**, brasileiro, casado, maior e capaz, vigilante, portador da C.I. Rg nº **10.876.632-8/SSP/PR**, inscrito no CPF nº **078.754.039-01**, residente e domiciliado à Rua Azevedo Portugal, 956, Centro, Guarapuava-PR, email: não consta; ao qual confere poderes específicos para, representar à empresa outorgante em licitações, concorrências públicas ou particulares, pregões eletrônicos ou pregões presenciais, podendo para tanto, dar lances verbais, apresentar e retirar documentos, pagar taxas, assinar requerimentos, declarações e demais documentos necessários, fazer cadastramentos e recadastramentos, declarações, assinar formulários, preencher formulários, prestar declarações, pagar taxas e impostos, requerer e retirar certidões em geral, segundas vias de quaisquer documentos, retirar correspondências, podendo ainda, representar à Empresa em audiências e acordos e acordos trabalhistas, e



tudo o mais necessário desde que permitido em direito, podendo participar de concorrências públicas e particulares. Fica proibido, ao procurador, assinar os documentos pertinentes à concretização dos Contratos de Licitação, ou qualquer contrato em nome da empresa, que será assinado posteriormente pelo sócio competente. Poderá ainda, dito procurador, representá-lo na qualidade de coordenador e organizador em eventos que a empresa ficar responsável na vigilância e segurança, inclusive serviço de segurança armada, sendo vedado ao procurador contratar pessoas que não tenham o curso de segurança, bem como carteira CNV, e proibido também oferecer serviços de escolta armada e segurança VIP; não podendo substabelecer; e praticar, finalmente, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, que será válido até 01/02/2022. Pela Outorgante foi-me dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida e me apresentou a guia do FUNREJUS nº 42815153-4, do valor de R\$ 20,87, quitada por esta serventia. Assim disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Pela outorgante, foi-me dito que dispensa a presença e assinatura das testemunhas instrumentárias, conforme lhe faculta o artigo 676, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná. Ato devidamente protocolado sob nº 112/2021, nesta data. Eu, (a.), Helder Paduan Sartorio, Escrevente Substituto, que a escrevi. Eu, (a.), João Antonio Sartori, Tabelião Designado que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. Emolumentos: R\$83,46(VRC 384,61), Funrejus: R\$20,87, Selo: R\$1,80, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R\$4,17, ISSQN: R\$2,50. Total: R\$112,80. Selo Digital nº 1814284PRAA00000000092217. Bandeirantes-PR, 15 de fevereiro de 2021. (aa.) L A S - SEGURANÇA LTDA ME, LAURO APARECIDO DOS SANTOS, Representante da Outorgante e L A S - SEGURANÇA LTDA ME, SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS, Representante da Outorgante. João Antonio Sartori, Tabelião Designado.. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Helder Paduan Sartorio, Helder Paduan Sartorio, Escrevente Substituto, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº Helder Paduan Sartorio da Verdade

Bandeirantes-PR, 15 de fevereiro de 2021

Helder Paduan Sartorio  
Escrevente Substituto

10.643.933/0001-50

*Tabelionato de Notas  
de Bandeirantes*

RUA EURÍPEDES RODRIGUES, 517 - CENTRO  
CEP 86.360-000 - Bandeirantes - PARANÁ



1814284TRAA00000000019821L



## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço : LAS SEGURANÇA LTDA	Inscrição Estadual : ISENTA
CNPJ/CPF : 13.050.015/0001-06	
Endereço : Rua São Paulo, 3520	
Bairro: Conj. Maria Berto Meneghel	
CEP: 86.360-000	Cidade: BANDEIRANTES Estado: PR
Telefone: 42 3622-6821	
Fone whats: 042 9 9872-2960	e-mail: tiagojosekeler@hotmail.com
Banco: SICREDI	Agência: 0717 Conta-corrente: 55339-5

### PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

Lote 1	Quant. meses	Unid.	Especificações do serviço	Quantidade funcionarios	Valor maximo Mensal	Valor Total maximo (12 Meses)
Item 001	12 meses	Posto de Serviço	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda.	8 funcionários	R\$ 54.586,28	R\$ 655.035,36
VALOR TOTAL MAXIMO MENSAL				R\$ 54.586,28		
VALOR TOTAL MAXIMO ANUAL				R\$ 655.035,36		

A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

PATO BRANCO 18 DE OUTUBRO DE 2021



*Tiago José Keler*

LAS - SEGURANÇA LTDA - ME  
CNPJ Nº: 13.050.015/0001-06  
PROCURADOR: TIAGO JOSÉ KELER  
CPF: 078.754.039-01  
RG:10.876.632-8/SSP/PR

**L A S – SEGURANÇA LTDA – ME**  
CNPJ: 13.050.015/0001-06  
Rua São Paulo, 3520, Conj. Maria Berto Meneghel, CEP: 86.360-000, Bandeirantes - Pr  
FONE (42) 3622-6821



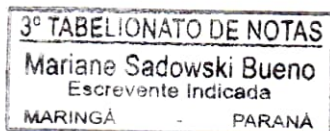


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA**

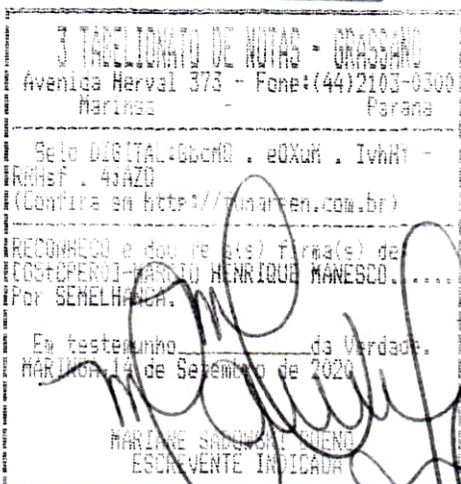
Declaramos para os devidos fins que a empresa **LAS SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ: 13.050.015/0001-06, estabelecida na Rua São Paulo nº 3520, no município de BANDEIRANTES, estado do PARANÁ, no CEP: 86.360-000 vem provendo **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24H**, aqui na cidade de **MARINGÁ-PR**, em dois Postos, sendo eles: Posto 1 (um) localizado no **TERMINAL RODOVIÁRIO** com VIGILÂNCIA 24h com 4 (quatro) vigilantes por turno e no Posto 2 (dois) localizado no **TERMINAL INTERMODAL** prestando serviços de GERENCIAMENTO DO CENTRO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE CAMERAS além de VIGILÂNCIA 24h contemplando quatro vigilantes por turno. Os serviços são realizados em período integral, ou seja, por 24h e sete dias por semana, totalizando 32 vigilantes, em conformidade com os termos do acordo firmado com a **PREFEITURA DE MARINGÁ** regidos pelo Contrato Nº 130/2020 que tem sido realizado até o momento na sua plenitude e com competência e sem qualquer prejuízo para este município, que neste ato está representado pelo **FISCAL** do contrato e **GERENTE DE CONTROLE OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO** o Sr. **MARCIO HENRIQUE MANESCO** portador do RG 7132550-4 SSP/PR, CPF: 282.936.062-15 e matrícula funcional da PREFEITURA DE MARINGÁ Nº 74226.



Por ser verdade, firmo o presente instrumento.



MARINGÁ-PR, 12 SETEMBRO 2020



Marcio Henrique Manesco – Matrícula Nº 7426

**Marcio Manesco**  
Gerente Terminal Intermodal  
Matrícula 74226

Terminal Intermodal, Avenida Av. Adv Horacio Raccanello Filho 667- CEP 87000-035-Maringá/PR

Fone nº (44) 3221-8655



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **LAS SEGURANÇA LTDA**, inscrita no, **CNPJ- 13.050.015/0001-06**, estabelecida na rua São Paulo nº 3520, na cidade de Bandeirantes, estado Paraná, CEP: 86.360-000, vem prestando **SERVIÇOS DE VIGILANCIA DESARMADA 24 HRS**, na cidade de **RIO BRANCO DO SUL - PR**, sendo 1 posto de trabalho 24 horas com 2 vigilantes na Escola CAIC, 1 posto de trabalho 24 horas no Hospital Municipal, 1 posto de trabalho na Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul em horário comercial de segunda-feira a sexta-feira das 8:00 hrs da manhã as 17:00 hrs da tarde, e rondas com 2 vigilantes de segunda-feira a sexta-feira das 18:00 hrs da noite as 3:00 hrs da manhã, aos sábados das 18:00 hrs da noite as 4:00 hrs da manhã e aos domingos das 16:00 hrs da tarde as 2:00 hrs da manhã, contrato esse que está sendo desempenhado para a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL - PR** mediante contrato de nº 255/2019, neste ato representado pelo Secretário de Defesa Social o SR. Júlio Cezar de Paula, portador do RG: 3.300.209-2 e inscrito no CPF: 628.689.859-04.

Registramos que as prestações de **SERVIÇO DE VIGILANCIA DESARMADA 24H**, acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações não existindo em nossos cadastros ate a presente data, fato que desabone a idoneidade da empresa perante os compromissos assumidos.

Por ser verdade, firmo o presente instrumento

RIO BRANCO DO SUL – PR, 07 de Janeiro de 2020

JULIO CEZAR DE PAULA

CPF: 628.689.859-04

RG: 3.300.209-2





## **ESTADO DO PARANÁ**

### **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

COMPROVAMOS que a empresa LAS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.050.015/0001-06, promoveu a comunicação de suas atividades à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, nos termos do art. 38 do Decreto Federal nº 89.056, de 24 de novembro de 1.983.

Expedido em 05 de Julho de 2021, às 14:50

Documento válido até 05/07/2022, podendo ser revogado a qualquer momento.

Acesse: <https://www.cev.sesp.pr.gov.br/index.php/empresaVigilancia/consultarCadastro> para verificar a validade e integridade deste documento.





Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 13.050.015/0001-06 DUNS®: 900679590  
Razão Social: L A S - SEGURANCA LTDA  
Nome Fantasia: LAS - SEGURANCA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 17/03/2022  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).  
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	17/11/2021
FGTS	Validade:	27/10/2021
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	11/03/2022

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)**

Validade: 31/05/2020 (\*)



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: L A S - SEGURANÇA LTDA			Protocolo: PRC2107817961		
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41206942536		CNPJ 13.050.015/0001-06		Data de Ato Constitutivo 14/12/2010	
Início de Atividade 14/12/2010					
Endereço Completo Rua SÃO PAULO, Nº 3520, CONJUNTO MARIA BERTO MENEGHEL - Bandeirantes/PR - CEP 86360-000					
Objeto Social ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA.					
Capital Social R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) Capital Integralizado R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)			Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)		Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio					
Nome LAURO APARECIDO DOS SANTOS		CPF/CNPJ 505.395.409-78	Participação no capital R\$ 66.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS		CPF/CNPJ 749.042.649-91	Participação no capital R\$ 66.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador					
Nome LAURO APARECIDO DOS SANTOS		CPF 505.395.409-78	Término do mandato		
Nome SARA ALZIRA FLORENCIO DOS SANTOS		CPF 749.042.649-91	Término do mandato		
Último Arquivamento Data 27/07/2021		Número 20214920720	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		Situação ATIVA Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/08/2021, às 08:31:28 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **XJU7JKEB**.



PRC2107817961

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
Secretário Geral

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 13050015000106

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 19/10/2021 16:10:31

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **L A S - SEGURANCA LTDA**  
CNPJ: **13.050.015/0001-06**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: L A S - SEGURANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.050.015/0001-06

Certidão nº: 22215619/2021

Expedição: 19/07/2021, às 16:48:49

Validade: 14/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L A S - SEGURANCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.050.015/0001-06**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**INTENÇÃO DE RECURSO:**

a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.

Fechar

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E/OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA JULGAR O RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO Nº 036/2021 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, EM PATO BRANCO/PR

PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 31.798.997/0001-09, sediada na Rua Hilberto Peiter nº 430, Jardim Parizzotto, Toledo/PR, neste ato representada por seu sócio administrador MAURO MARCELO VERÍSSIMO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.473.373-9-SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 886.279.509-20, residente e domiciliado(a) na Rua São João nº 8411, Centro, Toledo/PR, vem, por meio desta, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, apresentar:

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão do Nobre Pregoeiro que desclassificou a empresa no Pregão nº 036/2021 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

O que faz com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### I. SÍNTESE DOS FATOS

No dia 18 de outubro de 2021 foi realizada a sessão pública para análise e julgamento das propostas, disputa de preços e análise dos documentos de habilitação do processo licitatório acima descrito, através do Portal COMPRASNET.

Atendendo ao edital, a ora recorrente classificou-se em primeiro lugar, apresentando a melhor proposta para o objeto, com o menor valor.

Após a etapa de lances, procedeu-se com a abertura e análise dos envelopes de proposta. Neste momento, o pregoeiro, sem possibilitar a correção da planilha de composição de custos, desclassificou a proposta da ora recorrente, alegando que: "não estava prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto."

Diante disso, procedeu-se com a análise das empresas classificadas em segundo e, posteriormente, terceiro lugar.

Ocorre que, data máxima vênua, o julgamento da proposta da recorrente deu-se em desacordo às normas e princípios aplicáveis às licitações, posto que não foi oportunizada a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, visto que se tratavam de meros erros formais, passíveis de correção, conforme já fartamente autorizado pelos órgãos de controle e pelas Cortes Superiores, sendo usualmente praticado nos órgãos públicos, como adiante se demonstrará.

#### II. DOS FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO DO PREGOEIRO

a) Da possibilidade de correção da planilha de composição de custos

Inicialmente, cabe ponderar que o processo de licitação foi destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

Assim, atendendo às condições do Edital, esta recorrente apresentou sua proposta e, após a fase de lances, classificou-se em primeiro lugar, com o menor valor, sendo o mais vantajoso para o órgão público.

Todavia, ao analisar pormenorizadamente a planilha de composição de custos, o pregoeiro identificou algumas inconsistências, que motivaram sua desclassificação no certame. Contudo, sabe-se que a correção de meros erros que não interferem no valor final da proposta podem ser realizados após a constatação, concedendo-se prazo adequado para que se evite a desclassificação por meras formalidades, visando a contratação da licitante que pode prestar o serviço com o melhor valor ofertado no certame.

Acerca do assunto o Tribunal de Contas da União tem farta orientação jurisprudencial:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (Acórdão 2873/2014 – Plenário)

Ou seja, não cabe a desclassificação da proposta que poderia ser corrigida mediante simples correção de planilha.

Sobre o tema, vale mencionar o Voto do Acórdão 4.621/2009-2C do TCU, que contém, inclusive, exemplo aplicável à situação analisada, em que houve erro de preenchimento de planilha, cuja correção não acarreta aumento da proposta, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

No mesmo sentido, o Acórdão 2.371/2009-P determinou a certa entidade que se absteresse de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara).

ACÓRDÃO 187/2014 TCU 10. Ata nº 3/2014 – Plenário. 11. Data da Sessão: 5/2/2014 – Ordinária. 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0187-03/14-P.

Outros julgados do TCU que corroboram a posição:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO CAUTELAR. CARTA-CONVITE ELETRÔNICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM FÁBRICA DE LUBRIFICANTES. CONHECIMENTO. CONTRATAÇÃO JÁ REALIZADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CAUTELAR. OITIVA. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE, SEM POSSIBILITAR ESCLARECIMENTOS DA LICITANTE. EXCESSO DE FORMALISMO. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DETERMINAÇÕES. ACÓRDÃO Nº 1228/2017 – TCU – Plenário (sem grifos no original)

TCU - Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado. Acórdão 898/2019-Plenário Relator: BENJAMIN ZYMLER

Acórdão 906/2020-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 15/04/2020 RELATOR WEDER DE OLIVEIRA ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Lucro, Divergência, Proposta de preço, Planilha orçamentária. TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental.

Acórdão 1368/2019-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 12/06/2019 RELATOR WALTON ALENCAR RODRIGUES ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Preço máximo, Reabertura, Entendimento, Inexequibilidade, Preço global, Prazo TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO: A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade. (sem grifos no original)

Acórdão 2239/2018-Plenário TCU DATA DA SESSÃO 26/09/2018 RELATOR ANA ARRAES ÁREA Licitação TEMA Proposta SUBTEMA Desclassificação OUTROS INDEXADORES Erro, Diligência TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO ENUNCIADO É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (sem grifos no original)

Ilustrando bem a questão, é válido trazer trecho do voto condutor do Acórdão 4.621/2009-TCU/2ªCâmara, da lavra do Ministro Benjamin Zymler:

Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes.

Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. Penso sim que deva ser avaliado o impacto financeiro da ocorrência e verificar se a proposta, mesmo com a falha, continuaria a preencher os requisitos da legislação que rege as licitações públicas - preços exequíveis e compatíveis com os de mercado.

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a

obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.'

25. Dessa forma, concluindo o raciocínio, entende-se que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação do valor global dos serviços a serem contratados devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos preços possam vir a atender aos requisitos legais após os devidos ajustes que se fizerem necessários. (sem grifos no original) Ademais, a planilha corrigida continua sendo a MELHOR PROPOSTA. Não haveria cabimento de se afastar do certame a melhor proposta, realizando-se a contratação com o segundo melhor preço, baseado em mero erro material.

Aponta-se, também, julgado convergente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ERRO MATERIAL NA PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. O ERRO MATERIAL CONSTANTE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FACILMENTE CONSTATÁVEL, NÃO É ÔBICE À CLASSIFICAÇÃO DA MESMA.

(TJDF 5043398 DF, Relator: ANGELO PASSARELI, Data de Julgamento: 18/11/1999, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 09/02/2000 Pág. : 17)

Veja-se que o autor JUSTEN FILHO chega a recomendar que se releve defeito grave, desde que este não acarrete efeito nocivo à competitividade: Um defeito grave deve ser relevado quando não acarretar efeito nocivo à competitividade. Se o conteúdo do ato for identificável e se for apto a atingir o resultado pretendido, deve ser admitida a validade da proposta.

No mesmo sentido, colhem-se decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO. CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE. VALOR DA PROPOSTA NÃO ATINGIDO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. - O deferimento de medida liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, com as ressalvas do § 2º. - O equívoco constante da planilha de custos e formação de preço não interferiu na proposta, nem causou prejuízo à administração ou aos demais licitantes. - Observância do princípio do formalismo moderado, considerando a inexistência de irregularidade que macule as condições de habilitação da impetrante. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, DE PLANO.” TJRS. Agravo de Instrumento Nº 70062996012, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 12/12/2014. Data de publicação: 17/12/2014. (sem grifos no original)

Agravo de Instrumento. Mandado de Segurança. Licitação. Pregão Presencial. Fornecimento de mão de obra capacitada para prestação de serviços de jardinagem. Empresa inicialmente desclassificada do certame, mas que comprovou por intermédio de recurso administrativo o cumprimento das disposições editalícias. Apresentação de planilha de custos de despesas médico-hospitalares em local diverso do estabelecido. Reavaliação da proposta apresentada. Possibilidade. Ausência de majoração do preço global apresentado. Manutenção da decisão interlocutória proferida no primeiro grau.

Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional (Marçal Justen Filho)

“Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação” TJSC. Processo nº 0018382-42.2016.8.24.0000 (Acórdão) Des. Sérgio Roberto Baasch Luz. Julgado em 22/11/2016. (sem grifos no original)

Destaca-se que o processo licitatório é regido por vários princípios, dentre os quais o da instrumentalidade das formas, que estabelece que a “forma”, as formalidades, não podem ser um fim em si mesmas, devendo-se considerar válido o ato quando os objetivos finais foram atingidos.

Trata-se de aplicação prática dos postulados do princípio da razoabilidade, que deve sempre respaldar a atuação do gestor público:

Este é um preceito que veda excessos, visando garantir a compatibilidade entre os fins e os meios de forma a evitar restrições exageradas ou abusivas, vedando imposições que acarretem obrigações, ônus ou sanções superiores àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público e que possam ferir os direitos fundamentais. Assim, percebe-se a ligação entre a razoabilidade e a proporcionalidade.

É importante o respeito às prerrogativas da razoabilidade no Direito Administrativo. Consiste na exigência de que estes atos não sejam praticados apenas nos ditames legais, mas que guardem em seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que ditaram e os fins que se busca atingir.

O rigor e excesso de formalismo não podem frustrar o objetivo maior da licitação, de buscar a oferta mais vantajosa para a Administração. Claro, sem, contudo, desconsiderar a isonomia e a competitividade entre as licitantes.

O Tribunal de Contas da União, já assentou, no acórdão 357/2015-Plenário, que:

no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

No mesmo sentido, há farta orientação jurisprudencial, na forma das ementas:

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO EM VIA PÚBLICA E DE EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE AFERIÇÃO E APROVAÇÃO DA BALANÇA EMITIDO PELO INMETRO. INABILITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO EMITIDO POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELO INMETRO. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. 1. Hipótese em que resta demonstrado o direito líquido e certo da impetrante de ser habilitada no certame, diante da idoneidade do atestado de qualificação técnica, bem como da apresentação da documentação prevista no item 4.4.7 do edital. 2. Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade seja suficiente para excluir do certame a impetrante, haja vista que a licitação deve dar-se sempre na busca da oferta mais vantajosa à Administração. 3. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como às concorrentes, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado. 4. Presentes os requisitos legais autorizadores da medida pretendida, a teor do que dispõe o inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016 /2009, impõe-se a reforma da decisão que indeferiu a liminar no mandado de segurança. RECURSO PROVIDO (sem grifos e sem destaques no original);

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. PREGÃO PRESENCIAL. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. EQUÍVOCO NA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LICITANTE ÚNICA. INABILITAÇÃO E POSTERIOR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE OUTRA EMPRESA, A DESPEITO DA CORREÇÃO DA IRREGULARIDADE. AGRESSÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. FORMALISMO EXCESSIVO. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO OBJETIVO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE MEIOS E FINS. RELATIVIZAÇÃO DE FORMALIDADE QUE NÃO AGRIDE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES. - Sob o enfoque do objetivo primordial da licitação, a seleção da proposta mais vantajosa para o Poder Público, tratando-se de licitante única, que, ademais, comprovou o preenchimento do único requisito faltante (e que motivou sua inabilitação), afigura-se irrazoável a eliminação da impetrante, procedendo a Administração, logo após, à contratação emergencial, com critérios sabidamente muito menos rígidos do que aqueles então exigidos por meio do processo licitatório - Repudia-se o formalismo excessivo nas licitações, a despeito da necessária vinculação ao instrumento convocatório, pois o procedimento administrativo possui como intuito a obtenção da melhor proposta para a Administração e, sem ofender a isonomia, o formalismo deve ser moderado - A licitação não é um fim em si mesmo, mas procedimento que tem por finalidade a consecução de determinados objetivos, de modo que toda e qualquer decisão deve, necessariamente, ser pautada pela análise da adequação entre meios e fins. Não deve haver atropelo de um, nem de outro, mas se o apego ao instrumento, portanto, meio, frustrar de todo o alcance da finalidade pretendida, merece relativização, contanto que não agrida outros princípios fundamentais. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (sem destaques e sem grifos no original).

Desse modo, a aplicação do princípio do formalismo moderado e, a consequente concessão de prazo para a adequação da planilha de composição de custos, no intuito de corrigir meros erros formais, sem interferir na proposta final, visa obter o melhor resultado almejado pela Administração, com a contratação da proposta mais vantajosa.

O posicionamento acima é unânime no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, portanto, caso o órgão licitante não possibilite a concessão de prazo para adequação da planilha de composição de custos, com a manutenção da desclassificação da recorrente e a necessidade de utilizar-se dos meios legais para obter seu direito (representação no TCE/PR e/ou Mandado de Segurança), certamente ocasionará na suspensão do processo licitatório, o que pode causar prejuízos maiores ao órgão.

Válido mencionar, neste diapasão, trecho de voto do relator no Acórdão nº 2591/2021 do TCE/PR, na qual são citados diversos julgados da Corte, dentre outras decisões e doutrinas que corroboram o posicionamento:

ACÓRDÃO Nº 2591/2021 – TCEPR Trecho do voto:

A prescrição do edital acima epigrafada se encontra em consonância a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União que se inclina ao reconhecimento de que não haveria irregularidade no equívoco do preenchimento dos dados da planilha de formação de custo:

“O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público” (Acórdão n.º 719/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas).

“Em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.239/2018- Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que “erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação” (Acórdão n.º 898/2019 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

“A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não deve imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública realizar as necessárias diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposto, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada, em sintonia com o art. 29-A, § 2º, da então vigente IN MPOG nº 2, de 2008” (Acórdão n.º 1487/2019 – Plenário, rel. Min. André de Carvalho).

“Cabe esclarecer que o entendimento preponderante é de cada particular poder apresentar a taxa que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência o preço global, não estejam em limites superiores aos preços de referência, valores estes obtidos dos sistemas utilizados pela Administração e das pesquisas de mercado, em casos de lacunas nos mencionados referenciais” (Acórdão n.º 2738/2015 – Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo)

“A inexecuibilidade de valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação de proposta com fundamento no §3º c/c inciso II, art. 48 da Lei 8.666/1993, pois o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta (Acórdão n.º 637/2017 – Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz).

Esta relatoria também comunga do mesmo entendimento, consoante assentado no Acórdão n.º 3735/2020, do Tribunal Pleno, assim ementado: “Representação da Lei n.º 8.666/1993. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Pregão Eletrônico n.º 643/2019. Serviços de vigilância. Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária. Improriedades que não permitem a exclusão da proposta. Natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos. Improcedência” (grifou-se)

Da jurisprudência desta Corte é ainda possível colher o seguinte julgado: “Representação da Lei 8.666/93. Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global”. (Acórdão n.º 3724/2018, Tribunal Pleno)

No mesmo sentido é a orientação de Margal Justen Filho, que em parecer que foi instado a responder, entre outras perguntas, qual seria a função de planilhas demonstrativas de formação de preços e custos, exigidas como anexos às propostas dos licitantes, oportunidade em que afirmou: “Em termos gerais, reputa-se que a função é meramente auxiliar, já que os dados constantes das planilhas podem ser superados e ignorados para preservar propostas reputadas como satisfatórias” 1 (<http://justenfilho.com.br/wp-content/uploads/2008/12/mjf58.pdf>)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendose que a proponente



necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada, notadamente quanto se tem em conta que um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993) (sem grifos no original)

Outra decisão do TCE/PR que é válida mencionar:

TCEPR PROCESSO Nº - 741991/18 ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE - MUNICÍPIO DE MARINGÁ INTERESSADO - J DE MIRANDA CONSULTORIA E ENGENHARIA DE PROJETO LTDA PROCURADOR - DESPACHO - 1197/18 – GCFAMG

Havendo interesse da Administração na melhor contratação possível, deve-se, a partir da premissa de que os erros dos particulares se darão em prejuízo de seu respectivo interesse, verificar se há risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. In casu, considerando que a proposta em exame é R\$ 351.145,82 menor que a apresentada pela empresa declarada vencedora, entendo, em exame perfunctório, que deveria a Municipalidade questionar à 'J de Miranda Consultoria e Engenharia de Projetos LTDA' se haveria interesse em manter seu preço global mediante ajuste de sua planilha, posteriormente analisando se haveria risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. Verifica-se que, em caso de erro no preenchimento de planilha, o Tribunal de Contas da União já determinou que fosse desconsiderada indicação equivocada de percentual de tributo (que seria de 1%, e não 2% como apresentado pelo Proponente), para proporcionar melhor contratação à Administração, determinando-se que "9.3.1 em futuros procedimentos licitatórios, abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (...)" (Acórdão 2371/2009-Plenário) (sem grifos no original)

Assim sendo, diante da farta orientação jurisprudencial, sendo certo que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos é a medida que melhor visa atender ao interesse público, requer-se ao pregoeiro que assim proceda, evitando-se que seja necessário adotar-se as medidas legais que poderão delongar, ainda mais, a conclusão do procedimento licitatório.

b) Da adequação na planilha de composição de custos

Primeiramente, cabe esclarecer que a proposta da ora recorrente foi elaborada com base em sua realidade econômica e tributária, na esteira de se conseguir a melhor proposta para a Administração.

Assim, a proposta foi elaborada com base: no regime de tributação do Simples Nacional e na CCT da CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada, aplicando-se os salários e benefícios ali previstos.

Veja-se que a margem de lucro aplicada foi de 14% (quatorze por cento), portanto, de monta considerável, de maneira que eventuais erros ou inadequações na planilha poderiam ser facilmente abarcados da margem de lucro da empresa.

Destaca-se que o SIMPLES Nacional é um regime de tributação que abarca diversos tributos, dentre eles os federais e municipais, o recolhimento do PIS, COFINS e ISS é realizado em guia única, na qual os três são integrantes. Por esta razão é que não foi apontado, especificamente, a porcentagem dos valores de tais tributos no Módulo 6 da planilha de composição de custos.

Assim, a fim de evitar eventuais questionamentos, aponta-se que os valores foram devidamente corrigidos na planilha, colocando a porcentagem de cada um dos tributos no Módulo 6, conforme pode se verificar na planilha de composição de custos corrigida.

Igualmente, no que se refere ao valor recolhido de INSS do submódulo 2.2, item A, foi devidamente adequado, aplicando-se o percentual correto de acordo com o salário do cargo.

Por fim, em relação aos benefícios constantes na CCT da categoria, informa-se que os valores de Convênio Saúde – R\$ 70,00 (setenta reais por empregado) – e de Fundo de Formação Profissional – R\$ 15,00 (quinze reais) por bimestre, portanto R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) mensais – foram abarcados no Submódulo 2.3, item C, no valor total de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais por empregado. Igualmente, a diferença no aumento da contribuição a título de Convênio Saúde para R\$ 90,00 (noventa reais) por empregado a partir do 2º mês (conforme a cláusula décima quinta da CCT) será abarcada pelo Módulo 5, item D (outros) e pela margem de lucro.

Ressalta-se que todas as adequações na planilha se tratam de meros erros formais que não interferem na composição final do preço, eis que foram abarcadas, tanto pela margem de lucro do Módulo 6, como pelo Módulo 5 (Insumos diversos), eis que os valores ali previstos também estavam com uma margem considerável, sendo que a recorrente pode utilizar-se de sua própria estrutura para alguns dos insumos ali previstos.

Ademais, destaca-se que eventuais erros no preenchimento da planilha serão arcados pela empresa, não sendo motivo para eventual desclassificação da proposta.

Desse modo, a proposta da ora recorrente CONTINUA SENDO A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, eis que apresenta o melhor valor, cumprindo-se toda a legislação vigente sobre a atividade e todas as disposições da categoria profissional.

Portanto, requer-se o recebimento do presente recurso com as adequações na planilha de composição de custos, afim de que o órgão licitante possa obter o melhor resultado almejado pelo presente processo licitatório.

III. DO PEDIDO

Assim sendo, ante o exposto, considerando que a possibilidade de adequações na planilha de composição de custos, que não interferem no valor final, é altamente defendida pela jurisprudência das cortes superiores, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, requer-se:

a) O recebimento e processamento do presente recurso e, ao final, que seja julgado procedente;

b) O recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta da recorrente;

c) A aceitação da proposta e consequente adjudicação do objeto à recorrente, eis que apresentou a melhor proposta que atende ao interesse público;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Por fim, ressalta-se que, diante do entendimento unânime da posição jurisprudencial nas Cortes Judiciais e de Contas, o indeferimento do recurso ocasionará na necessidade da recorrente buscar os meios legais cabíveis (Representação no TCE/PR e/ou Mandado de Segurança), o que pode resultar na suspensão do processo licitatório e demora ainda maior na contratação do objeto pelo órgão público.

Pato Branco – PR, 25 de outubro de 2021.

MAURO MARCELO VERÍSSIMO (CPF nº 886.279.509-20) sócio administrador representante da PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. (CNPJ nº 31.798.997/0001-09)

Planilha de Custos e Formação de Preços  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA Obs. 1: Preencher as células em Azul  
Obs. 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.  
Obs. 3: Algumas células são calculadas por fórmulas que devem ser revisadas e justificadas.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)  
A 18/10/2021  
B Pato Branco  
C 2021/2022  
D 12 meses

Tipo de Serviço Unidade de Medida "Quantidade total a contratar  
(Em função da unidade de medida)"  
Vigilância desarmada contendo 08 vigilante 24 horas e feriados. Conims 8

1. MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra  
1 Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) Vigilante  
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)  
3 Salário Normativo da Categoria Profissional  
4 Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) Vigilante  
5 Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

Regime Tributário (Simples Nacional / Lucro Real / Lucro Presumido):

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1 Composição da Remuneração Valor (R\$)  
A Salário-Base 1.915,36  
B Adicional de Periculosidade (Risco de Vida) 574,61  
C Intervalo Intrajornada Não Concedido (15h normais + 50%) 0,00  
D Adicional de Assiduidade (Prêmio Assiduidade) 0,00  
E Reflexo do DSR sobre o Intervalo Intrajornada Não Concedido 0,00  
F Adicional Noturno 383,00  
G Hora Noturna Reduzida (15h normais + 20%) 0,00  
F Reflexo do DSR sobre o Adicional Noturno 0,00  
E Outros (especificar)  
Total 2.872,97

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

2.1 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias Valor (R\$)  
A 13º (décimo terceiro) Salário 239,41  
B Adicional de Férias 79,80  
Total 319,21

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições Percentual (%) Valor (R\$)	
A INSS 9,00%	287,30
B Salário Educação 0,00	
C SAT 0,00	
D SESC ou Sesi 0,00	
E SENAI - SENAC 0,00	
F SEBRAE 0,00	
G INCRA 0,00	
H FGTS 8,00%	255,37
Total 17,00%	542,67

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3 Benefícios Mensais e Diários Valor (R\$)	
A Transporte	
B Auxílio-Refeição/Alimentação 496,20	
C Benefício de Assistência ao Trabalhador (Saúde e Qualificação Profissional) 77,50	
D Contribuição para o Sindicato Patronal	
E Seguro de Vida 12,00	
F Outros (especificar)	
Total 585,70	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários Valor (R\$)	
2.1 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias 319,21	
2.2 GPS, FGTS e outras contribuições 542,67	
2.3 Benefícios Mensais e Diários 585,70	
Total 1.447,58	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3 Provisão para Rescisão Valor (R\$)	
A Aviso Prévio Indenizado 10,08	
B Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado 0,81	
C Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado 102,15	
D Aviso Prévio Trabalhado 50,42	
E Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado 8,57	
F Multa do FGTS nos casos de Aviso Prévio Trabalhado 102,15	
G Custo da Demissão com justa causa -12,39	
Total 261,79	

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1 Substituto nas Ausências Legais Valor (R\$)	
A Substituto na cobertura de Férias 0,00	
B Substituto na cobertura de Ausências Legais 12,73	
C Substituto na cobertura de Licença-Paternidade 0,00	
D Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho 8,80	
E Substituto na cobertura de ausência por doença 8,72	
F Substituto na cobertura de curso de reciclagem 0,00	
G Substituto na cobertura de ausência por consulta médica filho 0,00	
H Substituto na cobertura de ausência por óbitos na família 0,00	
I Substituto na cobertura de ausência para casamento 0,00	
J Substituto na cobertura de ausência para doação de sangue 0,00	
K Substituto na cobertura de ausência para testemunho 0,00	
L Substituto na cobertura de Licença-Maternidade 0,00	
M Substituto na cobertura de consulta pré-natal 0,00	
N Outros (especificar)	
Total 30,25	

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4 Custo de Reposição do Profissional Ausente Valor (R\$)	
4.1 Substituto nas Ausências Legais 30,25	
Total 30,25	

Módulo 5 - Insumos Diversos

5 Insumos Diversos Valor (R\$)	
A Uniformes 20,00	
B Materiais 10	
C Equipamentos 10,00	
D Outros (especificar) 10,00	
Total 50,00	

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro Percentual (%) Valor (R\$)	
A Custos Indiretos 0,00	
B Lucro 6,93%	367,03
C Tributos	
C.1 C.1. Tributos Federais - PIS 0,47%	21,91
C.2 C.2. Tributos Estaduais - COFINS 2,15%	100,25
C.3 C.3. Tributos Municipais - ISS 3,00%	139,88
Total 0,00%	629,07

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) Valor (R\$)	
A Módulo 1 - Composição da Remuneração 2.872,97	
B Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários 1.447,58	
C Módulo 3 - Provisão para Rescisão 261,79	
D Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente 30,25	
E Módulo 5 - Insumos Diversos 50,00	
Subtotal (A + B + C + D + E) 4.662,59	

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Empregado	Quantidade de Empregado por Posto	Quantidade de Postos	Valor Total do Serviço
(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (B x C x D)
Vigilância patrimonial desarmada 24horas de dom a segunda feira e feriados	R\$ 5.291,66	4	2	R\$ 42.333,28
Valor Mensal dos Serviços				R\$ 42.333,28

Fechar

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**INTENÇÃO DE RECURSO:**

Venho por meio deste informar a intenção de recurso , com base no erros de cálculos apresentados na planilha de custo da empresa LAS SEGURANÇA, o quais serão especificados e demonstrado no nosso recurso.

Fechar

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

Pregão Eletrônico nº. 36/2021

ALCATEIA SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.836.419/0001-43, com sede na Av. Amapá, 3340, Zona Armazém, CEP 87504-280, Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado por ODAIR JOSÉ SCARSO, RG nº 8130742- 3, inscrito no CPF nº. 027.676.559-17, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria tempestivamente, com fulcro no art. 109 da Lei 8666/93, e art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal apresentar suas razões de RECURSO DE PREGÃO COM EFEITO SUSPENSIVO, contra decisão irregular e ilegal do pregoeiro. pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### 01. PRELIMINARMENTE

##### 1.1 DO DIREITO DE PETIÇÃO

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve o ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra "Direito Constitucional Positivo", ed. 1.989, página 382: "É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação".

Também o renomado mestre Marçal Justen Filho, "in" Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647 assim assevera:

"A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos

administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV)."

Para tanto, "a finalidade do direito de petição é dar-se notícia do fato ilegal ou abusivo ao Poder Público, para que providencie as medidas adequadas" (MORAES, Alexandre de. Direito constitucional, 20ª Ed., São Paulo: Atlas, p. 186).

Assim, a Recorrente solicita que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas, e caso não venham ser acolhidas, o que se admite apenas e tão somente "ad argumentandum", que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

##### 1.2 DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para interpor recurso na modalidade "Pregão" é de 03 (três) dias, como consta no DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, em seu art. 44:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

Conforme dispõe em ata:

Desta forma, o recurso está sendo apresentado dentro prazo de 03 (três) dias. Portanto tempestivo o presente recurso, devendo ser recepcionado sem quaisquer questionamentos "a posteriori".

##### 1.3 DO EFEITO SUSPENSIVO

A Recorrente requer que seja recebida as presente razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à desclassificação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2o O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...) § 4o O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Veja que se caso não seja atribuído o efeito suspensivo para o presente recurso, poderá gerar enorme prejuízo para as partes licitantes do certame e inclusive para o erário público.

Se adjudicado e homologado o referido certame no estado que se encontra, poderá haver assinatura de um contrato com a administração pública que tornará nulo de pleno direito, o que ocasionará pagamentos indevidos, e não recuperáveis pelo órgão.

Considerando que se trata de recurso contra ato ilegal do órgão público a autoridade que praticou o ato deverá atribuir o efeito suspensivo. Sendo assim, requer que este recurso seja recebido tanto no efeito devolutivo, quanto no efeito suspensivo por ser medida de justiça.

#### 02. DOS FATOS

No dia 18.10.2021houve abertura do Pregão Eletrônico nº. 36/2021, tendo como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, 24 HORAS DE SEGUNDA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, conforme condições constantes neste edital e seus anexos".

Segue abaixo o descritivo do item e valores apresentados no edital..

Em ato contínuo, a empresa com melhor preço ofertado foi desclassificada do certame, razão pela qual a empresa LAS SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 13.050.015/0001-06, foi declarada vencedora por ser a segunda colocada, conforma ata da sessão (doc. anexo).

Ocorre que existem algumas inconsistências, equívocos e erros técnicos na planilha de preço apresentada ela empresa LAS SEGURANÇA LTDA, que está completamente divergente em detrimento a CLT e acordo coletivo de trabalho 2020/2022, razão pela qual deverá

ser desclassificada e assim ser chamada as demais empresas em ordem de melhor classificação (doc. anexo).

Segue abaixo as irregularidades apresentadas na planilha de preço da empresa LAS SEGURANÇA LTDA:

##### 1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

O valor no item A relativo ao 13º salário está correto, porém a empresa LAS SEGURANÇA LTDA deixa de cotar os valores corretos relativos a férias, este valor deve ser calculado, pois mesmo que o contrato inicial não seja prorrogado, a empresa está obrigada pela LEI pagar/ressarcir as ao colaborador, sendo assim, nesse módulo além do adicional de férias, temos o valor correspondente as férias (R\$ 8,33% sob o salário).

##### 2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

O valor apresentado pela empresa LAS SEGURANÇA LTDA quanto ao FGTS, INSS e o RAT estão destorcidos visto que os cálculos precisam englobar o submódulo anterior 2.1

em que não foi contemplado o valor respectivo as férias.

Importante mencionar que apenas um erro ou uma omissão na composição de custo afeta toda a sequência de cálculos, todos os módulos e submódulos a seguir estarão com erros e valores distorcidos da realidade.

### 3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Já este módulo em que são demonstrados os percentuais e valores para a provisão de rescisão, a empresa LAS SEGURANÇA LTDA, foge em muito da realidade e dos reais valores para a rescisão de um contrato, o que a Recorrente passa a expor, senão vejamos:

Os percentuais para a rescisão seja ela indenizada ou trabalhada são devidamente comprovados por estudos e levantamentos. Segue os exemplos a seguir:

a) AVISO PRÉVIO INDENIZADO: Levantamento Trevisan 80% pessoal demitido e não cumpre aviso prévio. 23,40% pede demissão  $((30/365,25)/30,55)*12)*0,8*(1-0,234/30,55*12)$ , resultado da fórmula é 2,34%;  
b) A INCIDÊNCIA DO FGTS sobre o aviso-prévio indenizado incide sobre o cálculo acima, 0,19%  
c) MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO Lei Complementar 110/2001 e Lei 8.036/90 art. 18§1º - Considerando que 10% dos empregados pedem contas a penalidade recai sobre os 90%.  $0,08x0,4x0,9x(1+1/12+1/12+1/3x1/12)$  - PONDERAÇÃO DE 40%;  
d) AVISO PRÉVIO TRABALHADO 1º ANO DE CONTRATO (cheio):  $((7/30)/12)*100 = 1,944\%$  ao mês 7 dias em 30 rateado em 12 meses multiplicado pela estatística cheia, nesse caso, 100%. Aplicado sobre Remuneração + Férias + 13º salário Na Prorrogação deverá ser readequado;  
e) INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS DE GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO. Total dos encargos do Submódulo 2.2 x Aviso Prévio Trabalho Cheio Art. 7º, XXI, CF/88 art. 477 487 e s.s. da CLT Levantamento Trevisan 20% pessoal demitido e cumpre aviso trabalhado 23,40%  $((7/30)/12)/30,55)*12)*0,2*(1-0,234/30,55*12)$ .  
f) MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO. Lei Complementar 110/2001 e Lei 8.036/90 art. 18§1º  
- Considerando que 10% dos empregados pedem contas a penalidade recai sobre os 90%.  $0,08x0,4x0,9x(1+1/12+1/12+1/3x1/12)$  - PONDERAÇÃO DE 40%.  
Se aplicado corretamente os cálculos para a provisão de rescisão verifica-se um impacto muito grande neste submódulo, acarretando completamente inexequível a proposta apresentada pela empresa LAS SEGURANÇA LTDA.

### 4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Quanto a ausências legais, não foi apresentado a memória de cálculo e valor para diversos itens ou ao menos a justificativa para o percentual inserido na planilha, tal incidente pode variar de acordo com a realidade de cada empresa, todavia, isso precisa ser comprovado, caso a empresa não demonstre a sua realidade podem

ser utilizados estudos de diversos órgãos, bem como o IBGE, como pode ser demonstrado a seguir:

• AUSÊNCIAS LEGAIS  
 $((2/30/12) \times 100 = 0,556\%$   
2 = Dados estatísticos do IBGE estima que cada empregado falta em média dois dias por ano (variável conforme realidade da empresa).  
30 = Impacto sobre o mês  
12 = Impacto diluído ao longo de 12 meses.

O mesmo se repete para a ausência no caso de acidente de trabalho e afastamento maternidade, onde não consta memória de cálculo ou justificativa, vejamos a seguir o que é utilizado quando a empresa não comprova tais percentuais:

• AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO  
 $((15/30/12) \times 0,08 \times 100 = 0,333\%$   
15 dias de ausência cobertos pelo empregador, após 15 dias, INSS. 30 = impacto sobre o mês  
/12 = impacto diluído ao longo de 12 meses.  
0,08 (8%) - Segundo IBGE 8% dos empregados (nível) nacional sofrem acidente durante o ano (variável conforme realidade da empresa).

• AFASTAMENTO MATERNIDADE  
 $0,121*0,03*((4/12)) = 0,12$   
(Férias = 9,075% + Adicional de Férias= 3,025%) = 12,10% \* 100 = 0,1210% 0,03 = 3% ocorrência da licença maternidade ao ano (variável) (conforme realidade da empresa).  
(4/12) = custo provisionado pelo empregador para cobrir a reposição do substituto relativamente às suas férias.

Assim como nos tópicos anteriores, cada valor não contemplado ou mesmo a apresentação de valores sem justificativa ou irrisórios tornam a planilha de custo apresentada em total desacordo e deixando claro que a contratação é prejudicial ao órgão público e ao colaborador.

Tomando em consideração as questões apontadas e devidamente comprovadas, o edital versa sobre o tema:

15.2. Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexequível, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação.  
15.3. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.  
15.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:  
15.4.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade.  
15.4.2. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.  
15.4.3. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.  
15.4.4. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.  
15.4.5. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

Dispõe também que a proposta de preço deverá seguir as seguintes regras:

10.8.2. A Convenção, Acordo ou do Dissídio Coletivo de Trabalho que deverá servir de base para a elaboração da proposta, deverá ser a: CCT Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC, com abrangência territorial PR.  
10.8.3. Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria

profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.

A Recorrida demonstra falta de observação à lei e evidencia que sua Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços e Proposta não apresenta a realidade dos custos envolvidos na execução contratual, não comprova exequibilidade e, portanto, não atende ao edital.

Portanto, é dever da comissão de licitação bem como a autoridade superior colocar todos os fatos aqui relatados e enviar a planilha em questão para análise técnica do setor contábil, bem como realizar as diligências necessárias para que assim, possa este órgão público dar um parecer técnico sobre os fatos evidenciados sobre a inexecuibilidade da proposta.

Desta forma, a empresa requer que seja analisada as irregularidades aqui elencadas, declarando a desclassificada a empresa LAS SEGURANÇA LTDA, por não ter apresentado a planilha de preço de forma adequada.

### 03. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O presente recurso merece provimento por noticiar razões que violam os princípios que norteiam o procedimento licitatório:

O art. 37 da CF cuida dos princípios inerentes a atividade estatal da seguinte forma:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados

mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

O regulamento do art. 37 da CF, foi publicada na Lei 8666/93 em seu Art. 3º que assim dispõe:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do

desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nota-se que ao prestigiar os princípios da moralidade, legalidade igualdade e eficiência, o legislador constitucional originário teve como destinatária a proteção do interesse público, já que todas as contratações realizadas pelo Estado devem ser feitas mediante as melhores condições de preço, qualidade e eficiência, não podendo estar em desacordo com a Lei.

Em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, torna-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando- os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O Edital torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Trata- se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa e a segurança jurídica. Esta norma-princípio encontra-se disposta no art. 41, caput, da citada Lei:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A lei é taxativa nesse sentido:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§ 3º - Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Nesse sentido, aduz Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"Quando a Administração estabelece, no edital, ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial do da igualdade entre os licitantes, pois aquele que prendeu os termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital".<sup>1</sup>

A proposta da Recorrida se torna inelegível para habilitação, pois sequer cumpriu a comprovação de exequibilidade que precisa ser demonstrada para sustentar a execução contratual.

1 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Altas, 2007.

Diz-se por isso que o edital torna-se lei entre as partes, e este, por sua vez, somente é publicado após o devido processo administrativo que o justifica e o autoriza. Deste modo, a regra que se impõe é que a realização da licitação deve ser precedida de um processo administrativo que a justifique e autorize, somente após deve ser publicado o edital, que não poderá sofrer alterações após a publicação, salvo se assim exigir o interesse público, devendo atentar a todos os esclarecimentos, avisos e informações concedidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

Trata-se de garantia a moralidade e impessoalidade administrativa, bem como primado a segurança jurídica.

O objetivo do processo licitatório - mesmo no Pregão Eletrônico, em que o critério de julgamento é o MENOR PREÇO - é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, o que impõe ao Administrador Público não apenas a busca pelo menor preço, mas também da certificação de que a contratação atenda ao interesse público, e os critérios estabelecidos na Lei e correlatos.

Como se sabe, a Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que "não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente".

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Tal previsão legislava destina-se, a minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o

de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

É necessário ressaltar sempre que o TCU entende que a Planilha de Custos e Formação de Preço NÃO PODE SER PEÇA DE FICÇÃO, devendo corresponder à estimativa mais fiel possível daquilo que a empresa terá de custos durante a execução contratual, mesmo porque in casu, a planilha é uma representação do ônus que detém a licitante de provar além de qualquer dúvida razoável a exequibilidade de sua proposta.

Nesse sentido: "(...) A questão é de fato, não de direito.

Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular (...)"<sup>2</sup>

Há sempre de se manter em mente que a Planilha de Quantitativos e Preços Unitários é, antes de mais nada, um quadro efetivo da forma como a empresa organizou seus preços de acordo com os custos unitários que tem para cada um dos serviços a serem fornecidos.

Isso quer dizer que qualquer alteração da equação inicial descrita na Planilha ensejará inexoravelmente a sua desconfiguração, tornando-a desequilibrada e irreal – o que pode expor o erário a situações perniciosas, como a necessidade de reajustamento de valores ulteriormente em proporção indevida – algo que se feito de maneira intencional é conhecido como "jogo de planilha".

Isso é ainda mais gravoso, porque é possível garantir que o TCU está contratando proposta menos vantajosa ao erário, em virtude do erro da Recorrida de produzir uma proposta de preços baseada em custos falsos e equivocados, que não incluem custos em que fatalmente a empresa Recorrida incorrerá.

A estratégia da empresa Recorrida, no caso, claramente é (i) ou prejudicar a Administração Pública com ulterior tentativa de reequilíbrio da equação econômico-financeira; (ii) ou prejudicar a concorrência, tentando prevalecer no mercado através da prática ilícita de abuso de poder econômico.

2 Marçal Justen Filho - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660.

Outrossim, é demonstrada possível má-fé da empresa Recorrida, que claramente sabe que será necessário aplicar custos bem superiores ao apresentado na planilha de formação de custos atual e mesmo assim não se absteve de utilizar este cenário para obter vantagem no preço durante o referido pregão.

Nessas condições, classificar e habilitar a empresa Recorrida no presente pregão eletrônico é, além de temerário ao interesse público, afronta ao Edital do certame, além de quebrar a isonomia do certame.

No caso em análise, a Recorrente demonstra MINUCIOSAMENTE que a empresa LAS SEGURANÇA LTDA, deixou de cumprir com supostos equívocos na planilha de formação de custos na incidência de vários itens em desacordo ao acordo coletivo vigente e CLT, razão pela qual comprovado está as inconsistências na proposta de preços, em especial no que concerne à planilha de composição de preços.

Ademais, é evidente parâmetro de controle da exequibilidade aqui aduzido DEMONSTRA CABALMENTE A IMPOSSIBILIDADE DE O CONTRATO SER EXEQUÍVEL NAS CONDIÇÕES QUE PROPOSTAS, porque está incompatível com a realidade de mercado.

Neste sentido, considerando os motivos a seguir expostos e que a proposta da empresa LAS SEGURANÇA LTDA, está em desacordo com a legalidade e suprime direitos trabalhistas que são devidos ao trabalhador em detrimento ao sindicato da categoria, pugna pela desclassificação da empresa neste certame.

Assim sendo, vê-se que consoante as regras editalícias, cogentes por força do princípio da vinculação ao edital, à legislação pertinente, o caso fático demonstra inequivocamente a inexequibilidade do contrato nos termos da proposta oferecida pela representada.

Diante desses fatos, a proposta torna-se elegível a desclassificação, sendo isso o que se requer.

04. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto requer:

a) A concessão do efeito devolutivo e suspensivo nos termos do art. 109, §2º da lei 8666/93;

b) Amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão julgado totalmente procedente dando-lhe total PROVIMENTO e por consequência desclassificação da empresa LAS SEGURANÇA LTDA, como medida da mais transparente Justiça!

c) A intimação dos demais licitantes para impugnar o recurso no prazo de 03 (três) dias, mediante publicação na imprensa oficial;

d) Após a impugnação do recurso pelas demais licitantes, requer que a autoridade que praticou o ato se manifeste em 03 (três) dias,

e) Requer que seja encaminhada a planilha da proposta de preços em questão para análise técnica do setor contábil para dar um parecer técnico sobre os fatos evidenciados.

f) Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, remeta para a autoridade superior em observância ao duplo grau de jurisdição, devidamente informando, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, sob pena de responsabilidade.

Nesses termos, Pede deferimento,

Fechar



▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos intenção em recorrer eis que a empresa vencedora não contabilizou todos os custos legais e obrigatórios por Lei em sua proposta de preços e respectivas planilhas de custos, mostrou desconformidade com a CCT da categoria, legislação trabalhista e previdenciária vigente e instruções normativas que dispõem regras e diretrizes do procedimento de licitação.

Fechar

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.039.434/0001-70, estabelecida na Rua Dias da Rocha Filho nº 503, Alto da XV, Curitiba-PR, neste ato representada por seu titular infra-assinado, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que declarou como vencedora do Pregão em referência, a empresa L A S – SEGURANÇA LTDA, conforme as razões que passa a expor.

#### DOS FATOS E DO DIREITO

01. O Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS promoveu o Pregão Eletrônico n.º 036/2021, sendo seu objeto a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.”

02. Ao final da etapa de lances teve a empresa L A S – Segurança LTDA declarada vencedora do certame.

03. A proposta de preços deveria incluir todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.

04. O Edital de Licitação, previu no item 15.3 que seria considerada inexequível a proposta que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

05. Da decisão que julgou a proposta da Recorrida coerente com o praticado pelo mercado origina-se o presente Recurso, uma vez que a planilha de preços apresentada pela licitante L A S vai em desencontro com o que a legislação prevê e por consequência com o que o mercado pratica.

06. Frisamos a importância da Administração certificar-se que os licitantes adotaram projeções corretas quanto à carga tributária e demais encargos incidentes sobre a execução do objeto.

07. Observa-se pela planilha apresentada pela licitante declarada vencedora do certame que ela se declara optante pelo regime tributário SIMPLES NACIONAL e em consulta ao sítio eletrônico oficial deste regime podemos confirmar que realmente é optante desde 14/12/2010.

08. Por ser optante deste regime, suas rubricas “Salário Educação, SESC ou SESI, SENAI-SENAC, SEBRAE e INCRA” possuem valor “ZERO” em sua planilha de custos o que já lhe confere uma grande vantagem perante os demais licitantes.

09. Porém, não conformada que em contrapartida as benesses recebidas, sua tributação será um pouco mais onerosa em relação as demais licitantes, a Recorrida se apropria das alíquotas inerentes a outros regimes de tributação (lucro real e presumido) no intuito de atingir o menor preço e sagrar-se vencedora do Pregão Eletrônico, criando uma aberração tributária.

10. Consultando o balanço contábil anexado pela Recorrida, extraímos da Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2020 a Receita Bruta total de R\$ 3.001.976,70. Receita essa que enquadraria a licitante na 5.ª Faixa de Tributação do referido regime com um percentual tributário de 22% (para fins de participação no Pregão ISS – 5%, PIS – 0,86% e COFINS – 3,98%), conforme Anexo IV da LC n.º 123/2006.

11. A L A S – Segurança lançou em sua planilha alíquotas de PIS – 0,65%, COFINS – 3% e ISS – 2,50% totalmente em desacordo com a legislação a qual está enquadrada. Uma diferença de 3,69% em relação ao que seria o mais próximo do correto, que em valores monetários nos aproxima de um déficit de aproximadamente R\$ 19.000,00 na melhor das hipóteses, pois se considerarmos que as informações são referentes a dezembro de 2020 e até a presente data já tivemos repactuação de contratos e a Recorrida obteve êxito em vários certames com os preços praticados, sua faixa de tributação já deve ser bem superior ao estimado nesta breve análise.

12. Ainda que a Recorrida em suas contrarrrazões defenda que estes valores estariam suportados pelos “Custos Indiretos” e “Lucro”, tais valores não seriam suficientes para comportar a oneração da correção da faixa tributária. Além do citado, é possível perceber que vários custos também foram subdimensionados tais como uniformes, 13.º salário, adicional de férias, e incidência de FGTS. O que torna o valor cotado impraticável no decorrer do contrato.

13. Assim diante do exposto conclui-se que a proposta declarada vencedora é inexequível e contém erros insanáveis.

Diante do exposto, respeitosamente, requer-se o provimento do recurso com a consequente desclassificação da proposta da empresa L A S – Segurança LTDA do Pregão n.º 036/2021.

N. Termos.

P. Deferimento.

Curitiba, 25 de outubro de 2021

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA  
CHRISTHIAAN INASARIS DE SOUZA  
SÓCIO ADMINISTRADOR

Fechar

## 20. Outros Documentos (INTEGRA PROCESSUAL - PE 36\_2021 - PARTE )

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE (CONIMS)  
ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A):  
REF: PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159/2021

A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA inscrita no CNPJ 13.050.015/0001-06, inscrição estadual Isenta, com sede e foro à Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.630.000, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, representada neste ato por seu sócio administrador, o Sr. LAURO APARECIDO DOS SANTOS, inscrito no RG: 3.683.720-9 SSPPR, e CPF: 505.395.409-78, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, a tempo e modo, interpor a presente

CONTRARRAZÃO,

contra o desprovido RECURSO ADMINISTRATIVO, proposto pela empresa ALCATEIA SEGURANÇA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 18.836.419/0001-43, o que faz com fundamento no item do referido edital 19.3, na lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 pelas razões a seguir aduzidas.

#### 1. PRELIMINARMENTE

A partir deste momento passamos a denominar a empresa ALCATEIA SEGURANÇA LTDA apenas por RECORRENTE.  
Passamos a seguir responder de forma clara cada alegação realizada pela RECORRETE.

#### 2. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

Neste tópico a RECORRENTE alega que não houve previsão de férias para o colaborador, todavia, a planilha enviada por nossa empresa está devidamente correta com todos os insumos, cabe esclarecer que os custos relativos a rescisão contratual contemplando todas verbas rescisórias e indenizatórias estão devidamente inseridas na provisão para rescisão, não devendo prosperar tal alegação.  
Esta CONTRARRAZOANTE assume quaisquer erros (o que não é o caso) em sua composição de custo por colaborador, e ainda reforça que não há previsão legal que obrigue a Contratante assumir qualquer responsabilidade sobre os encargos e verbas devidas ao colaborador por parte da CONTRARRAZOANTE.

#### 3. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

No tocante ao submódulo 2.2 a RECORRENTE alega que os mesmos estão distorcidos devido a um possível erro no submódulo 2.1, porém, como já deixamos claro no item 2 desta peça, a CONTRARRAZOANTE cotou todos os encargos devidos ao colaborador, não podendo prosperar as suposições infundadas da RECORRENTE.  
Reforçamos que em caso de encerramento de contrato após 12 meses, todas as provisões de rescisão estão devidamente contempladas no módulo 3.

#### 4. Módulo 3 – Provisão para Rescisão

Conforme podemos verificar na peça recursal da RECORRENTE, foram apresentados estudos e cálculos com base em levantamento ou estudos, muitos deles se quer menciona a fundamentação legal, mais uma tentativa de induzir esse nobre julgador a erro.

Vale ressaltar que a planilha enviada por esta CONTRARRAZOANTE em seu formato EXCEL possui todas as memórias de cálculos utilizadas a fim de esclarecer e comprovar todos os valores das verbas rescisórias e indenizatórias de seus colaboradores.

Os valores e percentuais constantes em nossa planilha são provenientes da realidade de uma rescisão contratual, não está pautada em estudos ou suposições, reafirmamos nosso comprometimento e veracidade de todos os encargos constantes em nossa composição de custo, nada devendo a contratante nos casos em que tais verbas tiveram oscilações para mais ou para menos.

#### 5. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

De acordo com a própria redação da RECORRENTE a mesma deixa claro que os custos os índices de ausência podem variar para cada empresa, sem claro, a realidade de uma empresa e seu quadro de funcionários e diferente de qualquer outra empresa, ainda que estejam no mesmo ramo de atividade.

Se a RECORRENTE utiliza-se ou têm como base estudos do IBGE ou de qualquer outra entidade isso é de caráter exclusivo dela, a CONTRARRAZOANTE apresentou seus valores com base em nosso índices de ausência, assumindo quaisquer índices que porventura possam elevar, este módulo em questão nem deveria ser pauta de debate uma vez que existe uma variação para cada empresa, não cabendo a qualquer das partes estipular ou limitar um percentual fixo.

Conforme podemos verificar a RECORRENTE em todos os tópicos não apresenta qualquer base legal que desabone ou que ainda possa contribuir para uma possível desclassificação, apenas tenta ludibriar este nobre julgador, passamos para a seguir trazer a luz algumas fundamentações legais e considerações finais.

#### 6. Fundamentos Jurídicos

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)."

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital".

Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes bem como a proposta mais vantajosa.

No acórdão a seguir pode-se verificar que qualquer possível ônus decorrente de erro na apresentação da planilha de composição de custo cabe exclusivamente ao licitante arcar com todo e qualquer custo.

Acórdão TCU nº 963/2004 – plenário

"(...)

52. inicialmente cabe esclarecer que alguns elementos integrantes da planilha de custos são variáveis e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela administração, caberá ao licitante suportar o ônus de seu erro.

"(...)"

Voto do ministro relator

Portanto, é essencial que esta respeitada Comissão decida com cautela a situação aqui enfrentada. Repudiando a tomada de decisões com base apenas em alegações convenientes, sumárias e desarrazoadas de empresas desguarnecidas de quaisquer provas. Pois, isto feito, feriria de morte a segurança jurídica vital não só para os processos licitatórios como para os seus envolvidos. Na medida em que uma empresa que se sagra licitamente vencedora de um Pregão, a partir de conjecturas e inconformismos, pode ter arrancado seu direito higidamente conquistado.

#### DO PEDIDO

Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro declarando habilitada e vencedora a CONTRARRAZOANTE, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que esta comissão e pregoeira considere como indeferido os recursos impetrados. Em vista do exposto, demonstrada a improcedência e o esvaziamento de provas nas razões aduadas pelas inconformadas empresas Recorrentes, além de atestada a plena regularidade e conformidade do processo licitatório com os princípios e normas que o regem.

É o que pede e espera esta CONTRARRAZOANTE. E é na certeza de poder confiar na sensatez deste Pregoeiro que procedeu assertivamente ao decretar a empresa vencedora,

assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas CONTRARRAZÕES, as quais certamente serão deferidas. .  
Termos em que,  
P. Deferimento.

Bandeirantes, 28 de outubro de 2021.

Att.  
LAURO APARECIDO DOS SANTOS  
RG: 3.683.720-9 SSPPR, e CPF: 505.395.409-78  
Sócio Administrador  
LAS SEGURANÇA LTDA

**Fechar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE (CONIMS)  
ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A):  
REF: PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159/2021

A Empresa LAS SEGURANÇA LTDA inscrita no CNPJ 13.050.015/0001-06, inscrição estadual Isenta, com sede e foro à Rua São Paulo, 3520, Conjunto Maria Berto Meneghel, CEP 86.630.000, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, representada neste ato por seu sócio administrador, o Sr. LAURO APARECIDO DOS SANTOS, inscrito no RG: 3.683.720-9 SSPPR, e CPF: 505.395.409-78, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, a tempo e modo, interpor a presente

CONTRARRAZÃO,

contra o desprovido RECURSO ADMINISTRATIVO, proposto pela empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 09.039.434/0001-70, o que faz com fundamento no item do referido edital 19.3, na lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 pelas razões a seguir aduzidas.

#### 1. PRELIMINARMENTE

A partir deste momento passamos a denominar a empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA LTDA apenas por RECORRENTE. Passamos a seguir responder de forma clara cada alegação realizada pela RECORRENTE.

#### 2. Item 7, 8, 9, 10 e 11 Da peça recursal

Neste tópico a RECORRENTE mostra total despreparo em suas alegações no tocante as alíquotas e percentuais constantes em nossa planilha é de conhecimento que a Empresa optante e enquadrada no Simples Nacional é desobrigada de tais recolhimentos.

Quanto à primeira figura a ser analisada, a contribuição sindical patronal, entendemos que permanece a isenção de pagamento às empresas inscritas no SIMPLES. Outra interpretação não é permitida pelo artigo 13, § 30, da LC 123, segundo o qual: "As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

A empresa CONTRARRAZOANTE está no SIMPLES NACIONAL, as empresas nesta condição recolhem os percentuais de PIS e COFINS com base no seu faturamento mensal e o acumulado. O departamento contábil faz uma previsão/estimativa dos percentuais a serem recolhidos, com base nos contratos a serem extintos e nos contratos a serem firmados, podendo ter variação para mais ou para menos, todavia a CONTRARRAZOANTE recolherá os devidos impostos de acordo com a previsão legal a qual se enquadra. Quanto ao item 12 já demonstramos e provamos todos encargos, tributos, insumos e impostos na contrarrazão arguida anteriormente (ALCATEIA)

#### 3. Fundamentos Jurídicos

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)."

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital".

Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes bem como a proposta mais vantajosa.

No acórdão a seguir pode-se verificar que qualquer possível ônus decorrente de erro na apresentação da planilha de composição de custo cabe exclusivamente ao licitante arcar com todo e qualquer custo.

Acórdão TCU nº 963/2004 – plenário

"(...)

52. inicialmente cabe esclarecer que alguns elementos integrantes da planilha de custos são variáveis e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela administração, caberá ao licitante suportar o ônus de seu erro.

(...)"

Voto do ministro relator

Portanto, é essencial que esta respeitada Comissão decida com cautela a situação aqui enfrentada. Repudiando a tomada de decisões com base apenas em alegações convenientes, sumárias e desarrazoadas de empresas desguarnecidas de quaisquer provas. Pois, isto feito, feriria de morte a segurança jurídica vital não só para os processos licitatórios como para os seus envolvidos. Na medida em que uma empresa que se sagra licitamente vencedora de um Pregão, a partir de conjecturas e inconformismos, pode ter arrancado seu direito higidamente conquistado.

#### DO PEDIDO

Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro declarando habilitada e vencedora a CONTRARRAZOANTE, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que esta comissão e pregoeira considere como indeferido os recursos impetrados. Em vista do exposto, demonstrada a improcedência e o esvaziamento de provas nas razões aduadas pelas inconformadas empresas Recorrentes, além de atestada a plena regularidade e conformidade do processo licitatório com os princípios e normas que o regem.

É o que pede e espera esta CONTRARRAZOANTE. E é na certeza de poder confiar na sensatez deste Pregoeiro que procedeu assertivamente ao decretar a empresa vencedora, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas CONTRARRAZÕES, as quais certamente serão deferidas. .

Termos em que,  
P. Deferimento.

Bandeirantes, 28 de outubro de 2021.

Att.  
LAURO APARECIDO DOS SANTOS  
RG: 3.683.720-9 SSPPR, e CPF: 505.395.409-78  
Sócio Administrador  
LAS SEGURANÇA LTDA

Fechar

Pato Branco/PR, 29 de outubro de 2021.

### **Solicitação Parecer Jurídico 357/2021**

O Setor de Licitação e Contratos do CONIMS SOLICITA a Assessoria Jurídica:

**PARECER** referente aos recursos apresentados pelas empresas ALCATEIA SEGURANÇA LTDA, EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA e contrarrazão da empresa vencedora LAS SEGURANÇA LTDA, Pregão Eletrônico nº 036/2021, o qual tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, que visa atender as necessidades operacionais deste CONIMS em Pato Branco/PR e do CAPS AD III de Coronel Vivida/PR.

Setor de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 426/2021

PROCESSO Nº 159/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021

#### I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Recursos. Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do CONIMS e do CAPS AD III de Coronel Vivida.

#### II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico relativo a **Recursos Administrativos** interpostos por **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA** em face da decisão da Pregoeira que habilitou e declarou vencedora a empresa **L A S – SEGURANÇA LTDA**.

É o relatório.

#### III- PARECER

A intenção de recorrer foi manifestada oportunamente pelas três licitantes, assim como os Recursos foram apresentados tempestivamente.

No mérito, as demais Recorrentes insurgem-se contra a habilitação de **L A S – SEGURANÇA LTDA e PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** se insurge contra sua própria desclassificação, com fundamento nos seguintes argumentos:

#### PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

- Sua desclassificação ocorreu sem a possibilidade de correção da planilha de composição de custos, por não ter inserido “o valor de tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional e o valor do INSS correto”

- Por se tratarem de meros erros formais, deveriam ser passíveis de correção;

#### ALCATEIA SEGURANÇA LTDA



- Que a planilha de preços contém inconsistências, equívocos e erros técnicos em divergência à CLT e acordo coletivo de trabalho 2020/2022, nos tópicos salário e adicional de férias; base de cálculo de encargos previdenciários errada; provisão para rescisão; custo de reposição de profissional ausente.

#### EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA

- Que a proposta de preços não incluiu todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a ser contratada, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais, tornando inexecutável a proposta
- Que sendo optante pelo regime Simples, a Vencedora já se beneficia de privilégios tributários, tendo incluído alíquotas de outros regimes de tributação que não lhe se aplica;

#### - Da Planilha de custos da Licitante Vencedora

De acordo com o registrado nos autos, há controvérsia quanto à regularidade e exequibilidade da proposta da Licitante habilitada e classificada em primeiro lugar.

Sabe-se que a Planilha detalhada de composição de custos é exigível, a partir de parâmetros claros e objetivos de julgamento, que apresentem aos licitantes toda a composição do objeto, na forma do artigo 7º, § 2º da Lei nº 8.666/1993:

*“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a **prestação de serviços** obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*

*(...)*

*§ 2º As obras e os serviços **somente poderão** ser licitados quando:*

*(...)*

*II - existir **orçamento detalhado em planilhas** que expressem a composição de **todos os seus custos unitários**;*”

Embora não se negue que par certos serviços, o mercado tem soluções que eventualmente não comportem a decomposição dos custos de execução, esse não é o caso, tanto que no Edital há indicação de Anexo específico (III) com indicativo dos itens decompostos do preço, a serem preenchidos fidedignamente pelo licitante interessado.

Veja-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), adota como regra a apresentação de planilha “sempre que possível”, afastando esta exigência em casos excepcionais:

*“elaborar orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e de preços unitários quando do lançamento das licitações, a fim de balizar o julgamento das propostas com os preços vigentes no mercado e de possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Licitações da entidade, somente dispensando-a, motivadamente, naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário tal detalhamento; (TCU, Acórdão nº 1.750/2014, Plenário, grifamos.)*

Por outro lado, a finalidade de decompor o objeto em uma planilha de quantitativos e preços unitários é levar ao conhecimento das licitantes todas as parcelas que integram o objeto, possibilitar o julgamento objetivo das propostas, aferir a exequibilidade da proposta, bem como permitir a condução de incidentes contratuais.

No caso, o Edital também estabeleceu que:

- \* A composição de preços deve obedecer a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de Vigilante, bem como as disposições contidas na CLT;
- \* A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta;
- \* O CONIMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;
- \* Na hipótese de a Convenção ou a CLT ser silente a respeito de campo a ser preenchido no demonstrativo acima, e que não haja obrigação de pagamento pela Contratada, a linha não precisará ser preenchida.

Portanto, a regra clara editalícia é a de que as planilhas devem não só conter valores praticados por cada um dos licitantes, mas obedientes às normas celetistas, convenção coletiva vigente e normas gerais aplicáveis, inclusive a tributária e previdenciária, sob pena de desclassificação da proposta.

Cabe assim, ao Pregoeiro, com auxílio do setor técnico contábil deste Consórcio, verificar os pontos levantados nos recursos de **ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA**, pertinentes ao cálculo da proposta e composição dos custos, podendo, inclusive, realizar diligências nesse sentido e desclassificar a proposta que tenha ignorado tais preceitos normativos.

#### **- Da Correção da Planilha após de custos da Licitante Vencedora**

A Recorrente **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** afirma ter sido ilicitamente desclassificada, sem antes poder corrigir a planilha de composição de custos, após identificado pelo Pregoeiro a não indicação do valor de tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), benefícios

obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional e do INSS.

Segundo a Recorrente, tratando-se de mero erro formal e sob a ótica do princípio da razoabilidade, deve ser recolocado no certame.

Cita-se, a propósito e novamente, o seguinte trecho do Anexo III do Edital:

*\* A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta;*

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

*\* O CONIMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta;*

Observa-se que pela literalidade do Edital, as diligências se destinam a esclarecer informações JÁ INSERIDAS na Planilha, e não permitir que dados não colocados pelo Licitante por ocasião do início do certame (abertura da sessão) sejam trazidos.

Nesse sentido, é o Edital:

**9.2.** Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e a documentação de habilitação anteriormente apresentadas.

**9.3.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio da fase de lances.

(...)

**10.4.** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias constantes neste Edital e seus anexos sob pena de desclassificação da proponente.

O conceito de “erro formal” não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere à essência da própria Proposta, de modo que as diligências almejadas pelo Recorrente extrapolam os poderes instrutórios do Pregoeiro, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Nesse sentido, consta do Edital:

**10.5.** Ao pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

E, ainda, o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“Afronta o princípio da isonomia a inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo”. (Acórdão 918/2014 – Plenário)*

#### V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta pelo indeferimento do Recurso de **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** e pela necessidade de análise contábil da proposta de **LAS – SEGURANÇA LTDA**, a fim de verificar a inserção lícita de valores e a exequibilidade da proposta, como condição à análise dos Recursos de **ALCATEIA SEGURANÇA LTDA** e **EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA**.

Pato Branco, 04 de novembro de 2021.

Maria Cecília Soares Vannucchi  
OAB/PR 35.313

**MEMORANDO INTERNO**

**Memo. Nº 128/2021**

**08/11/2021**

**De:** Recursos Humanos

**Para:** Licitação e Contratos

**Assunto:** Processo Licitatório nº 159/2021

O Setor de Recursos Humanos realizou uma verificação nos cálculos apresentados pela empresa classificada no Pregão Eletrônico 036/2021 não identificando nenhuma irregularidade nos cálculos salariais bem como nos encargos.

Sendo o que tínhamos para o momento, atenciosamente.

  
**Sônia Rosani Turra**  
Coord. de Recursos Humanos  
Res. 205/2021

## MEMORANDO INTERNO

**MEMO Nº 121/2021**

Pato Branco/PR, 09 de novembro de 2021.

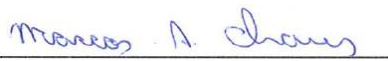
**DE:** CONTABILIDADE/TESOURARIA

**PARA:** LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ASSUNTO:** ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS APRESENTADA PELA CONTRARRAZOANTE NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2021 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021.

Em pedido de consulta pelo Setor de Licitações desde CONIMS para análise da planilha de custos unitários detalhados, elaborada e apresentada pela empresa vencedora do certame, este setor não verificou irregularidades que configurem a não viabilidade ou praticabilidade para execução dos serviços licitados.

Sendo o que tínhamos para o momento.



---

**MARCOS A CHAVES**  
**ENCARREGADO DA TESOURARIA**

**DECISÃO DA COMISSÃO DE PREGÃO SOBRE O RECURSO INTERPOSTO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021**

**OBJETO DA LICITAÇÃO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

**PRELIMINARES**

A Comissão Especial de Pregão, quanto ao recurso tempestivo interposto pelas empresas PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, comunica aos interessados o seguinte:

**RAZÕES DAS RECORRENTES:**

**PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**

Sua desclassificação ocorreu sem a possibilidade de correção da planilha de composição de custos, por não ter inserido "o valor de tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional e o valor do INSS correto". Por se tratarem de meros erros formais, deveriam ser passíveis de correção;

**ALCATEIA SEGURANÇA LTDA**

Que a planilha de preços contém inconsistências, equívocos e erros técnicos em divergência à CLT e acordo coletivo de trabalho 2020/2022, nos tópicos salário e adicional de férias; base de cálculo de encargos previdenciários errada; provisão para rescisão; custo de reposição de profissional ausente.

**EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA**

Que a proposta de preços não incluiu todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a ser contratada, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais, tornando inexecutável a proposta.

**PEDIDO**

Diante do exposto as recorrentes requerem:

a) Que seja acolhido o recurso e que haja desclassificação da proponente declarada vencedora.

## **CONTRARRAZÕES**

A contrarrazoante alega que sua planilha está devidamente correta com todos os insumos e encargos devidos. Que os valores e percentuais constantes são provenientes da realidade contratual, reafirmando seu comprometimento e veracidade de todos os encargos constantes em sua planilha.

## **ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES**

Primeiramente, cumpre afirmar que a condução do processo licitatório seguiu todos os ritos exigidos, preservando-se a isonomia entre os participantes.

Referente ao recurso apresentado pela recorrente PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, cita-se o seguinte trecho do Anexo III do Edital:

"A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta. "

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

O CONIMS poderá realizar diligências junto a licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais **INFORMADOS** na planilha de custos e formação de preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

Portanto, o conceito de "erro formal" não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere à essência da própria proposta, de modo que as diligências almejadas pelo recorrente extrapolam os poderes instrutórios do pregoeiro, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Referente a planilha de custos apresentada pela contrarrazoante, no sentido de condição a atuação segura, legítima e razoável, os valores informados na planilha foram novamente verificados pelo setor de Tesouraria e ainda pelo setor de Recursos Humanos deste CONIMS, os quais não constataram irregularidades. Ademais, cumpre observar que a lisura da informação quanto aos encargos que recaem sobre a atividade licitada são de única e exclusiva responsabilidade da empresa interessada, inclusive para fins de ulterior requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, não podendo buscar majoração de preço infra estimado.

## **DECISÃO**

Diante do exposto, a Comissão decide pelo não provimento do Recurso interposto e pela manutenção do resultado.

Pato Branco/PR, 08 de novembro de 2021.

**LHUANNA G. V. PÉRICO**  
**PREGOEIRA**



## DECISÃO DE RECURSO

### **Autos do PROCESSO Nº 159/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021**

- 1.** Tendo recebido os autos do Processo nº 159/2021, para julgamento dos recursos interpostos pelas Empresas **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, ALCATEIA SEGURANÇA LTDA e EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA.**
- 2.** Passo à análise do mérito a questão controvertida.
- 3. APROVO e RATIFICO** a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio, adotando como meus os seus fundamentos e como causa de **DECIDIR** para o fim de **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos.
- 4.** Restitua-se os autos ao setor competente para que tome as providências de estilo.

Pato Branco/PR, 08 de novembro de 2021.

**IVETE MARIA LORENZI**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA**

■DECLARAÇÕES

UASG 926782 - CONSÓRCIO INTERMUN.DE SAÚDE DE PATO BRANCO/PR  
Pregão Eletrônico Nº 362021

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome		Porte da Empresa
07.658.074/0001-69	JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 04/10/2021 18:20	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
07.394.613/0001-08	IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.		ME/EPP
Data Declarações: 08/10/2021 11:52	Declaração MEE/EPP: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
83.930.214/0010-85	ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 13/10/2021 16:50	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
10.364.152/0003-99	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 11:05	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: NÃO		Declaração de Cota de Aprendizagem: NÃO	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
08.511.830/0001-95	EMPARSEG VIGILANCIA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 13:50	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
10.852.997/0001-61	ONDREPSB PR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 13:51	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
18.836.419/0001-43	ALCATEIA SEGURANCA LTDA.		ME/EPP
Data Declarações: 15/10/2021 14:31	Declaração MEE/EPP: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
04.179.738/0001-19	SISTEMARE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 14:45	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
14.576.552/0002-38	ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 15:03	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
92.966.571/0004-46	EPAVI VIGILANCIA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 15:06	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
08.282.615/0001-60	INTERSEPT SEGURANCA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 15:21	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
11.933.418/0001-78	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA - EIRELI		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 15:35	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
09.039.434/0001-70	EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 16:33	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
03.229.363/0001-91	BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA		Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 15/10/2021 17:36	Declaração MEE/EPP: NÃO	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	
Declaração Fato Superveniente: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Menor: <a href="#">SIM</a>	Declaração Independente de Proposta: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Acessibilidade: <a href="#">SIM</a>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <a href="#">SIM</a>	
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <a href="#">SIM</a>			
31.798.997/0001-09	PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA		ME/EPP
Data Declarações: 15/10/2021 18:20	Declaração MEE/EPP: <a href="#">SIM</a>	Declaração de Ciência Edital: <a href="#">SIM</a>	

**Declaração Fato Superveniente:** [SIM](#) **Declaração de Menor:** [SIM](#) **Declaração Independente de Proposta:** [SIM](#)  
**Declaração de Acessibilidade:** [SIM](#) **Declaração de Cota de Aprendizagem:** [SIM](#)  
**Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** [SIM](#)

15.247.008/0001-24 CURITIBANA VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI ME/EPP  
**Data Declarações:** 17/10/2021 20:31 **Declaração MEE/EPP:** [NÃO](#) **Declaração de Ciência Edital:** [SIM](#)  
**Declaração Fato Superveniente:** [SIM](#) **Declaração de Menor:** [SIM](#) **Declaração Independente de Proposta:** [SIM](#)  
**Declaração de Acessibilidade:** [SIM](#) **Declaração de Cota de Aprendizagem:** [SIM](#)  
**Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** [SIM](#)

13.050.015/0001-06 L A S - SEGURANCA LTDA ME/EPP  
**Data Declarações:** 18/10/2021 00:02 **Declaração MEE/EPP:** [SIM](#) **Declaração de Ciência Edital:** [SIM](#)  
**Declaração Fato Superveniente:** [SIM](#) **Declaração de Menor:** [SIM](#) **Declaração Independente de Proposta:** [SIM](#)  
**Declaração de Acessibilidade:** [SIM](#) **Declaração de Cota de Aprendizagem:** [SIM](#)  
**Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** [SIM](#)

31.340.008/0001-20 ATITUDE SEGURANCA PRIVADA LTDA ME/EPP  
**Data Declarações:** 18/10/2021 03:12 **Declaração MEE/EPP:** [SIM](#) **Declaração de Ciência Edital:** [SIM](#)  
**Declaração Fato Superveniente:** [SIM](#) **Declaração de Menor:** [SIM](#) **Declaração Independente de Proposta:** [SIM](#)  
**Declaração de Acessibilidade:** [SIM](#) **Declaração de Cota de Aprendizagem:** [SIM](#)  
**Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** [SIM](#)

 [Imprimir o Relatório](#)

[Fechar](#)



**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00036/2021**

Às 09:00 horas do dia 18 de outubro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 161/2020 de 08/09/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 159, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00036/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Descrição:** Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas  
**Descrição Complementar:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.  
**Tratamento Diferenciado:** -  
**Quantidade:** 12  
**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 655.035,3600  
**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não  
**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 100,00

**Unidade de fornecimento:** Posto  
**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso  
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para: L A S - SEGURANCA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000 .**

**Item: 1 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
31.340.008/0001-20	ATITUDE SEGURANCA PRIVADA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP	Sim	Sim	12	R\$ 49.354,5400	R\$ 592.254,4800	18/10/2021 03:12:23
08.282.615/0001-60	INTERSEPT SEGURANCA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 50.000,0000	R\$ 600.000,0000	15/10/2021 15:21:38
14.576.552/0002-38	ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 52.987,6400	R\$ 635.851,6800	15/10/2021 15:03:08
92.966.571/0004-46	EPAVI VIGILANCIA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.104,4000	R\$ 649.252,8000	15/10/2021 15:06:32
11.933.418/0001-78	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA - EIRELI  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.381,6800	R\$ 652.580,1600	15/10/2021 15:35:06
07.394.613/0001-08	IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP	Sim	Sim	12	R\$ 54.583,4200	R\$ 655.001,0400	08/10/2021 11:52:12
83.930.214/0010-85	ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. O valor total ofertado é anual. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	13/10/2021 16:50:26
10.364.152/0003-99	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 11:05:15
08.511.830/0001-95	EMPARSEG VIGILANCIA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diurnas <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 13:50:58
10.852.997/0001-61	ONDREPSB PR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 13:51:58
18.836.419/0001-43	ALCATEIA SEGURANCA LTDA.  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 14:31:57
04.179.738/0001-19	SISTEMARE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI  <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 14:45:53

09.039.434/0001-70	EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 16:33:00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
03.229.363/0001-91	BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA	Não	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 17:36:25
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							
31.798.997/0001-09	PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	15/10/2021 18:20:34
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. 8 funcionarios <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
15.247.008/0001-24	CURITIBANA VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI	Sim	Não	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	17/10/2021 20:31:52
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> O objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
13.050.015/0001-06	L A S - SEGURANCA LTDA	Sim	Sim	12	R\$ 54.586,2800	R\$ 655.035,3600	18/10/2021 00:02:40
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
07.658.074/0001-69	JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	Não	Não	12	R\$ 100.000,0000	R\$ 1.200.000,0000	04/10/2021 18:20:43
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 1.200.000,0000	07.658.074/0001-69	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.035,3600	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 655.001,0400	07.394.613/0001-08	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 652.580,1600	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 649.252,8000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 635.851,6800	14.576.552/0002-38	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 600.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 592.254,4800	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:00:00:503
R\$ 599.900,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:02:59:633
R\$ 592.100,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:03:38:510
R\$ 590.250,3000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:03:50:517
R\$ 592.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:03:56:493
R\$ 589.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:04:24:967
R\$ 590.896,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:04:33:647
R\$ 588.000,0000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:04:35:660
R\$ 590.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:04:36:427
R\$ 587.000,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:04:51:353
R\$ 586.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:05:30:087
R\$ 586.990,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:05:39:460
R\$ 635.800,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:05:43:717
R\$ 586.531,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:05:54:320
R\$ 585.000,1300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:06:02:177
R\$ 585.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:06:12:540
R\$ 586.450,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:06:33:760
R\$ 585.900,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:06:50:100
R\$ 586.800,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:06:52:033
R\$ 584.651,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:07:03:427
R\$ 584.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:07:17:693
R\$ 583.300,6300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:07:31:007
R\$ 580.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:07:47:557
R\$ 583.200,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:07:52:117
R\$ 579.000,8800	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:08:09:207
R\$ 599.800,0000	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:08:16:093
R\$ 586.700,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:08:25:050
R\$ 583.999,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:08:28:693
R\$ 580.002,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:08:38:040
R\$ 582.852,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:08:41:480
R\$ 578.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:08:44:373
R\$ 578.000,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:09:03:407
R\$ 578.400,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:09:15:107
R\$ 581.682,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:09:18:020
R\$ 577.500,0000	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:09:21:750
R\$ 577.000,5300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:09:33:847

R\$ 581.582,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:09:57:947
R\$ 576.900,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:10:05:700
R\$ 585.185,1600	14.576.552/0002-38	18/10/2021 09:10:13:337
R\$ 576.800,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:10:20:210
R\$ 576.700,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:10:20:587
R\$ 580.000,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:10:20:910
R\$ 576.700,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:10:23:060
R\$ 599.000,0000	83.930.214/0010-85	18/10/2021 09:10:42:677
R\$ 576.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:10:45:483
R\$ 575.000,0000	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:10:50:143
R\$ 576.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:11:08:097
R\$ 574.386,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:11:16:980
R\$ 586.699,9900	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:11:17:817
R\$ 574.000,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:11:22:517
R\$ 573.333,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:11:33:067
R\$ 571.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:11:47:843
R\$ 575.136,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:11:49:267
R\$ 571.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:12:00:470
R\$ 570.000,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:12:05:537
R\$ 569.000,3300	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:12:21:003
R\$ 570.611,0400	11.933.418/0001-78	18/10/2021 09:12:31:210
R\$ 586.590,0000	10.852.997/0001-61	18/10/2021 09:12:32:973
R\$ 569.950,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:12:37:507
R\$ 568.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:12:48:450
R\$ 571.620,2400	92.966.571/0004-46	18/10/2021 09:13:01:073
R\$ 568.300,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:13:01:443
R\$ 568.200,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:13:22:560
R\$ 567.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:13:34:353
R\$ 568.250,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:13:38:653
R\$ 566.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:13:47:810
R\$ 565.500,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:14:07:763
R\$ 560.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:14:16:390
R\$ 559.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:14:44:517
R\$ 555.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:15:12:400
R\$ 555.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:15:22:347
R\$ 558.677,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:15:56:420
R\$ 554.900,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:15:59:093
R\$ 554.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:16:31:217
R\$ 553.538,4000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:16:31:593
R\$ 553.538,4000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:16:34:007
R\$ 553.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:17:02:407
R\$ 553.438,0000	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:17:07:630
R\$ 586.700,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:17:17:447
R\$ 652.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:17:57:897
R\$ 552.500,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:18:09:510
R\$ 552.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:18:27:660
R\$ 645.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:18:35:413
R\$ 552.888,9600	08.282.615/0001-60	18/10/2021 09:18:41:673
R\$ 630.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:18:49:207
R\$ 615.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:01:597
R\$ 600.100,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:15:667
R\$ 580.980,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:37:443
R\$ 570.800,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:19:53:500
R\$ 550.500,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:20:05:137
R\$ 654.900,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:20:46:723
R\$ 549.000,6900	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:20:47:490
R\$ 550.100,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:21:15:453
R\$ 548.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:21:28:433
R\$ 553.520,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:21:43:997
R\$ 548.000,5500	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:22:01:217
R\$ 547.850,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:22:17:277
R\$ 548.000,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:17:973
R\$ 547.000,7900	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:22:35:450
R\$ 547.300,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:36:183
R\$ 546.760,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:22:53:793
R\$ 598.000,0000	07.394.613/0001-08	18/10/2021 09:22:56:417
R\$ 546.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:23:10:287
R\$ 547.659,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:23:20:107
R\$ 545.000,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:23:34:340
R\$ 544.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:23:46:067
R\$ 544.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:23:50:797
R\$ 544.200,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:02:317
R\$ 544.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:24:15:773
R\$ 552.400,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:24:20:137
R\$ 543.800,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:26:453
R\$ 543.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:24:36:503
R\$ 542.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:24:53:797
R\$ 542.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:04:797
R\$ 542.370,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:25:15:480
R\$ 542.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:35:533

R\$ 541.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:25:44:777
R\$ 541.751,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:25:48:567
R\$ 541.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:25:55:583
R\$ 541.500,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:26:02:953
R\$ 540.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:26:03:810
R\$ 540.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:26:12:380
R\$ 539.760,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:26:28:257
R\$ 539.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:26:41:557
R\$ 538.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:27:07:933
R\$ 552.700,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:27:22:123
R\$ 538.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:27:33:263
R\$ 586.000,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:27:46:863
R\$ 537.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:27:48:620
R\$ 537.661,0000	31.340.008/0001-20	18/10/2021 09:28:12:230
R\$ 537.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:28:20:493
R\$ 536.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:28:46:803
R\$ 536.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:29:00:703
R\$ 535.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:29:16:803
R\$ 556.000,0000	15.247.008/0001-24	18/10/2021 09:29:17:963
R\$ 535.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:29:26:940
R\$ 534.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:29:41:757
R\$ 534.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:03:990
R\$ 534.389,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:30:18:353
R\$ 534.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:32:633
R\$ 533.856,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:30:43:197
R\$ 552.300,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:30:52:207
R\$ 533.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:30:55:770
R\$ 583.000,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:31:04:347
R\$ 532.780,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:31:05:750
R\$ 532.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:31:16:740
R\$ 531.659,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:31:28:210
R\$ 531.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:31:37:707
R\$ 552.200,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:31:57:570
R\$ 530.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:32:07:230
R\$ 530.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:32:16:570
R\$ 529.749,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:32:29:777
R\$ 529.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:32:46:673
R\$ 528.798,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:33:05:230
R\$ 528.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:33:22:047
R\$ 527.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:33:34:033
R\$ 570.600,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:33:42:697
R\$ 527.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:33:59:147
R\$ 526.798,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:34:13:113
R\$ 526.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:34:25:000
R\$ 525.875,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:34:35:723
R\$ 525.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:34:45:367
R\$ 552.100,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:34:59:700
R\$ 524.765,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:35:05:020
R\$ 524.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:35:21:783
R\$ 523.549,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:35:33:660
R\$ 523.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:35:45:630
R\$ 522.780,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:36:08:717
R\$ 522.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:36:15:897
R\$ 521.786,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:36:41:400
R\$ 521.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:36:49:167
R\$ 552.090,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:36:58:533
R\$ 520.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:37:04:460
R\$ 570.599,9900	08.511.830/0001-95	18/10/2021 09:37:12:340
R\$ 520.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:37:12:697
R\$ 519.489,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:37:25:477
R\$ 519.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:37:39:003
R\$ 570.500,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:37:58:063
R\$ 518.870,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:38:20:847
R\$ 518.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:38:34:050
R\$ 552.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:38:55:787
R\$ 517.790,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:08:697
R\$ 570.400,0000	03.229.363/0001-91	18/10/2021 09:39:09:550
R\$ 517.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:39:18:367
R\$ 570.000,0000	10.364.152/0003-99	18/10/2021 09:39:25:303
R\$ 516.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:39:250
R\$ 516.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:39:46:477
R\$ 516.379,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:39:58:913
R\$ 516.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:40:08:513
R\$ 515.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:40:24:227
R\$ 515.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:40:57:193
R\$ 515.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:41:06:750
R\$ 515.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:41:28:130
R\$ 514.890,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:41:50:963
R\$ 514.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:42:00:290
R\$ 513.784,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:42:23:257

R\$ 513.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:42:47:830
R\$ 551.990,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:43:03:180
R\$ 512.789,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:43:12:580
R\$ 512.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:44:05:193
R\$ 537.000,0000	09.039.434/0001-70	18/10/2021 09:44:10:750
R\$ 511.790,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:44:23:953
R\$ 511.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:44:33:503
R\$ 510.897,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:44:48:923
R\$ 510.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:45:23:880
R\$ 509.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:45:55:827
R\$ 509.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:46:11:323
R\$ 551.900,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:48:07:650
R\$ 508.900,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:48:08:057
R\$ 508.500,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:48:17:490
R\$ 551.890,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:49:03:770
R\$ 551.500,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:49:51:460
R\$ 551.000,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:50:44:257
R\$ 508.400,0000	13.050.015/0001-06	18/10/2021 09:52:20:250
R\$ 550.900,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:52:30:033
R\$ 508.000,0000	31.798.997/0001-09	18/10/2021 09:52:40:050
R\$ 550.800,0000	04.179.738/0001-19	18/10/2021 09:53:10:970
R\$ 550.000,0000	18.836.419/0001-43	18/10/2021 09:53:47:647

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

#### Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Abertura	18/10/2021 09:00:05	Item aberto.
Encerramento etapa aberta	18/10/2021 09:55:48	Encerrada etapa aberta do item.
Encerramento	18/10/2021 09:55:48	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/10/2021 13:03:17	Convocado para envio de anexo o fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/10/2021 14:10:34	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09.
Recusa de proposta	18/10/2021 17:11:45	Recusa da proposta. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, pelo melhor lance de R\$ 508.000,0000. Motivo: Proponente inabilitada pois não esta prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS E ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 08:42:19	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:26:42	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:31:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:33:09	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:43:05	Convocado para envio de anexo o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/10/2021 09:44:39	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06.
Aceite de proposta	20/10/2021 16:06:20	Aceite individual da proposta. Fornecedor: L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000.
Habilitação de fornecedor	20/10/2021 16:06:32	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: L A S - SEGURANCA LTDA - CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:18:12	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA CNPJ/CPF: 31798997000109. Motivo: a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:19:37	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: ALCATEIA SEGURANCA LTDA. CNPJ/CPF: 18836419000143. Motivo: Venho por meio deste informar a intenção de recurso , com base no erros de cálculos apresentados na planilha de custo da empresa LAS SEGURANÇA, o quais serão especificados e demonstrado no nosso r
Registro de intenção de recurso	20/10/2021 16:23:51	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI CNPJ/CPF: 09039434000170. Motivo: Manifestamos intenção em recorrer eis que a empresa vencedora não contabilizou todos os custos legais e obrigatórios por Lei em sua proposta de preços e respectivas planilhas d
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:41:58	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31798997000109.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:02	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: ALCATEIA SEGURANCA LTDA., CNPJ/CPF: 18836419000143.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:05	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI, CNPJ/CPF: 09039434000170.
Aceite de intenção de recurso	20/10/2021 16:42:10	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA - EIRELI, CNPJ/CPF: 09039434000170.



Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
09.039.434/0001-70	20/10/2021 16:23	20/10/2021 16:42	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> Manifestamos intenção em recorrer eis que a empresa vencedora não contabilizou todos os custos legais e obrigatórios por Lei em sua proposta de preços e respectivas planilhas de custos, mostrou desconformidade com a CCT da categoria, legislação trabalhista e previdenciária vigente e instruções normativas que dispõem regras e diretrizes do procedimento de licitação.			
CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
18.836.419/0001-43	20/10/2021 16:19	20/10/2021 16:42	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> Venho por meio deste informar a intenção de recurso , com base no erros de cálculos apresentados na planilha de custo da empresa LAS SEGURANÇA, o quais serão especificados e demonstrado no nosso recurso.			
CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
31.798.997/0001-09	20/10/2021 16:18	20/10/2021 16:41	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> a proponente Primeira Ação solicita a intenção de entrar com recurso contra a inabilitação, visando comprovar que a tabela consta valores reais e utilizados na empresa.			

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	18/10/2021 09:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	18/10/2021 09:00:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	18/10/2021 09:13:37	Bom dia Senhores participantes!
Pregoeiro	18/10/2021 09:14:40	Lembrando que conforme edital: O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00). Valores com 3 ou mais casas decimais não serão arredondados.
Pregoeiro	18/10/2021 09:16:40	Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
Pregoeiro	18/10/2021 09:17:15	Caso as proponentes apresentem propostas com valores acima do estipulado no termo de referência, e não ajustem os valores na sessão de lances, as mesmas serão desclassificadas após a fase de lances.
Pregoeiro	18/10/2021 09:17:32	O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
Pregoeiro	18/10/2021 09:20:26	O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL PARA O ITEM (VALOR ANUAL), observado as especificações técnicas constantes no ANEXO I - Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
Pregoeiro	18/10/2021 09:23:41	Lembrando ainda que as proponentes são responsáveis pelas informações e valores apresentados, inclusive para fins de ulterior requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, não podendo buscar majoração de preço infra estimado.
Pregoeiro	18/10/2021 09:25:08	Lembrando ainda que conforme consta em edital referente ao reajuste e revisão de preços:
Pregoeiro	18/10/2021 09:25:18	15.1. Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:09	Nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como referentes à categoria profissional a serem contratadas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, bem como a discriminação dos índices que compõem os encargos sociais.
Pregoeiro	18/10/2021 09:28:17	
Sistema	18/10/2021 09:55:48	O item 1 está encerrado.
Sistema	18/10/2021 09:59:02	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Pregoeiro	18/10/2021 11:28:48	Retornaremos com este pregão no período da tarde a partir das 13:00.
Pregoeiro	18/10/2021 13:01:00	Boa tarde senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Pregoeiro	18/10/2021 13:03:08	Para PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos como documentação complementar para fins de complementação de informações os contratos firmados com as empresas que forneceram os atestados de capacidade técnica. Lembrando que conforme o edital o prazo que será concedido será o de 2 horas contados a partir da solicitação do pregoeiro.
Sistema	18/10/2021 13:03:17	Senhor fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	18/10/2021 14:10:34	Senhor Pregoeiro, o fornecedor PRIMEIRA ACAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 31.798.997/0001-09, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	18/10/2021 17:14:09	Retornaremos com este pregão amanhã 19/10/2021 a partir das 08:00 da manhã. Tenham um bom fim de tarde.
Pregoeiro	19/10/2021 08:03:46	Bom dia senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Sistema	19/10/2021 08:42:19	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	19/10/2021 08:42:29	Para L A S - SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos a apresentação de CND MUNICIPAL vigente, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do mesmo, contados a partir da data de horário desta solicitação. Solicitamos ainda proposta ajustada, planilha com detalhamento dos custos e respectiva CCT, para estes será assegurado o prazo de 2 horas.
Sistema	19/10/2021 09:26:42	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	19/10/2021 09:31:22	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	19/10/2021 09:33:09	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
Sistema	19/10/2021 09:43:05	Senhor fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	19/10/2021 09:43:26	Para L A S - SEGURANCA LTDA - Senhor proponente solicitamos a apresentação de CND MUNICIPAL vigente, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do mesmo, contados a partir da data de horário desta solicitação.
Sistema	19/10/2021 09:44:39	Senhor Pregoeiro, o fornecedor L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, enviou o anexo para o item 1.
13.050.015/0001-06	19/10/2021 09:45:43	DOCUMENTOS ANEXADOS. OBRIGADO
Pregoeiro	19/10/2021 11:30:17	Retornaremos com este pregão no período da tarde a partir das 13:30.
Pregoeiro	19/10/2021 13:42:38	Boa tarde senhores participantes! Continuamos a análise das propostas, dos documentos de habilitação. Por favor permaneçam conectados!
Pregoeiro	19/10/2021 15:23:31	Retornaremos com este pregão amanhã 20/10/2021 a partir das 08:00 da manhã. Tenham um bom fim de tarde.
Pregoeiro	20/10/2021 13:41:52	Boa tarde participantes, devido a problemas internos não conseguimos abrir este pregão no período da manhã. Mas agora, normalizada a situação, continuamos com este processo.
Sistema	20/10/2021 16:06:33	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	20/10/2021 16:06:53	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 20/10/2021 às 16:36:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	06/10/2021 13:38:17	
Abertura da sessão pública	18/10/2021 09:00:01	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	18/10/2021 09:59:02	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	20/10/2021 16:06:33	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	20/10/2021 16:06:53	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 20/10/2021 às 16:36:00.

Data limite para registro de recurso: 25/10/2021.  
Data limite para registro de contrarrazão: 28/10/2021.  
Data limite para registro de decisão: 08/11/2021.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:44 horas do dia 20 de outubro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

LHUANNA GABRIELA VARDANEGA PERICO  
**Pregoeiro Oficial**

MARCOS JOSE BRANDOLI DE LIMA  
**Equipe de Apoio**

SAMIR RODRIGO KALINOSKI  
**Equipe de Apoio**

 [Imprimir o Relatório](#)  
[Voltar](#)





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Pregão Eletrônico Nº 00036/2021

RESULTADO POR FORNECEDOR

13.050.015/0001-06 - L A S - SEGURANCA LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor	Valor Unitário	Valor Global
1	<u>Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas</u>	Posto	12	R\$ 655.035,3600 (*)	R\$ 42.366,6666	R\$ 508.400,0000

Marca:  
Fabricante:  
Modelo / Versão:  
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

Total do Fornecedor: R\$ 508.400,0000

Valor Global da Ata: R\$ 508.400,0000

(\*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Voltar

Pato Branco/PR, 08 de novembro de 2021.

### **Solicitação Parecer Jurídico 364/2021**

O Setor de Licitação e Contratos do CONIMS SOLICITA a Assessoria Jurídica:

**PARECER FINAL** para fins de homologação, Pregão Eletrônico nº 036/2021, o qual tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, que visa atender as necessidades operacionais deste CONIMS em Pato Branco/PR e do CAPS AD III de Coronel Vivida/PR.

Setor de Licitação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 429/2021  
PROCESSO Nº 159/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, destinada a atender à sede do CONIMS e do CAPS AD III de Coronel Vivida.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 36/2021, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa homologar o processo licitatório.

#### **III- RELATÓRIO**

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Solicitação inicial – evento 03
- 03) Pesquisa de Preços – evento 04
- 04) Solicitação de aquisição de materiais – evento 05
- 05) Parecer Contábil – evento 06
- 06) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 07) Ato de Consórcio – evento 08
- 08) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 09) Solicitação de Parecer – evento 10
- 10) Parecer Jurídico– evento 10.1
- 11) relação de itens – evento 11
- 12) Aviso de Licitação e publicidade– evento 11
- 13) esclarecimentos – evento 11.5
- 14) declarações – evento 14
- 15) Resultado por fornecedor – evento 14.2
- 16) Pedido de Parecer Final – evento 15

É o relatório.

#### **IV– DO PARECER**

O presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 8.666/93 e lei 10.520/02) e o edital, não cabendo ao Setor Jurídico questões técnicas pertinentes ao objeto ou a discricionariedade da contratação.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação da licitação.

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 4º, X, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 08 de novembro de 2021.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
**OAB/PR 35.313**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

**Nº 00036/2021**

Às 14:04 horas do dia 09 de novembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. IVETE MARIA LORENZI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 159, Pregão nº 00036/2021.

**Resultado da Homologação**

**Item: 1**

**Descrição:** Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -24 horas diuturnas

**Descrição Complementar:** Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 12

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 655.035,3600

**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Posto

**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 100,00

**Adjudicado para:** L A S - SEGURANCA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 508.400,0000 .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	08/11/2021 14:43:40	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: L A S - SEGURANCA LTDA, CNPJ/CPF: 13.050.015/0001-06, Melhor lance: R\$ 508.400,0000
Homologado	09/11/2021 14:04:40	IVETE MARIA LORENZI	

**Fim do documento**

**ESTADO DO PARANÁ**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

**CNPJ:** 00.136.858/0001-88**Telefone:** (46) 3313-3550**Endereço:** RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA**CEP:** 85501-530 - Pato Branco**PREGÃO ELETRÔNICO****Nr.: 36/2021****Processo Adm.: 159/2021****Data do Processo: 30/09/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 159/2021  
b) **Nr. Licitação:** 36/2021 - PE  
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico  
d) **Data de Homologação:** 09/11/2021  
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
-----	------------	--------------	-----------------

**L A S - SEGURANCA LTDA**

1 - Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	MES	12,000	42.366,6400	R\$ 508.399,68
---	-----	--------	-------------	----------------

**Total fornecedor:** R\$ 508.399,68**Total geral:** R\$ 508.399,68

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III	03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.0

Pato Branco/PR, 09 de Novembro de 2021

.....  
**PAULO HORN**

Presidente



Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE PATO BRANCO**

**2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI**  
Endereço: Rua Maria Bueno, 284 - Whatsapp (46)98822-5042 - Plantão - e-mail: "cargaprogramada.segundavcpb@hotmail.com" - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 32254501 - Celular: (46) 98822-5042 - E-mail: PB-2VJ-E@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0004242-49.2018.8.16.0131  
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS  
Prazo de 10 (DEZ) dias**

A Excelentíssima Senhora Doutora Flavia Molfi de Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Serventia Cível da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei...

Faz Saber, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e ainda a quem possa interessar, que por este Juízo e Cartório Cível, se processam os autos sob nº

**0004242-49.2018.8.16.0131** de AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA com pedido de liminar em que é Autor COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.484.013/0001-45 e Desapropriado: ULISSES PIVA, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 1.368.564 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 396.094.139-00, residente e domiciliado na Rua Itabira, 707, Pato Branco - PR, pelo presente edital fica(m) **INTIMADO(A)(S) OS TERCEIROS INTERESSADOS**, do inteiro teor da respeitável sentença proferida pela MM. Juíza, a seguir transcrita: “SENTENÇA I. Relatório: Trata-se de AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA ajuizada por COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR em face de ULISSES PIVA ambos qualificados, alegando que através do Decreto nº. 8.138/2017, foi autorizada pelo Município de Pato Branco a constituir servidão administrativa em área pertencente ao expropriado, declarada de utilidade pública, para fins de passagem de rede coletora de esgoto. Alegando urgência das obras e a realização de avaliação prévia, pugnou pela imissão provisória na posse, mediante depósito do valor apurado. Ao final, postulou a confirmação da liminar e consequente constituição definitiva da servidão. Juntou documentos (ev. 1.2 a 1.15). Avaliação judicial da servidão determinada pela decisão do evento 13.1, seguida do respectivo laudo (ev. 24.1). Concedida a liminar (ev. 30.1), foi determinada a citação dos réus. Comprovação de depósito e impugnação ao laudo apresentado (ev. 36.1 a 36.3). O réu apresentou contestação (ev. 61.1), alegando, em síntese, que o imóvel objeto dos autos se encontra registrado exclusivamente em seu nome, diante da escritura pública de divórcio anexada. Arrazoou que os valores depositados não correspondem à justa indenização, considerando que esta deve compreender todo o valor do imóvel. Também impugnou a avaliação realizada pelo Avaliador Judicial, requereu a nomeação de perito e pugnou que sobre o valor da avaliação incida correção monetária e juros compensatórios de 12% ao ano, contados do Decreto nº 8.138/2017 ou do mandato de imissão da posse, ocorrida em 15/08/2018, acrescidos ainda de juros moratórios. Juntou documentos (ev. 61.2 a 61.5). Impugnação à contestação (ev. 66.1). Oportunizou-se às partes a especificação de provas (ev. 67.1), ocasião em que ambas requereram a realização de prova pericial (ev. 76.1, 77.1 e 80.1). Decisão de saneamento e organização (ev. 83.1). Juntada de laudo pericial (ev. 192). As partes apresentaram impugnações acerca do laudo pericial (ev. 209, 211, 226, 227, 244, 260). Sobreveio esclarecimentos prestados pela Sra. Perita (ev. 220, 238, 254). A parte ré manifestou concordância com o laudo e requereu sua homologação (ev. 243.1). Homologação do laudo de avaliação (ev. 266.1). Manifestação pelas partes (ev. 270.1 e 272.1). Cota Ministerial (ev. 275.1). Vieram os autos conclusos. É o breve relato. Decido. II. Fundamentação: a) Pato passivo: Primeiramente, determino a exclusão da parte cadastrada no sistema Projudi como “Esposa de Ulisses Piva”, considerando que este é divorciado e o imóvel objeto dos autos pertence somente a ele (ev. 1.11 e 61.4). Mérito: O feito comporta julgamento tendo em vista as provas já produzidas nos autos. Não havendo preliminares a serem analisadas, tampouco questões processuais pendentes, passo à análise do mérito da demanda. II. Servidão administrativa e indenização: Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa, ajuizada com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365/1941. Nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro: (...) servidão administrativa é o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.[1] A servidão administrativa, também chamada de pública, constitui ônus real de uso, imposto pelo Poder Público a determinados imóveis particulares com o fim de possibilitar a realização de obras e serviços públicos, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário. Destarte, mantém-se a propriedade com o particular, mas onera-se esta com um uso público, correspondendo à indenização ao prejuízo suportado pelo titular do domínio. Deste modo, como nos demais institutos do direito administrativo, na servidão vigora o princípio segundo o qual o interesse coletivo deve se sobrepor ao interesse individual, devendo a propriedade privada atender a sua função social (artigo 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal). Com efeito, não há dúvida quanto ao direito da autora em constituir a servidão pretendida, em face da declaração de utilidade pública da área do imóvel indicado na inicial, vez que necessária à passagem da rede coletora de esgoto. Malgrado, a servidão administrativa, em regra, não acarreta a perda da propriedade, de modo que inviável a fixação de valor que corresponda a totalidade da área atingida, salvo se a hipótese assemelhar-se à desapropriação. No mais, diante homologação do laudo apresentado pelo perito judicial no evento 192.1, reputa-se adequado ao valor indenizatório indicado, qual seja, R\$28.813,40 (vinte oito mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos). II. Juros moratórios, compensatórios e correção monetária: Em se tratando de servidão administrativa, os juros de mora, compensatórios e correção monetária, devem, necessariamente serem aplicados ou não com a observância do regramento específico, qual seja, as disposições previstas no Decreto-Lei nº 3.365/41. Nota-se dos autos que, quando da primeira avaliação realizada (ev. 24.1), a parte autora procedeu ao depósito judicial do valor da avaliação, equivalente a R\$41.316,00 (quarenta e um mil trezentos e dezesseis reais), conforme comprovante do ev. 36.2. Logo, em razão do depósito integral e prévio à imissão na posse provisória, não são devidos juros (moratórios e compensatórios), tampouco correção monetária. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – IRRESIGNAÇÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – DEPÓSITO PRÉVIO IGUAL AO VALOR FIXADO NA INDENIZAÇÃO – CONDENAÇÃO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS INDEVIDA – IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA – REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO – APELO CONHECIDO E PROVIDO. Com o julgamento definitivo da ADI nº 2332, pelo STF, conquanto ainda pendente de modulação dos efeitos, concernente aos juros compensatórios, restou fixado o entendimento de que estes não têm a função de indenizar o valor da propriedade, mas sim compensar a perda da renda decorrente de eventual exploração econômica ocorrida entre a data da imissão na posse e a transferência compulsória. (TJPR - 4ª C.Cível - 0000113-57.2016.8.16.0038 - Fazenda Rio Grande - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU HAMILTON RAFAEL MARINS SCHWARTZ - J. 14.06.2021). (Grifos não originais). SERVIDÃO ADMINISTRATIVA - VALOR INICIAL SUPERIOR APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE

DEFERIDA POSTERIORMENTE À AVALIAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA E APURAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. REVELA DOS RÉUS, SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DA AUTORA. JUROS COMPENSATÓRIOS. NÃO INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PERDA SOFRIDA PELO PROPRIETÁRIO DEVIDO AO DEPÓSITO INTEGRAL ANTERIOR À EFETIVAÇÃO DA IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DEPÓSITO CONFIRMADO NA SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS. NÃO INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE ATRASO NO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA PONTUALMENTE. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 5ª C.Cível - 0004526-40.2013.8.16.0064 - Castro - Rel.: DESEMBARGADOR ROGERIO RIBAS - J. 14.06.2021) (Grifos não originais). No presente caso, percebe-se que a parte autora comprovou ter realizado o depósito do valor da primeira avaliação, ultrapassando o valor da nova avaliação (ev. 192) que se deu no valor de R\$28.813,40 (vinte oito mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos), ou seja, o valor depositado nos autos é significativamente maior que o da avaliação, de forma que deverá ser restituído à parte autora a diferença constatada. Assim, não há que se falar na incidência de juros moratórios (que pressupõe inadimplemento – art. 15-B do Dec. Lei 3.365/41), juros compensatórios ou mesmo correção monetária, eis que, a contar do depósito, o valor é remunerado pelos índices oficiais (súmula 179 do STJ). Destaca-se entendimento do Superior Tribunal de Justiça: (...) 8.A instituição financeira depositária é responsável pelo pagamento da correção monetária sobre os valores recolhidos a título de depósito judicial. Incidência da Súmula 179/STJ. Assim sendo, não se pode falar em condenação do Incra pela correção monetária em relação aos valores que já foram depositados, tenham estes sido levantados, ou não, pelos expropriados, cabendo-lhe tal ônus apenas no tocante a parcelas decorrentes de complementação do valor ofertado inicialmente. 9. Os juros moratórios não são devidos no que concerne ao montante depositado pela autarquia agrária, pois, "realizado o depósito integral pelo Incra com o ajuizamento da ação, não haverá qualquer mora, posto que o valor indenizatório encontra-se à disposição do expropriado" (AgRg no REsp 868.904/CE, Primeira Turma, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 11/6/2007). Eventuais juros moratórios somente podem incidir sobre a complementação de valor determinado pela sentença final, não se devendo falar de sua incidência quanto a depósito efetivado em relação ao qual, inclusive, manifestaram concordância os expropriados. (...) 15. Recurso especial manejado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. Recursos especiais interpostos pela empresa Agrobrazil Empreendimentos Rurais Ltda. e pelo Ministério Público Federal conhecidos em parte e, nessa extensão, improvidos. (STJ - REsp: 1116278 RJ 2009/0086654-0, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 09/03/2021, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/08/2021). (Grifos não originais). Assim, o depósito judicial integral da indenização, cessa a mora, sendo incabível a incidência de juros e atualização monetária. III. Dispositivo: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de DECLARAR constituída a servidão pretendida pela parte autora sobre a área indicada na petição inicial, confirmando a liminar anteriormente concedida, bem como para fixar o valor da indenização devida ao réu em R\$28.813,40 (vinte oito mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos), já depositados nos autos (ev. 36.2), sobre o que incidirá correção monetária pelos índices devidos aos depósitos judiciais pela própria instituição financeira. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Deixo de impor condenação em honorários sucumbenciais, eis que incabíveis (art. 27, §1º, do Decreto-Lei 3.365/41) ao caso específico. Autorizo o levantamento pelo réu, do valor nesta declarado como indenizatório pela servidão, por meio de alvará judicial, mediante prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento de terceiros. Após, autorizo o levantamento pela parte autora dos valores remanescentes. Transitada em julgado a sentença, excepa-se: mandato para imissão definitiva na posse do imóvel; mandato para registro da servidão no Cartório de Registro de Imóveis competente; intimação para levantamento do valor da indenização; Alvarás em favor das partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. JOÃO ANGELO BUENO Juiz de Direito Substituto". E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume, no Fórum local e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, \_\_\_\_\_ (Paulo Cesar Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

Paulo César Caruso/Titular  
Por determinação do MM. Juíza/Portaria 01/2004

## SINTRIPLAST

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACEÚTICAS DO SUDOESTE DO PARANÁ; CNPJ Nº23.292.165/0001-80  
ENDEREÇO: **RUA DELEME CAUDATO, Nº42, SALA COMERCIAL Nº2, CEP:85.504-797, BAIRRO SÃO FRANCISCO, PATO BRANCO, PR.**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SENHOR ANTONIO SANTO GRAFF PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACEÚTICAS DO SUDOESTE DO PARANÁ; CNPJ Nº23.292.165/0001-80, no uso de suas atribuições, Comunica que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, para disciplinar o trabalho na **segunda-feira dia 15 de novembro de 2021** para os trabalhadores **dos setores de corte e solda** e áreas de apoio (manutenção) da empresa INPLASUL INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS SUDOESTE LTDA, será realizado com a passagem da lista no dia 11 e 12 de novembro 2021, essas medida está sendo realizada de maneira excepcional, em virtude da pandemia coronavírus (COVID-19), medidas emergenciais, neste tempo de pandemia a prioridade deve ser o cuidado com a saúde e a vida, mantendo as regras de isolamento social.

Pato Branco, 09 de novembro de 2021.

Antonio Santo Graff  
Presidente



A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR torna público que requereu ao IAT Autorização Florestal do seguinte empreendimento: Atividade: Corte de vegetação para obras de utilidade pública de ampliação do SES – coletores tronco C1 e C2. Endereço: diversos (rural e urbano). Município: Manguinhos / PR.

### CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CHOPINZINHO - PR

Rua Santos Dumont, 4645 - Chopinzinho - PR - CEP 85.560-000  
CNPJ: 03.975.944/0001-72- E-mail: [cccchopinzinho@hotmail.com](mailto:cccchopinzinho@hotmail.com)  
FONE: (46) 3242-1711

Conselho da Comunidade da Comarca de Chopinzinho  
LISTA DE COMPONENTES DA CHAPA REQUERIDA

CARGO	Nome do Candidato
<b>PRESIDENTE</b>	Euclides Forlin
Vice Presidente	Rogério Masetto
<b>1º SECRETÁRIO</b>	Sirlei Berlanda
2º Secretário	Diego Rodrigues de Jesus
<b>1º TESOUREIRO</b>	Ilda Maria Debona
2º Tesoureiro	Neiva Mafioletti
<b>CONSELHO FISCAL</b>	Sergio Rodrigues de Jesus
<b>CONSELHO FISCAL</b>	Izabel Favero
<b>CONSELHO FISCAL</b>	Marcos Bueno
Suplente Conselho Fiscal	Ana Claudia Johan
Suplente Conselho Fiscal	Agostinho Elói de Siqueira
Suplente Conselho Fiscal	Leonildo Francisco Rasia Del'Paulo
Suplente de Diretoria	Marcelli Cervo Leonar Chik
Suplente de Diretoria	Denise Joana Zanata
Suplente de Diretoria	Marizete da Silva

O prazo para impugnação de candidaturas é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do presente aviso, conforme estabelece o estatuto desta entidade.

Chopinzinho, 05 de novembro de 2021.

Leonildo Francisco Rasia Del'Paulo  
Presidente do Conselho da Comunidade de Chopinzinho

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**  
**ATO DE CONSÓRCIO**  
**RESOLUÇÃO Nº 219 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021**  
**Súmula:** Dispõe sobre a inclusão de procedimentos/OPM e reajuste de procedimentos da tabela do Credenciamento nº 001/2018.  
**RESOLUÇÃO Nº 220 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021**  
**Súmula:** Dispõe sobre a inclusão de redação e de procedimentos, alteração de valor em atendimentos de profissionais não médicos, alteração de códigos e nomenclaturas em credenciamento e dá outras providências.  
**A íntegra encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos:**  
**<http://www.conims.com.br/> e <http://www.diamunicipal.com.br/amp/>**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 159/2021

b) Nr. Licitação: 38/2021 - PE

c) Modalidade: Pregão eletrônico

d) Data de Homologação: 09/11/2021

e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vi. Unitário	Total dos Itens
<b>L A S - SEGURANÇA LTDA</b>				
1 - Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados.	MES	12,000	42.366,6400	R\$ 508.399,68
<b>Total fornecedor:</b>				R\$ 508.399,68
<b>Total geral:</b>				R\$ 508.399,68

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III	03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.0

---

**PAULO HORN**  
Presidente

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	165/2021
b) Nr. Licitação:	38/2021 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	09/11/2021
e) Objeto da Licitação:	Contratação de empresa especializada para disponibilização de sistema em formato web para identificação e gerenciamento de criadouros do mosquito Aedes aegypti em territórios municipais e monitoramento dos casos de dengue, Zika, Chikungunya e Covid-19.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vi. Unitário	Total dos Itens
<b>EPIGE SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA</b>				
1 - Softwares	UND	12,000	18.400,0000	R\$ 220.800,00
<b>Total fornecedor:</b>				R\$ 220.800,00
<b>Total geral:</b>				R\$ 220.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.40.0

---

**PAULO HORN**  
Presidente

**PORTARIA Nº 19/2021**

**Vitória Folgassa da Silva**, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei nº 1524, de 05 de maio de 2016, Resolve:

I - Autorizar o pagamento de diária nos termos dos Ofícios nº 120, 121, 122 e 123/2021, aos Vereadores Antonio de Aguiar, Gilmar Fosqueira e Vitória Folgassa da Silva e ao servidor Luiz Fernando Turra, conforme descrito abaixo:

Data do Início da Viagem	09/11/2021
Data do Término da Viagem	12/11/2021
Destino da Viagem	Curitiba – PR
Finalidade	Participar do Curso “Noções Gerais da Administração Pública e a Importância da Organização Político Administrativo”.
Quantidade	03 (três) diárias
Valor Unitário	R\$ 345,00
Valor Total	R\$ 1.035,00

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vitóriano, em 08 de novembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
Vitória Folgassa da Silva  
Presidente da Câmara Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2021 – Registro de Preços nº 53/2021 - Processo Licitatório 89/2021**

De acordo com o resultado por fornecedor, também de acordo com o parecer jurídico, e em concordância com a Ata de Sessão eletrônica de Abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 67/2021, cujo objeto é o **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de matérias elétricos e de informática para uso no projeto de Internet gratuita do município o BSSDIGITAL**, conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do edital, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor da empresa **ARIEL COPETTI – ME**, com o CNPJ Nº 07.305.086/0001-00, conforme descrição e valores abaixo relacionados:

LOTE 01						
Item	Descrição dos Itens	Unid.	Qtde.	Marca	Valor Unit. (R\$)	Valor Total Item (R\$)
1	Antena AirGrid M5 27 dBí Dimensões: 620 x 460 x 360 mm, Frequência: 5.8 Ghz, Processador Atheros MIPS 74KHz, 560 Mhz, Memória: 64 MB DDR2, 8 MN Flash, 1 Porta 10/100 Ethernet, Incluso Fonte POE, e Kit de Montagem. Sugestão marcas: Ubiquiti, Intelbras.	Unid.	6	UBIQUITI / INTELBRAS	920,00	5.520,00
2	Antena Rocket m5 5ghz mimo 2x2 150Mbps, memoria 64mb SDRAM, potência de transmissão 27 DBM (500mw) portas LAN 1 x 10/100Mbps, sensibilidade -75 até -94dbm, acompanha manual, embalagem individual lacrada. Sugestão marcas: Ubiquiti, Intelbras.	Unid.	6	UBIQUITI / INTELBRAS	1.176,67	7.060,02
3	Antena POWERBEAM PBE-SAC-GEN2 5GHz 450+Mbps ALCANCE 25K Modelo: PBE-SAC-Gen2. <b>Especificações: Dimensões:</b> 420 x 420 x 230 mm Peso: 2,22 kg, Fonte de Alimentação: 24V, Adaptador PoE Gigabit de 0.5A (Incluído). Máx. Consumo de energia: 8.5W, Power Method Passivo PoE (Pares 4, 5+, 7, 8 de retorno). Faixa de tensão suportada 20 a 26VDC, Ganho de 25 dB, Interface de rede (1) Porta Ethernet 10/100/1000, Especificações do processador MIPS 74KHz Memória 64 MB, LEDs Alimentação, Ethernet, (4) Força do sinal. Tamanhos de canais Modo PDP Modo PMP 10/20/30/40/50/60/80 Mhz 10/20/30/40 Mhz. Sugestão marcas: Ubiquiti, Intelbras.	Unid.	8	UBIQUITI / INTELBRAS	1.750,00	14.000,00
4	Antena 2x2 BaseStation Sector Antena 5.8GHz 20 dBí 90 Graus Dimensões 700 x 135 x 70 mm, Com Nível de Bolha para regulagem de instalação, Acompanha Kit para montagem em Poste, RF Jumpers a prova d'agua e Suporte para Antenas Rocket M5.	Unid.	4	UBIQUITI / INTELBRAS	1.813,33	7.253,32
5	Cabo de rede, caixa 305 mt, categoria cat.5e, Diretiva: RoHS composição: U/UTP – 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, isolados em polietileno especial, capa externa em PVC na opção cmx de cor azul, para uso em rede e com certificação da Anatel e Garantia de 12 meses. Sugestão marcas: Furukawa, Elgin.	Unid.	2	FURUKAWA	908,00	1.816,00
6	Roteador Wireless 450 Mbps 3 Antenas Externas Fixas de 5 DBI, 4 Portas LAN 10/100 Mbps, 1 Porta WAN 10/100 Mbps, Botão WPS/Reset, Botão Liga/Desliga, Botão Wireless Liga/Desliga, alcance até 450 metros, Modos Roteador/Repetidor de Sinal ou Access Point. Sugestão marcas: TPLINK, D-Link.	Unid.	10	TPLINK	363,00	3.630,00
7	Fonte POE – 24v, 0,5a DC adaptador PoE (24w), BR (padrão Brasil) para uso em Mikrotik Routerboards, AirGrid, Nigabitização e Bullit.	Unid.	6	FCPONTES	158,00	948,00
8	Nobreak 700VA com 3 tomadas 10A, Bivolt 120V/220V, sinalização visual e sonora indicando as condições do nobreak, Proteção contra sobrecarga e curto-circuito no inversor, contra surto e sobre tensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, contra descarga profunda de bateria e contra surtos de tensão, Baterias: 2 x 7 Ah Selada 24V, Dimensões (C x L x A): 331 x 115 x 182 mm. Sugestão marcas: SMS, NIS.	Unid.	5	TSSHARA	696,00	3.480,00
9	Switch 10/100 mbps 16 portas. Sugestão marcas: TPLINK, D-Link.	Unid.	4	TPLINK	364,00	1.456,00
10	Switch 10/100 mbs 08 portas. Sugestão marcas: TPLINK, D-Link.	Unid.	4	TPLINK	108,00	432,00
11	Conector de cabo de rede rj-45, categoria 5 Pacote com 100 Unidades.	Unid.	150	CHIPSCE	100,00	15.000,00
12	Cabo Rede Patch Cord Cat5e RJ45 – 50 Cm. Descrição e CARACTERÍSTICAS: Categoria: Cat5e, tamanho: 50 centímetros, CONECTOR: RJ-45, CONFIGURAÇÃO: T-568A, CONSTRUÇÃO: 8 Vias.	Unid.	50	SOHOPLUS	26,00	1.300,00
13	Caixa Hermética Metálica com Flange Quadro Painel de Comando com Flange 30x30x20 Aco Carbono, Dimensões (A x L x P): 30 x 30 x 20 cm, Grau de Proteção: IP 66, Aco Carbono SAE 1008/1010, Fecho Padrão com Acionamento Fenda, Pintura Eletroestática em Pó, Cor do Quadro: Cinza, Cor da Placa: Laranja, Espessura do Quadro e Portas: 0,75mm, Placa de Montagem com Espessura 1,2mm, Borracha de Vedação. Com Fechamento completo, COMPLETA com entradas de energia e filtro de linha anexado.	Unid.	6	TECNOVIT	340,00	2.040,00
14	Serviço de Instalação e manutenção de Antenas e Painéis Wireless – Periféricos em Torres de Distribuição do Sinal de Internet gratuita do proarama BssDigital do Município de Bom Sucesso do Sul.	Horas	100	M. O.	90,00	9.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 72.935,34	

VALOR DESERTO DO LOTE 01				R\$ 72.935,34		
LOTES DESERTOS OU FRACASSADOS						
LOTE 02						
Item	Descrição dos Itens	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Máximo Total (R\$)	
15	PAINEL SOLAR 150W: Potência máxima (Pmax): 150W Tensão de Máxima potência (Vm): 18,3V. Corrente da máxima potência (Im): 8,20ª. Tensão de circuito aberto (Voc): 22,3V. Corrente do curto-circuito (Isc): 8,81ª. Tipo de células: Silício Policristalino. Eficiência do módulo: 15,15%. Tolerância de potência: + - 3%. Dimensões (mm): 1480 x 680 x 30 (mm)	Unid.	6	-	-	
16	BATERIA 150A ESTACIONARIA: Bateria Estacionária no Break 12MN150 – 150ah. Bateria para uso com energia solar, sistema de nobreak entre outras aplicações que necessitem de bateria estacionária. A bateria estacionária deve ter longa vida útil e não precisar de manutenção. Suporta picos de corrente elevados e vários ciclos de descarga. Aplicações – NO-BREAKS/UPS – Telecomunicações – PABX – Centrais Telefônicas – Iluminação de Emergência e Sinalização – Subestações Elétricas – Alarmes e Vigilância Eletrônica – Hospitais – Energia Solar – Telecomunicações – Fazendas de Energia Eólica –Boias e Sinalização Marítima para telecomunicações e cercas elétricas – Monitoramento Remoto – Instalações Solares Fotovoltaicas.	Unid.	6	-	-	
17	CONTROLADOR SOLAR: Regime de carga com regulação eletrônica: carga rápida e carga de flutuação. Proteção contra descargas fortes. Regulação série PWM, não faz curto-circuito no painel. Compensação de temperatura integrada. Proteção eletrônica completa: voltagem de subida de tensão no painel. Controle de sobre tensão e curto-circuito no consumo mediante 3 indicadores Leds: Estado de carga, SOC, LVD, sobre tensão/curto-circuito. Positivo comum permite a conexão à terra. Voltagem normal: 12V. Corrente máxima do módulo: 10ª Corrente máxima de consumo: 10ª. Autocursoo elétrico: 4mA. Grossura máxima do cabo: 16mm2. Dimensões: 180x100x32mm. Tipo de proteção: IP22.	Unid.	6	-	-	
18	Controlador de carga 60A PWM 12/24V. Build-in industrial micro controlador. Display lcd grande, todos parâmetros ajustáveis. Gerenciamento de carga totalmente de 4 estágios pwm. Build-in proteção contra curto-circuito, proteção de circuito aberto, proteção reversa, proteção sobrecarga. Proteção de corrente reversa mosfet dupla, baixa produção de calor. Tensão de carga fluatante (hvd 13.3v-15v). Recuperação após sob tensão (vd 11v-13.5v) sob a proteção da tensão (rvd 9v-12.3v). Modo de carga (24 horas, 1-23hours,0 horas) Opção de bateria (li, gel, chumbo-ácido, inundado).	Unid.	6	-	-	
19	<b>Cabo Solar 4mm².</b> Resistente à radiação UV. Resistente a abrasão. Resistência ao ozônio Flexível Antichama. Baixa emissão de gases tóxicos e fumaça. Livre de halogênio. Adequado para instalações interiores e exteriores. Ótima resistência a impactos. Adequado para temperaturas ambientes de -15C a 90C. Temperatura máxima do condutor: Normal 90C, Sobrecarga 120C, e Curto Circuito 250C. <b>Condutor</b> , formado por fios de cobre eletrolítico, estanhado, têmpera mole, encordamento classe 5 (CS). <b>Isolamento</b> -XLPE Composto não halogenado termofixo neutro. <b>Cobertura</b> -XLPE Composto não halogenado termofixo, p/ temperaturas ambientes de -15C a 90C, antichama, resistente radiação UV e impactos. Normas Aplicáveis: NBR 280 / NBR 16612 - Cabos de potência para sistemas fotovoltaicos, não halogenados, isolados, com cobertura para tensão de até 1,8kV C.C entre condutores.	Metro	150	-	-	
20	Serviço de Instalação e manutenção de Painéis Solares e demais equipamentos em torres de distribuição do sinal de internet gratuita do programa BssDigital do Município de Bom Sucesso do Sul.	Horas	100	-	-	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO				R\$ 72.935,34		
(Setenta e Dois Mil e Novecentos e Trinta e Cinco Reais e Trinta e Quatro Centavos)						
Bom Sucesso do Sul, 09 de Novembro de 2021.						
NILSON ANTONIO FEVERSANI Prefeito Municipal						

MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ						
AVISO DE LICITAÇÃO						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2021						
REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2021						
UASG: 989979						
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. Comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 77/2021, do tipo <b>MEHOR PREÇO POR LOTE</b> , destinado ao <b>REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais aquisições de kit escolar para distribuição gratuita para os alunos das escolas municipais conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I</b> . A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> , no dia <b>25/11/2021, às 09h00min</b> . O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: <a href="http://www.bomsucessodosul.pr.gov.br">www.bomsucessodosul.pr.gov.br</a> , podendo também ser solicitado pelos e-mails <a href="mailto:pregoeiro_bss@hotmail.com">pregoeiro_bss@hotmail.com</a> e/ou <a href="mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br">licitacoes@bssul.pr.gov.br</a> . Obs. edital exclusivo para microempresa (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI), nos termos do art. 3º e art. 18 e, da lei complementar 123/06 e lei complementar 147/14. Informações pelo fone (46) 3234-1135 ou por e-mail.						
Bom Sucesso do Sul, 09 de novembro de 2021.						
Josiane Folle Pregoeira						

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ						
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2021						
DECISÃO SOBRE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO PREGÃO ELETRÔNICO 63/2021						
FEITO PELA PROPONENTE LEINA FREIRE FREITAS						
Aos dias nove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00min, na sala de reuniões da Divisão de Licitações e Contratos, reuniram-se a Pregoeira e os membros da Equipe de Apolo do Município, para proceder à apreciação e julgamento do recurso administrativo interposto pela proponente <b>LEINA FREIRE FREITAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº41.205.309/0001-03, com recurso registrado no sistema do comprasnet no dia 21 de OUTUBRO de 2021</b> , A Empresa em questão questionou que a empresa vencedora não apresentou a declaração assinada pelo representante da empresa com firma reconhecida. Feita a conferência do arquivo o qual foi anexado pela empresa, foi verificado que a mesma apresentou a declaração exigida com todos os dados solicitados no edital e com assinatura digital, a qual supre o reconhecimento em cartório por ser um documento que possui fé pública reconhecida no momento da conferência do Certificado Digital. Face ao exposto acima, a Pregoeira e a Equipe de Apolo, com a orientação jurídica do procurador do município decidem <b>INDEFERIR O RECURSO da empresa PROPONENTE LEINA FREIRE FREITAS não acatando a solicitação feita pela empresa e mantendo a habilitação da empresa M.N de O RIBEIRO CONSULTORIA ME</b> . É necessário ainda frisar, que as contratações públicas visam primeiramente atender ao interesse público, e não exclusivamente ao interesse das empresas interessadas em fornecer produtos à Administração Pública. Assim, tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, será dado prosseguimento ao processo o qual será repassado para a autoridade superior para análise e após adjudicação e homologação pela autoridade competente, qual será realizado através do site <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> . Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que foi assinada pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio e pelos responsáveis dos setores.						
Josiane Folle Pregoeira						
Andreia Zanella Apoio						
Luciano Comunello Apoio						
Anderson Ivan Lachman Apoio						
Dieckson Alan de Lima Apoio						

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86						
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2021						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2021 – REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2021						
Processo Licitatório Nº 74/2021 – HOMOLOGADO EM: 05/11/2021						
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (de 08/11/2021 à 07/11/2022)						
DETENTORA: RAÇA & DANCIN CONFEÇÕES LTDA - EPP – CNPJ: 17.119.770/0001-50.						
<b>OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de uniformes de ballet e capoeira e Karatê</b> destinados para crianças de famílias beneficiárias do CadÚnico e Bolsa Família, que pertencam a famílias carentes e que frequentam os projetos de ballet e capoeira e Karatê do departamento de ação social do Município de Bom Sucesso do Sul, conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, relativos ao(s) Item(s) descrito abaixo do Pregão Eletrônico nº 55/2021, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição:						
ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÕES	UND.	MARCA	QTDE.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL ITEM R\$
1	Collant básico regata, com decote redondo 100% helanca. Na cor: branca, salmon e rosa. Tam. PP.	Und.	DANCIN	40	29,49	1.179,60
2	Collant básico regata, com decote redondo 100% helanca. Na cor: branca, salmon e rosa. Tam. P.	Und.	DANCIN	40	30,99	1.239,60
3	Collant básico regata, com decote redondo 100% helanca. Na cor: branca, salmon e rosa. Tam. M.	Und.	DANCIN	40	29,98	1.199,20
21	Saia Godê mais comprida nas costas com pala dupla de jersey/lycra lingerie. Nas cores rosa e salmon. Tam. P.	Und.	DANCIN	40	21,50	860,00
1. O valor total da Ata de Registro de Preços é de <b>R\$ 4.478,40 (Quatro Mil e Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Quarenta Centavos)</b> .						
2. As quantidades descritas acima são estimadas, podendo haver variações, conforme a demanda da Administração Municipal durante o período de vigência do Registro de Preços, respeitados os limites do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.						
3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.						
4. Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social 082440082.047 – Desenvolvimento de Ações do Bloco de Financiamento de Proteção Social Básica - SUAS; 33.90.30 – Material de Consumo. Despesa: 1.779.						
Bom Sucesso do Sul, 09 de Novembro de 2021.						
NILSON ANTONIO FEVERSANI Prefeito Municipal						

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.						
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021 - REGISTRO DE PREÇOS 48/2021 - Processo Licitatório 81/2021						
De acordo com o resultado por fornecedor, também de acordo com o parecer jurídico, e em concordância com a Ata de Sessão eletrônica de Abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 59/2021, cujo objeto é o <b>Registro de preços para futuras contratações de empresa especializada na elaboração de projetos elétricos, projetos de prevenção de incêndio e projetos hidráulicos e hidrossanitários e outros</b> , conforme quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência constante do Anexo I do edital, <b>HOMOLOGO</b> por seus próprios fundamentos determinando que seja <b>ADJUDICADO</b> o seu objeto a favor das licitantes fornecedoras com seus itens, conforme abaixo relacionados:						
LICITANTE FORNECEDORA: LEDER E MAFFRA LTDA - ME - CNPJ: 10.355.221/0001-36.						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL ITEM (R\$)	
1	Contratação empresa especializada na elaboração de projetos elétricos, para edifícios públicos, em edificações novas e edificações existentes, os projetos deverão ser aprovados pela COPEL, deve acompanhar o projeto: memorial descritivo, relação de todos os materiais utilizados (quantitativo) e orçamento dos mesmos.	4.000	m²	2,00	8.000,00	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITANTE				R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais).		

||
||
||

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 106/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 081/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: MB Catarinense Eireli Me
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de aparelhos televisores e escâner para as secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 61.626,08 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e seis reais e oito centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº 107/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 083/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Art Grama Revestimentos Sintéticos Ltda
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e instalação de grama sintética e grama natural para atender as necessidades das unidades escolares da Escola Municipal Professora Ida Kummer e Centro Municipal de Educação Infantil CMEI – Girassol.
VALOR TOTAL: R\$ 11.978,00 (onze mil novecentos e setenta e oito reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº 108/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 083/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Grameira Negrello Ltda
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e instalação de grama sintética e grama natural para atender as necessidades das unidades escolares da Escola Municipal Professora Ida Kummer e Centro Municipal de Educação Infantil CMEI – Girassol.
VALOR TOTAL: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº 109/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 084/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda
OBJETO: fornecimento de Kit Mobiliário conforme as Resoluções SESA nº 773/2019 e nº 868/2020
VALOR TOTAL: R\$ 1.026,00 (um mil e vinte e seis reais)
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 09 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 013/2021 - PMR)
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: NV Import Comércio E Serviços Ltda
DA JUSTIFICATIVA DA RESCISÃO: O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, a Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços original nº 056/2021, de 29 de março de 2021.
DO FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula Nona do Contrato Originário.
DATA DE ASSINATURA DA RESCISÃO: 09 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 09 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 150/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 063/2021 - PMR)
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: Antonio Sergio Evangelista Junior - ME
DA JUSTIFICATIVA DA RESCISÃO: O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, a Cláusula terceira da Ata de Registro de Preços original nº 150/2021, de 19 de agosto de 2021.
DO FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula Nona do Contrato Originário.
DATA DE ASSINATURA DA RESCISÃO: 09 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 09 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº	NOME	ASSUNTO	DATA
PORTARIA			
1267	Ines Tabolka Clazzer	Conceder aposentadoria	26/10/2021
1268	Joceli Simões da Silveira	Conceder aposentadoria	26/10/2021
1269	Suzete Terezinha Kerchener	Conceder aposentadoria	26/10/2021
1270	Marisa Regina Mozzer Fim	Conceder abono de permanência	26/10/2021

Publicação na íntegra do (s) ato (s) acima, encontra(m)-se disponível (eis) no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amp – Edição do dia 10 de novembro de 2021, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70, de 06 de julho de 2017.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 058/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 039/2021 - PMR)
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: Claro S/A
DA JUSTIFICATIVA DA RESCISÃO: O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, a Cláusula quinta do Contrato original nº 058/2021, de 29 de junho de 2021.
DO FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula Nona do Contrato Originário.
DATA DE ASSINATURA DA RESCISÃO: 09 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 09 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 080/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Vitrine Ambientes para Escritório Ltda
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral e equipamentos destinados às necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 8.590,00 (oito mil quinhentos e noventa reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 080/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Patricia De Moraes Hinz
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral e equipamentos destinados às necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 11.278,00 (onze mil duzentos e setenta e oito reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 080/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Geração Comercio e Serviços Ltda
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral e equipamentos destinados às necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 1.149,00 (onze mil duzentos e setenta e oito reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 080/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Jackson Neimar Pedrassani
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral e equipamentos destinados às necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 4.230,00 (quatro mil duzentos e trinta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2021
(Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 080/2021)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Centro Oeste - Comercio de Moveis e Equipamentos Ltda
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral e equipamentos destinados às necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 16.296,20 (dezesseis mil duzentos e noventa e seis mil e vinte centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de novembro de 2021.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 08 de novembro de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PATO BRANCO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 80/2021-PROCESSO: 188/2021. OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas e troféus para eventos esportivos e festividades, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e ADJUDICO seus objetos para as empresas: C.K. Comércio e Produção de Brindes e Premiações Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.405.306/0001-00, com o valor total de R\$ 3.990,00; Falcão Comércio de Troféus e Medalhas Ltda, inscrita no CNPJ nº 35.884.194/0001-10, com o valor total de R\$ 8.400,00; H.F. Soluções Ltda, inscrita no CNPJ nº 17.886.949/0001-33, com o valor total de R\$ 30.130,00; Jeverson Ivan Paese – Pitty Sports, inscrita no CNPJ nº 25.371.647/0001-50, com o valor total de R\$ 2.480,00. Pato Branco, 03 de Novembro de 2021. Robson Cantu– Prefeito.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ERRATA Nº 01
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2021 - PROCESSO Nº 200/2021
O Município de Pato Branco, através da pregoeira Liciane Cristina Puttkamer, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 253/2021, torna público aos interessados, no Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 89/2021, que tem por objeto a Implantação de Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção corretiva com substituição de peças, manutenção preventiva e instalação e desinstalação de equipamentos, para todos os equipamentos odontológicos utilizados no Centro de Especialidades Odontológicas, nas Unidades de Saúde e Odontomóvel da Secretaria de Saúde do Município de Pato Branco, que diante da manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do protocolo nº 441686/2021, fica suprimido o item 7.13.4.3.2 e ficam alterados os descritivos 7.13.4.3 e 7.13.4.3.1 passando a vigor conforme segue: 7.13.4.3 - Apresentar Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a proponente executou ou vem executando a contento serviço de característica semelhante ao objeto licitado. 7.13.4.3.1 - Os atestados deverão conter as informações mínimas necessárias para identificação do contratante do serviço, como por exemplo: Razão social, CNPJ, telefone e endereço, sendo que, poderão ser realizadas diligências acerca da veracidade do documento. Considerando as alterações informadas, o edital passa a vigor nos termos do Edital retificado disponível nos sites Erro! A referência de hiperlink não é válida. https://www.gov.br/compras/pt-br/. Diante das alterações, a Sessão Pública de Pregão Eletrônico fica transferida para às 09 HORAS DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2021, acessando exclusivamente por meio eletrônico - https://www.gov.br/compras/pt-br/, horário oficial de Brasília - DF. As demais condições estabelecidas no edital permanecem inalteradas. Pato Branco, 09 de novembro de 2021. Liciane Cristina Puttkamer- Pregoeira

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2021 - PROCESSO Nº 226/2021
O Município de Pato Branco, UASG 450996, através da pregoeira Thais Love, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 1.218/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, destinado a ampla participação de empresas de qualquer porte, objetivando a implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos pertencentes ao Componente da Atenção Básica relacionados na REREME – Relação Regional de Medicamentos, protocolos específicos de medicamento instituídos pelo município, como de obesidade, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e Vascular, medicamentos de uso exclusivo (injetáveis) da UPA – Unidade de Pronto Atendimento bem como os utilizados nas enfermarias para tratamento de pacientes com complicações devido a SARS-COVI-2 (COVID-19), atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições fixadas, sendo a licitação do tipo “menor preço”, com critério de julgamento “menor preço por item”, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de R\$ 3.039.394,26 (três milhões, trinta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos). O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br/, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2021. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br - https://www.gov.br/compras. Demais informações, fones: (46) 3220-1565/1566, e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br. Pato Branco, 09 de novembro de 2021. Thais Love - Pregoeira.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 382 e 385/2021. PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 80/2021, PROCESSO Nº 188/2021. OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas e troféus para eventos esportivos e festividades, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZOS: Entrega do objeto da presente licitação será feita de acordo com a necessidade desta secretaria e será formalizada através de Nota de Empenho nas quantidades ali determinadas. Feita a solicitação a Empresa terá o prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 15º dia útil, após a entrega do produto solicitado, mediante emissão do recibo de recebimento definitivo do objeto. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Diversas conforme Atas. GESTOR: Secretário de Esporte e Lazer, Alexandre Zoche. FISCAL: Diretor Administrativo da Secretaria de Esporte e Lazer, Diogo Gasperin. Ata de Registro de Preços n.º 382/2021. Partes: Município de Pato Branco e C.K. Comércio e Produção de Brindes e Premiações Ltda, com o valor total de R\$ 3.990,00. Ata de Registro de Preços n.º 383/2021. Partes: Município de Pato Branco e Falcão Comércio de Troféus e Medalhas Ltda, com o valor total de R\$ 8.400,00. Ata de Registro de Preços n.º 384/2021. Partes: Município de Pato Branco e H.F. Soluções Ltda, com o valor total de R\$ 30.130,00. Ata de Registro de Preços n.º 385/2021. Partes: Município de Pato Branco e Jeverson Ivan Paese – Pitty Sports, com o valor total de R\$ 63.385,00. Pato Branco, 03 de Novembro de 2021. Robson Cantu – Prefeito.



**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**  
EXTRATO CONTRATO Nº 143/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021 - PROCESSO Nº 173/2021. PARTES: Município de Pato Branco e **Fipal Distribuidora de Veículos Ltda.** OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero km, sedan, ano de fabricação/modelo mínimo do ano da contratação, com capacidade para 05 (cinco) lugares, atendendo às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. VALOR: R\$ 83.500,00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 30º dia, após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação do respectivo Laudo de recebimento, da respectiva nota fiscal/fatura com discriminação resumida do objeto fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços. DOTAÇÃO: 2210 - 18247. GESTOR: Secretária Municipal interina de Desenvolvimento Econômico, Elenice Aparecida Catafesta. FISCAL: Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Turismo, Márcia Denize Triches Painim. Pato Branco 03 de Novembro de 2021. Robson Cantu – Prefeito.

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**  
Extrato de Aditamento 05/2021. **Contrato Nº221/2019**, Pregão Eletrônico Nº74/2019, Processo Nº220/2019. PARTES: Município de Pato Branco e **Gente Seguradora S.A** OBJETO: A prestação de serviços de Seguro Compreensivo Empresarial, destinado à cobertura (prêdio/conteúdo) de diversos imóveis de propriedade do Município para atender as necessidades da Administração Municipal. Prazo: As partes pactuam a prorrogação do prazo de vigência do contrato até **18 de Novembro de 2022. O prazo de vigência da apólice será de 18 de Outubro de 2021 a 18 de Outubro de 2022.** Valor: O valor permanece inalterado, sendo **R\$ 28.629,00.** Dotação Orçamentária: 1671-16318, 1881-18532, 2903-10845, 2728-18529.2792-18528, 2871-16316, 2095-16321, 2175-16321, 2470-18531, 2500-18533.Pato Branco, 15 de outubro de 2021.**Angela Padoan - Prefeita em Exercício - Marcelo Wais - Representante Legal.**

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.065, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 34, Quadra 1669, localizado na Rua Jair Comin, no Município de Pato Branco, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), constante da Matrícula nº 20.958, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso.  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal  
**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.066, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 35, Quadra 1669, localizado na Rua Jair Comin no Município de Pato Branco, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), constante da Matrícula nº 20.959, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal  
**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.067, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 36, Quadra 1669, localizado na Rua Jair Comin, no Município de Pato Branco, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), constante da Matrícula nº 20.960, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso.  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal  
**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.068, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 37, Quadra 1669, localizado na Rua Jair Comin no Município de Pato Branco, com área de 374,95 m² (trezentos e setenta e quatro metros noventa e cinco decímetros quadrados), constante da Matrícula nº 20.961, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso.  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal  
**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.069, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 4, Quadra 1670, localizado na Rua Ernesto Ruchli no Município de Pato Branco, com área de 367,77m² (trezentos e sessenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), constante da Matrícula nº 18.140, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso.  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 28 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal  
**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.070, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 7, Quadra 1631, localizado na Rua Jacob Gugelmin no Município de Pato Branco, com área de 365,41m² (trezentos e sessenta e cinco e quatro mil e um decímetros quadrados), constante da Matrícula nº 17.542, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 27 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 9.052, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021**  
Declara de utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que menciona e dá outras providências.  
O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XI, na forma do art. 62, I, “d”, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos dispostos dos arts. 4º, 5º “m” “n” e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;  
**D E C R E T A:**  
**Art. 1º** Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel urbano relativo ao Lote 7, Quadra 1631, localizado na Rua Jacob Gugelmin no Município de Pato Branco, com área de 365,41m² (trezentos e sessenta e cinco e quatro mil e um decímetros quadrados), constante da Matrícula nº 17.542, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.  
**Art. 2º** A área descrita no artigo anterior será destinada à ampliação do Aeroporto Regional Juvenal Cardoso  
**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação  
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 27 de outubro de 2021.  
ROBSON CANTU  
Prefeito Municipal

\*REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**  
CNPJ: 76.995.463/0001-00  
Rua Barão de Capanema, 134  
C.E.P.: 85620-000 - Vitorino - PR

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
Nr.: 56/2021 - PE

Processo Administrativo: 105/2021  
Processo de Licitação: 105/2021  
Data do Processo: 13/10/2021  
Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
O(a) Prefeito Municipal, MARCIANO VOTTRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 105/2021  
b) Licitação Nr.: 56/2021-PE  
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
d) Data Homologação: 09/11/2021  
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MONITORAMENTO E TELEFONIA ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Cidade de Itens	Média Desconto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
Lote 1 - 006625-VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANCA E	17	0,0000	23.500,00
Lote 2 - 006625-VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANCA E	11	0,0000	18.000,00
Lote 3 - 006625-VIRTUAL FONE SISTEMAS DE SEGURANCA E	18	0,0000	25.000,00
<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>46</b>		<b>66.500,00</b>
<b>Total:</b>	<b>46</b>		<b>66.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.4.4.90.52.00.00.00.00 (30), 2.006.3.3.90.39.00.00.00.00 (36), 2.005.4.4.90.52.00.00.00.00 (41), 2.007.4.4.90.52.00.00.00.00 (54), 2.008.4.4.90.52.00.00.00.00 (517), 2.010.4.4.90.52.00.00.00.00 (640), 2.014.4.4.90.52.00.00.00.00 (339)

MARCIANO VOTTRI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**  
CNPJ: 76.995.463/0001-00  
Rua Barão de Capanema, 134  
C.E.P.: 85620-000 - Vitorino - PR

**PREGÃO PRESENCIAL**  
Nr.: 57/2021 - PR

Processo Administrativo: 105/2021  
Processo de Licitação: 106/2021  
Data do Processo: 19/10/2021  
Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
O(a) Prefeito Municipal, MARCIANO VOTTRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 106/2021  
b) Licitação Nr.: 57/2021-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 08/11/2021  
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na elaboração de materiais/equipamentos metálicos, a onde será alocado no lote 02 da quadra 02, loteamento Cacerão Frazão, sítio na rua Barbosa, esquina com Avenida Brasil Argentina.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Cidade de Itens	Média Desconto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
Lote 1 - 006719-STAR-INDUSTRIA E COMERCIO DE TRAILERS E	6	0,0000	264.870,60
<b>Total por Fornecedor:</b>	<b>6</b>		<b>264.870,60</b>
<b>Total:</b>	<b>6</b>		<b>264.870,60</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.006.3.3.90.39.00.00.00.00 (312), 2.008.3.3.90.39.00.00.00.00 (316), 2.009.3.3.90.39.00.00.00.00 (322)

MARCIANO VOTTRI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA DE Vitorino**  
ESTADO DO PARANÁ

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização em sua sede, sito à Rua Barão de Capanema, 134, às 09:00 horas do dia 23/11/2021 LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL , tipo de Licitação MENOR PREÇO POR ITEM n.º 61/2021, objetivando **AQUISIÇÃO DE UM LETREIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICIPIO (EU AMO VITO).**

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 10/11/2021, das 08:30 horas às 11:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas e informações pelo telefone (46) 3227-1222, pelos emails: [licita@vitorino.pr.gov.br](mailto:licita@vitorino.pr.gov.br), [compras@vitorino.pr.gov.br](mailto:compras@vitorino.pr.gov.br) e pelo site [WWW.vitorino.pr.gov.br](http://WWW.vitorino.pr.gov.br)

Vitorino, 09/11/2021

Pregoeiro Oficial do Município

**PREFEITURA DE Vitorino**  
ESTADO DO PARANÁ

Extrato da Dispensa nº 42/2021 Contratante Município de Vitorino,Cnpj:76.995.463/0001-00 Contratado. ILGA MULLER SAVI 01968707980 CNPJ – 24403936000121 -OBJETO: **Locação de palco e telão de led para o evento do dia 28 de Novembro de 2021, que será o acendimento de Luzes do Natal de Vitorino.** Dotação Orçamentária: 234 - valor: R\$ 10000,00. Motivo da dispensa A contratação de serviços, objeto deste Processo é dispensável de licitação em decorrência do disposto no artigo 24 II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data 09/11/2021. Assinaturas: Município de Vitorino Marciano Vottri. Fernando Sinhorini - Presidente da Comissão – ASSESSOR JURIDICO EDUARDO ERNESTO OBRZUT

**PREFEITURA DE Vitorino**  
ESTADO DO PARANÁ

Extrato publicação de Inexigibilidade de Licitação Processo 06/2021 Contratante Município de Vitorino Cnpj 76995463000100 e a empresa: MONARCAS PRODUCOES E REPRESENTACOES ARTISTICAS LTDA CNPJ – 93588234000182 - **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM O GRUPO OS MONARCAS, NO DIA 28/11/2021. Valor R\$ 19000,00- Motivo da Inexigibilidade A contratação de serviços, objeto deste Processo é dispensável pelo disposto no artigo 25 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.. Data 09/11/2021. Assinaturas: Município de Vitorino MARCIANO VOTTRI – EDUARDO ERNESTO OBRZUT NETO – Assessor Jurídico**

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**  
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 74/2021-PROCESSO: 173/2021. OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero km, sedan, ano de fabricação/modelo mínimo do ano da contratação, com capacidade para 05 (cinco) lugares, atendendo às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ADJUDICO seu objeto para a empresa: **Fipal Distribuidora de Veículos Ltda**, inscrita no CNPJ nº **77.396.810/0001-33**, com o valor total de **R\$ 83.500,00**. Pato Branco, 03 de Novembro de 2021. Robson Cantu – Prefeito.

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**  
Extrato Contrato Nº 127/2021. Pregão Eletrônico Nº 76/2021 - Processo Nº 183/2021. PARTES: Município de Pato Branco e **Rodo Oeste Veículos e Peças Ltda**. OBJETO: Aquisição de 02 (dois) Ônibus Urbano Escolar Acessível – Piso Baixo, através do Termo de Compromisso – Plano de Ações Articuladas - PAR nº 201901380-4 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Município de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. VALOR: R\$ 586.000,00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 240 dias. PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia útil após a entrega do objeto, mediante emissão do recibo de Recebimento Definitivo, apresentação da respectiva nota fiscal/fatura atestada pelo Gestor, Fiscal do contrato e pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços. DOTAÇÃO: 16087-16202; 2948-13558; 3006-18244. GESTOR: Secretária de Educação e Cultura Simone dos Santos Painim. FISCAL: Chefe do Setor de Transporte Escolar, Lindomar Batista Machado. Pato Branco, 22 de Outubro de 2021. Robson Cantu – Prefeito.

**MUNICIPIO DE PATO BRANCO**  
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 76/2021-PROCESSO: 183/2021. OBJETO: Aquisição de 02 (dois) Ônibus Urbano Escolar Acessível – Piso Baixo, através do Termo de Compromisso – Plano de Ações Articuladas - PAR nº 201901380-4 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Município de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura e ADJUDICO seus objetos para as empresas: **Rodo Oeste Veículos e Peças Ltda**, inscrita no CNPJ nº 20.290.311/0001-40, com o valor total de **R\$ 586.000,00**. Pato Branco, 22 de Outubro de 2021. Robson Cantu– Prefeito.

**Estado do Paraná**  
**Prefeitura Municipal de SULINA**  
Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

**PACO MUNICIPAL 25 DE JULHO**  
CNPJ 80.869.886/0001-43  
[prefeitura@sulina.pr.gov.br](mailto:prefeitura@sulina.pr.gov.br)  
[www.sulina.pr.gov.br](http://www.sulina.pr.gov.br)

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2021, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.**  
Contratação da empresa ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA CNPJ: 04.452.336/0001-46 para aquisição de brinquedos destinados às comemorações alusivas ao Natal Solidário.  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2021, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.**  
Contratada: ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA CNPJ: 04.452.336/0001-46  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2021, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.**  
Data da sessão: 02/12/2021 Horário da sessão: 09:00hrs Local da sessão: <https://www.comprasnet.gov.br/>  
**HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2021, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.**  
Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à Empresa: OAMIS PNEUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – R\$ 781.636,00.  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2021, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.**  
Contratada: OAMIS PNEUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ: 20.707.920/0001-51

A publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp>, edição do dia 10 de NOVEMBRO 2021, conforme Lei Autorizativa nº 927 de 07 de junho de 2017.

MUNICIPIO DE SAUDE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2021
Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 080/2021, com abertura e julgamento em 09 de novembro de 2021, e verificado que não houve interposição recursal, eu José Roberto Bocalon, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 244/2021, ADJUDICO o objeto constante do seguinte item, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 080/2021 para Registro de Preços, as Empresas, que apresentaram o menor preço, respectivamente conforme segue: EMPRESA: TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - EPP, CNPJ Nº 04.983.112/0001-60 LOTES: 1,10,16; H D COMÉRCIO DE MANGUEIRAS EIRELI, CNPJ Nº 02.839.583/0001-74 LOTES: 7,14; C. E. LAZAROTTO - VENDAS E MANUTENÇÕES - EIRELI - EPP, CNPJ Nº 20.088.291/0001-29 LOTES: 2,5,6,8,17; Z1 INÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, CNPJ Nº 09.436.050/0001-90 LOTES: 4,9,11,12,13,15; COMERCIO DE AUTO PEÇAS ALFCAR LTDA, CNPJ 72.062.532/0001-65 LOTES: 3. É A DECISÃO.Saúde do Iguaçu, PR, 09 de novembro de 2021. José Roberto Bocalon, Pregoeiro.
HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 80/2021 - SRP, de 22 de outubro de 2021, com abertura e julgamento em 09/11/21, e não existindo interposição recursal, eu DARLEI TRENTTO, PREFEITO, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 80/2021 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, as seguintes Empresas: TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA -EPP, CNPJ Nº 04.983.112/0001-60; H D COMÉRCIO DE MANGUEIRAS EIRELI, CNPJ Nº 02.839.583/0001-74; C. E. LAZAROTTO -VENDAS E MANUTENÇÕES- EIRELI - EPP, CNPJ Nº 20.088.291/0001-29; Z1 INÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, CNPJ Nº 09.436.050/0001-90; COMERCIO DE AUTO PEÇAS ALFCAR LTDA, CNPJ 72.062.532/0001-65. Que apresentaram os menores preços para registro. É A DECISÃO. Gabinete do Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu. saúde do Iguaçu, PR,09 de novembro de 2021.DARLEI TRENTTO, PREFEITO.
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 080/2021. EMPRESA: TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA -EPP, CNPJ Nº 04.983.112/0001-60; H D COMÉRCIO DE MANGUEIRAS EIRELI, CNPJ Nº 02.839.583/0001-74; C. E. LAZAROTTO -VENDAS E MANUTENÇÕES- EIRELI - EPP, CNPJ Nº 20.088.291/0001-29; Z1 INÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, CNPJ Nº 09.436.050/0001-90; COMERCIO DE AUTO PEÇAS ALFCAR LTDA, CNPJ 72.062.532/0001-65.
A Publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/, edição de 10/11/2021, conforme Lei Autorizativa Nº 1358, de 26 de Agosto de 2020.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
Aditivo nº 05 - Ata de Registro de Preços nº 13/2021 - Pregão Presencial nº 01/2021. Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - Detentora: OVIDIO GAMBIM - ME, CNPJ sob o n.º 07.882.240/0001-06. Considerando a solicitação da detentora, fica de comum acordo entre as partes, concedido o reequilíbrio econômico financeiro para os itens 44, 132, 134, 139, 140, 148, 216 e 223, a partir do dia 04 de novembro de 2021. O valor total deste aditivo é de R\$ 34.204,36. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 03 de novembro. Anderson Manique Barreto. Prefeito.
Aditivo nº 09 - Ata de Registro de Preços nº 167/2020 - Pregão Presencial nº 102/2020. Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - Detentora: AUTO POSTO COMETA LTDA, CNPJ/MF nº 75.615.542/0001-78. Considerando a solicitação da detentora, fica de comum acordo entre as partes, concedido o reequilíbrio econômico financeiro para o item 02 (GASOLINA COMUM), a partir do dia 03 de novembro de 2021. O valor total deste aditivo é de R\$ 9.463,18. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 01 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto. Prefeito.
Aditivo nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 02/2021 - Pregão Eletrônico nº 01/2021. Contratante: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ sob nº 11.058.472/0001-11- Detentora: PNEUS COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI, CNPJ/MF sob o n.º 06.880.642/0001-09. Considerando a solicitação da detentora, fica de comum acordo entre as partes, concedido o reequilíbrio econômico financeiro para os itens 09, 10, 13 e 27, a partir do dia 05 de novembro de 2021. O valor total deste aditivo é de R\$ 71.428,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 05 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto. Presidente.
Aditivo nº 09 - Contrato nº 76/2015 - Pregão Presencial nº 41/2015. Contratante: Município de Coronel Vívda juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: CLÍNICA GERAL E HOMEOPÁTICA DR. ARTEMIO CARDOSO DA SILVA LTDA, CNPJ sob nº 10.728.131/0001-43. Considerando o pedido do Secretário Municipal de Saúde, ficam retomados os serviços objeto do Contrato nº 76/2015, a partir do dia 04 de novembro de 2021.Devido a suspensão da execução dos serviços (aditivo nº 08), prorroga-se a vigência do contrato por mais 72 (setenta e dois) dias, visto que, esse período é relativo ao restante de dias da vigência do contrato, portanto, tendo como término previsto a data de 15 de fevereiro de 2022. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 01 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto. Prefeito
CONTRATO nº 77/2021 - Inexigibilidade nº 18/2021 - Contratante: Município de Coronel Vívda Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 06.020.318/0001-10. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) Ônibus Rural Escolar - ORE 3 para transporte escolar da rede municipal de ensino. Valor total estimado de R\$ 317.900,00. Prazo de vigência: 280 dias, de 28 de outubro de 2021 a 07 de agosto de 2022. Coronel Vívda, 27 de outubro de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.
CONTRATO nº 85/2021 - Inexigibilidade nº 20/2021 - Contratante: Município de Coronel Vívda Contratada: AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.144.891/0001-85. Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, licença de uso, treinamento da plataforma e manutenção de software de orçamentação eletrônica, "sistema audatex", objetivando a estimativa de custos de componentes e peças destinados a recuperação de automóveis, caminhões e motocicletas, atendendo às necessidades da administração municipal. Valor total estimado de R\$ 8.350,00. Prazo de vigência: 12 meses, de 01 de novembro de 2021 a 31 de outubro de 2022. Coronel Vívda, 29 de outubro de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.
Aditivo 04 - Ata de Registro de Preços nº 46/2021 - Pregão Presencial nº 17/2021. Contratante: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - Detentora: BRUNO HART & HART LTDA - ME, CNPJ/MF sob o n.º 23.875.435/0001-85. Considerando a solicitação da detentora, fica de comum acordo entre as partes, concedido o reequilíbrio econômico financeiro para os itens 02 e 03, a partir do dia 08 de novembro de 2021. O valor total deste aditivo é de R\$ 2.780,15. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 08 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto. Prefeito.
Aditivo nº 06 - Contrato nº 62/2019 - Pregão Presencial nº 36/2019 - Contratante: Município de Coronel Vívda - Contratada: INVIOLEVEL CORONEL EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME, CNPJ nº 05.289.532/0001-04. Considerando o pedido do Secretário de Administração e Fazenda, mediante ofício nº 42/2021, expedido pelo Sr. Carlos Lopes, fica instalado mais um ponto de monitoramento, na Sala de Arquivo Permanente - Anexo a Associação Comercial e Empresarial - ACIVI - Rua Brigadeiro Rocha Loures, 156, Centro. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 04 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2021
Processo Licitatório nº 139/2021, RATIFICO, nos termos do art. 26, da Lei Federal nº 8666/93, contendo parecer jurídico do Sr. Tiago Bernardo Buginski de Almeida, Procurador Municipal, declaro inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o credenciamento da empresa LORECI SALETE PESS BONISSONI ART LAB, inscrita no CNPJ nº. CNPJ nº 06.104.823/0001-43, para confecção de próteses dentárias para atender aos usuários do sus no município de Coronel Vívda. Valor total estimado R\$ 349.664,16 (trezentos e quarenta e nove mil seiscientos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos). Período da prestação do serviço é de 350 (trezentos e cinquenta) dias, de 09 de novembro de 2021 a 24 de outubro de 2022. Publique-se. Coronel Vívda, 08 de novembro de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 63/2021. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais locações de máquinas rodoviárias para atender diversos setores da administração: terraplenagem, recuperação de pavimentação com pedras irregulares, recuperação de pavimentação asfáltica, aplicação de CBUQ, compactação, além de outros trabalhos correlatos, atendendo as necessidades da secretaria de obras, viação e urbanismo. Prazo: 12 meses, de 01.11.2021 a 31.10.2022. Contratante: Município de Coronel Vívda. DETENTORAS:
ATA DE REGISTRO DETENTORAS CNPJ nº VALOR ESTIMADO
135/2021 ANTONIALE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI 07.005.073/0001-15 46.650,00
136/2021 LPG MINERACAO E SERVICOS LTDA 41.677.211/0001-40 543.720,00
137/2021 MARX ESCAVACOES LTDA 03.705.206/0001-05 104.250,00
Coronel Vívda, 29 de outubro de 2021. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

MUNICIPIO DE CHOPINZINHO/PR.
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 20/2021. Forma: Eletrônico. Data da Licitação: Dia 29 de novembro de 2021, às 09:00 (nove) horas. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA. Valor máximo estimado: R\$ 341.800,00. Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procopio Kurl, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 hs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2021
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - EXCLUSIVO ME e EPP SEDIADAS EM ÂMBITO REGIONAL
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL LUIZA PASQUALOTTO, SETORES DE LICITAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E ADMINISTRAÇÃO. LOCAL E HORÁRIO: Praça Ângelo Mezzomo, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 23 de novembro de 2021. Abertura dos envelopes: as 09:01h do dia 23 de novembro de 2021. VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 49.508,78. Prazo de vigência: 06 meses. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vívda, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vívda, 09 de novembro de 2021. Fernando de Quadros Abatti, Presidente da CPL.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2021
DATA: 21/10/21 ABERTURA: 05/11/21 HORÁRIO: 09:01
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR.; conforme discriminado no objeto do presente edital.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2021
DATA: 21/10/21 ABERTURA: 05/11/21 HORÁRIO: 09:01
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR; conforme discriminado no objeto do presente edital.
A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Polimed
Medicina do Trabalho
Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho
Há mais de 25 anos transformando obrigação em benefício.
(46) 2101-1800
Rua Itabira, 1371, 2º Andar Centro, Pato Branco - PR
polimed@pmed.com.br
www.GrupoPolimed.com.br

Prinex
Agora Prinex é do seu jeito!
Na hora que você escolhe e com o cuidado que sua encomenda precisa: Prinex do seu jeito!
INFORMAÇÕES:
(46) 3025-3940 / (46) 9 9116-8591
Princesa dos Campos



UM  
**SIMPLES**  
GESTO QUE PODE  
**SALVAR UMA VIDA...**

○ **HEMONÚCLEO** DE PATO BRANCO  
CONTA COM **SUA FORÇA!**

*#todospela vida*

.HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO  
.HEMEPAR  
.CONIMS

APOIO:

**VNZA**  
studio

DIÁRIO DO SUDOESTE



# DENGUE: APENAS VOCÊ PODE VIRAR ESTE JOGO



NÃO COLOQUE SUA FAMÍLIA EM RISCO. ELIMINE O MOSQUITO DA SUA CASA.



Tampe os tonéis e caixas-d'água.



Deixe garrafas sempre viradas.



Mantenha a lixeira bem fechada.



Mantenha as calhas sempre limpas.



Coloque areia nos vasinhos de plantas.



Retire água de pneus.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO**  
**LICITATÓRIO - PROCESSO 159/2021**

O(a) presidente Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) <b>Processo:</b>	Nr. 159/2021
b) <b>Licitação:</b>	Nr. 36/2021 - PE
c) <b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
d) <b>Data de Homologação:</b>	09/11/2021
e) <b>Objeto da Licitação:</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.

f) Fornecedores e Resumo de Itens				
Vencedores:				
	Un.	Quantidade	VL. Unitário	Total dos Itens
<b>L A S - SEGURANCA LTDA</b>				
1 - Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.	MES	12.000	42.366,6400	R\$ 508.399,68
<b>Total fornecedor:</b>				R\$ 508.399,68
<b>Total geral:</b>				

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.37.0
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III	03.001.10.302.0002.2003.3.3.90.37.0

Pato Branco/PR, 09/11/2021

**PAULO HORN**

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**8E679148

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/11/2021. Edição 2387  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



## Licitações

Onde Estou : Início > Licitações

ANO:	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	
MÊS:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Modalidade:	Pregão									

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2021

22/10/2021

Aquisição de equipamentos, materiais, utensílios e móveis médicos/hospitalares e odontológicos, e equipamentos de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, visando atender as necessidades dos municípios consorciados ao CONIMS, na forma de Licitação Compartilhada, atendendo aos municípios solicitantes: Clevelândia/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Campo Erê/SC, Galvão/SC e Palmas/PR.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 3 - IMPUGNAÇÃO EMPRESA - K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI](#)

[Anexo 4 - RESPOSTA Á IMPUGNAÇÃO EMPRESA - K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021

15/10/2021

Formação de registro de preços para aquisição parcelada de medicamentos (farmácia básica e psicotrópicos), de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO - PE 39](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2021

14/10/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA EM FORMATO WEB PARA IDENTIFICAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CRIADOUROS DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI EM TERRITÓRIOS MUNICIPAIS E MONITORAMENTO DOS CASOS DE DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA E COVID-19, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO - PE 38](#)

[Anexo 3 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021

14/10/2021

Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, laboratoriais, odontológicos e câmaras de conservação de vacinas incluindo a calibração mestre e qualificação térmica, de acordo com as normas da ANVISA; conforme especificações e quantitativos constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o anexo i que vincula o termo de referência.

[Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO - PE 37](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

01/10/2021

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados, conforme condições constantes neste edital e seus anexos.

[!\[\]\(1d3a1175dd4902218e694b9c098adb83\_img.jpg\) Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(c507f772dba2b921f86777f01218e570\_img.jpg\) Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(4729e517bc6a7cd81c8025b9646574fb\_img.jpg\) Anexo 3 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021

29/09/2021

Formação de registro de preços para aquisição parcelada de materiais de limpeza, copa e cozinha em geral, de acordo com as condições e especificações constantes no edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Termo de Referência.

[!\[\]\(e474458956c9a37fbf9586ddb60a7fa1\_img.jpg\) Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(3e2231b1ad3ca8da8658228c00dd08e0\_img.jpg\) Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

28/09/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E EMPREGADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

[!\[\]\(0d5ec72f61334709c3fc9450209b754f\_img.jpg\) Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(b792654f2cef9719eabeb6c5be00811e\_img.jpg\) Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(7d1d6890825e83a6a4a51febe2dcc7f3\_img.jpg\) Anexo 3 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[!\[\]\(2bae76de5ebbd5c4d7d47162f1673734\_img.jpg\) Anexo 4 - TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021

16/09/2021

Aquisição de eletrodomésticos referente ao convênio nº 900705/2020 – Ministério da Saúde e ainda de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I que vincula o Termo de Referência.

[!\[\]\(5d954b3e270654ad8ab0d5913161c03c\_img.jpg\) Anexo 1 - AVISO DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(aff7c69c44a5e015f18c35867ef3f5c3\_img.jpg\) Anexo 2 - EDITAL DE LICITAÇÃO](#)

[!\[\]\(c15650232aa6660c9deb34f3b82dcb72\_img.jpg\) Anexo 3 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO](#)

[Voltar](#)

Home	Concurso   Seleção   PSS
Institucional	Contas Públicas
Quem Somos	Orçamento
Municípios	Contrato de Rateio
Região de	e Aditivos
Abrangência	Relatórios Lei
Responsáveis	Responsabilidade
Endereços Oficiais	Fiscal
Contatos	Demonstrações
Recomendação MPPR	Contábeis
Atos Legais	Convênios
Documentos	Recebidos
Institucionais	Convênios
Leis de Ratificação	Repasados
Editais e Atas dos	Certidões do CONIMS
Conselhos	Acesso Restrito
Resoluções	IDS Saúde
Processos Adm.	Passagens e Diárias
Disciplinares	Agenda de
Eliminação de	Reuniões
Documentos	RELATÓRIO
<a href="#">Licitações</a>	COMPRAS
Contato	Portal dos Empregados
Fale Conosco	Acessos dos Municípios
Ouvidoria	Área Técnica
	Redes e Programas
	TFD
	Acesso Serviços de
	TFD (NOVO)
	Área do
	Faturamento do
	Município
	Compras - Preços
	Registrados
	Área do Prestador

Serviço de Informação ao  
Cidadão

SIC Físico  
e-SIC  
Perguntas  
Frequentes



Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato  
Branco - PR | 85.501-530



conims@conims.com.br



(46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às  
11:30 e 13:00 às 16:30 ; Administrativo:  
Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00  
às 17:00.

Última atualização: 09/11/2021 17:17:46

## 21. Outros Documentos (PLANILHA PRIMEIRA AÇÃO)



CNPJ: 31.798.997/0001-09  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

PROPOSTA COMERCIAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 036/2021  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - RUA HILBERTO PEITER, 430, JARDIM PARIZZOTTO 85.914-020- TOLEDO- PR (45) 2035 5524 [primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com) inscrita no CNPJ nº 31.798.997/0001-09 por intermédio de seu representante legal o Sr GILBERTO FRAGA DE PAULA, portador do RG nº 000852671 SSP MS e do CPF nº. 813.325.481-72, domiciliado (a) à Rua RUA HILBERTO PEITER, 430, JARDIM PARIZZOTTO 85.914-020- TOLEDO- PR Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços do Pregão Eletrônico, em epígrafe

Item	Descrição	Quantidade	UND	Marca	Valor Und R\$	Total R\$
01	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados. 8 funcionários	12	MESES	PRIMEIRA AÇÃO	42.333,33	507.999,96
VALOR TOTAL DO LOTE: 507.999,96 (Quinhentos e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)						

CONTA CORRENTE: 83480-7 AGENCIA: 0715 BANCO: SICREDI

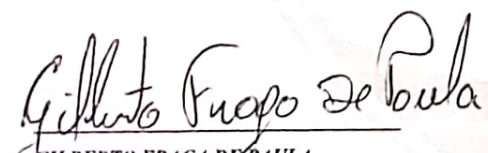
Responsável pela assinatura do contrato: GILBERTO FRAGA DE PAULA, portador do RG nº 000852671 SSP MS e do CPF nº. 813.325.481-72

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão

Declaramos que em nossos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega do objeto licitado.

Toledo, 18 de Outubro de 2021

  
GILBERTO FRAGA DE PAULA  
000852671 SSP MS  
813.325.481-72  
SÓCIO ADMINISTRADOR

**31.798.997/0001-09**  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
Tel. (45) 2035-5524 - 99946-9304  
CEP. 85.914-020 - TOLEDO - PR

R HILBERTO PEITER, 430, JARDIM PARIZZOTTO  
85.914-020- TOLEDO- PR  
(45) 2035 5524  
[primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com)

## Planilha de Custos e Formação de Preços

PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA	Obs. 1: Preencher as células em Azul
	Obs. 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.
	Obs. 3: Algumas células são calculadas por fórmulas que devem ser revisadas e justificadas.

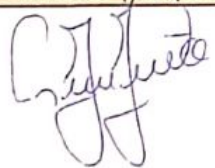
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	18/10/2021	
B	Pato Branco	
C	2021/2022	
D	12 messses	

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
Vigilancia desarmada contendo 08 vigilante 24 horas e feriados.	Conims	8

### 1. MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilante
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	

Regime Tributário (Simples Nacional / Lucro Real / Lucro Presumido):	
--	--



**31.798.997/0001-09**  
 PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
 RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
 Tel. (45) 2035-5524 - 99946-9304  
 CEF 85.914-020 - TOLEDO - PR



### Módulo 1 - Composição da Remuneração

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.915,36
B	Adicional de Periculosidade (Risco de Vida)	574,61
C	Intervalo Intra jornada Não Concedido (15h normais + 50%)	0,00
D	Adicional de Assiduidade (Prêmio Assiduidade)	0,00
E	Reflexo do DSR sobre o Intervalo Intra jornada Não Concedido	0,00
F	Adicional Noturno	383,00
G	Hora Noturna Reduzida (15h normais + 20%)	0,00
F	Reflexo do DSR sobre o Adicional Noturno	0,00
E	Outros (especificar)	
	<b>Total</b>	<b>2.872,97</b>

### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	239,41
B	Adicional de Férias	79,80
	<b>Total</b>	<b>319,21</b>

#### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

31.798.997/0001-09  
 PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
 RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
 Tel. (45) 2035-5524 - 99946-9304  
 CEP. 85.914-020 - TOLEDO - PR



2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (RS)
A	INSS	7,00%	223,45
B	Salário Educação		0,00
C	SAT		0,00
D	SESC ou Sesi		0,00
E	SENAI - SENAC		0,00
F	SEBRAE		0,00
G	INCRA		0,00
H	FGTS	8,00%	255,37
	<b>Total</b>	<b>15,00%</b>	<b>478,82</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (RS)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	496,20
C	Benefício de Assistência ao Trabalhador (Saúde e Qualificação Profissional)	
D	Contribuição para o Sindicato Patronal	
E	Seguro de Vida	12,00
F	Outros (especificar)	
	<b>Total</b>	<b>508,20</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**



**31.798.997/0001-09**  
 PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
 RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
 Tel (45) 2035-5524 - 99946-9304  
 CEP. 85.914-020 - TOLEDO - PR

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (RS)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	319,21
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	478,82
2.3	Benefícios Mensais e Diários	508,20
<b>Total</b>		<b>1.306,23</b>

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (RS)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	9,89
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,79
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	102,15
D	Aviso Prévio Trabalhado	48,77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	7,32
F	Multa do FGTS nos casos de Aviso Prévio Trabalhado	102,15
G	Custo da Demissão com justa causa	-12,39
<b>Total</b>		<b>258,68</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Valor (RS)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	12,33
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00
D	Substituto na cobertura de ausência por motivo de trabalho	8,52

*Assinatura*

PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
Tel. (45) 2035-5524 - 99946-9304  
CEP 85.974-020 - TOLEDO - PR



E	Substituto na cobertura de ausência por doença	8,72
F	Substituto na cobertura de curso de reciclagem	0,00
G	Substituto na cobertura de ausência por consulta médica filho	0,00
H	Substituto na cobertura de ausência por óbitos na família	0,00
I	Substituto na cobertura de ausência para casamento	0,00
J	Substituto na cobertura de ausência para doação de sangue	0,00
K	Substituto na cobertura de ausência para testemunho	0,00
L	Substituto na cobertura de Licença-Maternidade	0,00
M	Substituto na cobertura de consulta pré-natal	0,00
N	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>29,57</b>

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	29,57
<b>Total</b>		<b>29,57</b>

#### Módulo 5 - Insumos Diversos

5	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	80,00
B	Materiais	40
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	40,00
<b>Total</b>		<b>160,00</b>

*Assinatura*

### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		0,00
B	Lucro	14,00%	664,21
C	Tributos	0,00%	
C.1	C.1. Tributos Federais - PIS		0,00
C.2	C.2. Tributos Estaduais - COFINS		0,00
C.3	C.3. Tributos Municipais - ISS		0,00
	<b>Total</b>	14,00%	664,21

### 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.872,97
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.306,23
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	258,68
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	29,57
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	160,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	4.627,45
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	664,21
	<b>Valor Total por Empregado</b>	5.291,66

### 3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

*Assinatura*

31.798.997/0001-09  
 PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA  
 RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
 Tel (45) 2035 5524 - 99946-9304  
 CEP: 85.014-020 - TOLDO - PR

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Empregado	Quantidade de Empregado	Quantidade de Postos	Valor Total do Serviço
(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (B x C x D)
Vigilancia patrimonial desarmada 24horas de dom a segunda feira e feriados	R\$ 5.291,66	4	2	R\$ 42.333,28
Valor Mensal dos Serviços				R\$ 42.333,28

*Gilberto Ingo. De Paula*

**[31.798.997/0001-09]**  
 PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
 RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
 Tel (45) 2035-5524 - 99946-9304  
**[CEP. 85.014-020 - TOLEDO - PR]**



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PR000320/2020  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 20/02/2020  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR007403/2020  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13068.101872/2020-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 19/02/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

**TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)**

**Processo nº:** 13068104426202051e **Registro nº:**

**Processo nº:** 13068104427202003e **Registro nº:** PR000968/2020

**Processo nº:** 13068104654202021e **Registro nº:** PR001022/2020

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO  
COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO  
PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO  
SOARES;

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA  
ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE, CNPJ n.  
78.232.774/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO SOARES;

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA, CNPJ n. 78.603.560/0001-28,  
neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE NILSON RIBEIRO;

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA, CNPJ n. 78.186.335/0001-33, neste  
ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA DA SILVA;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA, CNPJ n. 12.290.975/0001-80, neste ato  
representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON DAVID COELHO;

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E  
EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO, CNPJ n.  
04.974.828/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO DE SOUZA  
RAMOS;

SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANCA E VIGIL DE P BRANCO, CNPJ n. 78.072.477/0001-70,  
neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SERVICOS  
ORGANICOS DE SEGURANCA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIAO, CNPJ n. 78.293.982/0001-44,  
neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ORLANDO LUIZ DE FREITAS;

SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA,  
SEG. PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO, CNPJ n. 79.868.022/0001-28,  
neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADALBERTO ALVES PEREIRA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n. 78.905.700/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC**, com abrangência territorial em **PR**.

#### **Salários, Reajustes e Pagamento**

##### **Piso Salarial**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Com vigência a partir de 1º.02.2020, ficam estabelecidos, com fundamento no art. 7º, inc. V (*piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho*) da C.F., combinado com o art. 1º (*vigilância armada e desarmada*) da Portaria nº 387, do Ministério da Justiça-DPF, publicada em 01.09.2006, os seguintes pisos salariais, para o cumprimento da jornada legal, assim:

03.1. Vigilante, exceto o que exerce funções na forma do item 03.3: R\$ 1.811,56;

03.2. Vigilante tático, assim entendido o agente móvel para atendimento de alarmes eletrônicos monitorados: R\$ 1.811,56;

03.3. Vigilante, lotado exclusivamente em residências, instituições religiosas, clubes e sociedades esportivas, farmácias, supermercados, hotéis, postos de gasolina e centros comerciais e construtoras e empreendimentos imobiliários: R\$ 1.263,88;

03.4. Monitor de segurança eletrônica: R\$ 1.811,56;

03.5. Segurança pessoal: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação

o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.6. Supervisor: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.355,03;

03.7. Segurança bombeiro/brigadista: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 25% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.264,45;

03.8. Líder: R\$ 1.811,56, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 10% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 1.992,72;

03.9. Auxiliar de escritório: R\$ 1.118,58;

03.10. Piso salarial mínimo da categoria (inclusive, "office-boy"): R\$ 1.045,00;

**Parágrafo primeiro:** assegura-se o adicional de periculosidade (artigo 193 da CLT) de 30% a todos os vigilantes que exercem as funções descritas nos itens 03.1, 03.2, 03.3, 03.5, 03.7 e 03.8, por força do presente instrumento e independente do local de trabalho;

**Parágrafo segundo:** a gratificação referida nos itens 03.5 a 03.8 será paga enquanto o vigilante estiver exercendo as funções que a ensejam, podendo assim ser validamente cessado o seu pagamento, quando o empregado não as estiver desempenhando ou delas tenha sido remanejado, inclusive na hipótese de retorno à função de origem;

**Parágrafo terceiro:** a fixação do piso salarial descrito no item 03.3 leva em estima a menor extensão e complexidade do risco, ficando proibida, ainda que a título eventual por substituição, a sua alocação em postos de trabalho de outra natureza, sendo que os sindicatos representativos da categoria sugerem às empresas a preferência à contratação de vigilantes acima de 40 anos.

**Parágrafo quarto:** aos integrantes da categoria profissional, que possuam contrato de trabalho com empregadoras, que não pertençam à categoria econômica representada pelo sindicato patronal que subscreve o presente instrumento, e que mantenham sistema próprio de segurança e vigilância, fica assegurada a percepção do salário do vigilante acrescido de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo quinto:** o vigilante, quando destacado para trabalhar em eventos (congressos, seminários, shows, campeonatos esportivos, exposições e feiras não permanentes e similares), receberá o valor da hora normal, relativamente às 08 primeiras horas, quando não tiver cumprido sua jornada de trabalho, e como extras, se a tiver cumprido. O trabalho em eventos



não descaracterizará qualquer regime de compensação de horas, previsto no presente instrumento, devendo as horas assim trabalhadas serem rubricadas como "hora extra evento".

**Parágrafo sexto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI da C.F.), fica estipulado, na data-base de 01.02.2020, o reajuste total de 4,30% a incidir, nas proporções indicadas, sobre as parcelas e as rubricas seguintes:

- a) 4,30% índice de reajuste a ser aplicado sobre os pisos salariais estipulados na data-base anterior e aos salários não superiores a R\$ 3.251,50;
- b) R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos) o valor do vale alimentação previsto na alínea "c" da cláusula 13, representando o reajuste de 4,30%;
- c) R\$ 167,00 o valor do convênio saúde, representando reajuste de 4,30%, com arredondamento de R\$ 0,12 centavos.

**Parágrafo primeiro:** aos empregados admitidos após a data-base de 01.02.2019, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados.

**Parágrafo segundo:** às empresas é facultada a compensação de todos os reajustes concedidos, no período, sejam os compulsórios, sejam os espontâneos, exceto aqueles ressalvados na referida Instrução Normativa 01/TST.

**Parágrafo terceiro:** face ao reajuste pactuado, ficam integralmente recompostos os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, até 31.01.2019.

**Parágrafo quarto:** aos salários superiores a R\$ 3.251,50, em 01.02.2020, será aplicado o reajuste do item "a" supra, até tal valor, assegurada a livre negociação no que exceder.

**Parágrafo quinto:** em 01/02/2021, serão atualizados os valores expressos em reais da presente cláusula, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente, aplicando-se a data de 01/02/2020, aos fins do parágrafo primeiro, e a data de 01/01/2021, ao parágrafo terceiro e ao parágrafo quarto.

#### Pagamento de Salário – Formas e Prazos

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO**

O pagamento de salário, especialmente ao pessoal lotado no interior, poderá ser procedido pela empregadora mediante cheque, desde que este seja passível de pronta e instantânea compensação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL**

Os pagamentos dos salários mensais serão efetuados impreterivelmente na data estabelecida por lei, sob a pena de paga, em favor do empregado, de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 90 (noventa) dias, não se admitindo juros capitalizados, além das demais sanções legais.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Será fornecido obrigatoriamente, pelo empregador, comprovante de pagamento mensal, com a discriminação das verbas pagas e os descontos efetuados, incluindo o valor a ser recolhido ao FGTS, observado o parágrafo único do artigo 464 da CLT.

**Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

**13º Salário**

#### **CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

As empresas farão adiantamento de cinquenta por cento do 13º salário, aos empregados que o requeiram, na forma e tempo legais.

#### **CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO**

Fica assegurada a possibilidade de a empresa pagar o 13º salário em uma única parcela, aprazando-se, então, como data limite 14/12/2020 e 13/12/2021, ficando certo que a presente fixação não colide com o estabelecido na cláusula 8ª.

**Adicional Noturno**

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

**Parágrafo único:** considerar-se-á noturno o trabalho executado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte.

#### Outros Adicionais

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS

Assegura-se ao vigilante a percepção do adicional de periculosidade ou adicional de insalubridade na forma e limites da lei e deste instrumento exclusivamente, ajustado que os percentuais incidirão sobre o salário-base e o salário mínimo legal, respectivamente.

#### Auxílio Alimentação

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE MERCADO

Fica instituído o vale mercado, que não representará qualquer custo, direto ou indireto, à empregadora, equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do salário do trabalhador.

**Parágrafo primeiro:** a adoção do vale mercado, sem qualquer natureza salarial, pois integralmente suportado pelo empregado que o desejar, será obtida via acordo coletivo de trabalho, a ser estabelecido entre o Sindicato dos empregados e a empresa interessada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de registro e depósito da presente convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** no mês de novembro, nos anos de 2020 e 2021, o vale mercado será equivalente a 50% do salário do trabalhador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO

Aos trabalhadores lotados no setor operacional, fica instituído o vale alimentação mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

a) o benefício não tem caráter salarial, não se integrando na remuneração do beneficiário para qualquer fim, direto ou indireto, decorrente da relação de emprego;

- b) é expressamente assegurado à empregadora descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT;
- c) o valor individual é fixado em R\$ 31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos);
- d) a empresa fornecerá um vale por dia efetivamente trabalhado;
- e) os vales serão entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal, iniciando-se, então, quando do pagamento do salário relativo ao mês de 02/2019;
- f) exclui-se dentre os beneficiários da presente cláusula, o empregado que já esteja percebendo alimentação, seja fornecida pela empregadora, seja pela tomadora dos serviços, inclusive por vales ou tíquetes. No caso de fornecimento direto, pela empregadora ou pela tomadora, o desconto ficará limitado à metade do previsto na alínea "b".

**Parágrafo primeiro:** mediante acordo, entre empresa e sindicato profissional, será possível a substituição do vale alimentação pelo vale mercado, aplicando-se a este as mesmas condições previstas na presente cláusula, exceto a data de entrega que passará a ser entre os dias 15 e 18 do mês.

**Parágrafo segundo:** na hipótese de serviço esporádico fora da base, onde lotado o trabalhador, a empresa fornecerá a alimentação, por vale ou outra forma, além daquela referente ao vale aqui especificado, sendo que tal benefício é de caráter indenizatório.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de serviço RA (rendição de almoço), o vale alimentação aqui tratado é fixado em R\$ 17,62 (dezessete reais e sessenta e dois centavos) àquele que cumprir, na referida atividade, jornada de até 04 horas.

**Parágrafo quarto:** o valor do vale alimentação previsto no item "c" da presente cláusula será reajustado, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTUDANTE**

O empregado que faltar ao serviço, para prestar exame vestibular na cidade em que reside, terá sua falta abonada pelo empregador, desde que comprovada a sua participação nas provas.

#### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONVÊNIO SAÚDE**

Fica mantido, pelo presente instrumento normativo, o convênio saúde, no valor de R\$ 167,00

(cento e sessenta e sete reais), cabendo à empresa, por empregado, uma contribuição mensal de R\$ 70,00 (setenta reais), e ao empregado a contribuição do valor restante, ficando expressamente autorizado o desconto salarial, em folha de pagamento, na rubrica, em favor do sindicato dos trabalhadores, conforme respectivas bases territoriais, visando a assistência médico-ambulatorial a ser por eles concedida, via convênios. Quando o empregado não cometer, no mês, falta ao serviço, seja justificada ou não, o valor a ser pago pela empresa, no mês seguinte, passará de R\$ 70,00 para R\$ 90,00 (noventa reais), com a correspondente diminuição do encargo do empregado, ficando certo que o benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

**Parágrafo primeiro:** a contribuição aqui tratada deverá ser recolhida, pela empresa, até o 6º dia útil de cada mês subsequente, contado a partir de 02/2020, mediante guias próprias, a serem fornecidas pelos sindicatos, conforme respectivas bases territoriais.

**Parágrafo segundo:** fica instituída uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial de vigilante, por mês e por empregado, no caso de descumprimento da presente cláusula.

**Parágrafo terceiro:** assegura-se aos sindicatos obreiros o prazo de até 30 (trinta) dias à inscrição dos novos admitidos, visando o início do fornecimento dos serviços médico-ambulatoriais, previstos na presente cláusula.

**Parágrafo quarto:** as empresas e empregados que já estavam cobertos por convênio saúde, previsto na presente cláusula, poderão, validamente, emigrar à condição nela prevista, sem que tal importe em alteração contratual, ou continuar no plano pré-existente observados os limites máximos de desconto aqui tratados.

**Parágrafo quinto:** as empresas farão a inclusão automática do trabalhador no referido convênio saúde, ficando assegurado ao mesmo o direito de ver-se excluído, cabendo exclusivamente a este, se assim deliberar, requerer, por escrito, perante o seu sindicato de classe. A exclusão só se concretizará após a liquidação de eventuais débitos do trabalhador, por utilização de eventuais serviços até a data do seu requerimento de exclusão, e depois de comunicado do seu sindicato à empresa empregadora, reafirmada a condição de que a exclusão do benefício dependerá sempre de formal e expressa manifestação do trabalhador perante a entidade sindical.

**Parágrafo sexto:** os valores previstos no caput da presente cláusula serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL**

A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, aos seus sucessores, assim declarados perante a Previdência Social, um auxílio funeral, equivalente a 06 (seis) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA POR MORTE OU INCAPACIDADE**

As entidades convenientes mantêm o benefício instituído através do instrumento depositado e registrado no MTE-DRT-PR, em 15.03.2010, sob nº MR000491/2010, regulador da assistência por morte ou incapacidade, atualizando-o por termo aditivo.

##### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRECHE**

As empresas, legalmente obrigadas à manutenção de creche, poderão firmar convênio substitutivo, na forma da CLT, ou prestar auxílio creche, sem natureza salarial, na forma da norma respectiva.

**Parágrafo primeiro:** em caso de auxílio creche, este fica fixado, por filho, a partir de 01/02/2020, em R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais) sofrendo correção, a partir de então, na mesma forma atribuída ao salário da beneficiária, sendo que nesta exclusiva hipótese o benefício será estendido ao filho até atingimento da idade de um ano.

**Parágrafo segundo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

##### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURIDADE**

Ao vigilante fica garantida indenização ou seguro de vida de acordo com a legislação vigente (Resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89), salvo existência de um seguro mantido pela empregadora no mesmo valor.



**Parágrafo primeiro:** caso o empregador mantenha seguro de vida em grupo, obrigatório por lei, não será permitido o desconto do mesmo no salário dos seus empregados.

**Parágrafo segundo:** as indenizações decorrentes dos seguros pagos exclusivamente pela empresa, desde que contratados por ela espontaneamente, expressamente excluídos os determinados por lei ou pela presente convenção coletiva, serão dedutíveis de quaisquer valores indenizatórios que sejam declarados pela empregadora ao empregado ou seus herdeiros.

#### Outros Auxílios

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS E RECICLAGENS

Os exigidos pelas empresas serão por elas custeados sem qualquer ônus para o empregado.

**Parágrafo primeiro:** em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até 75 dias do término de validade do curso, as empresas se obrigam a pagar a reciclagem do empregado dispensado.

**Parágrafo segundo:** não se aplica a hipótese prevista no parágrafo anterior, nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e término da prestação de serviço pela empregadora.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO DAS ARMAS

Obrigam-se as empresas a fazer revisão das armas dos vigilantes de seis em seis meses.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO INDICIADO

As empresas assegurarão assistência gratuita e necessária ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder ação penal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do empregador ou de seus clientes, salvo se comprovadamente houver negligência do empregado no exercício de suas funções.

**Parágrafo único:** Na ocorrência de assalto no local onde o vigilante prestar serviços, este terá cobertura médica e psicológica, quando necessário, segundo laudo médico subscrito pelo médico da empresa e do convênio saúde, cabendo a empresa, enquanto perdurar a hipótese, custear o valor total do convênio saúde previsto na cláusula 15ª.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DESEMPREGO**

Em caso de não fornecimento dos formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa e que preencha os requisitos exigidos na legislação pertinente, a empresa será responsável pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a que fizer jus o ex-empregado.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGIME DE TRABALHO SDF**

O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.02.20, ao piso mensal de R\$ 732,85 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R\$ 8,23 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R\$ 219,86 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R\$ 609,90, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R\$ 117,32 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R\$ 101,65 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 19,57 de reflexos do DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R\$ 1.801,14.

**Parágrafo Primeiro:** A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS, observado o par. único do art. 464 da CLT;

**Parágrafo Segundo:** Fica instituído o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

**Parágrafo Terceiro:** Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta na cláusula 5ª quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês, não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita

anteriormente.

**Parágrafo Quarto:** O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras.

**Parágrafo Quinto:** As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

**Parágrafo Sexto:** Havendo ponto facultativo, ou aqueles denominados "feriados" ponte, conforme a tradição e prática de cada localidade, o empregado merecerá o salário e reflexos proporcionais estabelecidos na cláusula 3ª, não se considerando tal situação como horas extraordinárias.

**Parágrafo Sétimo:** No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

- I- 14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;
- II- 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;
- III- 06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas.

**Parágrafo Oitavo:** O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

**Parágrafo Nono:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **Portadores de necessidades especiais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DEFICIENTE FÍSICO E APRENDIZ**

Recomenda-se às empresas, sempre que possível, a contratação de deficientes físicos.

**Parágrafo Único:** Dada as especificidades da profissão de vigilante, conforme Lei Federal nº 7102/83, inclusive pelo uso de porte de arma e dependente de expressa autorização de seu

exercício pelo Departamento da Polícia Federal, entre outras disposições normativas, fixam as categorias que, aos fins das cotas dos portadores de deficiência e menores aprendizes, serão considerados os empregos concedidos pela empresa no setor administrativo, excluído assim o operacional.

#### **Mão-de-Obra Feminina**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIREITO DAS MULHERES**

Às empregadas fica assegurada a igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CTPS**

Serão anotados, na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida, o salário contratado e as comissões, se existentes, bem como o contrato de experiência com a respectiva duração.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 30 quilômetros da sede do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 30km da sede do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Em caso de rescisão contratual, o empregador se obriga a efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido em lei.

**Parágrafo primeiro:** independentemente das sanções legais, em caso de atraso no pagamento das quantias líquidas e certas, o empregador ficará obrigado a pagar juros de mora ao empregado à razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso, limitada a 25 (vinte e cinco) dias, não se admitindo juros capitalizados.

**Parágrafo segundo:** as empresas se obrigam a pagar as despesas efetuadas pelo empregado, em caso de deslocamento fora da localidade onde presta serviço, quando chamado para o recebimento dos haveres rescisórios.

**Parágrafo terceiro:** na cessação do contrato de trabalho, todo empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais, correspondentes a 1/12 por mês de serviço, salvo os que tenham sido despedidos por justa causa.

**Parágrafo quarto:** concedido o pré-aviso, este deverá obrigatoriamente contar: a) sua forma (se indenizado ou trabalhado); b) a redução da jornada de trabalho, nos termos exigidos pela lei.

**Parágrafo quinto:** nos casos de rescisão por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente fazer constar, na comunicação da mesma, a alínea do art. 482, da CLT, invocada, pena de, não o fazendo, não poder alegá-la em Juízo, presumindo-se injusta a despedida.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

O empregado admitido para jornada legal na função de vigilante, no lugar de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CERTIFICADO DE FORMAÇÃO**

É vedado o exercício da profissão antes da conclusão do respectivo curso. Após, é livre o exercício profissional, sendo que as respectivas empresas, obrigatoriamente, deverão liberar os certificados de formação de vigilantes após os devidos registros.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA**

As empresas pagarão todas as despesas feitas pelo empregado, inclusive mudança de móveis e transportes de dependentes, na hipótese de transferência para outra localidade que exija a mudança de domicílio do empregado, desde que a transferência ocorra por iniciativa do empregador ou por mútuo entendimento entre as partes.

**Parágrafo único:** em caso de transferência, o empregado fará jus ao pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), na forma da lei.



## Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

### Qualificação/Formação Profissional

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As empresas contribuirão, bimestralmente, a partir de março/20, em favor da categoria profissional, com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, destinado à formação do fundo de qualificação profissional, objetivando, entre outras, a realização de cursos de inglês, informática básica, direito penal, direito previdenciário, direito do trabalho e reciclagem ao profissional desempregado associado, visando a melhor capacitação e produtividade dos componentes da categoria.

**Parágrafo primeiro:** O valor a recolher será quitado até o dia 15 do mês em que devido, na proporção de R\$ 3,75 à Federação e R\$ 11,25 à entidade sindical da respectiva base.

**Parágrafo segundo:** As empresas enviarão até o último dia dos meses de março, maio, julho, setembro, novembro e janeiro, os CAGEDs relativos ao mês anterior, diretamente à Federação profissional, cabendo a esta o encaminhamento ao sindicato correspondente à base territorial. O envio dos CAGEDs à Federação poderá ser realizado através do e-mail: [coordcad@fetravispp.org.br](mailto:coordcad@fetravispp.org.br).

**Parágrafo terceiro:** As entidades sindicais profissionais enviarão diretamente as empresas, até o dia 10 dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro, os boletos bancários com os valores devidos ao FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (tomando-se por base o número de empregados da empresa na base territorial da entidade sindical, conforme CAGED por CNPJ do mês anterior ao do pagamento), com vencimento no dia 20 ou primeiro dia útil subsequente dos meses aqui indicados.

**Parágrafo quarto:** Fica estipulada a multa equivalente no valor não recolhido por empregado, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula.

**Parágrafo quinto:** os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

### Políticas de Manutenção do Emprego

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A empresa prestadora de serviço ficará desobrigada do pagamento do aviso prévio e indenização adicional (Lei nº 6708/79), na hipótese do término do contrato de prestação de serviços, pelo atingimento do seu prazo, quando o seu empregado, ali lotado, for contratado pela nova empresa prestadora de serviço, no mesmo posto. Mesmo no caso de não ser contratado, a indenização adicional não será devida, na medida em que a terminação do contrato de prestação de serviços da empregadora, pelo atingimento do seu prazo, não é considerada como atitude que obste o atingimento da data-base.

#### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

Fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações: pré-aposentadoria: para o empregado que, comprovadamente, contar ou vier a contar com vinte e nove ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária e um ano de serviço na empresa, será garantido o emprego até a data que completar trinta anos da referida contribuição para aposentadoria proporcional ou trinta e cinco anos da referida contribuição para aposentadoria integral. A comprovação deverá ser feita, perante o empregador e por escrito, até 30 (trinta) dias após o implemento dos referidos requisitos, sob a pena da insubsistência da cláusula;

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA**

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

**Parágrafo Único:** Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

##### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DO TRABALHO**

Ao empregado sem posto fixo de trabalho, o volante ou o coringa, será considerado como



horário de início da jornada de trabalho aquele em que o mesmo tiver de comparecer à central, sede da empresa, ou local por ela determinado para que ele se apresente.

**Parágrafo Único:** Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

Fica facultada às partes a adoção de regime de compensação de jornada, desde que atendidas às condições legais e as estabelecidas nesta cláusula (ressalvada expressamente a hipótese prevista na cláusula 37ª, pois objeto de tratamento normativo específico, regulando o regime de 12x36).

I - o horário de compensação, compreendendo horário de início, término e intervalo, deverá estar previsto em acordo individual firmado entre empregado e empresa ou acordo coletivo, neste caso homologado pelo Sindicato dos empregados;

II - a compensação deverá ocorrer dentro da mesma semana que tiver sido prorrogada a jornada;

III - a jornada diária, para efeito de compensação, poderá ser acrescida de duas horas no máximo, observada a carga diária normal de 08 horas e semanal de 44 horas;

IV – fica possibilitada adoção da denominada “semana espanhola”, que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador e desde que não se ultrapasse a jornada diária de 10 horas;

V - em qualquer hipótese adotada, serão garantidos os intervalos constantes dos artigos 66, 67 e 71, da CLT, somente sendo considerada “folga” o período de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas de descanso;

VI – pela presente convenção coletiva de trabalho, e nos estritos termos legais, fica ainda a empresa autorizada a ajustar com o seu empregado o regime de compensação, previsto no art. 59, da CLT.

VII – considerando a peculiaridade da profissão de vigilante, inclusive quanto ao fardamento e a proibição de seu uso fora de serviço, estabelecem as partes que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite diário de vinte minutos;

VIII – a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de compensação de horas estabelecido no presente instrumento;

IX – aos fins do inciso anterior, deverá a empresa comprovar o evento através dos controles de ponto dos respectivos vigilantes e boletim de ocorrência específico por eles também assinados, restrito ao mesmo posto de trabalho.



#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 12X36**

As entidades sindicais que firmam o presente instrumento, respaldadas pela manifestação expressa das categorias por elas legalmente representadas e com apoio no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, resolvem pactuar o regime de trabalho de 12x36 horas, mediante as condições seguintes: a) a jornada de trabalho dos vigilantes armados, desarmados e aos lotados no setor operacional, poderá ser pactuada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso; b) o implemento do referido regime de trabalho fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, de forma direta, ajustarem sua adoção; c) no regime aqui estabelecido, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, não será devido o pagamento de hora extra, inclusive na semana em que for ultrapassado o limite de 44 horas semanais, à face da compensação; d) em face do presente instrumento fica estabelecido que, no regime de 12x36 – ainda que cumprido em horário noturno –, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos, garantido, sempre, o adicional noturno respectivo.

**Parágrafo único:** As partes convenientes respaldadas pela manifestação de suas respectivas categorias, e com apoio no art. 7º, incisos VI e XXVI, da Constituição Federal, deliberam, quanto ao regrado na alínea "d", da presente cláusula, que se submetem à decisão judicial proferida nos autos sob nº TRT-PR-AR-329/2001, já com trânsito em julgado.

#### **Férias e Licenças**

##### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência de trinta dias, mediante recibo.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Equipamentos de Proteção Individual**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**



As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual a cada trabalhador, quando assim exigido pela legislação.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME**

Em caso de exigência de uniforme, o custo deste será de responsabilidade do empregador, obrigando-se o empregado a devolvê-lo no estado em que se encontrar, no momento da rescisão do contrato.

**Parágrafo primeiro:** cada conjunto de uniforme conterá obrigatoriamente: uma jaqueta, duas camisas e duas calças.

**Parágrafo segundo:** o empregador fornecerá um par de sapatos, ou coturno, por ano, a cada trabalhador obrigado a usar uniforme.

**Parágrafo terceiro:** o uniforme deverá ser adequado ao clima, inclusive com adaptação do tecido utilizado.

### **Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

As empresas enviarão ao Sindicato dos empregados, conforme base territorial, cópias das comunicações de acidentes de trabalho enviadas ao INSS, até o 5º dia da emissão da CAT.

### **Relações Sindicais**

#### **Representante Sindical**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE QUE PERMANECE NA EMPRESA**

Sem perda do posto de trabalho efetivo, os dirigentes sindicais eleitos serão liberados por até 14 (catorze) dias, sucessivos ou alternados, a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo dos seus salários, para que possam comparecer em assembleias, congressos, cursos e negociações coletivas da categoria, desde que haja comunicação prévia.



### **Garantias a Diretores Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a estabilidade provisória de dirigente sindical, para os membros efetivos e suplentes das diretorias de sindicato profissional, desde que o respectivo sindicato comunique a empresa, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do empregado e, em igual prazo, a sua eleição e posse.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas procederão aos descontos, em folha de pagamento, a critério dos Sindicatos de empregados, mediante autorização escrita do trabalhador, ficando obrigadas a fazer o repasse, para a entidade sindical beneficiada, no primeiro dia útil após o pagamento do salário.

**Parágrafo primeiro:** as empresas encaminharão, mensalmente, para o Sindicato ou associação profissional de empregado, relação nominal dos associados que tiveram desconto da mensalidade, em folha de pagamento, bem como dos empregados desligados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do pagamento do salário.

**Parágrafo segundo:** a empresa que tiver que remeter numerário proveniente de mensalidade à entidade sindical com base territorial diversa da sua matriz, deverá fazê-lo de forma antecipada, por remessa postal, a fim de que o valor devido seja recepcionado até o prazo acima pactuado.

**Parágrafo terceiro:** fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) do valor devido, no caso da empresa não observar o prazo de repasse fixado no "caput" da presente cláusula.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Tendo em vista a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, nos termos do aprovado nas assembleias dos trabalhadores, e visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período compreendido pela vigência desta Norma Coletiva (CCT), serão devidas por cada empregado integrante da

categoria profissional e beneficiado por este instrumento normativo, as seguintes contribuições negociais/assistenciais em favor das entidades sindicais profissionais representativas e manutenção do sistema confederativo, sendo garantido aos não associados que assim desejarem, o direito de oposição fundamentada e individual, tudo de acordo com as condições que seguem:

Aos Sindicatos Profissionais de **Curitiba e Foz do Iguaçu**: durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 10,00 (dez reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Ao Sindicato Profissional de **Cascavel**: durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 13,00 (treze reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de agosto de cada ano, o qual corresponderá a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Aos Sindicatos Profissionais de **Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Pato Branco e Paranaguá**: durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial a ser paga em seis parcelas (três a cada ano), sendo quatro de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), a serem descontados nos meses de maio e agosto de cada ano, pelos empregadores e repassados à entidade sindical respectiva, e duas no percentual de 1% da remuneração do trabalhador, a ser descontada no mês de agosto de cada ano, sendo estas revertidas à Federação Profissional;

Na base territorial do Sindicato Profissional de **Londrina**: será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, no mês de agosto de cada ano, a contribuição assistencial/negocial correspondente a 1% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Estipula-se que a obrigação das empresas estabelecida nesta norma coletiva, compreende apenas o compromisso de recolher e repassar as contribuições fixadas pelas assembleias dos empregados da categoria beneficiados pela norma, sem qualquer

participação, interferência ou responsabilidade quanto ao ato de criação e fixação das referidas contribuições; sendo que, dessa forma, obrigam-se as empresas a recolher as contribuições profissionais aos sindicatos e Federação respectivos, no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto de cada parcela e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5,0% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

**Parágrafo Segundo:** No mesmo prazo previsto para o recolhimento/repasso acima, obrigam-se as empresas a fornecer às Entidades Sindicais respectivas, a relação completa dos empregados a que se refere o valor descontado, sob pena de incorrerem em multa de 5% incidente sobre o total devido a título de recolhimento/repasso.

**Parágrafo Terceiro:** A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa inadimplente ou em atraso, assim como tomar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra eventual apropriação indébita, e bem assim tomar as medidas adequadas com respaldo jurídico para repelir o cerceio ao livre exercício da atividade sindical e eventual abuso de poder econômico; tudo com base em estritos fundamentos legais.

**Parágrafo Quarto:** A fundamentação do pedido de oposição às contribuições, que passa a ser aqui exigida, encontra motivação no fato de que a entidade sindical necessita ter ciência das razões pelas quais o beneficiado pela norma coletiva firmada se recusa a contribuir, mesmo tendo ciência de que a contribuição é a única forma do não associado efetivamente contribuir para a manutenção do sistema de proteção que o ampara e acresce direitos à esfera jurídica de sua categoria.

**Parágrafo Quinto:** Qualquer alteração legislativa ou regulamentação acerca da matéria em questão que venha a ocorrer na vigência da presente norma coletiva, implicará na análise sobre a eventual necessidade de revisão desta Cláusula.

**Parágrafo Sexto:** As eventuais oposições individuais, devidamente fundamentadas dos não associados/filiados serão recebidas até o dia 10 do mês relativo à cobrança, mediante protocolo pessoal de documento escrito de próprio punho na sede do sindicato.

**Parágrafo Sétimo:** os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2021, com o INPC acumulado do período de 01/02/2020 a 31/01/2021, mais 0,20%, ou seja, se para 01/02/2021 o INPC resultar em 4,10%, o reajuste devido será de 4,30% exemplificativamente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL**

As empresas representadas pelo sindicato patronal, associadas ou não, recolherão o valor



equivalente a quatro pisos salariais do vigilante, à conta de contribuição assistencial. O valor deverá ser recolhido até o 5º dia útil de abril/2020 e 2021, mediante guias próprias a serem fornecidas pela entidade sindical patronal.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas de Segurança Privada do Estado Paraná deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, inclusive decisão da assembleia geral da categoria econômica, cujo valor, também determinado em assembleia da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em dezembro de 2019, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será: O resultado da multiplicação do número de vigilantes por R\$ 12,00 (doze reais), sendo que o valor encontrado deverá ser pago em parcelas, com vencimento em 30/07, 30/08, 30/09 e 30/10/20, ou primeiro dia útil subsequente. Ainda à conta do ano de 2021, igual valor, sobre o quantitativo em dezembro de 2020, a ser pago em parcelas vencíveis nos mesmos dias e mês do ano de 2021.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As empresas remeterão ao sindicato patronal, no prazo máximo de 30 dias, após o mês de referência da contribuição, a cópia da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical – GRCS quitada.

**Parágrafo único:** O Sindicato Patronal encaminhará ao Ministério do Trabalho a relação das empresas que não comprovaram recolhimento da Contribuição Sindical através do encaminhamento da cópia da guia GRCS, até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

#### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS**

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, quando mais benéficas ao empregado, prevalecerão sobre a presente convenção coletiva e na interpretação desta ou de legislação



vigente. Havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS**

Fica instituída a mediação privada dos conflitos individuais e coletivos, que atuará por uma comissão composta por 01 (um) representante do SINDESP e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores, atuando na base territorial estadual, para acompanhamento de eventuais conflitos individuais e coletivos entre empresas e seus empregados, objetivando a sua solução e evitando ajuizamento de ações trabalhistas contra as empresas associadas ao SINDESP.

**Parágrafo primeiro:** quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

**Parágrafo segundo:** as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pelas partes signatárias da presente convenção, ficam mantidas, na forma do instrumento lavrado em 16.05.2000 e regularmente depositado e registrado na DRT-Pr., em 22.05.2000, sob nº 46212.009388/00-01, pelo tempo de vigência da presente CCT. No prazo de 30 dias, as partes fixarão o local, dias e horários de funcionamento, lavrando termo escrito.

#### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO**

Faculta-se o estabelecimento de SESMT coletivo, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente entre as entidades sindicais em instrumento específico.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA E PENALIDADES**

Fica estabelecida multa equivalente a meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do prejudicado, pelo descumprimento de uma das seguintes cláusulas: 03 (três), 04 (quatro), 20



(vinte), 41 (quarenta e um) e 45 (quarenta e cinco), a partir de 1º.02.2020. Especificamente para o item 03.3, a multa equivalerá a dois pisos salariais do vigilante nela tratado. Às demais cláusulas, excetuadas aquelas que já tragam multa própria, em caso de descumprimento, fica instituída a multa no importe de meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do empregado, por descumprimento. Para que tal multa seja exigível se faz necessário que haja comunicação ao empregador para que este, em 48 horas, improrrogáveis efetue as respectivas regularizações em caso de ainda estarem vigentes os respectivos contratos de trabalho, possibilitando a regularização.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Por ocasião da entrega da RAIS, as empresas enviarão cópia ao Sindicato dos empregados. Ainda, a cada três meses, contados de 1º.02.2020 e durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas enviarão cópia da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei 4923/65, relativamente a todos os meses componentes do trimestre, apazando-se a tanto até o 5º dia após o prazo legal àquela entrega. Ante o contido na cláusula 24, do presente instrumento, as empresas também comunicarão o número de empregados envolvidos no regime SDF.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIREITO DE AFIXAÇÃO**

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão, em local de fácil acesso aos trabalhadores, quadro de avisos, para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que autorizados pelas empresas.

**Parágrafo único:** Comprometem-se as partes a divulgar os termos dos mesmos a seus representados, empregados e empregadores.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLAUSULAS ESPECIAIS**

As entidades que firmam o presente instrumento comprometem-se, no prazo de 90 dias, contado a partir de 01.02.2020, após discussão com a categoria profissional, a discutir sobre as seguintes questões, objetivando inseri-las em acordo coletivo de trabalho: a) redução da multa por despedida imotivada do FGTS, nos casos de perda do contrato pelo empregador,

sendo o trabalhador transferido mantido por outra empresa no mesmo posto de serviço, com garantia de emprego por no mínimo 90 dias; b) obrigação patronal de arcar com a sua cota-parte no "convênio saúde", tratado na cláusula 15, independentemente da vinculação do seu trabalhador; e) estabelecimento do regime especial de trabalho de 5ª a sábado e feriados em estabelecimento noturnos, nos moldes do já preexistente regime SDF; c) trabalho intermitente referido na Lei nº 13.467/17 e Medida Provisória nº 808/17; d) adoção de regras e contraprestação para o trabalho em "eventos"; e) termo de quitação anual; f) vale alimentação para trabalhadores com jornada de até 6 (seis) horas.

**Parágrafo único:** Considerando a data do encerramento da presente negociação, ajustam as partes que todas e quaisquer diferenças de verbas, dadas como devidas a partir de 01/02/2020, poderão ser pagas pelas empresas juntamente com os salários de março/20, sem qualquer acréscimo de juros ou multa.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANILHA DE CUSTOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU. de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de segurança privada no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços de segurança, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE**

As empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios, promovidos pela administração pública, e contratações privadas, certidões de regularidade, expedidas pelo sindicato patronal e sindicato laboral, conforme base territorial.

**Parágrafo único:** para a obtenção das certidões, a empresa deverá comprovar, com antecedência e no ato do seu requerimento, sua regularidade no que tange às contribuições sindicais, cabendo às entidades sindicais a expedição do documento em até 48 horas do protocolo.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - REVOGAÇÃO**



À face da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica revogado o instrumento registrado no MTE em 27/02/2018 sob nº **46212.001657/2019-18**.

JOAO SOARES

Presidente

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO  
GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO  
ESTADO DO PARANA

JOAO SOARES

Presidente

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL  
ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE  
CURITIBA E RE

JOSE NILSON RIBEIRO

Presidente

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA

JOSE MARIA DA SILVA

Presidente

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA

EDSON DAVID COELHO

Presidente

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA

CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS

Presidente

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA

SBN Qd. 2 Bloco J - Edifício Engenheiro Paulo Maurício - 6º andar - salas 601/608 Asa Norte -  
Brasília - DF, CEP: 70.040-020 Brasília – DF.

Telefone: (61) 33261904 33279813 [contrasp@outlook.com](mailto:contrasp@outlook.com)



PRIVADA E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA  
PESSO

ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS  
Presidente  
SIND EMPREGADOS EM EMP DE SEGURANÇA E VIGIL DE P BRANCO

ORLANDO LUIZ DE FREITAS  
Presidente  
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SERVIÇOS  
ORGÂNICOS DE SEGURANÇA E SIMILARES DE LONDRINA E REGIÃO

ADALBERTO ALVES PEREIRA  
Presidente  
SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG,  
VIGILÂNCIA, SEG. PESSOAL, ORGÂNICA, AGENTE TÁTICO E MONIT. ELETRÔNICO

ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO  
Presidente  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO PARANÁ

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA FETRAVISPP**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA SEESVC**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO III - ATA SINDVEL**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IV - ATA MARINGÁ**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO V - ATA PONTA GROSSA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VI - ATA SINDSFOZ**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VII - ATA PATO BRANCO**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO VIII - ATA LONDRINA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IX - ATA PARANAGUÁ**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO X - ATA UMUARAMA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

VALORES SALARIAIS PARA VIGIR EM 02/2021	2020				2021				ÍNDICE
	SALÁRIO	PERICULOSIDADE	ADICIONAL	REMUNERAÇÃO	SALÁRIO	PERICULOSIDADE	ADICIONAL	REMUNERAÇÃO	
VIGILANTE 03.1 - 03.2 - 03.4	R\$ 1.811,56	R\$ 543,47		R\$ 2.355,03	R\$ 1.915,36	R\$ 574,61		R\$ 2.489,97	5,73%
VIGILANTE ITEM 03.3	R\$ 1.263,88	R\$ 379,16		R\$ 1.643,04	R\$ 1.336,30	R\$ 400,89		R\$ 1.737,19	5,73%
SEGURANÇA PESSOAL 03.5	R\$ 1.811,56	R\$ 543,47	R\$ 543,47	R\$ 2.898,50	R\$ 1.915,36	R\$ 574,61	R\$ 574,61	R\$ 3.064,58	5,73%
SUPERVISOR 03.6	R\$ 1.811,56		R\$ 543,47	R\$ 2.355,03	R\$ 1.915,36		R\$ 574,61	R\$ 2.489,97	5,73%
SEGURANÇA BOMBEIRO BRIGADISTA 03.7	R\$ 1.811,56	R\$ 543,47	R\$ 452,89	R\$ 2.807,92	R\$ 1.915,36	R\$ 574,61	R\$ 478,84	R\$ 2.968,81	5,73%
LÍDER 03.8	R\$ 1.811,56	R\$ 543,47	R\$ 181,16	R\$ 2.536,19	R\$ 1.915,36	R\$ 574,61	R\$ 191,54	R\$ 2.681,51	5,73%
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.118,58			R\$ 1.118,58	R\$ 1.182,67			R\$ 1.182,67	5,73%
OFFICE BOY	R\$ 1.045,00			R\$ 1.045,00	R\$ 1.104,88			R\$ 1.104,88	5,73%
CLÁUSULA QUARTA - LIMITE	R\$ 3.251,50			R\$ 3.251,50	R\$ 3.437,81			R\$ 3.437,81	5,73%

SDF			
SALÁRIO	R\$ 732,85	R\$ 774,84	5,73%
PERICULOSIDADE	R\$ 219,86	R\$ 232,46	5,73%
HORA EXTRA	R\$ 609,90	R\$ 644,85	5,73%
INTERVALO DA JORNADA	R\$ 117,32	R\$ 124,04	5,73%
REFLEXOS SOBRE HORA EXTRA	R\$ 101,65	R\$ 107,47	5,73%
REFLEXOS SOBRE INTERVALO	R\$ 19,57	R\$ 20,69	5,72%
<b>TOTAL DO SDF</b>	R\$ 1.801,15	R\$ 1.904,35	5,73%

CLÁUSULA 13A - VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 31,29	R\$ 33,08	5,72%
CLÁUSULA 13A -§ 3º VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 17,62	R\$ 18,63	5,73%

CONVÊNIO SAÚDE	R\$ 167,00	R\$ 176,57	5,73%
QUANDO NÃO FALTA	R\$ 90,00	R\$ 95,16	5,73%
QUANDO FALTA	R\$ 70,00	R\$ 74,01	5,73%

AUXÍLIO FUNERAL 6 SALÁRIOS MÍNIMOS	R\$ 6.270,00	R\$ 6.612,00	5,45%
AUXÍLIO CRECHE	R\$ 248,00	R\$ 262,21	5,73%
FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	R\$ 15,00	R\$ 15,00	0,00%

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - CURITIBA E FOZ	R\$ 10,00	R\$ 10,57	5,70%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - CASCAVEL MÊS	R\$ 13,00	R\$ 13,74	5,69%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - MGA/PG/UMU/PTBRA/PGA	R\$ 69,90	R\$ 73,91	5,74%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - LONDRINA	R\$ 18,12	R\$ 19,15	5,71%





**PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - LTDA**  
CNPJ: 31.789.997/001-09 Inscrição Estadual: Inseto.  
Rua: Hilberto Peiter N.430 - Jardim Parizzotto Toledo-PR.  
Email: [primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com)  
Fone: 45- 2035- 5524. Celular: 45 - 9.9946-9304 / 9.9107- 3900



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES CONTRATANTES.

Por este instrumento particular;

Contrato de prestação de Serviço, que fazem entre si, de um lado, a empresa **PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA SEGURANÇA - LTDA**, inscrito no CNPJ sobre o nº 31.798.997/0001-09 com sede na rua, Hilberto Peiter Nº: 430 – Jd. Parizzotto na cidade de Toledo PR, Representado pelos Srs. Sócios Proprietários, Mauro Marcelo Verissimo CPF 886.279.509/20 Gilberto Fraga de Paula CPF 813.325.481-72 devidamente representado aqui denominada **CONTRATADA**, e do outro lado, **Construtora Contrupoli LTDA** inscrito no CNPJ sobre o nº 09.143.441/0001-17 ncri. Estadual: 149.859.200.117 com sede na rua, Itapicuru Nº: 369- Sala 2006 Bairro; Perdizes – São Paulo cep, 05006-000, neste ato representado pelos os Sr, Eujacio Souza Oliveira CPF: 071.101.698-47, devidamente responsável ao final assinados, aqui denominada **CONTRATANTE**. Sob as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO

Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de proteção do patrimônio do **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA**, visando controlar o acesso de pessoas.

1º: Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela **CONTRATADA**, através de pessoal especializado, capacitado, credenciado e uniformizado.

2º: A locação do profissional para a prestação dos serviços referidos no "caput" desta Clausula será feito de acordo com demanda da **CONTRATANTE**, e por acordo entre as partes, podendo ser registrada através e-mail, o qual devera ser enviado ao gerente/coordenador da área responsável pela contratação da prestação de serviços, ou por outra pessoa este formalmente designada com a comprovação de recebimento das mensagens pelos destinatários.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços objeto deste contrato será efetuada da seguinte forma:

- A) 01(um) Posto Vigilância Desarmada, contituido por 04(quatro) vigilante em escala 12x36 posto 24 horas.

1º A **CONTRATANTE** poderá alterar o efetivo e a quantidade de postos a serem atendidos pela **CONTRATADA** bastando para tal, uma comunicação por escrito e protocolada com no mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

2º O vigilante devera comparecer ao respectivo local de trabalho devidamente uniformizado e munido de crachá que devera ser fornecido pela **CONTRATADA**, juntamente com todos os equipamentos de trabalho, também fornecido por esta.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATANTE**, pagara a **CONTRATADA** o valor global mensal de R\$ 25.000,00(vinte e cinco reais) mensais por serviços prestados. Sera enviado a NF todo o dia 1º de (primeiro) de cada mês e o pagamento serão efetuados ate no dia 7º (setimo) de cada mês.

1º Os pagamentos deverão ser efetuado por meio de deposito na Conta Corrente ou via Pix da **CONTRATADA**, assim descrita, Segue os dados bancários:

- o Banco Sicredi:
- o N. do Banco: 748 Agencia: 0715 C. Corrente: 83480-7
- o Primeira Ação Vigilância Segurança LTDA
- o CNPJ: 31.798.997/0001-09

2º Na hipótese de atraso nos pagamentos mensais correrão juros de mora, mais 1% (um por cento) ao mês e a atualização monetária de acordo com a variação mensal da T.R. (taxa de referencial) proporcional aos dias de atraso.

Ressalta-se que para atrasos superiores a 03(três) dias, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido.

31.798.997/0001-09  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA  
RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD PARIZZOTTO  
TEL 19572035-5524 - 99946-9304  
CEP 85.934-077 TOLEDO - PR





**PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - LTDA**  
CNPJ: 31.789.997/001-09 Inscrição Estadual: Inseto.  
Rua: Hilberto Peiter N.430 - Jardim Parizzotto Toledo-PR.  
Email: [primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com)  
Fone: 45- 2035- 5524. Celular: 45 - 9.9946-9304 / 9.9107- 3900



3º Fica desde já a **CONTRATANTE** autorizada a proceder à retenção por ocasião de cada pagamento de quaisquer tributos, estaduais, municipais, que vierem a incidir sobre o referido serviço, os quais serão calculados de acordo com a legislação vigentes, sendo repassado a **CONTRATADA**, a título de pagamento, o valor líquido resultante da dedução.

4º A **CONTRATANTE** e reservada o direito de suspender os pagamentos, caso os serviços sejam prestado em desacordo com o previsto no presente contrato, ate a resolução do problema detectado.

#### **CLAUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de **03 (tres) meses**, com o iniciando em **08 de setembro de 2021** com o termino previsto para o dia **08 de dezembro de 2021**, sendo que poderá ser renovado automaticamente, caso não aja comunicação previa das partes no sentido da rescisão contratual, Independente do disposto acima. (Ambas as partes poderão rescindir este contrato com o aviso prévio de 30 (trinta) dias por escrito).

#### **CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS VALORES**

Os valores mencionados no “caput” da Clausula Quarta deste contrato, será reajustado de acordo com o reajusto da convenção coletiva da categoria dos **VIGILANTES** do Paraná ou região.

#### **CLAUSULA SETIMA – DOS ENCARGOS TRABALHISTAS**

O presente contrato não estabelece qualquer vinculo empregatícios ou responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**, com relação aos profissionais que a **CONTRATADA**, empregar na prestação dos serviços ora contratados, bem como pelos seus direitos e acionistas, correndo por conta exclusiva desta, única responsável como empregadora toda a dispensas com mencionados pessoal, inclusive encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária securitária ou qualquer outra, assumindo a **CONTRATADA** toda e qualquer responsabilidade perante a Justiça do Trabalho, decorrente das reclamações Trabalhistas que por ventura poderão advir, movidas por seus empregados contra a **CONTRATANTE**.

#### **CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E SEUS COLABORADORES.**

- A) A **CONTRATANTE** se obriga a assegurar o acesso dos profissionais devidamente credenciados pela **CONTRATADA** as suas dependências, para a execução dos serviços contratados;
- B) A **CONTRATANTE** obriga-se também a alocar os profissionais disponibilizados pela **CONTRATADA**, de modo que colabore para o bom andamento e execução dos serviços objetos deste contrato, conforme condições aqui estipuladas.
- C) A **CONTRATANTE** não poderá exigir dos vigilantes, serviços estranhos ao objeto do presente contrato, que envolve a atividade especifica de controlador de acesso, sob pena de arcar com as consequências provocadas a **CONTRATADA** e a terceiros, na forma da lei.

#### **CLAUSULA NONA – DOS ADITAMENTOS**

As partes somente poderão restringir ampliar ou modificar os serviços contratados mediante termos aditivos, os quais passarão a integrar o presente contrato durante as suas vigências,

As partes não poderão ceder, nem transferir, no todo ou em parte, os obrigação ou poderes relativos ao objeto deste contrato, sem previa anuência da parte contraria formalizada mediante aditamento.

#### **CLAUSULA DECIMA – DO FORO COMPETENTE**

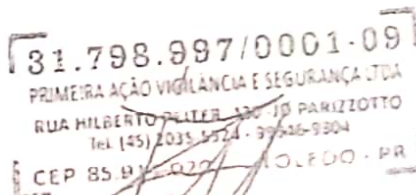
As partes alegam o forro da comarca de **TOLEDO / Pr**, para definir qualquer litigio advindo deste contrato, com renuncia expressa de qualquer outro, ainda que seja mais privilegiado.

#### **CLAUSULA ONZE – DO ACORDO**

E por estarem justos e contratados, assinaram este instrumento contratual em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, obrigando-se por si e/ou seus sucessores a fielmente cumpri-los em todas as suas disposições.

Toledo – Pr, 08 de setembro de 2021

Ass: Contratante com Carimbo  
Responsável:





# PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

CNPJ:31.789.997/0001-09 ALVARA N°:1468

Certificado de Segurança: nº 155/2020 Expedido pelo DREX /SR/ DPF



## CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA

Por este instrumento particular de prestação de serviço de segurança que fazem entre si, de um lado, MDL Promoção e Eventos inscrito no CNPJ sobre o nº 11.188.247/0001-08 com sede na sede administrativa na Rua Alberto Dalcanale N. 0951 - Jd - Porto Alegre - Município, Toledo - Pr -Cep: 85.906-402 neste ato representado por Daniel Luiz Bortolotto inscrito no CPF: 023.866.089-30 devidamente representada por seus mandatários ao final assinados, aqui denominada CONTRATANTE. Sob as cláusulas e condições. Contrato para a empresa MDL - Promoção e Eventos, Local da prestação de serviços na Rua Alberto Dalcanale - N. 0951 - Jardim Porto Alegre MUNICIPIO: Toledo - Paraná, Cep. 85.906-402 pessoa física de direito privado, somente CONTRATANTE e do outro lado, CONTRATADO é a empresa, Primeira Ação Vigilância e Segurança LTDA, CNPJ: 31.789.997/0001-09 Alvará. N° 1468 Certificado de Segurança: N° 155/2020. Expedido Pelo DRX/DPF. Situada na Rua. Hilberto Peiter N. 430 Bairro: Jardim Parizzotto - CEP: 85.914-020 - Toledo - Paraná, devidamente representado aqui denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Sócios/Proprietários Mauro Marcelo Veríssimo e Gilberto Fraga de Paula devidamente representada por seus mandatários ao final assinados, aqui denominada CONTRATADO.

Vigilância e segurança autorizado pela Polícia Federal com o número do Alvará 1468 e o Certificado de Segurança com o nº. 155/2020, expedido pela SR/DPF/PR.

Pelo presente instrumento articular, nesta e na melhor forma de direito, as partes CONTRATANTE e CONTRATADO supracitadas firmam o presente Contrato de prestação de serviço de segurança privada obedecendo às condições estabelecidas através de suas cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO

O CONTRATANTE ajusta os préstimos do CONTRATO, com finalidade de prestação de serviços de Vigilância/Segurança Patrimonial desarmada pela a CONTRATADA, com o início dia 30 de abril de 2021 das 19h00min as 07h00min de domingo a segunda-feira, com o termino previsto no dia 30 de outubro 2021, totalizando em um total de 2.160 horas.

Paragrafo Primeiro: A prestação de serviço será constituída por 02(dos) vigilantes noturnos em escala 12x36, para realização dos serviços prestados, o CONTRATADO compromete-se apresentar nos dias e horários marcados, com os seus funcionários devidamente uniformizados e credenciados para a execução dos trabalhos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagara a CONTRATADA, Valor mensal será de R\$ 6.800,40(seis mil e oitocentos reais e quarenta centavos) referente a 360 horas mensal trabalhadas.

31.789.997/0001-09  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
RUA HILBERTO PEITER, 430 - JD. PARIZZOTTO  
TOLEDO - PR  
CEP 85.914-020

Rua: Hilberto Peiter N.430 - Jardim Parizzotto CEP 58.914-020 - Toledo - PR  
Email: [primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com) / [primeiracaovigilancia@gmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@gmail.com)  
Fone:45 2035 5524 Celular: 45 - 9.9946-9304 / 9.91073900





**PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**  
CNPJ:31.789.997/0001-09 ALVARA N°:1468  
Certificado de Segurança: nº 155/2020 Expedido pelo DREX /SR/ DPF



**Paragrafo Primeiro:** Caso ultrapasse o horário descrito no contrato será cobrado R\$ 21,00 (vinte e um reais) por hora excedente trabalhada ao segurança que está na escala de serviço. Para seu cancelamento será necessária uma comunicação por escrito 72(setenta e duas horas) de antecedências.

**Paragrafo Segundo:** Com finalidade de manter a ordem/segurança no local, caso seja necessário o CONTRATANTE poderá mediante previa autorização da CONTRATADA, aumentar a quantidades da vigilância, tomando como base o pagamento vigência do presente contrato, fica a contratada responsável pelos os equipamentos de trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA - A RESPONSABILIDADE PELA MÃO DE OBRA**

A CONTRATADA assume total responsabilidade sobre as atividades e atos de seus colaboradores dentro das instalações da CONTRATADA, obrigando-se a retirar do local os empregados, operários ou prepostos que a juízo da CONTRATANTE, seja prejudicial à ordem, disciplina ou andamento dos serviços.

**Paragrafo Primeiro:** O CONTRATADO declara para todo e qualquer efeito legal ou contratual, que não existe qualquer vínculo empregatício entre CONTRATANTE e os empregados do CONTRATADO utilizado na execução dos trabalhos.

**Paragrafo Segundo:** No atraso do pagamento pelo o CONTRATANTE por mais de 05 dias ou recusa ao pagamento de quaisquer, dará o CONTRATADO o direito de emitir letras cambiais, duplicatas de prestação de serviços, podendo as mesmas ser encaminhadas ao Ofício de protestos de títulos para as devida cobranças e posteriormente serem executadas judicialmente com acréscimo de 40% sobre o valor do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA:** As partes comprometem-se a não fornecer a terceiros e a manter em estrito sigilo quaisquer dados materiais, informações inclusive cadastrais que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, sob as penas da lei, bem como não utiliza-las exceto no que concede ao desenvolvimento dos objetivos e prestação de serviço deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo. Prevalecendo, porém a discórdia, elegem o foro da cidade de Toledo PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato (Lei N:9307).

E para firmeza e como prova de assim haverem contratado, Firmaram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma assinado pelas partes obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todos seus termos.

Toledo-Pr, 20 de abril de 2021.

11.188.247/0001-08  
9050794846  
MDL PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA  
RUA HILBERTO PELTER, 430 - JARDIM PARIZZOTTO  
TOLEDO - PR

31.798.997/0001-09  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA  
RUA HILBERTO PELTER, 430 - JARDIM PARIZZOTTO  
TOLEDO - PR  
CEP 58.914-020

Rua: Hilberto Pelter N.430 – Jardim Parizzotto CEP 58.914-020 - Toledo - Pr  
Email: [primeiracaovigilancia@hotmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@hotmail.com) / [primeiracaovigilancia@gmail.com](mailto:primeiracaovigilancia@gmail.com)  
Fone: 45 2035 5524 Celular: 45 – 9.9946-9304 / 9.91073900

## 22. Outros Documentos (PROCESSO MAXORGANI)

31/05/2021  
31/03/2021

**CONIMS**

**Consórcio Intermunicipal de Saúde**

**PROCESSO Nº  
023/2021**

**SETOR: LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.**

**OBJETO:**

PROCESSO 070/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO 021/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 166/2018

**MAXORGANI SEGURANÇA  
PRIVADA LTDA ME.**

12/05/2021  
01/05/2021

## ATO DE CONSÓRCIO

### Resolução nº 006/2021

Regulamenta o procedimento do processo administrativo de aplicação de penalidades por descumprimento de obrigações decorrentes de processos licitatório regidos pela Lei 10.520/02 e pela Lei 8.666/93 nas suas omissões.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, Senhor PAULO HORN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social, Contrato de Consórcio Público, e:

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar os procedimentos dos processos administrativos para aplicação de penalidades por descumprimento de obrigações assumidas em Contratos Administrativos, em especial os decorrentes de processos licitatórios;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** A vencedora do certame licitatório, ou contratada, que não cumprir com as obrigações assumidas no edital, contrato ou equivalente, e preceitos legais, será penalizada com as sanções previstas no edital ou instrumento correspondente, com fundamento na lei vigente, de forma cumulativa ou não, obedecendo o processo ao seguinte procedimento.

I. A notificação do acusado para que se manifeste sobre o suposto descumprimento das obrigações previstas no edital ou instrumento equivalente no prazo de 24 horas;

II. Não sendo conclusiva a manifestação ou em caso de omissão, a instauração de processo para que se apure e, sendo o caso, aplique-se penalidade, pela comissão processante;

III. A citação do notificado, quanto à instauração do processo, bem como a sua intimação quanto aos demais atos do processo, quando necessário, irão ocorrer por e-mail ou correios (através de Aviso de Recebimento- AR);

IV. A manifestação da parte acusada, deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, como exercício de ampla defesa, atendendo-se ao disposto no inciso LVI, artigo 5º, da Constituição Federal, oportunidade em que se deverá juntar as provas que tem em seu favor, bem como requerer outras que entender necessário, sob pena de preclusão e revelia;

V. A Comissão Processante deferirá a produção das provas que reputar relevantes, no prazo por ela assinalada, não sendo superior a 5 (cinco) dias úteis e/ou





determinará a produção de outras, quando julgar relevante ao deslinde da questão controvertida;

VI. A Comissão Processante elaborará e encaminhará relatório, contendo descritivo dos fatos e sugestão acerca da existência ou inexistência de quebra de dever contratual, e respectiva sanção, juntamente com os autos do processo administrativo para apreciação e decisão da Secretária Executiva do Consórcio;

VII. Da decisão será comunicado o Acusado, no endereço e na pessoa por ele indicado, com poderes especiais para tanto;

VIII. O acusado poderá apresentar recurso escrito, sem efeito suspensivo, ao Presidente do Consórcio, no prazo de 5 dias úteis, a contar do efetivo recebimento da Decisão, sob pena de preclusão;

IX. Oferecido o Recurso, a Secretaria Executiva poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir ao Presidente do Consórcio, para apreciação, julgamento e decisão final que posteriormente será enviado à notificada;

§1º. A resposta do acusado poderá ser enviada por e-mail ou correio desde que seja recebida no estabelecimento do órgão processante dentro dos prazos estabelecidos e no horário de expediente.

§2º. Considera-se regularmente citado/intimado o Acusado, com o envio de comunicado ao endereço (virtual ou físico) constante do Contrato ou usualmente utilizado como meio de comunicação entre as partes.

§3º. Na hipótese de alteração de endereço (virtual ou físico) após a celebração do Contrato ou documento equivalente e no transcorrer do processo apuratório, deverá o Acusado informar a mudança, sob pena de ser considerado intimado das decisões ulteriores.

X. O ato de instauração, aplicação de penalidade e encerramento do processo, será publicado na imprensa oficial eletrônica (Diário dos Municípios), atendendo-se ao princípio da publicidade dos atos administrativos;

XI. A autuação do processo será sequencial à ordem de sua abertura, seguida do ano de sua instauração;

XII. Os prazos previstos nesta Resolução iniciam-se a partir da ciência da comunicação do indiciado.

**Art. 2º.** Nas licitações promovidas pelo sistema de registro de preços, quando o vencedor for convocado para subscrever Ata com o Órgão Gerenciador (CONIMS) e, no prazo

previsto no respectivo edital não se manifestar, a omissão será entendida como ato ilícito, cuja responsabilidade será apurada em processo administrativo, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* e havendo necessidade de imediata entrega do bem/prestação de serviço, o setor competente poderá chamar o segundo colocado para subscrição da Ata.

**Art. 3º.** Presentes indícios de inexecução de obrigação prevista no Edital e na Ata, pelo 1º colocado nas licitações promovidas pelo sistema de registro de preços, justificada a urgência da aquisição/prestação, poderá ser chamado o segundo colocado, desde que notificado o 1º colocado na forma do art. 1º, inciso I, desta Resolução, e este não tenha fornecido justificativa plausível.

Parágrafo único. A comissão Processante, ocorrendo o disposto no *caput*, deverá instaurar o processo administrativo para apuração da penalidade, nos termos desta Resolução.

**Art. 4º.** Toda e qualquer penalidade deverá ser precedida de regular processo administrativo, podendo ser ouvido, a qualquer momento, o Setor Jurídico deste Consórcio, sem prejuízo da suspensão ou rescisão do Contrato, na forma da lei.

**Art. 5º.** A pena de multa, cumulável com as demais, poderá ser descontada da garantia do respectivo contrato/Ata e dos pagamentos vincendos eventualmente devidos pelo CONIMS ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Art. 6º.** Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**Art. 7º.** Em casos em que a urgência assim justificar, a Autoridade Competente poderá determinar medidas acautelatórias do bem jurídico em risco, devidamente justificada e demonstradas nos autos.

**Art. 8º.** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos tem

eficácia somente para as contratações/Licitações manejadas pelo CONIMS e será lançada em cadastro mantido pelo Setor de Licitações.

**Art. 9º.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, tem eficácia perante outros entes contratantes/licitantes e deverá ser lançada em cadastro mantido pelos órgãos de controle de contas, na forma da lei.

**Art. 10º.** Fica revogada a Resolução nº 217/2013.

**Art. 11º.** Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Pato Branco/PR, 13 de janeiro de 2021.

PAULO  
HORN:554075  
52949

Assinado de forma  
digital por PAULO  
HORN:5540755294  
9

**PAULO HORN  
PRESIDENTE**

**ATO DE CONSÓRCIO****Resolução nº 022/2020**

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Processos Administrativos para apuração de responsabilidades relacionadas aos contratos administrativos.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de compor a comissão processante específica para direção de processos administrativos;

**Resolve:**

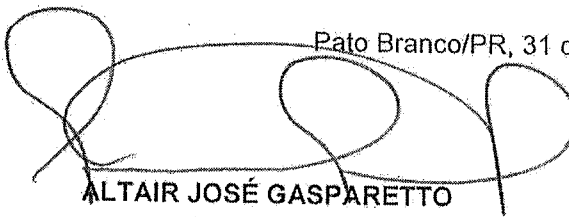
**Art. 1º** Designar os empregados abaixo para compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos:

Matrícula	Empregado	Composição
233	CASSIANE DANIELLI VENDRUSCOLO	PRESIDENTE
216	BARBARA CAMILA FRANCA DA SILVA	VICE
299	SAMIR RODRIGO KALINOSKI	MEMBRO

**Art. 2º** Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinente.

**Art. 3º** Revoga-se a Resolução nº 058 de 10 de fevereiro de 2019.

**Art. 4º** Esta resolução entra em vigor a partir de 22 de janeiro de 2020.

  
Pato Branco/PR, 31 de janeiro de 2020.  
**ALTAIR JOSÉ GASPARETTO**  
PRESIDENTE

## NOTIFICAÇÃO- Nº 164/2021

## IRREGULARIDADE NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços Nº: 166/2018

Contratado: MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.

Objeto Do Contrato: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.**

Senhores Responsáveis,

Considerando o memorando nº 031/2021 enviado pelo setor da Contabilidade e nos termos do Art 55, XIII e 78, Parágrafo único, da Lei nº 8666/93, concedemos o **prazo de 15 (quinze) dias**, para a correção das irregularidades, sob pena de instauração de processo administrativo a respeito das pendências elencadas abaixo:

PENDÊNCIA	REFERÊNCIA CONTRATUAL (CLÁUSULA/ SUBCLÁUSULA):
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	<b>CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:</b> <b>4.1.5.</b> Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa; <b>4.1.6.</b> <u>Providenciar a imediata correção das divergências apontadas</u> pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados. <b>4.1.7.</b> <u>Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais</u> decorrentes da execução do presente Contrato; <b>4.1.8.</b> <u>A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais</u> , adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

Observações:

**Verificar com a contabilidade e com responsável empresa para que possa regularizar as pendências acima no prazo mencionado.**

Aguardaremos o envio por email ([licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br)) os documentos que comprovem a regularização das pendências dentro do prazo.

Atenciosamente,

Pato Branco/PR 30 de março de 2021

MARCOS JOSE  
BRANDOLI DE

LIMA:06427092979

Assinado de forma  
digital por MARCOS  
JOSE BRANDOLI DE  
LIMA:06427092979

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000008



LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

---

**NOTIFICAÇÃO 164/2021**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

30 de março de 2021 15:03

Para: MAXIMO ORGANIZAÇÕES &lt;maximo.guarapuava@gmail.com&gt;

Boa tarde.

Segue em anexo a notificação nº **164/2021**, referente ao Contrato **166/2018**, para conhecimento e providências.

Em caso de dúvida estamos à disposição.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

Isabel Vazata.

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br



---

**NOT. 164-2021 - MAXORGANI.pdf**

264K

**NOTIFICAÇÃO- Nº 193/2021****IRREGULARIDADES NO CUMPRIMENTO DE DEVERES CONTRATUAIS**

Contrato de Prestação de Serviços Nº: 166/2018

Contratado: **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Senhores Responsáveis,

**Considerando-se** que a fiscalização de contratos tem papel fundamental de zelar pela boa execução dos contratos, principalmente aqueles cujo serviço envolva a terceirização de mão de obra;

**Considerando-se** que foi constatado que o Contratado não vem cumprindo regularmente as obrigações contratuais mantidas com seus respectivos funcionários, predominantemente à observância à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de natureza remuneratória e previdenciária;

**Considerando-se** a forma de execução regida pelo contrato na cláusula quarta:

**4.2. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

**4.18.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**4.27.** Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato."

**4.42.** Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

**4.43.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela



*Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;*

**Considerando-se** também a cláusula sétima do contrato, em que são estabelecidas as penalidades em caso de descumprimento das obrigações pela contratada:

**CLAUSULA SÉTIMA – PENALIDADES**

**7.1.** Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

**7.1.1.** Advertência.

**7.1.2.** Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

**a)** Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas.

**b)** Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal.

**c)** Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias.

**7.2.** Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa.

**7.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CONIMS, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**7.4.** Impedimento de participar de licitações e contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**7.5.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONIMS e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

Diante disso, requer-se que a contratada **apresente ao CONIMS**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento deste via e-mail:

- ✓ os documentos comprobatórios de pagamento dos salários, referentes ao mês de março/2021 dos empregados que atuam nas dependências do Consórcio;

- ✓ As Certidões fiscais (Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais.

O não atendimento deste no prazo ou justificativa considerada insuficiente, ensejará a **abertura de processo administrativo** para eventual rescisão contratual e aplicação de penalidades

Atenciosamente,

Pato Branco/PR 09 de abril de 2021.

MARCOS JOSE

BRANDOLI DE

LIMA:06427092979

Assinado de forma digital

por MARCOS JOSE

BRANDOLI DE

LIMA:06427092979

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

---

**NOTIFICAÇÃO 193/2021**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

9 de abril de 2021 15:43

Para: thiago.maxorgani@gmail.com, MAXIMO ORGANIZAÇÕES &lt;maximo.guarapuava@gmail.com&gt;, ANDERSOM GOULART RIOS &lt;maxorgani.rios@gmail.com&gt;

Boa tarde,

Segue em anexo a notificação nº **193/2021**, referente ao Contrato **166/2018**, para conhecimento e providências.

Em caso de dúvida estamos à disposição.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

Marcos

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**


Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

---

 **NOT. 193-2021 - MAXORGANI.pdf**  
485K

Os Termos de Serviço e a Política de Privacidade do WhatsApp serão atualizados em 15 de maio de 2021. Abra o WhatsApp no seu celular para saber mais.

Mehrotra et al. / CONSUMER AND FUTURE CONSUMERS

Anderson Rios

+546 9137-7737

Karine - Saudade do Iguaçu

Dr Daniel Spilman  
Ortega's

Dr. Kummer  
 44. Osvaldo Cooperativo

+55 46 8419-6304  
WhatsApp: 4684196304

**Antônio Cardoso**  
X Chamada de voz perdida

**Beltrox Analice Beltrao**

ivete irabalho

**Lico Oxigenio Beirao**  
Vou falar pra analise e entregar lá

### Ronan Sullivan

Crime, police and

É dia, estou na estrada. Daqui a pouco vejo emai

8740



08-06

oi sim, eu passei ao proprietário

responderai la enteo.

30

October 2008

BOOKS

Bob Farce Anderson

2000

Bom dia Anderson

recebeu a notificação 193/2021 que o Marcos se encurtaria.

per gentilezza conferma o emenda

300

**Re: NOTIFICAÇÃO 193/2021**

1 mensagem

**ANDERSOM GOULART RIOS** <maxorgani.rios@gmail.com>

12 de abril de 2021 08:37

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Cc: thiago.maxorgani@gmail.com, MAXIMO ORGANIZAÇÕES &lt;maximo.guarapuava@gmail.com&gt;

Ok, recebido.

Em sex., 9 de abr. de 2021 às 15:43, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br> escreveu:  
Boa tarde,

Segue em anexo a notificação nº **193/2021**, referente ao Contrato **166/2018**, para conhecimento e providências.

Em caso de dúvida estamos à disposição.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

Marcos

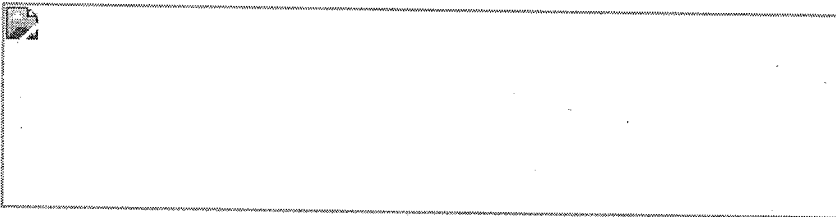
**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br



**Re: NOTIFICAÇÃO 193/2021**

1 mensagem

ANDERSOM GOULART RIOS <maxorgani.rios@gmail.com>  
Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>

12 de abril de 2021 14:14

Boa tarde

Enviando os comprovantes de pagamento de salário referente a março de 2021.  
Como foram pagos hoje envio as ted bancária, os recibos estão por serem assinados.

A disposição

Em sex., 9 de abr. de 2021 às 15:43, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br> escreveu:  
Boa tarde,

Segue em anexo a notificação nº **193/2021**, referente ao Contrato **166/2018**, para conhecimento e providências.

Em caso de dúvida estamos à disposição.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

Marcos

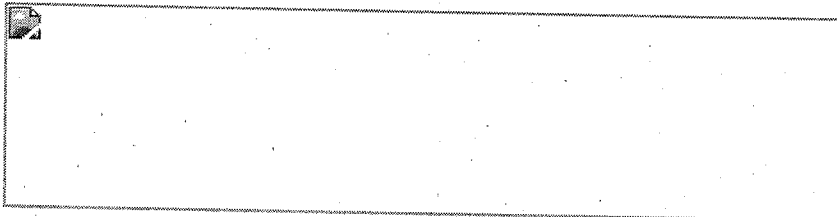
**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

**4 anexos** **CONIMS PB Mar.21.pdf**  
160K **CONIMS CV Mar.21.pdf**  
135K **Recibos Coronel Vivida.pdf**  
56K **Recibos Pato Branco.pdf**  
69K



Associado: MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI  
Cooperativa: 0703

Conta Corrente: 41282-1

Impresso em 12/04/2021 10:23:34

### TED Outra Titularidade - Em Lote

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005182993  
Instituição: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Cooperativa/Agência: 1932  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 71828  
Favorecido: DIERFERSON NIENDICKER  
CPF/CNPJ: 070.592.949-37  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:23:34  
**Valor a Transferir (R\$): 2.847,15**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: 6C6D.8643.5ED5.AA45.6634.188D.12CE.D3FA

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005183002  
Instituição: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Cooperativa/Agência: 4593  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 224914  
Favorecido: JULIANA LOUREIRO DE QUEIROZ  
CPF/CNPJ: 075.650.009-57  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:23:34  
**Valor a Transferir (R\$): 2.816,53**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: 147D.A9C1.A9E3.1D09.7FC8.3706.A715.D9A5



00001728

- \* A transação acima foi realizada via Internet Banking Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.
- \* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.
- \* Em caso de agendamento, a efetivação da transação ocorrerá mediante disponibilidade de limite, saldo e demais requisitos do serviço. Acompanhe sua conta e sempre confira a execução dos agendamentos na data programada.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas)  
0800 724 4770 (Demais Regiões)  
SAC 0800 724 7220  
Ouvidoria 0800 646 2519  
Atendimento aos deficientes auditivos ou de fala 0800 724 0525



Associado: MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI  
Cooperativa: 0703

Conta Corrente: 41282-1

Impresso em 12/04/2021 10:25:30

### TED Outra Titularidade - Em Lote

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005189356  
Instituição: ITAU UNIBANCO S.A.  
Cooperativa/Agência: 1235  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 066626  
Favorecido: JANDIR MINIUK DE ARRUDA  
CPF/CNPJ: 738.843.919-68  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:25:29  
**Valor a Transferir (R\$): 2.541,92**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: 4054.EEC9.1394.BD53.C935.9AEB.FE5C.A7D1

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005189035  
Instituição: ITAU UNIBANCO S.A.  
Cooperativa/Agência: 1235  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 355714  
Favorecido: JOSE LUBKE  
CPF/CNPJ: 859.779.429-15  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:25:30  
**Valor a Transferir (R\$): 2.819,24**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: EBCE.93A5.AF57.8388.D585.BC69.6313.5835

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005189041  
Instituição: ITAU UNIBANCO S.A.  
Cooperativa/Agência: 1235  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 084884  
Favorecido: VALMIR SCATOLIN  
CPF/CNPJ: 765.314.579-53  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:25:30  
**Valor a Transferir (R\$): 2.540,66**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: E660.70A2.7964.1770.FDE2.B2E1.3AC2.4CCF

Solicitante: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR  
Cooperativa Origem: 0703  
Conta Origem: 41282-1  
Número de Controle: 1005189387  
Instituição: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
Cooperativa/Agência: 602  
Tipo de Conta Destino: Conta Corrente  
Conta Destino: 000279626  
Favorecido: EDIPO GUSTAVO R SANTOS  
CPF/CNPJ: 083.074.169-06  
Data Transferência: 12/04/2021  
Hora Transferência: 10:25:30  
**Valor a Transferir (R\$): 2.569,60**  
Finalidade: Credito Em Conta  
Motivo Transferência:  
Identificador:  
Tarifa (R\$): 8,00  
Autenticação Eletrônica: FE8B.DB55.8FBB.55B4.FF38.9AC5.9C47.ADFC

\* A transação acima foi realizada via Internet Banking Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.  
\* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.  
\* Em caso de agendamento, a efetivação da transação ocorrerá mediante disponibilidade de limite, saldo e demais requisitos do serviço. Acompanhe sua conta e sempre confira a execução dos agendamentos na data programada.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas)  
0800 724 4770 (Demais Regiões)  
SAC 0800 724 7220  
Ouvidoria 0800 646 2519  
Atendimento aos deficientes auditivos ou de fala 0800 724 0525



**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000021

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

57 DIEFERSON NIENDICKER

CBO

5173.30

Lotação

CORONEL VIVIDA

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	200,14	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		305,27
6	IRRF	15,00%.		84,25
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
206.43710.11.0	070.592.949-37	05/09/2018	Vigilante	3.399,29	552,14
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.232,29	3.232,29	258,58	2.927,02	2.847,15

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

RECIBO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

57 DIEFERSON NIENDICKER

CBO

5173.30

Lotação

CORONEL VIVIDA

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	200,14	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		305,27
6	IRRF	15,00%.		84,25
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
206.43710.11.0	070.592.949-37	05/09/2018	Vigilante	3.399,29	552,14
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.232,29	3.232,29	258,58	2.927,02	2.847,15

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000022

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

60 JULIANA LOUREIRO DE QUEIROZ

CBO

5173.30

Lotação

CORONEL VIVIDA

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	159,21	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		300,36
6	IRRF	15,00%.		78,85
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
131.17046.50.9	075.650.009-57	05/09/2018	Vigilante	3.358,36	541,83
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.191,36	3.191,36	255,31	2.891,00	2.816,53

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

RECIBO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

60 JULIANA LOUREIRO DE QUEIROZ

CBO

5173.30

Lotação

CORONEL VIVIDA

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	159,21	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		300,36
6	IRRF	15,00%.		78,85
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
131.17046.50.9	075.650.009-57	05/09/2018	Vigilante	3.358,36	541,83
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.191,36	3.191,36	255,31	2.891,00	2.816,53

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000023

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**122 EDIPO GUSTAVO ROGERIO DOS SANTOS**CBO  
**5173.30**Lotação  
**PATO BRANCO**

Mensagem: ...

				Folha: 1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	164,70	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		261,14
6	IRRF	7,50%.		38,24
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
206.65495.52.2	083.074.169-06	23/11/2020	Vigilante	<b>3.031,60</b>	<b>462,00</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.864,60</b>	<b>2.864,60</b>	<b>229,17</b>	<b>2.413,87</b>	<b>2.569,60</b>
Bco-Agencia-Conta-Op.Raz		Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo			
		Data: / / Assinatura:			

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

**RECIBO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**122 EDIPO GUSTAVO ROGERIO DOS SANTOS**CBO  
**5173.30**Lotação  
**PATO BRANCO**

Mensagem: ...

				Folha: 1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	164,70	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		261,14
6	IRRF	7,50%.		38,24
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
206.65495.52.2	083.074.169-06	23/11/2020	Vigilante	<b>3.031,60</b>	<b>462,00</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.864,60</b>	<b>2.864,60</b>	<b>229,17</b>	<b>2.413,87</b>	<b>2.569,60</b>
Bco-Agencia-Conta-Op.Raz		Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo			
		Data: / / Assinatura:			



**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000024

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**58 JANDIR MINIUK DE ARRUDA**

CBO

**5173.30**

Lotação

**PATO BRANCO**

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	148,17	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		259,16
6	IRRF	7,50%.		51,37
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.75647.89.2	738.843.919-68	05/09/2018	Vigilante	<b>3.015,07</b>	<b>473,15</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.848,07</b>	<b>2.848,07</b>	<b>227,85</b>	<b>2.588,91</b>	<b>2.541,92</b>
Bco-Agencia-Conta-Op.Raz					
Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo					
Data: / / Assinatura:					

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

**RECIBO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**58 JANDIR MINIUK DE ARRUDA**

CBO

**5173.30**

Lotação

**PATO BRANCO**

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	148,17	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		259,16
6	IRRF	7,50%.		51,37
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.75647.89.2	738.843.919-68	05/09/2018	Vigilante	<b>3.015,07</b>	<b>473,15</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.848,07</b>	<b>2.848,07</b>	<b>227,85</b>	<b>2.588,91</b>	<b>2.541,92</b>
Bco-Agencia-Conta-Op.Raz					
Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo					
Data: / / Assinatura:					

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000025

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

59 JOSE LUBKE

CBO

5173.30

Lotação

PATO BRANCO

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	162,83	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		300,79
6	IRRF	15,00%.		79,33
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.47488.50.5	859.779.429-15	05/09/2018	Vigilante	3.361,98	542,74
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.194,98	3.194,98	255,60	2.894,19	2.819,24

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

RECIBO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

59 JOSE LUBKE

CBO

5173.30

Lotação

PATO BRANCO

Mensagem: ...

				Folha:
				1 de 1
Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
98	DSR ADICIONAL NOTURNO	4	25,26	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
136	ADICIONAL NOTURNO HORAS	98	170,52	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	162,83	
181	HORA REDUZIDA NOTURNA	14	118,86	
182	DSR S/ HORA RED NOTURNA	4	17,61	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		300,79
6	IRRF	15,00%.		79,33
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.47488.50.5	859.779.429-15	05/09/2018	Vigilante	3.361,98	542,74
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	3.194,98	3.194,98	255,60	2.894,19	2.819,24

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000026

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

61 MAURICIO RICHARDT DAUM

CBO

5173.30

Lotação

PATO BRANCO

Mensagem: ...

Folha:

1 de 1

Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
108.87884.42.0	553.274.609-59	05/09/2018	Vigilante	0,00	0,00
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / /

Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

RECIBO DE PAGAMENTO

MARCO/2021

Código Nome do Empregado

61 MAURICIO RICHARDT DAUM

CBO

5173.30

Lotação

PATO BRANCO

Mensagem: ...

Folha:

1 de 1

Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
108.87884.42.0	553.274.609-59	05/09/2018	Vigilante	0,00	0,00
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
1.915,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / /

Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

000027

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**62 VALMIR SCATOLIN**

CBO

**5173.30**

Lotação

**PATO BRANCO**

Mensagem: ...

Folha:

1 de 1

Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	146,62	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		258,97
6	IRRF	7,50%.		51,27
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.53328.41.7	765.314.579-53	05/09/2018	Vigilante	<b>3.013,52</b>	<b>472,86</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.846,52</b>	<b>2.846,52</b>	<b>227,72</b>	<b>2.587,55</b>	<b>2.540,66</b>

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:

**MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI**

RUA BENJAMIN CONSTANT, 435, CENTRO, GUARAPUAVA-PR. CEP:85.010-190

C.N.P.J.: 23.764.146/0001-09

**RECIBO DE PAGAMENTO****MARCO/2021**

Código Nome do Empregado

**62 VALMIR SCATOLIN**

CBO

**5173.30**

Lotação

**PATO BRANCO**

Mensagem: ....

Folha:

1 de 1

Rubrica	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	SALARIO BASE	30.	1.915,36	
116	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1	574,61	
143	DIF REAJUSTE CCT	1	146,62	
183	INTRAJORNADA S/ SAL	14	182,84	
184	DSR S/ INTRAJORNADA	4	27,09	
185	ASSISTENCIA MEDICA	1	167,00	
5	INSS	12,00%.		258,97
6	IRRF	7,50%.		51,27
119	DESCONTO ALIMENTAÇÃO			92,62
186	ASSISTENCIA MEDICA	1		70,00

PIS	CPF	Admissão	Cargo	Total Vencimentos	Total Descontos
123.53328.41.7	765.314.579-53	05/09/2018	Vigilante	<b>3.013,52</b>	<b>472,86</b>
Sal.Base	Base INSS	Base FGTS	FGTS do mês	Base IRRF	Valor Líquido
<b>1.915,36</b>	<b>2.846,52</b>	<b>2.846,52</b>	<b>227,72</b>	<b>2.587,55</b>	<b>2.540,66</b>

Bco-Agencia-Conta-Op.Raz

Declaro estar de acordo e ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo

Data: / / Assinatura:



Francielle Aparecida Polippo

one month per page



2 / 2

Search conversation history

Quinta-feira, 15 de Abril de 2021

(08:02:44) Isabel Cristina Vazatta: Bom dia tudo bem

(08:03:11) Francielle Aparecida Polippo: bom dia, bem e vc?

(08:03:21) Isabel Cristina Vazatta: preciso do registro do AR do envelope enviado ontem para THALITA

(08:03:25) Isabel Cristina Vazatta: bem tbm

(08:05:14) Francielle Aparecida Polippo: correio não veio buscar as coisa ontem vou ligar novamente assim q me mandaram por email lhe aviso

(08:05:59) Isabel Cristina Vazatta: ok, aguardo

(08:06:01) Isabel Cristina Vazatta: obrigada

(08:51:18) Francielle Aparecida Polippo - Notificar como Alerta: Bom dia, Nosso audição está recebendo reunião dia todo. Como de praxe, pedimos a todos que em caso

(08:51:50) Francielle Aparecida Polippo: :-)

(09:15:50) Isabel Cristina Vazatta: oie

(09:15:57) Isabel Cristina Vazatta: por favor liga na MAXORGANI

(09:16:02) Isabel Cristina Vazatta: aguardo

(09:22:11) Francielle Aparecida Polippo: oi ok

(09:27:01) Francielle Aparecida Polippo: chama ninguem atende vou ficar tentando

(09:27:41) Isabel Cristina Vazatta: aguardo, obrigada

(09:34:28) Isabel Cristina Vazatta: oi... o Thiago que me atendeu, pediu para ligar para o Junior no 42 999860353

(09:34:33) Isabel Cristina Vazatta: liga nesse por favor

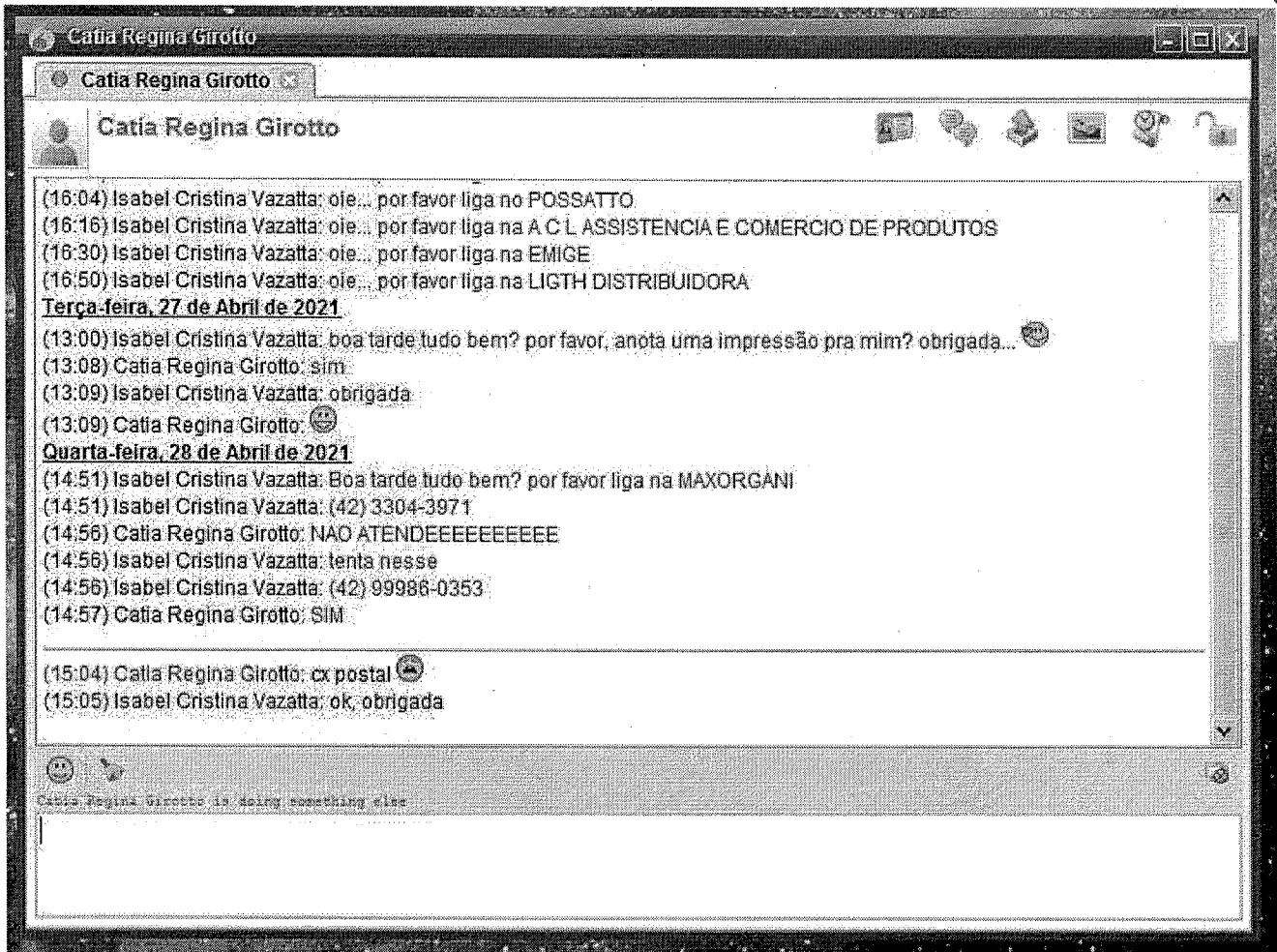
(09:34:34) Isabel Cristina Vazatta: aguardo

(09:34:50) Francielle Aparecida Polippo: ok

(09:38:28) Francielle Aparecida Polippo: chama ninguem atende vou ficar tentando

(09:40:31) Isabel Cristina Vazatta: ok, obrigada

Terça-feira, 20 de Abril de 2021





LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

0000308

## ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 023/2021

1 mensagem

LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

29 de abril de 2021 16:25

Para: MAXIMO ORGANIZAÇÕES <maximo.guarapuava@gmail.com>, ANDERSOM GOULART RIOS <maxorgani.rios@gmail.com>, thiago.maxorgani@gmail.com

Bom dia.

Segue anexo referente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidade **023/2021**.

Favor confirmar o recebimento.

--

Isabel Vazata.

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

---

### 2 anexos

**004 - COMUNICAÇÃO - NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE --.pdf**

201K

**005 - ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO.pdf**

268K



**NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO  
DE RESPONSABILIDADE – Nº 023/2021**

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS**, através da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 022/2020, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME** C.N.P.J Nº 23.764.146/0001-09, pela necessidade de constatação de eventual culpa ou descumprimento do regime de execução e obrigações assumidas por este prestador, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 28 de abril de 2021.

CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957  
57

Assinado de forma digital por  
CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957  
Dados: 2021.04.29 15:51:01 -03'00'

**Cassiane Danielli Vendruscolo**  
Presidente Comissão Processante  
*Res. 022/2020*

**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.**

C.N.P.J nº - 23.764.146/0001-09.

Rua Benjamin Constant, nº 435, CENTRO.

CEP: 85.010-190 – Guarapuava - PR

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 070/2018 | Pregão Eletrônico nº 021/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº:** 166/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Prezados Senhores,

**a)** Considerando-se notificação de nº 164/2021 datada e enviada para a empresa em 30/03/2021, a qual solicitava o envio da documentação de comprovação de regularidade perante a união (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União);

**b)** Considerando-se notificação de nº 193/2021 datada e enviada em 09/04/2021, a qual solicitava que a contratada apresentasse documentos comprobatórios do pagamento de salários dos empregados que atuam nas dependências do consórcio, referentes ao mês de março/2021, solicitou ainda a apresentação da certidão de Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e reiterou que a notificada apresentasse Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais;

**c)** Considerando-se que a notificada não apresentou resposta à notificação nº 164/2021, inclusive foram efetuadas várias tentativas de contato via telefone por parte deste CONIMS, porém sem sucesso;

**d)** Considerando-se que em 12/04/2021, a contratada respondeu a notificação de nº 193/2021 apresentando comprovantes (TED bancário) de que efetuou o pagamento dos funcionários, mas não apresentou as certidões fiscais solicitadas;

**e)** Considerando-se cláusula quarta do referido contrato de prestação de serviços:

**4.2. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

*4.18. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do*

objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

4.27. Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato. "

4.42. Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

4.43. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

Considerando-se, portanto, indícios de descumprimento do regime de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 166/2018, vem a Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições conferidas pela Res. 022/2020, **PROMOVER A INSTAURAÇÃO** de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

Como previsto no art. 87, § 2º, da lei nº 8.666/93, é concedido ao contratado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta, a ampla defesa; oportunidade em que se poderá juntar provas a seu favor, bem como requerer a produção de outras que entender necessário, sob pena de preclusão, à qual será dada a continuidade do processo independentemente de manifestação da intimada.

Toda e qualquer manifestação será aceita mediante instrumento formal enviado ao e-mail [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br), ou aquele encaminhado ao Setor de Licitações pelo correio com aviso de recebimento, à Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-530, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Pato Branco/PR, 29 de abril de 2021.

Atenciosamente,

CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957

Assinado de forma digital por CASSIANE  
DANIELLI VENDRUSCOLO:02710436957  
Dados: 2021.04.29 15:46:56 -03'00'

**Cassiane Danielli Vendruscolo**  
Presidente Comissão Processante  
Res. 022/2020



## Licitações

Onde Estou : Início &gt; Licitações

ANO: 2021 2020 2019 2018 2017 2016 2015 2014 2013

MÊS: Jan Fev Mar Abr

Modalidade: Processos Administrativos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 023/2021

29/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 023/2021

[Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA](#)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 022/2021

29/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 022/2021

[Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA](#)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 021/2021

28/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 021/2021

[Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA](#)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 020/2021

26/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - Nº 020/2021

[Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA](#)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 019/2021

**↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 018/2021

16/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 018/2021

**↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 017/2021

15/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 017/2021

**↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 016/2021

15/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 016/2021

**↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA**[anterior](#) **1** [2](#) [3](#) [próxima »](#)

Página 1 de 3

[Voltar](#)[Home](#)[Institucional](#)[Quem Somos](#)[Municípios](#)[Região de](#)[Abrangência](#)[Responsáveis](#)[Endereços Oficiais](#)[Contatos](#)[Consortciados](#)[Recomendação MPPR](#)[Atos Legais](#)[Leis de Ratificação](#)[Documentos](#)[Institucionais](#)[Editais e Atas dos](#)[Conselhos](#)[Processos Adm.](#)[Disciplinares](#)[Resoluções](#)[Concurso | Seleção | PSS](#)[Contas Públicas](#)[Orçamento](#)[Contrato de Rateio](#)[e Aditivos](#)[Relatórios Lei](#)[Responsabilidade](#)[Fiscal](#)[Demonstrações](#)[Contábeis](#)[Convênios](#)[Recebidos](#)[Convênios](#)[Repasados](#)[Certidões do CONIMS](#)[Acesso Restrito](#)[IDS Saúde](#)[Passagens e Diárias](#)[Agenda de](#)[Reuniões](#)

Eliminação de  
Documentos  
Licitações  
Contato  
Fale Conosco  
Ouvidoria

RELATÓRIO  
COMPRAS  
Portal dos Empregados  
Acessos dos Municípios  
Área Técnica |  
Redes e Programas  
TFD  
Acesso Serviços de  
TFD (NOVO)  
Área do  
Faturamento do  
Município  
Compras - Preços  
Registrados  
Área do Prestador



Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato  
Branco - PR | 85.501-530



conims@conims.com.br



(46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às  
11:30 e 13:00 às 16:30 ; Administrativo:  
Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00  
às 17:00.

Última atualização: 29/04/2021 16:35:20

---

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

---

00003728

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE  
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 023/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, através da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 022/2020, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME** C.N.P.J Nº 23.764.146/0001-09, pela necessidade de constatação de eventual culpa ou descumprimento do regime de execução e obrigações assumidas por este prestador, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 28 de abril de 2021.

**CASSIANE DANIELLI VENDRUSCOLO**

Presidente Comissão Processante  
Res. 022/2020

Publicado por:  
Ivete Maria Lorenzi  
Código Identificador:56F4024A

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 03/05/2021. Edição 2254

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



C O R R E I O S  
03/05/21 08:35:28  
AGF BAIXADA

000038

Emissao:

Página :

1  
MOREIRA E FAURO LTDA 03025096/0001-30  
Vendas por Data

Período: 30/04/2021 a 03/05/2021

Cliente CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ 00.136.858/0001-88

Data	Venda O. S.	Produto	Qtd/SA	Total Documento	CEP	Destinatario
------	-------------	---------	--------	-----------------	-----	--------------

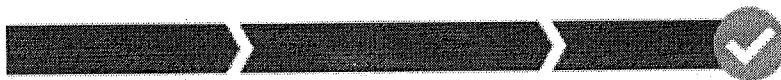
30/ 4	72255	CARTA COM REG A VI AR	15,55	BR111376395	85010-190	MAXORGANI
SEGURANCA						

Total 30/ 4		1	15,55			
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		1	15,55			

000039-8

**BR111376395BR**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
07/05/2021 09:53 GUARAPUAVA / PR

07/05/2021  
09:53  
GUARAPUAVA / PR

**Objeto entregue ao destinatário**

07/05/2021  
09:07  
GUARAPUAVA / PR

**Objeto saiu para entrega ao destinatário**

05/05/2021  
09:46  
GUARAPUAVA / PR

**Empresa sem expediente - Entrega não realizada**  
Entrega deverá ocorrer no próximo dia útil

05/05/2021  
09:11  
GUARAPUAVA / PR

**Objeto saiu para entrega ao destinatário**

30/04/2021  
12:42  
PATO BRANCO / PR

**Objeto postado**



LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

---

**Defesa Contrato de Prestação de Serviços nº 166/2018**

1 mensagem

---

**Marcus Rodrigo Nascimento** <marcusnascimento\_adv@hotmail.com>  
Para: "licitacao@conims.com.br" <licitacao@conims.com.br>

18 de maio de 2021 22:18

Boa noite

Segue anexo a defesa da empresa Maxorgani de Guarapuava.

Att,

**MARCUS RODRIGO DO NASCIMENTO**

**Advogado - OAB/PR 35.092**

*Rua Dr. Laranjeiras, 474, Centro.*

*(42) 9959-2110 / 3035-1145*

*Guarapuava/Paraná*

---

**4 anexos**

 **Defesa Comims.pdf**  
416K

 **CONIMS NOTIFICACAO.pdf**  
955K

 **Maxorgani - Comunicado.pdf**  
443K

 **Contrato Social MAXORGANI Completissimo com Ultima Alteração.2020.pdf**  
1763K

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CONIMS.

**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.764.146/0001 09 com sede na Rua Benjamin Constant, 435, Centro, Guarapuava, PR, CEP 85010-190 onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar

#### **DEFESA**

à Instauração de Processo Administrativo do Contrato de Prestação de Serviços 166/2018, rogando pelo acolhimento da mesma.

#### **DOS FATOS**

A recorrente explora o ramo de Segurança Privada, mantendo em seu quadro de funcionários, pessoal necessário para atender as necessidades de seus clientes. Neste contexto, comparece, respeitosamente, para oferecer sua DEFESA, visando demonstrar que eventual penalidades decorrentes da presente notificação afetarão a estrutura financeira da empresa, devido às dificuldades já enfrentadas, e poderão inclusive vir a dificultar ainda mais a manutenção das atividades desta num futuro próximo, se tiver que arcar com multas a serem imputadas.

#### **DO DIREITO**

Ocorre que a recorrente não obteve meios de regularizar no prazo determinado por este órgão todas as solicitações postuladas, tendo em vista dificuldades contábeis ocasionadas por profissional anterior ao momento atual que estão inviabilizando a obtenção de CND.

Ressalte-se que os problemas fiscais foram descobertos recentemente mediante contratação de nova empresa quem em auditoria descobriu os erros contábeis ocorridos e se comprometeu em 30 dias a resolver e sanar todas as pendências junto a receita federal para fins de obtenção de certidão negativa de débitos (comunicado anexo).

Não obstante o recorrente vem mensalmente honrando o pagamento de seus funcionários, mesmo com as dificuldades enfrentadas, mantendo os empregados trabalhando, bem como mantendo os benefícios que lhes são concedidos.

Comprova-se então que o objetivo da recorrente é efetivamente o de cumprir as determinações legais, como sempre fez, o que só não ocorreu até a presente data devido a problemas contábeis de profissional anterior. Jamais houve a intenção da recorrente em manter-se alheia ao cumprimento de suas obrigações legais, pleiteando assim a não aplicação de penalidade, eis que segundo empresa contratada para fins de auditoria a obtenção de CND se dará em 30 dias.

**DOS PEDIDOS**

Por todas as razões elencadas, a recorrente, contando com a clemência deste órgão, e salientando ser primária, posto que jamais foi autuada, protesta e requer pela não aplicação de penalidade, rogando a concessão de novo prazo para apresentação de CND, posto que a recorrente não tem condições de arcar com a carga que esta lhes acarretaria com a aplicação de multa.

Nesses termos,

pede deferimento.

Guarapuava, 18 de maio de 2021.

---

Marcus Rodrigo do Nascimento

OAB/PR – 35.092

**CONIMS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

**ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº  
023/2020****MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.**

C.N.P.J nº - 23.764.146/0001-09.

Rua Benjamin Constant, nº 435, CENTRO.

CEP: 85.010-190 – Guarapuava - PR.

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 070/2018 | Pregão Eletrônico nº 021/2018**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº:** 166/2018**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Prezados Senhores,

a) Considerando-se notificação de nº 164/2021 datada e enviada para a empresa em 30/03/2021, a qual solicitava o envio da documentação de comprovação de regularidade perante a união (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União);

b) Considerando-se notificação de nº 193/2021 datada e enviada em 09/04/2021, a qual solicitava que a contratada apresentasse documentos comprobatórios do pagamento de salários dos empregados que atuam nas dependências do consórcio, referentes ao mês de março/2021, solicitou ainda a apresentação da certidão de Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e reiterou que a notificada apresentasse Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais;

c) Considerando-se que a notificada não apresentou resposta à notificação nº 164/2021, inclusive foram efetuadas várias tentativas de contato via telefone por parte deste CONIMS, porém sem sucesso;

d) Considerando-se que em 12/04/2021, a contratada respondeu a notificação de nº 193/2021 apresentando comprovantes (TED bancário) de que efetuou o pagamento dos funcionários, mas não apresentou as certidões fiscais solicitadas;

e) Considerando-se cláusula quarta do referido contrato de prestação de serviços:

**4.2. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

4.18. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do

000043

objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

4.27. Cumprir as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato. "

4.42. Para os fins do disposto no contrato, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

4.43. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

Considerando-se, portanto, indícios de descumprimento do regime de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 166/2018, vem a Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições conferidas pela Res. 022/2020, **PROMOVER A INSTAURAÇÃO** de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

Como previsto no art. 87, § 2º, da lei nº 8.666/93, é concedido ao contratado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta, a ampla defesa, oportunidade em que se poderá juntar provas a seu favor, bem como requerer a produção de outras que entender necessário, sob pena de preclusão, à qual será dada a continuidade do processo independentemente de manifestação da intimada.

Toda e qualquer manifestação será aceita mediante instrumento formal enviado ao e-mail [licitacao@conims.com.br](mailto:licitacao@conims.com.br), ou aquele encaminhado ao Setor de Licitações pelo correio com aviso de recebimento, à Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP: 85.501-530, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Pato Branco/PR, 29 de abril de 2021.

Atenciosamente,

CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957

Assinado de forma digital por CASSIANE  
DANIELLI VENDRUSCOLO:02710436957  
Dados: 2021.04.29 15:46:56 -03'00'

**Cassiane Danielli Vendruscolo**  
Presidente Comissão Processante  
Res. 022/2020



**NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO  
DE RESPONSABILIDADE – Nº 023/2021**

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS**, através da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 022/2020, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME** C.N.P.J Nº 23.764.146/0001-09, pela necessidade de constatação de eventual culpa ou descumprimento do regime de execução e obrigações assumidas por este prestador, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993, Edital e Contrato.

Pato Branco/PR, 28 de abril de 2021.

CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:027104369  
57

Assinado de forma digital por  
CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957  
Dados: 2021.04.29 15:51:01-03'00'

**Cassiane Danielli Vendruscolo**  
Presidente Comissão Processante  
Res. 022/2020

Nós da, **Audax Gestão Empresarial Eireli** inscrita no CNPJ sob nº 31.720.358/0001-12 com sede à Praça C-08 nº 228 Qd 135 Lt 03 - Sala 102 - Setor Sudoeste - Goiânia - GO, vimos comunicar, a quem interessar possa, que no dia 01 de Setembro de 2020 nossa empresa foi contratada pela **Maxorgani Segurança Privada Eireli** inscrita no CNPJ sob o nº 23.764.146/0001-09, com sede à Rua Benjamin Constant nº 435 - Centro - Guarapuava - PR, para fazermos a contabilidade e bem como executar uma auditoria contábil em sua referida empresa.

Após alguns meses de auditoria verificamos que haviam alguns erros na contabilidade, os quais nós conseguimos corrigir de imediato, porém, verificamos, também, que haviam erros graves na apuração e lançamento de impostos do segundo semestre de 2019 proveniente do Simples Nacional, regime ao qual a empresa estava enquadrada. Após a correção desses erros, a Receita Federal do Brasil desenquadrou a empresa do Simples Nacional, passando a mesma para o regime de Lucro Presumido, causando um impacto na apuração dos impostos de 2020.

Em 2020 as apurações foram realizadas no regime do Simples Nacional, devido a omissão de faturamento ocorrido no segundo semestre de 2019, entretanto, depois das devidas correções e mudança de regime, teremos que refazer a contabilidade dos anos de 2020 e 2021, para atualizarmos as apurações, bem como manter a empresa saudável e regular perante aos órgãos arrecadadores.

A Maxorgani Segurança Privada busca constantemente uma Gestão clara e focada em expandir sua atuação, para isso investe em novas tecnologias, infraestrutura e qualificação de seus profissionais, para posicionar-se como uma eficaz prestadora de serviços no mercado brasileiro.

Estamos fazendo um trabalho em conjunto com a empresa e Receita Federal para analisarmos e sanarmos todas as pendências que estão impedindo a emissão da certidão, para tanto pedimos um prazo de 30 dias para que possamos, em conjunto, terminarmos a auditoria e, enfim, emitirmos as certidões.

Goiânia - GO, 18 de Maio de 2021.

**Audax Gestão Empresarial Eireli**

**Ednaldo Carvalho Soares**



Praça C-08 nº 228 - Sala 102 - Setor Sudoeste - Goiânia - GO



62 4141-9201



www.audax.net.br

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA.  
CONTRATO SOCIAL

CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA, brasileira, solteira, maior, nascida em 18/02/1980, empresária, natural de Guarapuava estado do Paraná, residente e domiciliada em Guarapuava Estado do Paraná, a Rua Guaíra, 1419 Bairro Alto da XV CEP 85065-240, portadora da Cédula de Identidade civil RG nº 7.304.565-7, emitida em 06.01.1995, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e inscrita no CPF sob nº 004.920.889-69.

JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 17/06/1980, empresário, natural de Guarapuava estado do Paraná, residente e domiciliado em Guarapuava Estado do Paraná, a Rua Guaíra, 1419 Bairro Alto da XV CEP 85065-240, portador da Cédula de Identidade civil RG nº 6.784.742-3, emitida em 26.06.2015, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e inscrito no CPF sob nº 004.688.749-09.

THIAGO CALDAS, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 27/02/1988, empresário, natural de Guarapuava estado do Paraná, residente e domiciliado em Guarapuava estado do Paraná, a Rua Prudente de Moraes, 184 Bairro Morro Alto CEP 85065-320, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.970.304-0, emitida em 02.12.2003, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná e inscrito no CPF sob nº 062.364.779-65.

Resolvem de comum acordo, constituir uma sociedade empresarial limitada conforme as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob o nome empresarial de **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, com sede e foro nesta cidade de Guarapuava PR, a Rua Benjamin Constant, 435, Bairro Centro CEP 85010-190.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2015 08:39 SOB Nº 41208299975.  
PROTOCOLO: 156567059 DE 26/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
PR156567059. NIRE: 41208299975.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETARIA GERAL  
CURITIBA, 01/12/2015  
www.empresafacil.pr.gov.br

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA.  
CONTRATO SOCIAL

2

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O capital social será R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais), dividido em 373.000 (trezentas e setenta e três mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato sendo R\$ 33.570,00 (trinta e três mil, quinhentos e setenta reais) em moeda corrente do País e o restante em Bens conforme relação abaixo:

-Um terreno urbano medindo 168,75m<sup>2</sup> com uma casa em alvenaria medindo 69,79m<sup>2</sup> contendo 03 quartos, Sala, Cozinha, Banheiro e mais uma Edícula medindo 35,00m<sup>2</sup> com Lavanderia, Sala Com Churrasqueira e Depósito, Garagem Coberta, situada a Rua Guaíra, 1419 Bairro Alto da XV CEP 85065-240 em Guarapuava estado do Paraná com valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).

-Um automóvel marca ESP/Camionete/Aber/C.Dupla Combustível Diesel Marca Nissan/Frontier XE 25 X2 Ano Fabricação 2010 Modelo 2010 Placa ASW-6906 Cor Preta Chassi n° 94DVCGD40AJ537074 Renavam n° 00227925521 Categoria Particular com valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta mil reais).

-Um automóvel marca CAR/Camionete/C. Aberta Combustível Alcool/Gasolina Marca Chevrolet/Montana LS Ano Fabricação 2011 Modelo 2012 Placa ATY-4655 Cor Preta Chassi n° 9BGCA80X0CB106571 Renavam n° 00326052291 Categoria Particular com valor de 24.430,00 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta reais).

Ficando assim distribuído entre os sócios:

CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA.....	11.190 quotas	R\$ 11.190,00
JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR....	350.620 quotas	R\$ 350.620,00
THIAGO CALDAS.....	11.190 quotas	R\$ 11.190,00
TOTAL.....	373.000 QUOTAS	R\$ 373.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O objetivo da sociedade é: Atividades de vigilância e segurança privada.

**CLÁUSULA QUARTA:** A sociedade iniciará suas atividades em 21 de outubro de 2015, e seu prazo de duração é indeterminado.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2015 08:39 SOB N° 41208299975.  
PROTOCOLO: 156567059 DE 26/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
PR156567059. NIRE: 41208299975.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 01/12/2015  
www.empresafacil.pr.gov.br

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA.  
CONTRATO SOCIAL

3

**CLÁUSULA QUINTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A administração da sociedade caberá aos sócios **CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA, JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR e THIAGO CALDAS**, com os poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

*Thiago Caldas*  
*Cristiane*  
*R*

**CLÁUSULA OITAVA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA NONA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2015 08:39 SOB Nº 41208299975.  
PROTOCOLO: 156567059 DE 26/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
PR156567059. NIRE: 41208299975.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 01/12/2015  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA.  
CONTRATO SOCIAL

4

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único** - o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Os Administradores **CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA, JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR e THIAGO CALDAS**, declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações, de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Thiago Caldas  
Bogus  
X

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2015 08:39 SOB Nº 41208299975.  
PROTOCOLO: 156567059 DE 26/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
PR156567059. NIRE: 41208299975.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 01/12/2015  
www.empresafacil.pr.gov.br

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA.  
CONTRATO SOCIAL

5

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro de Guarapuava, PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Guarapuava, 21 de outubro de 2015.

2º TABELÃO  
*Cristiane Pinheiro de Lima*  
CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA

2º TABELÃO  
*Jorge Antonio Caldas Junior*  
JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR

2º TABELÃO  
*Thiago Caldas*  
THIAGO CALDAS



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/12/2015 08:39 SOB Nº 41208299975.  
PROTOCOLO: 156567059 DE 26/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
PR156567059. NIRE: 41208299975.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 01/12/2015  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

0000528

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL

R. Mal. Floriano Peixoto, 1573, Centro  
Guarapuava/Pr - CEP 85010-250

Fone/Fax: (042) 3623-2299/3035-2299

SELO vYwMc.9daMY.mJKYS CTRL: RZnrq.zHZD

Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s)

CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA, JORGE.....

ANTONIO CALDAS JUNIOR.....

Guarapuava, 19 de novembro de 2015

Em Testemunho da Verdade.

CINTHIA GRAZIELLY LESCHUK SOUZA-Esc.

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL

R. Mal. Floriano Peixoto, 1573, Centro  
Guarapuava/Pr - CEP 85010-250

Fone/Fax: (042) 3623-2299/3035-2299

SELO 3YwMc.9daMY.tJsd CTRL: 0w8N.rMZS

Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s)

THIAGO CALDAS.....

Guarapuava, 19 de novembro de 2015

Em Testemunho da Verdade.

CELSO PRATES DE ANDRADE-Escrevente



0000538

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:  
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME  
CNPJ 23.764.164/0001-09  
NIRE 41208299975**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os abaixo assinados, **CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA**, brasileira, solteira, maior, nascida a 18 de fevereiro de 1980, natural de Guarapuava – Pr, empresária, portadora da cédula de identidade nº 7.304.565-7 SESP/PR, CPF/MF 004.920.889-69, residente e domiciliada a rua Guaíra, nº 1419, Alto da XV, município de Guarapuava – Pr, CEP 85.065-240, **JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, maior, nascido a 17 de junho de 1980, natural de Guarapuava – Pr, empresário, portador da cédula de identidade nº 6.784.742-3 II/PR, CPF/MF 004.688.749-09, residente e domiciliado a rua Guaíra, nº 1419, Alto da XV, município de Guarapuava – Pr, CEP 85.065-240 e **THIAGO CALDAS**, brasileiro, solteiro, maior, nascido a 27 de fevereiro de 1988, natural de Guarapuava – Pr, empresário, portador da cédula de identidade nº 9.970.304-0 SESP/PR, CPF/MF 062.364.779-65, residente e domiciliado a rua Prudente de Moraes, nº 184, Morro Alto, município de Guarapuava – Pr, CEP 85.065-320, sócios componentes da **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME**, com sede e foro na cidade de Guarapuava, no estado do Paraná, na rua Benjamin Constant, 435, Centro, CEP 85.010-190, CNPJ 23.764.164/0001-09, com contrato social arquivado na Jucepar sob nº 41208299975 por despacho em sessão de 01 de dezembro de 2015, ora transformam seu registro de Sociedade Limitada em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, que passará a ter um novo NIRE após o registro na Junta Comercial do Paraná, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980 A da Lei nº 10406/02 CC, resolve:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O sócio **THIAGO CALDAS**, vende e transfere a totalidade de suas quotas no valor de R\$ 11.190,00 (onze mil cento e noventa reais) ao sócio **JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**, acima qualificado, pagos neste ato em moeda corrente do país. A sócia **CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA**, vende e transfere a totalidade de suas quotas no valor de R\$ 11.190,00 (onze mil cento e noventa reais) ao sócio **JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**, acima qualificado, pagos neste ato em moeda corrente do país.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O capital social de R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais), totalmente integralizados neste ato em moeda corrente do país passa a ser somente do sócio **JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**.



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br

*Handwritten signature and initials:*  
J  
Cristiane  
TC

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:**  
**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA**  
**INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**  
**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME**  
**CNPJ 23.764.164/0001-09**  
**NIRE 41208299975**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Fica alterado o objeto social que passa a ser: A empresa terá por objeto a atividade de atividades de vigilância e segurança privada e atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

**CLÁUSULA QUARTA** – Fica transformada esta sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, sob a denominação de **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

**CLÁUSULA QUINTA** – O acervo desta Empresa, no valor de R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais) divididos em 3733 (trezentos e setenta e três) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), passa a constituir o capital da EIRELI, mencionada na cláusula anterior.

**CLÁUSULA SEXTA** – Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o teor seguinte.

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:**  
**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL**  
**DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**  
**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**  
**CNPJ 23.764.146/0001-09**

**JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, maior, nascido a 17 de junho de 1980, natural de Guarapuava – Pr, empresário, portador da cédula de identidade nº 6.784.742-3 II/PR, CPF/MF 004.688.749-09, residente e domiciliado a rua Guaíra, nº 1419, Alto da XV, município de Guarapuava – Pr, CEP 85.065-240, RESOLVE constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **23.764.146/0001-09**, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada EIRELI, e com a denominação **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI**, CNPJ sob nº 23.764.146/0001-09, 01 de dezembro de 2015, será regida por este ato constitutivo, pelo Código Civil, Lei 10.406/2002.



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:  
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME  
CNPJ 23.764.164/0001-09  
NIRE 41208299975**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A EIRELI terá a sua sede na cidade de Guarapuava, no Estado do Paraná, na rua Benjamin Constant, 435, Centro, CEP 85.010-190, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

**CLÁUSULA QUARTA** – A empresa terá por objeto a atividade de atividades de vigilância e segurança privada e atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

**CLÁUSULA QUINTA** – O capital da EIRELI na importância de R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais) divididos em 373 (trezentos e setenta e três) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), o qual está totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA SEXTA** – A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

**CLÁUSULA SETIMA** – A administração da EIRELI caberá ao titular **JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR**, dispensada de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

**Parágrafo Primeiro** – O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo Segundo** – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:  
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME  
CNPJ 23.764.164/0001-09  
NIRE 41208299975**

atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

**CLÁUSULA OITAVA** – O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apuração do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

**CLÁUSULA NONA** - Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – A titular declara sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que a proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O endereço do titular, constantes do ato constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva do titular, que deverá fazê-lo por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA:  
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA  
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME  
CNPJ 23.764.164/0001-09  
NIRE 41208299975**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A titular elegge o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento de Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Guarapuava, 27 de fevereiro de 2019.

  
JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR

  
THIAGO CALDAS

  
CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br

000058

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL  
R. Mal. Floriano Peixoto, 1573, Centro  
Guarapuava/Pr - CEP 85010-250  
Fone/Fax: (042)3623-2299/3035-2299  
SELO V4U0c.9Xj6F.U4EQ- CTRL: 00Y8N.rM9S  
Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>  
Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s)  
THIAGO CALDAS.  
Guarapuava, 01 de março de 2019  
Em Testemunho da Verdade.

CELSD PRATES DE ANDRADE - Escrevente

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL  
R. Mal. Floriano Peixoto, 1573, Centro  
Guarapuava/Pr - CEP 85010-250  
Fone/Fax: (042)3623-2299/3035-2299  
SELO V4U0c.9Xj6F.U4EQ- CTRL: 64era.Vb9D  
Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>  
Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s)  
JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR, CRISTIANE..  
PINHEIRO DE LIMA CALDAS.  
Guarapuava, 01 de março de 2019  
Em Testemunho da Verdade.

CELSD PRATES DE ANDRADE - Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2019 09:59 SOB Nº 41600836855.  
PROTOCOLO: 190933577 DE 01/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11901036904. NIRE: 41600836855.  
MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/03/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

Pato Branco/PR, 19 de maio de 2021.

**Solicitação Parecer Jurídico 150/2021**

O Setor de Licitações e Contratos do CONIMS SOLICITA a Assessoria Jurídica:

**PARECER** para dar continuidade ao PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 023/2021 – PARA ANALISE DE RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.

Setor de Licitação

*Bel*

---

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		00006078
NOME	MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME	
END	REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 023/2021	
CEP	ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT, Nº 435 CENTRO GUARAPUAVA/PR - CEP: 85.010-190	
NAT		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
		07/5/
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
	 Daniel Machado Agente de Correios Matrícula 8.552.648-1	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

Despacho nº 55/2021

1 – O Setor de Contratos e Licitações encaminha a essa Assessoria Jurídica autos de processo administrativo apuratório de responsabilidade contratual instaurado em face de MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME no âmbito do Contrato nº 166/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância na sede deste CONIMS.

2 – Consta que, na execução do contrato, a Contratada deixou de manter sua condição de regularidade tributária junto ao Fisco Federal, o que motivou esse CONIMS a exigir a apresentação da documentação, por meio de notificação própria.


3 – Ante a omissão da Contratada em regularizar o ponto indicado, promoveu-se abertura de processo administrativo apuratório de responsabilidade, com oferecimento de Defesa Prévia.

4 – Nesta, a MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME informe, por meio de sua empresa de contabilidade, que está providenciando a regularização junto à Receita Federal.

5 – Contudo, para fins de análise da conduta da Contratada e da ponderação por este CONIMS ao cenário ora instalado, REQUER-SE que a Contratada seja intimada para promover a juntada de DOCUMENTOS EMITIDOS PELA RECEITA FEDERAL demonstrando, inequivocamente, que a questão tributária está sendo regularizada perante este órgão fazendário, eis que a declaração unilateral da empresa de contabilidade não é prova suficiente para tanto.

6 – Para tanto, dê-se prazo exíguo de 24 (vinte e quatro horas), com retorno a esta Assessoria Jurídica, para suas providências.

Pato Branco, 24 de maio de 2021.



Maria Cecília Soares Vannucchi  
OAB/PR 35.313

**DESPACHO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO Nº 023/2021**

**À MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA**

C.N.P.J nº 23.764.146/0001-09

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 070/2018 | Pregão Eletrônico nº 021/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE PREÇOS Nº:** 166/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme anexo I.

Considerando-se manifestação do referido prestador datada de 18/05/2021 referente à instauração do processo administrativo apuratório citado;

Considerando-se Despacho jurídico nº 55/2021;

Intima-se o prestador a promover a juntada de DOCUMENTOS EMITIDOS PELA RECEITA FEDERAL demonstrando, inequivocamente, que a questão tributária está sendo regularizada perante este órgão fazendário, sendo-lhes concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para apresentação do mesmo.

Pato Branco/PR, 25 de maio de 2021.

Atenciosamente,

CASSIANE DANIELLI  
VENDRUSCOLO:02710436957

Assinado de forma digital por CASSIANE  
DANIELLI VENDRUSCOLO:02710436957  
Dados: 2021.05.25 08:24:02 -03'00'

**Cassiane Danielli Vendruscolo**  
Presidente Comissão Processante  
*Res. 022/2020*

000063

C O R R E I O S

Emissao: 26/05/21 08:46:08

AGF BAIAXADA

Página : 1

MOREIRA E FAURO LTDA

03025096/0001-30

Vendas por Data

Período: 25/05/2021 a 26/05/2021

Cliente CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ 00.136.858/0001-88

Data Venda O. S. Produto

Qtd/SA Total Documento CEP

Destinatario

25/ 5	69270	CARTA NACIONAL COM	1	2,05	
		SEDEX - A VISTA 04	VDAR	33,20	OD821016572
85010-190	MAXORGANI	SEGURANCA			
		CARTA COM REG A VI	AR	16,65	JU825879715
94910-970	PRO RAD				
		Total 25/ 5	3	51,90	
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE			3	51,90	

000064 7

OD821016572BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
28/05/2021 10:06 GUARAPUAVA / PR

28/05/2021 10:06 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto entregue ao destinatário</b>
<hr/>	
28/05/2021 09:22 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
<hr/>	
27/05/2021 10:39 GUARAPUAVA / PR	<b>Carteiro não atendido - Entrega não realizada</b> Será realizada nova tentativa de entrega
<hr/>	
27/05/2021 09:40 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
<hr/>	
26/05/2021 15:36 GUARAPUAVA / PR	<b>Carteiro não atendido - Entrega não realizada</b> Será realizada nova tentativa de entrega
<hr/>	
26/05/2021 09:23 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
<hr/>	
25/05/2021 17:05 PATO BRANCO / PR	<b>Objeto em trânsito - por favor aguarde</b> de Agência dos Correios em PATO BRANCO / PR para Unidade de Distribuição em PONTA GROSSA / PR
<hr/>	
25/05/2021 15:34 PATO BRANCO / PR	<b>Objeto postado</b>



000065

LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

---

**ENC: Maxorgani**

1 mensagem

---

**Marcus Rodrigo Nascimento** <marcusnascimento\_adv@hotmail.com>  
Para: "licitacao@conims.com.br" <licitacao@conims.com.br>

28 de maio de 2021 20:14

Boa tarde

Segue a manifestação da empresa Maxorgani quanto à solicitação em anexo.

Att,

**MARCUS RODRIGO DO NASCIMENTO****Advogado - OAB/PR 35.092**

Rua Dr. Laranjeiras, 474, Centro.

(42) 9959-2110 / 3035-1145

Guarapuava/Paraná

---

**2 anexos** **CONIMS.pdf**  
581K **Manifestação Conims documentos.pdf**  
36K

000066-7

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CONIMS.

Contrato de Prestação de Serviços 166/2018

**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.764.146/0001 09 com sede na Rua Benjamin Constant, 435, Centro, Guarapuava, PR, CEP 85010-190 onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que atualmente não possui nenhum documento em específico da Receita Federal para apresentar.

A auditoria que esta sendo feita é interna na empresa e assim que finalizada dentro do prazo de 30 dias será postulado junto a Receita Federal a CND da empresa,

Assim, na medida do possível, solicita-se a este órgão que suspenda o presente processo pelo prazo de 30 dias para que então o Recorrente possa apresentar algo concreto ao termino do procedimento da empresa contábil contratada.

Nesses termos,

pede deferimento.

Guarapuava, 28 de maio de 2021.

---

Marcus Rodrigo do Nascimento

OAB/PR – 35.092



---

**Re: Maxorgani**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

Para: Marcus Rodrigo Nascimento &lt;marcusnascimento\_adv@hotmail.com&gt;

Bom dia, segue em anexo ofício nº 621/2021 referente processo administrativo apuratório nº 023/2021 em face da empresa Maxorgani Segurança Privada Ltda;  
O original seguirá via correios!  
Favor confirmar o recebimento!  
Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périco

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**


Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

---

 **621 - PAA- MAXORGANI.pdf**  
208K

**OFÍCIO Nº 621/LIC/CONIMS**

Pato Branco/PR, 31 de maio de 2021.

**À**  
**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME**

1. Considerando-se processo administrativo apuratório de responsabilidade contratual instaurado em face de MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, no âmbito do Contrato nº 166/2018;
2. Considerando-se manifestação do referido prestador datada de 18/05/2021;
3. Considerando-se o Despacho do setor jurídico nº 055/2021 de 25 de maio de 2021;
4. Considerando-se Despacho da Comissão processante, datado de 25 de maio de 2021;
5. Considerando-se resposta apresentada pela notificada, tempestiva, datada de 28 de maio de 2021, em que informa que atualmente está realizando auditoria contábil interna para promover requerimento de regularização perante a Receita Federal;
6. Considerando-se os custos e o tempo que demandaria a abertura de novo processo licitatório até a efetiva contratação de nova empresa para suprir a demanda de serviços terceirizados de segurança, sendo ainda, tal serviço essencial ao regular funcionamento deste CONIMS, em sua sede em Pato Branco/PR bem como o CAPS AD III em Coronel Vivida/PR;
7. Considerando-se ainda atual cenário de pandemia mundial, informa-se que será concedido o prazo solicitado de 30 dias para que a Contratada regularize sua situação tributária, a contar da data deste ofício, após o qual é pendente a situação aqui analisada, fica ciente de que o CONIMS tomará as providências no sentido de encerrar o vínculo contratual.
8. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARCOS JOSE  
BRANDOLI DE  
LIMA:06427092979

Assinado de forma digital  
por MARCOS JOSE  
BRANDOLI DE  
LIMA:06427092979

**MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA**  
**LICITAÇÃO E CONTRATOS**



C O R R E I O S

Emissao: 01/06/21 08:44:13

AGF BAIXADA

Página :

1

MOREIRA E FAURO LTDA

03025096/0001-30

Vendas por Data

Período: 31/05/2021 a 01/06/2021

Cliente CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ 00.136.858/0001-88

Data Venda 0. S.

Produto

Qtd/SA

Total Documento

CEP

Destinatario

-----  
31/ 5 131857 SEDEX - A VISTA 04 VDAR 33,20 OD821037246  
85010-190 MAXORGANI SEGURANCA PRIVA  
Total 31/ 5 1 33,20  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE 1 33,20  
-----  
-----

0000708

OD821037246BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
07/06/2021 16:10 GUARAPUAVA / PR

07/06/2021 16:10 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto entregue ao destinatário</b>
07/06/2021 09:22 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
04/06/2021 16:42 GUARAPUAVA / PR	<b>Carteiro não atendido - Entrega não realizada</b> Será realizada nova tentativa de entrega
04/06/2021 09:14 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
02/06/2021 11:22 GUARAPUAVA / PR	<b>Carteiro não atendido - Entrega não realizada</b> Será realizada nova tentativa de entrega
02/06/2021 09:00 GUARAPUAVA / PR	<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>
31/05/2021 19:48 PATO BRANCO / PR	<b>Objeto em trânsito - por favor aguarde</b> de Agência dos Correios em PATO BRANCO / PR para Unidade de Distribuição em PONTA GROSSA / PR
31/05/2021 19:01 PATO BRANCO / PR	<b>Objeto postado após o horário limite da unidade</b> Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



AVISO DE RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU R	Á	
ENDEREC	MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.	
CEP / CODE	C.N.P.J nº - 23.764.146/0001-09.	
REF.: DESPACHO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 023/2021		
ENDERECO: Rua Benjamin Constant, nº 435, CENTRO Guarapuava - PR - CEP: 85.010-190		

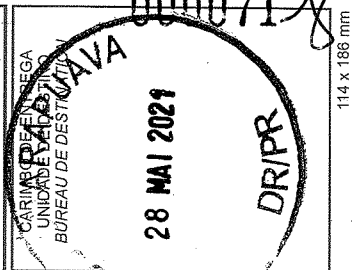
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	<input type="checkbox"/> EMS	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
---------------------------------------	--	------------------------------	--

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>Benjamin Constant</i>	28/05/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
028JF3 574-75	<i>[Signature]</i>

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	



**DOCUMENTAÇÃO**

1 mensagem

**ANDERSOM GOULART RIOS** <maxorgani.rios@gmail.com>

30 de junho de 2021 10:22

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

Cc: MAXIMO ORGANIZAÇÕES &lt;maximo.guarapuava@gmail.com&gt;

Bom dia

Em resposta referente ao processo administrativo com vencimento na data de 30/06/2021.

A empresa necessita de um prazo um pouco maior, uma vez que a documentação já foi entregue junto aos órgãos competentes, conforme documentação em anexo. Pedimos desculpas, infelizmente dependemos dos procedimentos internos da Receita Federal, acreditamos que até o próximo dia 10/07/2021 tudo estará regularizado.

Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Pedimos a compreensão deste conceituado órgão. Desde já agradecemos.

Att

**2 anexos****Maxorgani - Termo de Análise.pdf**

24K

**recibo (4).pdf**

13K



000073-8

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VR 09RF DEVAT

PROCESSO/PROCEDIMENTO: 10166.759939/2021-88

SOLICITANTE DA SJD: 23764146000109 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

RELAÇÃO DO SOLICITANTE: INTERESSADO

## TERMO DE ANÁLISE DE SOLICITAÇÃO DE JUNTADA

Em 16/06/2021 11:07:13 foi registrada a Solicitação de Juntada de Documentos ao processo citado acima.  
Essa solicitação envolve o(s) documento(s) abaixo relacionado(s):

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título

Documentos Comprobatórios

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título

Documentos Comprobatórios

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título

Documentos Comprobatórios

Para a Solicitação de Juntada de Documentos descrita acima foi(ram) identificada(s) justificativa(s)/observação(s) conforme segue:

A Solicitação de Juntada de Documentos teve o(s) seguinte(s) documento(s) aceito(s):

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

E o(s) seguinte(s) documento(s) não foi(ram) aceito(s):

Nenhum documento foi rejeitado.

Data de Emissão: 21/06/2021 14:01:56 - Preparar Distribuição - JORGE MOREIRA DE SOUZA

REVFAZPJ-EQREV-DEVAT09-VR

EQREV-DEVAT09-VR

VR 09RF DEVAT

**Protocolo de Envio de Solicitação de Juntada de Documento**

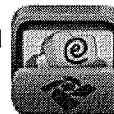
---

Protocolo:	23765190071054
Data/hora do envio:	16/06/2021 11:07:13
Processo/Procedimento:	10166.759939/2021-88
Solicitante:	23.764.146/0001-09 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI
Relação do Solicitante com o processo:	Interessado
Responsável pelo Envio:	23.764.146/0001-09 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI
Papel do Responsável pelo Envio:	Titular

A solicitação de juntada de documento foi enviada com sucesso. A solicitação será analisada e o resultado da análise será enviado para a Caixa Postal do contribuinte e/ou seu representante legal, no e-CAC.

Acompanhe o resultado da avaliação da sua solicitação na sua Caixa Postal ou na opção "Consultar Solicitações de Juntada de Documento", acessada por intermédio da opção "Processos Digitais" no e-CAC.

Através do app e-Processo, você pode também consultar as informações e acompanhar o andamento desse Processo, bem como consultar os documentos e solicitar juntada de documentos. O app e-Processo está disponível para dispositivos móveis nas lojas de aplicativos Google Play Store, para o sistema Android, e Apple Store, para o sistema iOS.





00007548

**Re: DOCUMENTAÇÃO**

1 mensagem

LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS <licitacao@conims.com.br>  
Para: ANDERSOM GOULART RIOS <maxorgani.rios@gmail.com>

30 de junho de 2021 10:44

Bom dia, em atenção a sua solicitação, para melhor análise, solicitamos o envio de quais documentos foram enviados à receita, conforme consta no termo de análise. Atenciosamente,

Lhuanna G. V. Périgo

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
DRF NATAL

00007676

**CPF/CNPJ:** 23.764.146/0001-09

**Nome:** MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

**Nº processo:** 10166-759.939/2021-88

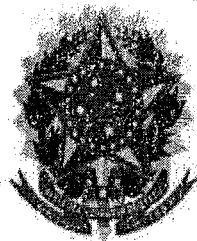
Representação Pessoa Jurídica - Não analisada

SIMPLES NACIONAL - PEDIDO DE REVISÃO DE DÉBITOS - SIMPLES NACIONAL/SIMEI - PEDIDO DE REVISÃO DE DÉBITOS - SIMPLES NACIONAL/SIMEI

Itens Verificados	
Requerimento com a justificativa do pedido de revisão dos débitos	X
Documentos comprobatórios	X

Observações
Processo aberto via chat RFB. Os documentos serão juntados posteriormente pelo contribuinte pelo e-cac.





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por ALLAN QUEIROZ em 16/06/2021.

Documento autenticado digitalmente por ALLAN QUEIROZ em 16/06/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

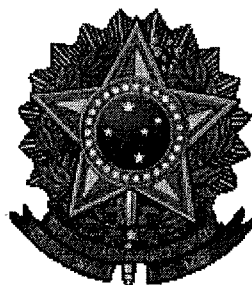
4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15090.693T**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**D94E8F97395A1AA2F34708391385EE42C8F5DD78F295D99C19E7FF1E654A7E79**

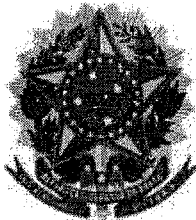
000078 8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

---

Número do Processo	10166.759939/2021-88
Tipo do Contribuinte	PJ
NI do Contribuinte	23.764.146/0001-09
Nome do Contribuinte	MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI
Data de Protocolo	16/06/2021



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15094.07BN**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**FEBE68B2D3EECA35DAAC17B200A3B60B722425FE58A22501579547FE3E1AC1B8**



000080-8

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VR 09RF DEVAT

PROCESSO/PROCEDIMENTO: 10166.759939/2021-88

SOLICITANTE DA SJD: 23764146000109 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

RELAÇÃO DO SOLICITANTE: INTERESSADO

## TERMO DE ANÁLISE DE SOLICITAÇÃO DE JUNTADA

Em 16/06/2021 11:07:13 foi registrada a Solicitação de Juntada de Documentos ao processo citado acima.  
Essa solicitação envolve o(s) documento(s) abaixo relacionado(s):

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título	Documentos Comprobatórios
--------	---------------------------

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título	Documentos Comprobatórios
--------	---------------------------

## \* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

Título	Documentos Comprobatórios
--------	---------------------------

Para a Solicitação de Juntada de Documentos descrita acima foi(ram) identificada(s) justificativa(s)/observação(s) conforme segue:

A Solicitação de Juntada de Documentos teve o(s) seguinte(s) documento(s) aceito(s):

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

\* DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS

E o(s) seguinte(s) documento(s) não foi(ram) aceito(s):

**Nenhum documento foi rejeitado.**

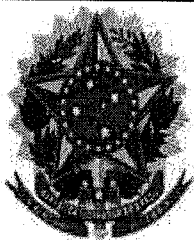
Data de Emissão: 21/06/2021 14:01:56 - Preparar Distribuição - JORGE MOREIRA DE SOUZA

REVFAZPJ-EQREV-DEVAT09-VR

EQREV-DEVAT09-VR

VR 09RF DEVAT

000081-8



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15093.D4ZM**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**5DACC81EF95E40C1310BC7117F9C6C1988625BB8B766950E2E5E92119F944BE**



000082-y

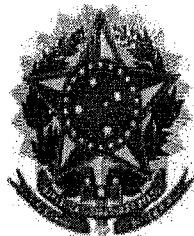
## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PROCESSO / PROCEDIMENTO: 10166.759939/2021-88  
SOLICITANTE DA SJD: 23764146000109 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI  
RELAÇÃO DO SOLICITANTE: INTERESSADO  
DATA E HORA: 16/06/2021 11:06:59

## TERMO DE SOLICITAÇÃO DE JUNTADA

Solicito a Juntada dos Documentos seguintes ao Processo supracitado:

TIPO DO DOCUMENTO	ORIGEM
TERMO DE SOLICITAÇÃO DE JUNTADA	Sistema
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS	Local
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS	Local
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS - OUTROS	Local



Ministério da Fazenda

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR em 16/06/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15090.HWCJ**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**8A92C694C9A074D8C7C2AB05A6945B365DFF00ED3D9AF0796CE93417FC8DCCA3**

000084y

Ofício nº 002

Guarapuava - PR, 16 de Junho de 2021

À Vossa Excelência,  
Sr. Gustavo Raicherth  
**Agente Regional da Receita Federal em Guarapuava - PR**

Exmo. Agente Regional,

Vimos por meio deste, ao par de cumprimentá-lo, expor e solicitar o que abaixo segue:

A MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, Pessoa Jurídica, cadastrada no CNPJ: 23.764.146/0001-09, sito à Rua Benjamin Constant nº 435 – Centro – Guarapuava - PR vem através deste, ao par de cumprimentá-lo, expor e solicitar o que segue:

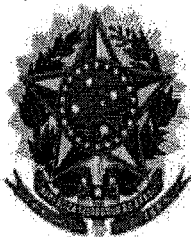
Após alguns meses de auditoria verificamos que haviam alguns erros na contabilidade, os quais nós conseguimos corrigir de imediato, porém, verificamos, também, que haviam erros na apuração e lançamento de impostos do segundo semestre de 2019 proveniente do Simples Nacional, regime ao qual a empresa estava enquadrada. Após a correção desses erros, a Receita Federal do Brasil desenquadrou a empresa do Simples Nacional, passando a mesma para o regime de Lucro Presumido, causando um impacto na apuração dos impostos de 2020.

Em 2020 as apurações foram realizadas no regime do Simples Nacional, porém devido aos erros ocorridos no segundo semestre de 2019, tivemos que refazer a contabilidade dos anos de 2020 e 2021, devidamente apurados e com lançamentos das DCTF's do período. Depois das devidas correções e mudança de regime, o sistema de cobrança da RFB ainda está cobrando como se a empresa estivesse no Simples Nacional, solicitamos a correção da cobrança para que possamos fazer os devidos parcelamentos para mantermos a empresa saudável e regular perante esse órgão.

Atenciosamente,

Maxorgani Segurança Privada Eireli  
Jorge Antônio Caldas Júnior





**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR em 16/06/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15095.X5L5**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**D68F42FB48A2D4FD492FA5F9A1EE2487836E501871394892D30B03518C4C26A6**

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA



Termo de Exclusão do Simples Nacional nº 201900743078, de 12 de Setembro de 2019.

**1. Fundamentação de Autoria**

A autoridade administrativa, com fundamento no § 5º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no uso da atribuição que lhe confere a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, resolve excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) o sujeito passivo a seguir identificado:

**2. Identificação do Sujeito Passivo**

- **Nome Empresarial:** MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI
- **CNPJ:** 23.764.146/0001-09

**3. Descrição dos Fatos e Fundamentação Legal**

**Motivo da Exclusão do Simples Nacional:** Exclusão de Ofício - Débitos

A lista de débitos está disponível no link "Relatório de Pendências", que consta da mensagem Termo de Exclusão 2019 recebida no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional.

- **Data do fato motivador:** 12/09/2019
- **Data de Efeito da Exclusão do Simples Nacional:** 01/01/2020
- **Fundamentação Legal:** Lei Complementar nº 123, de 2006: Inciso V do art. 17, inciso I do art. 29, inciso II do caput e § 2º do art. 30.

**4. Ordem de Intimação**

Fica o sujeito passivo intimado de sua exclusão do Simples Nacional, nos termos acima citados, podendo apresentar contestação, conforme a seguir:

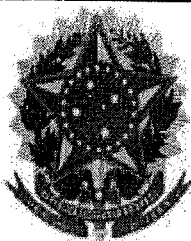
- **Prazo para Apresentar a Contestação:** 30 dias contados da data da ciência deste Termo de Exclusão.
- **Unidade para Contestação:** Unidade da jurisdição do contribuinte ou qualquer outra da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- **Endereço:** AV VISCONDE DE TAUNAY, 1051 - CENTRO - CEP 84051000 - PONTA GROSSA - PR
- **Fundamentação Legal do Prazo para Contestar:** art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF)

Caso as pendências da pessoa jurídica sejam regularizadas no prazo de 30(trinta) dias contados da data da ciência deste Termo de Exclusão, a exclusão tornar-se - á automaticamente sem efeito, ressalvada a possibilidade de emissão de novo Termo devido a outras pendências porventura identificadas.

**5. Identificação da Autoridade Administrativa**

- **Nome:** DEMETRIUS DE MOURA SOARES
- **Função:** AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
- **Matrícula:** 00880694

000087

**Ministério da Fazenda****PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR em 16/06/2021 .

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15098.DNNR**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**BAC1B7597C81729F1DC475D75F24D721ECF474247F48D37A7E96591008FF5F5E**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio de e-CAC - CNPJ do certificado: 23.764.146/0001-09  
16/06/2021 08:10:20  
Página: 1 / 4

CNPJ: 23.764.146 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 23.764.146/0001-09

UA de Domicílio: ARF GUARAPUAVA-PR

Endereço: R BENJAMIN CONSTANT, 435

Bairro: CENTRO

Responsável: 004.688.749-09 - JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR

Situação: ATIVA

Natureza Jurídica: 230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL RESPONSABILIDADE LIMITADA (NAT. EMPRESARIAL)

CNAE: 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada

Porte da Empresa: MICRO EMPRESA

Opção pelo Simples Nacional

Inclusão Exclusão

01/06/2016 31/12/2019

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ

004.688.749-09

Nome JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR

Qualificação

TITULAR PESSOA FÍSICA  
RESIDENTE OU  
DOMICILIADO NO BRASIL

Situação Cadastral

REGULAR

Cap. Social

100,00%

Cap. Votante

Data de Abertura: 01/12/2015

Código da UA: 09.104.01

CEP: 85010-190 Município: GUARAPUAVA

UF: PR

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Pendência - Débito (SIEF)

CNPJ: 23.764.146/0001-09

Receita

PA/Exerc.	Dt. Vcto	VL Original	Sdo. Devedor	Situação
06/2018	20/07/2018	23.279,52	18.660,24	DEVEDOR
07/2018	20/08/2018	32.427,81	30.478,45	DEVEDOR
08/2018	20/09/2018	37.828,39	36.293,31	DEVEDOR
09/2018	22/10/2018	37.215,23	35.049,10	DEVEDOR
10/2018	20/11/2018	41.534,53	40.824,71	DEVEDOR
11/2018	20/12/2018	41.569,12	39.966,44	DEVEDOR
01/2019	20/02/2019	42.205,02	42.205,02	DEVEDOR
02/2019	20/03/2019	45.586,74	45.586,74	DEVEDOR
03/2019	22/04/2019	48.033,96	48.033,96	DEVEDOR
04/2019	20/05/2019	53.177,34	53.177,34	DEVEDOR
05/2019	21/06/2019	64.989,73	64.989,73	DEVEDOR

00000888 FL 7



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio

e-CAC - CNPJ do certificado: 23.764.146/0001-09

16/06/2021 08:10:20

Página: 2 / 4

CNPJ: 23.764.146 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

4 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/origin.aspx?delib=EP02.0721.15099.P6DI>. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

**Débito com Exigibilidade Suspensa (SIEF)**

CNPJ: 23.764.146/0001-09

Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	VL.Original	Sdo.Devedor	Situação
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	23/03/2020	28/06/2021	1.818,37	1.818,37	A VENCER
Notificação de lançamento: 18030631224068					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	22/07/2020	28/06/2021	1.872,18	1.872,18	A VENCER
Notificação de lançamento: 11621591169046					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	22/07/2020	28/06/2021	14.498,57	14.498,57	A VENCER
Notificação de lançamento: 13302658738077					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	22/07/2020	28/06/2021	1.668,30	1.668,30	A VENCER
Notificação de lançamento: 18391240905009					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	23/12/2020	28/06/2021	901,82	901,82	A VENCER
Notificação de lançamento: 19400988077085					

SIMPLES NAC.	06/2019	22/07/2019	64.045,40	64.045,40	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	07/2019	20/08/2019	82.108,01	82.108,01	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	08/2019	20/09/2019	79.176,05	76.408,16	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	09/2019	21/10/2019	65.901,43	63.136,81	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	10/2019	20/11/2019	82.602,97	78.048,44	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	11/2019	20/12/2019	79.456,21	77.963,52	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	12/2019	20/01/2020	73.026,73	72.842,20	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	01/2020	20/02/2020	861,98	575,44	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	02/2020	20/03/2020	1.092,11	662,39	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	06/2020	20/07/2020	468,85	238,63	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	07/2020	20/08/2020	464,82	196,69	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	08/2020	21/09/2020	735,97	313,49	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	03/2020	20/10/2020	553,33	553,33	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	04/2020	20/11/2020	546,90	546,90	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	05/2020	21/12/2020	630,49	630,49	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	11/2020	21/12/2020	49.806,66	49.806,66	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	12/2020	20/01/2021	62.478,94	62.478,94	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	01/2021	22/02/2021	44.815,66	44.815,66	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	02/2021	22/03/2021	11.891,56	11.891,56	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	03/2020	20/07/2020	50,00	50,00	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	04/2020	20/08/2020	45,49	45,49	DEVEDOR
SIMPLES NAC.	05/2020	21/09/2020	174,21	174,21	DEVEDOR

FL 8

0000089



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio de e-CAC - CNPJ do certificado: 23.764.146/0001-09  
16/06/2021 08:10:20  
Página: 3 / 4

CNPJ: 23.764.146 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

1345-01 - DCTF - MULTA ATR	22/07/2020	28/06/2021	1.784,97	1.784,97	A VENCER
Notificação de lançamento: 12020709265000					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	24/08/2020	28/06/2021	12.489,81	12.489,81	A VENCER
Notificação de lançamento: 16182914442099					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	23/09/2020	28/06/2021	1.570,00	1.570,00	A VENCER
Notificação de lançamento: 17400577292038					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	23/10/2020	28/06/2021	1.495,34	1.495,34	A VENCER
Notificação de lançamento: 15071573869074					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	24/11/2020	28/06/2021	9.003,96	9.003,96	A VENCER
Notificação de lançamento: 11230030317066					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	25/02/2021	28/06/2021	4.968,56	4.968,56	A VENCER
Notificação de lançamento: 18550776884006					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	25/01/2021	28/06/2021	815,68	815,68	A VENCER
Notificação de lançamento: 10941750432097					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	22/03/2021	28/06/2021	504,09	504,09	A VENCER
Notificação de lançamento: 18442873849085					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	26/04/2021	28/06/2021	500,00	500,00	A VENCER
Notificação de lançamento: 12843999976001					
1345-01 - DCTF - MULTA ATR	24/05/2021	28/06/2021	1.242,67	1.242,67	A VENCER
Notificação de lançamento: 18081739035007					

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Pendência - Inscrição (SIDA)

CNPJ: 23.764.146/0001-09

Inscrição	Receita	Inscrito em	Ajuizado em	Processo	Tipo de Devedor
90.4.20.027860-65	1507-SIMPLES NACIONAL	08/09/2020		12376.320.935/2020-82	DEVEDOR PRINCIPAL
Situação: ATIVA A SER AJUIZADA					
90.4.21.007025-08	1507-SIMPLES NACIONAL	15/03/2021		12376.090.822/2021-28	DEVEDOR PRINCIPAL
Situação: ATIVA A SER COBRADA					

FL. 9

0000090

7



SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meic

e-CAC - CNPJ do certificado: 23.764.146/0001-09

16/06/2021 08:10:20

**Página: 4 / 4**

**CNPJ** 23.764.146 - MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

**Pendência - Inscrição (Sistema DIVIDA)**

CNPJ: 23.764.146/0001-09

**Inscrição: 1532499-2**

**Inscrição:** 15324500-0

**Inscrição:** 15327861-7.

**Inscrição: 15596249-3**

**Inscrição:** 16149329-7

Inscrição: 16149330-0

**Inscrição: 16261416-0**

**Inscrição:** 16952182-6

[illegible]

**Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

**Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

**Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

**Situação: 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA**

**Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

Situação: 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

**Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

Situação: 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

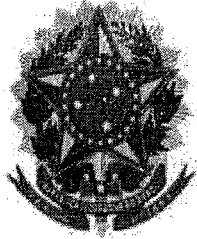
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
84

Final do Relatório

4 página(s)  
 utilização EP0  
 to-digital

Confirmação digitalizada e autenticada no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo nº 2.721.1599-0001. Consultar a página de autenticação no final deste documento.

000091-8



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO CALDAS JUNIOR em 16/06/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI em 02/07/2021.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP02.0721.15099.P6DI**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**84CC00EE41D6942F5C1CEB66C5DDD9CA18E0D6020C0F541D8EED655E03B236E7**





---

**Re: DOCUMENTAÇÃO**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

5 de julho de 2021 07:52

Para: ANDERSOM GOULART RIOS &lt;maxorgani.rios@gmail.com&gt;

Bom dia, conforme documentos recebidos, via Whats App, da documentação solicitada, considere o pedido da prorrogação DEFERIDO.  
Ficamos no aguardo da documentação da regularização.  
Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

**Re: DOCUMENTAÇÃO**

1 mensagem

ANDERSOM GOULART RIOS &lt;maxorgani.rios@gmail.com&gt;

Para: LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

5 de julho de 2021 08:00

Bom dia. Confirmo o recebimento...

Grato

Em seg, 5 de jul de 2021 07:52, LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt; escreveu:

Bom dia, conforme documentos recebidos, via Whats App, da documentação solicitada, considere o pedido da prorrogação DEFERIDO.  
Ficamos no aguardo da documentação da regularização.

Atenciosamente,

--  
Lhuanna G. V. Périco**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 23.764.146/0001-09 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet. Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

[Nova Consulta](#)

## Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 23.764.146/0001-09

Razão social: MAXORGANI SEGURANCA PRIVADA EIRELI

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
22/03/2021	22/03/2021 a 20/04/2021	2021032204404518986834
03/03/2021	03/03/2021 a 01/04/2021	2021030314450664240503
11/12/2020	11/12/2020 a 09/01/2021	2020121105162384915608
22/11/2020	22/11/2020 a 21/12/2020	2020112206414853366287
03/11/2020	03/11/2020 a 02/12/2020	2020110303083799037909
15/10/2020	15/10/2020 a 13/11/2020	2020101503154780021315
26/09/2020	26/09/2020 a 25/10/2020	2020092603352718896207
07/09/2020	07/09/2020 a 06/10/2020	2020090703514116982448
19/08/2020	19/08/2020 a 17/09/2020	2020081904040598962649
30/07/2020	30/07/2020 a 28/08/2020	2020073004572843868760
11/07/2020	11/07/2020 a 09/08/2020	2020071103552382114002
22/06/2020	22/06/2020 a 21/07/2020	2020062202374012021600
05/03/2020	05/03/2020 a 02/07/2020	2020030503382906575660
15/02/2020	15/02/2020 a 15/03/2020	2020021503230493489956
01/01/2020	27/01/2020 a 25/02/2020	2020012703462947372489
06/01/2020	06/01/2020 a 04/02/2020	2020010610042065840440
16/12/2019	16/12/2019 a 14/01/2020	2019121603460391955350
26/11/2019	26/11/2019 a 25/12/2019	2019112604072985842323
07/11/2019	07/11/2019 a 06/12/2019	2019110704092963909657
18/10/2019	18/10/2019 a 16/11/2019	2019101803440712956443
25/09/2019	25/09/2019 a 24/10/2019	2019092505482208504212
06/09/2019	06/09/2019 a 05/10/2019	2019090605042054160377
15/08/2019	15/08/2019 a 13/09/2019	2019081505245151194145
27/07/2019	27/07/2019 a 25/08/2019	2019072704051217824804

Resultado da consulta em 12/07/2021 14:46:51

Voltar

**ILMA. Sra. SECRETÁRIA EXECUTIVA – CONIMS**

A Comissão Processante, designada pela Resolução/CONIMS nº 022/2020, após apurar os fatos relatados no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 023/2021, contra a empresa **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**, relacionados ao descumprimento das obrigações assumidas quando da assinatura do contrato de prestação de serviços nº 166/2018, referente ao Processo nº 070/2018, Pregão Eletrônico nº 021/2018, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados traz a vossa ciência:

**RELATÓRIO**

Os fatos aqui trazidos resumem-se ao descumprimento das obrigações assumidas quando da assinatura do contrato de prestação de serviços nº 166/2018 acima citado, especificamente ao que concerne a obrigações das partes, referente a manutenção de todas as condições de habilitação, tais quais sejam, estar regularizados com as obrigações trabalhistas e tributárias.

Anteriormente à instauração do referido processo administrativo de apuração de responsabilidade, devido a irregularidades no contrato de prestação de serviços e sem nenhuma manifestação da contratada, foi enviada à empresa na data de 30/03/2021 a Notificação de nº 164/2021, solicitando a correção das irregularidades elencadas na referida notificação.

Em 09/04/2021, sem retorno algum por parte da notificada, foi enviada a Notificação de nº 193/2021, solicitando em 24 (vinte e quatro) horas a apresentação de:

- Documentos comprobatórios de pagamento dos salários, referentes ao mês de março/2021 dos empregados que atuam nas dependências do Consórcio;
- Certidões fiscais (Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais;

Ainda na referida notificação, foi informado que o não atendimento dentro do prazo ou justificativa considerada insuficiente, ensejaria a abertura de processo administrativo para eventual rescisão contratual e aplicação de penalidades.

Em 12/04/2021, este CONIMS, sem retorno algum por parte da notificada, entrou em contato via WhatsApp com o Sr. Anderson, onde solicitou confirmação de recebimento da notificação nº 193/2021. Em resposta, o Sr. Anderson disse já ter passado ao proprietário e que confirmaria via e-mail, o que fez na sequência. Nesta mesma data, a notificada informa enviar por e-mail os comprovantes de pagamento de salário referente a março de 2021 e por terem sido pagos nesse mesmo dia, enviava TED bancária. Pontua também que os recibos estão por serem assinados.

Em 15/04/2021 este CONIMS, sem retorno algum por parte da notificada, tentou contato via telefone, onde em conversa com o Sr. Thiago, o mesmo informou que os contatos referentes a questões da empresa deveriam ser feitos com o Sr. Junior através do telefone (42) 99986-0353. Foi realizada tentativa de contato neste número, mas ninguém atendia. Em 28/04/2021, em nova tentativa de contato com a notificada, ninguém atendia ou havia a mensagem de caixa postal.

Cabe observar a cláusula segunda, sobre a forma de prestação dos serviços, conforme contrato de prestação de serviços:

**CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** A contratada disponibilizará os serviços de vigilância desarmada 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriados.  
(...)

**2.6.** A Contratada responsabilizar-se-á por quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes com o cumprimento do contrato.

**2.7.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

**2.8.** A Contratada fornecerá a Contratante todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados.

Considerando-se as obrigações das partes, no que concerne as obrigações da contratada:

**4.2. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

(...)

**4.15.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver causa;

**4.16.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;

**4.17.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

**4.18.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

(...)

**4.43.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

(...)

Face ao descumprimento das obrigações assumidas e prazos acordados entre o CONIMS e a **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**, a Comissão Permanente de Processos Administrativos decidiu pela abertura do processo administrativo de apuração de responsabilidade, concedendo a empresa o direito à ampla

defesa, em prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Em 07/05/2021, se confirma através de código de rastreamento via correio, o recebimento da notificação de abertura do processo administrativo de apuração de responsabilidade 023/2021 enviado por envelope.

Em 18/05/2021, intempestivamente, a contratada apresentou defesa alegando que não obteve meios para regularizar no prazo determinado pelo CONIMS as solicitações postuladas, devido a dificuldades contábeis. Informou que problemas fiscais foram descobertos devido a contratação de empresa para auditoria contábil, que descobriu os erros contábeis ocorridos de profissional anterior. E que em 30 dias resolveria e sanaria todas as pendências junto a receita federal. Solicitou o deferimento da prorrogação do prazo para apresentação da certidão e pela não aplicação de penalidade, pois não teria condições de arcar com a carga de aplicação de multa.

Diante do solicitado, intimou-se o prestador a promover a juntada de DOCUMENTOS EMITIDOS PELA RECEITA FEDERAL, que demonstrassem inequivocamente que a questão tributária está sendo regularizada, sendo lhes concedido o prazo de 24 horas para tal.

Em 28/05/2021 a notificada, respondeu a solicitação, informando que a auditoria que está sendo feita é interna, e assim que finalizada dentro do prazo de 30 dias será postulado junto a Receita federal a CND da empresa. Solicitou a suspensão do presente processo pelo prazo de 30 dias para apresentação de algo concreto ao término do procedimento contábil da contratada.

Em 31/05/2021, este CONIMS, respondeu a contratada, com ofício de nº 621, informando o deferimento do prazo solicitado.

Em 30/06/2021, a notificada enviou e-mail, informando que necessitaria de um prazo um pouco maior, devido a procedimentos internos na receita federal, e até a data de 10/07/2021 tudo estaria regularizado. Anexou folhas que comprovaram o envio de documentos para a receita federal.

Em 05/07/2021 este CONIMS, concedeu a empresa novo prazo para comprovação da regularização.

Em 12/07/2021, através de consulta nos sítios oficiais, verificou-se que a situação da empresa ainda não estava regularizada.

Considerando-se o tempo que demanda a abertura de novo processo licitatório até a efetiva contratação de nova empresa, o referido contrato de prestação de serviços fora prorrogado somente até a data de 05/12/2021.

O que se pode observar e que foram concedidos diversos prazos para a contratada conseguir regularizar sua situação, o que não aconteceu até o momento. Não agindo, portanto, este CONIMS, com excesso de rigor à contratada e sim cumprindo seu dever de apurar a responsabilidade por infração administrativa, por

inexecução parcial ou total do contrato. Por oportuno, colaciona-se o entendimento de Ronny Charles sobre o assunto:

*"Trata-se de poder-dever do administrador dar ensejo à aplicação das penalidades pertinentes. O TCU tem determinado a aplicação das penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nos casos de comprovada inadimplência do contratado. Embora o dispositivo fale em "poderá": não se trata necessariamente de uma livre faculdade do administrador. Ele tem o poder-dever de apurar eventuais práticas sancionáveis e aplicar as punições exigíveis, no interesse do serviço público, resguardando sempre a prévia defesa do contratado, que deverá ser ampla, com possibilidade de produção de prova. O TCU, inclusive, já tem admoestado órgãos que se eximem de aplicar as penalidades devidas, nos termos do estatuto. Nesta feita, aquele Tribunal determinou ao PRODASEN que aplicasse as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução do contrato por seus fornecedores ou prestadores de serviços (TCU - Acórdão nº 2.470/2006 - 1ª Câmara)".*

É sabido que a Administração Pública somente busca bens e serviços no mercado privado quando essenciais à consecução de sua atividade fim – satisfação do interesse público. Para tanto, realiza procedimentos licitatórios, celebrando contratos administrativos ou atas de registro de preços, cujo regramento é rígido e peculiar. A empresa participou do certame licitatório tendo conhecimento e acatando as obrigações dispostas em Edital, comprometendo-se, portanto, quando da assinatura do contrato de prestação de serviços, a efetuar a prestação de serviços seguindo todos os preceitos legais.

Ademais, restou previsto no Edital Licitatório, e, com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 a possibilidade de imposição de penalidades, pela Administração, garantida a prévia defesa, devidamente resguardado no âmbito do processo administrativo. Os arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 apresentam a seguinte redação:

*"Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".*

*(...)*

*Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

*I – Advertência;*

*II – Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou contrato;*

*III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*

*IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

Considerando o preconizado na cláusula sétima do contrato de prestação de serviços nº 166/2018, prevista também em edital, quando a contratada não



cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá a ela ser imputadas as seguintes penalidades:

**CLÁUSULA SÉTIMA –PENALIDADES**

**7.1.** Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

**7.1.1.** Advertência.

**7.1.2.** Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

**a)** Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas.

**b)** Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal.

**c)** Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias.

**7.2.** Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa.

**7.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CONIMS, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**7.4.** Impedimento de participar de licitações e contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**7.5.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONIMS e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

Entendemos estar comprovada nos autos do presente processo a ocorrência de infração a dispositivos editalícios e do contrato, bem como sua responsabilidade perante a falta aqui apurada. Assim, sua reiterada conduta em descumprimento aos prazos para regularização das pendências, entende-se razoável a imputação de sanções administrativas, que com seu comportamento, causou prejuízos ao serviço público e à máxima eficiência da máquina administrativa.

Diante do exposto, esta Comissão Processante entende que foi obedecido o devido processo legal, tendo como princípio o interesse da Administração Pública, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e com fundamento no inciso I e III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93; sugere-se, portanto, aplicação da sanção de "ADVERTÊNCIA" e "SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com este CONIMS" à empresa **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME**, por infração à disposições das cláusulas segunda e quarta da ata do contrato, também previsto em edital, qual seja, não manter suas condições de habilitação.

1) **ADVERTIR:** em consequência da inobservância das obrigações regidas em edital e contrato;

2) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTE CONIMS**, pelo prazo de 6 meses, a contar da data de publicação da sanção.

É o Relatório que esta Comissão submete à autoridade competente, para sua apreciação e decisão. Havendo concordância, desta feita, intima-se à **MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME** da decisão prolatada, facultando-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento desta decisão, restando caracterizado o direito ao contraditório e ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

Pato Branco/PR, 29 de setembro de 2021.

---

**Barbara Camila França da Silva**  
Vice-presidente

---

**Samir Rodrigo Kalinoski**  
Membro

De acordo. Adoto como minhas as razões de decidir, na forma da fundamentação:

---

**Ivete Maria Lorenzi**  
Secretária Executiva  
Res. 010/2017



LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

000103

---

**URGENTE - RELATÓRIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 023/2021**

1 mensagem

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

29 de setembro de 2021 11:36

Para: MAXIMO ORGANIZAÇÕES <maximo.guarapuava@gmail.com>, ANDERSOM GOULART RIOS <maxorgani.rios@gmail.com>, thiago.maxorgani@gmail.com, Marcus Rodrigo Nascimento <marcusnascimento\_adv@hotmail.com>

Bom dia.

Segue **RELATÓRIO** em anexo, referente à processo administrativo de apuração de responsabilidade nº 023/2021.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

--  
Isabel Vazata.

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO**

**CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

---

 **007 - RELATORIO.pdf**  
258K

000104-8

C O R R E I O S

Emissao: 30/09/21 08:39:45

AGF BAIXADA

Página : 1

DANIELA FEIJÓ SOUZA E CIA LTDA

03025096/0001-30

Vendas por Data

Período: 29/09/2021 a 30/09/2021

Cliente CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ 00.136.858/0001-88

Data Venda O. S. Produto

Qtd/SA Total Documento CEP

Destinatario

29/ 9	80893	SEDEX - A VISTA 04	VDAR	33,20	OD179890555
85010-190	MAXORGANI	SEGURANCA			
		CARTA COM REG A VI	AR	14,80	BR292587996
85560-000	LABORATORIO	SUDOESTE			
		Total 29/ 9	2	48,00	
			2	48,00	
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE					

000105-8

OD179890555BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
01/10/2021 11:01 GUARAPUAVA / PR

01/10/2021  
11:01  
GUARAPUAVA / PR

**Objeto entregue ao destinatário**

01/10/2021  
09:25  
GUARAPUAVA / PR

**Objeto saiu para entrega ao destinatário**

30/09/2021  
13:39  
CURITIBA / PR

**Objeto em trânsito - por favor aguarde**  
de Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR para Unidade de Distribuição em  
GUARAPUAVA / PR

29/09/2021  
16:57  
PATO BRANCO /  
PR

**Objeto em trânsito - por favor aguarde**  
de Agência dos Correios em PATO BRANCO / PR para Unidade de Tratamento  
em CURITIBA / PR

29/09/2021  
15:37  
PATO  
BRANCO / PR

**Objeto postado**

**DESPACHO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 023/2021**

**À**

**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.**

C.N.P.J nº - 23.764.146/0001-09.

Rua Benjamin Constant, nº 435, CENTRO.

CEP: 85.010-190 – Guarapuava – PR

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 070/2018 | Pregão Eletrônico nº 021/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº:** 166/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, 24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Considerando-se o Relatório da Comissão Processante datado de 29/09/2021, enviado a empresa em 29/09/2021 e recebido em 01/10/2021, comunicando-se a decisão de aplicar as sanções administrativas elencadas no documento;

Considerando-se que, conforme art. 109 da Lei 8.666/1993, foi dado o devido prazo legal para interposição de recurso contra este CONIMS;

Considerando-se que, não houve apresentação de recurso durante o período hábil para tal e qualquer forma de apresentação de recurso no presente momento torna-se intempestivo;

Considerando-se que as sanções aplicadas são as de **"ADVERTÊNCIA e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTE CONIMS" pelo prazo de 6 (seis) meses, que serão contados a partir da data de publicação** com amparo em previsão editalícia e da ata de registro de preços e com fulcro no inciso I e III do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela conduta ilegal da prestadora e suas repercussões.

**RESTITUA-SE** os autos ao coordenador do Setor de Contratos e Licitações, para realizar o registro da sanção junto ao TCE/PR, após a publicação desse em diário oficial.

Pato Branco/PR, 10 de novembro de 2021.

Atenciosamente,

**Isabel Cristina Vazata**  
Presidente Comissão Processante  
Res. 218/2021

00010728

**B | NoPaper**

Data de criação do documento: 10/11/2021 às 08:38:09

## Assinantes

✓ **ISABEL CRISTINA VAZATA**

Assinou em 10/11/2021 às 08:38:09 com o CPF 03595434994, em nome de ISABEL CRISTINA VAZATA

Eu, ISABEL CRISTINA VAZATA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.  
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site [verificador-assinaturas.betha.cloud](https://verificador-assinaturas.betha.cloud) e insira o código abaixo:

5GK

YM8

EGW

Y0J

**SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2021**

**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.**

Prezado Representante Legal,

Vem-se através deste, formalizar a sanção de **ADVERTÊNCIA** conforme disposto no art. 87, inciso I da Lei nº 8.666/93, pela conduta ilegal da prestadora e suas repercussões, determinando que seja corrigida sua postura, e que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

Pato Branco/PR, 10 de novembro de 2021.

**Ivete Maria Lorenzi**  
Secretária Executiva  
Res. 010/2017



**Assinantes**✓ **IVETE MARIA LORENZI**

Assinou em 10/11/2021 às 09:06:17 com o CPF 82588422934, em nome de IVETE MARIA LORENZI

Eu, IVETE MARIA LORENZI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**Veracidade do documento**

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.betha.cloud** e insira o código abaixo:

MV2

3ZM

E88

P1E

**ATO DE CONSÓRCIO  
RESOLUÇÃO Nº 218/2021**

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Processos Administrativos para apuração de responsabilidades relacionadas aos contratos administrativos.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de compor a comissão processante específica para direção de processos administrativos;

**Resolve:**

**Art. 1º** Designar os empregados abaixo para compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade:

Matrícula	Empregado	Cargo
240	ISABEL CRISTINA VAZATA	PRESIDENTE
216	BARBARA CAMILA FRANCA DA SILVA	VICE-PRESIDENTE
299	SAMIR RODRIGO KALINOSKI	MEMBRO

**Art. 2º** Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinente.

**Art. 3º** Revoga-se a Resolução nº 022 de 31 de janeiro de 2020.

**Art. 4º** Esta resolução entra em vigor a partir de 03 de novembro de 2021.

Pato Branco/PR, 29 de outubro de 2021.

PAULO  
HORN:55407552949

Assinado de forma  
digital por PAULO  
HORN:55407552949

**PAULO HORN  
PRESIDENTE**



LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS &lt;licitacao@conims.com.br&gt;

000111

**DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE 023/2021**

1 mensagem

**LICITAÇÃO E CONTRATOS CONIMS** <licitacao@conims.com.br>

10 de novembro de 2021 09:19

Para: MAXIMO ORGANIZAÇÕES <maximo.guarapuava@gmail.com>, ANDERSOM GOULART RIOS <maxorgani.rios@gmail.com>, thiago.maxorgani@gmail.com, Marcus Rodrigo Nascimento <marcusnascimento\_adv@hotmail.com>

Bom dia.

Segue **DECISÃO** em anexo, referente a processo administrativo de apuração de responsabilidade nº 023/2021. Também consta em anexo a **RESOLUÇÃO 218/2021**.

**\*\*\*\* Favor confirmar o recebimento do e-mail \*\*\*\***

--

Isabel Vazata.

**LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO****CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde**


Fone: (46) 3313 3550

Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta

CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR

www.conims.com.br

**3 anexos** **003 - COMISSÃO..pdf**  
186K **009 - ADVERTENCIA.pdf**  
213K **008 - DESPACHO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA.pdf**  
197K

000112 

## Licitações

Onde Estou : Início &gt; Licitações

ANO: 2021 2020 2019 2018 2017 2016 2015 2014 2013

MÊS: Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out

Modalidade: Processos Administrativos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 025/2021

11/05/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 025/2021

 Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 024/2021

05/05/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 024/2021

 Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 023/2021

29/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 023/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

↓ Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

000113✓

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 022/2021

29/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 022/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

↓ Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

↓ Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 021/2021

28/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 021/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

↓ Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

↓ Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 020/2021

26/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 020/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

↓ Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

↓ Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 019/2021

26/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 019/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

↓ Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

↓ Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 018/2021

16/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – Nº 018/2021



↓ Anexo 1 - COMUNICAÇÃO DE ABERTURA

[Anexo 2 - EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA](#)

000114 8

[Anexo 3 - TERMO DE ENCERRAMENTO](#)[« anterior](#) [1](#) [2](#) [3](#) **[4](#)** [5](#) [...](#) [6](#) [7](#) [próxima »](#)

Página 4 de 7

[Voltar](#)[Home](#)[Institucional](#)[Quem Somos](#)[Municípios](#)[Região de](#)[Abrangência](#)[Responsáveis](#)[Endereços Oficiais](#)[Contatos](#)[Recomendação MPPR](#)[Atos Legais](#)[Documentos](#)[Institucionais](#)[Leis de Ratificação](#)[Editais e Atas dos](#)[Conselhos](#)[Resoluções](#)[Processos Adm.](#)[Disciplinares](#)[Eliminação de](#)[Documentos](#)[Licitações](#)[Contato](#)[Fale Conosco](#)[Ouvidoria](#)[Concurso | Seleção | PSS](#)[Contas Públicas](#)[Orçamento](#)[Contrato de Rateio](#)[e Aditivos](#)[Relatórios Lei](#)[Responsabilidade](#)[Fiscal](#)[Demonstrações](#)[Contábeis](#)[Convênios](#)[Recebidos](#)[Convênios](#)[Repassados](#)[Certidões do CONIMS](#)[Acesso Restrito](#)[IDS Saúde](#)[Passagens e Diárias](#)[Agenda de](#)[Reuniões](#)[RELATÓRIO](#)[COMPRAS](#)[Portal dos Empregados](#)[Acessos dos Municípios](#)[Área Técnica |](#)[Redes e Programas](#)[TFD](#)[Acesso Serviços de](#)[TFD \(NOVO\)](#)[Área do](#)[Faturamento do](#)[Município](#)[Compras - Preços](#)[Registrados](#)[Área do Prestador](#)[Serviço de Informação ao](#)[Cidadão](#)[SIC Físico](#)[e-SIC](#)[Perguntas](#)[Frequentes](#)

Rua Afonso Pena nº 1902 | Anchieta, Pato  
Branco - PR | 85.501-530




[conims@conims.com.br](mailto:conims@conims.com.br)



(46) 3313-3550

Ambulatório: Segunda à Sexta das 07:00 às  
11:30 e 13:00 às 16:30 ; Administrativo:  
Segunda à Sexta das 07:30 às 11:30 e 13:00  
às 17:00.

000115 

000116-y

---

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

---

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DESPACHO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE Nº 023/2021

À  
**MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME.**  
C.N.P.J nº - 23.764.146/0001-09.  
Rua Benjamin Constant, nº 435, CENTRO.  
CEP: 85.010-190 – Guarapuava – PR

**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 070/2018 | Pregão  
Eletrônico nº 021/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº:**  
166/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação  
de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada,  
24 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, conforme  
anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Considerando-se o Relatório da Comissão Processante datado  
de 29/09/2021, enviado a empresa em 29/09/2021 e recebido  
em 01/10/2021, comunicando-se a decisão de aplicar as  
sanções administrativas elencadas no documento;

Considerando-se que, conforme art. 109 da Lei 8.666/1993, foi  
dado o devido prazo legal para interposição de recurso contra  
este CONIMS;

Considerando-se que, não houve apresentação de recurso  
durante o período hábil para tal e qualquer forma de  
apresentação de recurso no presente momento torna-se  
intempestivo;

Considerando-se que as sanções aplicadas são as de  
**“ADVERTÊNCIA e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE  
PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO  
DE CONTRATAR COM ESTE CONIMS” pelo prazo de 6  
(seis) meses, que serão contados a partir da data de  
publicação** com amparo em previsão editalícia e da ata de  
registro de preços e com fulcro no inciso I e III do artigo 87 da  
Lei 8.666/93, pela conduta ilegal da prestadora e suas  
repercussões.

**RESTITUA-SE** os autos ao coordenador do Setor de  
Contratos e Licitações, para realizar o registro da sanção junto  
ao TCE/PR, após a publicação desse em diário oficial.

Pato Branco/PR, 10 de novembro de 2021.

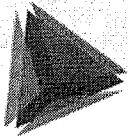
Atenciosamente,

**ISABEL CRISTINA VAZATA**  
Presidente Comissão Processante  
Res. 218/2021

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:0A89C280**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 11/11/2021. Edição 2388  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



000117 *N***TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)**Incluir Impedimento**

Pesquisa de restrições

Fornecedor	Tipo documento	- Selecir ▼	Número documento	
	Nome			
Tipo de Sanção		Todos ▼		
Período publicação : de		até		
Data de Início Impedimento: de		até		
Data de Fim Impedimento: de		até		
Situação:	Todas ▼			
Links úteis: <a href="#">Consulta TCU</a> / <a href="#">Consulta CADIN PR</a>				

**Pesquisar**[Imprimir](#)

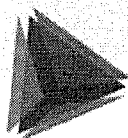
1 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

	Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
	PATO BRANCO	23.764.146/0001-09	MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME	11/11/2021	10/05/2022		

[Download Lista Impedidos](#)

CPF: 6427092979 (Logout)

**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

00011878

[Voltar](#)

## Detalhes do Impedido de Licitar

## Dados do sancionado

Tipo documento

CNPJ

Número documento

23.764.146/0001-09

Nome

MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME

## Informações Gerais

Município

PATO BRANCO

Situação: Vigente

CNPJ Entidade

00.136.858/0001-88

Entidade

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão

Cargo da autoridade Responsável

PRESIDENTE

Nº Processo Sanção

023

Nº Processo Licitatório

070/2018

Tipo de Sanção

Outros

Fundamento Legal

Inciso I e III do artigo 87 da Lei 8.666/93

Descr. Fundamento Legal

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:  
I - advertência;  
III - suspensão (...).

Sanção/motivo

ADVERTÊNCIA e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTE CONIMS.

Observação complementar

A Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar restringe-se somente ao CONIMS. Esta sanção não impede a empresa

Data da publicação do ato que impõe a sanção

11/11/2021

Data Ato

10/11/2021

Nome veículo divulgação

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Tipo de Ato Declaratório

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Número do Ato Declaratório

023

Ano do Ato Declaratório

2021

Tipo de Impedimento:

☒ Prazo Determinado☐ Prazo Indeterminado

Data início impedimento

11/11/2021

Data fim Impedimento

10/05/2022

Editar

Atualizar situação

CPF: 6427092979 (Logout)

0001197

## C O R R E I O S

Emissao: 16/11/21 08:43:15

AGF BAIXADA

Página : 1

DANIELA FEIJÓ SOUZA E CIA LTDA

03025096/0001-30

Vendas por Data

Período: 12/11/2021 a 16/11/2021

Cliente CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ 00.136.858/0001-88

Data Venda O. S. Produto

Qtd/SA Total Documento CEP

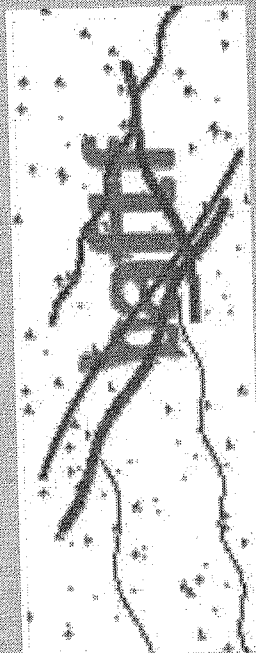
Destinatario

12/11	84003	SEDEX - A VISTA 04	VDAR	33,20	QB204379978
85010-190	MAXORGANI SEGURANCA	CARTA NACIONAL COM	6	12,60	
Total 12/11			7	45,80	
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE			7	45,80	

**QB 204 379 978 BR**

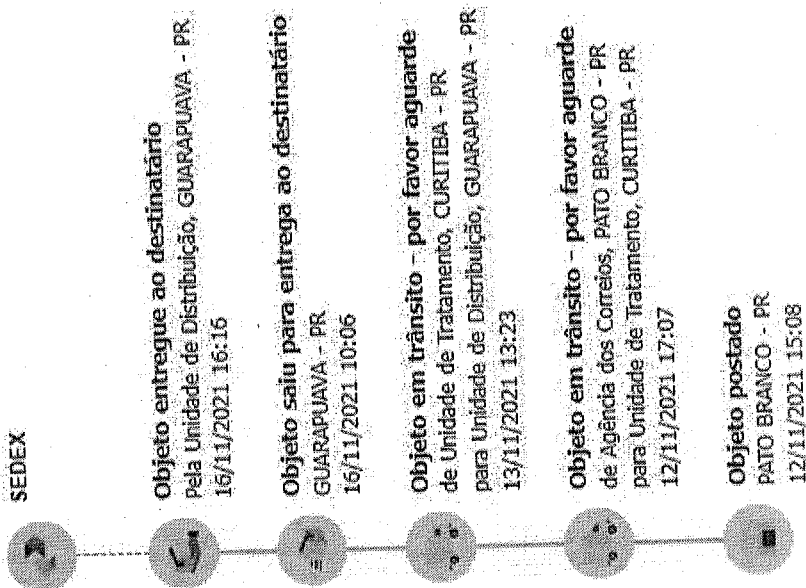
Digite seu CPF/CNPJ ou até 20 códigos de objetos.

AA123456785BR



Digite o texto contido na imagem

SEDEX



000120 8

23. Certidão de inclusão de processo - 207-21 - STP



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Secretaria do Tribunal Pleno

---

PROCESSO Nº: 679479/21  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
INTERESSADO: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN,  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**  
ADVOGADO / CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA, LUCKAS  
PROCURADOR: NORBERTO OBERMANN  
RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

## **CERTIDÃO DE INCLUSÃO EM PAUTA Nº 207/21**

Certifico que este processo foi levado em mesa pelo relator e incluído na pauta de julgamento na Sessão Ordinária (por videoconferência) do Tribunal Pleno nº 38, do dia 24 de novembro de 2021.

STP, em 24 de novembro de 2021.

ALINE GRIGOLETTI DE LACERDA COSTA  
Secretária do Tribunal Pleno  
Matrícula 52.330-5

24. Acórdão - 3215-21 - STP



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 679479/21  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
INTERESSADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN,  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
ADVOGADO CAIO ALEXANDRE GUIMARAES GARCIA, LUCKAS  
PROCURADOR NORBERTO OBERMANN  
RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

### ACÓRDÃO Nº 3215/21 - Tribunal Pleno

Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico nº 36/2021. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada. Presença do elemento da verossimilhança em relação à suposta irregularidade na desclassificação de proposta por omissão de custos obrigatórios na planilha de composição de custos. Falha meramente formal. Precedentes. Necessidade de previamente se oportunizar a apresentação de planilha retificada. Ratificação de medida cautelar que determinou a imediata suspensão do procedimento licitatório.

1. Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Primeira Ação Vigilância e Segurança Ltda., em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, em Pato Branco, da respectiva Secretária Executiva e da Pregoeira, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021, que tem por objeto a *“contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas de segunda à domingo, inclusive feriado”*, no valor máximo estimado de R\$ 655.035,36. A sessão pública foi realizada em 18/10/2021.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Apontou a ocorrência de suposta irregularidade na sua desclassificação pela Pregoeira sem que fosse possibilitada a prévia correção da planilha de composição de custos, sob o fundamento de que a proposta *“não estava prevendo custos obrigatórios em sua planilha, como tributos federais e municipais (PIS, COFINS e ISS), além ainda de não prever benefícios obrigatórios conforme convenção como Convênio Saúde e Fundo de Formação Profissional, valor INSS incorreto”* (vide ata de peça 7, fl. 7).

Narrou que interpôs recurso em face da decisão, o qual, contudo, não foi provido pela autoridade superior (Secretária Executiva).

Sustentou, com base em precedentes do Tribunal de Contas da União, de Tribunais de Contas Estaduais e de Tribunais de Justiça, que a existência de erros ou omissões na planilha de custos que não interfiram no valor final da proposta não deve ensejar a imediata desclassificação da licitante, mas, a abertura de prazo adequado para sua retificação, de modo que se evite a desclassificação da melhor proposta por mera formalidade.

Asseverou, ainda, que sua proposta foi elaborada com base em sua realidade econômica e tributária e que, mesmo com a inclusão dos custos considerados omissos ou incorretos, haveria margem para manutenção do valor final do preço proposto.

Ao final, requereu a suspensão cautelar do certame, por considerar presente o elemento da verossimilhança do direito alegado, bem como em razão do perigo da demora, diante do risco de contratação de proposta menos vantajosa para a Administração.

No mérito, requereu que se determine o retorno do procedimento licitatório à fase de análise das propostas, *“permitindo que seja possibilitado o recebimento da planilha de composição de custos final adequada, com a correção dos valores que motivaram a desclassificação da proposta”*.

Distribuídos, vieram os autos conclusos.

2. Com fulcro nos arts. 282, § 1º, 400, § 1º-A, 401, V, e 403, II e III, do Regimento Interno, **merece acolhimento o pedido de expedição de medida**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**cautelar em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, para o fim de determinar a imediata suspensão do Pregão Eletrônico nº 036/2021, Procedimento Administrativo nº 159/2021, bem como da execução de eventual contrato dele decorrente**, sob pena de responsabilização solidária da atual gestora, nos termos do art. 400, § 3º, do mesmo Regimento.

A decisão da Secretária Executiva que negou provimento ao recurso interposto pela ora Representante em face de sua desclassificação no certame (peça 09) tomou por base a manifestação da Pregoeira, que, por sua vez, restou assim fundamentada (peça 08):

Referente ao recurso apresentado pela recorrente PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, cita-se o seguinte trecho do Anexo III do Edital:

“A inobservância das orientações/informações/instruções citadas neste Anexo, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta.”

E, especificamente sobre o poder de diligência do Pregoeiro, que:

O CONIMS poderá realizar diligências junto a licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais INFORMADOS na planilha de custos e formação de preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

Portanto, o conceito de “erro formal” não se enquadra nesse caso, pois a falta de informação obrigatória se refere a essência da própria proposta, de modo que as diligências almejadas pelo recorrente extrapolam os poderes instrutórios do pregoeiro, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Em que pese a relevante fundamentação apresentada pela Pregoeira, a empresa Representante demonstrou a existência de precedentes desta Corte de Contas no sentido de que mesmo a omissão de custos obrigatórios na planilha constitui falha meramente formal, passível de retificação, podendo-se citar os seguintes: (grifou-se)

EMENTA: Representação da Lei 8.666/93. Desclassificação de empresa cuja proposta não demonstra ofensa a ditames legais. Procedência, **invalidação de atos e determinação de nova avaliação das propostas, possibilitando-se o ajustamento de planilhas quando observado erro**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

em preenchimento de itens específicos, desde que mantido o respectivo valor global.

(...)

Por meio do Despacho 1197/18 (Peça 04), determinei a expedição de medida cautelar, com a seguinte fundamentação:(...)

Verifica-se que, em caso de erro no preenchimento de planilha, o Tribunal de Contas da União já determinou que fosse desconsiderada indicação equivocada de percentual de tributo (que seria de 1%, e não 2% como apresentado pelo Proponente), para proporcionar melhor contratação à Administração, determinando-se que “9.3.1 em futuros procedimentos licitatórios, abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (...)” (Acórdão 2371/2009-Plenário.

(...)

O arcabouço fático verificado denota a existência de erro formal no preenchimento da planilha. Porém, ainda que tenha ocorrido a não realização de proposta do item, entende-se que a solução adequada, considerando o valor irrisório do item frente ao global da proposta, seria a já mencionada junto à (...) questionando se haveria interesse em manter seu preço total mediante ajuste de sua planilha, posteriormente analisando se haveria risco à efetiva viabilidade de execução do contrato.

Não se trata de qualquer presunção imprópria ou ato ativista em prol de uma das participantes do certame, mas de atuação adequada aos ditames do Estatuto das Licitações.

Finalmente, a o ajustamento da planilha acabaria com quaisquer possíveis problemas quanto a aditivos ou reajustes.

(...)

(Acórdão nº 3724/18 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães)

Representação da Lei nº 8.666/1993. Município de Curitiba. Concorrência nº 1/2010. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação nos equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde. Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária, que não permitem a exclusão da proposta, dada a natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos. Precedentes. Adoção



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

da concorrência em detrimento do pregão para a contratação de serviço comum. Contrariedade a decreto municipal. Procedência parcial e determinação.

(...)

Relativamente à primeira eiva, destaca-se da representação que **a planilha de preços continha impropriedades consistentes no estabelecimento do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, em detrimento do piso salarial fixado em convenção coletiva, ausência de indicação dos valores destinados ao fundo de formação profissional, conforme previsto também em convenção, e não apropriação de verba suficiente para o IR e CSLL.**

Apesar desses pontos, a municipalidade esclareceu que, para aqueles que entendeu pertinentes, **houve a apresentação de nova planilha, sem as impropriedades antes apontadas,** o que foi feito em conformidade com o prescrito em edital, **sem a alteração do preço final proposta** pela interessada.

(...)

A prescrição do edital acima epigrafada se encontra em consonância a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União que se inclina ao reconhecimento de que não haveria irregularidade no equívoco do preenchimento dos dados da planilha de formação de custo:

“O fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público” (Acórdão n.º 719/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas).

**“Em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros.** Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.239/2018- Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que **“erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado,** e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação” (Acórdão n.º 898/2019 – Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

**“A jurisprudência do TCU tem caminhado no sentido de que a subsistência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e de preços não deve imediatamente resultar na desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública realizar as necessárias diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, isso não altere o valor global proposto, cabendo à licitante suportar, ainda, o eventual ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada,** em sintonia com o art. 29-A, § 2º, da então vigente IN MPOG nº 2, de 2008” (Acórdão n.º 1487/2019 – Plenário, rel. Min. André de Carvalho).

(...)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, **o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada,** notadamente quanto se tem em conta que **um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993).

Assim, improcedente se mostra a representação nesta parte.

(...)

**(Acórdão nº 2591/21 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral)**

Representação da Lei n.º 8.666/1993. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Pregão Eletrônico n.º 643/2019. Serviços de vigilância. **Alegações de equívocos no preenchimento na planilha orçamentária. Impropriedades que não permitem a exclusão**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

da proposta. Natureza auxiliar e informativa da planilha de composição de custos. Improcedência.

(...)

Da representação (peça 3), colhe-se que a licitante classificada em primeiro lugar foi a empresa (...) com proposta final de R\$ 22.609.496,05 em valores anuais e a representante com proposta final de R\$ 23.415.361,54, ocorre que aquela deixou de considerar na sua proposta de preços e planilhas de formação de custo por tipo de posto, leis trabalhistas de repercussão obrigatória, o que importaria numa diferença de R\$ 805.865,49 anualmente. De forma mais específica, apontam-se impropriedades por ela descritas como: (i) apresentação de percentual menor que o exigido em lei para encargos sociais (58% para os postos 12 horas SDF, regime de horas, 12x36 12 horas diurnas armado, 12x36 12 horas diurnas desarmado e 12x36 12 horas noturnas desarmado; e 56% para o posto de 12x36 12 horas noturnas armado, quando na verdade deveria constar percentual único de 63,39%); e (ii) não previsão de provisionamento para rescisão de contrato, para o pagamento da multa do FGTS (40% sobre o valor depositado no importe de 8% da remuneração), para a cobertura das faltas legais e por atestado médico e para os custos do aviso prévio indenizado ou trabalhado.

(...)

Tendo presente a linha jurisprudencial e doutrinária acima disposta, o simples equívoco no preenchimento da planilha de formação de custos, sabendo-se que a proponente necessariamente terá que proceder a eventuais correções, mantendo o valor ofertado na licitação, não tem o condão de autorizar a exclusão da oferta impugnada, notadamente quanto se tem em conta que um dos objetivos expressos de qualquer licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993) e, no caso, a diferença entre os lances finais da representada e representante chega a um pouco mais de R\$ 800.000,00. Valor esse que não pode ser simplesmente desconsiderado diante do que se reputa uma imprecisão de um documento de caráter auxiliar e informativo.

(...)

(Acórdão nº 3735/20 – Tribunal Pleno, Rel. Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral)

Considerando que, ao menos em sede de cautelar, devem prevalecer os precedentes deste Tribunal acerca da matéria, que, em diversas



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

situações análogas, concluiu pela irregularidade da desclassificação de proposta por simples equívoco na planilha de composição de custos e pela necessidade de previamente se oportunizar a apresentação de planilha retificada, deve ser reconhecida, neste exame preliminar, a presença do elemento da verossimilhança da suposta irregularidade apontada, a justificar a expedição de medida cautelar.

O **perigo da demora**, por sua vez, decorre do fato de o certame haver sido homologado na data de 09/11/2021 e de até o momento não haver notícia, nestes autos ou no sítio eletrônico da entidade Representada,<sup>1</sup> acerca da celebração do contrato dele decorrente, de modo que se mostra indispensável a imediata atuação deste Tribunal.

3. Face ao exposto, **VOTO** no sentido de que este Tribunal Pleno, ratifique a decisão cautelar consubstanciada no Despacho nº 1575/21-GCIZL (peça nº 12), nos termos do art. 400, §§ 1º e 1º-A, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Presidência, para comunicação ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS da ratificação plenária da decisão cautelar, nos termos dos arts. 16, LIV, e 400, § 1º, do Regimento Interno.

Na sequência, remetam-se à Diretoria de Protocolo, para controle do prazo para manifestação acerca da medida cautelar, de que trata o art. 404, parágrafo único, do Regimento Interno, e exercício do contraditório, deferido pelo Despacho nº 1575/21-GCIZL.

Decorrido o prazo para manifestação, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para manifestações.

**VISTOS, relatados e discutidos,**

---

<sup>1</sup> [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-128/con\\_licitacoes.faces?mun=0e9Zo4skZvprtyR0AaASOamALCP9tqji](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-128/con_licitacoes.faces?mun=0e9Zo4skZvprtyR0AaASOamALCP9tqji)  
e [http://www.conims.com.br/pag.php?id=3&modulo=1&tipodoc=1&ano=2021&mes=0&car\\_mod=Preg%C3%A3o&pagdc=1](http://www.conims.com.br/pag.php?id=3&modulo=1&tipodoc=1&ano=2021&mes=0&car_mod=Preg%C3%A3o&pagdc=1) – acesso em 11/11/2021



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

### ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I- Ratificar a decisão cautelar consubstanciada no Despacho nº 1575/21-GCIZL (peça nº 12), nos termos do art. 400, §§ 1º e 1º-A, do Regimento Interno;

II- encaminhar os autos ao Gabinete da Presidência, para comunicação ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS da ratificação plenária da decisão cautelar, nos termos dos arts. 16, LIV, e 400, § 1º, do Regimento Interno;

III- remeter, na sequência, à Diretoria de Protocolo, para controle do prazo para manifestação acerca da medida cautelar, de que trata o art. 404, parágrafo único, do Regimento Interno, e exercício do contraditório, deferido pelo Despacho nº 1575/21-GCIZL; e

IV- encaminhar, após decorrido o prazo para manifestação, os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas, para manifestações.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e o Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Tribunal Pleno, 24 de novembro de 2021 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 38.

**IVENS ZSCHOERPER LINHARES**  
Conselheiro Relator

**FABIO DE SOUZA CAMARGO**  
Presidente



25. Ofício - 1336-21 - GP



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n.º 1336/21-OPD/GP

Curitiba, 29 de novembro de 2021.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao item II do Acórdão nº 3215/21 do Tribunal Pleno, proferido nos autos sob o n.º 679479/21, referentes à Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Primeira Ação Vigilância e Segurança Ltda., em face do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, dirijo-me a Vossa Senhoria com a finalidade de conceder-lhe acesso aos autos digitais, para comunicar a ratificação plenária da decisão cautelar, nos termos dos arts. 16, LIV, e 400, § 1º, do Regimento Interno<sup>i</sup>.

Com a adoção do processo eletrônico por este Tribunal, nos termos da Lei Complementar n.º 126/2009, o processo digital estará disponibilizado no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no *menu* à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo 679479/21
5. Indicar o número do Cadastro CPF/CNPJ
6. Clicar em Exibir cópia

Atenciosamente,

- assinatura digital -

**FABIO DE SOUZA CAMARGO**  
Presidente

A cópia digital do processo ficará disponível por **90 (noventa) dias**, a partir da data da emissão deste Ofício, no endereço eletrônico acima indicado.

Ilustríssimo Senhor  
PAULO HORN  
Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS  
Rua Afonso Pena, 1902  
PATO BRANCO-PR  
85.501-530

<sup>i</sup> Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: LIV - comunicar as medidas cautelares concedidas pelo Tribunal Pleno e as liminares, conforme dispõe o art. 495-A; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

Art. 400. O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019) § 1º A solicitação incidental de providência aos órgãos e Poderes competentes, de que trata o § 2º do art. 53, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá ser submetida ao Tribunal Pleno para apreciação, independentemente de inclusão prévia na pauta de julgamento, cabendo ao Presidente a comunicação devida. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

26. Informação - 7712-21 - DP



**Tribunal de Contas do Estado do Paraná**  
**Diretoria de Protocolo**

**PROCESSO N ° :** 679479/21  
**ORIGEM :** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO :** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN,  
PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA  
**ASSUNTO :** REPRESENTAÇÃO DA LEI N° 8.666/1993  
**INFORMAÇÃO :** 7712/21

Informo que procedi a liberação de cópia no sistema referente ao  
Ofício nº. 1336/21- OPD/GP no CNPJ nº. 00.136.858/0001-88.

DP, em 30 de novembro de 2021.

**CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA**  
**Assessor Executivo de Diretoria**  
**50.403-3**  
DP

27. Certidão de Publicação DETC - 17300-21 - DG



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**PROCESSO Nº:** 679479/21  
**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993  
**ENTIDADE:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
**INTERESSADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, PAULO HORN, PRIMEIRA  
AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

### CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 3215/2021 – Tribunal Pleno, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2671, do dia 30/11/2021, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 01/12/2021

28. AR do ofício OCN - 3107-21 - DP



**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Processo nº: **679479/21**

Ofício nº: **3107/21-OCN-DP**

ENDEREÇO Ao Senhor

**PAULO HORN**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Afonso Pena, 1902 - Anchieta

CEP / COL PATO BRANCO - PR

85.501-530

US / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*M. Grahl*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

18/11/21

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

*Marianna Grahl*

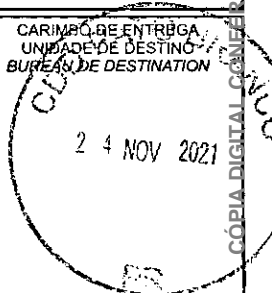
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

7.659.322-1

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

*1206202424*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS







AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

PAR

OD 85624678 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
17 NOV 2021

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT  
SEIPR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

DR - Expedição

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praca Nossa Senhora Salette s/n.º

Centro Civico

80530-910

CURITIBA - PARANÁ

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

29. AR do ofício OCN - 3108-21 - DP

# DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Processo nº: **679479/21**

Ofício nº: **3108/21-OCN-DP**

ENDE

Ao Senhor

**PAULO HORN**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Afonso Pena, 1902 - Anchieta

CEP / CI

PATO BRANCO - PR

85.501-530

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*Maruana Grohl*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

18/11/21

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

*Maruana Grohl*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

7.659.322-1

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

*18462*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

OD 85624675 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

17/NOV 2021

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

SE/PR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE EDMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DP - Expedição

Praça Nossa Senhora Salete s/n.º

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Centro Cívico

80530-910

CURITIBA PARANÁ

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL



ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM